

DECISÕES DO GOVERNO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brazil

DE

1908



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1913



INDICE DAS DECISÕES

DO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

	PAGS.
N. 1 — Reitera as recommendações contidas nas circulares de 30 de janeiro de 1907 e 24 de abril do mesmo anno, contendo instrucções no interesse da boa ordem e regularidade do serviço.	1
N. 2 — Responde a uma consulta sobre exames e outros assumptos referentes a instrução, do delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Santa Rosa, em Nicheroy.	2
N. 3 — Permite que alumnos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de outros estabelecimentos de ensino, que em 1907 cursaram como não matriculados a cadeira de que dependiam de um anno e ás do anno subsequente, façam na 2ª época exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez appovados na que lhes falta do anno anterior.	3
N. 4 — Permite que alumnos reprovados na 1ª época em duas materias repitam na segunda osexames dessas materias na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em outros estabelecimentos de ensino.	4
N. 5 — Trata do computo do tempo de serviço de um lente da Faculdade de Direito do Recife, para o effeito da percepção do accrescimento de 40 % sobre os respectivos vencimentos, concedido pelo decreto de 15 de fevereiro de 1897.	4
N. 6 — Circular recommendando providencias para a remessa, até 29 do corrente mez, de todas as contas de despesas feitas, relativas ao exercicio de 1907.	5
N. 7 — Approva o regimento interno do Instituto Nacional de Musica.	5
N. 8 — Declara ter direito um alumno do Gymnasio Pio Americano de obter certidão de exame prestado com as garantias conferidas pelas leis que regem o ensino	33
N. 9 — Presta informações concernentes a papeis referentes á validade, para matricula no curso de machinas da Escola Naval de exames feitos no Instituto Commercial.	34
N. 10 — Reitera solicitação feita em aviso de 19 de junho de 1907 no sentido de ser mantida a resolução que trata de commandantes dos districtos militares autorizados a fazer recolher presos officiaes e inferiores da Guarda Naciohal	34

- N. 11 — Declara que aos exames da segunda época podem concorrer quaesquer candidatos habilitados nos preparatórios exigidos pelos regulamentos em vigor; que o Código de Ensino não cogita da matricula de ouvintes; que não foi creado, annexos aos Gymnasios, curso especial para os candidatos á matricula nos cursos de pharmacia, odontologia etc. 35
- N. 12 — Permite prestar exames do 1º anno, na presente época, na Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro. 36
- N. 13 — Manda cancellar a ordem do dia n. 52, de 15 de maio de 1907, do commando superior da Guarda Nacional do Estado da Bahia, na parte referente á censura a um official, tenente-coronel commandante, bem como que seja trancada a nota que porventura possa constar dos assentamentos do mesmo official, na sua fé de officio 36
- N. 14 — Manda que sejam novamente redigidos os estatutos do Collegio Nossa Senhora Auxiliadora, em Bagé, de modo que as disposições do Código de Ensino e do regulamento do Gymnasio Nacional, adoptadas nesse collegio, sejam literalmente transcriptas para perfeito conhecimento dos interessados. 37
- N. 15 — Recommenda que, com urgencia, se proceda á divisão dos tres termos, além daquelle que é constituído pela sede da comarca e onde o juiz preparador será o proprio juiz substituto. 38
- N. 16 — Trata da conveniencia da transferencia dos reservatorios da chacara da Bica e dos seus mananciaes á Inspectoria Geral de Obras Publicas. 38
- N. 17 — Recommenda expedição de ordens para fornecimentos aos conselhos de qualificação da Guarda Nacional desta Capital de relações nominaes dos cidadãos em condições de ser alistados com tollos os esclarecimentos determinados nos arts. 12 do decreto n. 722, de 1859, e 10, n. 4, do de n. 1.130, de 1853. 39
- N. 18 — Declara fallecer competencia ao Governo para forçar qualquer funcionario investido do mandato legislativo a deixar o exercicio de seu cargo pelo facto de estar aberto o Congresso. 40
- N. 19 — Dá instrucções para execução do decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907 40
- N. 20 — Dá provimento, por equidade, a um recurso pedindo relevação de pagamento de multa 41
- N. 21 — Permite que o Gymnasio do Rio Grande do Sul passe a denominar-se Instituto Gymnasial Julio de Castilho. 42
- N. 22 — Declara que podem ser passadas guias de transferencia a quaesquer alumnos depois de terminados os exames quer da 1ª, quer da 2ª serie em que foram matriculados. 42
- N. 23 — Declara ter sido resolvido mandar-se proceder a nova indicação para provimento do logar de lente da 1ª cadeira de clinica medica por votação nominal, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 43
- N. 24 — Ao governador do Estado do Amazonas pede providenciar afim de que sejam remettidos á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração de que trata o art. 20 do regulamento que acompanha o decreto n. 6.948, de 14 de maio do corrente anno. 44
- N. 25 — Resolve, para execução do disposto no art. 170 do regulamento annexo ao decreto n. 6.947, de 8 de maio proximo findo, e na conformidade do art. 171 do mesmo regulamento, sejam executadas as disposições abaixo 44
- N. 26 — Declara que, não existindo nos institutos de ensino secundario classe de alumnos não matriculados, acham-se elles equiparados á pessoa estranha ao estabelecimento e sujeitos ao disposto no art. 326 do Código de Ensino. 47

	PAGS.
N. 27 — Permite que o Collegio Espirito Santo, em Jaguarão, passe a denominar-se Gymnasio Espirito Santo	47
N. 28 — Declara que examinadores não conferem grãos de provas de cada disciplina, mas, attendendo ao conjunto das provas de todas ellas, dão em grãos o seu juizo sobre as habilitações dos candidatos.	48
N. 29 — Aos delegados fiscaes junto aos estabelecimentos equiparados de ensino superior recommenda informarem si ha vagas de alumnos gratuitos dos estabelecimentos sob sua fiscalização, devendo, em caso contrario, ser enviada uma relação dos alumnos matriculados na conformidade dos arts. 125 e 383 do Código de Ensino.	48
N. 30 — Aos delegados fiscaes junto aos estabelecimentos equiparados de ensino secundário recommenda que informem si ha vagas de alumnos gratuitos nos estabelecimentos sob sua fiscalização, devendo ser enviada, em caso contrario, uma relação dos alumnos matriculados na conformidade do art. 382, n. 7, do Código de Ensino.	49
N. 31 — Recommend a nomeação de dous officiaes da Guarda Nacional desta Capital para comporem a junta de alistamento militar de Guaratiba a iniciar seus trabalhos.	49
N. 32 — Declara que os officiaes da Guarda Nacional do Estado do Rio que tem de compor a junta de alistamento militar da Capital deverão funcionar no districto de Jurujuba.	50
N. 33 — Declara com direito o director do Instituto Oswaldo Cruz e director, em comissão, da Saude Publica aos vencimentos dos alludidos cargos, visto occorrer a hypothese do art. 2º da lei n. 41 B, de 2 de junho de 1902.	50
N. 34 — Communica a expedição de telegramma do commandante superior da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, sobre a nomeação de officiaes para compor as juntas de alistamento militar nos municipios de Itaqui e Palmeira	51
N. 35 — Declara não poder ser tomada em consideração uma consulta feita por um tenente da Força Policial do Districto Federal, por não constituir o seu objecto materia consultiva	51
N. 36 — Autoriza a nomeação de dous officiaes da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande do Sul para constituirem as juntas de alistamento militar em municipio do dito Estado.	52
N. 37 — Respondendo a um officio do commandante da Força Policial do Districto Federal, dá esclarecimentos sobre conselhos de investigação e de guerra	52
N. 38 — Declara que nenhuma obra, ainda quando requisitada pelos chefes de repartições, deverá ser executada sem prévia ordem do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, que se responsabilizará somente pelas que autorizar.	53
N. 39 — Declara de quem deverão ser solicitadas listas, e que os livros necessarios ao serviço de alistamento á respectiva junta compete requisital-os do general commandante do 4º districto militar.	53
N. 40 — Declara que os officiaes da Guarda Nacional de um municipio só poderão servir em outro, si espontaneamente a isso se prestarem.	54
N. 41 — Declara que as nomeações de officiaes da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande para servirem nas juntas de sorteio militar se farão de accôrdo com o livro de registro de patentes, que todos os commandos superiores são obrigados a ter.	54
N. 42 — Resolve permittir que alumnos cursando diferentes annos em estabelecimentos de ensino superior e equiparados, na dependencia de uma materia, façam, na 2ª época, exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez approvados na 1ª época, na que lhes falta do anno em que se acham matriculados.	55

N. 43 — Resolve permittir que o Collegio de S. José do Mosteiro de Santa Cruz, no municipio de Quixadá, Ceará, passe a denominar-se Gymnasio S. José.	55
N. 44 — Para cumprimento do disposto no art. 9º das instrucções de 22 de julho do corrente anno, communica aos directores e delegados fiscaes dos estabelecimentos de ensino superior e secundario terem-se realizado as ultimas manobras militares nesta Capital, de 9 a 30 de setembro ultimo.	56
N. 45 — Declara não poder ser privado do posto, nos termos do art. 65, § 1º, da lei n. 612, de 19 de fevereiro de 1850, um tenente da Guarda Nacional da capital do Estado do Rio Grande do Sul, visto haver assignado o competente compromisso dentro do prazo devido.	56
N. 46 — Permite que o Collegio Diocesano da Parahyba do Norte passe a denominar-se Collegio Diocesano Pio X.	57
N. 47 — Autoriza a organização de mesas para exames de preparatorios, a começar em 31 de dezembro corrente, sendo abertas desde já as respectivas inscripções	57

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

N. 1 — EM 25 DE JANEIRO DE 1908

Reitera as recommendações contidas nas circulares de 30 de janeiro de 1907 e 24 de abril do mesmo anno, contendo instruções no interesse da boa ordem e regularidade do serviço.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1908.

Em referencia ás circulares de 30 de janeiro de 1907, de que vos remetta um exemplar impresso, e de 24 de abril do mesmo anno, contendo instruções que então entendi dever dirigir aos chefes das repartições, estabelecimentos e corporações subordinados a este ministerio, no interesse da boa ordem e regularidade do serviço, principalmente no intuito de evitar que fessein excedidos os creditos votados para as respectivas consignações do orçamento, avolumando-se assim as contas de exercicios findos, cabe-me reiterar-vos as recommendações contidas nas citadas circulares, prevenindo que, não só, não serão processadas na Secretaria de Estado e consequentemente ordenado o pagamento de contas oriundas de despesas excedentes dos referidos creditos e em desacôrdo com aquellas instruções, mas também que, pelos excessos verificados, serão responsabilizados, nos termos do § 2º do art. 31 da lei numero 390, de 16 de dezembro de 1897, os chefes das repartições que houverem illegalmente ordenado o fornecimento ou serviços além dos respectivos creditos.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 2 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1908

Responde a uma consulta sobre exames e outros assumptos referentes a instrução, do delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Santa Rosa, em Niteröy.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª seção — Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1908.

No officio n. 1, de 3 de janeiro proximo findo, consultaes:

1.º, si o alumno que prestou exames de promoções e foi reprovado em mais de uma materia, pôde, na segunda época, fazer exames somente das materias em que foi reprovado, ou deve na mesma época (segunda), prestar exame de todas as materias do anno;

2.º, si a disposição do art. 14 do Regulamento do Gymnasio Nacional deve ser applicada nos julgamentos dos exames, sejam quaes forem as notas obtidas nas provas escripta e oral;

3.º, si o alumno que tem média quatro na conta de anno, nota boa na prova escripta e nota má na prova oral, deve ser considerado approved ou reprovado;

4.º, si o alumno que deixou para a segunda época o exame de uma das materias do anno, tendo sido reprovado na primeira época em outras materias do mesmo anno, fica privado do direito de prestar exame dessa materia;

5.º, si o alumno que, no exame de mathematica do 3.º anno, obteve nota soffrivel nas provas escripta e oral de algebra e nota má nas de geometria, deve ser considerado approved ou reprovado na cadeira.

Em resposta, declaro-vos:

1.º, que, de accôrdo com o art. 10, paragrapho unico, do Regulamento do Gymnasio Nacional, o alumno reprovado na 1.ª época, em mais de uma materia, não pôde prestar exame em 2.ª época, e que o reprovado em uma só, apenas desta deve fazer exame;

2.º, que, desde que o art. 14 do citado regulamento não faz referencia ás notas obtidas nas provas escripta e oral, a conta de anno do alumno deve ser tomada em consideração, sejam quaes forem essas contas;

3.º, que, no julgamento dos exames se deve observar o art. 184 do Código de Ensino em vigor, tendo presente a comissão examinadora, afim de dar cumprimento ao art. 14 do Regulamento do Gymnasio Nacional e poder orientar-se e votar com perfeito conhecimento do merito do examinando, a conta de anno do mesmo;

4.º, que, á vista do disposto no art. 151, n. 3, do Código de Ensino em vigor, o alumno que deixou para 2.ª época o exame de uma materia, sendo reprovado na primeira em uma só, não

perde o direito de prestar o exame da que deixou para 2ª época, e, sendo reprovado em mais de uma, na 1ª época, não pôde ser admittido a exames na segunda;

5º, que, as differentes partes da cadeira de mathematica constituindo um só exame, com uma unica nota, no julgamento desse exame se deve observar, como nos dos outros, o art. 184 doCodigo de Ensino, combinado com o art. 14 do Regulamento do Gymnasio Nacional.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*.— Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Santa Rosa, em Nietheroy.

N. 3 — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1908

Permitte que alumnos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de outros estabelecimentos de ensino, que em 1907 cursaram como não matriculados a cadeira de que dependiam de um anno e ás do anno subsequente, façam na 2ª época exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez approvados na que lhes falta do anno anterior.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos haver resolvido permittir aos alumnos que, no anno lectivo de 1907, cursaram como não matriculados a cadeira de que dependiam de um anno e ás do anno subsequente, fazer, na segunda época, exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez approvados na que lhes falta do anno anterior, a exemplo do que já foi resolvido para os matriculados na dependencia de uma cadeira pelo aviso circular de 28 de setembro do anno findo.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra*.— Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

— Identicas aos directores dos outros estabelecimentos officiaes de ensino superior e aos delegados fiscaes junto aos equiparados.

N. 4 — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1908

Permite que alumnos reprovados na 1ª época em duas materias, repitam na segunda, os exames dessas materias, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em outros estabelecimentos de ensino.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos haver resolvido permittir que os alumnos reprovados na primeira época em duas materias repitam na segunda os exames dessas materias.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra*.— Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

— Identica aos directores dos outros estabelecimentos officiaes de ensino superior e aos delegados fiscaes juntos aos equiparados do mesmo ensino.

— Identica tambem aos directores do Gymnasio Nacional e aos delegados fiscaes do Governo junto aos seguintes estabelecimentos equiparados de ensino secundario:

Gymnasio Pernambuco;
Gymnasio da Bahia;
Gymnasio S. Salvador;
Gymnasio Carneiro Ribeiro;
Gymnasio de S. Paulo;
Collegio Anchieta;
Instituto de Sciencias e Letras de S. Paulo;
Collegio S. Luiz;
Gymnasio Macedo Soares;
Curso annexo á Academia de Commercio de Juiz de Fóra;
Lyceu Goyano;
Gymnasio de S. Bento, em S. Paulo;
Collegio Nossa Senhora do Carmo.

N. 5 — EM 15 DE FEVEREIRO DE 1908

Trata do computo do tempo de serviço de um lente da Faculdade de Direito do Recife, para o effeito da percepção do acrescimo de 40 % sobre os respectivos vencimentos, concedido pelo decreto de 15 de fevereiro de 1897.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1908.

Sr. ministro da Fazenda — Em resposta ao aviso n. 11, de 4 do corrente mez, no qual solicitaes esclarecimentos sobre o

modo por que é feito o computo do tempo de serviço do lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife, Dr. João Vieira de Araujo, para o effeito da percepção do acrescimo de 40 % sobre os respectivos vencimentos, concedido pelo decreto de 15 de fevereiro de 1897, levando-se-lhe em conta serviços prestados antes de sua nomeação, entre outros, os de deputado e de magistrado, communico-vos que o referido computo obedeceu ao preceituado no § 2º do artigo unico do decreto legislativo n. 230, de 7 de dezembro de 1894, que approvou, com modificações e additamentos, o codigo de ensino de 3 de dezembro de 1892, na vigencia do qual se realizou a concessão do mencionado acrescimo.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 6 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1908

Circular recommendando providencias para a remessa, até 29 do corrente mez, e todas as contas de despesas feitas, relativas ao exercicio de 1907.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria de Contabilidade — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1908.

Recommendando-vos, de accordo com o que solicitou o Ministerio da Fazenda em aviso n. 15, de 15 do corrente, que providências no sentido de serem enviadas á Secretaria de Estado deste ministerio, até o dia 29 deste mez, afim de serem processadas, todas as contas de despesas feitas por esse estabelecimento, relativas ao exercicio de 1907.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 7 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1908

Approva o regimento interno do Instituto Nacional de Musica

O Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica: Resolve, de accordo com o art. 49, n. 19, do regulamento annexo ao decreto n. 6.621, de 29 de agosto de 1907, approvar o regimento interno, que a esta acompanha, do Instituto Nacional de Musica.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1908.— *Augusto Tavares de Lyra.*

INDICE DAS DECISÕES

DO

Ministerio da Marinha

	Pags.
N. 1 — Manda adoptar as instrucções para a elaboração das derrotas a bordo dos navios da Armada Nacional.	1
N. 2 — Autoriza a providenciar para que os vencimentos do pessoal do Hospital de Marinha sejam pagos no proprio estabelecimento, mediante folha organizada pelo commissario-almoxarife . . .	6
N. 3 — Declara caber ao mais moderno dos membros da junta de recurso lavar os actos da mesma junta, como é observado nas juntas dos Estados e das forças navaes, por ser a mesma uma junta de appellação.	6
N. 4 — Prohibe o uso de almofadas e de pannos de lã, casemira ou flanela nos paineiros das embarcações.	7
N. 5 — Providencia para que em relação aos invalidos de Marinha só se proceda na forma do aviso n. 895, de 10 de julho de 1905 . . .	7
N. 6 — Approva as instrucções para o serviço de telegraphia sem fio. . .	8
N. 7 — Approva e manda executar o regulamento para o serviço da praticagem do porto do Rio Grande a Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.	9
N. 8 — Approva a tabella de rações para os aspirantes da Escola Naval . . .	13
N. 9 — Manda restabelecer o posto semaphorico da ilha das Cobras e declara que a designação do uniforme ás guarnições dos navios e estabelecimentos navaes deve ser feita diariamente pelo Estado Maior da Armada.	15
N. 10 — Declara que os operarios dos arsenaes classificados em classe inferior á que tinham anteriormente, só devem soffrer nos vencimentos que ora vão receber o desconto para o montepio. . .	15
N. 11 — Manda adoptar para servir nas communicações de navios durante a noite, os fachos illuminativos seccionados de invenção de um capitão-tenente da Armada, em substituição aos actualmente empregados.	15
N. 12 — Declara o que fica resolvido para facilitar o processo de entrega de objectos inuteis á Directoria do Deposito Naval.	16

	Pags.
N. 13 - Determina que os officiaes encarregados de torpedos assistam ás provas que forem realizadas nas officinas com torpedos do navio a que pertencerem.	17
N. 14 - Chama a attenção dos commandantes de navios e corpos de marinha para o disposto no aviso n. 771, de 17 de fevereiro do corrente anno.	17
N. 15 - Approva o projecto dos estatutos da Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada e permite seja o mesmo adoptado mediante suppressão da palavra «militar» no art. 11 do capítulo I do titulo I.	17
N. 16 - Determina que as praças dos navios, corpos e estabelecimentos de marinha atacadas de variola sejam directamente removidas para o hospital de variolosos.	18
N. 17 - Determina que todos os enfermos acommettidos de beriberi sejam directamente recolhidos ao Hospital de Beribericos de Copacabana.	18
N. 18 - Manda adoptar o mappa, organizado pela Inspectoria de Engenharia Naval, para as partes mensaes relativas ás municiões de guerra existentes e consumidas nos navios da Armada.	18
N. 19 - Approva e manda executar os regulamentos para o serviço de practicação que a este acompanham.	22
N. 19 - Declara qual a gratificação que compete aos sargentos dos corpos embarcados nos navios de guerra.	63
N. 20 - Declara qual a ajuda de custo que compete aos officiaes que regressam das commissões de embarque e o abono que deve ser feito aos nomeados para servir na flotilha de Matto Grosso.	60
N. 21 - Declara que os mestres e contra-mestres do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada são considerados praças de pret.	69
N. 22 - Determina que os navios da Armada, sempre que tenham de receber no Deposito Naval para fusos de bronze, latão, etc., e material para electricidade, façam entrega ao mesmo estabelecimento dos artigos que estiverem inutilizados.	70
N. 23 - Declara que a diaria de que trata o art. 36 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, só pôde ser abonada a officiaes e mediante ordem do Ministro da Marinha.	70
N. 24 - Determina que os commandantes dos navios da esquadra organizem, durante as commissões, uma relação de todos os trabalhos necessarios aos respectivos navios e, no regresso, apresentem immediatamente a Inspectoria de Engenharia Naval.	70
N. 25 - Permite que os socios da Liga Maritima Brasileira na cidade da Victoria, Estado do Espirito Santo, façam exercicios na linha de tiro da Escola de Aprendizizes Marinheiros, alli estabelecida.	71
N. 26 - Approva as instrucções sobre o modo de serem postas em pratica, na elaboração das derrotas, as regras estabelecidas na portaria de 25 de janeiro do corrente anno.	71
N. 27 - Approva as instrucções para admissão de mecanicos navaes do Corpo de Engenheiros Machinista.	83
N. 28 - Declara que a um 1.º tenente cirurgião que exerce os cargos de chefe da enfermaria do Arsenal do Pará e de instructor da 2.ª aula do 3.º anno da Escola de Marinha Mercante do mesmo Estado deve ser abonada somente a gratificação mensal de 180\$, marcada para este ultimo cargo.	85
N. 29 - Declara que a gratificação de 230 réis diarios de que trata o art. 69 da lei n. 1.752, de 24 de outubro de 1907, deve ser abonada tambem aos marinheiros nacionaes procedentes das escolas que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras com ou sem engajamento.	85

N. 30 — Declara que ao professor de gymnastica e natação do Corpo de Marinheiros Nacionaes, suspenso das funções de professor de natação, deve ser abonado o ordenado e metade da gratificação, por desempenhar somente uma função, cabendo ao seu substituto a outra parte da gratificação.	86
N. 31 — Declara que as embarcações de pequena cabotagem não podem ser dispensadas da vistoria senestral a que estão actualmente sujeitas, ficando, de ora em diante, exoneradas da taxa estatuida na tabella a que se refere o art. 5º da lei n. 1.837, de 31 de dezembro de 1907.	86
N. 32 — Declara que as praças do Batalhão Naval que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras, tem direito ás vantagens do art. 6º da lei n. 1.752, de 24 de outubro de 1907, e as que se reengajarem perceberão mais as do art. 7º da mesma lei.	87
N. 33 — Manda adoptar uniforme para o pessoal contratado para o serviço da radiotelegraphia.	87
N. 34 — Determina que aos navios, corpos e estabelecimentos de marinha só sejam fornecidos lona e brim de algodão de fabricação nacional.	88
N. 35 — Determina que seja organizado, semestralmente, e remetido ao gabinete do ministro, um mappa demonstrativo das despesas feitas em cada navio, corpo ou estabelecimento.	88
N. 36 — Declara que a ajuda de custo que compete a cada empregado designado para inventariar os pharóes é de 40% e que os inventarios dos ditos pharóes e do material despendido devem ser feitos annualmente e as contas enviadas á Directoria da Contabilidade.	88
N. 37 — Determina que não seja effectuada compra alguma pelo Hospital e Enfermaria de Copacabana, devendo os pedidos ser submettidos previamente á apreciação do ministro.	89
N. 38 — Declara que ás praças asyladas não é permitido fazer consignações, podendo somente constituir procuradores para receberem seus vencimentos quando absolutamente impedidas de comparecer ao pagamento.	89
N. 39 — Declara que o abono, em dinheiro, das peças de fardamento cabe ás praças que, em qualquer hypothese, se reengajarem.	90
N. 40 — Determina que todo o material que não tiver applicação a bordo dos navios da esquadra e puder ser utilizado na officina da Escola Naval, para o ensino pratico dos alumnos do curso de machinas, seja enviado para a mesma escola.	90
N. 41 — Determina que os pedidos, requisições e abonos de fardamento para os menores alistados devem ser feitos na conformidade do disposto para as praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes.	90
N. 42 — Manda adoptar na Armada o oleo preparado no Laboratorio Pharmaceutico e Gabinete de Analyses, por um capitão-tenente pharmaceutico.	91
N. 43 — Torna extensivas á Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Interiores da Armada as garantias concedidas á Caixa Beneficente do Club Naval.	91
N. 44 — Indefere o requerimento de um contra-almirante graduado engenheiro naval, pedindo o abono da gratificação do posto correspondente a contra-almirante.	91
N. 45 — Determina que para a conservação da alma dos canhões sejam empregadas a composição anti-corrosiva e a vaselina e prohibe o uso, com esse objecto, do azeite doce refinado ou quaesquer outros oleos ou substancias.	92

- N. 40 — Declara que, de ora em diante, só deverão ser fornecidos para os escaleres e lanças dos navios, corpos e mais estabelecimentos da Marinha, pannos de algodão branco com guarnições, ficando abolidos as almofadas e o panno de flanela azul. 92
- N. 47 — Declara que a estatística a que se refere o § 10 do art. 12 do regulamento da Inspectoria de Fazenda deve ser organizada semestralmente. 93
- N. 48 — Declara que o contra-mestre da officina de ferreiros e serralheiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, enquanto estiver impedido, como official da Guarda Nacional, deverá perceber apenas o ordenado. 93
- N. 49 — Declara que o tempo de serviço prestado pelos officiaes da Armada e classes annexas na antiga Repartição da Carta Marítima deve continuar a ser considerado como de embarque para todos os effeitos e que de 5 de junho deste anno em diante não mais pôde ser contado como tal o tempo passado na nova repartição — Superintendencia de Navegação — por não ter sido esse beneficio contemplado no respectivo regulamento. 94
- N. 50 — Susta, até ulterior deliberação, a execução do 9º dispositivo das instruções approvadas pelo aviso n. 1.754, de 14 de novembro de 1900. 94
- N. 51 — Recommenda a rigorosa observancia do que dispõem os avisos de 21 de janeiro de 1890 e 30 de novembro de 1893, com as modificações a que se referiu o aviso n. 1.468, de 10 de agosto de 1894. 95
- N. 52 — Solicita a entrega, livre de direitos aos capitães de portos, de volumes contendo casas desmontaveis para os pharoleiros, consignados aquellas autoridades, e destinados aos Estado da Bahia, Pernambuco e Santa Catharina. 95
- N. 53 — Manda substituir nas tabella de rações para as praças da Armada as batatas comprimidas por batatas frescas e o toucinho estrangeiro por nacional. 96
- N. 54 — Declara qual a gratificação que deve ser abonada a um contra-mestre do Arsenal de Marinha do Pará que serve de instructor do curso de machinas da Escola de Marinha Mercante do mesmo Estado. 96
- N. 55 — Da ao chefe da 2ª secção do Estado-Maior as attribuições de inspector de tiro ao alvo e discrimina as referidas attribuições. 97
- N. 56 — Declara que, no caso de faltas não justificadas, os empregados militares do Deposito Naval devem soffrer descontos em suas gratificações de função e os civis em suas gratificações «pro labore». 97
- N. 57 — Declara que o secretario da Capitania do Porto do Estado da Bahia, em seus impedimentos, deve ser substituido pelo amanuense do extincto Arsenal de Marinha daquelle Estado, addido a mesma capitania. 98
- N. 58 — Declara como deve ser feita a distribuição das incumbencias pelos machinistas embarcados nos navios da Armada, bem assim que os sub-machinistas só teem direito ao abono de 20 % sobre a respectiva gratificação, nos casos a que se referem as observações da tabella em vigor. 99

MINISTERIO DA MARINHA

N. 1 — EM 25 DE JANEIRO DE 1908

Manda adoptar as instrucções para a elaboração das derrotas a bordo dos navios da Armada nacional

O Ministro de Estado da Marinha, em nome do Presidente da Republica:

Resolve mandar adoptar as instrucções que acompanham a presente portaria, para a elaboração das derrotas a bordo dos navios da Armada.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

INSTRUCÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DAS DERROTAS A BORDO DOS NAVIOS DA ARMADA NACIONAL, A QUE SE REFERE A PORTARIA DESTA DATA

Art. 1.º Todos os officiaes embarcados nos navios da Armada, desde o commandante até o ultimo guarda-marinha, do corpo da Armada, são obrigados a elaborar derrotas de accordo com as regras prescriptas nas presentes instrucções.

Art. 2.º As derrotas consistirão no transumpto das observações e processos scientificos e praticos empregados na condução dos seus navios de um ponto a outro por aguas do mar, de rios ou de lagoas navegaveis.

Art. 3.º O cumprimento da obrigação estabelecida no art. 1.º far-se-ha effectivo por meio da apresentação ou remessa de cópias authenticas e nitidas das derrotas á autoridade superior immediata, dentro do prazo de seis dias da chegada do navio ao ponto terminal de sua commissão.

§ 1.º No porto da Capital da Republica a autoridade superior envia, sem demora, as derrotas apresentadas a Inge-

etoria de Marinha, a qual a transmittirá em nome do Ministro á Repartição da Carta Marítima, para serem examinadas de accôrdo com o artigo seguinte.

Art. 4.º O exame das derrotas incumbe a uma commissão de officiaes da Carta Marítima, de tres a cinco membros, nomeada pelo respectivo chefe, a qual funcionará sob as vistas immediatas desta autoridade.

§ 1.º A commissão, depois de attento exame, emittirá juizo fundamentado sobre cada uma das derrotas, o qual, submittido ao chefe da repartição, será por este enviado ao inspector de marinha com as observações que lhe occorrerem a respeito, juizo e observações, que serão publicados em ordem do dia da Inspectoria de Marinha.

§ 2.º O chefe da Carta Marítima terá o maior escrupulo em designar, para a commissão de exame das derrotas, officiaes em numero sufficiente, de reconhecida competencia theorica e pratica na sciencia da navegação.

Art. 5.º Nas derrotas dos navios da Armada se empregarão, invariavelmente, *Diarios Nauticos*, do modelo appenso a estas instrucções.

§ 1.º Os *Diarios Nauticos* serão fornecidos por conta do Estado aos navios que houverem de emprender qualquer viagem, mediante requisição despachada pelo chefe da força ou do serviço especial a que o navio pertencer, observadas neste fornecimento praxes analogas ás adoptadas para o supprimento dos diversos artigos de consumo ordinario dos navios da Armada nacional.

§ 2.º Os commandantes ao formularem os pedidos de *Diarios Nauticos* demonstrarão que attendem ao numero de officiaes da Armada embarcados no navio de seu commando, bem como ao maximo dos dias provaveis da viagem de sua destinação.

§ 3.º Os *Diarios Nauticos* officiaes terão o carimbo do Depósito Naval desta Capital.

§ 4.º Os officiaes, porém, poderão usar nas derrotas que tiverem de apresentar, *Diarios Nauticos*, por elles adquiridos no mercado publico, conquanto que sejam identicos aos do modelo official.

Art. 6.º Prefaciando cada derrota deverá o seu autor descrever o typo do navio e muito particularmente de seusapparelhos motores, si fôr a vapor; exhibir cópia da tabella ou diagramma dos ultimos desvios determinados das agulhas de bordo; confeccionar uma relação analytica de todos os instrumentos nauticos, meteorologicos, hydrographicos e oceanographicos que existirem a bordo pertencentes ao navio, bem assim das cartas e planos hydrographicos que houverem servido á navegação.

a) Na enumeração dos chronometros deverá mencionar a marcha de cada um, de accôrdo com o ultimo regulamento levado a effeito.

Art. 7.º A commissão examinadora das derrotas, nos juizes que emittir levará muito em conta do merito dos autores as

observações pessoais que estes houverem feito sobre as circumstancias da navegação realizada, sobre as propriedades physicas das regiões percorridas, bem como sobre todos os característicos do navio, considerado como instrumento de navegação.

§ 1.º A mesma comissão, em suas apreciações, terá também muito em vista o emprego que os autores das derrotas houverem feito dos denominados novos methodos, para a determinação do ponto do navio: a proficiência e a nitidez com que os houverem empregado.

§ 2.º Não deixará a comissão de chamar a attenção superior para as derrotas de merito fóra do commun: bem como para aquellas que constituírem prova de insufficiencia profissional dos respectivos autores, e que, por semelhante motivo, pareçam detriméntosas ao serviço naval e aos creditos da corporação da Armada.

Art. 8.º Todos os calculos feitos no correr da navegação serão copiados minudamente nas costas dos *Diários Nauticos* respectivos.

§ 1.º Quando, porém, se houverem adoptado processos puramente praticos navegando ao longo de costas, rios ou por aguas de lagoas interiores, não emittirão nos *Diários Nauticos*, sempre de rigor, a descripção graphica, tão minuciosa quanto for possível, da navegação seguida.

Art. 9.º Ao official encarregado da navegação caberá escripturar no livro de quartos o *Diário Nautico*, serviço este que executará de accôrdo com as notas tomadas pelo official de quarto.

Gabinete do Ministerio da Marinha, 25 de janeiro de 1908.
Alexandrino Faria de Alencar.

Diário

Viagem do.....

DIA..... DE....

.....dia de viagem

O h. 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 O h.	Horas, tempo astronômico	Latitude	Longitude	Rumos magnéticos		Milhas andadas		Propulsão				Ventos	Mar ou águas em geral (2)				Temperatura do ar	

(1) Escala de Beaufort.

(2) A profundidade em algarismos arábicos, e a temperatura em algarismos romanos.

(3) A classificação e registro da visibilidade, do estado atmosférico e do mar devem

INDICE DAS DECISÕES

DO

Ministerio da Guerra

	PAGS.
N. 1 — Declara que aos veterinarios do Exército não competem as vantagens estipuladas no aviso n. 69, de 8 de janeiro do anno findo, em relação aos officiaes	1
N. 2 — Declara que as praças presas para sentenciar não têm direito a pagamento de peças de fardamento, do que não cogitou a tabella de distribuição, salvo sendo absolvidas, ou d'elle precisando para uniformizar-se	1
N. 3 — Declara que um official do Exército, achando se exercendo um cargo não militar com permissão do Governo, não pode ser chamado a quartel pelo commandante do districto	2
N. 4 — Indefere os requerimentos de officiaes do Exército pedindo contagem, pelo dobro, de tempo de serviço, visto terem durante esse tempo recebido vencimentos de campanha	2
N. 5 — Declara que todo o fardamento das praças do Exército deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadões e baterias, e não propriedade das mesmas praças	3
N. 6 — Declara que para as manobras a se realizarem na sede do 69 districto militar bastará que para director geral de artilharia seja nomeado um official superior, com um capitão como adjunto, estabelecendo outras disposições	3
N. 7 — Resolve sobre qual o valor da ferragem, no actual semestre, para os animaes em serviço na commissão strategica de Aguassú e na colonia militar de Chopim e declara que animaes occupados em diversos serviços devem ser forrageados á custa dos cofres publicos, com milho, na proporção de tres kilogrammas por dia e por animal	4
N. 8 — Manda declarar não poder effectuar-se o pagamento do soldo de inactividade a um pharmaceutico reformado do Exército, sem a exhibição da respectiva patente	5
N. 9 — Manda declarar que na palavra — pensão — mencionada no § 2º do art. 1º do decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado, estão comprehendidos o soldo dos reformados e o vencimento dos aposentados	6
N. 10 — Declara que só os commandantes de districtos e de guarnições podem fazer uso do telegrapho, devendo os de unidades recorrer áquelles para obterem ou darem informações de caracter urgente.	6

N. 11 — Declara que, visto serem praças de pret os aspirantes a official só podem continuar nas fileiras do Exercito mediante engajamento	7
N. 12 — Declara que as praças transferidas para o Asylo de Invalidos da Patria, por haverem sido admittidas no Hospicio Nacional de Alienados, depois de restabelecidas da molestia que determinara essa admissão, deverão regressar a seus corpos	7
N. 13 — Em resposta a uma consulta, declara que, desde 1891 está suspensa a execução do posto medico, a que se refere a primeira parte da consulta; que a segunda parte fica prejudicada com a solução dada a primeira; que deve ser fielmente cumprido o determinado no § 21 do art. 83 do actual regulamento para o serviço interno dos corpos	11
N. 14 — Declara que não se deve abonar fardamento a um inferior que, tendo concluido o tempo em que era obrigado a servir, ainda não teve baixa do serviço do Exercito, por estar paralytico	9
N. 15 — Declara que as praças nas condições das de que trata a lei n. 1.598, de 19 de dezembro de 1909, se abonará unicamente a importancia das peças de fardamento a que se refere a tabella n. 3 em vigor porque em caso contrario, ficarão prejudicados os inferiores, e que não se deverá passar titulo de divida de peças de fardamento não recebidas por qualquer circumstancia	9
N. 16 — Responde a uma consulta sobre toques de corneta e sobre assistencia de perto ás paradas das guardas	10
N. 17 — Recommenda não se dever tornar effectiva compra alguma, sem preceder nota da Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, para o devido pagamento, observando-se os preceitos indicados em seguida	11
N. 18 — Torna responsaveis os chefes de repartições ou estabelecimentos subordinados ao Ministerio da Guerra pelas despesas excedentes dos creditos concedidos pelo Congresso Nacional ou por ordens do Governo, como as que se referem a obras e despesas miudas	12
N. 19 — Autoriza o commandante do Asylo de Invalidos da Patria a conceder baixa do serviço ás praças que, ahí incluídas, forem julgadas incapazes para o serviço do Exercito, depois de obterem alta do Hospicio Nacional de Alienados	12
N. 20 — Resolve sobre qual procedimento que se deve ter com relação a abono de vencimentos a dous guardas de artilharia e deposito, transferidos para a Intendencia Geral da Guerra com procedencia do Arsenal de Guerra desta Capital	13
N. 21 — Indeferê um requerimento pedindo reversão para a arma de artilharia de um 1º tenente aggregado a de infantaria, sendo o seu nome collocado no Almanak da Guerra entre os dos 1ºs tenentes daquela arma	13
N. 22 — Declara que o aviso n. 32, de 21 de janeiro findo, não autorizou as intendençias districtaes a se proverem directamente nos mercados, recebendo da Intendencia Geral armamento, munição, etc., que não possam ser preparados fóra das fabricas e arsenaes militares ou que por seus preços exaggerados não devam ser adquiridos nos mercados dos Estados	13
N. 23 — Declara que os commandantes de divisões a seu cargo podem dar aos officiaes e praças oito dias de dispensa do serviço, e os de brigada seis dias	16
N. 24 — Declara que todo o fardamento das praças do Exercito deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadrões e baterias, e não propriedade das praças, e que não se deve tirar o direito ao titulo de divida de fardamento que as praças venceram e não receberam até 31 de dezembro de 1907	16

	PAGS.
N. 25 — Declara estar resolvida pelo disposto no art. 15 do regulamento para o serviço do Exército em campanha uma consulta do coronel commandante do 32º batalhão de infantaria	20
N. 26 — Declara que o § 2º do art. 1º da lei n. 1.687, de 13 de agosto de 1907 se refere unicamente a pensões que dos cofres publicos federaes receberem os habilitandos, em attenção aos serviços de guerra	20
N. 27 — Recommenda dever-se continuar a aceitar voluntarios e engajados, como determina a lei de fixação de forças para o corrente anno, observando-se os tempos de serviço estabelecidos em seguida	21
N. 28 — Declara que, na falta de empregado da Delegacia Fiscal do Thezouro em Matto Grosso para constituição do conselho de que trata o art. 26 das instrucções para o serviço das intendencias militares, deverá substitui-lo um empregado de Fazenda, tirado, no caso vertente, da Alfandega de Matto Grosso	22
N. 29 — Declara que, sob a acção do decreto n. 3.586, de 17 de janeiro de 1866, vigora o criterio consignado na tabella n. 1 de fardamento, contando-se da data da praça o tempo para vencimento de outra peça de fardamento	22
N. 30 — Declara que o engajamento de praças deve ser feito de conformidade com a lei de fixação de forças vigente, pelo prazo de um a dous annos, quando não houver interrupção de praça e de dous annos, no caso contrario.	23
N. 31 — Manda dar conhecimento aos commandantes de districtos militares sobre soluções tomadas a respeito de creditos do orçamento da Guerra.	23
N. 32 — Declara que ás praças casadas que terminarem o tempo de serviço e logo depois queiram continuar como engajadas, não se applica a disposição do art. 3º, alinea a, das instrucções approvadas por decreto n. 6.850, de 20 de fevereiro ultimo	24
N. 33 — Declara que aos officiaes que seguem para a Europa a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos militares competem os vencimentos que percebiam quando obtiveram essa permissão	24
N. 34 — Indefere um requerimento pedindo contagem pelo dobro a um official graduado do Exército, do periodo decorrido de 1 de abril a 5 de outubro de 1897.	25
N. 35 — Declara que os logares vagos de ajudante, commandante de companhia, etc. em corpos em que servirem ao mesmo tempo officiaes addidos por falta de effectivos ou outro motivo e alheos a ellos, resolvem o caso o aviso n. 1.370, e a 3ª condição do de n. 999, de junho e abril ultimos	26
N. 36 — Manda que seja expedida ordem aos commandantes de corpos no sentido de serem enviados a Fabrica de Cartuchos e Artilharias de Guerra os estojos servidos e as balas de cartuchos da munição consumida nas linhas de tiro e exercicios em que se tornar possível recolhel-os.	28
N. 37 — Manda que sejam averbados nos assentamentos dos medicos e pharmaceuticos do Exército o tempo em que serviram como adjuntos, independentemente de ordem da autoridade competente e desde que esteja bem apurado o referido tempo.	29
N. 38 — Manda providenciar para que as intendencias militares sejam autorizadas a fazer aquisição de artigos pelos processos adoptados na Intendencia Geral da Guerra.	29
N. 39 — Concede autorização para admissão de civis na linha de tiro da guarnição do 32º batalhão de infantaria do Exército	30
N. 40 — Responde a informações pedidas ao chefe do Estado-Maior do Exército pelo commandante superior da Guarda Nacional de S. Paulo	30

	PAGS.
N. 41 — Resolve a respeito de uma consulta feita pelo intendente do 4º distrito militar ao intendente geral da Guerra, sobre supprimentos feitos pela Intendencia Geral	31
N. 42 — Declara que ao official do Exercito encarregado do Pombal Militar de Porto Alegre se poderá abonar somente a gratificação de função a que tem direito como subalterno	32
N. 43 — Declara que a importância das peças de fardamento de recruta no ensino que se abona aos engrajados deverá ser paga integralmente, seja qual for o tempo de engajamento	33
N. 44 — Defero um requerimento em que se pede contagem de tempo de serviço pelo dobro no hospital de sangue estabelecido no extinto Arsenal de Guerra da Bahia, durante as operações de guerra exercitadas em Canudos	34
N. 45 — Declara que a qualquer sózio do Club Militar que tiver acesso por promoção será feito o desconto da respectiva mensalidade, devida por esse acesso, mediante apenas a declaração do official promovido	35
N. 46 — Manda declarar que, realizada a matrícula na Escola de Artilharia e Engenharia dos aspirantes a official de corpos da guarnição do 1º distrito, deverão elles ser excluidos dos corpos e incluídos nas companhias de alumnos, enquanto estiverem matriculados	35
N. 47 — Declara ficarem autorizados os corpos e estabelecimentos militares a mandar fazer por conta do saldo existente nos cofres dos conselhos economicos os concertos do mobiliario, utensílios e viaturas, etc.	36
N. 48 — Approva a resolução tomada pelo commandante do 3º distrito militar de determinar que, a partir de 1 de dezembro anterior, fossem os cavallos do respectivo piquete forrageados pelo 5º batalhão de artilharia, sendo estabelecida a necessaria escripturação em conta corrente	36
N. 49 — Defero o requerimento de um capitão, pedindo ser considerado com a graduação no posto de major, por contar, quando teve reforma, 29 annos, 11 mezes e 19 dias de serviço	37
N. 50 — Declara que deverá ser imposta á firma Behrend, Schmidt & Comp., a perda da caução de 500\$, que depositaram para garantia do termo de encomenda, para a aquisição de um automovel, visto ter sido rejeitado o automovel apresentado, etc.	41
N. 51 — Declara que os docentes encarregados de accumulação de cadeiras e aulas devem ter os vencimentos que lhes competem como professores, etc.	42
N. 52 — Declara que, creada a arma de engenharia em virtude da lei n. 1.390, de 4 de janeiro findo, as vagas que se derem deverão para o futuro ser preenchidas pelos officiaes da arma como acontece nas outras	43
N. 53 — Manda declarar quaes os vencimentos que competem aos officiaes nomeados para servir nas Prefeituras do Territorio do Acre, antes e depois da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1905	43
N. 54 — Manda declarar que os pharmaceuticos e adjuntos do Exercito, quando transferidos de umas para outras guarnições, perceberão ajuda de custo	44
N. 55 — Declara que deverão ser acompanhados da fé de officio ou certidão de assentamento dos interessados os requerimentos pedindo attestados que comprovem as alterações occorridas com officiaes e praças do Exercito e não consignadas	44
N. 56 — Providencia sobre a aceitação de cidadãos que quizerem alistar-se como voluntarios de manobras e espedices, de accordo com o disposto no regulamento approved pelo decreto n. 6.017, de 8 de corrente	44

N. 57 — Ao ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores roga a expedição de instrução para a introdução da instrução do tiro de guerra e evoluções militares em todos os estabelecimentos de ensino secundario mantidos pela União, pelos Estados ou municipios, inclusive os equiparados	45
N. 58 — Manda que prosiga o conselho de guerra a que responde um soldado por crime de deserção, apesar de já ter sido absolvido por outros crimes, por estar soffrendo de alienação mental.	46
N. 59 — Manda providenciar sobre composição das juntas de alistamento militar de que trata o regulamento que baixou com o decreto n. 6.947, de 8 do corrente.	51
N. 60 — Marca o prazo para a recepção de declarações escriptas dos 1. ^{as} e 2. ^{as} tenentes, legalmente habilitados, de aceitarem ou não transferencia para a arma de engenharia.	51
N. 61 — Manda sustar desde já a distribuição de peças de fardamento que não foi feita na época do respectivo vencimento ás praças de pret do Exército	52
N. 62 — Declara que o limite marcado no art. 73 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, não se applica ás praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, e que se engajarem sem interromper o tempo de serviço no Exército activo.	52
N. 63 — Adopta instruções para as linhas de tiro organizadas em vista do estabelecido na lei n. 1.860, de 4 de janeiro, e no regulamento approved por decreto n. 3.947, de 8 de maio ultimos.	53
N. 64 — Manda remetter até 15 de agosto vindouro, á Secretaria de Estado, demonstração da despesa effectivamente paga no 1. ^o semestre deste anno.	55
N. 65 — Manda que sejam enviados, com a maior urgencia possivel, pedidos de artigos, com os respectivos preços ás delegacias fiscaes competentes, afim de que informem si ha credito.	56
N. 66 — Resolve a respeito de consultas do commandante interino do 3. ^o districto militar sobre voluntarios especiaes e para manobras, constantes de telegrammas.	59
N. 67 — Declara por quem será fornecido o livro de que trata o art. 65 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, o numero de folhas, e que será escripturado de accordo com o modelo B que acompanha o mesmo regulamento	57
N. 68 — Approva as instruções para o concurso de admissão no quadro de intendentes a que se referem os arts. 12, 13 e 16 do decreto n. 6.971, de 4 do corrente.	57
N. 69 — Manda adoptar um distinctivo para os voluntarios especiaes	60
N. 70 — Indefere um requerimento pedindo rectificação de posição, no Almanak da Guerra, de um official do Exército	60
N. 71 — Permite aos officiaes e funcionarios civis do Ministerio da Guerra consignarem de seus vencimentos as mensalidades com que contribuem para a Associação Mantenedora do Orphanato Ozorio	65
N. 72 — Declara que aos officiaes instructores militares dos collegios equiparados deverão ser pagos os seus vencimentos como promptos nos respectivos corpos	66
N. 73 — Defere o requerimento de um 1. ^o tenente reformado do Exército pedindo que a sua reforma fosse considerada no posto de capitão graduado.	66
N. 74 — Resolve sobre a interpretação a dar-se ao disposto no paragrapho unico do art. 120 do regulamento approved por decreto n. 6.465, de 29 de abril de 1907	67

INDICE DAS DECISÕES

1063

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIACAO E OBRAS PUBLICAS

	PAGS.
N. 1 — Approva as bases para as alterações provisórias nas tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.	1
N. 2 — Reitera ordens contidas no art. 12 das instrucções approvadas por portaria de 27 de maio de 1890, sobre despesas mensaes, ainda que concernentes ao material da Estrada de Ferro Central do Brazil.	2
N. 3 — Approva a preferéncia da localidade de Porto Velho para início das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamore	3
N. 4 — Recommenda providências sobre a largura da faixa do terreno destinada ás obras do primeiro trecho da Estrada de Ferro Madeira e Mamore e seu futuro desenvolvimento.	3
N. 5 — Revoga a portaria de 6 de junho de 1914, que alterou o art. 69 das instrucções que regem a commissão de prolongamento da Estrada de Ferro de Itaitubá	4
N. 6 — Approva a nova tabella proposta pela «Sorocabana Railway Company» para os fretes das de ns. 12 e 13 de suas tarifas para transporte de madeira bruta e aparelhada.	4
N. 7 — Communica debaixo de que condições ficou autorizada a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a depositar na «Société Générale pour favoriser le développement du Commerce et de l'Industrie en France» as importancias necessarias á construcção do trecho de linha do Porto União ao rio Uruguay, da mesma estrada	5
N. 8 — Manda declarar que o Governo resolveu approvar os planos e plantas anteriormente apresentados pelo representante do contractante das obras de melhoramento do porto do Rio Grande do Sul, referentes ao projecto do Sacco da Mangueira	6
N. 9 — Permite incluir na conta do capital da Companhia «Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil», além da já autorizada, a que exigirem os trabalhos referentes á conclusão da construcção e reconstrucção da linha de Megreje a Uruguayana, comprehendidos na parte restante do respectivo orçamento.	6

	PÁGS.
N. 10 — Declara quaes as plantas e mais documentos a que se refere a clausula XXVII do contracto para as obras da barra do porto do Rio Grande do Sul	7
N. 11 — Recommenda a remessa, improrogavelmente, até 15 de março proximo, das contas de fornecimentos relativos ao exercicio de 1907, da Estrada de Ferro Central do Brazil.	8
N. 12 — Declara que do despacho publicado no «Diario Official» de 27 de outubro de 1907 constam as razões pelas quaes deixou de ser attendida a Companhia Docas de Santos em um requerimento seu ao Sr. Presidente da Republica	8
N. 13 — Manda que, para resalva dos direitos da União, seja scientificada a Companhia Docas de Santos de que a seu cargo exclusivamente ficara qualquer responsabilidade proveniente da utilização do terreno junto ao Outeirinho II, antes de haver ella regularizado a respectiva aquisição e posse	9
N. 14 — Declara que, somente ficando a cargo da Companhia Docas de Santos ou do Estado de S. Paulo, qualquer responsabilidade, presente ou futura, poderá ser lavrada a escriptura de permuta do terreno onde esteve o extincto Arsenal de Marinha por outro equivalente junto ao Outeirinho II, pertencente ao referido Estado	9
N. 15 — Manda que seja intimada a Companhia Docas de Santos para não proseguir na construcção do caes, que está, assim, irregularmente executando além do porto junto do 2º outeirinho, onde termina a sua concessão, bem como na do caes concedido, cujo alinhamento alterou sem previa autorização do Governo	10
N. 16 — Manda observar as instrucções regulando os preços de venda e o processo da distribuição de lotes de terras em nucleos coloniaes, fundados por conta da União.	12
N. 17 — Autoriza o director da Estrada de Ferro Central do Brazil a providenciar para a transferencia da estatua do Conselheiro Manoel Barque de Macedo	22
N. 18 — Approva uma proposta do director da Estrada de Ferro Central do Brazil sobre o transporte do café na mesma estrada.	22
N. 19 — Responde a um pedido de informações constante do officio n. 297, de 19 de setembro de 1907, do 1º secretario da Camara dos Deputados	23
N. 20 — Approva as condições geraes e tabellas de preços para execução das obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil, pelo systema de tarefas	24
N. 21 — Communica que ao Congresso Nacional vai ser solicitado o necessario credito para representação do Brazil no Congresso Internacional Sul Americano, que se reunira em Buenos Ayres de 1 de abril a 24 de maio de 1910.	64
N. 22 — Approva a tabella dos dias de partida, demora nos portos e duração das viagens redondas dos paquetes do Lloyd Brasileiro, nas linhas de passageiros	64
N. 23 — Approva as providencias indicadas pelo director da Estrada de Ferro Central do Brazil sobre a exposição retrospectiva inaugurada na mesma estrada e sua transferencia para a Exposição Nacional, na Praia Vermelha.	68
N. 24 — Autoriza a Companhia Docas de Santos a permittir a atracação no trecho do caes entre Paqueta e o canal da doca do mercado dos paquetes transatlanticos que alli demoram poucas horas, além dos nacionaes de navegação costeira	68

- N. 25 -- Declara que a Companhia S. Paulo-Rio Grande tem direito a utilizar terrenos devolutos e naci-naes, bem como os comprehendidos nas sesmarias e prazos em virtude da concessão feita pelo decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1839, declarada efectiva pelo de n. 303, de 7 de abril de 1890. 69
- N. 26 -- Declara que os auxiliares de escripta da Estrada de Ferro Central do Brazil, não tendo titulo de nomeação se acham isentos do imposto do sello de que trata o decreto n. 3.594 de 22 de janeiro de 1909 70
- N. 27 -- Autoriza o abatimento de 25 % nas passagens de ida e volta, na Estrada de Ferro Central do Brazil, para as pessoas que se destinarem a visitar a Exposição Nacional de 1909, nesta Capital. 70
- N. 28 -- Autoriza o deposito em ouro, cessando, porém, o pagamento de juros garantidos, attendendo ao pedido feito pela Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil, de estudos relativos ao trecho de Balmoré a Itapura. 71
- N. 29 -- Approva as modificações propostas pelo director da Estrada de Ferro Central do Brazil, para execução das obras de prolongamento da mesma estrada 71
- N. 30 -- Substitue o art. 17 das instrucções provisórias approvadas, para a construção do ramal ferreo da Cruz Alta á foz do rio Itahy, no Estado do Rio Grande do Sul 72
- N. 31 -- Attendendo á proposta do director da Estrada de Ferro Oeste de Minas, reduz provisoriamente o vencimento annual do chefe do trafego da mesma estrada. 73
- N. 32 -- Recommenda que sejam feitas as necessarias deducções nas sobras das verbas de exercicios finhos, na Estrada de Ferro Central do Brazil. 73
- N. 33 -- Autoriza a remessa, por intermedio das respectivas secretarias de Estado, de orçamentos de installações de linhas eapparelhos telephonicos requisitados pelos diversos ministerios, ou as respectivas contas 74
- N. 34 -- Autoriza a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Navegação a assentar uma linha telegraphica ligando o escriptorio de Campinas ao de S. Paulo, para uso exclusivo do serviço da estrada, mediante as condições indicadas. 74
- N. 35 -- Modifica as disposições do paragrapho unico do art. 130 das condições regulamentares approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907. 75
- N. 36 -- A vista do que expoz o director da Estradas de Ferro Central do Brazil, declara supprimidas algumas palayras na pauta ou classificação geral de mercadorias comprehendidas nas tarifas approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907 75
- N. 37 -- Autoriza o prolongamento do ramal de Mattosinhos, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até a localidade denominada Aguas Santas, do municipio de Tiradentes, poucos kilometros distante daquelle cidade 76
- N. 38 -- Autoriza a celebração de contracto entre a Commissão Central de Estudos e Construção de Estradas de Ferro e os arrendatarios da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco. 76
- N. 39 -- Declara que o contracto de empreitada para a construção do Ramal de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brazil, foi celebrado em virtude de concorrência aberta pelo edital de 27 de novembro de 1883, publicado em 28 no «Diario Officiale» 77
- N. 40 -- Declara que a renda proveniente da exploração do immovel de ns. 114 e 12, da Avenida Central pela Companhia Docas de Santos

	PAGS.
tem de ser levada á conta do rendimento das obras do porto de Santos, como outras executadas pela mesma companhia, que hão de reverter á União	78
N. 40 — Autoriza a substituição, no Ramal de Porto Novo, do material rodante de tracção de bitola larga pelo de bitola estreita	78
N. 42 — Declara que a Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » deve promover as desapropriações e quaesquer outras providencias que se tornem precisas para a execução do seu contracto em relação aos predios da rua S. Francisco Xavier nas proximidades da estação do mesmo nome, da Estrada de Ferro Central do Brazil.	79
N. 43 — Resolve que sejam levadas á conta de capital da companhia arrendatária da rede de viação ferrea do Rio Grande do Sul, diversas importancias gastas pela mesma companhia, por não terem sido observados os projectos approvados, nem ter sido solicitada prévia prorogação dos aumentos executados nas respectivas obras.	79
N. 44 — Declara por que forma deverá ser feita a applicação da Tarifa autorizada pelo aviso n. 155, de 3 de outubro proximo passado, para o transporte de materiaes destinados a Academia de Commercio da cidade de Juiz de Fora.	80
N. 45 — Declara competir ao engenheiro chefe e director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro preparar os certificados precisos para os pagamentos de que tratam as clausulas VII e VIII do contracto transferido a « Madeira-Mamore Railway Company ».	80
N. 46 — Recommenda a respeito de providencias a tomar sobre transferencia do Ministerio da Fazenda de todos os proprios nacionaes, terrenos e demais bens do dominio federal, que não estejam applicados a serviços federaes	81
N. 47 — Dá instrucções para a comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife	82
N. 48 — Providencia sobre artigos que tiverem de ser importados com destino as repartições do Ministerio da Industria, Viacao e Obras Publicas	83

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

N. 1 — EM 3 DE JANEIRO DE 1908

Approva as bases para as alterações provisórias nas tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras

O Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica :

Attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, resolve approvar provisoriamente as alterações nas tarifas da referida estrada de ferro, de accordo com as bases que com este baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1908. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

BASES PARA AS OPERAÇÕES PROVISÓRIAS NAS TARIFAS DA ESTRADA DE FERRO DE CAXIAS A CAJAZEIRAS, A QUE SE REFERE A PORTARIA DESTA DATA

1^a, arame, sujeito á taxa de 5,5 réis por kilogrammas e por kilometro, pela tarifa 3, classe 2, passa a pagar pela classe 3... 4 réis. Grampos para pregar o arame pagará pela mesma tarifa e classe... 4 réis :

2^a, estrume, comprehendendo os adubos artificiaes ou chimicos, cinza de arvores, esterco de gado bovino, cavallar, caprino, ovino e de aves, osses e sangue, sujeito á taxa de 2 réis, por 10 kilogrammas e por kilometro, terá o abatimento de 75 %, quando completar a lotação de um ou mais vagões.

Fica isento de frete o vasilhame quando vazio e em retorno, sujeito á taxa de 2,5 réis, por 10 kilogrammas, da tarifa 3, classe 4, ou á de 6,5 réis da mesma tarifa e classe 1, ou á de 5,5 réis da mesma tarifa e classe 2.

3ª, canna e lenha, ficam sujeitas á taxa de 1\$400 por tonelada até 50 kilometros e 28 dahi em diante.

Quando a expedição da canna abrazer seis ou mais vagões será permitido completar esse numero de vagões com os carregados de lenha.

Directoria Geral de Obras e Viagão, 3 de janeiro de 1908.
— *José Freire Parreiras Horta*.

N. 2 — EM 13 DE JANEIRO DE 1908

Reitera ordens contidas no art. 8º das instrucções approvadas por portaria de 27 de maio de 1899, sobre despesas mensaes, ainda que concernentes ao material, da Estrada de Ferro Central do Brazil

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Contabilidade — 1ª secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1908.

Reitero as ordens contidas no art. 8º das instrucções approvadas por portaria de 27 de maio de 1899, para que as despesas mensaes, ainda que concernentes ao material, não excedam o duodecimo das sub-consignações ou consignações votadas para os serviços a cargo dessa repartição, excepto por motivos justificados, como quando a prestação do serviço aproveitar a um periodo maior do que o correspondente á quota duodecimal e durante o qual não tenha de se reproduzir o mesmo serviço, cabendo em taes casos expôr as razões do excesso.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

— Identicas ás demais repartições annexas.

N. 3 — EM 16 DE JANEIRO DE 1908

Approva a preferencia da localidade de Porto Velho para inicio das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 2 — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1908.

A vista do que expuzestes em officio n. 9, de 14 de novembro do anno proximo findo, resolvo approvar a preferencia que destes á localidade de Porto Velho para inicio das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro chefe da commissão fiscal da construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 4 — EM 18 DE JANEIRO DE 1908

Recommenda providencias sobre a largura da faixa do terreno destinada ás obras do primeiro trecho da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré e seu futuro desenvolvimento

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 3 — Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1908.

Inteirado da vossa communicação feita por officio n. 12, de 25 de novembro ultimo, a respeito dos estudos do primeiro trecho da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, na extensão de 16,566 metros, a partir de Porto Velho, constante das plantas, cadernetas e perfis longitudinal e transversal-type, annexos ao mesmo officio, e já approvedos na fórmula do n. VII do art. 4º das instrucções de 18 de abril do anno proximo passado, declaro-vos, em resposta, que, de perfeito accôrdo com o que propondes, deveis providenciar para que nos dous primeiros kilometros dessa linha ferrea tenha 200 metros de largura a faixa do terreno destinada ás respectivas obras e seu futuro desenvolvimento.

Convém, outrossim, que os estudos enviados a este Ministerio sejam sempre acompanhados de uma planta geral indicando em escala reduzida o tracado da estrada de modo a permittir a facil apreciação da direcção adoptada.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro chefe da commissão da construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 5 — EM 18 DE JANEIRO DE 1908

Revoga a portaria de 6 de junho de 1904, que alterou o art. 6º das instrucções que regem a commissão de prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité

O Ministro de Estado da Industria, Viagão e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve revogar a portaria de 6 de junho de 1904, que alterou o art. 6º das instrucções que regem a commissão do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1908. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida*.

N. 6 — EM 27 DE JANEIRO DE 1908

Approva a nova tabella proposta pela « Sorocabana Railway Company » para os fretes das de ns. 12 e 13 de suas tarifas para transporte de madeira bruta e apparelhada

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viagão — 2ª secção — N. 21 — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, de accôrdo com o vosso officio n. 3, de 13 do corrente mez, que fica approvada a nova tabella proposta pela *Sorocabana Railway Company*, para os fretes das de ns. 12 e 13, de suas tarifas destinadas aos transportes de madeira bruta e apparelhada, nas seguintes proporções :

De 0 a 150 kils.....	240 réis por 5 tons. kils.
De 151 » 200 »	200 » » » » »
De 201 » 200 »	100 » » » » »
De 251 em diante.....	50 » » » » »

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro chefe da Fiscalização da Rede de Viagão de S. Paulo.

INDICE DAS DECISÕES

DO

Ministerio da Fazenda

	Página
N. 1 — Declara que vão ser emitidos novos sellos para a cobrança do imposto de consumo sobre phosphores de produção nacional . . .	1
N. 2 — Recommenda aos chefes das repartições do Ministerio da Fazenda que se abstenham de autorizar a construção de obras sem previa concessão dos respectivos creditos	2
N. 3 — Recommenda providencias a fim de que os agentes fiscaes dos impostos de consumo obtenham relatorios e balanços das companhias anonymas que funcionarem nas suas circumscripções, a fim de remetter-os a Directoria do Serviço de Estatística Commercial	2
N. 4 — Recommenda a fiel observancia das disposições das leis n. 52, de 1933 (art. 59) n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904 (art. 16, 2ª parte) e n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905 (art. 39, § 39), que fixam o limite maximo das quantias que podem ser recebidas de cada contribuinte em moedas de cobre, nickel e prata	3
N. 5 — Attende a uma reclamação do Lloyd Brasileiro referente a recibos de passagens, passados no porto de procedencia, em vez do porto de desembarque, como ate agora	3
N. 6 — Declara que a nota dilacerada que tiver mais de metade de um lado pode ser recebida e trocada na Caixa de Amortização e nas delegacias fiscaes por outra de igual valor, si for reconhecida verdadeira	4
N. 7 — Proroga por seis mezes os prazos estabelecidos para o troco das moedas de cobre do antigo cunho por moedas de bronze	5
N. 8 — Recommenda providencias para a remessa de uma relação dos predios que se acham alugados pelo Governo da União nos Estados para serviços do Ministerio da Fazenda, com indicação do preço do aluguel	5
N. 9 — Declara que o sal deve ser acompanhado de guia de pagamento do respectivo imposto na viagem da salina ate ao porto de seu destino	5
Decisões de 1903.	1 —

	Págs.
N. 10 — Recommenda aos chefes das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda a rigorosa observancia dos arts. 97 e 99 e seus parágraphos, do regulamento anexo ao decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1911	6
N. 11 — Annulla a circular expedida em 23 de novembro do anno findo, sob n. 49.	7
N. 12 — Declara que devem figurar na lista de materias annexa á circular n. 5, de 10 de fevereiro da 1917, longueiros metallicos, vigamentos metallicos e coque para fundição.	7
N. 13 — Approva a relação das materias para os quaes a Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, cessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, pode solicitar isenção de direitos.	7
N. 14 — Recommenda a remessa de uma relação completa dos objectos e materias importados por companhias ou empresas de estradas de ferro.	19
N. 15 — Communica a resolução de ser cobrada percentagem em ouro sobre os direitos a que estiverem sujeitas mercadorias levadas a leilão nas alfandegas e mesas de rendas, abandonadas mediante requerimento dos respectivos consignatarios.	19
N. 16 — Communica terem sido concedidos a vapores do Lloyd Real Hollandez os favores de que trata o decreto n. 4.957, de 4 de maio de 1872.	20
N. 17 — Recommenda que pelos delegados fiscaes nos Estados seja preparado o processo de liquidação do tempo de serviço dos empregados sujeitos a sua jurisdicção, aposentados ou reformados.	29
N. 18 — Communica que aos vapores da empresa de vapores transatlanticos de Pinillos, Izquierdo & Comp., com sede em Cadix, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872.	21
N. 19 — Recommenda que nos processos de dividas de exercicios findos sejam feitas as sobras das verbas a que pertenciam tres despezas, quanto correntes, as necessarias de lúquos.	21
N. 20 — Ordena cobrança de sello das certidões requeridas pelos habilitados a percepção do soldo vitalicio concedido pelo decreto legislativo n. 1.007, de 13 de agosto de 1917, assim de provarem que nenhum pensão recebem dos cofres publicos.	22
N. 21 — Communica estar isento do imposto de consumo o calçado fabricado na Penitenciaría de Ouro Preto e destinado ás praças da Brigada Policial do Estado de Minas Geraes.	23
N. 22 — Reitera aos delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados a recommendação da circular n. 5, de 9 de fevereiro do corrente anno.	23
N. 23 — Resolve convidar o Governador do Estado do Amazonas a designar um funcionario estadual para entender-se com o delegado fiscal do Thesouro no Estado, a fim de estabelecer-se um «modus vivendi» a respeito da questão levantada relativamente ao desembarço do vapor nacional «Eurico», e outros assumptos.	23
N. 24 — Recommenda communicação á Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal de todas as remesas de nickel do antigo cunho e de cobre á Casa da Moeda.	24
N. 25 — Declara só isento do sello federal os papeis que pagarem o imposto de transmissão de propriedade da União, sendo exigivel sello proporcional de todos os sujeitos a imposto de transmissão de propriedade estadual ou municipal, qualquer que seja a forma pela qual se realize a transmissão.	24

	PAGS.
N. 26 - Recommenda que sobre reemissão de moedas de nickel do antigo cunho se observe o que determina a circular do Ministerio da Fazenda n. 17, de 15 de abril de 1903	25
N. 27 - Declara prorogado por mais seis mezes o prazo para o recolhimento da moeda de cobre	25
N. 28 - Declara que a comissão de 1/4 % de que tratam as instrucções de 30 de dezembro de 1837, deve ser abonada do saldo verificado entre as entradas e sahidas durante um semestre	26
N. 29 - Declara revogadas as disposições contidas na circular do Ministerio da Fazenda, n. 21, de 15 de junho de 1904.	26
N. 30 - Declara ter sido assignado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal o termo relativo ao contracto entre o Governo e o Lloyd Real Hollandez para a arrecadação do imposto de transporte, mediante a comissão de 4 %	27
N. 31 - Recommenda a remessa trimestralmente ao Ministerio da Guerra de uma demonstração detalhada do estado das diversas verbas de despeza do mesmo ministerio.	27
N. 32 - Declara terem sido concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, a vapores da Empresa de Navegação Transatlantica Sueca «Johnson Line»	28
N. 33 - Communica ter-se pedido que fôssẽ feitas anotações nos registros das embarcações que o Lloyd Brasileiro deu em penhor para cobrir a responsabilidade do Governo no emprestimo pedido ao mesmo Lloyd	28
N. 34 - Communica terem sido concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, a vapores da Empresa de Navegação Transatlantica Sueca «Johnson Line»	29
N. 35 - Declara que a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» não está isenta do pagamento da taxa de 2 % ouro, destinada as obras do porto do Rio Grande do Sul.	29
N. 36 - Declara que não é possivel ser dispensado o exame pelas alfandegas das bagagens de officiaes do Exercito e da Armada quando viagem em vapores que tenham transitado por portos estrangeiros, o qual, entretanto, e sempre feito de accordo com o art. 390 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas	30
N. 37 - Recommenda o cumprimento restricto do disposto na circular deste ministerio sob n. 36, de 7 de novembro de 1907.	30
N. 38 - Recommenda a remessa á Directoria de Contabilidade do Thesouro dos requerimentos de habilitação ao soldo vitalicio instituido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, pedindo certidão de ser ou não pensionistas dos cofres publicos	31
N. 39 - Recommenda a fiel observancia das instrucções mandadas executar pela circular n. 15, de 23 de fevereiro de 1902.	31
N. 40 - Recommenda providencias no sentido de ser impedido aos invalidos da Marinha, domiciliados nos Estados, estabelecerem consignações, e de se lhes ser permitido instituir procuradores, no caso de impossibilidade provada de comparecerem á competente estação pagadora.	32
N. 41 - Recommenda aos delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados o cumprimento da decisão deste ministerio, n. 525, de 9 de outubro de 1907, sobre moedas de prata, nickel e bronze	32
N. 42 - Declara que se acham em pleno vigor os arts. 437 e 438 e seguintes da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de	

	Págs.
Rendas, estabelecendo o serviço especial de fiscalização dos generos e mais objectos importados com isenção de direitos aduaneiros	33
N. 43 - Declara que os requerimentos de habilitandos ao soldo vitalicio, pedindo certidão de serem ou não pensionistas dos cofres publicos levem ser endereçados ao Ministro da Fazenda e não aos delegados fiscaes	33
N. 44 - Declara não poder ser restituída uma quantia descontada a titulo de imposto sobre vencimentos	34
N. 45 - Declara que os livros destinados ao casamento civil não estão sujeitos ao imposto do sello	34
N. 46 - Recommenda que o imposto do sello seja sempre cobrado das nomeações dos membros da Justiça Federal, e novamente arrecadado o que porventura lá tenha sido restituído aos interessados	35
N. 47 - Comunica ter sido providenciado sobre a remessa de documentos dos annos de 1926 e 1927, necessarios á Repartição Geral de Estatística para a organização de um trabalho sobre a situação financeira dos Estados da Republica	35
N. 48 - Pede que os artigos que tiverem de ser importados com destino ás repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores venham consignados ás mesmas repartições	36
N. 49 - Declara que a despesa com a cobrança judicial de multas corre intencionalmente por conta da metade das mesmas multas devida aos fiscaes ou empregados que a ella tenham direito	36
N. 50 - Recommenda que estampas para annuncios encomendadas, vigorando a ordem de 25 de maio de 1927, sejam despachadas de accordo com a mesma ordem prevalecendo para identica marca foria encomendada depois de expedida a ordem n. 132, de 15 de julho ultimo, nova classificação e cobrança da taxa de 38, allí determinadas	37
N. 51 - Pede ao Governador do Estado do Para providenciar a fim de que não sejam arrendadas para os cofres do Estado, em sello por verba, importancias devidas a União e relativas a documentos apensos sob o sello federal, e recolhidas as quantias indevidamente arrecadadas por tal forma	37
N. 52 - Recommenda que as a minisitrações postaes nos Estados sejam suppridas das quantias necessarias para pagamento de despesas das sub consignações — Aluguel de casas, e outras da verba — Correios	38
N. 53 - Comunica ao Governador do Estado de Santa Catharina que a isenção de direitos que pede o reitor do Gymnasio Santa Catharina depende de prova de que o dito estabelecimento não pensa ensino gratuito, nas condições exigidas pelo art. 29, e 35, das disposições preliminares da tariffa vigente	38
N. 54 - Autoriza a Camara Syndical dos Correctores de Fundos Publicos a admitir a negociação e cotação official na Bolsa um emprestimo contratado pelo Estado do Espirito Santo	39

Ministerio da Fazenda

N. 1 — EM 8 DE JANEIRO DE 1908

Declara que vão ser emittidos novos sellos para a cobrança do imposto de consumo sobre phosphoros, de produção nacional.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda que, para a cobrança do imposto de consumo sobre phosphoros, de produção nacional, vão ser emittidos novos sellos cujos principaes característicos são os seguintes:

Tem a fôrma rectangular, medem 24 millimetros de altura por 14 de largura e são impressos na cor verde, pelo processo de gravura em talho doce. No centro, fechado em um circulo, destaca-se um busto de mulher, tendo na cabeça um capacete ornado de dous dragões.

No alto do sello lê-se a palavra «Brazil» em letras brancas e sobre uma placa; abaixo desta, acompanhando a fôrma circular, leem-se tambem em letras brancas os dizeres «Imposto do phosphoro».

Na base do sello está a palavra «réis» em letras brancas, encimada pelo n. «20» em caracteres ornados.

Dos angulos inferiores partem dous ornatos que guarnecem os algarismos do valor e a parte inferior do circulo, já mencionado.

David Campista.

N. 2 — EM 21 DE JANEIRO DE 1908

Recommenda aos chefes das repartições do Ministerio da Fazenda que se abstenham de autorizar a construcção de obras sem prévia concessão dos respectivos creditos.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1908.

Recommendo aos Srs. chefes das repartições deste Ministerio que se abstenham de autorizar a construcção de obras e quaesquer concertos ou reparos nos edificios em que funcționarem as repartições a seu cargo, sem prévia concessão dos respectivos creditos, ficando pessoalmente responsaveis pelas despesas que se verificarem contrarias a esta recommendação.

David Campista,

N. 3 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1908

Recommenda providencias afim de que os agentes fiscaes dos impostos de consumo obtenham relatorios e balanços das companhias anonymas que funcționarem nas suas circumscripções, afim de remettel-os á Directoria do Serviço de Estatistica Commercial.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1908.

Attendendo ao que solicitou a Directoria do Serviço de Estatistica Commercial em officio n. 14, de 30 de janeiro proximo findo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que providenciem para que os agentes fiscaes dos impostos de consumo obtenham os relatorios e balanços das companhias anonymas que funcționarem nas suas respectivas circumscripções e os remettam á mesma directoria, com regularidade e pontualidade, devendo essa remessa começar pelas publicações daquella natureza, referentes ao ultimo semestre do anno de 1907.

David Campista,

N. 4 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1908

Recommenda a fiel observancia das disposições das leis n. 52, de 1833 (artigo 5º), n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904 (art. 16, 2ª parte) e n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905 (art. 30, § 3º), que fixam o limite maximo das quantias que podem ser recebidas de cada contribuinte em moedas de cobre, nickel e prata.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1908.

Attendendo ao que propoz a Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal em sua representação de 17 do mez proximo passado, acerca do facto de ter o collecter das rendas federaes em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, recebido, de uma só vez, a quantia de 1:463\$500, em moedas de cobre e nickel, em pagamento do imposto de sal, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados providenciem para que pelas collectorias existentes nos mesmos Estados sejam fielmente observadas as disposições das leis n. 52, de 1833 (art. 5º), n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904 (art. 16, 2ª parte) e n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905 (art. 30, § 3º), as quaes fixam o limite maximo das quantias que podem ser recebidas de cada contribuinte em moedas de cobre, nickel e prata.

David Campista.

N. 5 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1908

Attende a uma reclamação do Lloyd Brasileiro referente a recibos de passageiros, passados no porto de procedencia, em vez do porto de desembarque, como até agora.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que, attendendo ao que requererem M. Buarque & Comp., proprietarios do Lloyd Brasileiro, resolvi autorizar sejam accettos os recibos de passageiros, etc., passados no porto de procedencia, em vez do porto de desembarque, como até agora; ficando obrigado o empregado deste ministerio que, por qualquer motivo, interromper a sua viagem a communicar, immediatamente, esse facto á repartição de Fazenda existente na loca-

lidade respectiva, a qual por sua vez transmittirá directamente essa comunicação á Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, affin de ser tomada em consideração quando se houver de providenciar sobre o pagamento das passagens, etc., fazendo-se a necessaria glosa.

Outrosim, declaro aos mesmos Srs. chefes, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o empregado que deixar de fazer a comunicação alludida será responsavel pelo que de mais for pago no Lloyd Brasileiro.

David Campista.

N. 6 — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que a nota dilacerada que tiver mais de metade de um lado pôde ser recebida e trocada na Caixa de Amortização e nas Delegacias Fiscaes por outra de igual valor, si for reconhecida verdadeira.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1908.

Chegando a este ministerio constantes reclamações sobre a recusa, por parte de bancos, agencias e estações de estradas de ferro, das notas do Governo com quaesquer rasgões, declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para que façam constar aos interessados, que, de accordo com o art. 198 do decreto n. 6.711, de 7 de novembro de 1907, a nota dilacerada que tiver mais de metade de um lado pôde ser recebida e trocada na Caixa de Amortização e nas delegacias fiscaes por outra de igual valor, si for reconhecida verdadeira, só tendo cabimento a recusa, em relação ás que tiverem metade ou menos de metade e as que, tendo mais de metade, forem compostas de dous lados extremos, porque estas só poderão ser trocadas, ainda que reconhecidas verdadeiras, si o portador justificar á satisfação da Junta Administrativa da Caixa de Amortização que, por força maior, foi consumida ou extraviada a porção que falta.

David Campista.

Regimento interno do Instituto Nacional de Musica, a que se refere a portaria desta data

PRIMEIRA PARTE — CURSO TECHNICO

DO ENSINO

Art. 1.º A subdivisão dos cursos, o numero de professores para cada um delles, as horas de lição, o numero de alumnos em cada classe, as condições de admissão nos diversos cursos, as taxas de matricula, os cursos paralelos obrigatorios e o programma geral do ensino regulam-se da forma seguinte:

I — SECÇÃO ELEMENTAR

CURSO DE SOLFEJO

Diurno e nocturno

Subdivisão — Duas épocas de um anno, cada uma.

Professores — Seis.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de 80 alumnos.

Condições de admissão — Idade de nove a 20 annos, elementos de instrução primaria e classificação em exame de admissão.

Taxa de matricula — 15\$ annuaes para a 1ª e 2ª épocas.

Programma — Notação musical, metrica, tonalidade, theoria geral das escalas e dos accóordes, ornamentos, transporte, solfejo e dictado.

II — SECÇÃO VOCAL

CURSO DE CANTO

Diurno

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professores — Tres.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de oito alumnos.

Condições de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo e conhecimento de teclado e das linguas franceza e italiana.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época e 25\$ para a 2ª.

Cursos parallellos obrigatorios — Solfejo e teclado.

Programma — Emissão, formação e desenvolvimento da voz; respiração; exercicios de vocalização e de ornamento; exercicios de articulação e recta pronuncia portugueza, franceza e italiana; estudos de todos os estylos nos generos sacro e profano; grandes arias e trechos classicos; peças de conjunto; exercicios de leitura á primeira vista, technica das vozes e sua physiologia.

III — SECÇÃO INSTRUMENTAL

A — CURSO DE TECLADO

(Diurno)

Subdivisão — Uma época de tres periodos.

Professor — Auxiliar de ensino de 1ª ou de 2ª classe.

Horas de lição — Seis por semana para cada classe de oito alumnos.

Condição de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes.

Curso parallello obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição, articulação, escalas, harpejos, destacados de pulso, ante-braco e dedos. Leitura á 1ª vista. Applicação progressiva da technica desde os estudos elementares até a execução de peças comprehendidas no 3º periodo do curso de piano.

B — CURSO DE PIANO

(Diurno)

Subdivisão — Tres épocas de tres periodos cada uma.

Professores — Cinco.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de oito alumnos na 1ª época, e de nove na 2ª e 3ª épocas.

Condição de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época, 25\$ para a 2ª e 30\$ para a 3ª.

Curso parallello obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição, articulação, escalas em todos os tons e modos, em oitavas, decimas, sextas e terceiras simples e duplas por movimento parallello e contrario, polyrythmicas e chromaticas, destacadas e ligadas; harpejos sobre todos os acórdos e fórmás, destacados de pulso, ante-braco e dedos; trinado, dynamica e resistencia. Estylo. Applicação progressiva

da technica desde os estudos e pegas elementares até á musica de concerto de difficuldade transcendental. Leitura á 1ª vista, transporte e conjuncto de musica de camera.

C — CURSO DE ORGÃO

(Diurno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana para seis alumnos.

Condições de admissão — Habilitação na 2ª época do curso de piano e conhecimento da 1ª e 2ª épocas do de harmonia.

Taxa de matricula — 208 annuaes para a primeira epocha e 258 para a segunda.

Cursos parallelos obrigatorios — Harmonia, 3ª epocha, e contra-ponto e fuga.

Programma — Dedilhado; exercicios a duas e mais partes reaes; deslocação da mão; technica do pedal; regisração; acompanhamento (realização de baixo cifrado, canto-chão romano, choral); transporte; improviso. Conhecimento da estrutura do orgão.

D — CURSO DE HARPA

(Diurno)

Subdivisão — Tres épocas, sendo a primeira de tres periodos, a segunda e terceira de dous.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 11 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 208 annuaes para a 1ª epocha, 258 para a 2ª e 308 para a 3ª.

Cursos parallelos obrigatorios — Solfejo e teclado.

Programma — A harpa e seus accessorios; afinação; posição; notas presas; exercicios nos diversos intervallos; pedaes; escalas maiores e menores dos diversos intervallos simples e duplos; trinado; *glissé*; sons harmonicos; ornamentos. Leitura á primeira vista; transporte. Applicação progressiva da technica desde os estudos e pegas elementares até á musica de concerto de difficuldade transcendental. Conjuncto.

E — CURSO DE VIOLINO

(Diurno e nocturno)

Subdivisão — Tres épocas, de tres periodos cada uma.

Professores — Tres.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de oito alumnos.

Condição de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época, 25\$ para a 2ª e 30\$ para a 3ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição; articulação; arcada; gradação do som; exercicios; escalas; harpejos; destacados; trinado; portamento; *glissé*; sons harmonicos. Applicação progressiva da technica desde os estudos e peças elementares até a musica de concerto de difficuldade transcendental. Leitura á primeira vista; transporte; conjuncto de musica de camera e orchestral.

F — CURSO DE VIOLETA

(*Diurno e nocturno*)

Subdivisão — Tres épocas, sendo a 1ª de tres periodos, a 2ª e 3ª de dois.

Professores — Tres.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de oito alumnos.

Condição de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época, 25\$ para a 2ª e 30\$ para a 3ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição; articulação; arcada; gradação do som; exercicios; escalas; harpejos; destacados; trinado; portamento; *glissé*; sons harmonicos. Applicação progressiva da technica desde os estudos e peças elementares até a musica de concerto de difficuldade transcendental. Leitura á primeira vista; transporte; conjuncto de musica de camera e orchestral.

G — CURSO DE VIOLONCELLO

(*Diurno e nocturno*)

Subdivisão — Tres épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condição de admissão — Classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época, 25\$ para a 2ª e 30\$ para a 3ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição; articulação; arcada; gradação do som; exercicios; escalas; harpejos; destacados; trinado; portamento; *glissé*; sons harmonicos. Applicação progressiva da te-

cnica desde os estudos e peças elementares até a musica de concerto de difficuldade transcendental. Leitura á primeira vista; transporte; conjunto de musica de camera e orchestral.

II — CURSO DE CONTRA-BAIXO

(Nocturno)

Subdivisão — Tres épocas, sendo a primeira de tres periodos, a segunda e terceira de dous.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 15 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 208 annuaes para a 1.^a época, 258 para a 2.^a e 308 para a 3.^a.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Posição; arcada; gradação de som; exercicios; escalas; harpejos; sons harmonicos. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e peças elementares até á musica de concerto de difficuldade transcendental. Leitura á primeira vista; transporte; conjunto de musica de camera e orchestral.

I — CURSO DE FLAUTA

(Nocturno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 208 annuaes para a 1.^a época e 258 para a 2.^a.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; escalas em todos os tons e modos; harpejos; ligação; destacados; notas repetidas; affinação; trinado; respiração. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e peças elementares até á musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte; conjunto orchestral e de musica de camera.

J — CURSO DE OBOÉ

(Nocturno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época a 25\$ para a 2ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; escalas em todos os tons e modos; harpejos; ligação; destacados; notas repetidas; afinação; trinado; respiração. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e peças elementares até á musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte; conjunto orchestral e de musica de camera.

K — CURSO DE FAGOTE

(*Nocturno*)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época a 25\$ para a 2ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; escalas em todos os tons e modos; harpejos; ligação; destacados; notas repetidas; afinação; trinado; respiração. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e peças elementares até á musica de concerto, musica de camera.

L — CURSO DE CLARINETE E CONGENERES

(*Nocturno*)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1ª época a 25\$ para a 2ª.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; escalas em todos os tons e modos; harpejos; ligação; destacados; notas repetidas; afinação; trinado; respiração. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e peças elementares até á musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte; conjunto orchestral e de musica de camera.

M — CURSO DE TROMPA

(Nocturno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1.^a época a 25\$ para a 2.^a.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; respiração; duração prolongada e igual do som; resistencia; escalas; harpejos; destacados; trinado; velocidade. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e trechos elementares até a musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte e conjuncto orchestral.

N — CURSO DE CLARIM E CORNETIM

(Nocturno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1.^a época a 25\$ para a 2.^a.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; respiração; duração prolongada e igual do som; resistencia; escalas; harpejos; destacados; trinado; velocidade. Applicação progressiva da technica, desde os estudos e trechos elementares até a musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte e conjuncto orchestral.

O — CURSO DE TROMBONE, SAXHORN BAIXO (TUBA) E CONGENERES

(Nocturno)

Subdivisão — Duas épocas, de tres periodos cada uma.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana, para oito alumnos.

Condições de admissão — Idade minima de 12 annos e classificação em exame de admissão de solfejo.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes para a 1.^a época a 25\$ para a 2.^a.

Curso paralelo obrigatorio — Solfejo.

Programma — Formação do som; respiração; duração prolongada e igual do som; resistencia; escalas; harpejos; ligação; destacados; trinado; velocidade. Applicaçào progressiva da technica, desde os estudos e trechos elementares até á musica de concerto. Leitura á primeira vista; transporte e conjuncto orchestral.

IV — SECÇÃO PREPARATORIA E COMPLEMENTAR DE COMPOSIÇÃO

A — CURSO DE HARMONIA

(*Diurno*)

Subdivisão — Tres épocas, de um anno cada uma.

Professores — Tres.

Horas de lição — Seis por semana, para cada classe de 16 alumnos.

Condições de admissão — Habilitação no curso de solfejo e no 1º periodo de teclado.

Taxa de matricula — 15\$ annuaes.

Curso paralelo obrigatorio — Teclado.

Programma — Acustica musical. Formação e encadeamento dos accóordes — Rythmo. Harmonia tonal, modulante e chromatica. Realização de baixos e cantos.

B — CURSO DE CONTRA-PONTO E FUGA

(*Diurno*)

Tempo — Uma época, de tres periodos.

Professor — Um.

Horas de lição — Seis por semana para quatro alumnos.

Condição de admissão — Habilitação no curso de harmonia.

Taxa de matricula — 20\$ annuaes.

Programma — Contra-ponto simples em todas as especies a duas e mais partes. Córos duplos. Imitações regulares e irregulares a duas e mais partes. Canone. Contra-ponto invertivel a duas e mais partes. Fuga.

C — CURSO DE INSTRUMENTAÇÃO

(*Diurno*)

Subdivisão — Uma época, de tres periodos.

Professor — Um.

Horas de lição — Quatro por semana, para quatro alumnos.

Condição de admissão — Habilitação no curso de harmonia.

Taxa de matrícula — 20\$ annuaes.

Programma — Conhecimentos theoricos dos instrumentos, sua classificação e divisão, caracter e natureza. Combinações. Orchestração. Orchestração, para banda militar, de marchas, dansas, sonatas, etc. Transcripção de orchestra para banda. Analyse e leitura de partituras.

D — CURSO DE COMPOSIÇÃO

(Diurno)

Subdivisão — Uma época, de tres periodos.

Professor — Um.

Horas de lição — Quatro por semana, para quatro alumnos.

Condições de admissão — Habilitação nos cursos de contra-ponto e fuga e instrumentação, podendo este ser feito parallelamente.

Taxa de matrícula — 20\$ annuaes.

Programma — Dansas antigas, thema com variações; canção; sonatina; sonata; rondó; adagio; quartetto; symphonia; motete; missa; oratorio; opera. Analyse e leitura de partituras.

Paragrapho unico. Os programmaes contidos neste artigo comprehendem apenas as indicações essenciaes, devendo ser desenvolvidos.

Art. 2.º Nas cadeiras constituidas por mais de um curso, quando houver candidatos á matricula em todos elles, a admissão será de oito alumnos, no maximo. Nos cursos de contra-ponto e fuga, instrumentação e composição, o numero de alumnos variará de quatro até 12, conforme a relação em que cada curso se achar, quanto aos demais; de modo que, apresentando-se á matricula em um delles numero maior de alumnos do que o estabelecido neste regimento, a admissão se effectuará na proporção das vagas existentes nos dous outros, guardando sempre todos elles, entre si, a mesma relação.

Art. 3.º A admissão, nos casos de que trata o artigo anterior, será feita pelo modo que o director julgar mais conveniente, tendo em vista os interesses do ensino e a classificação obtida pelos candidatos em exame ou concurso.

Art. 4.º Por indicação dos respectivos professores, alguns alumnos alevantados do curso de flauta, oboé, clarinete e fagote farão exercicios especiaes, os do primeiro destes cursos, em flautim, os do segundo, no corn-inglez, os do terceiro, em *cor de basset* ou no clarinete baixo, e os do quarto, no contra-fagote.

Art. 5.º O director, reconhecendo a necessidade do funcionamento á noite, de certas classes diurnas, conforme este regimento, assim o determinará.

Art. 6.º Os auxiliares do ensino serão nomeados para os cursos de canto e de instrumento, de accordo com as suas aptidões, e distribuídos pelas diversas classes, conforme as exigências de cada uma.

DOS CONCERTOS

Art. 7.º Os concertos do instituto constituem uma secção do ensino, abrangendo a musica de camera, symphonica e vocal, com ou sem acompanhamento, e nelles tomarão parte os alumnos para isso habilitados.

Art. 8.º O pessoal dos executantes, canteres ou instrumentistas, comprehende cinco categorias:

1.ª, os professores do instituto;

2.ª, os auxiliares de ensino de 1.ª classe;

3.ª, os alumnos diplomados pelo instituto e os artistas que tiverem exercido o cargo de auxiliar de ensino;

4.ª, os artistas em numero determinado e estranhos ao instituto, escolhidos entre os que residem nesta Capital, comprehendendo-se nesta categoria os alumnos que forem profissionais em instrumento diverso daquelle que estudam no estabelecimento, e cujo auxilio seja vantajoso;

5.ª, os auxiliares de ensino de 2.ª classe, e os alumnos dos cursos de canto e de instrumento, designados pelo director, de accordo com os respectivos professores.

Art. 9.º O director poderá convidar ou contractar artistas *virtuosi* ou directores de orchestra, de nomeada, residentes no estrangeiro ou nesta Capital ou que nella se acharem de passagem, para tomar parte nos concertos, estipulando-se, previamente, os seus honorarios.

Art. 10. O numero de executantes da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias, é limitado como segue: Para a parte instrumental: 12 violinos, quatro violetas, quatro violoncellos, quatro contra-baixos, duas flautas, dois oboés, dois clarinetes, dois fagotes, quatro trompas, dois clarins ou cornetins, tres trombones, um timbaleiro e uma harpa. Para a parte vocal: 10 sopranos, 10 meio-sopranos e contraltos, 10 tenores e 10 baixos.

Art. 11. A orchestra completa dos concertos constará de 12 primeiros violinos, 10 segundos, oito violetas, seis violoncellos e seis contra-baixos e de todos os outros instrumentos que forem necessarios. Haverá alumnos supplentes, que deverão assistir a todos os estudos e ensaios, para tomarem o lugar dos ausentes.

Art. 12. Os côros compor-se-ão de 12 sopranos, 12 meio-sopranos ou contraltos, 16 tenores e 16 baixos, inclusive quatro coryphéos, sendo um de cada grupo de vozes. Haverá ainda 16 coristas supplentes, crianças, destinados á execução de côros escriptos.

Art. 13. Os coryphéos poderão ser escolhidos entre os alumnos, e auxiliarão os chefes de côros na direcção dos estudos parciais de cada grupo.

Art. 14. Os regentes substitutos deverão fazer os ensaios e dirigir os concertos, quando forem chamados a substituir o director. De accordo com o mesmo, organizarão os programmas dos concertos que dirigirem.

Art. 15. O secretario encarregar-se-á da escripturação dos concertos em livros devidamente rubricados pelo director, requisitando do thesoureiro os apontamentos indispensaveis para ter em dia o *livro caixa* e o dos executantes; lavrará todos os termos e contractos necessarios e autorizados pelo director; o processará todas as contas que lhe forem apresentadas pelo thesoureiro, afim de serem visadas pelo director. O sub-secretario e o amanuense auxiliarão o secretario nesse serviço.

Art. 16. Ao thesoureiro compete:

1.º, fazer todas as despezas necessarias e autorizadas pelo director;

2.º, dar pontualmente ao secretario todos os apontamentos indispensaveis para a escripturação do *livro caixa*, o qual sera rubricado pelo director;

3.º, fornecer ao secretario, após cada concerto, uma relação das faltas em que tiverem incorrido os executantes das diversas categorias pelo seu não comparecimento aos ensaios e concertos;

4.º, apresentar, depois de cada concerto, a competente demonstração da receita bruta e da despesa geral especificada;

5.º, pagar, approvadas as contas apresentadas, as quotas devidas, mediante recibos passados em livro especial.

Art. 17. A receita compor-se-á da venda dos bilhetes de ingresso aos concertos e das subvenções.

A despesa constará dos honorarios e gratificações ao pessoal empregado nos concertos e de todos os gastos com impressões, annuncios, cópias e mais despezas imprevistas.

Art. 18. O producto liquido da receita será dividido em quotas independentemente dos descontos em que possam ter incorrido os executantes, pela fórmula seguinte: cinco quotas para o patrimonio do instituto; quatro, para o regente principal; tres, para os regentes substitutos que tiverem exercicio; duas, para os executantes de 1.ª categoria; uma, para os de 2.ª, 3.ª e 4.ª; e meia quota, para os de 5.ª categoria. Os regentes substitutos receberão tambem as quotas a que tiverem direito, como executantes de 1.ª categoria.

O professor que fór convidado para reger, accidentalmente, uma ou outra pega, no correr do anno, nada receberá além da sua parte como executante de 1.ª categoria.

Art. 19. Aos executantes de 3.ª e 4.ª categorias é licito tomar parte nos concertos, mediante preços previamente estipulados, não tendo, neste caso, direito á quota estabelecida no art. 18.

Art. 20. Da importancia da quota ou quotas que couber a cada executante, 25 — representam o valor do concerto, sendo o restante dividido pelo numero de ensaios havidos. O executante só terá direito á parte relativa ao concerto ou ensaio a que houver prestado o seu concurso.

Art. 21. O thesoureiro terá direito a duas quotas, como professor do instituto, sejam ou não aproveitados os seus

serviços artisticos nos trabalhos dos concertos e ensaios. Em caso algum perceberá parte maior.

Art. 22. O secretario, o sub-secretario e o amanuense, pelos serviços que, na conformidade do art. 15, houverem prestado, terão direito, em cada concerto, a uma gratificação, na importância de duas quotas, para o primeiro; de uma para o segundo, e de meia quota para o terceiro.

Sendo o cargo de thesoureiro exercido pelo sub-secretario, receberá este uma gratificação igual á do secretario, não tendo direito a nenhuma outra remuneração.

Art. 23. Todo executante deverá apresentar-se 15 minutos, ao menos, antes da hora marcada para o ensaio e meia hora antes da que fór annunciada para o concerto.

Art. 24. Aquelle que habitualmente faltar com a pontualidade necessaria aos ensaios e concertos poderá ser dispensado de continuar a prestar os serviços premeitados, considerando-se vago o lugar que occupava.

Art. 25. Os alumnos que tornam a 5.^a categoria, pelas faltas que derem, as quaes serão contadas como se fossem nas aulas, incorrerão nas penas previstas no regulamento e neste regimento, observado o disposto no art. 20.

Art. 26. A falta autorizada pelo director é considerada justificada.

Art. 27. Para a primeira leitura e para os dous ultimos ensaios, nenhuma dispensa será autorizada sem que se allegue motivo muito poderoso e de força maior, a juizo do director.

Art. 28. Os descontos soffridos pelos executantes por falta de comparecimento aos ensaios e concertos reverterão a favor do patrimonio do instituto.

Art. 29. As despesas de cada concerto serão pagas na secretaria do instituto, nos dias uteis, das 11 horas ás 3 da tarde, depois de apurada a respectiva receita.

Art. 30. Do total das subvenções que forem concedidas aos concertos do instituto, 40 % são destinados aos concertos de musica de camera e o restante aos symphonicos.

Art. 31. A verba votada para auxilio aos concertos do instituto, constante do orçamento, será entregue ao director, por adiantamento, de uma só vez, e considerada como receita dos concertos, para o effeito do disposto no art. 18, do que o mesmo funcionario prestará notas, opportunamente.

DAS CLASSES

Art. 32. Os dias e o horario de cada classe serão determinados pelo director.

Art. 33. A entrada nas aulas durante as horas de lição será vedada aos alumnos que a ellas não pertença e ás pessoas estranhas ao instituto, salvo autorização do director.

DOS AUXILIARES DE ENSINO

Art. 34. São applicaveis aos auxiliares de ensino, de 1.^a e 2.^a classes, as disposições do art. 31 do regulamento, excepto as de ns. 11, 12 e 14, sendo porém, extensiva a estes a do n. 1.

Art. 34. Os auxiliares de ensino, nas suas relações com os alumnos, têm direito à mesma obediencia e ao mesmo respeito devidos aos professores; os auxiliares de ensino, de 2.^a classe, porém, ficam sujeitos à mesma disciplina commum aos outros alumnos.

DOS ALUMNOS

Art. 36. O alumno deverá comparecer á hora da lição na respectiva aula, e ahí conservar-se com toda a attenção e respeito, esmerar-se no asseio e apresentar-se decentemente trajado.

Art. 37. Os alumnos entrarão para as classes depois do professor. Terminada a hora da lição, não poderão ahí permanecer sem a competente autorização.

Art. 38. Antes de concluidos os trabalhos de sua classe, o alumno não poderá retirar-se, sem licença do professor ou do director.

Art. 39. O alumno deverá portar-se com decencia, prestar obediencia aos seus superiores e abster-se de dar signaes de applauso ou reprobção em actos publicos ou peculiares do instituto.

Art. 40. Não serão concedidas licenças aos alumnos senão por motivos imperiosos. No caso de doença deverá acompanhar ao requerimento um attestado de medico. A licença deverá ser solicitada por pessoa da familia do alumno, ou por quem o represente.

Art. 41. É absolutamente prohibido ao alumno sem a precisa autorização do seu professor e do director:

1.^o, tomar lições fóra do instituto;

2.^o, tocar ou cantar e concerto publico ou de sociedade particular;

3.^o, fazer executar ou imprimir qualquer composição sua.

Art. 42. O alumno que quizer tomar parte como musico de orchestra ou cantar em espectaculos publicos, deverá munir-se para isso de uma autorização especial do director.

Art. 43. As faltas dos alumnos deverão ser justificadas dentro de oito dias, em participação escripta ao director, não podendo, em hypothese alguma, ser consideradas como tempo de licença.

Art. 44. Todo alumno é obrigado á lição em classe, incorrendo em falta igual ao não comparecimento aquelle que, sem motivo justificado, a ella se recusar.

Art. 45. Não poderão ser justificadas durante o anno mais de 20 faltas, devendo considerar-se vago o logar do alumno que exceder esse numero. Os militares e educandos dos estabelecimentos federaes e municipaes, porém, em razão do serviço que

lhes é peculiar, só perderão o direito á matricula si as faltas excedentes áquelle numero forem além do maximo da licença que pôde ser concedida dentro do anno.

Art. 46. Nenhum candidato poderá matricular-se nos cursos de canto e de instrumento, sem que tenha sido classificado em exame ou concurso de admissão. Todavia, si depois de admittidos todos os candidatos classificados, ainda houver vaga, poderá o director mandar admittir á matricula, no periodo inicial dos mesmos cursos, os que tiverem os preparatorios exigidos por este regimento, dando preferencia aos que reunam melhores notas.

Paragrapho unico. A disposição contida na primeira parte deste artigo é applicavel áquelles que já tiverem sido alumnos do instituto e requererem a sua readmissão.

Art. 47. Os alumnos pagarão a taxa de matricula de 1 a 15 de março; excepto quando estiverem na dependencia de exame ou concurso. Neste caso deverão pagar a matricula até a vespéra da abertura das aulas.

Art. 48. Nenhum alumno poderá frequentar as aulas sem haver entregado á secretaria do instituto o recibo da respectiva taxa de matricula, sendo declarado vago o lugar do alumno que o não fizer até a vespéra da abertura das mesmas.

Art. 49. Os candidatos á matricula classificados nos exames e concursos de admissão, e que por falta de vaga não forem admittidos antes da abertura das aulas, ficarão inscriptos aguardando a sua inclusão, até o dia 30 de abril, para os cursos de solfejo e harmonia, e até o dia 31 de maio para os de canto e de instrumento.

Paragrapho unico. Os candidatos não aproveitados ficam dispensados, dentro do prazo de tres annos, de novo exame dos cursos preparatorios parallelas, si nelles tiverem sido julgados habilitados.

Art. 50. Têm preferencia para a matricula no curso de solfejo, os candidatos classificados nos exames ou concursos de admissão de canto ou de instrumento e que obtiverem vaga nesses cursos. As vagas restantes serão preenchidas pelos candidatos á matricula em solfejo, na seguinte ordem:

1º, os que obtiverem nota *optima* e classificação em exame ou concurso de admissão de canto ou de instrumento;

2º, os que obtiverem nota *optima* no exame de solfejo, sem classificação em canto ou instrumento;

3º, os que obtiverem nota *boa* e classificação em exame ou concurso de admissão de canto ou de instrumento;

4º, os que obtiverem nota *boa* no exame de solfejo, sem classificação em canto ou instrumento;

5º, os que obtiverem nota *suffirent* no exame de solfejo e classificação em canto ou instrumento;

6º, os que obtiverem nota *suffirent*, sem classificação em canto ou instrumento.

Paragrapho unico. Em igualdade de condigõe, tem preferencia o candidato de menor idade.

Art. 51. É applicavel aos alumnos do curso de teclado o disposto no art. 448 do regulamento.

Art. 52. No acto de ser admittido á matricula nos cursos especiaes que tiverem mais de um professor, o candidato declarará com qual deseja estudar, para o que será convidado pelo director.

Si o candidato, por falta de vaga na classe que pretenda, deixar de matricular-se, só poderá ser depois incluído em qualquer outra, esgotada a lista dos candidatos classificados.

Paragrapho unico. São considerados cursos especiaes, para o effeito de que trata este artigo, os de canto e de instrumento.

Art. 53. Nas classes de ensino individual, é facultado ao alumno fazer até dous periodos dentro do anno lectivo nas épocas determinadas no regulamento para os exames de sufficiencia.

Art. 54. As notas de frequencia, aproveitamento e comportamento dos alumnos serão dadas mensalmente nos mappas de classe e lançadas no livro de matricula.

Art. 55. As notas de classe serão expressas da seguinte fórma:

J, falta justificada; N. J, falta não justificada. Aproveitamento: N, nenhum; P, pouco; R, regular; B, bom; M, muito. Comportamento: 1, exemplar; 2, bom; 3, soffrivel; 4, irregular. A média das notas tirar-se-á no fim do anno lectivo, e as faltas de um mez só poderão ser justificadas até o dia 8 do mez seguinte.

Art. 56. Os danos causados no edificio, moveis, instrumentos ou livros do instituto serão levados em conta dos delinquentes, aos quaes serão applicadas as penas disciplinares do art. 176 do regulamento.

DOS EXAMES E CONCURSOS DE ADMISSÃO

Art. 57. Na segunda quinzena de março proceder-se-á aos exames e concursos de admissão, devendo comparecer áquelles os candidatos á matricula nos cursos de solfejo, teclado, harmonia, contra-ponto e fuga, composição e 1.^a época dos de canto e de instrumento; a este os alumnos nos casos do art. 130 do regulamento e os candidatos á matricula nas demais épocas dos mesmos cursos de canto e de instrumento.

Art. 58. Proceder-se-á aos exames de admissão dos cursos de solfejo, harmonia, contra-ponto e fuga, instrumentação e composição de accôrdo, com o preceituado no art. 1.^o deste regimento e respectivos programmas de ensino, com a seguinte alteração: Para ser admittido á matricula na 1.^a época do curso de solfejo, o candidato será submettido ao seguinte programma:

1.^o Dictado no tom de Dó maior, em compasso simples, de rythmo facil;

2.^o Solfejo na clave de Sol, no tom de Dó maior, de rythmo facil;

3.^o Leitura metrica na clave de Fá e conhecimento dos compassos simples e compostos, dos valores, da formação da escala do modo maior e dos intervallos nella comprehendidos.

Art. 59. Nos exames de admissão de canto e de instrumento, o candidato será submettido a duas provas; uma de sua livre escolha — trecho ou peça — e outra de escolha da mesa examinadora — mecanismo. Nos concursos de admissão, as provas serão tres para os cursos de órgão e piano, e duas para os de canto e demais instrumentos, exigindo-se para o concurso de uma época os exercicios, escalas, harpejos e estudos da época anterior, segundo a natureza do curso, e um trecho ou peça de livre escolha do candidato.

Art. 60. O programma detalhado desses exames e concursos será affixado na portaria do instituto, 10 dias, ao menos, antes da realização dos mesmos.

Art. 61. A classificação dos candidatos será feita por ordem de merecimento, pela forma seguinte:

1º, nos exames de solfejo, a commissão julgadora declarará, no respectivo mappa, a época em que o candidato deva ser classificado e a nota de cada prova — *optima, boa, soffrivel* ou *má*, sendo classificado o candidato que não obtiver, ao menos, soffrivel em theoria e em dictado ou solfejo. A nota optima valerá tres pontos, a boa dous e a soffrivel um, não tendo valor a nota má;

2º, nos exames de harmonia e nos exames ou concursos de canto ou de instrumento, excepto teclado, a classificação será feita por ordem numerica e para cada uma das épocas em que se subdividem os cursos. Em teclado, a classificação será unicamente para um dos periodos do curso;

3º, nos exames de contra-ponto e fuga, instrumentação e composição, far-se-á a classificação por ordem numerica e para cada um dos periodos desses cursos.

DOS EXAMES DE SUFFICIENCIA, DE PROMOÇÃO E FINAES

Art. 62. Não se poderá exigir do alumno nenhuma prova sobre materia que não conste do programma do respectivo curso.

Art. 63. Ao professor designado para presidir a uma commissão examinadora incumbe decidir as questões de ordem e levar ao conhecimento do director qualquer irregularidade observada no acto dos annaes.

Art. 64. A relação dos alumnos que devam ser chamados a exame será affixada na portaria do instituto, com a necessaria antecedencia.

Art. 65. Cada turma terá o numero de examinandos que o director designar.

Art. 66. E' licito ao alumno, antes de começarem os exames, arguir de suspeito, em officio ao director, qualquer membro da commissão examinadora. Da decisão do director haverá recurso para o Governo.

Art. 67. O candidato que faltar á chamada para qualquer das provas de exame só poderá ser de novo chamado na mesma época, si justificar, perante o director, o motivo de sua falta, não o podendo ser, porém, mais de duas vezes na mesma época.

Art. 68. Os exames de sufficiência, em classe, realizar-se-ão no primeiro dia útil da segunda quinzena de julho e de novembro, começando pelos do ultimo periodo da época final, procedendo-se, quanto aos demais, pelo modo que o director julgar mais conveniente.

Serão submittidos a esses exames os alumnos dos cursos de canto e de instrumento, relacionados pelos respectivos professores, na forma do art. 143 do regulamento e do de n. 71 deste regimento.

Art. 69. A relação dos alumnos no caso do artigo antecedente deverá ser remittida á secretaria do instituto de 1 a 10 de julho e de novembro.

Art. 70. Nos cursos de contra-ponto e fuga, instrumentação e composição, o alumno que houver terminado um periodo só poderá ser promovido ao periodo immediato, em virtude de exame de sufficiência, precedendo communicação do respectivo professor.

Art. 71. Os alumnos admittidos nos cursos de canto e de instrumento até o dia 31 de maio farão exame de sufficiência na segunda quinzena de julho ou de novembro; os promovidos na segunda quinzena de julho farão exame na segunda quinzena de novembro do mesmo anno ou de julho do anno seguinte, sendo-lhes permittido, em um e outro caso, prestar exame em março.

Art. 72. Ao alumno dos cursos de canto e de instrumento que, no fim do tempo marcado para um periodo, não o tiver concluido, ser-lhe-á concedida prorrogação, por metade do anno escolar, caso tenha gosado licença por tempo nunca inferior a dois mezes, finda a qual, si não tiver ainda terminado os estudos do mesmo periodo, será eliminado do respectivo curso.

Art. 73. O alumno de qualquer época dos cursos de canto e de instrumento, que não seja a final, pois que neste caso, fica apenas sujeito ao disposto no art. 146, *in fine*, do regulamento, poderá obter prorrogação para concluir os estudos, si houver faltado a exame por motivo ponderoso, a juizo do director, e si a maioria das notas do anno forem boas, ouvido o seu professor. Esgotado o anno de prorrogação e não tendo concluido os estudos da mesma época, será eliminado do respectivo curso.

Art. 74. O alumno dos cursos de canto e de instrumento que, no decurso de uma época, houver gosado, por mais de uma vez, de prorrogação, por metade do anno escolar, para concluir os estudos, não terá direito á vantagem decorrente do art. 146 do regulamento; e no caso de prorrogação por uma só vez, só terá direito á nova prorrogação por mais metade do anno escolar.

Art. 75. Nenhum alumno fará exame final (de sufficiência) dos cursos de canto e de instrumento sem ter sido approvedo em exame final dos que lhes são parallelos obrigatorios, devendo o que houver de prestar aquelle exame ser submittido a este na mesma época.

Art. 76. Na occasião de ser chamado a exame de suffi-

ciencia, o alumno apresentará á commissão examinadora uma relação, visada por seu professor, dos exercicios, estudos e peças que tenha dado no correr do anno escolar e concernentes ao periodo em que estiver matriculado, afim de estabelecer a commissão as provas sobre as quaes deverá versar o exame.

§ 1.º A commissão examinadora exigirá do alumno as provas que o periodo, em que o mesmo se ache, comportar e que sirvam para demonstrar aproveitamento não só quanto á parte mecânica do instrumento, como na parte referente ao estilo ou interpretação e comprehensão dos autores.

§ 2.º Essas provas poderão ser divididas em duas até quatro partes, conforme a natureza do curso, comprehendendo-se nellas a leitura á 1.ª vista.

Art. 77. Os exames de promoção e finaes realizar-se-ão no primeiro dia util do mez de dezembro, sendo chamados a estes os alumnos que tiverem concluido os cursos de solfejo, harmonia, contra-ponto e fuga, instrumentação e composição; e aquelles, os que tiverem terminado uma época dos referidos cursos que não seja a final.

Art. 78. Estes exames constarão de duas provas: escripta e oral, excepto a de solfejo, que terá tres, assim designadas:

- 1.ª, escripta (dictado e transporte);
- 2.ª, solfejo á 1.ª vista;
- 3.ª, theoria.

A 1.ª e 2.ª provas serão escriptas especialmente para o acto, não se exigindo no exame da 1.ª época a prova de transporte.

Art. 79. Os alumnos de solfejo e harmonia serão arguidos, ao menos, por tres vogaes.

Art. 80. As provas escriptas de harmonia, contra-ponto e fuga, instrumentação e composição serão determinadas pelo presidente da commissão examinadora, que ouvirá os vogaes.

Art. 81. A prova escripta durará o tempo que a commissão examinadora entender sufficiente, segundo a natureza do curso, e será feita á tinta, em papel rubricado pela commissão examinadora e carimbado com o sello do estabelecimento.

Art. 82. E' vedado aos examinandos terem em seu poder papeis ou livros não permittidos pela commissão examinadora e communicarem-se entre si durante o trabalho das provas. Si algum precisar sair da sala de exame antes de terminado o mesmo trabalho, só poderá fazel-o com licença do presidente da commissão examinadora, que o mandará acompanhar por pessoa de confiança.

Art. 83. E' vedado a qualquer professor ou auxiliar do ensino postar-se junto ao alumno, na occasião da prova escripta.

Art. 84. Terminados os exames e julgadas as provas, separadamente, com a nota *optima*, *bona*, *soffrivel* ou *má*, que será lançada no mappa a esse fim destinado, a commissão decidirá sobre o resultado dos mesmos. As votações serão no-

minas e as decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, observado o disposto no § 2º do artigo seguinte.

Art. 85. As notas de exames serão: habilitação e insufficiencia.

§ 1.º A nota de habilitação nos exames de sufficiencia dá direito à promoção do alumno ao periodo immediato do curso, si o exame fôr de um dos periodos que não o ultimo de uma época; á inscripção aos concursos de admissão para a época seguinte, si relativo ao ultimo periodo de uma época que não fôr a final do curso; e á prova publica de que trata o art. 157 do regulamento, si relativo ao ultimo periodo da época final.

§ 2.º Nos exames de promoção e finais, a nota de habilitação dá direito à approvação *simples, plena* e com *distincção*. Será approvado plenamente o que tendo obtido unanimidade de votos favoraveis, obtiver igual resultado em segunda votação, que immediatamente se procederá; e com distincção, o que fôr proposto por algum dos membros da commissão julgadora e, em nova votação, alcançar todos os votos favoraveis, procedendo-se nos demais casos de julgamento conforme o disposto no artigo antecedente.

§ 3.º A insufficiencia obriga a repetição do periodo ou época conforme a subdivisão do curso, por metade do anno escolar, nos de canto e de instrumentos, e por um anno dos demais cursos, salvo o disposto no art. 155 do regulamento. A insufficiencia por duas vezes na mesma época importa em eliminação do curso em que ella se der. No caso de prerogação a que se referem os arts. 146 do regulamento, 72 e 73 do regimento, a insufficiencia impede ao alumno a repetição do periodo ou época e importa em eliminação do curso.

Art. 86. O alumno para ser approvado em solfejo deverá obter pelo menos soffrivel em dictado e theoria; em harmonia, contra-ponto e fuga, instrumentação e composição, soffrivel em todas as provas.

Art. 87. A nota má em prova escripta elimina para a prova oral.

Art. 88. O alumno que, embora feita a prova escripta, não terminar o exame na mesma época, terá de repetir a dita prova.

Art. 89. Os alumnos habilitados no exame final dos cursos de solfejo, canto e instrumento só terão direito á respectiva certidão, e no exame final dos de harmonia, contra-ponto e fuga, instrumentação e composição ao diploma de curso, segundo o modelo n. 1 annexo ao regulamento. Os alumnos que tiverem dado a prova publica a que se refere o art. 157 do regulamento, terão direito ao diploma de curso conforme o modelo de n. 2.

Art. 90. O resultado do julgamento será escripto e assignado pelos membros da commissão julgadora no mappa para esse fim destinado e transcripto no livro competente.

DAS PROVAS PUBLICAS

Art. 91. Os alumnos que tiverem concluido com proveito os cursos de canto e de instrumento serão submettidos, de

accôrdo com o art. 157 do regulamento, a uma prova publica, na qual será observado o seguinte programma:

Canto

A. Execução de uma peça em italiano ou francez, escolhida pelo director, com audiencia do respectivo professor;

B. Execução, de côr, de uma peça em francez ou italiano;

C. Execução, de côr, de uma peça ou peças, em portuguez, á escolha do alumno;

Piano

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiencia do respectivo professor;

B. Execução, de côr, de um preludio e fuga do «Clavecin sições de orgão de J. S. Bach, escolhido pela commissão julgadora, dentre quatro apresentados pelo alumno;

B. Execução, de côr, de uma peça ou peças á escolha do alumno.

Orgão

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiencia do respectivo professor;

B. Execução, de côr, de um preludio e fuga das composições de orgão de J. S. Bach, escolhido pela commissão julgadora, dentre quatro apresentados pelo alumno;

C. Execução, de côr, de uma peça ou peças, á escolha do alumno.

Violino

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiencia do respectivo professor;

B. Execução, de côr, de uma peça ou peças á escolha do alumno;

C. Execução, de côr, de um dos «Divertimentos» de Campagnoli, escolhido pela commissão julgadora, dentre quatro apresentados pelo alumno.

Violeta

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiencia do respectivo professor;

B. Execução, de côr, de uma peça ou peças á escolha do alumno;

C. Execução de um dos «Caprichos» op. 22 de Campagnoli, escolhido pela commissão julgadora, dentre quatro apresentados pelo alumno.

Violoncello

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiência do respectivo professor;

B. Execução, de cór, de uma peça ou peças, á escolha do alumno;

C. Execução, de cór, de um trecho de uma das seis Sonatas ou *Suites* de J. S. Bach ou dos XXI estudos de J. L. Dupport, escolhido pela commissão julgadora, dentre quatro de entre os autores, apresentados pelo alumno.

Outros instrumentos

A. Execução de uma peça á escolha do director, com audiência dos respectivos professores;

B. Execução, de cór, de uma peça ou peças, á escolha do alumno.

Art. 92. O alumno que, sem motivo justificado, deixar de comparecer á prova publica, perderá o direito de fazel-a em qualquer outra época. O que justificar poderá, a juízo do director, prestal-a no anno seguinte, não lhe sendo mais permitido fazel-a, si faltar ainda pela segunda vez.

Art. 93. Ao alumno que prestar a prova publica fóra do anno em que houver terminado o curso, não será concedido premio e somente o respectivo diploma. Todavia, si esse alumno, na execução das peças do programma, revelar qualidades artisticas apreciaveis, poderá a commissão julgadora mandar incluir na acta da sessão declarações em abono do mesmo e que serão apostilladas no respectivo diploma.

Art. 94. Os premios concedidos aos alumnos são: primeiro, segundo e terceiro, não se permitindo addicionarlhes nenhum outro qualificativo.

Art. 95. A distribuição de premios nas novas provas publicas de canto, se fará de accôrdo com a natureza das vozes.

Art. 96. O terceiro premio, menção honrosa, será conferido sem limitação, ao criterio da commissão julgadora.

Art. 97. Terminadas as provas publicas de um curso, a commissão julgadora reunir-se-á em sessão secreta, presidida pelo director e com a assistencia do secretario, para resolver sobre a concessão de premios aos alumnos, na fórma do art. 163 do regulamento. Finda a sessão, o secretario lavrará o respectivo term. para ser assignado por todos os membros.

Paragrapho unico. Além desse termo a commissão assignará um mappa, com a declaração das peças executadas pelos referidos alumnos.

Art. 98. O programma das provas publicas será affixado na portaria do instituto, na segunda quinzena de novembro, após a terminação dos exames finaes de sufficiencia, realizando-se essas provas 30 dias depois da affixação do referido programma.

Art. 99. O instituto aceitará quaesquer premios offerecidos por particulares e conferir-os-á aos alumnos laureados nos cursos do anno a que forem destinados taes premios, pela importancia ou ordem destes e dos premios do instituto.

Art. 100. A sessão solemne da distribuição dos premios far-se-á em dia designado pelo ministro, mediante proposta do director.

DAS SUBVENÇÕES ANNUAES

Art. 101. A inscripção para as subvenções annuaes será feita ao mesmo tempo que a das matriculas, precedendo publicação de edital, em que se farão conhecer as subvenções disponiveis que tenham de ser conferidas depois de findo o anno escolar.

Art. 102. As subvenções annuaes destinam-se aos cursos de violeta, violoncello, contra-baixo, oboó, fagote, clarinete, trompa, clarim e trombone e a ellas só poderão concorrer os alumnos do ultimo periodo de uma época.

Art. 103. O candidato á subvenção deverá juntar ao requerimento certificado de habilitação no periodo anterior da época.

Art. 104. O alumno inscripto que não fôr julgado habilitado no exame do ultimo periodo de uma época, não poderá concorrer á subvenção.

Art. 105. Os concursos para as subvenções realizar-se-ão em seguida aos exames de promoções e finais.

Art. 106. A commissão julgadora constará de quatro professores, sob a presidencia do director. Fallando á ultima hora um ou mais membros, o director nomeará substituto.

Art. 107. O concorrente será submettido ao seguinte programma:

1.^a execução de um trecho ou peça determinado pelo director, com audiencia do respectivo professor, 10 dias antes da realização do concurso;

2.^a leitura, á primeira vista, de um trecho e transporte do mesmo em um tom dado;

3.^a execução de uma melodia, peça, estudo ou exercicio, á escolha do concorrente.

Art. 108. O julgamento será feito pela forma indicada no art. 114 do regulamento, por votação nominal, sendo as decisões tomadas por maioria de votos.

DOS INSPECTORES

Art. 109. Compete aos inspectores e inspectoras, além do que se acha determinado no regulamento:

1.^a exigir dos alumnos a observancia rigorosa da disciplina;

2.^a verificar diariamente antes da abertura das aulas e depois de findos os trabalhos de cada classe, si tudo está em

ordem, e, no caso de reconhecer a existencia de qualquer danno nos moveis ou nos instrumentos, procurar saber qual o delinquente, fazendo immediatamente a devida communição ao director;

3.^o fazer a chamada dos alumnos nas classes de ensino colectivo, tomando nota dos ausentes em respectivas listas;

4.^o fazer a chamada dos alumnos das aulas de ensino particular, fazendo a chamada em nome do director.

ART. 110. — BIBLIOTHECA

Art. 110. A bibliotheca da escola pertence ao director. Abre-se ao publico, sob a immediata inspecção do director, devendo conservar-se aberta até ás 3 horas da tarde.

Art. 111. A pessoa que desejar consultar uma obra deverá dirigir-se ao bibliothecario, dando-lhe por escripto as indicações necessarias.

Art. 112. O ingresso na bibliotheca será facultado a todas as pessoas decentes e ordeiras, para consultas ou leitura de obras, partituras, etc., exceptuando aquellas de que trata o art. 113.

Art. 113. As obras raras, impressas ou manuscritas, e os autographos, não poderão ser consultados por estranhos, sem licença especial do director.

Art. 114. Não será permittido retirar obras da bibliotheca a titulo de emprestimo; apenas, em caso urgente e por conveniencia do ensino, poderão ser retirados os livros e as musicas necessarios para a direcção e estudos das classes.

Art. 115. Será permittido tirarem-se cópias de obras musicaes, excepto daquellas cujos direitos de autor ou de propriedade o vedem. Das cópias só poderão ser incumbidas pessoas de confiança do director. Em requerimento dirigido ao director, aquelle que desejar cópia responsabilizar-se-á pelos gastos, que correrão por sua conta.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 116. Assistirão aos exercicios praticos os alumnos que attingirem a certo grão de adeantamento. Os menores de 15 annos e as alumnas de qualquer idade poderão ser acompanhados por seus paes ou por pessoa que os represente.

Paragrapho unico. Serão distribuidos convites pessoais para o ingresso.

Art. 117. Os novos alumnos dos cursos de canto e de instrumento serão classificados pelos respectivos professores no periodo correspondente ao seu grão de adeantamento.

Art. 118. O processo dos concursos especiaes aos diplomas de professor obedecerá ao disposto no paragrapho unico, *in-fine*, do art. 170 do regulamento quanto aos concursos para pensionistas.

Art. 119. No impedimento ou falta do amanuense, servirá o inspector de alumnos que fôr designado pelo director.

Art. 120. Não poderá, sob pretexto algum ou responsabilidade de pessoa alguma, ser retirado do instituto qualquer moveel, utensilio, instrumento, musica, etc.

Art. 121. O comparecimento dos diversos funcionarios da administração ao serviço nocturno será regulado pelo director, que, attendendo ao maior ou menor expediente, poderá exigir a presença de todos diariamente ou permittir que se revezem por turnos no serviço.

Neste ultimo caso, o empregado que faltar nos dias designados pelo director perderá metade da respectiva gratificação.

Art. 122. As férias comprehendidas entre o encerramento dos trabalhos e a sua abertura poderão ser gozadas pelo pessoal administrativo e docente onde lhes approuver, sem prejuizo do serviço e dos vencimentos, precedendo autorização do ministro.

Art. 123. O acompanhador, o conservador e o afinador de pianos, em razão das funções inherentes aos respectivos cargos, assignarão o ponto á hora designada pelo director.

Art. 124. Os serventes usarão uniforme, fornecido pelo estabelecimento.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 125. As reduções do numero de alumnos em algumas classes, conforme este regimento, tornar-se-ão effectivas á proporção que se forem verificando vagas nas mesmas classes.

SEGUNDA PARTE — CURSO PREPARATORIO

DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Art. 126. A instituição do curso preparatorio é destinada a fornecer aos alumnos que se quizerem matricular no curso tecnico, e que não tiverem o preparo conveniente, os conhecimentos indispensaveis á sua cultura mental, de modo que lhes facilite a iniciação artistica na vida pratica.

Art. 127. Entende-se por *preparo conveniente* o conhecimento regular que o alumno prove ter das materias que constituem este curso.

Art. 128. A prova desse preparo o alumno fornecerá apresentando attestados de habilitação passados por qualquer estabelecimento official ou equiparado, ou sujeitando-se a exame, neste instituto, das materias do curso preparatorio, de accordo com as disposições deste regimento.

Art. 129. Si o alumno não se mostrar habilitado em todas as materias poderá, ou completar os seus conhecimentos, matriculando-se no curso para estudar as materias que lhe fal-

fazer, ou apresentar, dentro de dous annos a contar da data da sua matricula no curso tecnico, os attestados de que trata o artigo antecedente, provando, porém, desde logo, achar-se matriculado em qualquer estabelecimento official ou a elle equiparado.

Art. 130. O curso preparatorio será de caracter essencialmente pratico, comprehendendo as seguintes materias: portuguez, francez, italiano, elementos de geographia (noções de geographia geral e particularmente do Brazil), elementos de historia (noções de historia geral e particularmente do Brazil) e arithmetica até proporções, inclusive.

Art. 131. O estudo destas materias será feito em dous annos e distribuido do seguinte modo:

1º anno — Portuguez, francez, arithmetica e elementos de geographia;

2º anno — Portuguez, francez, italiano e elementos de historia.

DO ENSINO

Art. 132. O ensino do curso preparatorio terá por norma evitar toda e qualquer sobrecarga para os alumnos, e dar-lhes a necessaria folga para os estudos do curso tecnico.

Art. 133. As lições serão baseadas exclusivamente nos processos intuitivos, isentas de regras abstractas e feitas de modo que facilite ao alumno, pela applicação e repetição de exercicios praticos, a maior somma possivel de conhecimentos.

Art. 134. A feição caracteristica do ensino deve ser a exemplificação e o exercicio constante, fazendo-se as necessarias correções no quadro preto, de modo que todos os alumnos se possam guiar por ellas e fazer a competente applicação.

Art. 135. O estudo das diversas disciplinas é obrigatorio para todos os cursos technicos, excepto solfejo e tchado. Essa obrigatoriedade, porém, não é extensiva á 1ª epocha dos cursos de instrumento que se acharem subdivididos em tres epochas.

Art. 136. Os alumnos não poderão frequentar as aulas do 2º anno do curso preparatorio, sem que se mostrem habilitados, na conformidade do art. 128 deste regimento.

Art. 137. O ensino de todas as materias do curso será distribuido por seis professores, nomeados pelo ministro, sob proposta do director, sendo um para cada uma das materias constantes do art. 130 deste regimento.

Art. 138. Os programmas de ensino serão organizados pelos respectivos professores e só terão execução depois de **aprovados pelo corpo docente.**

Art. 139. Nesses programmas attender-se-á ao seguinte:

1.º No estudo da grammatica portugueza, deverá o professor limitar-se ao que é estritamente indispensavel á boa comprehensão da lingua e sua redacção, obrigando o alumno a exercicios graduados de redacção do pensamento e procurando familiarizal-o com os mais vernaculos prosadores e poetas brasileiros e portuguezes.

2.º O ensino das linguas franceza e italiana terá feição eminentemente pratica. Adoptar-se-á, para esse fim, o methodo que melhor conduza o alumno a fallar ou pelo menos a entender as referidas linguas, feitas, porém, quanto ao estudo daquella as reduções necessarias de modo que possa ser dado todo o programma em um anno.

3.º O ensino de arithmetica, de accôrdo com as mesmas estabelecidas neste regimento, será isento de abstracções, não admittindo, portanto, regras *a priori*, nem demonstrações que não sejam de ordem pratica.

As regras serão deduzidas pelos proprios alumnos, depois que souberem fazer o calculo, sendo este previamente ensinado, explicado e repetido pelos alumnos em classe. Os exercicios escriptos não deverão conter materia nova, sendo sempre o transumpto das lições dadas em classe.

Em relação ao systema metrico actual o professor industrializará os alumnos no conhecimento das áreas e dos volumes, explicando-lhes os rudimentos de geometria linear necessarios, fazendo depois a applicação das medidas convenientes.

4.º O ensino de geographia deverá cingir-se ao estudo succinto dos pontos mais importantes e indispensaveis, evitando o professor minucias desnecessarias.

5.º O estudo da historia deve ser uma exposição summaria e breve da vida dos povos, de modo por que cada um delles, isoladamente, por suas manifestações na arte, na sciencia, na politica e na religião, contribuiu para a historia e progresso da humanidade.

Art. 140. O numero de alumnos para cada aula não poderá exceder de 35.

Art. 141. Si o numero de alumnos matriculados em cada materia fôr superior ao estabelecido no artigo anterior, para cada aula, formar-se-á turma supplementar na classe em que houver excesso, a qual ficará a cargo do respectivo professor, que terá por esse accrescimento de serviço uma gratificação igual á metade dos seus vencimentos.

Art. 142. Na falta ou recusa do professor respectivo, o ministro nomeará, sob proposta do director, um professor extranho ao curso, com a gratificação igual a dous terços dos vencimentos do professor effectivo.

DOS EXAMES

Art. 143. Haverá duas épocas de exames para o curso preparatorio: uma em seguida ao encerramento das aulas e outra antes da respectiva abertura.

Art. 144. Para os exames da segunda época de que trata o artigo antecedente, constituir-se-ão tres mesas, sendo uma para os exames finais do curso e as outras duas para os exames de admissão aos 1.º e 2.º annos.

Art. 145. As mesas examinadoras serão organizadas na conformidade do art. 149 do regulamento.

Art. 146. Os exames serão prestados por cadeiras e as provas feitas de accôrdo com os programmas e métodos adoptados no ensino e pontos organizados na occasião pela respectiva commissão.

Art. 147. Os exames constarão de duas provas — escripta e oral — para cada materia, e o julgamento obedecerá ao disposto no art. 85 e seu § 2º deste regimento, havendo, porém, na approvação simples os grãos de um a cinco; e na plena, os de seis a nove, que servirão para indicar, em escala ascendente, o merecimento das provas. A approvação com distincção corresponderá o grão 10.

Art. 148. Nenhum alumno fará exame final de qualquer dos cursos mencionados no art. 3º do regulamento, excepto solteiro e teclado, sem ter sido approvado nas materias do 2º anno do curso preparatorio.

DO DIRECTOR

Art. 149. Ao director compete, além das attribuições mencionadas em diversos artigos do regulamento e deste regimento:

- 1.º A direcção economica do curso preparatorio;
- 2.º Designar os funcionarios do instituto necessarios para a regularidade do expediente e da inspecção;
- 3.º Arrecadar as importancias das subvenções e donativos para a manufecção do curso.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 150. O director é competente para resolver qualquer duvida attinente ao funcionamento, em boa ordem, do curso preparatorio, podendo, entretanto o professor, si não concordar com a deliberação tomada, recorrer ao ministro, que decidirá em ultima instancia.

Art. 151. Os vencimentos e gratificações ao pessoal utilizado no curso preparatorio regular-se-ão pela tabella que opportunamente for approvada pelo ministro.

Paragrapho unico. Nenhum professor terá vencimentos superiores aos dos professores do curso tecnico; assim como, nenhum empregado administrativo perceberá gratificação excedente á terça parte de seus vencimentos.

Art. 152. O corpo docente do curso preparatorio, nas suas deliberações, nada tem em commun com as do curso tecnico, e nas suas reuniões não tomarão parte os membros honorarios do instituto.

Art. 153. Ao director é facultado convidar pessoas extranhas ao magisterio do instituto para fazerem parte das mesas examinadoras.

Art. 154. Todos os alumnos do curso preparatorio ficam sujeitos á mesma disciplina commun aos do curso tecnico, tendo os mesmos deveres e direitos que lhes forem applicaveis.

Art. 155. Com o relatório a que se refere o art. 49, n. 20, do regulamento, o director apresentará ao Governo o balanço geral do anno escolar anterior.

Art. 156. Vigorarão para o curso preparatório anexo ao instituto todas as disposições do regulamento e regimento interno que lhe forem applicaveis.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 157. Os alumnos que frequentarem o instituto ao tempo da obrigatoriedade do curso preparatório, ficam isentos do mesmo, salvo si requererem matricula em novo curso.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1908.— *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 8 — EM 5 DE MARÇO DE 1908

Declara ter direito um alumno do Gymnasio Pio Americano de obter certidão de exame prestado com as garantias conferidas pelas leis que regem o ensino.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior—2ª secção — Rio de Janeiro, 5 de março de 1908.

Com o officio de 21 de fevereiro ultimo transmittistes o requerimento em que o alumno do estabelecimento sob vossa fiscalização, José de Menezes Franco, pede certidão dos exames do 4º anno e informastes que o director se recusa a fornecer tal documento por não ter aquelle alumno pago as contribuições devidas.

Em resposta, declaro-vos que, não encontrando o acto do director motivo algum de justificativa, deveis providenciar no sentido de ser assegurado ao alumno o direito de obter certidão do exame prestado com as garantias conferidas pelas leis que regem o ensino e em virtude das quaes é reconhecido e equiparado ao Gymnasio Nacional o Gymnasio Pio Americano.

Aos institutos de ensino não fallecem meios de acautelar seus interesses economicos sem offensa aos direitos adquiridos pelos alumnos depois de admittidos e approvados nos exames.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra.*—
Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio Pio Americano.

N. 9 — EM 6 DE MARÇO DE 1908

Presta informações concernentes a papeis referentes á validade, para matricula no curso de cabinas da Escola Naval de exames feitos no Instituto Commercial.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 6 de março de 1908.

Sr. ministro de Estado da Marinha—Com o aviso n. 659, de 8 do corrente mez, transmittistes os papeis referentes á validade, para matricula no curso de machinas da Escola Naval, de exames feitos no Instituto Commercial por Abilio da Costa Teixeira Coelho, e solicitastes a opinião do ministerio a meu cargo sobre o assumpto.

Devolvendo os alludidos papeis, cabe-me informar-vos do seguinte:

Abilio da Costa Teixeira Coelho, a 11 de abril de 1907, requereu validade, para a matricula no curso de pharmacia, dos exames que prestou no mencionado instituto.

Este ministerio indeferiu o pedido, attendendo não só a terem os exames sido feitos em estabelecimento apenas reconhecido pela Prefeitura Municipal (decreto n. 1.032, de 25 de junho de 1895), mas tambem porque, mesmo que se tratasse de instituto mantido pela propria Prefeitura, os exames não poderiam ser aceitos, visto o Congresso Nacional ter rejeitado o artigo do projecto, convertido no decreto n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905, que dava validade, para a matricula nos cursos superiores, aos exames prestados na Academia do Commercio de Juiz de Fóra, e no referido instituto, mantido pela Prefeitura Municipal do Districto Federal.

Saude e fraternidade. — *Augusto Texeiras de Lyra.*

N. 10 — EM 7 DE MARÇO DE 1908

Reitera solicitação feita em aviso de 19 de junho de 1907 no sentido de ser mantida a resolução que trata de commandantes dos districtos militares autorizados a fazer recolher presos officiaes e inferiores da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 445 — Rio de Janeiro, 7 de março de 1908.

Sr. Ministro da Guerra — Continuando a produzir graves inconvenientes, não só á boa marcha de serviços dependentes deste Ministerio, mas tambem á administração da justiça, a execução da providencia contida nos avisos de 14 de março

de 1906 e 9 de março do anno seguinte, reitero a solicitação feita em aviso de 19 de junho do anno proximo passado no sentido de ser mantida a resolução constante do aviso n. 36, de 23 de junho de 1904, por effeito da qual ficaram os commandantes dos districtos militares autorizados a fazer recolher aos estados maior e menores dos corpos das respectivas guarnições os officiaes e inferiores da Guarda Nacional, presos disciplinarmente ou por ordem de autoridade civil; observadas as condições mencionadas no final do alludido aviso.

Saude e fraternidade.— *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 11 — EM 9 DE MARÇO DE 1908

Declara que aos exames da segunda época podem concorrer quaesquer candidatos habilitados nos preparatorios exigidos pelos regulamentos em vigor; que o Código de Ensino não cogita da matricula de ouvintes; que não foi creado, annexo aos Gymnasios, curso especial para os candidatos a matricula nos cursos de pharmacia, odontologia, etc.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 9 de março de 1908.

No officio de 15 de fevereiro ultimo consultaes:

1ª, si os ouvintes que exhibirem certificado de approvação nos exames de conjuncto podem, na segunda época, fazer exame do curso;

2ª, si os alumnos não inscriptos como ouvintes podem concorrer, na segunda época, aos exames do 1º anno dos cursos de pharmacia ou odontologia, apresentando certidão dos citados exames de conjuncto;

3ª, em que condições podem ser admittidos alumnos ouvintes, depois do facto de ter sido creado, annexo aos gymnasios o curso especial para os candidatos a matricula nos cursos de pharmacia ou odontologia.

Em resposta declaro-vos:

1ª, que aos exames da segunda época podem concorrer, de accordo com o art. 151, n. 1, do Código de Ensino, quaesquer candidatos que estejam habilitados nos preparatorios exigidos pelos regulamentos em vigor;

2ª, que o Código de Ensino não cogita da matricula de ouvintes, cuja admissão á frequencia das aulas deve, portanto, ser regulada pelas exigencias da hygiene e da disciplina, peculiares a cada estabelecimento;

3ª, finalmente, que não foi creado, annexo aos gymnasios, curso especial para os candidatos a matricula nos cursos de

pharmacia, odontologia, etc. Os exames desses candidatos devem ser prestados perante comissões de lentes dos institutos secundários, sem que façam parte, ao menos com carácter official, de curso annexo ao gymnasial.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*.—Sr. delegado fiscal do Governo junto às Escolas de Pharmacia e Odontologia do Instituto Grambery, em Juiz de Fora.

N. 12 — EM 10 DE MARÇO DE 1908

Permitte prestar exames do 1.º anno, na presente época, na Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

Ministerio da Justiça e Negocios Int. riores — Directoria do Interior — 2.ª secção — Rio de Janeiro, 10 de março de 1908.

Attendendo ao que requereu Francisco Sá Filho, declaro-vos haver resolvido e permitir-lhe que preste, na presente época, os exames do 1.º anno da Faculdade sob vossa fiscalização, satisfeitas as exigencias regulamentares.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*.—Sr. delegado fiscal do Governo junto à Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

N. 13 — EM 18 DE MARÇO DE 1908

Manda cancelar a ordem do dia n. 52, de 15 de maio de 1907, do commando superior da Guarda Nacional do Estado da Bahia, na parte referente á censura a um official, tenente-coronel commandante, bem como que seja trancada a nota que porventura possa constar dos assentamentos do mesmo official, na sua fé de officio.

Ministerio da Justiça e Negocios Int. riores — Directoria da Justiça — 2.ª secção — Rio de Janeiro, 18 de março de 1908.

Communico-vos, para os devidos effeitos e fins convenientes, que, attendendo ao que representou o tenente-coronel commandante do 9.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da capital desse Estado Antonio Freitas da Silva, contra o facto de haver sido censurada em ordem do dia n. 52, de 15 de maio do anno passado, pelo então commandante superior interino, coronel Manoel Freire de Mello, resolvi mandar cancelar a alludida ordem do dia na parte em que se refere aquelle acto, bem como que seja trancada a nota que porventura possa constar dos assentamentos do mesmo official na sua

fô de officio : porquanto, existindo na lei e regulamento da milicia os meios pelos quaes deve ser apurada a responsabilidade dos officiaes, não foi regular aquelle procedimento.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*.—
Sr. coronel commandante superior interino da Guarda Nacional no Estado da Bahia.

N. 14 — EM 23 DE MARÇO DE 1908

Manda que sejam novamente redigidos os estatutos do Collegio Nossa Senhora Auxiliadora em Bagé, de modo que as disposições do Código de Ensino e do regulamento do Gymnasio Nacional, adoptados nesse collegio, sejam literalmente transcriptas para perfeito conhecimento dos interessados.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 23 de março de 1908.

Em referencia ao officio de 25 de julho do anno findo, com o qual remettestes um exemplar da folha official que publicou os estatutos do collegio sob vossa fiscalização, declaro-vos que, em cumprimento do aviso de 31 de outubro de 1906, devem ser novamente redigidos os ditos estatutos, de modo que as disposições do Código de Ensino e do regulamento do Gymnasio Nacional, adoptados nesse collegio, sejam literalmente transcriptas para perfeito conhecimento dos interessados.

Os estatutos enviados alludem a alumnos não matriculados, classe que não deve existir nos estabelecimentos equiparados de ensino secundario: e entre as disciplinas estudadas é necessario incluir elementos de mercaderia e astronomia, á vista do art. 3º do regulamento do Gymnasio Nacional.

Depois de modificados, devem os estatutos ser novamente publicados, remettendo-se a este Ministerio um exemplar da folha official em que a publicação fór feita.

Com relação ao officio de 4 de janeiro do corrente anno, recomendo-vos a remessa de nova apolice de seguro do predio que constitue o patrimonio do Collegio Nossa Senhora Auxiliadora, visto ter finalizado o prazo da primeira em 24 de setembro de 1907.

Em relação á consulta feita no mesmo officio, declaro-vos que os alumnos que concluirem o curso preliminar podem ser dispensados do exame de admissão para a matricula no curso gymnasial, com a condição de ser o exame final daquelle curso fiscalizado por essa Delegacia, e sem que dahi resulte prejuizo para os candidatos extranhos ao estabelecimento.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*.—
Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Nossa Senhora Auxiliadora em Bagé.

N. 15 --- EM 31 DE MARÇO DE 1908

Recommendo que, com urgencia, se proceda á divisão dos tres termos, além daquelle que é constituído pela séde da comarca e onde o juiz preparador será o proprio juiz substituto.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores --- Directoria da Justica --- 1.ª secção --- Rio de Janeiro, 31 de março de 1908.

Compelindo aos prefeitos, pelo novo regulamento expedido para o Territorio do Acre, estabelecem a divisão administrativa, civil e judiciaria dos departamentos e dar a denominação, territorio e séde dos termos, submettendo seu acto á approvação do Governo, recommendo-vos que, com urgencia, façaes proceder á divisão dos tres termos, além daquelle que é constituído pela séde da comarca e onde o juiz preparador será o proprio juiz substituto.

Nessa divisão deveis ter em vista que a classificação dos termos em 1.º, 2.º, e 3.º deve obedecer a maior ou menor distancia em que ficarem da respectiva séde, sendo o primeiro o que ficar mais proximo e o terceiro o que ficar mais distante. Confirmo assim o meu telegramma de 28.

Saúdo o fraternalidade. — *Augusto Tavares de Lyra*, — Sr. prefeito do Departamento do Alto Acre.

Identicos aos prefeitos do Alto Juruá e do Alto Purús.

N. 16 --- EM 24 DE ABRIL DE 1908

Trata da conveniencia da transferencia dos reservatorios da chacara da Bica e dos seus arrendamentos á Inspectoria Geral de Obras Publicas.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores --- Directoria da Contabilidade --- N. 2.079 --- Rio de Janeiro, 24 de abril de 1908.

Sr. Ministro de Estado da Industria, Viagem e Obras Publicas --- O Hospicio Nacional de Alienados, fundado com o nome de Hospicio de Pedro II, em virtude do decreto n. 82, de 18 de julho de 1841, em terrenos da chacara da Praia Vermelha, passou, por acto de 6 de agosto do mesmo anno, a ser administrado pela Santa Casa de Misericordia desta Capital.

O provedor desta instituição, reconhecendo que seria da mais alta conveniencia abastecer aquelle estabelecimento de agua potivel por canalização especial e directa, por mais de um aqueducto trouxe o precioso elemento da chacara da Bica,

conforme communicou á administração na 26ª conferencia, realizada a 31 de outubro de 1846.

Mais tarde, de 1887 a 1889, foi substituída a canalização de agua potavel, que era de chumbo, por outra de tubos de ferro.

Convém notar que, no periodo da administração do hospício pela Provedoria da Santa Casa e mediante donativos foram feitas na canalização derivações em proveito de particulares, o que reduziu bastante o supprimento da agua. Outras muitas derivações foram feitas abusivamente com prejuizo das necessidades do estabelecimento, o que tem provocado constantes reclamações por parte da sua administração.

As providencias tomadas por este Ministerio no sentido de cohibir os abusos e de melhorar o supprimento de agua não têm dado resultados satisfactorios. Impõe-se a necessidade de reformar os dous reservatorios e de se proceder á revisão geral dos encanamentos, serviço esse que por sua natureza poderia ser executado de preferencia pelo Ministerio a vosso cargo.

A vista do que acabo de expor, no empenho de prover as boas condições de hygiene no Hospício Nacional de Alienados, consulto-vos acerca da conveniencia de serem transferidos aquelles dous reservatorios e os seus mananciaes á Inspectoria Geral de Obras Publicas, para serem aproveitados no supprimento geral de agua á população desta Capital, providenciando o Ministerio a vosso cargo para que o Hospício de Alienados seja supprido por pennas de agua do liquido imprescindivel ás suas necessidades.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 17 — EM 25 DE ABRIL DE 1908

Recommenda expedição de ordens para fornecimentos aos conselhos de qualificação da Guarda Nacional desta Capital de relações nominaes dos cidadãos em condições de ser alistados com todos os esclarecimentos determinados nos arts. 1.º do decreto n.º 722, de 1850 e 10, n.º 1, do de n.º 1.130, de 1853.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — Rio de Janeiro, 25 de abril de 1908.

Devido proceder-se na terceira dominga do mez de maio proximo vindouro, na fórma das leis em vigor, aos trabalhos de qualificação para a Guarda Nacional desta Capital, com assistência dos respectivos pretores, recommendo-vos a expedição das necessarias ordens, afim de que os delegados districtaes forneçam aos conselhos de qualificação as relações nominaes dos cidadãos que estejam em condições de ser alistados, com todos os esclarecimentos determinados nos arts. 12

do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, e 10, n. 4, do de n. 1.130, de 12 de março de 1853.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*—
Sr. chefe de polícia do Distrito Federal.

N. 18 — EM 19 DE MAIO DE 1908

Declara faltear competência ao Governo para forçar qualquer funcionario investido do mandato legislativo a deixar o exercicio de seu cargo pelo facto de estar aberto o Congresso.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores — Directoria do Interior—2.^a secção— Rio de Janeiro, 19 de maio de 1908.

Não sendo obrigatoria a accitação do mandato legislativo, ao Governo faltear competencia para forçar qualquer funcionario investido desse mandato a deixar o exercicio de seu cargo pelo facto de estar aberto o Congresso.

Nesta hypothese, isto é, si o senador ou deputado, iniciados os trabalhos parlamentares, se mantem no exercicio de outra função publica, ao Senado ou á Camara, respectivamente, e que cabe apreciar o facto, verificando si é ou não o caso de applicar o art. 25 da Constituição e o art. 112, *in-fine*, da lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904.

Em qualquer tempo, porém, que o funcionario—Senador ou deputado—compareça ás sessões do Congresso para exercer o seu mandato deve-se providenciar sobre sua substituição porque ali, invertidas as hypotheses, cumpre ao Governo fazer observar o citado artigo da Constituição, que dispõe:

«O mandato legislativo é incompativel com o exercicio de qualquer outra função durante as sessões.»

Assim, em referencia ao vosso officio de 15 da corrente, cabe-me declarar-vos que somente depois que o lente Dr. Candido Barata Ribeiro comparecer ás sessões do Senado deveis providenciar sobre sua substituição.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tavares de Lyra*,—
Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 19 — EM 1 DE JUNHO DE 1908

Dá instruções para execução do decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

O Ministro de Estado da Justica e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Resolve que, para a execução do decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907, se observem as seguintes instruções:

Art. 1.º Dos trabalhos que forem executados nas officinas de que trata o art. 1.º do decreto n. 1.825, de 20 de dezembro

de 1907, devem os respectivos administradores remetter á Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar completo e em perfeito estado de conservação.

Art. 2.º Entre as officinas estão incluídas as que empregarem quaesquer processos photo-mecanicos, bem como aquéllas em que se imprimirem trabalhos de gravura sobre madeira, metal ou outra substancia.

Art. 3.º Os annuncios e bilhetos postaes illustrados e as vistas e retratos que se destinem a ser expostos ou distribuidos em publico estão comprehendidos no numero dos objectos de que é devido um exemplar.

Art. 4.º Consideram-se variantes para os effeitos do decreto a que se referem estas instrucções as differenças de formato, papel ou côr de tinta, e quanto ás medalhas as differenças de metal, colorido e espessura.

Art. 5.º Relativamente ás obras provenientes do estrangeiro que trouxerem indicação de editores ou vendedores domiciliados no Brazil, consideram-se estes equiparados aos administradores de officinas.

Art. 6.º No boletim bibliographico, que a Bibliotheca Nacional publicará regularmente, fará menção de todas as obras que houverem sido recebidas por contribuição legal e dará em relação a cada uma o nome do editor e o preço da venda, sendo mencionadas uma só vez por anno as publicações periodicas.

Art. 7.º A Bibliotheca Nacional fornecerá á Directoria Geral dos Correios as cadernetas annuaes que forem necessarias, destinadas a facilitar a remessa sob registro das publicações periodicas.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908.—*Augusto Tararés de Lyra.*

N. 20 — EM 4 DE JUNHO DE 1908

Dá provimento, por equidade, a um recurso pedindo relevação de pagamento de multa.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior—1.ª secção—Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, tendo tomado conhecimento do recurso interposto pelo juiz de direito Euthiquio Carlos de Carvalho Gama, na qualidade de presidente da comissão de revisão do alistamento eleitoral na capital desse Estado, relativamente á multa de 500\$ que, por despacho de 8 de abril do corrente anno, proferido nos autos juntos, lhe impuzestes, resolvi, por equidade, dar provimento ao alludido recurso relevando o dito presidente do pagamento de tal multa.

Saude e fraternidade.—*Augusto Tararés de Lyra.*—
Sr. juiz federal na secção do Estado de Alagoas.

N. 21 — EM 5 DE JUNHO DE 1908

Permitte que o Gymnasio do Rio Grande do Sul passe a denominar-se Instituto Gymnasial Julio de Castilhos.

O Ministro da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Attendendo ao que requerem o director da Escola de Engenharia de Porto Alegre, a qual mantém o Gymnasio do Rio Grande do Sul, resolve permittir que o referido Gymnasio passe a denominar-se Instituto Gymnasial Julio de Castilhos.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 22 — EM 30 DE JUNHO DE 1908

Declara que podem ser passadas guias de transferencia a que quer alumnos depois de terminados os exames quer da 1ª, quer da 2ª serie em que foram matriculados

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1908.

Com o officio de 16 de maio ultimo, transmittistes o officio de 15 do mesmo mez, no qual o director do estabelecimento sob vossa fiscalização consulta si os alumnos matriculados em uma serie podem ser transferidos antes de prestarem exame da serie em que estão matriculados ou de se realizarem os exames da serie em que pela primeira vez foram matriculados.

Em resposta declaro-vos, na conformidade do aviso de 10 de fevreiro de 1903, dirigido ao director da Faculdade de Direito de S. Paulo, que as guias de transferencias podem ser passadas a quaesquer alumnos depois de terminados os exames quer da 1ª, quer da 2ª época, porquanto, conforme a situação em que se achavam no instituto de onde se retiraram, situação que deverá constar do dito documento, terão naquelle para o qual se houverem transferido sómente os direitos que as disposições em vigor conferem.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.* — Sr. delegado fiscal do Governo junto á Escola Livre de Odontologia do Rio de Janeiro.

N. 23.— EM 8 DE JULHO DE 1908

Declara ter sido resolvido mandar-se proceder a nova indicação para provimento do lugar de lente da 1.^a cadeira de clinica medica por votação nominal, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. — Directoria do Interior. — 2.^a secção. — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1908.

Com o officio n. 139, de 30 de junho proximo findo, transmittistes, em resposta ao aviso de 25 daquelle mez, cópia das actas das sessões da congregação em que se tratou das transferencias dos lentes Drs. Marcos Bezerra Cavalcanti, Antonio Auguste de Azevedo Sodré e Pedro de Almeida Magalhães. Ponderaes que a primeira das referidas transferencias teve lugar na vigencia do Código de Ensino de 1892 e as duas ultimas realizaram-se sob o regimen do actual codigo pela fórmula indicada no art. 14 e nos termos do art. 84 do respectivo regulamento; que na conformidade do citado art. 14 teve lugar a eleição do Dr. Azevedo Sodré para lente da 2.^a cadeira de clinica medica e que por essa occasião todos os lentes de secção espontaneamente se absteram de votar, considerando-se interessados no pleito; que na sessão de 20 do dito mez de junho, para a indicação do lente da 6.^a secção a ser provido na 1.^a cadeira de clinica medica, a congregação deliberou que os lentes da mesma secção, inclusive o substituto, não podiam tomar parte na votação, mas que o Dr. Azevedo Sodré não se achava inhibido de fazel-o, visto haver declarado não ser candidato á vaga.

Considerando que as disposições constantes dos arts. 14 do Código de Ensino e 84 do regulamento vigente nas Faculdades de Medicina não são mais do que a reprodução dos arts. 15, segunda parte do Código de Ensino de 1892, e 236 do regulamento anexo ao decreto n. 1.482, de 24 de julho de 1893,

Considerando que no caso em questão não se trata de interesse pessoal, mas de interesse de ensino, tanto assim que em vez do provimento se fazer normalmente com o accesso do substituto, faz-se pela transferencia de um lente de secção sob indicação da congregação;

Considerando que não deve prevalecer o precedente do Dr. Azevedo Sodré;

Considerando que ao substituto da secção deve ser permitido tomar parte na votação, como sempre succedeu, não só nessa como na Faculdade da Bahia, declaro-vos, em referencia ao officio n. 128, de 22 do dito mez de junho, haver resolvido mandar proceder a nova indicação para provimento do lugar de lente da 1.^a cadeira de clinica medica por votação nominal, a exemplo do que succedeu na Faculdade de Medicina da Bahia e ali nessa, em relação á transferencia do Dr. Marcos Cavalcanti, podendo tomar parte na votação, não só os demais lentes da secção, mas tambem o respectivo substituto, por-

quanto a presumpção é que este tem competência para qualquer das cadeiras, visto que o respectivo concurso abrange todas as cadeiras da secção.

Saúde e Fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*. — Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 24 — EM 15 DE JULHO DE 1908

Ao governador do Estado do Amazonas pede providenciar afim de que sejam remetidos á Secretaria de Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração de que trata o art. 20 do regulamento que acompanha o decreto n. 6.948, de 11 de maio do corrente anno.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908.

Sr. governador do Estado do Amazonas — Para execução do art. 20 do regulamento que acompanha o decreto n. 6.948, de 11 de maio do corrente anno, rogo-vos dignéis de providenciar no sentido de serem remetidos a esta Secretaria de Estado os livros de declaração de que trata o referido artigo.

Saúde e Fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*.

Dirigiram-se identicos avisos aos governadores e presidentes dos demais Estados e ao presidente do Conselho Municipal do Districto Federal.

N. 25 — EM 22 DE JULHO DE 1908

Resolve, para execução do disposto no art. 1.º do regulamento anexo ao decreto n. 6.947, de 8 de maio proximo findo, e na conformidade do art. 171 do mesmo regulamento, sejam executadas as disposições abaixo.

O Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica, resolve, para execução do disposto no art. 170 do regulamento anexo ao decreto n. 6.947, de 8 de maio proximo findo, e na conformidade do art. 171 do mesmo regulamento, que não só nas escolas superiores e nos estabelecimentos de ensino seculario mantidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios, inclusive o Districto Federal, mas também os institutos particulares que

estiverem no gozo da equiparação aos congêneres federaes, se observem as seguintes disposições:

Art. 1.º É obrigatória a instrução do tiro de guerra e evoluções militares, até a escola de companhia, nos alumnos maiores de 16 annos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrução secundaria mantidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios, inclusive o Districto Federal, bem como aos que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no gozo da equiparação (regulamento citado, art. 170).

Art. 2.º A instrução militar obrigatória, nos institutos a que se refere o art. 1.º, comprehenderá:

Fuzil Mauser

- a) nomenclatura, seus accessorios e munições;
- b) limpeza e conservação;
- c) funcionamento geral do mecanismo;
- d) funcionamento da alça de mira;

Instrução pratica do atirador

- e) regras de pontaria e posições do atirador;
- f) carregar e actuar sobre o gatilho;
- g) tiro com cartucho de manobra;
- h) tiro ao alvo com carga reduzida;
- i) tiro ao alvo nas linhas de tiro com cartucho de guerra;
- j) avaliação de distancias e emprego da alça de mira;
- k) iniciação dos alumnos nos exercicios de pontarias por detrás de muros, arvores e quaesquer outros abrigos, e contra alvos moveis em combinação com as instruções sobre a apreciação de distancia e emprego da alça;

Evoluções militares

- l) instrução individual sem arma;
- m) idem com arma;
- n) instrução da esquadra em ordem unida e extensa;
- o) exercicios de flexibilidade da esquadra;
- p) instrução de combate da esquadra;
- q) divisão e subdivisão da companhia e logares dos graduados nas diversas formações;
- r) instrução de pelotão em ordem unida e dispersa;

Esgrima de bayoneta (regulamento citado, art. 173).

Art. 3.º O director de cada instituto de ensino civil onde for obrigatoria a instrução militar requisitará do inspector permanente da região a designação de um instructor, decla-

rando ao mesmo tempo o numero de alumnos maiores de 16 annos (regulamento citado, art. 174).

Art. 4.º Ao instructor cumpre:

§ 1.º Dar a instrucção militar nos dias e horas designados no programma do instituto de ensino.

§ 2.º Seguir uma progressão racional e methodica nos exercicios das diversas categorias de alumnos que frequentarem as aulas de tiro e evoluções e que, a seu critério, melhor convenha para o exito final do conjuncto.

§ 3.º Encarregar-se da linha de tiro existente na localidade, quando ella não tenha encarregado proprio.

§ 4.º Registrar depois de cada exercicio em um livro rubricado pelo director do estabelecimento de instrucção as occorrencias havidas e os nomes dos alumnos que faltaram.

§ 5.º Requisitar do commandante da força do Exercito activo na localidade, ou na mais proxima, o armamento e a munição necessarios para os exercicios de tiro, bem assim as cadernetas a que se refere o art. 6.º.

§ 6.º Requisitar do mesmo commandante uma praça para cuidar do armamento a cargo do estabelecimento de instrucção e os artigos precisos para a limpeza e conservação.

§ 7.º Requisitar do inspector permanente um aspirante a official para auxiliar-o quando o numero de alumnos obrigados ao ensino militar fôr superior a 30.

§ 8.º Comunicar ao registro militar da região de alistamento os nomes dos alumnos que concluíram os respectivos cursos e receberem cadernetas, declarando, em relação a cada um, o nome, filiação, anno de nascimento, naturalidade e municipio em que residir (regulamento citado, arts. 175 e 176).

Art. 5.º O armamento necessario á instrucção militar dos alumnos será fornecido pelo Ministerio da Guerra, por emprestimo, ao estabelecimento de ensino, não sendo, porém, o numero de fuzis superior ao sufficiente para armar um pelotão (regulamento citado, art. 176).

Art. 6.º O alumno que tiver recebido a instrucção militar e frequentado, com aproveitamento, pelo menos 60 exercicios de evoluções militares e 24 de tiro ao alvo com cartucho de guerra, receberá, quando concluir o curso do estabelecimento, a caderneta correspondente á sua classe.

A instrucção militar terminará por dous exercicios, um de tiro de guerra e outro de evoluções, a que assistirá o inspector permanente ou um seu representante (regulamento citado, art. 177).

Art. 7.º O alumno de escola superior que antes tiver cursado estabelecimento onde a instrucção militar seja obrigatoria, e possua caderneta correspondente á classe a que pertença, ou deva pertencer, ficará obrigado sómente a fazer mensalmente um exercicio de tiro ao alvo, que será attestado na respectiva caderneta pelo instructor (regulamento citado, art. 178).

Art. 8.º A instrucção militar será ministrada sem prejuizo dos trabalhos escolares.

Art. 9.º Aos alumnos que servirem como voluntarios de manobras ou reservistas nas manobras annuaes serão abonadas nas aulas, em cada anno lectivo, tantas faltas quantos dias em que se realizarem as alludidas manobras (regulamento citado, art. 172).

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 26 — EM 17 DE AGOSTO DE 1908

Declara que, não existindo nos institutos de ensino secundario classe de alumnos não matriculados, acham-se elles equiparados á pessoa estranha ao estabelecimento e sujeitos ao disposto no art. 326 do Codigo de Ensino.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Direcçrria do Interior — 2.ª secção — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.

Em officio de 19 de junho ultimo communicaes um caso de indisciplina occorrido no estabelecimento sob vossa fiscalização e consultaes sobre o procedimento que deva ser adoptado quanto á punição do culpado, por ser este um alumno não matriculado.

Em resposta declaro-vos que, não existindo nos institutos de ensino secundario, em virtude do art. 112 do Codigo de Ensino, classe de alumnos não matriculados, o estudante de quem se trata está equiparado á pessoa estranha ao estabelecimento e sujeito ao disposto no art. 326 do dito codigo.

Inferindo-se do supracitado officio que o mesmo estudante vae fazer exames na segunda época, chamo a vossa attenção para o preceito contido no art. 10, paragrapho unico, do regulamento do Gymnasio Nacional.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.* — Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Lyceu Salesiano S. Gongale, em Cuyabá.

N. 27 — EM 26 DE AGOSTO DE 1908

Permitte que o Collegio Espirito Santo, em Jaguarão, passe a denominar-se Gymnasio Espirito Santo.

O ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Attendendo ao que requereu o reitor do Collegio Espirito Santo, em Jaguarão, resolve permittir que o referido estabelecimento passe a denominar-se Gymnasio Espirito Santo.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 28 — EM 26 DE AGOSTO DE 1908

Declara que examinadores não conferem graus de provas de cada disciplina, mas, attendendo ao conjunto das provas de todas ellas, dão em graus o seu juizo sobre as habilitações dos candidatos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1908.

Declare-vos, para os devidos fins, que, de accordo com os arts. 29, 41 e 42 das instrucções, para execução do decreto n. 1.531, de 15 de outubro de 1906, approvadas pela portaria de 8 de janeiro de 1907, os examinadores não conferem graus de provas de cada disciplina, mas, attendendo ao conjunto das provas de todas ellas, dão em graus o seu juizo sobre as habilitações dos candidatos.

Saude e Fraternidade. — *Augusto Torares de Lyra*, — Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio d'O Grammaireu.

— Identico aos delegados fiscaes do Governo junto aos estabelecimentos em que se realizam exames de conjunto.

N. 29 — EM 29 DE AGOSTO DE 1908

Aos delegados fiscaes junto aos estabelecimentos equiparados de ensino superior recommenda informarem si ha vagas de alumnos gratuitos nos estabelecimentos sob sua fiscalização, devendo, em caso contrario, ser enviada uma relação dos alumnos matriculados na conformidade dos arts. 125 e 383 do Código de Ensino.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1908.

Recommendando-vos informeis si ha vagas de alumnos gratuitos no estabelecimento sob vossa fiscalização, devendo, no caso contrario, ser enviada a este ministerio uma relação dos alumnos que se acham matriculados na conformidade dos arts. 125 e 383 do Código de Ensino.

Saude e Fraternidade. — *Augusto Torares de Lyra*, — Sr. delegado fiscal do Governo junto á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

— Identicos aos delegados fiscaes junto aos demais estabelecimentos equiparados de ensino superior.

N. 30 — EM 29 DE AGOSTO DE 1908

Aos delegados fiscaes junto aos estabelecimentos equiparados de ensino secundario recommenda que informem si ha vagas de alumnos gratuitos nos estabelecimentos sob sua fiscalização, devendo ser enviada, em caso contrario, uma relação dos alumnos matriculados na conformidade do art. 382, n. 7, do Codigo de Ensino.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1908.

Recommendando-vos informeis si ha vagas de alumnos gratuitos no estabelecimento sob vossa fiscalização, devendo, no caso contrario, ser enviada a este ministerio uma relação dos alumnos que se acham matriculados na conformidade do art. 382, n. 7, do Codigo de Ensino.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*. — Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Abilio.

— Identicos aos delegados fiscaes junto aos demais estabelecimentos equiparados de ensino secundario.

N. 31 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Recommenda a nomeação de dous officiaes da Guarda Nacional desta Capital para comporem a junta de alistamento militar de Guaratiba a iniciar seus trabalhos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Para satisfazer o que solicitou o Ministerio da Guerra e de accordo com o art. 96 do regulamento annexo ao decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, e aviso-circular de 31 de agosto proximo findo, recommendo-vos que nomeeis dous officiaes da milicia sob vosso commando para, com o funcionario da Prefeitura Municipal, já designado, comporem a junta do alistamento militar do 23º districto (Guaratiba), que terá de iniciar seus trabalhos no dia 15 do corrente mez, devendo os referidos officiaes apresentar-se com a maxima urgencia ao general commandante do 4º districto militar, a quem communicareis as respectivas nomeações.

Saude e fraternidade — *Augusto Tavares de Lyra*. — Sr. marechal commandante superior da Guarda Nacional desta Capital.

N. 32 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que os officiaes da Guarda Nacional do Estado do Rio que teem de compor a junta de alistamento militar da Capital deverão funcçãoar no districto de Jurujuba.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Em additamento ao aviso-circular de 31 de agosto proximo findo e de accordo com o que solicitou o Ministerio da Guerra em aviso de 3 do corrente mez, declaro-vos, para os fins convenientes e devidos effectos, que os officiaes da Guarda Nacional sob vosso commando, que forem nomeados para compor a junta de alistamento militar, na comarea da capital desse Estado, deverão funcçãoar no districto de Jurujuba, que constitue a segunda junta, visto que para a primeira o commando do 1º districto militar dispõe de pessoal a que se refere o art. 93 do regulamento annexo ao decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo.

Saude e fraternidade — *Augusto Tavares de Lyra*. — Sr. commandante superior da Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro.

N. 33 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1908

Declara com direito o director do Instituto Oswaldo Cruz e director, em commissão, de Saude Publica aos vencimentos dos alludidos cargos, visto occorrer a hypothese do art. 2º da lei n. 44 B. de 2 de junho de 1892.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª secção — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1908.

Sr. ministro da Fazenda — Em resposta ao aviso n. 81, de 27 de junho ultimo, declaro que o Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz tem exercido, simultaneamente, os cargos de director do Instituto Oswaldo Cruz e de director, em commissão, de Saude Publica, parecendo que lhe assiste direito aos vencimentos dos alludidos cargos, visto occorrer a hypothese prevista no art. 2º da lei n. 44 B. de 2 de junho de 1892 (art. 1º § 1º da lei n. 1.802, de 12 de dezembro de 1907, e art. 18 do regulamento que acompanha o decreto n. 6.891, de 1º de março do corrente anno).

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*.

N. 34 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1908

Communica a expedição de telegramma do commandante superior da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, sobre a nomeação de officiaes para compor as juntas de alistamento militar nos municípios de Itaqui e Palmeira.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 2.603 — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1908.

Sr. ministro de Estado da Guerra — Em resposta ao aviso n. 42, de 10 do corrente, cabe-me comunicar-vos que, nesta data, expedi telegramma ao commandante superior da Guarda Nacional do Estado do Rio Grande do Sul, autorizando-o a nomear deus officiaes da respectiva milicia para comporem as juntas de alistamento militar em cada um dos municípios de Itaqui e Palmeira, conforme solicitou o commandante do 5º districto militar.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 35 — EM 22 DE SETEMBRO DE 1908

Declara não poder ser tomada em consideração uma consulta feita por um tenente da Força Policial do Districto Federal, por não constituir o seu objecto materia consultiva.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 2.841 — Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1908.

Em resposta ao officio n. 744, de 24 do mez findo, de-claro-ves que a consulta feita pelo tenente José Ramos Nogueira, não pôde ser tomada em consideração, por não constituir o seu objecto materia consultiva; convindo que faças sentir aos officiaes dessa corporação que, sem prejuizo do disposto no art. 722, n. 8, do regulamento vigente, e tendo em vista a ordem do dia do Exército, n. 268, de 13 de novembro de 1891, quando tiverem de fazer consultas sobre pontos de disciplina ou objecto de serviço deverão dirigir-se directamente a esse commando, o qual, só na hypothese de os não poder resolver, submettel-as-ha á decisão deste ministerio.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. general commandante da Força Policial do Districto Federal.

N. 36 — EM 24 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza a nomeação de dous officiaes da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande do Sul para constituirem as juntas de alistamento militar em municipios do dito Estado.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2.^a secção — N. 2.851 — Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908.

Sr. ministro de Estado da Guerra — Em additamento ao aviso de 16 do corrente mez, communico-vos, para os fins convenientes e devidos effectos, que nesta data espedi novo telegramma ao coronel commandante superior interino da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, autorizando-o a nomear dous officiaes da mesma milicia para cada um dos municipios do referido Estado, mencionados no telegramma que ao chefe do Estado-Maior do Exercito dirigiu o general commandante do 6.^o districto e que acompanhou o vosso aviso n. 42, de 10 deste mez, afim de constituirem as juntas de alistamento militar, que deverão funcionar nos alludidos municipios.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tarares de Lyra.*

N. 37 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1908

Respondendo a um officio do commandante da Força Policial do Districto Federal, dá esclarecimentos sobre conselhos de investigação e de guerra.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2.^a secção — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1908.

Em aviso de 28 de maio de 1904 decidiu o Ministerio da Guerra que todo o militar, ou assemelhado, para ser submettido a conselho de investigação e de guerra, deve produzir sua justificação administrativamente, em representação ao referido ministerio, visto que o dispositivo do art. 29 do Regulamento Processual Criminal Militar só tem applicação quando se trata de accusações crimes e não de transgressões punidas pelo regulamento disciplinar do Exercito.

Sendo, pois, o fim do conselho de investigação verificar os factos criminosos e seus autores, do mesmo modo se deve entender a disposição dos arts. 106 e 107 do regulamento vigente nessa corporação, tanto mais que os arts. 736 e seguintes permitem que os officiaes punidos injustamente promovam administrativamente a reparação da injustiça soffrida.

E' certo que a nomeação do conselho é facultativa; mas, **convindo subordinar as decisões a uma orientação uniforme**, dever-se-ha reservar o uso dessa faculdade para a hypothese de não ficar apurada, na representação dirigida ao ministro, a injustiça porventura praticada na applicação das penas disciplinares; o que declaro para vosso conhecimento e em resposta ao officio n. 698, de 12 de agosto ultimo.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. commandante da Força Policial do Districto Federal.

N. 38 — EM 3 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que nenhuma obra, ainda quando requisitada pelos chefes de repartições, deverá ser executada sem prévia ordem do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, que se responsabilizará sómente pelas que autorizar.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria de Contabilidade — 2ª secção — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908.

Convindo observar a maxima regularidade na autorização de despeza por conta da verba — Obras —, de modo a impedir que fiquem contas sem o credito necessario para o respectivo pagamento, declaro-vos, para os devidos effeitos, que nenhuma obra, ainda quando requisitada pelos chefes de repartições, deverá ser executada sem prévia ordem deste ministerio, que se responsabilizará sómente pelas que autorizar.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. engenheiro das obras deste Ministerio.

N. 39 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara de quem deverão ser solicitadas listas, e que os livros necessarios ao serviço de alistamento á respectiva junta compete requisital-os do general commandante do 4º districto militar.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 2.991 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Em resposta ao vosso officio de 21 do mez proximo findo, declaro-vos que as listas a que vos referis deverão ser solicitadas directamente das autoridades competentes e não por intermedio deste ministerio, e, quanto aos livros necessarios ao

serviço de alistamento, á respectiva junta compete requisital-os do general commandante do 4º districto militar.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*.
— Sr. presidente da junta de alistamento para o sorteio militar do municipio de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que os officiaes da Guarda Nacional de um municipio só poderão servir em outro, si espontaneamente a isso se prestarem.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 2.989 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Em referencia ao vosso telegramma de 30 do mez proximo findo, declaro-vos que os officiaes da Guarda Nacional de um municipio só poderão servir em outro, si espontaneamente a isso se prestarem.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*.
— Sr. coronel commandante superior interino da Guarda Nacional no Estado da Parahyba.

N. 11 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que as nomeações de officiaes da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande para servirem nas juntas de sorteio militar se farão de accôrdo com o livro de registro de patentes, que todos os commandos superiores são obrigados a ter.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª secção — N. 2.988 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Em referencia ao vosso officio de 24 do mez proximo findo, declaro-vos que as nomeações de officiaes da Guarda Nacional desse Estado, para servirem nas juntas de alistamento do sorteio militar, devem ser feitas de accôrdo com o livro de registro geral de patentes, que todos os commandos superiores são obrigados a ter para a regularidade da respectiva escripturação, não sendo indispensavel que os membros das referidas juntas possuam todos patentes de officiaes superiores.

Quanto ao custeio das despesas provenientes daquelle serviço, não existindo verba consignada no orçamento em vigor, não póde por isso ser attendida a vossa reclamação.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. coronel commandante superior, interino, da Guarda Nacional no Estado de Minas Geraes.

N. 42 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1908

Resolve permittir que alumnos cursando differentes annos em estabelecimentos de ensino superior e equiparados, na dependencia de uma só materia, façam, na 2ª época, exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez approvados na 1ª época, na que lhes falta do anno em que se acham matriculados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1908.

A' vista de numerosos pedidos endereçados ao Ministerio a meu cargo por estudantes de institutos de ensino superior, declare-vos haver resolvido permittir aos alumnos que, no corrente anno lectivo, estão cursando es differentes annos desse estabelecimento, na dependencia exclusiva de uma só materia, façam, na 2ª época, exame das cadeiras do anno subsequente, uma vez approvados, na 1ª época, na que lhes falta do anno em que se acham matriculados.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

— Idêntico aos directores dos restantes estabelecimentos officiaes de ensino superior e aos delegados fiscaes junto a todos os estabelecimentos equiparados do mesmo ensino.

N. 43 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1908

Resolve permittir que o Collegio de S. José do Mosteiro de Santa Cruz, no municipio de Quixadá, Ceará, passe a denominar-se Gymnasio S. José.

O Ministro da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Attendendo ao que requereu o reitor do Collegio de S. José do Mosteiro de Santa Cruz, no municipio de Quixadá, no Estado do Ceará, resolve permittir que o referido collegio passe a denominar-se Gymnasio S. José.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 44 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1908

Para cumprimento do disposto no art. 9º das instrucções de 22 de julho do corrente anno, communica aos directores e delegados fiscaes dos estabelecimentos de ensino superior e secundario terem-se realizado as ultimas manobras militares nesta Capital, de 9 a 30 de setembro ultimo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Circular — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1908.

Afim de que seja cumprido o disposto no art. 9º das instrucções, de 22 de julho do corrente anno, quanto aos alumnos do estabelecimento sob vossa direcção, declaro-vos que as ultimas manobras militares se realizaram, no Districto Militar a que pertence esta Capital, de 9 a 30 de setembro, conforme communicou o Ministro da Guerra no aviso n. 53, de 20 de outubro proximo findo.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra*.
— Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

— Identico aos directores do Externato e do Internato do Gymnasio Nacional e, *mutatis mutandis*, aos delegados fiscaes do Governo junto a todos os estabelecimentos equiparados de ensino superior e secundario desta Capital.

N. 45 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara não poder ser privado do posto, nos termos do art. 65, § 1º, da lei n. 602, de 19 de fevereiro de 1850, um tenente da Guarda Nacional da capital do Estado do Rio Grande do Sul, visto haver assignado o competente compromisso dentro do prazo devido.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — N. 3.225 — 2ª secção — Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1908.

Declaro-vos em resposta ao officio n. 120, de 28 de outubro findo, que o tenente da 1ª companhia do 2º batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca da capital desse Estado Salvador dos Santos Ferreira Pinto não pôde mais ser privado do posto, nos termos do art. 65, § 1º, da lei n. 602, de 19 de fevereiro de 1850, visto haver assignado o competente compromisso dentro do prazo devido, como se evidencia da informação prestada pelo commandante do respectivo batalhão; formalidade essa para a qual deveria ter se apresentado fardado e armado, como aliás determina o precitado dispositivo legal. Si, portanto, o mencionado official não cumpre os deveres

inherentes ao seu posto e incide em transgressões disciplinares, deveis mandar punil-o pela fôrma estabelecida na propria lei, que para esse fim creou os conselhos de investigações e de disciplina.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. coronel commandante superior interino da Guarda Nacional no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 46 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Permitte que o Collegio Diocesano da Parahyba do Norte passe a denominar-se Collegio Diocesano Pio X.

O ministro da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Attendendo ao que requereu o director do Collegio Diocesano da Parahyba do Norte, resolve permittir que o referido estabelecimento passe a denominar-se Collegio Diocesano Pio X.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

N. 47 — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza a organização de mesas para exames de preparatorios, a começar em 28 de dezembro corrente, sendo abertas desde já as respectivas inscrições.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª secção — Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1908.

Tendo sido sancionada pelo decreto n. 2.022, de 12 deste mez, a resolução do Congresso Nacional concernente á concessão, no corrente anno, de uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios que tiverem pelo menos cinco approvações nas materias exigidas para a matricula nos cursos superiores, declaro-vos que ficaeis autorizado a organizar mesas para os mesmos exames, que começarão no dia 28 de dezembro corrente, sendo abertas desde já as respectivas inscrições.

Saude e fraternidade. — *Augusto Tavares de Lyra.*
— Sr. director do Externato do Gymnasio Nacional.

— Idêntico aos commissarios fiscaes dos exames de preparatorios nos Estados, em Barbacena e Campos.

Nautico

de..... a.....,

DE 190....

Idade da lva'

Pressão atmos- pherica		Psyco- metro		Nebulo- sidade (3)		Estado atmosphé- rico e me- teorós (3)		Sondagem			Outras observações
Barometro de mer- curio	Aneroide	Thermometro secco	Thermometro hu- medecido	Qualidade	Quantidade	Estado	Meteoro	Prumo commum	Prumo de Thompson	Qualidade do fundo	
		11									
											Entre estas observações se mencionara a hora calculada da preamar no ultimo porto em que o navio tiver entrado, bem assim a amplitude das mares nesse porto. Tambem o numero de helices com que funcionarem as machinas propulso- ras, etc.

ser feito segun to as convenções adoptadas pela Directoria de Meteorologia, em outubro d

N. 2 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1908

Autoriza a providenciar para que os vencimentos do pessoal do Hospital de Marinha sejam pagos no proprio catallhecimento, mediante folha organizada pelo commissario-almoxarife.

Ministerio da Marinha — N. 944 — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 57, de 10 do corrente, autorizo-vos a providenciar para que de ora em diante, os vencimentos do pessoal do Hospital de Marinha sejam pagos no proprio estabelecimento, mediante folha organizada pelo commissario-almoxarife, observando-se as instrucções approvadas pelo aviso n. 2,526, de 30 de novembro de 1894.

Na execução desse serviço caberão ao vice-director do hospital as funcções attribuidas pelo citado aviso aos immediatos dos navios de guerra, e deverão ser adoptadas, quanto aos livros de soccorros, as instrucções expedidas com o aviso n. 1,754, de 14 de novembro de 1906, encerrando-se os mesmos livros biennialmente, afim de serem remettidos á Directoria Geral da Contabilidade da Marinha para que alli se proceda ao exame da respectiva escripturação.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Saude Naval.

N. 3 — EM 2 DE MARÇO DE 1908

Declara caber ao mais moderno dos membros da junta de recurso lavrar os actos da mesma junta, como é observado nas juntas dos Estados e das forcas navaes, por ser a mesma uma junta de appellação.

Ministerio da Marinha — N. 933 — Rio de Janeiro, 2 de março de 1908.

Em solução ao assumpto do vosso officio n. 106, de 15 de fevereiro proximo passado, que acompanhou a consulta do cirurgião desse arsenal acerca do medico a quem cumpre lavrar os actos na junta de recurso, declaro-vos, de accordo com a informação do inspector de Saude Naval, em *memorandum* n. 63, de 19 do dito mez, que cabe essa incumbencia ao mais moderno dos membros da referida junta de recurso, como é observado nas juntas dos Estados e das forcas navaes, por ser a mesma uma junta de appellação.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 4 — EM 2 DE MARÇO DE 1908

Prohibe o uso de almofadas e de pannos de lã, casimira ou flanella nos paineiros das embarcações.

Ministerio da Marinha — N. 946 — Rio de Janeiro, 2 de março de 1908.

Covindo supprimir toda a despeza superflua na conservação do material da Armada, afim de consagrar os recursos orçamentarios á aquisição dos objectos de comprovada utilidade e a ella indispensaveis, e attendendo ao nosso clima, ora resolve prohibir o uso das almofadas e de pannos de lã, casimira ou flanella, nos paineiros das embarcações, só podendo nelles ser usados pannos de brim de algodão.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.* —
Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 5 — EM 9 DE MARÇO DE 1908

Providencia para que em relação aos invalidos de Marinha só se proceda na fórma do aviso n. 895, de 10 de julho de 1905.

Ministerio da Marinha — N. 989 — Rio de Janeiro, 9 de março de 1908.

Sr. ministro da Guerra — Tendo sido excluido do Asylo de Invalidos da Patria, sem autorização deste ministerio, o invalido, marinheiro nacional de segunda classe Simeão de Mendonça, que não foi submettido ao conselho de disciplina de que trata o aviso n. 895, de 10 de julho de 1905, e havendo o commando do dito asylo informado ao inspector de Marinha que assim procedera em virtude de resoluções desse ministerio, de 5 de agosto de 1895 e de 3 de agosto de 1897, rogo-vos as precisas providencias para que em relação aos invalidos de Marinha só se proceda na fórma do alludido aviso n. 895, de 10 de julho de 1905.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

N. 6 — EM 31 DE MARÇO DE 1908

Approva as instruções para o serviço de telegraphia sem fio

Ministerio da Marinha — N. 1.402 — Rio de Janeiro, 31 de março de 1908.

Tendo resolvido approvar as instruções que a este acompanharam para o serviço de telegraphia sem fio, e mandar annexal-as ás que foram adoptadas pelo aviso n. 685, de 28 de março de 1907, assim vos declaro, para os devidos fins.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

INSTRUÇÕES PARA O SERVIÇO DE TELEGRAPHIA SEM FIO, A QUE SE REFERE O AVISO N. 1.402, DESTA DATA

1. Diariamente serão feitos constantes exercicios entre as diversas estações, constando elles essencialmente da pratica do telephone, que será obrigatoria.

2. Os exercicios deverão ser feitos de modo a não interromper as communicações officiaes.

3. A pratica de telephone nunca poderá ser inferior a duas horas por dia e a do Morse de uma hora.

4. A bordo, em todos os inicios de quarto, tanto de dia como de noite, a estação mais antiga chamará seguidamente todas as outras que se achem ao seu alcance, para verificação do regulamento dosapparelhos.

5. As antenas só serão ligadas directamente á terra em occasião de trovoadas, sendo que, logo após a terminação do não tempo, novamente deverão ser ligadas ao receptor, de modo a estar o apparelho prompto a receber qualquer despacho.

6. Aos encarregados de telegraphia é prohibido fazer qualquer alteração nos apparelhos.

7. Os telegraphistas deverão sempre procurar fallar com a menor centella possivel.

8. O telephone deverá estar sempre desligado, desde que não esteja a estação em recepção.

9. Sempre que fôr possivel, a recepção no Morse será acompanhada pelo telegraphista com o phone, não só para servir de pratica, como tambem para corrigir qualquer engano na impressão do Morse, occasionado pelas descargas atmosphericas.

10. Quando o numero de telegraphistas, a bordo, fôr pequeno, deverão ser escolhidas pracas capazes e intelligentes, para praticarem na estação de modo a tornarem-se em pouco tempo aptas para o serviço.

11. Os telegraphistas deverão estar dispensados de todo o serviço especial estranho á telegraphia, excepto as fainas geraes.

12. Os telegraphistas são obrigados a seguir á risca as instruções para o serviço de telegraphia sem fio, mandadas adoptar por aviso n. 685, de 28 de março de 1907, e outras que de futuro baixarem.

Ministerio da Marinha, 31 de março de 1908. — *A. F. de Alencar.*

N. 7 — EM 9 DE JUNHO DE 1908

Approva e manda executar o regulamento para o serviço da praticagem do porto do Rio Grande a Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ministerio da Marinha — N. 2.568. — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi approvar e mandar que seja executado o regulamento que a este accompanha, para o serviço da praticagem do porto do Rio Grande a Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.*
— Sr. inspector de Portos e Costas.

Regulamento para o serviço da praticagem do porto do Rio Grande a Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, a que se refere o aviso n. 2.568 desta data.

CAPITULO I

Da praticagem e sua associação

Art. 1º. A praticagem dos rios e lagôas que communicam os portos do Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Victoria do Palmar e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, é livre e a associação de praticos, organizada para explorar esse serviço, se regerá por este regulamento conjunctamente com o regulamento para o serviço da praticagem dos portos, costas e rios navegaveis, annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro deste anno.

Art. 2º. A praticagem começará no ancoradouro interno do pontal da barra do Rio Grande, ou no ancoradouro de cada um dos portos de que trata o art. 1º e terminará no ancoradouro da carga ou descarga do destino do navio, depois de

achar-se fundeado a dous ou quatro ferros, conforme o regimen do porto, ou amarrado ao câes, molhe ou trapiche para a entrada de qualquer um desses ancoradouros ao do destino do navio ou ao do pontal da barra do Rio Grande para a saída.

Art. 3°. A praticagem terá estação de praticos no pontal da barra e nos portos do Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Victoria do Palmar e Porto Alegre, para attenderem ao respectivo serviço.

CAPITULO II

Do pessoal da associação

Art. 1°. A associação dos praticos, que terá sua sede no Rio Grande, se comporá do seguinte pessoal:

1 pratico-mór;
1 ajudante do pratico-mór, para cada uma de suas estações;

O numero dos praticos ou mestres e praticantes que se quizerem associar e forem necessarios ao seu serviço.

Paragrapho unico. A associação terá um ou dous escreventes para o serviço de sua escripturação ou expediente e o numero de marinheiros ou remadores para as suas embarcações.

CAPITULO III

Dos vencimentos do pessoal

Art. 5°. Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e gratificações proporcionaes a estes, na forma do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Paragrapho unico. O escrevente, os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 6°. Os ordenados mensaes do pessoal da associação serão regulados pela seguinte tabella:

Pratico-mór	180\$000
Ajudante de pratico-mór.....	150\$000
Praticos	100\$000
Praticantes	45\$000

CAPITULO IV

Do material

Art. 7°. O material para o serviço da praticagem em cada uma das estações será o seguinte:

1 lancha a remos com gaviete;
1 escaler ou canôa;
1 ancora;

- 1 ancorote;
- 1 busca-vida;
- 1 amarra;
- 1 espia com cabo de manilha ou de aço
- 1 estralheira;
- 1 falha dobrada;
- 1 oculo de alcance;
- 1 codigo de regimento de signaes internacionaes (edição brasileira);
- 1 regimento de bandeiras do dito codigo;
- 1 codigo com o respectivo regimento de bandeiras para signaes communs a todas as barras;
- Prumos de mão e varas de sondar.
- Boias e postes para o balisamento e navegação de dia e á noite;
- 1 mastro com a competente verga para signaes.

CAPITULO V

Das taras de praticagem

Art. 8º. As embarcações que se utilizarem dos serviços da associação dos praticos são obrigadas ao pagamento das seguintes taxas:

1º. Pela praticagem de navios a vapor até 1.000 toneladas de registro:

a) do registro da barra do Rio Grande:

ao fundeador de S. José do Norte ou vice-versa...	25\$000
ao porto do Rio Grande ou vice-versa.....	40\$000
ao porto de Pelotas ou vice-versa.....	70\$000
ao Porto Alegre ou vice-versa.....	130\$000
ao Porto Alegre com escala pelo Rio Grande ou vice-versa	140\$000
ao Porto Alegre com escala por Pelotas ou vice-versa	150\$000
ao Porto Alegre com escalas pelo Rio Grande e Pelotas ou vice-versa.....	160\$000

b) do fundeador de S. José do Norte:

ao porto do Rio Grande ou vice-versa.....	25\$000
ao porto de Pelotas ou vice-versa.....	50\$000
ao Porto Alegre ou vice-versa.....	105\$000
ao Porto Alegre com escala por Pelotas ou vice-versa.....	130\$000

c) do porto do Rio Grande:

a Pelotas ou vice-versa.....	70\$000
a Porto Alegre ou vice-versa.....	130\$000

a Porto Alegre com escalas por Pelotas ou vice-versa	150\$000
a Jaguarão ou vice-versa	130\$000
a Santa Victoria do Palmar ou vice-versa	110\$000
a Jaguarão, tocando em Pelotas ou vice-versa...	115\$000
a Santa Victoria, tocando em Pelotas ou vice-versa	120\$000
a Santa Victoria, tocando em Pelotas e Jaguarão ou vice-versa	130\$000

d do porto de Pelotas:

a Porto Alegre ou vice-versa	100\$000
a Jaguarão ou vice-versa	60\$000
a Santa Victoria ou vice-versa	75\$000
a Santa Victoria, tocando em Jaguarão ou vice-versa	90\$000

e do Jaguarão:

a Santa Victoria ou vice-versa	25\$000
--------------------------------------	---------

f de Porto Alegre:

às Minas ou vice-versa	40\$000
à margem do Taquary	60\$000

De 1.000 toneladas para cima pagarão mais 40 réis por tonelada que exceder.

2.º Pela praticagem de navio a vela pagarão mais 30 % das taxas a vapor. Essas taxas comprehendem a direcção da navegação, da ancoragem ou amarração do navio, segundo o regimen do porto ou as operações em contrario.

3.º Por amarração ou desamarração, atracação ou desatracação, depois de haver o navio fundeado no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, 15\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão 20\$000.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 108 pelo pratico e 68 por cada remador da embarcação da praticagem que fôr empregada, e no porto a metade dessas taxas.

6.º O serviço á noite, não sendo o da continuação da viagem ou praticagem iniciada de dia, ou de viagem iniciada á noite, por effeito de marés ou inconveniencia da navegação, pagará mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º O pessoal da praticagem que fôr empregado no serviço da amarração ou desamarração do navio será pago pelo navio á razão de seu vencimento diario na praticagem.

Art. 9.º O material da praticagem, quando utilizado por particular no serviço da embarcação pilotada ou soccorrida, vencerá a diaria da seguinte tabella:

Da lancha com gavioto	8\$000
De uma ancora com amarra	10\$000

De ancora ou amarra.....	5\$000
De espia	5\$000
De virador	10\$000
De estralheira	3\$000
De talha	2\$000
De ancorote	3\$000
De busca vida.....	2\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se inutilizarem por motivo de força maior, e, em outro caso, será pago o danno pelo seu valor.

§ 2.º É licito o exame do material antes de ser empregado para conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

Disposições especiaes

Art. 10. Nas estações da praticagem, a arrecadação das rendas será feita pelo pratico que servir de thesoureiro, e será fiscalizada pelo que exercer as funções de ajudante de pratico-mór, devendo ser mensalmente remettido ao pratico-mór um balancete dessas rendas, afim de serem devidamente escripturadas. O dinheiro arrecadado nas estações servirá para o pagamento do respectivo pessoal, sendo o saldo recolhido a caixa da associação.

Art. 11. Quando a associação tiver o serviço de balizamento na forma estabelecida no regulamento anexo ao decreto n. 4.846, de 6 de fevreiro de este anno, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação lhe pagarão um quarto da respectiva taxa de praticagem.

Gabinete do ministro da Marinha, 9 de junho de 1908. —
A. F. de Alencar.

N. 3 — EM 27 DE JUNHO DE 1908

Approva a tabella de rações para os aspirantes da Escola Naval.

Ministerio da Marinha — N. 2.848 — Rio de Janeiro, 27 de junho de 1908.

Tendo approvado a tabella de rações para os aspirantes dessa escola, que me enviastes com o officio n. 126, de 5 do corrente, assim vos declaro para os devidos effectos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrina Faria de Alencar.* —
Sr. director da Escola Naval.

Tabela para o rancho de um aspirante

GÊNEROS	UNIDADES	DOMINGOS, SEGUNDAS, TERÇAS, QUINTAS-FEIRAS E SABADOS					QUARTAS-FEIRAS					SEXTAS-FEIRAS							
		De manhã	Almoço	De tarde	Jantar	Ceia	Total	De manhã	Almoço	De tarde	Jantar	Ceia	Total	De manhã	Almoço	De tarde	Jantar	Ceia	Total
Asucar refinado	Grammas	25					25												
Arroz	"						100												
Batatas	"						100												
Café moído	"						100												
Carne verde	"						100												
Carne seca	"						100												
Canação	"						100												
Farinha	"						100												
Feijão	"						100												
Lombo de Minas	"						100												
Macaxeira	"						100												
Matte em folha	"						100												
Massas diversas	"						100												
Pão	"						100												
Palitos	"						100												
Sal	"						100												
Toucinho	"						100												
Vinagre	"						100												
Verduras	"						100												

OBSERVAÇÕES

1.º Na falta de qualquer genero desta tabela, o director podera substituir por outro equivalente, que sera distribuido segundo a respectiva quantidade.

2.º O cunhado para a cozinha dos aspirantes sera de 100 kilogrammas diariamente.

Escola Naval, 25 de Junho de 1943.

N. 9 — EM 1 DE JULHO DE 1908

Manda restabelecer o porto semaphorico da ilha das Cobras e declara que a designação do uniforme ás guarnições dos navios e estabelecimentos navaes deve ser feita diariamente pelo Estado Maior da Armada.

Ministerio da Marinha — N. 2.909 — Rio de Janeiro, 1 de julho de 1908.

Autorizo-vos a providenciar para que seja restabelecido o posto semaphorico da ilha das Cobras, e, outrossim, declaro-vos que a designação do uniforme ás guarnições dos navios e estabelecimentos navaes deve ser feita diariamente por esse estado maior.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 10 — EM 2 DE JULHO DE 1908

Declara que os operarios dos arsenaes, classificados em classe inferior á que tinham anteriormente, só devem soffrer nos vencimentos que ora vão receber o desconto para o montepio.

Ministerio da Marinha — N. 2.011 — Rio de Janeiro, 2 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que os operarios que, em virtude do novo regulamento dos arsenaes, foram classificados em classe inferior á que tinham anteriormente, só devem soffrer nos vencimentos que ora vão receber o desconto para o montepio, ficando relevada a divida proveniente da differença de vencimentos que, *in bona fide*, receberam.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. director geral de Contabilidade da Marinha.

N. 11 — EM 8 DE JULHO DE 1908

Manda adoptar, para servir nas communicações de navios durante a noite, os fachos illuminativos seccionados de invenção de um capitão-tenente da Armada, em substituição aos actualmente empregados.

Ministerio da Marinha — N. 3.063 — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1908.

Manda adoptar, para servir nas communicações de navios durante a noite, os fachos illuminativos seccionados, de in-

venção do capitão-tenente Amphiloquio Reis, em substituição aos que ora são empregados e providenciae afim de que, em ordem do dia desse estado maior, seja elogiado o referido official pela utilidade de seu invento.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 12 — EM 8 DE JULHO DE 1908

Declara o que fica resolvido para facilitar o processo de entrega de objectos inuteis á Directoria do Deposito Naval.

Ministerio da Marinha — N. 3.067 — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1908.

Declaro-vos que, para facilitar o processo de entrega de objectos inuteis a essa repartição, resolvi que, além das disposições dos decretos ns. 4.542 A, de 30 de junho de 1870, e 6.525, de 15 de junho de 1907, seja observado o seguinte:

1.º A entrega dos inuteis será feita, salvo caso de força maior, mensalmente, no dia 15 de cada mez ou no dia anterior, si este fôr feriado.

2.º As guias de remessas devem ser despachadas pelo director do deposito antes do dia 15 de cada mez, devendo os artigos ser apresentados ao deposito no dia fixado para o recebimento.

3.º Dos objectos inserviveis mandará o director do deposito lavrar termo de consumo para descarga do responsavel, ao qual se fará carga da materia prima apurada, para ser aproveitada ou vendida.

4.º Os termos de consumo de inuteis serão sujeitos á approvação do ministro.

5.º A entrega de objectos por desnecessarios a bordo só será autorizada pelo ministro á vista de justificação escripta.

6.º Quando, por observação propria ou pelo exame dos peritos, o director do deposito julgar que os artigos não tiveram a precisa conservação ou duracão, ou são em quantidade demasiada, dará do facto conhecimento ao ministro, afim de serem punidos os culpados.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. director do Deposito Naval do Rio de Janeiro.

N. 13 — EM 8 DE JULHO DE 1908

Determina que os officiaes encarregados de torpedos assistam ás provas que forem realizadas nas officinas com torpedos do navio a que pertencerem.

Ministerio da Marinha — N. 3.064 — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1908.

Providenciae para que os officiaes encarregados de torpedos assistam ás provas que forem realizadas nas officinas com os torpedos do navio a que pertencerem, afim de certificar-se das condições em que lhes são entregues e assumam a responsabilidade de sua conservação, evitando assim frequentes pedidos de concertos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

N. 14 — EM 11 DE JULHO DE 1908

Chama a attenção dos commandantes de navios e corpos de marinha para o disposto no aviso n. 771, de 17 de fevereiro do corrente anno.

Ministerio da Marinha — N. 3.137 — Rio de Janeiro, 11 de julho de 1908.

Recommendo-vos que chameis a attenção dos commandantes de navios e corpos de marinha para o disposto no aviso n. 771, de 17 de fevereiro do corrente anno, publicado em ordem do dia desse estado maior sob n. 39, de 18 do referido mez.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 15 — EM 15 DE JULHO DE 1908

Approva o projecto dos estatutos da Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada e permite seja o mesmo adoptado mediante suppressão da palavra «militar» no art. 11 do capitulo I do titulo I.

Ministerio da Marinha — N. 3.167 — Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi approvar o projecto dos estatutos da Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada, que poderá ser adoptado naquella associação, desde que seja supprimida a palavra *militar* no art. 11 do capitulo I do titulo I.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Marinha.

N. 16 — EM 21 DE JULHO DE 1908

Determina que as praças dos navios, corpos e estabelecimentos de marinha atacadas de variola sejam directamente removidas para o hospital de variolosos.

Ministerio da Marinha — N. 3.288 — Rio de Janeiro, 21 de julho de 1908.

Recommendo que providencieis afim de que as praças dos navios, corpos e estabelecimentos de marinha, atacadas de variola, sejam directamente removidas para o hospital de variolosos, evitando, assim, sua passagem pelo Hospital de Marinha.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Saude Naval.

N. 17 — EM 23 DE JULHO DE 1908

Determina que todos os enfermos acommettidos de beriberi sejam directamente recolhidos ao Hospital de Beribericos de Copacabana.

Ministerio da Marinha — N. 3.375 — Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908.

Recommendo-vos que providencieis para que todos os enfermos acommettidos de beriberi, vindos de navios ou estabelecimentos navaes para esta Capital, sejam directamente recolhidos ao Hospital de Beribericos de Copacabana.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Saude Naval.

N. 18 — EM 23 DE JULHO DE 1908

Manda adoptar o mappa, organizado pela Inspectoria de Engenharia Naval, para as partes mensaes relativas ás munições de guerra existentes e consumidas nos navios da Armada.

Ministerio da Marinha — N. 3.372 — Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908.

Tendo resolvido mandar adoptar o mappa que a este acompanha, organizado pela Inspectoria de Engenharia Naval, modificando o proposto pela 2ª secção desse estado maior, para as partes mensaes relativas ás munições de guerra existentes e consumidas nos navios da Armada, assim vos declaro para os devidos fins e em solução a vosso *memorandum* n. 629, de 23 de junho ultimo.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do estado maior da Armada.

MAPPA DAS MUNIÇÕES DE GUERRA

N.....

Mappa das munições

Existentes a bordo..... de das consumidas desde o dia... de... de 190..

Consumidas	Existentes	Munições															
		ARMAMENTO															
		Systemas	Calibres em m/m														
		Estado das munições															
		PROJETIS															
		Granadas															
		Carregadas		Perfuração de alto explosivo		Perfuração		Ogiva endurecida		Comuns de aço		Comuns de ferro fundido		Ferro estriado		Shrapnels	
		Carregadas	Descarregadas	Carregadas	Descarregadas	Carregadas	Descarregadas	Carregadas	Descarregadas	Carregadas	Descarregadas	Carregadas	Descarregadas	Carregados	Descarregados	Carregados	Descarregados
													</				

N. 19 — EM 30 DE JULHO DE 1908

Approva e manda executar os regulamentos para o serviço de praticagem que a este acompanham.

Ministerio da Marinha — N. 3.469 — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi approvar e mandar que sejam executados os regulamentos que a este acompanham, para o serviço da praticagem nos seguintes pontos do nosso littoral:

1.º Do Canal de Bragança ao porto de Belém, no Estado do Pará;

2.º Barra da bahia de S. Marcos, porto de S. Luiz, no Estado do Maranhão;

3.º Barras de Canarias, Cajú, Tutoya e Amarração, formadas pelo rio Parahyba, nos Estados do Maranhão e Piauí;

4.º Barras do Aracaty, Camocim, Aracajú e Timonha e porto da Fortaleza, no Estado do Ceará;

5.º Barras e portos do Natal, Macão e Areia Branca — Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte;

6.º Barra e porto da Parahyba, no Estado da Parahyba;

7.º Barra e porto do Recife, no Estado de Pernambuco;

8.º Barras dos rios Cotinguiba, Vasa-Barris e Real, no Estado de Sergipe;

9.º Porto e barra da Victoria, no Estado do Espirito Santo;

10. Foz do rio S. Francisco até Penedo, no Estado de Alagoas.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*, — Sr. inspector de Portos e Costas.

Regulamento para o serviço da praticagem do canal de Bragança ao porto de Belém do Pará

CAPITULO I

DA ASSOCIAÇÃO DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem do canal de Bragança ao porto de Belém, no Estado do Pará, é livre, e a associação de praticos alli existente se regerá pelo presente regulamento conjuntamente com as disposições do regulamento para o serviço da praticagem dos portos, costas e rios navegaveis do Brazil, approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará do pharol das Salinas e terminará no porto de Belém, depois de fundeada a embarcação no ancoradouro de sua carga ou descarga, para a entrada e deste ao pharol das Salinas para a sahida.

CAPITULO II

DO PESSOAL

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mer;
- 1 ajudante de pratico-mór;
- 16 praticos;
- 4 praticantes;
- 1 atalaiador.

Paragrapho unico. A associação terá o numero de marinheiros ou remadores que forem precisos para o seu serviço, e um ou dous escreventes para o seu expediente.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal da associação da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes, na fórma do regulamento geral da praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 5.º Os ordenados mensaes do pessoal da associação serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór.....	180\$000
Ajudante do pratico-mór.....	150\$000
Praticos.....	120\$000
Praticantes.....	60\$000
Atalaiador.....	50\$000

CAPITULO IV

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 6.º Os navios que se utilizarem dos serviços da associação dos praticos são obrigados ao pagamento das seguintes taxas:

1.º, por entrada ou sahida de navios a vapor, por cada tonelada líquida de seu registro, 195 réis:

2º, por entrada ou saída de navios á vela mais 30 % da taxa a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação e da ancoragem ou amarração a dous ferros no ancoradouro da carga ou descarga, para entrada, ou as operações em contrario e a direcção da navegação para a saída;

3º, pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação ao cães, molhe ou trapiche depois de haver o navio fundeado no respectivo ancoradouro da carga ou descarga mais 30\$000;

4º, por mudança de ancoradouro um terço da taxa de entrada ou saída;

5º, por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 108 por pratico e 68 por cada remador da embarcação da praticagem que for empregada, e no porto, a metade dessas taxas;

6º, o serviço, á noite, será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas, não se estendendo esse acrescimo ás taxas de entrada ou saída que tanto vigorem para o dia como para a noite.

CAPITULO V

DO MATERIAL.

Art. 7.º O material para o serviço da praticagem constará do seguinte:

1 hiate á vela ou a vapor ou movido por qualquer outro motor, com accomodações para alojar, pelo menos, oito praticos e dous praticantes e a competente guarnição;

2 hiatos pequenos á vela:

1 lancha a remos com gaviote;

1 canôa grande;

1 bote para o serviço do trafego do porto;

4 montarias para o mesmo serviço;

1 virador;

2 espias;

1 estralheira;

2 talhas;

1 ancora;

60 braças de amarra;

2 ancorotes;

2 boias de salvação;

25 colletes salva-vidas;

2 oculos de alcance;

1 jogo de lanternas de signaes;

1 regimen de signaes doCodigo Internacional;

1 código correspondente;

1 regimen de signaes de praticagem;

Busca-vidas, prumos, escala de marés, varas graduadas;

1 cofre com duas chaves;

1 barometro;

Boias e postes para o balizamento aos bancos e canaes para a navegação de dia e de noite.

Art. 8.º O material da praticagem, quando inutilizado por particular, renderá a taxa constante da tabella seguinte:

Lancha.....	20\$000
Baleeiras.....	8\$000
Amarra com ancora.....	15\$000
Ancora ou amarra.....	10\$000
Estralheira.....	5\$000
Talha.....	3\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se perderem e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º É licito o exame do material antes de ser empregado, para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir de deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 9.º A associação terá sua séde em Belém, onde terá atalaia, e onde conservará, cruzando de dia e á noite, o seu hiate para attender ao chamado das embarcações, quer para receber destas os praticos, quer para fornecel-os, e uma estação em Salinas.

Art. 10. Quando a associação tiver o serviço de balizamento na forma indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão $1/4$ da respectiva taxa.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DO CANAL DE BRAGANÇA AO PORTO DE BELÉM
NO ESTADO DO PARÁ*Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)*

Na fôrma do art. 13, do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confiro a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos do canal de Bragança ao porto de Belém, no Estado do Pará, a qual se realizou em assembléa geral, na conformidade do predito art. 13, do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspeçtoria de Portos e Costas. Rio de Janeiro, em...
de..... de 19...

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DO CANAL DE BRAGANÇA AO PORTO DE BELÉM
NO ESTADO DO PARÁ*Título de pratico*

Na fôrma do art. 13, do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da Associação de Praticos do Canal de Bragança ao porto de Belém no Estado do Pará, por haver sido approved em... de..... de 19... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado do Pará — Belém, em...
de..... de 19...

F.....

Capitão do Porto.

(Observação): O mesmo para praticante ou atalaiador.

**Regulamento para o serviço da barra da bahia de S. Marcos,
porto de S. Luiz do Maranhão**

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem da bahia de S. Marcos e porto de S. Luiz no Estado do Maranhão é livre, e a associação de praticos alli existente se regerá por este regulamento conjuntamente com as disposições do Regulamento Geral da Praticagem, annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevreiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará no pharol de Itacolomi e terminará no porto de S. Luiz ou no de Itaqui, depois de fundeada ou amarrada a embarcação a dous ferros no ancoradouro da carga ou descarga, e deste áquelle pharol.

CAPITULO II

DO PESSOAL

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem constará de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 4 praticos;
- 2 praticantes;
- 1 atalaiador.

Paragrapho unico. A associação terá mais um escrevente para o serviço de seu expediente e o numero de marinheiros ou remadores que forem necessarios para o serviço das embarcações.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal da associação da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes na fórmula do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente, os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 5.º Os ordenados mensaes do pessoal da associação são os da tabella seguinte:

Pratico-mór.....	180\$000
Ajudante do pratico-mór.....	150\$000
Pratico.....	120\$000
Praticante.....	45\$000
Atalaiador.....	40\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 6.º O material para o serviço da praticagem constará do seguinte:

Um hiate a vela ou a vapor, ou movido por qualquer outro motor, com accommodações para alojar tres praticos e dous praticantes e sua competente tripulação:

- Um pequeno hiate a vela;
 - Uma baleeira salva-vidas de quatro remos;
 - Uma lancha com gaviote;
 - Uma ancora;
 - Um ancorote;
 - Um busca-vidas,
 - Uma fazeixa.
- Colletes de salvação para a guarnição da embarcação*

- Um virador
- Uma espia.
- Uma estralheira.
- Uma falha dobrada.

O regimento de signaes internacionais e o de praticagem

- Oculo de alcance.
- Barometro e thermometro.
- Uma escala de marés.
- Prumos de mão.
- Agulhas de marear.
- Boias de salvação.
- Pharões e lanternas de navegação.
- Boias e postes para balisamento e navegação de dia e de noite.

CAPITULO V

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 7.º As taxas de praticagem serão cobradas pela seguinte fórma:

- 1.º, por entrada ou sahida de embarcação a vapor
- De calado de tres metros por 100 toneladas de arqueação 16\$000.
- Dahi para cima mais 40 réis por tonelada que accrescer a 100 e mais 2\$ por cada 30 centimetros que accrescer ao calado de tres metros.

De 1.000 toneladas para cima 30 réis por tonelada que accrescer;

2°, por entrada ou sahida de embarcação a vela pagarão 30 % mais das taxas a vapor.

Essas taxas correspondem á direcção da navegação e ancoragem a dous ferros ou amarração ao cáes, molhe ou trapiche, ou á desancoragem, desatracação ou desamarração, ou á navegação da sahida;

3°, pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação, depois de haver sido fundeada a embarcação no respectivo ancoradouro de carga ou descarga, pagará a taxa de 20\$000;

4°, por mudança de ancoradouro pagarão um terço da taxa de entrada ou sahida;

5°, por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 10\$ por pratico, e de 6\$ por cada remador da embarcação da praticagem que for empregada, e no porto metade dessa taxa;

6°, o serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas;

7°, não estão sujeitos á taxa da praticagem as embarcações a vapor ou a vela da circumscripção com calado menor de tres metros até 100 toneladas de arqueação, pagando a taxa menor a que exceder a essa tonelagem;

8°, o pessoal da praticagem que for empregado no serviço da amarração ou desamarração de navio, será pago pelo navio á razão do seu vencimento diario.

Art. 8.º O material da praticagem quando utilizado por particular, renderá por dia a taxa constante da tabella seguinte:

Lancha.....	20\$000
Baleeira.....	8\$000
Ancora com amarra.....	15\$000
Ancora ou amarra.....	10\$000
Estralheira.....	5\$000
Talha.....	3\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se perderem ou se inutilizarem por motivo de força maior e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º E' licito o exame do material antes de ser empregado, para o conhecimento do seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir de deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 9.º A associação terá sua séde em S. Luiz e estação na atalaia onde morarão os praticos e deverão ter seu hiate cru-

zando constantemente na altura de Itacolomi para o serviço da praticagem.

Art. 10. Quando a associação tiver o serviço de balisamento na forma indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar*.

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DOS PRATICOS DA BARRA E BAHIA DE S. MARCOS AO PORTO DE S. LUIZ DO MARANHÃO

Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na forma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra e bahia de S. Marcos ao porto de S. Luiz do Maranhão no Estado do Maranhão, a qual se realizou em assemblea geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em... de de 19...

F...

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DOS PRATICOS DA BARRA E BAHIA DE S. MARCOS AO
PORTO DE S. LUIZ DO MARANHÃO NO ESTADO DO MARANHÃO

Titulo de pratico

Na forma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Farra de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F.....
..... pratico da associação de praticos da barra e bahia de S. Marcos ao porto de S. Luiz do Maranhão no Estado do Maranhão, por haver sido approved em...de..... de 19... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado do Maranhão, em...dede 19....

F...

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou alalaiador.

Regulamento para o serviço da praticagem das barras de Canárias, Caju', Tutoya e Amarração, formadas pelo rio Parnahyba nos Estados do Maranhão e Piauhý

TITULO I

Da praticagem

CAPITULO UNICO

Art. 1.º A praticagem das barras de Canárias, Caju', Tutoya e Amarração do rio Parnahyba, continúa a ser feita pela associação da praticagem do Estado do Piauhý, com sede na Amarração regendo-se por este regulamento, conjunctamente com as disposições do Regulamento Geral da Praticagem annexo ao decreto n.º 6.846, de 6 de fevereço de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará da boia de espera collocada fóra de cada barra e terminará no porto dos Cajueiros, ou de Salina na Tutoya, e no da Amarração no Piauhý, depois de fundeada a embarcação no ancoradouro de sua carga ou descarga para entrada e deste á boia de espera para a sahida.

TITULO II

Da associação de praticagem

CAPITULO I

DO PESSOAL

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 4 praticos;
- 2 praticantes;
- 2 atalaiadores.

Paragapho unico. A associação terá mais um escrevente para o serviço de seu expediente e o numero de marinheiros ou remadores necessários para suas embarcações.

Art. 4.º O ajudante, dous praticos e um praticante estacionarão na atalaia da ilha dos Papagaios na Tutoya.

CAPITULO II

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificação proporcional a estes na forma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seu contracto.

Art. 6.º Os ordenados mensaes do pessoal da associação serão os da tabella abaixo:

Pratico-mór.....	150\$000
Ajudante do pratico-mór.....	120\$000
Praticos.....	100\$000
Praticante.....	45\$000
Atalaiaador.....	40\$000

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus respectivos contractos.

CAPITULO III

DO MATERIAL

Art. 7.º O material para o serviço da praticagem constará do seguinte:

Um hiate a vela, ou a vapor, ou movido por outro quaaalquer motor para sahir a barra em quaesquer condições de vento e mar com accommodações para dous praticos e um praticante e a sua respectiva tripulação.

Duas baleeiras salva-vidas de quatro remos.

Quatro canôas para rios, uma para cada barra.

Uma lancha com gaviete.

Colletes salva-vidas.

Duas ancoras.

Busca-vidas.

Viradores.

Espias.

Uma estraleira.

Uma talha dobrada.

O regimento de signaes internacionaes e o da praticagem.

O livro competente em edição brasileira.

Oculo de alcance.

Barometro e thermometro.

Uma escala de marés.

Prumos de mão.

Agulhas de marear.

Boias de salvação.

Pharões e lanternas de navegação.

Boias e postes para o balisamento e navegação de dia e de noite.

Atalaia em Cajueiros, na ilha dos Papagaios na Tuboya e na Amarração.

Paragrapho unico. Cada uma das estações da praticagem terá o seu material.

CAPITULO IV

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 8.º As taxas do serviço da praticagem serão cobradas da seguinte forma:

1.º Por entrada ou saída de embarcação a vapor:

De calado de 1^m.80 a 2^m.10 por 100 toneladas de arqueação 25\$000.

Dahi para cima mais 40 réis por tonelada que accrescer a 100.

De 1.000 toneladas para cima pagará mais 30 réis por tonelada da que exceder a 100; e mais 28 por 30 centímetros de calado que exceder a 2^m.10.

2.º As embarcações a vela pagarão mais 30 % das taxas a vapor.

De Papagaios a Salina pagarão 30 % das taxas de entrada ou saída já estabelecidas.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação, a ancoragem ou amarração a dous ferres, ou a atracação ao cães, molhe ou trapiche.

3.º Pela amarração ou desamarração, ou atracação ou desatracação, depois de haver sido fundada a embarcação no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, pagará a taxa de 20\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagará um terço da taxa de entrada ou saída.

5.º Por serviço extraordinario ou auxilio fóra da barra ou de soccorro receberá a associação a diaria de 10\$ por pratico ou praticante e a de 6\$ por marinheiro ou remador da embarcação da praticagem que fór empregada e no porto 5\$ por pratico e 3\$ por cada remador.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

Art. 9.º O material da praticagem quando utilizado pelos particulares, vencerá por dia ou parte do dia a taxa da tabella seguinte:

Lancha guarnecida fóra da barra, 25\$; dentro do rio, 15\$000.

Baleeira salva-vidas guarnecida fóra da barra, 8\$; dentro do rio, 5\$000.

Canoa, guarnecida fóra da barra, 5\$; dentro do rio, 2\$500.

Uma ancora, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 10\$000.

Uma amarra, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 10\$000.

Um virador, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 50\$000.

Uma espia, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 25\$000.

Um ancorote, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 6\$000.

Uma estralheira, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 15\$000.

Uma talha, fóra da barra ou no interior dos rios e lagôas, 10\$600.

§ 1.º A taxa de que trata este artigo será publicada quando os objectos se perderem ou se inutilizarem por motivo de força maior, e em caso contrario pagar-se-ha o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

§ 3.º Estão isentas da taxa da praticagem as embarcações da circumscripção com calado menor de 1,80 até 100 toneladas de registro, devendo as de maior tonelagem pagar a taxa minima.

§ 4.º O pessoal da praticagem que fôr empregado no serviço de amarração do navio, será pago pelo navio á razão de seu vencimento diário na praticagem.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 10. A associação terá em Amarração e no Cajueiro na ilha, em Canárias e Cajú estações onde deverão permanecer praticos e praticantes para attender ás embarcações que demandem a barra ou queiram sahir.

Art. 11. Quando a associação tiver o serviço de balisamento na fórmula indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão um quarto da respectiva taxa.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DA AMARRAÇÃO E TUTOYA, NO
ESTADO DO PIAUHY*Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)*

Na forma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra da Amarração e Tutoya, no Estado do Piahy, a qual se realizou em assembléa geral, na conformidade do prefito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em...
de..... de 19...

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DA AMARRAÇÃO E TUTOYA, NO
ESTADO DO PIAUHY*Título de pratico*

Na forma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos da barra da Amarração e Tutoya, no Estado do Piahy, por haver sido approved em... de..... de 19... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado do Piahy, em... de.....
..... de 19...

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaizador.

Regulamento para o serviço da praticagem das barras do Aracaty, Camocim, Aracahú e Timonha e porto da Fortaleza, no Estado do Ceará

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem do porto da Fortaleza, no Estado do Ceará, é livre, e a associação de praticos ali organizada para o serviço da praticagem daquelle porto e barras do Aracaty, Camocim, Aracahú e Timonha, com sede na Fortaleza, se regerá por este regulamento conjunctamente com o Regulamento Geral da Praticagem annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem do porto da Fortaleza comprehende toda a zona para dentro do alinhamento das boias dos baixios do Meirelles, da Velha e ponta dos Arpoadores, de onde será iniciada para terminar depois de fundeada ou amarrada a embarcação a dous ferros no ancoradouro da carga ou descarga, e deste até aquelle alinhamento.

CAPITULO II

DO PESSOAL

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem constará de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 4 praticos.
- 2 praticantes;
- 2 atalaiadores.

Paragrapho unico. A associação terá mais um escrevente para o seu expediente e o numero de marinheiros ou remadores necessarios para suas embarcações.

Art. 4.º Em cada estação da praticagem haverá o numero de praticos, praticantes e remadores para o seu serviço, devendo o ajudante do pratico-mór dirigir a de Camocim.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DA PRATICAGEM

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes, na fórma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente, os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 6.º Os ordenados mensaes do pessoal da praticagem serão os da tabella abaixo:

Pratico-mór.....	100\$000
Ajudante do pratico-mór.....	90\$000
Praticos.....	80\$000
Praticantes.....	45\$000
Atalaiador.....	40\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 7.º O material para o serviço da praticagem constará da tabella seguinte:

5 baleeiras salvas-vidas a vela, de quatro remos, uma para cada estação.

1 lanchar com gaviote.

1 ancora.

1 ancorote.

1 busca-vidas.

1 virador.

1 espia.

1 estralheira.

1 talha dobrada.

Colletes salva-vidas.

1 espia de caíro.

1 agulha magnetica com caixa e lanternas.

1 oculo de alcance.

1 regimento de signaes do Codigo Internacional.

1 livro correspondente (edição brasileira).

1 bandeira nacional de quatro pannos.

1 bandeira nacional de dous pannos.

1 barometro.

2 bandeiras de pratico, de dous pannos.

1 thermometro centigrado.

1 escala de marés de 5' de comprimento.

2 prumos de mão de 2 kilos e 20 metros de linha de barca.

1 prumo de 5 kilos com 20 metros de sondareza.

Lanternas das especificadas no art. 8º do decreto n. 1.257, de 10 de janeiro de 1891.

1 cofre com duas chaves.

Boias e postes para o balizamento e navegação, quer de dia, quer á noite, segundo o systema adoptado na Convenção Internacional de Washington.

CAPITULO V

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 8.º As taxas do serviço da praticagem serão cobradas pela seguinte forma:

1.º Por entrada ou sahida de embarcação a vapor, de calado de 2,10 a 2,40 por 100 toneladas de arqueação, 16\$000.

Dahi para cima até 1.000 toneladas 40 réis por tonelada que accrescer a 100, e 2\$ por cada 30 centímetros de calado que accrescer a 2,40.

De 1.000 toneladas para cima 30 réis por tonelada que accrescer.

2.º As embarcações a vela pagarão mais 30 % das taxas a vapor.

Essas taxas comprehendem: a direcção da navegação, ancoragem ou amarração a dous ferros, ou atracação ao caes, molhe ou trapiche ou todas as manobras para sahida.

3.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação depois de haver sido a embarcação fundeada no respectivo ancoradouro de carga ou descarga pagará a taxa de 20\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão as embarcações um terço da taxa da praticagem de entrada ou sahida.

5.º Por serviço extraordinario, ou auxilio receberá a associação por dia ou fracção de dia, 5\$ por pratico e 3\$ por cada remador, sendo dentro do porto, e 10\$ por pratico e 6\$ por cada remador, sendo fóra do porto.

6.º O serviço á noite será cobrado com 20 % mais das respectivas taxas.

7.º Não estão sujeitas á taxa da praticagem as embarcações a vapor ou a vela da circumscripção com calado de menos de 2,10 até 100 toneladas de arqueação, devendo as de maior tonelagem pagar a taxa minima.

8.º Quando o pessoal das embarcações da praticagem fôr empregado no serviço de amarração ou desamarração do navio, será pago pelo navio á razão do seu vencimento diario na praticagem.

Art. 9.º O material da praticagem quando utilizado pelos particulares vencerá o aluguel seguinte:

Lancha	30\$000
Virador	10\$000
Espia	5\$000
Estralheira	3\$000
Amarra com ancora	15\$000
Amarra ou ancora	10\$000
Ancorefe	5\$000

§ 1.º A taxa do aluguel do material será duplicada quando os objectos se perderem ou se inutilizarem por motivo de força maior e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º E' licito o exame do material antes de ser empregado para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o dia de sua restituição no estado em que tiver sahido.

Art. 10. O aluguel do rebocador ou das embarcações para o soccorro naval será regulado pela tabella organizada pela Capitania do Porto e nella ficará comprehendido o pessoal e o material de reboque.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 11. Quando a associação tiver o serviço de balizamento na fôrma indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA E PORTO DA FORTALEZA,
CAMOCIM E ACARAHY, NO ESTADO DO CEARÁ

Título de pratico mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na fôrma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra e porto da Fortaleza, Camocim e Acarahy, no Estado do Ceará, a qual se realizou em assembléa geral, na conformidade do predito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspeccia de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em....
de..... de 19....

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRÁTICOS DA BARRA E PORTO DA FORTALEZA,
CAMOCIM E AGARAHY, NO ESTADO DO CEARÁ

Título de pratico

Na fôrma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos da barra e porto da Fortaleza, Camocim e Agarahy, no Estado do Ceará, por haver sido approved em.... de..... de 19.... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado de Ceará, Fortaleza em.... de..... de 19....

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaiador.

Regulamento para o serviço da praticagem das barras e portos do Natal, Macão e Areia Branca (Mossoró), no Estado do Rio Grande do Norte

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem da barra e porto do Natal é livre, e a associação de praticos alli existente para o serviço das barras e portos do Natal, Macão e Mossoró se regerá por este regulamento conjuntamente com as disposições do Regulamento Geral da Praticagem annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará no ancoradouro externo e terminará com o navio fundeado a dous ferros ou amarrado, ou atracado ao cães, melhe ou trapiche, para a entrada, ou as manobras em contrario para a sahida.

CAPITULO II

DA ASSOCIAÇÃO DA PRATICAGEM

Art. 3.º A associação da praticagem se comporá dos praticos das barras e portos do Recife, Macão e Mossoró e terá:

- 1 pratico-mór;
- 3 ajudantes do pratico-mór, um para cada estação;
- 4 praticos;
- 3 praticantes;
- 3 alalaidores.

§ 1.º A associação terá mais para o serviço os escreventes e os marinheiros ou remadores que forem necessários para suas embarcações.

§ 2.º Nas estações de Macão e Mossoró terão os ajudantes de pratico-mór funções do pratico-mór, e um pratico a de thesoureiro.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes, na fórma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 5.º Os ordenados mensaes do pessoal da associação serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	200\$000
Ajudante do pratico-mór.....	150\$000
Praticos	100\$000
Praticantes	60\$000
Alalaidores	60\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 6.º Para o serviço da praticagem a associação terá em cada estação o seguinte material:

- 2 catraias a vela e a remo.
- 1 canôa pequena a remos.

Viradores, espias, amarras, ancoras, ancorotes, talhas, estralheiras e fátexas em numero sufficiente para o serviço.

- 1 agulha de marear, com caixa e lanterna.
- 2 boias de salvação.
- 1 oculo de alcance.
- Colletes salva-vidas para o pessoal das embarcações.
- 1 codigo do regimento de signaes internacionaes (edição brasileira).
- 1 regimento de bandeiras do dito codigo.
- 1 regimento de bandeiras de signaes communs a todas as barras e portos, com o respectivo codigo.
- Postes, balizas e boias para marcação dos canaes para a navegação de dia e de noite.

CAPITULO V

DAS TAXAS DE PRATICAGEM

Art. 7.º As embarcações que se utilizarem do serviço da associação dos praticos são obrigadas ao pagamento das seguintes taxas:

1.º Por entrada ou sahida de embarcação a vapor:

De calado de 1,20 ou 4 pés por 100 toneladas de arqueação, 16\$000.

Dahi para cima pagarão por 30 centimetros ou um pé que exceder do calado de 1,20, 1\$500 e 60 réis por tonelada que exceder a 80 acima de 200 toneladas pagarão 50 réis por tonelada que acrescser.

2.º Por entrada ou sahida de embarcações a vela pagarão 30 % mais das taxas a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação e ancoragem ou amarração do navio, segundo o regimen do porto para a entrada, ou as manobras em contrario para a sahida do porto.

3.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatração depois de haver fundeado o navio no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, 15\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão um terço da taxa de entrada ou sahida.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio fóra do porto receberá a associação a diária de 10\$ por pratico e 6\$ por cada remador da embarcação da praticagem que fôr empregada, e no porto, metade dessa taxa.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º O pessoal da praticagem que fôr empregado no serviço de amarração ou desamarração do navio será pago por este á razão de seu vencimento diario na praticagem.

Art. 8.º O material da praticagem quando utilizado por particulares ou no serviço das embarcações pilotadas ou soccorridas vencerá, por dia, a taxa da seguinte tabella:

Catraia ou lanchar para amarração....	8\$000
Ancora com amarra.....	15\$000
Ancora ou amarra.....	8\$000
Virador	8\$000
Espia	3\$000
Estralheira	2\$000
Talha	3\$000
Fateixa	2\$000
Ancorote	2\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se inutilizarem por motivo de força maior, e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º É lícito o exame do material antes de ser empregado para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sair do deposito até o de sua restituição no estado em que tiver sahido.

Art. 9.º Nas estações de Macão e Areia Branca a arrecadação das rendas será feita pelo pratico que servir de thesoureiro, sendo mensalmente remettido ao pratico-mór um balanço dessas rendas afim de serem devidamente escripturadas.

O dinheiro arrecadado servirá para o pagamento do pessoal de estação sendo o saldo recolhido á caixa da associação.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 10. Em cada uma das estações de praticagem a associação terá o pessoal necessario para o serviço o qual residirá na proximidade da atalaia para attender aos chamados.

Art. 11. Quando a associação tiver o serviço de balizamento, na fórmula do Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DOS PRATICOS DA BARRA E PORTO DO NATAL, MACÃO
E MOSSORÓ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na fôrma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandirno Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra e porto do Natal, Macão e Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, a qual se realizou em assembléa geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento anexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em....
de de 19....

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA E PORTO DO NATAL, MACÃO
E MOSSORÓ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Título de pratico

Na fôrma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandirno Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos da barra e porto do Natal, Macão e Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, por haver sido approved em.... de..... de 19..., nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado do Rio Grande do Norte,
em.... de..... de 19....

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaiador.

Regulamento para o serviço da praticagem da barra e porto da Parahyba do Norte

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem da barra e porto da Parahyba do Norte é livre, e a associação de praticos alli existente com sede em Cabedello se regerá por este regulamento conjuntamente com as disposições do Regulamento Geral da Praticagem anexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem constará de duas partes uma até o porto de Cabedello e outra até o da Parahyba, e começará da boia de espera do banco e terminará depois de fundeada a embarcação a dous ferros ou amarrada ao cães, molhe ou trapiche no ancoradouro de carga ou descarga para a entrada e destes para aquella boia de espera, para a sahida.

CAPITULO II

DO PESSOAL

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante de pratico-mór;
- 4 praticos;
- 2 praticantes;
- 1 atalaiador.

Paragrapho unico. A praticagem terá mais para o seu expediente um escrevente e os marinheiros ou remadores que forem necessarios para suas embarcações.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal de praticagem constarão de ordenados fixos e gratificações proporcionaes a estes na forma do Regulamento Geral da Praticagem.

Art. 5.º Os ordenados mensaes serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	150\$000
Ajudante do pratico-mór.....	120\$000
Praticos	100\$000
Praticantes	45\$000
Atalaiador	40\$000

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 6.º O material para o serviço de praticagem constará do seguinte:

- 1 lancha de seis remos com gaviete.
- 1 baleeira de quatro remos.
- 1 ancorote de 120 kilos.
- 1 ancorote de 60 kilos.
- 1 virador.
- 1 espia de cairo.
- 1 estralheira com cadernaes de cylindro.
- 9 colletes de salvação.
- 1 talha dobrada com cadernaes de cylindro.
- 1 agulha magnetica com caixa e lanternas.
- 1 oculo de alcance.
- 1 regimento de signaes doCodigo Internacional.
- 1 livro correspondente (edição brasileira).
- 1 bandeira nacional de dous pannos.
- 1 bandeira nacional de quatro pannos.
- 2 bandeiras de pratico de dous pannos.
- 1 barometro aneroides.
- 1 thermometro centigrado.
- 1 escala de marés de cinco metros de comprimento.
- 2 prumos de mão de dous kilos e 20 metros de linha de barca.
- 1 prumo de cinco kilos de 20 metros de sondagem.
- Lanternas das especificadas no art. 8º do decreto n. 1.257, de 10 de janeiro de 1891.
- 1 cofre com duas chaves.
- Boias e postes para o balizamento e navegação, quer de dia, quer de noite, segundo o systema adoptado na Convenção Internacional de Washington.
- A atalaia na Ponta do Matto com mastro e verga, no logar mais visivel aos navegantes que demandarem o porto.

CAPITULO V

DAS TAXAS DE PRATICAGEM

Art. 6.º As taxas de serviço da praticagem serão cobradas da forma seguinte:

1.º Por entrada ou sahida de embarcações a vapor:

De calado de tres metros por 100 toneladas de arqueação, 11\$000.

Dahi para cima mais de 40 réis por tonelada que accrescer a 100 e mais 2\$ por cada 30 centímetros que accrescerem ao calado de tres metros.

De 100 toneladas para cima, 30 réis por tonelada que accrescer.

2.º Por entrada ou sahida de embarcações a vela pagarão 30 % mais das taxas a vapor.

Essas taxas correspondem á direcção da navegação e ancoragem a dous ferros ou amarração ao cáes, molhe ou trapiche, ou a desancoragem, desatracação ou desamarração, e a navegação da sahida.

3.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação, depois de haver fundeado a embarcação no respectivo ancoradouro de carga ou descarga, pagará a taxa de 20\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão um terço da taxa de entrada ou sahida.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diária de 10\$ por pratico, e de 6\$ por cada remador da embarcação da praticagem que fôr empregada, e no porto metade dessa taxa.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º Não estão sujeitas ás taxas da praticagem as embarcações a vapor ou a vela da circumscripção com calado menor de tres metros até 100 toneladas de arqueação, devendo as de maior tonelagem pagar a taxa minima.

8.º O pessoal da praticagem que fôr empregado no serviço de amarração do navio será pago pelo navio á razão do seu vencimento diario na praticagem.

Art. 7.º O material da praticagem, quando utilizado por particular, renderá por dia a taxa constante da tabella seguinte:

Lancha	20\$000
Baleeira	8\$000
Ancora com amarra.....	15\$000
Estralheira	5\$000
Talha	3\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se perderem ou inutilizarem, por motivo de força maior, e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º É licito o exame do material, antes de ser empregado, para o conhecimento do seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até a restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 8.º A associação terá sua séde em Cabedello, e uma estação na cidade da Parahyba.

Art. 9.º Quando a associação da praticagem tiver o serviço de balisamento na fôrma indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão $1\frac{1}{4}$ da respectiva taxa.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar*.

(Modelo n. 4)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA E PORTO DE CABEDELLO NO ESTADO DA PARAHYBA

Título de pratico-mór (ou ajudante de pratico-mór)

Na fôrma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra e porto de Cabedello, no Estado da Parahyba, a qual se realizou em assembléa geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em.... de... de 19...

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

**ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA E PORTO DE CABEDELO NO
ESTADO DA PARAHYBA**

Título de pratico

Na fôrma do art. ... do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F.... pratico da associação de praticos da barra e porto de Cabedello, no Estado da Parahyba, por haver sido approved em... de... de 19...., nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado da Parahyba, em... de... de 19...

F....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaiador.

**Regulamento para o serviço da praticagem da barra e porto
do Recife no Estado de Pernambuco**

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem da barra e porto do Recife no Estado de Pernambuco é livre, e a associação de praticos alli existente se regerá por este regulamento conjunctamente com o Regulamento Geral da Praticagem anexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará no ancoradouro denominado Lamerão e terminará com o navio amarrado no ancoradouro da carga ou descarga, e deste ao Lamerão fóra do perigo do banco.

CAPITULO II

DA ASSOCIAÇÃO DA PRATICAGEM

Art. 3.º A associação da praticagem se comporá de um pratico-mór, um ajudante do pratico-mór, 12 praticos, seis praticantes de praticos e um atalaiador.

Paragrapho unico. A associação terá mais para o serviço de seu expediente um ou dous escreventes e um continuo, e o numero de marinheiros e remadores que forem necessarios para suas embarcações.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes na forma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. Os escreventes, continuos, marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus contractos.

Art. 5.º Os ordenados mensaes do pessoal da praticagem serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	300\$000
Ajudante do pratico-mór.....	200\$000
Praticos	150\$000
Praticantes	60\$000
Atalaiador	60\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 6.º Para o serviço da praticagem a associação terá a seguinte material:

1 grande catraia a vela e a remos ou lancha movida por qualquer motor;

4 baleeiras de voga;

O numero de lanchas, viradores, espias, estraleiras, talhas, ancoras ancorotes, amarras, feteixas, que forem precisos;

1 agulha de marcar com caixa e lanterna;

2 boias de salvação;

Colletes salvavidas para o pessoal das embarcações;

1 oculo de alcance ou binoculo;

1 codigo de regimento de signaes internacionaes (edição brasileira);

1 regimento de bandeiras do dito codigo;

1 regimento de signaes communs a todas as barras e o respectivo codigo;

Prumos de mão;

Pharões e lanternas de navegação;

Boias e postes para balisamento e navegação de dia e de noite.

CAPITULO V

DAS TAXAS DE PRATICAGENS

Art. 1.º As embarcações que se utilizarem dos serviços da associação da praticagem são obrigadas ao pagamento das seguintes taxas:

1.º Por entrada ou saída de embarcações a vapor:

De cabado de 2,10 ou 7 pes por 100 toneladas de arqueação, 308000.

Dahi para cima mais 28. por cada 30 centímetros ou 1 pé de cabado que exceder a 2,10 e 60 réis por tonelada que exceder a 100 até 1.000 toneladas. Acima de 1.000 toneladas 50 réis, 1 por tonelada que acrescer.

2.º Por entrada ou saída de embarcações a vela pagarão 30 — mais das taxas a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação e ancoragem e amarração do navio segundo o regimen do porto, ou as manobras contrarias para a saída.

3.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação depois de haver sido fundeada a embarcação no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, pagarão a taxa de 208000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão um terço da taxa de entrada ou saída.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 108 por pratico e 68 por cada remador da embarcação da praticagem que fór empregada, e no porto metade dessa taxa.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º O pessoal da praticagem que fór empregado no serviço da amarração ou desamarração do navio será pago pelo navio a razão do seu vencimento diario.

Art. 8.º O material da praticagem, quando utilizado no serviço de embarcação pilotada ou soccorrida ou por particulares, vencerá por dia a taxa constante da tabella seguinte:

Lancha para amarração.....	88000
Baleeira	58000
Ancora com amarra.....	158000
Ancora ou amarra.....	88000
Vigador	88000
Espin	68000
Estralheira.....	38000
Talha	28000
Fateixa	28000
Ancorote	28000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se inutilizarem por motivo de força maior, e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º É lícito o exame do material, antes de ser empregada, para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 9.º A associação da praticagem nos períodos quarentenários poderá estender os seus serviços na barra e porto de Tamandaré, mantendo alli uma turma de praticos e o material necessario para o serviço da praticagem.

§ 1.º As taxas para o serviço da praticagem na barra e porto de Tamandaré serão as mesmas do Recife.

Art. 10. Quando a associação tiver o serviço de balisamento na fôrma indicada no Regulamento Geral da Praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908. — *Alexandrino Faria de Alencar*.

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DO RECIFE, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Título do pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na fôrma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra do Recife, no Estado de Pernambuco, a qual se realizou em assembléa geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em.... de... de 19...

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DO RECIFE, NO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Título de pratico

Na fôrma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos da barra do Recife, no Estado de Pernambuco, por haver sido approved em de de 19.... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado de Pernambuco, em.... de de 19....

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou afalaador.

**Regulamento para o serviço da praticagem das barras dos rios
Cotinguiuba, Vasa-Barris e Real, do Estado de Sergipe**

TITULO I

Da praticagem

CAPITULO UNICO

Art. 1.º A praticagem das barras dos rios Cotinguiuba, Vasa-Barris e Real continúa a ser feita pela associação de praticos alli existente, com séde em Aracajú, regulando-se por este regulamento, conjunctamente com o Regulamento Geral da Praticagem, annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem terá suas estações nos logares das atalaias das barras, onde devem permanecer os partidos para affender ao serviço da pilotagem e soccorro naval que lhes está affecto.

Art. 3.º A praticagem começa na boia da espera, que será collocada fóra dos bancos da respectiva barra, para a entrada, e termina no porto depois da embarcação fundeada a dous ferros ou amarrada ao molhe, cães ou trapiche do ancoradouro da carga ou descarga ou ao deste áquella boia, para sahida.

TITULO II

Da associação da praticagem

CAPITULO I

DO PESSOAL

Art. 4.º O pessoal da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 6 praticos;
- 3 praticantes;
- 3 atalaiadores;

§ 1.º A praticagem para seu expediente terá um escrevente e os marinheiros e remadores necessarios para suas embarcações.

§ 2.º O pessoal será dividido pelas tres estações da praticagem; devendo o ajudante do pratico-mór estar ora na barra do Vasa-Barris, ora no rio Real, e o pratico-mór na do Cotin-guiba, para dirigir os respectivos serviços.

CAPITULO II

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e gratificações proporcionaes a estes, na forma do Regulamento Geral da Praticagem.

Art. 6.º Os ordenados mensaes serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	160\$000
Ajudante do pratico-mór.....	120\$000
Pratico	100\$000
Praticante	45\$000
Atalaiador	40\$000

Paraphrasso unico. O escrevente e os marinheiros ou remadores terão a gratificação de seus respectivos contractos.

Art. 7.º Em cada estação servirá um dos praticos de thesoureiro, podendo o praticante ou atalaiador servir de escrevente.

Art. 8.º Todos os fins do mez serão as contas da praticagem das estações remetidas ao pratico-mór para a respectiva arrecadação, distribuição e escripturação nos livros da associação na conformidade do Regulamento Geral da Praticagem.

CAPITULO III

DO MATERIAL

Art. 9.º O material para o serviço da praticagem constará do seguinte:

Uma lancha de seis remos, a vela, com gaviete;
Tres baleeiras salva-vidas, de quatro remos, a vela;
Uma ancora;
Tres ancorotes;
Tres busca-vidas;
Viradores;
Espias;
Estralheiras;
Talhas dobradas;
Boias de salvação;
Colletes de salvação para o pessoal das embarcações;
Tres regimentos de signaes internacionaes e da praticagem e os respectivos livros em edição brasileira;
Oculos de alcance;
Barometros e thermometros;
Prumos de mão;
Aguilhas de marear;
Reguas de maré;
Pharões e lanternas de navegação;
Boias e postes para o balizamento e navegação de dia e á noite, segundo o systema adoptado pela Convenção Internacional de Washington.
Paragrapho unico. Esse material será distribuido pelas respectivas estações de praticagem.

CAPITULO IV

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 10. As taxas da praticagem serão cobradas da seguinte forma:

1.º Por entrada ou sahida de embarcação a vapor de 1,50 a 1,80 de calado de 50 a 100 toneladas de arqueação, 24\$000.

De 100 toneladas para cima pagará a embarcação mais 40 réis por tonelada e mais 2\$ por 30 centimetros de calado que exceder 1^m,80.

2.º Por entrada ou sahida de embarcação á vela, 20 % das taxas a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação e ancoragem a dous ferros ou amarração ou atracação ao cães, molhe, ou trapiche de entrada ou operações em contrario para sahida.

3.º Pela amarração ou atracação, depois de haver sido fundeada a embarcação no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, ou por operação contraria, pagará mais a taxa de 20 %.

4.º Por mudança de ancoradouro pagaráo 1/3 da taxa de entrada ou sahida.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 10\$ por pratico e 6\$ por cada remador da embarcação da praticagem que fôr empregada, e no porto metade dessa taxa.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º Não estão sujeitas a taxas de praticagem as embarcações a vapor ou á vela da circumscripção com calado menor de 4^m.50 até 50 toneladas de arqueação, e as de maior tonelagem pagarão a taxa minima.

8.º O pessoal de praticagem que fôr empregado no serviço da amarração ou desamarração de navio será pago pelo navio, á razão de seu vencimento diario na praticagem.

Art. 11. O material da praticagem, quando utilizado pelos particulares, vencerá o aluguel seguinte:

Lancha	30\$000
Virador	19\$000
Espia	5\$000
Estralheira	3\$000
Amarra ou ancora.....	10\$000
Amarra com ancora.....	15\$000
Ancorote	5\$000

§ 1.º A taxa do aluguel do material será duplicada quando os objectos se perderem ou se inutilizarem por motivo de força maior, e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º E' licito o exame do material antes de ser empregado para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado no momento em que o objecto sahir do deposito até o dia de sua restituição no estado em que tiver sahido.

Art. 12. O aluguel do rebocador ou das embarcações para o soccorro naval será regulado pela tabella organizada pela Capitania do Porto e nella ficarão comprehendidos o pessoal e o material de reboque.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 13. A associação terá sua séde em Aracajú e estação na alafala, onde morarão os praticos e deverão ter seu hiate

cruzando constantemente na altura dos rios Cotinguiba, Vasa-Barris e Real, para o serviço da praticagem.

Art. 14. Quando a associação tiver o serviço de balizamento na forma indicada no regulamento geral de praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908.— *Alexandrino Faria de Alencar*.

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DAS BARRAS DOS RIOS COTINGUIBA, REAL
E VASA BARRIS, NO ESTADO DE SERGIPE

Título de pratico-mór ou ajudante do pratico-mór.

Na forma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos das barras dos rios Cotinguiba, Real e Vasa Barris, no Estado de Sergipe, a qual se realizou em assembléa geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento anexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro em.....
de.....de 19....

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRÁTICOS DAS BARRAS DOS RIOS COTINGUIBA, REAL
E VASA BARRIS, NO ESTADO DE SERGIPE*Título de pratico*

Na forma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos das barras dos rios Cotinguiba, Real e Vasa Barris, no Estado de Sergipe, por haver sido approved em de de 19.... nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado de Sergipe em.... de.....
..... de 19....

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaíador.

Regulamento para o serviço da praticagem do porto e barra
da Victoria, no Estado do Espirito Santo

CAPITULO I

DA PRATICAGEM

Art. 1.º A praticagem do porto e barra da Victoria, no Estado do Espirito Santo é livre e a associação de praticos alli existente se regerá por este regulamento conjuntamente com o Regulamento Geral da Praticagem, annexo ao decreto numero 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A praticagem começará da linha que passa pela Pedra da Baleia e a ponta mais E da linha do Boi, ou da boia de espera collocada fóra da barra e terminará quando o navio ficar ancorado a dous ferros, ou amarrado ou atracado ao cães, molhe ou trapiche no ancoradouro da carga ou descarga, para a entrada, ou as manobras em contrario para a sahida.

CAPITULO II

DA ASSOCIAÇÃO DA PRATICAGEM

Art. 3.º O pessoal da associação da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 2 praticos;
- 2 praticantes;
- 1 atalaiador.

§ 1.º Terá mais a associação para o seu serviço um escrevente e os marinheiros ou remadores de que necessitar.

§ 2.º Os praticos, praticantes e atalaiadores residirão nas proximidades da atalaia para acudir aos chamados, e a praticagem manterá embarcações sempre promptas para esses chamados.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes na fórma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente e os marinheiros terão os vencimentos de seus contractos.

Art. 5.º Os ordenados fixos do pessoal serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	160\$000
Ajudante do pratico-mór.....	140\$000
Praticos	120\$000
Praticantes	60\$000
Atalaiador	60\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

do seguinte:

Art. 6.º O material para o serviço da associação constará

- 1 lancha a remos com gavieta.
- 2 balceiras á vela e a remos de voga.
- 1 bote ou canôa.
- 1 virador.
- 2 espias.

- 1 ancora de 400 kilos.
- 60 braças de amarra.
- 2 ancorotes.
- 2 boias de salvação.
- 1 busca-vidas.
- Colletes salva-vidas para o pessoal das embarcações.
- Fateixas, estralheiras, talhas, prumos de mão.
- 1 regimento de bandeiras para signaes do Código Internacional com o respectivo código (edição brasileira).
- 1 regimento de bandeiras para signaes communs a todas as barras e o competente código.
- 1 agulha magnetica com caixa e lanterna.
- 1 barometro aneróide.
- 1 termometro centigrado.
- Balisas, postes e boias para a marcação dos canaes e navegação de dia e de noite, segundo o systema adoptado na Convenção Internacional de Washington.

CAPITULO V

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 7.º As embarcações que se utilizarem dos serviços da associação da praticagem são obrigadas ao pagamento das seguintes taxas:

1.º Por entrada ou sahida de embarcação a vapor de 2^m,1 ou sete pés de calado por 100 toneladas métricas de arqueação 25\$000.

Dahi para cima por cada 30 centímetros ou um pé que exceder a 2^m,1 pagarão 1\$, e por tonelada que exceder a 100 pagarão 50 réis até 1.000 toneladas e dahi para cima 25 réis por tonelada que acrescer.

2.º As taxas das embarcações á vela serão cobradas com mais 30 % das a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação, ancoragem a dois ferros, ou amarração ou atracação ao caes, molhe ou trapiche, para entrada, ou as manobras em contrario para a sahida.

3.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação, depois de haver sido fundeada a embarcação no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, pagarão a taxa de 20\$000.

4.º Por mudança de ancoradouro pagarão um terço da taxa de entrada ou sahida.

5.º Por serviço extraordinario ou de auxilio fóra do porto receberá a associação a diaria de 10\$ por pratico, e 6\$ por marinheiro ou remador da embarcação da praticagem que fór empregada, e no porto metade dessa taxa.

6.º O serviço á noite será cobrado com mais 30 % das taxas estipuladas.

7.º O pessoal de praticagem que fôr empregado no serviço de amarração ou desamarração do navio será pago pelo navio á razão de seus vencimentos diários na praticagem.

Art. 8.º O material da praticagem quando utilizado pelos particulares vencerá o aluguel diário da seguinte tabella:

Lancha com gaviote.....	10\$000
Virador	8\$000
Espia	6\$000
Estralheira	3\$000
Fateixa	2\$000
Ancora ou amarra.....	8\$000
Ancora com amarra.....	15\$000
Ancorote	2\$600

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se inutilizarem por motivo de força maior e em outro caso será pago o damno pelo seu justo valor.

§ 2.º É lícito o exame do material antes de ser empregado, para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 9.º Quando a associação tiver o serviço de balizamento na forma do regulamento geral da praticagem, as embarcações que não se utilizarem dos praticos da associação pagarão 1/4 da respectiva taxa.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908.— *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRÁTICOS DA BARRA E PORTO DA VICTÓRIA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na fôrma do art. 13 do Regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, confirmo a leição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra e porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo, a qual se realizou em assemblea geral na conformidade do predito art. 13 do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspectoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro em....do
.....de 19....

F.....

Inspector de Portos e Costas

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRÁTICOS DA BARRA E PORTO DA VICTÓRIA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Título de pratico

Na fôrma do artigo do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908 e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F..... pratico da associação de praticos da barra e porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo, por haver sido approved em....de.....de 19.... nos exames para essa admissão.

F.....

Capitão do porto

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaiador.

Regulamento para o serviço da praticagem da fóz do rio São Francisco até Penedo, no Estado de Alagoas

CAPITULO I

DA ASSOCIAÇÃO DA PRATICAGEM

Art. 1.º É obrigatoria a praticagem da fóz do rio São Francisco até Penedo, no Estado de Alagoas, aos navios que demandarem os portos de Penedo em Alagoas e Villa Nova em Sergipe, e se fará pelos praticos da associação, que se regerá por este regulamento conjunctamente com o Regulamento Geral da Praticagem annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Art. 2.º A associação dos praticos com séde em Penedo terá estações neste porto e no pontal da barra do rio S. Francisco, onde haverá atalaia para os competentes signaes.

Art. 3.º A praticagem começará por signaes da atalaia, da boia de espera na parte de fóra do banco ao lagamar interno, onde os navios receberão o pratico para os dirigir até o porto do seu destino, e terminará no ancoradouro de carga ou descarga, e deste áquella boia, ficando o navio livre de perigo.

CAPITULO II

DO PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4.º A associação da praticagem se comporá de:

- 1 pratico-mór;
- 1 ajudante do pratico-mór;
- 2 praticos;
- 2 praticantes;
- 1 atalaiador.

Paragrapho unico. A associação terá mais um escrevente, para seu expediente, e o numero de marinheiros ou remadores necessarios para suas embarcações.

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da praticagem constarão de ordenados fixos e de gratificações proporcionaes a estes na fórma do Regulamento Geral da Praticagem.

Paragrapho unico. O escrevente, marinheiros ou remadores terão os honorarios dos seus contractos.

Art. 6.º Os ordenados mensaes do pessoal da praticagem serão os da tabella seguinte:

Pratico-mór	100\$000
Ajudante do pratico-mór.....	80\$000
Praticos	60\$000
Praticantes	45\$000
Atalaiadores	45\$000

CAPITULO IV

DO MATERIAL

Art. 7.º Para o serviço da praticagem a associação terá o seguinte material:

Um cutter de coberta com as dimensões apropriadas á navegação do rio S. Francisco, competentemente apparelhado e podendo receber á bocca da escotilha uma ancora de sete a nove quintaes metricos com amarra correspondente;

Uma baleeira de quatro remos, armada de mastro e velas; Uma canôa apropriada á navegação do rio com a capacidade para receber quatro pessoas;

Duas ancoras de sete a nove quintaes metricos e as amarras correspondentes;

Dous ancorotes, um virador, duas espias, e estralheira, duas talhas e duas busca-vidas;

10 boias de salvação;

Dous oculos de alcance;

Colletes salva-vidas para o pessoal das embarcações;

Um codigo do regimento de signaes internacionaes (edição brasileira);

Um regimento de bandeiras do dito codigo;

Um regimento de signaes communs a todas as barras e o respectivo codigo;

Prumos de mão;

Um barometro e um thermometro;

Uma agulha de marear para o cutter;

Uma atalaia com o competente mastro e verga para signaes;

Pharões e lanternas de navegação;

Boias, postes e balisas para o balisamento e navegação de dia e á noite.

CAPITULO V

DAS TAXAS DA PRATICAGEM

Art. 8.º As embarcações que quizerem entrar ou sahir a barra do rio S. Francisco attenderão aos signaes da atalaia, e ficam obrigadas ao pagamento das seguintes taxas:

1.º Por entrada ou sahida de embarcação a vapor de calado superior a 1,50 ou cinco pés, até 100 toneladas de arqueação,

sendo por meio de signaes da atalaia 50\$000. Dahi para cima pagará mais 30 réis por tonelada que exceder a 100.

2.º As entradas ou sahidas, com o pratico da associação a bordo do navio para dirigil-as, pagarão mais 100 réis por tonelada de arqueação das taxas anteriores.

3.º Por entrada ou sahida de embarcação a vela pagarão 30 % mais das taxas a vapor.

Essas taxas comprehendem a direcção da navegação por signaes da atalaia até o lagamar e pelo pratico a bordo, do lagamar ao ancoradouro da carga ou descarga, ficando a embarcação amarrada a deus ferros ou ao cães, molhe ou trapiche, para a entrada, ou as operações necessarias para a sahida.

4.º Pela amarração ou desamarração, atracação ou desatracação, depois de haver sido o navio fundeado no respectivo ancoradouro da carga ou descarga, pagará a taxa de 20\$000.

5.º Por mudança de ancoradouro no mesmo porto, ou do Penedo para Villa Nova ou vice-versa, pagará um terço da taxa da praticagem de entrada ou sahida.

6.º Por serviço extraordinario ou de auxilio, fóra do porto, receberá a associação a diaria de 8\$ por pratico e 5\$ por cada remador da embarcação da praticagem que fôr empregada, e no porto metade dessas taxas.

7.º O serviço á noite será cobrado com mais 30\$ das taxas estipuladas, excepto para a navegação quando começada com o dia do lagamar para o porto ou vice-versa.

Art. 8.º O pessoal da praticagem que fôr empregado no serviço da amarração ou desamarração ou outro qualquer do navio, será pago por este na razão de seu vencimento diario na praticagem.

Art. 9.º O material da praticagem quando utilizado por particular vencerá, por dia, a taxa seguinte:

Cutter guarnecido.....	25\$000
Baleeira (quando fóra da barra)....	8\$000
Cutter guarnecido.....	15\$000
Baleeira (quando dentro do rio).....	5\$000
Uma ancora.....	10\$000
Uma amarra.....	10\$000
Um virador.....	50\$000
Uma espia.....	25\$000
Um ancorote.....	6\$000
Uma estralheira.....	15\$000

§ 1.º A taxa do aluguel será duplicada quando os objectos se inutilizarem por motivo de força maior, e em outro caso será o damno pago pelo seu justo valor.

§ 2.º É lícito o exame do material antes de ser empregado para o conhecimento de seu estado e valor.

§ 3.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição no estado em que tiver sahido.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 10. Quando a associação tiver o serviço de balisamento na forma indicada no Regulamento Geral da Praticagem as embarcações, que não se utilizarem dos praticos da associação, pagarão um quarto da respectiva taxa.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908.— *Alexandrino Faria de Alencar.*

(Modelo n. 1)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DE S. FRANCISCO AO PORTO DE
PENEDO, NO ESTADO DE ALAGÔAS

Título de pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór)

Na forma do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante *Alexandrino Faria de Alencar*, ministro da Marinha, confirmo a eleição de F..... para pratico-mór (ou ajudante do pratico-mór) da associação de praticos da barra de S. Francisco ao porto de Penedo, no Estado de Alagôas, a qual se realizou em assembléa geral, na conformidade do regulamento annexo ao decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908.

Inspeccoria de Portos e Costas, Rio de Janeiro, em.....de
.....de 19....

F.....

Inspector de Portos e Costas.

(Modelo n. 2)

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DE S. FRANCISCO AO PORTO DE
PENEDO, NO ESTADO DE ALAGOAS*Título de pratico*

Na forma do art. do regulamento approved pelo decreto n. 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, e assignado pelo vice-almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, nomeio F.....pratico da associação de praticos da barra de S. Francisco ao porto de Penedo, no Estado de Alagoas, por haver sido approved em.... de.....de 19...nos exames para essa admissão.

Capitania do Porto do Estado de Alagoas, em...de..... de 19...

F.....

Capitão do Porto.

(Observação). O mesmo para praticante ou atalaiador.

N. 19 — EM 1 DE AGOSTO DE 1908

Declara qual a gratificação que compete aos sargentos dos corpos embarcados nos navios de guerra.

Ministerio da Marinha — N. 3.577 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1908.

Em solução a vosso «memorandum» n. 677, ao qual veio annexo o officio do Commando do Corpo de Marinheiros Nacionais, prepondo que se abone a gratificação mensal de sargenteantes de companhia aos sargentos embarcados nos diversos navios de guerra, declaro-vos, para os devidos fins, que a gratificação dos sargentos dos corpos embarcados é a de que trata o § 1º do art. 1º da lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. —
Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 20 — EM 6 DE AGOSTO DE 1908

Declara qual a ajuda de custo que compete aos officiaes que regressam das comissões de embarque e o abono que deve ser feito aos nomeados para servir na flotilha de Matto Grosso.

Ministerio da Marinha — N. 3.619 — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1908.

Em resposta ao vosso officio n. 729, de 15 de maio ultimo, e de conformidade com o parecer do Conselho do Almirantado, emittido em consulta n. 217, de 4 de junho passado, declaro-vos, para os fins convenientes, que a ajuda de custos dos officiaes que regressam das comissões de embarque será igual a dous quintos (2/5) da respectiva gratificação de posto, e que os officiaes nomeados para servir na flotilha de Matto Grosso terão direito ao abono da importancia correspondente a um mez tambem da respectiva gratificação de posto para despesas de representação.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. —
Sr. director geral de Contabilidade da Marinha.

N. 21 — EM 7 DE AGOSTO DE 1908

Declara que os mestres e contra-mestres do corpo de officiaes inferiores da Armada são considerados praças de pret.

Ministerio da Marinha — N. 3.632 — Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1908.

Sr. ministro da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 85, de 30 do mez proximo findo, tenho a honra de declarar-vos que os mestres e contra-mestres do corpo de officiaes inferiores da Armada são considerados praças de pret, como se infere do art. 7º do regulamento que baixou com o decreto n. 3.254, de 17 de março de 1899.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.

N. 22 — EM 8 DE AGOSTO DE 1908

Determina que os navios da Armada, sempre que tenham de receber no Depósito Naval parafusos de bronze, latão, etc., e material para electricidade, façam entrega ao mesmo estabelecimento dos artigos que estiverem inutilizados.

Ministerio da Marinha — N. 3.656 — Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1908.

Providenciae para que, sempre que os navios da Armada tenham de receber, no Depósito Naval desta Capital, parafusos de bronze, latão, ferro, etc., com porcas, bem como material para electricidade, façam entrega áquelle estabelecimento dos artigos que estiverem inutilizados, afim de ser aproveitada a materia prima dos mesmos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. Chefe do Estado Maior da Armada.

N. 23 — EM 13 DE AGOSTO DE 1908

Declara que a diaria de que trata o art. 36 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, só pôde ser abonada a officiaes e mediante ordem do Ministro da Marinha.

Ministerio da Marinha — N. 3.727 — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908.

Sciende do que informastes em officio n. 281, de 4 do corrente, declaro-vos que a diaria de que trata o art. 36 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, só pôde ser abonada a officiaes e mediante ordem do Ministro.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. Superintendente de Navegação.

N. 24 — EM 24 DE AGOSTO DE 1908

Determina que os commandantes dos navios da esquadra organizem, durante as commissões, uma relação de todos os trabalhos necessarios aos respectivos navios e, no regresso, a apresentem immediatamente á Inspectoria de Engenharia Naval.

Ministerio da Marinha — N. 3.911 — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1908.

Providenciae para que os commandantes dos navios da esquadra organizem, durante as commissões, uma relação de todos os trabalhos necessarios aos respectivos navios, e,

quando chegarem, a apresentem immediatamente á Inspectoria de Engenharia Naval para servir de base ao exame que, pela mesma Inspectoria, deve ser feito a bordo.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.*
— Sr. Chefe do Estado Maior da Armada.

N. 25 — EM 25 DE AGOSTO DE 1908

Permitte que os socios da Liga Maritima Brasileira na cidade da Victoria, Estado do Espirito Santo, façam exercicios na linha de tiro da Escola de Aprendiziz Marinheiros, alli estabevida.

Ministerio da Marinha — N. 3.938 — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1908.

Tendo resolyido permittir que os socios da Liga Maritima Brasileira na cidade da Victoria, Estado do Espirito Santo, façam exercicios na linha de tiro da Escola de Aprendiziz Marinheiros, alli estabevida, com direito a 15 tiros de cada vez, assim vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.* —
Sr. Inspector de Marinha.

N. 26 — EM 25 DE AGOSTO DE 1908

Approva as instrucções sobre o modo de serem postas em pratica, na elaboração das derrotas as regras estabevidas na portaria de 25 de janeiro do corrente anno.

Ministerio da Marinha — N. 3.969 — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1908.

Tendo acceto as inclusas instrucções organizadas pelos tres directores da Superintendencia de Navegação e explicativas sobre o modo de serem postas em pratica, na elaboração de derrotas, as regras estabevidas na portaria de 25 de janeiro do corrente anno, assim vos declaro para o vosso conhecimento, recommendando que mandeis publicar em ordem do dia as referidas instrucções.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar.*
— Sr. Chefe do Estado Maior da Armada.

Instrucções a que se refere o aviso n. 3.969, desta data :

1.ª A primeira pagina da derrota deve trazer o nome do navio, posto e nome do commandante, e posto e nome do autor; e si o navio achar-se subordinado a um commandante de divisão ou força a que o mesmo pertença deve tambem trazer o posto e nome deste official.

2.ª As paginas seguintes, como que prefaceando as derrotas, trarão: a descripção do typo do navio e muito particularmente a de seusapparelhos motores, a copia das tabellas ou diagrammas dos ultimos desvios determinados para as agulhas de bordo; uma relação analytica de todos os instrumentos nauticos, meteorologicos, hydrographicos e oceanographicos que existirem a bordo e pertencam ao navio, bem como das cartas e planos hydrographicos que houverem servido a navegação; os numeros e nomes dos fabricantes dos chronometros pertencentes ao navio e a marcha de cada um de accôrdo com o ultimo regulamento adoptado.

3.ª Em seguimento virão os diários nauticos adoptados e cuja escripturação será feita do seguinte modo:

As latitudes e longitudes serão escriptas em algarismos. Na linha correspondente a 0h do alto do diário as do ponto ao 1/2 dia do dia astronomico anterior, e a de 0h da ultima linha horizontal as coordenadas geographicas calculadas para o 1/2 dia do dia indicado pelo diário que se escriptura. Si durante o correr do dia forem feitos alguns calculos para determinação de latitude ou longitudes se lançará na hora da observação o resultado obtido, qualquer que tenha sido o processo empregado. Os rumos magneticos que se devem escrever serão os indicados pela agulha por onde se navegar e escriptos de accôrdo com as abreviaturas adoptadas na Marinha do Brazil. A determinação dos desvios desta agulha deve ser feita, pelo menos no quadrante em que se navegar, de modo a ser sempre possivel conhecer-se as alterações que possam ter tido com as mudanças de posições geographicas do navio.

4.ª Na casa do panno com que navega o navio se escreverão as velas que estiverem orientadas de accôrdo com as seguintes abreviaturas :

PP.	—	para indicar	—	papafiges ;
GG.	—	»	»	— gaweas ;
JJ.	—	»	»	— joanetes ;
SS.	—	»	»	— sobrejoanetes.

5.ª O numero destas velas caçadas será indicado pelos expoentes 1—2—3 da ultima letra de modo que o expoente—1—corresponderá as velas do mastro de tanquete ; o expoente —2—as dos mastros do traquete e grande ; o expoente—3 e as velas dos tres mastros. A falta do expoente querera dizer que as velas caçadas são as mencionadas na casa das observações.

6.^a E E. — Para indicar as velas de estay a proa. Expoentes identicos aos das velas redondas indicarão: —1—bujarrona,—2—bujarrona e a vela de estay,—3—as tres velas de proa, referindo-se a falta de expoente as velas mencionadas na casa das observações.

7.^a L L. — Para indicar velas latinas ou latinos. Os expoentes como nas outras velas citadas indicarão: — 1 — vela ré ou mezena,—2—vela ré e fraquete latino, e—3—os tres latinos, a falta de expoente mostrará ser o latino mencionado na casa das observações.

8.^a Si os navios tiverem outras velas orientadas serão indicadas pelas tres ou quatro primeiras letras de seus nomes.

9.^a O abatimento será mencionado em todas as horas, quando se navegar a vela, pelo algarismo indicado pelo apparelho usado para sua determinação, seguida das letras B E (boreste e B B (bombordo conforme o bordo do navio contrario ao em que se achar amurado ou o bordo que estiver a sotavento.

10.^a O numero de rotações dos helices ou rodas e a pressão do vapor nas caldeiras serão escriptas em algarismo em todas as horas e firados dosapparelhos proprios e usados a bordo para estas indicações.

11.^a Nas columnas correspondentes aos ventos se lançará em todas as horas, na primeira a direcção do vento pelas abreviaturas adoptadas para os rumos, e na segunda, a intensidade de accôrdo com a escala do almirante Beaufort, a saber:

0	—	Para indicar calma.
1	—	» » bafagem.
2	—	» » aragem.
3	—	» » muito fraco.
4	—	» » fraco.
5	—	» » regular.
6	—	» » fresco.
7	—	» » muito fresco.
8	—	» » duro.
9	—	» » muito duro.
10	—	» » impetuoso.
11	—	» » tufão.

12.^a O estado do mar será escripto a todas as horas e representado pelos seguintes algarismos:

0	—	Para indicar mar espalhado.
1	—	» » » tranquillo.
2	—	» » » chão.
3	—	Para indicar mar de pequenas vagas.
4	—	» » » de vagas.
5	—	» » » de grandes vagas.
6	—	» » » de vagalhões.
7	—	» » » de grandes vagalhões.

13.ª A tabella acima é a que já se achra adoptada para as referencias do estado do mar e organizada pela Directoria de Meteorologia da Superintendencia de Navegação.

14.ª As temperaturas da superficie das aguas serão mencionadas pelo algarismo indicado pelo thermometro que fôr empregado; e as densidades determinadas pelo areometro; ambas pelo menos de 4 em 4 horas.

15.ª As temperaturas em diversas profundidades serão indicadas por algarismos romanos, sendo as profundidades onde se as encontrarem por algarismos arabicos e mencionadas nas horas em que por determinação dos commandantes se effectuarem estas observações.

16.ª As temperaturas do ar serão lançadas: na primeira columna, as fornecidas de 4 em 4 horas pelo thermometro installado no abrigo ou em lugar proprio, bem ventilado e afastado de fontes de calor, bem como as temperaturas maxima-minima na hora que lhes corresponder; na outra columna será lançada a temperatura dada por um thermometro exposto aos raios do sol.

17.ª As pressões atmosphericas serão indicadas de 4 em 4 horas na primeira columna pela leitura dada pelo barometro de mercurio apenas soffrendo a correccão constante da tabella de regulamento do instrumento e indo a approximação até centesimos de milímetros; na segunda columna e nas mesmas condições virá a leitura dada pelo barometro aneroides.

18.ª O título psycrometro do diario nautico traz logo abaixo os títulos—thermometro secco—e—thermometro humdecido; e — ainda mais abaixo t — t ou differença psycrometrica. Na columna vertical unica e de 4 em 4 horas se deverá lançar abaixo da letra — t — a temperatura dada pelo thermometro secco e por baixo da letra — t' — a temperatura dada pelo thermometro humdecido. Estas duas leituras deverão vir ligadas pelo signal — menos indicando assim a operação a fazer-se para obter a differença psycrometrica.

19.ª No título — Nebulosidade — se lançará na 1.ª columna pelas letras indicativas a especie de nuvens observadas e de accôrdo com a classificação adoptada que vai annexa; na segunda columna por algarismo a quantidade de nuvens, considerando-se para esse fim a esphera celeste dividida em 10 partes, sendo que um céu completamente limpo corresponde a zero (0) e completamente encoberto a dez (10).

Desde que o céu não esteja em nenhuma destas condições, dentre os limites citados, nota-se quantas partes estão cobertas de nuvens e registra-se a quantidade achada; sendo a unidade 1 a menor approximação.

20.ª O estado atmosphérico e os meteoros serão registrados por letras e de accôrdo com as convenções adoptadas constantes do mappa annexo. Os phenomenos excepcionaes que occorrerem deverão vir mencionados na columna das observações.

21.ª As observações meteorologicas dos diarios nauticos,

qualquer que seja o logar em que se ache o navio, deverão trazer registradas tambem as que devem ser feitas diariamente a 0^h, de Greenwich indicando-se nas columnas de latitude e longitudes a posição do navio nessa occasião.

22.^a Os traçados de diagrammas que quizerem apresentar só trarão vantagens quando as observações forem feitas em um mesmo logar.

23.^a As sondas serão sempre expressas em metros e por algarismos as profundidades encontradas e a qualidade do fundo por letras e de accordo com as seguintes abreviaturas:

<i>a</i>	—	para	indicar	—	areia;
<i>b</i>	—	»	»	—	branca;
<i>c</i>	—	»	»	—	conchas;
<i>d</i>	—	»	»	—	dura;
<i>e</i>	—	»	»	—	escura;
<i>f</i>	—	»	»	—	finas;
<i>g</i>	—	»	»	—	grossa;
<i>l</i>	—	»	»	—	lama;
<i>n</i>	—	»	»	—	negra;
<i>p</i>	—	»	»	—	pedra ou rocha;
<i>q</i>	—	»	»	—	quebrada;
<i>cas</i>	—	»	»	—	cascalho;
<i>cor</i>	—	»	»	—	coral.

24.^a A junção de duas ou mais destas abreviaturas separadas por um ponto indicarão mistura, cor ou quantidade como:

<i>a, c</i>	—	para	indicar	—	areia e concha;
<i>l, e</i>	—	»	»	—	lama escura;
<i>a, f</i>	—	»	»	—	areia fina;
<i>a, b, c, q</i>	—	»	»	—	areia branca e conchas quebradas.

25.^a As sondagens deverão ser feitas quando ordenadas pelos commandantes, devendo estes aproveitar para fazel-as amudadas vezes quando navegarem proximo das costas e sempre nas entradas dos portos.

26.^a Na casa — Outras observações — se lançarão, além do que se acha indicado no diario, as observações já mencionadas nestas instruções, a declinação da agulha tirada das cartas ou calculada e quesquer outras novidades de utilidade á navegação.

27.^a Nas costas dos diarios nauticos serão escripturados desenvolvidamente os calculos effectuados durante o dia astronómico a elles correspondentes, taes como: carteação de milhas; determinação de correntes; de coordenadas geographicas pela estima, por marcações de pontas de terra, por observações astronomicas; dos desvios e declinações da agulha; e as verificação dos regulamentos ou regulamentações dos chrono-

metros. Em todos estes calculos, se deverá sempre declarar: os methodos ou processos usados; fórmulas respectivas; taboas empregadas; todos os dados dos problemas, correções feitas nos elementos; e trazer os traçados graphicos quando as resoluções dos problemas delles dependam.

28ª. Quando nas costas dos diários não fôr possível escripturar todos os calculos se annexarão folhas de papel em branco, onde se continuarão os calculos que não couberem.

29ª. Serão de grande utilidade á navegação e portanto dignas de menção especial as derrotas que trouxerem como annexos: vistas de portos, ilhas e pontos da costa tiradas do mar; descripção e praticagem das entradas dos portos e dos canaes ou rio navegaveis; verificação das coordenadas geographicas dos pharões e observações feitas dos mesmos de accordo com as instruções annexas, trabalhos hydrographicos, onde se tenha muito em vista, a determinação exacta dos escolhos e bancos, verificação das posições relativas de diversos pontos de terra, de seus nomes e profundidade das aguas que es conformam.

N. 1 — Classificação das nuvens

a — Fórmas divididas ou em bolas (mais frequentes quando o tempo é secco).

b — Fórmas estendidas ou em véo (tempo chuvoso).

A — Nuvens superiores, 9000^m em média:

a — 1 Cirrus..... C
b — 2 Cirro Stratus..... CS

B — Nuvens médias, entre 3000^m e 7000^m:

a — 3 Cirro Cumulos..... CK
b — 4 Alto Cumulos..... K
 5 Alto Stratus..... S

C — Nuvens inferiores, abaixo de 2000^m:

a — 6 Strato Cumulus..... SK
b — 7 Nimbus..... N

D — Nuvens das correntes ascendentes diurnas:

a — 8 Cumulus $\left\{ \begin{array}{l} \text{Cume 4800}^m \\ \text{Base 1500}^m \end{array} \right\}$ K

$b - 9$ Cumulo nimbus $\left\{ \begin{array}{l} \text{Cume } 3000^m \text{ a} \\ \quad 8000^m \text{} \\ \text{Base } 1400^m \end{array} \right\} \quad \text{KN}$

$E -$ Nevoeiros elevados, abaixo de 1000^m :

10 Stratus..... S

1. *Cirrus* (C). *Nuvens isoladas, de texturas fibrosas com a fórma de penhas, geralmente de côr branca, muitas vezes dispostas em farpas, que atravessam uma parte da abobeda celeste como meridianos e, por um effeito de perspectiva, convergindo para um ponto ou para dous pontos oppostos do horizonte.* (Frequentemente as CS e as CK participam destas faixas.

2. *Cirro Stratus* (CS). *Véo fino esbranquiçado, ora inteiramente diffuzo e dando sómente ao céu um aspecto esbranquiçado chamado algumas vezes 'Cirro nebula', ora mostrando mais ou menos distinctamente a estrutura de filamentos confuzos.* O véo muito frequentemente favorece o apparecimento de halos em torno do Sol e da Lua.

3. *Cirro Cumulus* (CK). *Carneiros. Pequenas bolas ou pequenos flocos brancos, sem sombras ou com sombras muito fracas, que dispõem em grupos e muitas vezes em filas.*

4. *Alto Cumulus* (K). *Carneiros Grandes. Bolas maiores, brancas ou acizentadas, com porções sombriadas, dispostas em grupos ou em filas e muitas vezes tão unidas que seus bordos se tocam.* As bolas isoladas são geralmente maiores e mais compactas (passando a SK) no meio do grupo; nas proximidades dos grupos, ellas se formam flocos mais finos (passando a CK). Frequentemente ellas se apresentam em filas seguindo uma ou duas direcções.

N. B. — A designação *Cumulo Cirrus* é supprimida, por dar lugar a confusões.

5. *Alto Stratus* (S). *Véo espesso de côr cinzentada ou azulada, que mostra uma parte mais brilhante e que, sem formar halos, pôde dar lugar a corôas.* Esta fórma apresenta todas as transições até a *Cirro Stratus*; mas de accôrdo com as medidas feitas em Upsal, sua altura é metade menor.

N. B. — A designação *Stratus Cirrus* é supprimida por dar lugar a confusões.

6. *Strato Cumulus* (SK). *Grandes bolas ou rolos de nuvens sombrias que cobrem frequentemente todo o céu, sobretudo no inverno, dando-lhe por vezes uma apparencia ondulada.* A camada de *Strato Cumulus* não é geralmente muito espessa, e nos intervallos o azul do céu apparece muitas vezes. Acha-se todas as transições entre esta fórma e as dos Alto Cumulos. Ellas se distinguem das Nimbus por sua apparencia de bolas ou rolos e porque ellas não tendem a produzir chuva.

7. *Nimbus* (N). *Nuvens de chuva. Camada espessa de nuvens sombrias, sem fórmãs, de bordos franjados, da qual cahem geralmente chuva ou neve persistentes. Pelos interstícios que*

podem apresentar estas nuvens, vê-se, quasi sempre, uma camada elevada de Cirro Stratus ou de Alto Stratus. Si a camada de Nimbus se divide em pequenos pedacos ou si vê-se fluctuar muito baixo pequenas nuvens, abaixo de uma grande Nimbus pôde-se denominar-as Fracto Nimbus (seud dos marinheiros inglezes).

8. *Cumulus (K). Nuvens amontoadas ou em montões. Nuvens espessas cujo cumo fôrma zimbório e é guarnecido de protuberancias, ao passo que a base é horizontal.* Estas nuvens parecem formar-se em um movimento ascensional diurno, quasi sempre observavel.

Quando a nuvem está do lado opposto ao do sol, as superficies que se apresentam normalmente ao observador são mais brilhantes que o bordo das protuberancias. Quando a illuminação vem do lado, estas nuvens offerecem verdadeiras sembras bastante fortes; do lado do sol, ao contrario, ellas parecem sombrias com uma margem clara.

A verdadeira Cumulus é nitidamente limitada em cima e em baixo. Mas observa-se tambem uma nuvem que se assemella a uma Cumulus dividida pelos ventos fortes, cujas diversas partes apresentam grandes transformações. Se a designará pelo nome de Fracto Cumulus.

9. *Cumulo nimbus (KN). Nuvens de tempestade. Nuvens de aguaceiros. Massas poderosas de nuvens que se elevam em fôrma de montanhas, de torres e de bigornas, acompanhadas geralmente no alto por um véo ou antepara de textura fibrosa (Falsa Cirrus) e em baixo de massas de nuvens semelhantes ás Nimbus.* Da sua base cahem de ordinario aguaceiros locais de chuva e de neve (as vezes de saraiva). Ora os bordos superiores tem a fôrma compacta das Cumulus e formam poderosos manelões em torno dos quaes fluctuam Falsas Cirrus delicadas, ora os proprios bordos se desfazem em filamentos analogos ás Cirrus. Esta ultima fôrma é sobretudo commum nas rajadas de vento da primavera.

A parte anterior das nuvens tempestuosas de grande extensão se apresenta por vezes sob a fôrma de um grande arco, estendendo-se sobre uma parte do céu uniformemente mais clara.

10. *Stratus (S). Nevorão elevado em camada horizontal.* Quando esta camada é dividida pelo vento ou pelos cumes das montanhas em tiras irregulares, pôde-se as distinguir pelo nome de Fracto Stratus.

N. 2 — Estado atmospherico

Notações	Estados	Característicos
<i>a</i>	Ameaçador.....	Indicando uma perturbação atmosphérica imminente.
<i>b</i>	Bom.	
<i>bm</i>	Muito bom.	
<i>cl</i>	Claro.....	Quando a atmosphera estiver completamente transparente.
<i>clm</i>	Muito claro.	
<i>c</i>	Encoberto.....	Quando o céu estiver totalmente encoberto por quaesquer nuvens opacas.
<i>i</i>	Incerto.	
<i>m</i>	Mau.	
<i>p</i>	Pessimo.	
<i>sm</i>	Sombrio.....	Quando os raios da luz do sol não attingirem os corpos diversos.
<i>t</i>	Tempestuoso.	
<i>v</i>	Variavel.	
<i>vm</i>	Muito variavel.	
<i>vz</i>	Vizibilidade.....	Os objectos parecendo mais proximos do que effectivamente estão.

Nota—A indicação do estado atmospherico deve corresponder ao característico predominante, de modo a ser representado por uma só notação.

N. 3 — Meteoros

<i>ab</i>	—	indicará	—	aguaceiro	ligeiro.
<i>ap</i>	—	»	—	»	pesado.
<i>as</i>	—	»	—	aguaceiros.	
<i>asp</i>	—	»	—	»	passageiros.
<i>aps</i>	—	»	—	»	pesados.
<i>ar</i>	—	»	—	arco-iris.	
<i>ch</i>	—	»	—	chuva.	
<i>che</i>	—	»	—	»	continua.
<i>chn</i>	—	»	—	»	e neve.
<i>chf</i>	—	»	—	»	forte.
<i>cfe</i>	—	»	—	»	» continua.
<i>chs</i>	—	»	—	chuviscos.	
<i>cl</i>	—	»	—	corôa lunar.	
<i>cs</i>	—	»	—	»	solar.

<i>g</i> —	»	—	garça.
<i>gf</i> —	»	—	» forte.
<i>gt</i> —	»	—	» tenue.
<i>gd</i> —	»	—	gorda.
<i>hl</i> —	»	—	halo lunar.
<i>hs</i> —	»	—	» solar.
<i>n</i> —	»	—	neve.
<i>nl</i> —	»	—	» ligeira.
<i>nf</i> —	»	—	» forte.
<i>nr</i> —	»	—	neveeiro.
<i>nva</i> —	»	—	» alto.
<i>nrb</i> —	»	—	» baixo.
<i>ncd</i> —	»	—	» denso.
<i>nct</i> —	»	—	» tenue.
<i>nta</i> —	»	—	» alto.
<i>nth</i> —	»	—	» baixo.
<i>o</i> —	»	—	orvalho.
<i>ob</i> —	»	—	» abundante.
<i>ph</i> —	»	—	parhelio.
<i>ps</i> —	»	—	paraselenico.
<i>r</i> —	»	—	rajada.
<i>rr</i> —	»	—	» violenta.
<i>rl</i> —	»	—	relampagos.
<i>s</i> —	»	—	saraiva.
<i>tr</i> —	»	—	trovões.

Nota — A indicação dos meteoros pôde ser multipla, desde que coexistam muitas na occasião da observação.

N. 4 — Instrucções do que é interessante registrar com referencia aos pharões

SOB O PONTO DE VISTA DA APPARENCIA

Si a luz exhibida do respectivo apparelho é fixa, branca ou colorida, simples ou mixta.

Sendo o apparelho giratorio:

1.º Si a luz é fixa variada por lampejos, qual o intervallo dos lampejos:

2.º Si é fixa variada por uma scintillante, qual o intervallo:

3.º Si de lampejos com eclipses: isto é, produzindo alternativamente lampejos e eclipses, qual a duração dos eclipses que separam os lampejos:

4.º Si os lampejos são simples ou grupados, isto é, duplos, triplos si de uma cor ou mixtos, qual o intervallo dos lampejos brancos e qual o intervallo entre os coloridos.

QUANTO AO ALCANCE

Convém advertir que o alcance da luz de um pharol é a distancia em que deixa-se de avistal-o.

As causas que contribuem para este resultado são: a esphericidade do globo e o enfraquecimento dos raios luminosos pela distancia.

Ha então dous alcances a considerar, conforme a influencia de uma ou outra destas causas: 1º, o alcance geographico; 2º, o alcance optico resultante da potencia do apparelho illuminativo.

Este alcance depende essencialmente da transparencia da atmosphera e tambem da sensibilidade visual do observador. Assim uma luz cujo alcance pôde attingir 25 milhas em tempo claro, não é avistada nas circumstancias ordinarias além de 15 milhas, e pôde mesmo, por tempo mais ou menos brumoso, não ser vista além de seis milhas. Com cerração o seu alcance fica ainda mais reduzido.

O alcance de um pharol depende de sua altura acima de

O alcance de um pharol depende de sua altura acima do mar e de sua intensidade luminosa.

O alcance optico de cada apparelho illuminante já está determinado por meio de medidas photometricas nas quaes a luz do bico Carcel é tomada por unidade.

Ao navegante, então, apenas interessa o alcance geographico, que depende da altura do foco da luz acima do nivel do mar, da altura do olho do observador, do raio de curvatura da terra no ponto considerado e do valor da refração atmosphérica, sendo que todos os outros elementos conservam-se constantes. A refração nocturna é maior no verão do que no inverno.

O alcance geographico determina-se por meio da fórmula:

$$D = \sqrt{\frac{R \cdot A}{0,42}}$$

na qual

D = alcance geographico, ou, a distancia entre a luz e o ponto de contacto da trajetoria do raio luminoso com a superficie do mar;

A = altura da luz acima do nivel do mar;

R = raio de curvatura da superficie da terra.

O coefficiente

$$\sqrt{\frac{1}{0,42}}$$

correspondem a um valor médio da refração atmosphérica.

A tabella que segue dá os alcances geographicos dos pharões correspondendo a diversas alturas do foco e do olho do observador acima do nivel do mar.

O valor de — R — nessa tabella é 6.366.953 metros que corresponde ao meridiano da latitude = 45° — 45'.

N. 5 — Tabella dos alcances geographicos

ALTURA DO PUNTO — A	DISTANCIA DO PONTO DE CONTACTO DO RAY LUMINOSO TANGENTE À SUPERFICIE DO MAR		ELEVACÃO DO OLHO DO OBSERVADOR ACIMA DO NIVEL DO MAR							
			Metros	Metros 4.50	Metros 6	Metros 9	Metros 12	Metros 15	Metros 18	Metros 20
	$D = \sqrt{\frac{RA}{0.42}}$									
Metros	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas	Milhas
1	2,10	5,74	6,49	7,25	8,41	9,39	10,25	11,0	11,51	11,51
2	2,97	6,62	7,37	8,12	9,28	10,26	11,12	11,87	12,38	12,38
3	3,64	7,28	8,03	8,79	9,95	10,93	11,78	12,53	13,04	13,04
4	4,26	7,85	8,60	9,35	10,51	11,49	12,35	13,10	13,61	13,61
5	4,79	8,35	9,1	9,8	11,0	12,0	12,8	13,4	14,1	14,1
10	6,95	10,3	11,1	11,8	12,9	13,9	14,7	15,3	16,0	16,0
15	8,14	11,0	11,8	12,5	13,6	14,4	15,4	16,3	17,5	17,5
20	9,40	13,1	13,8	14,5	15,7	16,6	17,5	18,1	19,8	19,8
25	10,51	14,1	14,9	15,6	16,8	17,7	18,6	19,2	20,9	20,9
30	11,52	15,1	15,8	16,6	17,8	18,8	19,6	20,2	21,9	21,9
35	12,44	16,0	16,8	17,6	18,7	19,7	20,5	21,0	22,7	22,7
40	13,30	16,9	17,6	18,4	19,6	20,5	21,4	22,1	23,8	23,8
45	14,10	17,7	18,4	19,2	20,4	21,3	22,2	22,7	24,5	24,5
50	14,87	18,5	19,2	20,0	21,1	22,1	23,0	23,6	25,3	25,3
55	15,59	19,2	19,9	20,7	21,9	22,8	23,7	24,3	26,0	26,0
60	16,29	19,9	20,6	21,4	22,5	23,5	24,4	25,0	26,7	26,7
65	16,95	20,5	21,0	22,0	23,2	24,1	25,0	25,6	27,3	27,3
70	17,59	21,2	21,6	22,7	23,9	24,8	25,7	26,2	27,9	27,9
75	18,21	21,6	22,4	23,1	24,2	25,2	26,1	26,9	28,4	28,4
80	18,81	22,4	23,1	23,9	24,1	25,0	26,0	27,5	28,8	28,8
85	19,38	22,7	23,5	24,2	25,3	26,3	27,2	27,9	29,5	29,5
90	19,95	23,3	24,1	24,8	25,9	26,9	27,8	28,5	29,9	29,9
95	20,49	24,0	24,6	25,5	26,5	27,5	28,5	29,1	30,7	30,7
100	21,01	24,6	25,3	26,1	27,3	28,3	29,1	29,7	31,4	31,4
125	23,51	27,1	27,9	28,6	29,8	30,8	31,6	32,2	33,9	33,9
150	25,75	29,4	30,1	30,9	32,0	33,0	33,9	34,5	36,1	36,1
175	27,81	31,4	32,1	32,9	34,1	35,0	35,6	36,2	37,7	37,7
200	29,73	33,3	34,1	34,8	36,0	37,0	37,6	38,2	39,6	39,6

N. 27 — EM 27 DE AGOSTO DE 1908

Approva as instrucções para admissão de mecanicos navaes do Corpo de Engenheiros Machinistas.

Ministerio da Marinha — N. 3.982 — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908.

Tendo approvedo as instrucções para admissão de mecanicos navaes do Corpo de Engenheiros Machinistas, organizadas de accôrdo com o regulamento anexo ao decreto n. 7.009, de julho ultimo, assim vos declaro para os devidos effectos e em resposta ao vosso officio n. 275, de 20 do corrente.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de machinas.

INSTRUCÇÕES PARA ADMISSÃO DE MECANICOS NAVAES DO CORPO DE ENGENHEIROS MACHINISTAS, A QUE SE REFERE O AVISO N. 3.982, DE 27 DE AGOSTO DE 1908

1.º Os exames de que trata o regulamento anexo ao decreto n. 7.009, de 9 de julho ultimo, constarão de prova theorica e pratica.

A prova theorica será exhibida na Directoria de Machinas; a pratica, em qualquer estabelecimento de marinha designado pelo inspector.

2.º As materias de que se compõe o exame serão divididas em tres secções.

Secção A

Leitura e escripta de um trecho de qualquer livro em portuguez.

Secção B

Arithmetica; quatro operações; systema metrico decimal; noções geraes de geometria e elementos de desenho de machinas.

Secção C

Prova pratica, que constará da nomenclatura das peças das machinas, caldeiras, confecção de ferramentas, seu manejo e applicação nos diversos trabalhos a executar, conforme as seguintes especialidades a que se destinar o candidato:

Ajustador de machinas;

Torneiro de metal;
 Caldeireiro de ferro;
 Caldeireiro de cobre,
 Ferreiro;
 Serralheiro.

3.º A classificação dos candidatos será feita de accordo com os grãos obtidos, tendo preferencia os que reunirem maior numero de especialidades, sommando-se os da prova theorica com os da pratica, e tomando-se a média dessas provas.

4.º O resultado dará logar ás seguintes notas:

Simplesmente.....	1 a 3
Plenamente.....	4 a 7
Distineção.....	8 a 10

5.º Os candidatos que obtiverem 10 grãos serão classificados na 1.ª classe; os demais na 2.ª classe, guardando-se na respectiva escala a ordem relativa á sua classificação.

6.º A prova escripta será feita em uma folha de papel alvaco, rubricada pela commissão examinadora.

7.º A prova escripta os candidatos serão submettidos em conjunto.

8.º Na prova pratica os candidatos de cada especialidade executarão os trabalhos que lhes forem determinados.

9.º Serão eliminados:

Os que assignarem a prova em branco;

Os que não comparecerem á prova escripta;

Os que forem inhabilitados em uma seção, grão — 0.

10. Os exames serão validos por seis mezes.

11. O corpo de mecanicos navaes ficará:

1.ª classe (1os sargentos)

Ajustadores de machinas.....	40
Torneiros de metal.....	18
Caldeireiros de ferro.....	14
Caldeireiros de cobre.....	10
Serralheiros.....	6
Ferreiros.....	12

2.ª classe (2os sargentos)

Ajustadores de machinas.....	80
Torneiros de metal.....	30
Caldeireiros de ferro.....	30
Caldeireiros de cobre.....	20
Serralheiros.....	16
Ferreiros.....	24

12. A acta do exame, com todos os esclarecimentos, será lavrada em livro proprio, pelo engenheiro machinista examinador mais moderno, e remettida com todos os papeis ao inspector de machinas, que por sua vez a transmittirá ao ministro com a competente proposta de nomeação.

N. 28 — EM 27 DE AGOSTO DE 1908

Declara que a um 1.º tenente cirurgião que exerce os cargos de chefe da enfermaria do Arsenal do Pará e de instructor da 2.ª aula do 3.º anno da Escola de Marinha Mercante do mesmo Estado deve ser abonada sómente a gratificação mensal de 1808, marcada para este ultimo cargo.

Ministerio da Marinha — N. 3.983 — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908.

Em resposta ao officio n. 4.516, de 13 de junho ultimo, declaro-vos para os devidos fins, que, prohibindo o art. 75 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, as accumulações remuneradas, ao 1.º tenente cirurgião Dr. Ismael de Senna Ribeiro Nery, chefe da enfermaria desse arsenal, o qual, nos termos do regulamento anexo ao decreto n. 6.388, de 28 de fevereiro de 1907, é instructor da 2.ª aula do 3.º anno da Escola de Marinha Mercante desse Estado, deve ser abonada sómente a gratificação mensal de 1808, marcada para esse ultimo cargo.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector do Arsenal de Marinha do Estado do Pará.

N. 29 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que a gratificação de 250 réis diários de que trata o art. 6.º da lei n. 1.752, de 24 de outubro de 1907, deve ser abonada tambem aos marinheiros nacionaes procedentes das escolas que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras com ou sem engajamento.

Ministerio da Marinha — N. 4.039 — Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que a gratificação de 250 réis diários de que trata o art. 6.º da lei n. 1.752, de 24 de outubro de 1907, deve ser abonada tambem aos marinheiros nacionaes procedentes das escolas que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras com ou sem engajamento.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 30 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que ao professor de gymnastica e natção do Corpo de Marinheiros Nacionais, suspenso das funcções de professor de natção, deve ser abonado o ordenado e metade da gratificação, por desempenhar somente uma funcção, cabendo ao seu substituto a outra parte da gratificação.

Ministerio da Marinha — N. 4.465 — Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1908.

Tenho presente o vosso memorandum n. 4.648, de 4 de março proximo passado, apresentando o officio em que o commando do Corpo de Marinheiros Nacionais consulta qual o vencimento que deve ser abonado ao professor de gymnastica e natção Manoel Gonçalves Corrêa, visto estar suspenso das funcções de professor de natção, em virtude do parecer da junta medica.

Em resposta, declaro-vos, para os devidos effeitos, que ao alludido professor deve ser abonado o vencimento de 838333, correspondente ao ordenado e metade da gratificação de exercicio, por desempenhar somente uma funcção, cabendo ao substituto a outra parte da gratificação na importancia de 468666.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*, — Sr. Inspector de Marinha.

N. 34 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que as embarcações de pequena cabotagem não podem ser dispensadas da vistoria semestral a que estão actualmente sujeitas, ficando, de ora em diante, exoneradas da taxa estatuida na tabella a que se refere o art. 5.º da lei n. 1.837, de 31 de dezembro de 1907.

Ministerio da Marinha — N. 4.061 — Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1908.

De accordo com a informação constante do vosso officio n. 4.425, de 24 de agosto ultimo, declaro-vos que, á vista do disposto no art. 485 do actual Regulamento das Capitancias de Portos, não pôde ser concedida a dispensa solicitada por Antonio Henrique Lacoste, como procurador de diversos armadores residentes em Cabo Frio, da vistoria semestral a que estão actualmente sujeitas as embarcações de pequena cabotagem. Outrossim cabe-me declarar-vos que, de conformidade com o que propozestes em vosso citado officio e em virtude da autorização contida no art. 50 da lei n. 1.837, de 31 de de-

zembro ultimo, deverão ficar, de ora em diante, as embarcações dessa natureza exoneradas da taxa estatuida na tabella que baixou com a referida lei, affin de attenuar as despesas resultantes do cumprimento daquella exigencia regulamentar.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Portos e Costas.

N. 32 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que as praças do Batalhão Naval que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras, têm direito ás vantagens do art. 6º da lei n. 1.752 de 24 de outubro de 1907, e as que se reengajarem perceberão mais as do art. 7º da mesma lei.

Ministerio da Marinha — N. 4.096 — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1908.

Em resposta ao vosso «memorandum» n. 1.815, de 24 de março do corrente anno, declaro-vos que as praças do Batalhão Naval, que, findo o tempo de serviço, continuarem nas fileiras, têm direito ás vantagens do art. 6º da lei n. 1.752, de 24 de outubro de 1907, e as que se reengajarem perceberão, além daquellas vantagens, as do art. 7º da citada lei.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Marinha.

N. 33 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1908

Manda adoptar uniforme para o pessoal contractado para o serviço da radio-telegraphia.

Ministerio da Marinha — N. 4.098 — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, e em resposta ao vosso «memorandum» n. 396 A, de 22 de julho ultimo, que resolvi mandar adoptar para o pessoal contractado para o serviço da radio-telegraphia na marinha nacional o seguinte uniforme:

Dolman semelhante aos dos officiaes do estado maior sem os cadargos e tendo como distinctivo uma platina de accôrde com o desenho junto;

Bonet identico ao dos officiaes e sem divisas ou trisos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Marinha.

N. 34 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Determina que aos navios, corpos e estabelecimentos de marinha só sejam fornecidos lona e brim de algodão de fabricação nacional.

Ministerio da Marinha — N. 4.144 — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Tendo resolvido que aos navios, corpos e estabelecimentos de marinha só sejam fornecidos lona e brim de algodão de fabricação nacional, assim vos declaro, para os devidos effeitos; cumprindo que providencias para que nos pedidos de taes artigos se mencione sempre aquella condição de fabricação nacional.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 35 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1908

Determina que seja organizado, semestralmente, e remetido ao gabinete do ministro um mappa demonstrativo das despesas feitas em cada navio, corpo ou estabelecimento.

Ministerio da Marinha — N. 4.222 — Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1908.

Providenciae de modo a ser organizado, semestralmente, e remetido a este gabinete um mappa demonstrativo das despesas feitas em cada navio, corpo ou estabelecimento.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Fazenda e Fiscalização.

N. 36 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que a ajuda de custo que compete a cada empregado designado para inventariar os pharóes é de 40\$ e que os inventarios dos ditos pharóes e do material despendido devem ser feitos annualmente e as contas enviadas á Directoria da Contabilidade.

Ministerio da Marinha — N. 4.327 — Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1908.

Respondendo ao officio que me dirigistes em 26 do mez proximo passado, sob n. 311, declaro-vos que a ajuda de custo que compete a cada empregado designado para inventariar os

pharóes é de 40\$, em vista do decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890, e aviso n. 2.806, de 25 de junho do corrente anno; sendo que os inventarios dos ditos pharóes e do material despendido devem ser feitos annualmente e as contas enviadas á Directoria Geral de Contabilidade deste ministerio, afim de serem tomadas de accôrdo com a lei.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. —
Sr. superintendente de Navegação.

N. 37 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1908

Determina que não seja effectuada compra alguma pelo Hospital e Enfermaria de Copacabana, devendo os pedidos ser submittidos previamente á apreciação do ministro.

Ministerio da Marinha — N. 4.333 — Rio de Janeiro,
19 de setembro de 1908.

Recommende-vos que providencieis no sentido de não ser effectuada compra alguma pelo Hospital e Enfermaria de Copacabana, devendo os pedidos ser submittidos previamente á apreciação do ministro.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. —
Sr. inspector de Saude Naval.

N. 38 — EM 22 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que ás praças asyladas não é permittido fazer consignações, podendo sómente constituir procuradores para receberem seus vencimentos quando absolutamente impedidas de comparecer ao pagamento.

Ministerio da Marinha — N. 4.347 — Rio de Janeiro,
22 de setembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes e em referencia ao vosso *memorandum* n. 552, de 1 do corrente mez, que ás praças asyladas não é permittido fazer consignações; sómente poderão constituir procuradores para receberem seus vencimentos, quando absolutamente impedidas de comparecer ao pagamento, o que deverá ser devidamente provado, não podendo as mesmas procurações ter prazo fixo.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. —
Sr. inspector de Marinha.

N. 39 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que o abono, em dinheiro, das peças de fardamento cabe ás praças que, em qualquer hypothese, se reengajarem.

Ministerio da Marinha — N. 4.526 — Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1908.

Resolvendo a consulta do commandante do Corpo de Marinheiros Nacionais, em officio n. 269, de 18 de agosto proximo findo, declaro-vos para os devidos effectos, que, de accordo com o art. 7.º da lei n. 4.752, de 24 de outubro de 1907, o abono em dinheiro das peças de fardamento cabe ás praças que, em qualquer hypothese, se reengajarem.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*, — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 40 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1908.

Determina que todo o material que não tiver applicação a bordo dos navios da esquadra e poder ser utilizado na officina da Escola Naval, para o ensino pratico dos alumnos do curso de machinas, seja enviado para a mesma escola.

Ministerio da Marinha — N. 4.526 — Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1908.

Providenciae para que todo o material, que não tiver applicação a bordo dos navios da esquadra e puder ser utilizado na officina da Escola Naval, para o ensino pratico dos alumnos do curso de machinas, seja enviado para a mesma escola.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*, — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 41 — EM 15 DE OUTUBRO DE 1908

Determina que os pedidos, requisições e abonos de fardamento para os menores alistados devem ser feitos na conformidade do disposto para as praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

Ministerio da Marinha — N. 4.677 — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1908.

Recommendaes aos commandantes das escolas de aprendizes marinhaes que os pedidos, requisições e abonos de fardamento para os menores alistados devem ser feitos na conformidade do disposto para as praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*, — Sr. inspector de Marinha.

N. 42 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1908

Manda adoptar na Armada o oleo preparado no Laboratorio Pharmaceutico e Gabinete de Analyses por um capitão-tenente pharmaceutico.

Ministerio da Marinha — N. 4.738 — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1908.

Tendo resolvido mandar adoptar na Armada o oleo preparado no Laboratorio Pharmaceutico e Gabinete de Analyses da Marinha pelo capitão-tenente pharmaceutico Guilherme Hoffmann Filho, para lubrificação das machinas e conservação de fuzpedos, assim vos declaro para os devidos effectos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Menezes*, — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 43 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1908

Torna extensivas á Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada as garantias concedidas á Caixa Beneficente do Club Naval.

Ministerio da Marinha — N. 4.821 — Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908.

Tendo resolvido tornar extensivas á Associação Beneficente do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada as garantias concedidas, por aviso n. 133, de 17 de janeiro de 1907, á Caixa Beneficente do Club Naval, assim vos declaro, para os devidos effectos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Menezes*, — Sr. director geral de Contabilidade da Marinha.

N. 44 — EM 27 DE OUTUBRO DE 1908

Indefere o requerimento de um contra-almirante graduado engenheiro naval, pedindo o alono da gratificação do posto correspondente a contra-almirante.

Ministerio da Marinha — N. 4.879 — Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1908.

Em referencia ao vosso *memorandum* n. 188, de 24 de agosto ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que, conformando-me com as razões apresentadas, no voto em sepa-

rado, ao parecer do Conselho do Almirantado, exarado em consulta n. 314, de 8 do corrente, pela minoria do mesmo conselho, resolvi indeferir o requerimento do contra-almirante graduado engenheiro naval Frederico Corrêa da Camara, pedindo que lhe seja abonada a graduação do posto correspondente a contra-almirante, a que se julga com direito.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Engenharia Naval.

N. 45 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1908

Determina que para a conservação da alma dos canhões sejam empregadas a composição anti-corrosiva e a vaselina e proíbe o uso, com esse objecto, do azeite doce refinado ou quaesquer outros oleos ou substancias.

Ministerio da Marinha — N. 4.905 — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1908.

Tendo resolvido que para a conservação da alma dos canhões sejam empregadas a composição anti-corrosiva cuja amostra se acha no Deposito Naval desta Capital, e a vaselina, esta nos periodos do exercicio em que os canhões atirarem, assim vos declaro para os fins convenientes, ficando estritamente prohibido o uso, com esse objecto, do azeite doce refinado ou quaesquer outros oleos ou substancias.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 46 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que, de ora em diante, só deverão ser fornecidos para os escaleres e lanchas dos navios, corpos e mais estabelecimentos da Marinha, pannos de algodão branco com gnações, ficando abolidos as almofadas e o panno de flanela azul.

Ministerio da Marinha — N. 5.107 — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que, de ora em diante, só deverão ser fornecidos para os escaleres e lanchas dos navios, corpos e mais estabelecimentos da Marinha, pannos de algodão branco com gnações, ficando abolidos as almofadas e o panno de flanela azul.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. director do Deposito Naval do Rio de Janeiro.

N. 47 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que a estatística a que se refere o § 10 do art. 12 do regulamento da Inspectoria de Fazenda deve ser organizada semestralmente.

Ministerio da Marinha — N. 5.193 — Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que a estatística a que se refere o § 10 do art. 12 do regulamento dessa inspectoría deve ser organizada semestralmente, devendo apenas abranger as despesas que forem effectuadas pelos navios, corpos e estabelecimentos navaes, á conta das verbas — Munições navaes — e — Material de construcção naval.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — Sr. inspector de Fazenda e Fiscalização.

N. 48 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que o contra-mestre da officina de ferreiros e serralheiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, enquanto estiver impedido, como official da Guarda Nacional, deverá perceber apenas o ordenado.

Ministerio da Marinha — N. 5.217 — Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1908.

Tendo ouvido o consultor juridico deste ministerio sobre o assumpto do vosso officio n. 691, de 3 do corrente, declaro-vos, de accordo com o parecer do mesmo consultor, que o contra-mestre da officina de ferreiros e serralheiros Augusto Martins, enquanto estiver impedido, como official da Guarda Nacional, deverá perceber apenas o ordenado, devendo ser designado um operario de 1ª classe para substitui-lo, percebendo a gratificação, de accordo com o art. 261, § 2º, do regulamento dos arsenaes.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*. — — Sr. inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 49 — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que o tempo de serviço prestado pelos officiaes da Armada e classes annexas na antiga Repartição da Carta Maritima deve continuar a ser considerado como de embarque para todos os effeitos e que de 5 de junho deste anno, em diante, não mais pôde ser contado como tal o tempo passado na nova repartição — Superintendencia de Navegação — por não ter sido esse beneficio contemplado no respectivo regulamento.

Ministerio da Marinha — N. 5.340 — Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que, conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emittido em consulta n. 368, de 19 do corrente, resolvi:

1.º, que o tempo de serviço prestado pelos officiaes da Armada e classes annexas na antiga Repartição da Carta Maritima deve continuar a ser considerado como de embarque para todos os effeitos;

2.º, que, consequentemente, deve prevalecer a nota do tempo do embarque completo, lançada nos assentamentos do capitão de corveta José Martini;

3.º, que, de 5 de junho de 1908 em diante, não mais pôde ser contado, como de embarque, o tempo passado na nova repartição — Superintendencia de Navegação — em vista do decreto n. 6.964, de 24 de maio findo, que não contemplou aquelle beneficio.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*,
— Sr. inspector de Marinha.

N. 50 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1908

Susta, até ulterior deliberação, a execução do 9.º dispositivo das instruções approvadas pelo aviso n. 1.754, de 14 de novembro de 1906.

Ministerio da Marinha — N. 5.372 — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1908.

De accôrdo com o que ponderou a Directoria Geral de Contabilidade deste ministerio, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi sustar, até ulterior deliberação, a execução do 9.º dispositivo das instruções approvadas pelo aviso n. 1.754, de 14 de novembro de 1906.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*,
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 51 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Recommenda a rigorosa observancia do que dispõem os avisos de 21 de janeiro de 1860 e 30 de novembro de 1863, com as modificações a que se referiu o aviso n. 1.418, de 16 de agosto de 1894.

Ministerio da Marinha — N. 5.476 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

Convindo evitar a pratica, que tenho observado, de darem os officiaes da Armada e classes annexas, que desempenham comissões nos Estados, parte de doentes e serem, às vezes, antes de inspecionados, recolhidos a esta Capital sem autorização legal, apresentando-se promptos para o serviço logo após a sua chegada, resultando disso desvantagens para o mesmo serviço e prejudicando os cofres publicos, recomendo-vos expedição de ordens para a rigorosa observancia do que a esse respeito dispõem os avisos de 21 de janeiro de 1860 e 30 de novembro de 1863, com as seguintes modificações, a que já se referiu o aviso n. 1.418, de 16 de agosto de 1894:

1.º O official que der parte de doente baixará á enfermaria independentemente de inspecção de saude, que só poderá ser feita findo o prazo de 60 dias de permanencia na mesma enfermaria, salvo caso de muita gravidade.

2.º Não obstante o parecer da junta medica dos Estados, será o official novamente inspecionado nesta Capital e responsabilizada aquella junta, quando pela daqui não se reconhecer molestia.

Igualmente se procederá com todas as classes da Armada, inclusive inferiores e praças, cumprindo que na execução deste aviso se observe o maior rigor.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

Identicos ás inspectorias de Marinha, Portos e arsenaes de Matto Grosse e Pará.

N. 52 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Solicita a entrega, livres de direitos, aos capitães de portos, de volumes contendo casas desmontaveis para os pharoleiros, consignados áquellas autoridades, e destinados aos Estados da Bahia, Pernambuco e Santa Catharina.

Ministerio da Marinha — N. 5.474 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

Sr. ministro da Fazenda — Solicito-vos providencias para que sejam as alfandegas dos Estados de Pernambuco, Bahia, Santa Catharina e Espirito Santo autorizadas, telegraphica-

mente, a entregar aos competentes capitães de portos, livres de direitos, os volumes contendo casas desmontaveis para os pharoleiros, consignados áquellas autoridades, procedentes de Hamburgo, pelos vapores *Ypiranga*, *Mendoza* e *Paranaguá* e destinados respectivamente aos Estados da Bahia, Pernambuco e Santa Catharina.

Quanto aos volumes destinados á Capitania do Porto do Estado do Espirito Santo, tambem procedentes de Hamburgo, não se sabe qual o vapor que os transportou, por não se ter ainda recebido os necessarios documentos.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.

N. 53 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1908

Manda substituir nas tabellas de rações para as praças da Armada as batatas comprimidas por batatas frescas e o toucinho estrangeiro por nacional.

Ministerio da Marinha — N. 5.553 — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1908.

Tendo resolvido mandar substituir nas tabellas de rações para as praças da Armada as batatas comprimidas por batatas frescas e o toucinho estrangeiro por nacional, assim vos declaro para os devidos effeitos em resposta ao vosso *memorandum* n. 1.092, de 18 do mez passado.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 54 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara qual a gratificação que deve ser abonada a um contra-mestre do Arsenal de Marinha do Pará que serve de instructor do curso de machinas da Escola de Marinha Mercante do mesmo Estado.

Ministerio da Marinha — N. 5.579 — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 28, de 5 de outubro ultimo, com que transmittistes o requerimento do contra-mestre da officina de machinas do Arsenal de Marinha desse Estado Simplicio Honorato Corrêa de Miranda que serve de instructor da 4ª aula do 1º anno e da 2ª do 2º anno do curso de machinas dessa escola, pedindo a gratificação marcada aos instructores pelo art. 64 do respectivo regulamento, declaro-vos, que ao mesmo assiste o direito á gratificação de 1808 mensaes, devendo entretanto perder a de contra-mestre.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. director da Escola de Marinha Mercante do Estado do Pará.

N. 55 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Dá ao chefe da 2ª secção do Estado Maior as attribuições de inspector de tiro ao alvo e discrimina as referidas attribuições.

Ministerio da Marinha — N. 5.637 — Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908.

No intuito de assegurar a uniformidade e regularidade dos exercicios de tiro ao alvo de torpedos e bem assim a exacta execução das disposições regulamentares a elles concernentes, notadamente do decreto n. 7.008, de 9 de julho de 1908, de modo a obter os resultados visados para a instrucção e adestramento do pessoal, resolvo dar ao chefe da 2ª secção desse Estado Maior as attribuições de inspector de tiro ao alvo, cumprindo-lhe:

1.º Velar pela rigorosa execução das instrucções e disposições para o tiro ao alvo de artilharia e de torpedos, informando das omissões e irregularidades em sua realização.

2.º Solicitar as providencias para que os exercicios sejam feitos convenientemente e com toda a regularidade.

3.º Presidir ao trabalho de apuração e verificação dos mappas de exercicios de accôrdo com o decreto n. 7.008, de 9 de julho de 1908.

4.º Enviar um relatorio annual dos exercicios feitos durante o anno com observações sobre o seu resultado, e relatorios parciaes sempre que os navios regressarem dos periodos de exercicios.

5.º Estudar os methodos e processos de tiro ao alvo em uso nas principaes marinhas e apresentar annualmente um relatorio a respeito.

O pessoal da 2ª secção desse Estado Maior auxiliará o respectivo chefe na execução destas disposições.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. chefe do Estado Maior da Armada.

N. 56 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que, no caso de faltas não justificadas, os empregados militares do Depósito Naval devem soffrer descontos em suas gratificações de função e os civis em suas gratificações *pro labore*.

Ministerio da Marinha — N. 5.716 — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1908.

De accôrdo com o que o informastes em officio n. 616, da 2ª secção, de 10 do corrente, declaro-vos que, no caso de faltas não justificadas, os empregados do Depósito Naval desta Capital devem soffrer descontos em suas gratificações de função, tratando-se de militares, e gratificações *pro labore*, tratando-se de funcionarios civis.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. director geral da Contabilidade da Marinha.

N. 57 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que o secretario da Capitania do Porto do Estado da Bahia, em seus impedimentos, deve ser substituido pelo amanuense do extinto Arsenal de Marinha daquelle Estado, addido á mesma capitania.

Ministerio da Marinha — N. 5.726 — Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1908.

Em solução á vossa consulta, constante do officio n. 1.706, de 16 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes e de accôrdo com o que informastes, que o secretario da Capitania do Porto do Estado da Bahia, em seus impedimentos, deverá ser substituido pelo amanuense do extinto Arsenal de Marinha daquelle Estado Antonio Rodrigues de Oliveira, mandado adhir á refefida capitania por aviso n. 748, de 16 de junho de 1904.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. inspector de Portos e Costas.

N. 58 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara como deve ser feita a distribuição das incumbências pelos machinistas embarcados nos navios da Armada, bem assim que os sub-machinistas só tem direito ao abono de 20 % sobre a respectiva gratificação, nos casos a que se referem as observações da tabella em vigor.

Ministerio da Marinha — N. 5.858 — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1908.

De accôrdo com o que informastes no *memorandum* n. 598, de 17 de novembro proximo passado, declaro-vos que a distribuição das incumbências pelos machinistas embarcados nos navios da Armada deve ser feita de inteiro accôrdo com as disposições dos arts. 13 e 14 e seus paragraphos do regulamento n. 7.009, de 9 de julho ultimo.

Quanto ao abono de 20 % sobre a respectiva gratificação, mandado fazer a um sub-machinista do cruzador *Republica*, encarregado das machinas auxiliares, não pôde ser mantido, porque as observações da tabella em vigor só se referem aos sub-machinistas que accidentalmente ou por circumstancias extraordinarios forem chefes ou empregados das machinas dos navios.

Saude e fraternidade. — *Alexandrino Faria de Alencar*.
— Sr. inspector de machinas.

- N. 75 — Indefere um requerimento pedindo contagem, para todos os efeitos, do período de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, em que se allega serviços de guerra durante a revolta ocorrida nessa data. 68
- N. 76 — Declara que aos officiaes praticantes da delegacia da Direcção Geral de Engenharia junto ao commando do 5º districto militar servindo na guarnição de Florianopolis competem as gratificações de posto e de funcção, como subalternos dos corpos . . . 72
- N. 77 — Declara que a disposição contida nos arts. 99 da lei n. 1.860, e 192 do regulamento approved por decreto n. 6.947, revoga a da lei de 15 de novembro de 1894 quanto aos presos sentenciados, e que as praças presas, sem a clausula de fazerem o serviço que lhes tocar por escala, não têm direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão 73
- N. 78 — Responde a uma consulta sobre um bacharel dispensado do logar de auditor de guerra na guarnição de Uruguayana, por não haver restituído uns autos de processo de conselho de guerra. . . 73
- N. 79 — Declara em pleno vigor o art. 3º, letras a e b, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo. 74
- N. 80 — Roga a remessa em épocas convenientes, da demonstração detalhada do estado das diferentes verbas do orçamento da Repartição da Guerra, afim de que os pagamentos não sofram demora. 74
- N. 81 — Declara que as peças de arrelamento pertencentes á carga do 35º batalhão de infantaria, por terem sido julgadas inserviveis, devem ser recolhidas á intendencia districtal 75
- N. 82 — Declara que todos os officiaes do quadro supplementar do Exercito devem usar, quaesquer que sejam suas precedencias, um mesmo distinctivo. 75
- N. 83 — Declara que não se realizarão no corrente anno grandes manobras, mas sim de guarnição, em que as unidades de infantaria receberão voluntarios de manobras; e que é permitido aos já alistados como voluntarios especiaes tomar parte nas manobras de guarnição do corrente anno. 76
- N. 84 — Declara que de todos os generos para os corpos arregimentados deve ser feita aquisição administrativamente, não apparecendo concurrentes ao fornecimento, ou quando o conselho economico seja compellido a rescindir os contractos; e que o assumpto é dos que se acham regulamentados em a nossa legislação militar. 76
- N. 85 — Em resposta a uma consulta, declara que os tres pontos sobre que a mesma versa e tão bem esclarecidos no § 2º do art. 2º e art. 9º do regulamento approved por decreto n. 7.024, de 11 de julho findo. 77
- N. 86 — Declara que o art. 54 do regulamento para o serviço interno dos corpos do Exercito resolve sobre chamada a serviço no corpo do official que acaba de exercer as funcções de agente; e que, em materia de etapa, somente poderá haver economia licita onde existem rancho organizado e conselho economico devidamente estabelecido 78
- N. 87 — Manda providenciar para que sejam organizados os programmas para os exames de que trata o art. 3º do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, e que os exames para officiaes de reserva devem ter logar duas vezes por anno, em abril e outubro 79

N. 88 — Declara que os officies do Exercito servindo como praticantes e encarregados de obras têm direito ao abono de diaria igual a que percebem os officiaes que exercem essa commissão.	79
N. 89 — Declara ter sido alterada a tabella da quantidade e qualidade dos generos para alimentação de animais no corrente anno, approvada por aviso de 21 de dezembro de 1907.	80
N. 90 — Indefere um requerimento pedindo gradação no posto immediato.	80
N. 91 — Manda declarar que para o abono de ajuda de custo a official seja somente considerado o ponto de destino para o respectivo ajuste de contas.	85
N. 92 — Manda que se abone a um official o seu soldo de capitão desde 2 de outubro de 1895, em que se apresentou à nossa legação em Buenos Aires, além dos vencimentos a que haja feito jus e não se lhe tenha pago por força das restricções postas nos decretos legislativos ns. 310, de 1895 e 533, de 1898.	85
N. 93 — Indefere um requerimento pedindo ser contado, como tempo de praça, o periodo comprehendido entre 2 de setembro de 1897 e 3 de abril de 1899.	90
N. 94 — Defere um requerimento pedindo concessão do soldo vitalicio creado pelo decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado.	95
N. 95 — Resolvendo sobre um requerimento, declara que o art. 20 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1905, não pôde deixar de ser applicado, paguem-se ou não os vencimentos em ouro, e bem assim que o pagamento, nos termos do art. 73, só pôde ser feito quando o orçamento consigna verba para esse fim.	98
N. 96 — Defere o requerimento de um 1º tenente do Exercito pedindo reconsideração do acto presidencial de 13 de julho de 1900, que o mandou aggregar à arma de infantaria.	99
N. 97 — Declara que as praças que concluirem seu tempo de serviço devem receber as suas excusas com as cadernetas de que trata o regulamento para o sorteio militar, e somente estas as que servirem como voluntarios de manobras e especiaes.	105
N. 98 — Declara que aos secretarios das juntas de alistamento militar compete fazer a escripturação dos respectivos trabalhos e que os livros necessarios serão adquiridos administrativamente pelos commandos dos districtos militares por conta do credito aberto por decreto n. 7.090, de 27 de agosto findo.	105
N. 99 — Manda contar pelo dobro o tempo de serviço dos officiaes e praças embarcados durante a revolta de 6 de setembro de 1893 em navios de guerra.	106
N. 100 — Declara que os instructores de institutos do ensino onde for obrigatoria a instrucção militar não fazem serviço de escala; podendo, porém, servir como taes em mais de um estabelecimento, desde que não fique prejudicada a regularidade da instrucção.	106
N. 101 — Declara que as sociedades incorporadas à Confederação do Tiro Brasileiro não serão satisfeitos pedidos de armamento e munição, sem que previamente mencionem o numero de armas já fornecidas, o « stock » de munição, as datas dos respectivos fornecimentos e o numero de socios.	107
N. 102 — Indefere um requerimento pedindo contagem de antiguidade de 7 de novembro de 1890.	107
N. 103 — Defere um requerimento de um major graduado pedindo a effectividade no mesmo posto, a contar de 5 de agosto ultimo.	112
N. 104 — Indefere um requerimento sobre collocação no Almanak do Ministerio da Guerra.	117

- N. 105 — Declara que podem ser aceitos como voluntários por tres annos alguns voluntarios de manobras ultimamente dispensados do serviço, em virtude do determinado em aviso n. 1.437, de 1 do corrente, observadas as disposições do art. 197, do regulamento para o alistamento e sorteio militares. 124
- N. 106 — Resolve sobre si o official licenciado para tratamento de saúde perde a gratificação de posto; e como deve proceder a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra relativamente aos descontos do official que consigna a dita gratificação 124
- N. 107 — Declara que a officiaes e praças do Exercito só é lícito o uso de medalhas de bons serviços militares, humanitarias ou outras creadas ou autorizadas por acto do Governo. 125
- N. 108 — Declara que a officiaes e praças do Exercito só é lícito o uso de medalhas de bons serviços militares, humanitarias ou outras creadas ou autorizadas por acto do Governo. 126
- N. 109 — Resolve sobre ser applicavel a disposição do art. 99 da lei n. 1.800, ás praças do Exercito presas, cumprindo sentença, sujeitas a conselhos de investigação ou de guerra, ou tendo de responder no fóro civil, e que aos presos cuja prisão preventiva ou definitiva exceder de 25 dias o corpo respectivo fornecerá os artigos indispensaveis de asseio. 126
- N. 110 — Declara que um inspector de alumnos do Gymnasio Pio-Americano não pode gosar das vantagens conferidas aos ex-alumnos de estabelecimentos de ensino onde for obrigatoria a instrução militar 127
- N. 111 — Resolve sobre o facto de ter sido rescindido um contracto para ensaiador de banda de musica, e declara que o inicio da execução dos contractos deverá ser precedido da comunicação relativa á approvação de taes contractos 128
- N. 112 — Approva a deliberação do conselho de compras do 2º districto militar sobre typos de calçado apresentados pelos proponentes na concorrência allí effectuada, e declara que, sempre que houver protesto, deverá elle constar da acta respectiva. 128
- N. 113 — Resolve sobre o pedido de um official, de pagamento de vencimentos relativamente ao tempo em que respondeu a conselho de guerra 129
- N. 114 — Declara não estarem comprehendidos na disposição do art. 145 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, os chefes de estabelecimentos commerciaes, industriaes e agricolas a quem forem distribuidas listas de recenseamento, pelo facto de não restituirem completas taes listas. 133
- N. 115 — Declara revogado o aviso de 4 de maio de 1907, á Intendencia Geral da Guerra, na parte relativa a abono de meia etapa ou ração de etapa ás familias de praças, separadas daquellas para a marcha em diligencia, e ás mães, viúvas ou solteiras, quando pelas mesmas praças soccorridas e alimentadas. 134
- N. 116 — Resolve sobre si os filhos de militares e os militares que servem e serviram no Exercito e na Armada por mais de tres a seis annos podem ser dispensados do sorteio militar. 135
- N. 117 — Declara que os instructores militares dos estabelecimentos de ensino deverão sempre declarar o numero e systema de armas já fornecidas, etc. e remetter os seus pedidos por intermedio dos commandos de districtos respectivos 136
- N. 118 — Fixa o contingente de praças para preencher os claros do Exercito activo em 1909 e que deve ser fornecido pelos Estados e Districto Federal 136

- N. 119 — Manda declarar ao reitor do Gymnasio de S. Bento, no Estado de S. Paulo, que, não estando ainda installadas as inspecções permanentes, deverá elle requisitar do Ministerio da Guerra a nomeação do respectivo instructor militar, podendo indicar o nome do official e que podem ser nomeados officiaes reformados para o logar em questão, não percebendo, por este ministerio, outras vantagens que não as da reforma 137
- N. 120 — Concede licença à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico para a construcção de um desvio morto no Leme, parte do qual se acha em terreno que interessa ao Ministerio da Guerra 138
- N. 121 — Resolve sobre o modo de conciliar o disposto no art. 43 do decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, com a portaria do Ministerio da Guerra, de 25 de abril de 1907, dirigida à Delegacia Fiscal de Matto Grosso. 139
- N. 122 — Declara que o art. 193 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, sendo a reproducção do art. 99 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, tem applicação aos alumnos da Escola de Guerra, que são praças do Exercito. 140
- N. 123 — Declara approved o termo de contracto celebrado com a Empresa Luz Electrica Jaguareense, para fornecimento de illuminação electrica ás dependencias do quartel do 2º regimento de cavallaria, que deveria ser contado de 27 de junho findo, e não de 1 de janeiro anterior, recommendando que não se reproduza factio identico 140
- N. 124 — Declara approved o emprestimo feito pelo commandante do 6º districto militar, ao Gymnasio do Estado do Rio Grande do Sul, de cinturões, guarda-fechos eapparelhos de limpeza para serem utilizados na instrucção dos respectivos alumnos; e recommenda serem submittidos á consideração do Ministerio da Guerra pedidos feitos pelos institutos de ensino onde for obrigatoria a instrucção militar. 141
- N. 125 — Recommenda a remessa até 31 de janeiro proximo das informações que têm de servir de base ao relatório do Ministerio da Guerra 141
- N. 126 — Declara que os engajamentos e reengajamentos de praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, serão contados das datas dos mesmos, desde que não tenha havido interrupção 142
- N. 127 — Declara que aos voluntarios que solicitarem devolução dos documentos juntos ao processo de habilitação ao soldo vitalicio poderão ser entregues somente os desnecessarios á elucidación dos processos 142
- N. 128 — Manda declarar em ordem do dia que, para evitar delongas prejudiciaes ao serviço os requerimentos sobre restituição de quantias depositadas como caução, para garantia de assignaturas de contractos, deverão ser dirigidos á repartição ou estabelecimento que abriu a concorrência 143
- N. 129 — Manda declarar ao commandante do 4º districto militar que os alistados para o serviço militar deverão ser inscriptos, procedendo a junta com relação ás idades de accôrdo com o art. 86 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo. 143
- N. 130 — Indefere um requerimento reclamando contra a collocação mandada dar a um official do Exercito no Almanak do Ministerio da Guerra pelo decreto de 31 de outubro de 1907 144

	Pags.
N. 131 - Declara que os pharmaceuticos do Exercito em serviço nos hospitaes e enfermarias militares não têm direito á ração de que trata o art. 69 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, podendo tomar as refeições em suas residencias	147
N. 132 - Designa as sedes das inspecções permanentes e das brigadas estrategicas	147
N. 133 - Expede instrucções para a organização e installação das novas unidades do Exercito	148
N. 134 - Declara que as provas para isenção do serviço militar deverão ser constituídas por justificações perante a autoridade local competente e produzidas de accordo com a legislação commum	157
N. 135 - Manda providenciar sobre as localidades em que sejam aquartelados os corpos da 9ª região de inspecção	157
N. 136 - Indeferem um requerimento pedindo reconsideração de despachos anteriores sobre antiguidade de posto a contar de 31 de maio de 1901	158
N. 137 - Declara que a promoção a coronel por antiguidade deverá tocar ao que for mais antigo como tenente-coronel, independentemente da arma em que tiver sido collocado provisoriamente, si esse official pertenceu ao extinto corpo de estado-maior do Exercito e em cada arma ao tenente-coronel que effectivamente a ella pertence, tendo em vista sua antiguidade.	162
N. 138 - Autoriza o abono de gratificação de funcção a cada um dos commandantes das companhias regionaes do Acre, Purús e Juruá, sendo considerado o commando de companhias regionaes como de guarnição de 3ª ordem	162
N. 139 - Declara emancipadas, para o regimen civil, as colonias militares de Chapeão e Chopim	162
N. 140 - Resolve que seja contada antiguidade, para todos os effectos de 14 de dezembro de 1900, a um major do extinto corpo de estado-maior do Exercito, porquanto teve transferencia como capitão para o mencionado corpo e accesso ao posto immediato de accordo com os preceitos legais	164
N. 141 - Manda declarar, por telegramma, ter sido sancionada por decreto n. 2.013, de 9 do corrente, a resolução do Congresso Nacional dispondo sobre juntas de sorteio militar	169
N. 142 - Defere um requerimento, pedindo graduação do posto de major, de um capitão reformado do Exercito	169
N. 143 - Declara que o estrangeiro eleitor, sendo considerado brasileiro, está sujeito ao serviço militar, de accordo com os arts. 1º e 9º da lei do alistamento e sorteio militares e 133 do respectivo regulamento.	170
N. 144 - Declara que os voluntarios especites são alistados de accordo com o disposto no art. 67 do regulamento de 8 de maio ultimo, ficando addidos ao corpo em que se alistam ou licenciados; e que os voluntarios para manobras só ficam sujeitos áquelle recrutamento depois de preenchidas as formalidades exigidas pelo § 6º do art. 65 do regulamento do alistamento e sorteio militares	171
N. 145 - Manda declarar que os generaes e coroneis de que trata o art. 1º do decreto legislativo n. 2.013, de 9 do corrente, podem ser effectivos ou reformados	172
N. 146 - Fixa prazo para o funcionamento na Escola de Artilharia e Engenharia dos 3º, 1º e 2º annos, não sendo permittido a nenhum alumno repetir cadeira ou aula	172

N. 147 -- Declara ficarem pertencendo ás 12 ^a e 13 ^a regiões de inspecção as unidades abaixo mencionadas	173
N. 148 -- Declara não ter direito a ajuda de custo um official do Exército, visto que tal vantagem se dá a officiaes nomeados para exercer commissões que importem em mudança de residencia, para primeiro estabelecimento em terra.	174
N. 149 -- Declara que o cavallo de montada de official pôde ser forrageado pelo corpo, contanto que o numero de animais em cada um delles não exceda do marcado no aviso n. 1.668, de 28 de agosto de 1907.	175
N. 150 -- Manda declarar aos commandantes de districtos militares que os inspectores permanentes devem designar o presidente provisório das juntas de revisão e alistamento militares, ate que, reunidas, estas procedam á respectiva eleição	175
N. 151 -- Declara que os artigos que tiverem de ser importados com destino as diversas repartições da Guerra deverão vir a ellas consignados, sem o que não poderão obter o respectivo despacho, livre de direitos, quando requisitado.	179

MINISTERIO DA GUERRA

N. 1 — EM 8 DE JANEIRO DE 1908

Declara que aos veterinários do Exército não competem as vantagens estipuladas no aviso n. 69, de 8 de janeiro do anno findo, em relação aos officiaes.

Ministerio da Guerra — N. 12 — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1908.

Em solução ao telegramma do commandante do 5º districto militar, que acompanhou o officio dessa repartição n. 1.235, de 25 de novembro ultimo, e em que o referido commandante consulta si o disposto no aviso n. 69, de 8 de janeiro do anno findo, aproveita aos veterinarios dos corpos montados, vos declaro, para os fins convenientes, que a providencia adoptada no citado aviso só o foi em relação aos officiaes do Exército, pelo que, não se considerando como taes os veterinarios, a elles não competem as vantagens alli estipuladas.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 2 — EM 18 DE JANEIRO DE 1908

Declara que as praças presas para sentenciar não tem direito a pagamento de peças de fardamento, do que não cogitou a tabella de distribuição, salvo sendo absolvidas, ou delle precisando para uniformizar-se.

Ministerio da Guerra — N. 51 — Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1908.

O soldado do corpo de transporte Francisco Florentino Ezequiel, preso na fortaleza de Santa Cruz, á barra desta cidade, pede despacho do requerimento de 27 de agosto de 1906, sobre o pagamento de peças de fardamento a que se julga com direito.

Não cogitando a tabella de distribuição de fardamento do caso de que se trata, pois só se refere áquelle em que sendo a praça presa para sentenciar é absolvida, facto que não se dá com o requerente, mandae publicar em ordem do Exército, que a todas as praças nas condições do peticionario não se deverá pagar em especie nem passar título de dívida de qualquer peça de fardamento, seja qual fôr o motivo que determine o seu não recebimento, a não ser que delle precise para uniformizar-se.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 3 — EM 22 DE JANEIRO DE 1908

Declaro que um official do Exército, achando-se exercendo um cargo não militar com permissão do Governo, não pôde ser chamado a quartel pelo commandante do districto.

Ministerio da Guerra — N. 84 — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1908.

Em solução ao officio que acompanhou o vosso de 11 do corrente, sob n. 96, no qual o commandante do 1º districto militar, tratando do facto de ter embarcado para a Europa o major do corpo de engenheiros Coriolano de Carvalho e Silva, intendente da Camara Municipal de Manaus, sem participar ao respectivo commando, consulta si deve publicar editaes chamando o referido official a apresentar-se, sob pena de passar a desertor ou que procedimento deve ter, vos declaro, para que o faças constar ao mesmo commandante, que achando-se o alludido major exercendo um cargo não militar, com permissão do Governo, não pôde o referido commandante chamá-lo a comparecer no quartel, por isso que se acha em vigor aquella permissão, que só poderá ser cassada pelo Governo.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 4 — EM 24 DE JANERO DE 1908

Indefere os requerimentos de officiaes do Exército pedindo contagem, pelo dobro, de tempo de serviço, visto terem durante esse tempo recebido vencimentos de campanha.

Ministerio da Guerra — N. 95 — Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1908.

Tendo o 1º tenente João Samuel Mundim, os 2ºs tenentes José Lourenço da Silva Junior e Idalino Lins e o 1º sargento Raymundo Candido do Rego Barros, baseando-se nas disposições

dos avisos ns. 1.560 e 1.818, de 31 de julho e 28 de setembro do anno findo, pedindo que se lhes mandem contar pelo dobro, os periodos decorridos de 6 de setembro de 1893 a 14 de dezembro de 1894, quanto ao primeiro, de 13 de março a 15 de novembro de 1894, quanto ao segundo, de 13 de março a 30 de setembro do referido anno, quanto ao terceiro, e de 1 de maio de 1904 a 23 de dezembro de 1905, quanto ao ultimo, visto terem durante esses periodos recebido vencimentos de campanha, vos declaro, para os fins convenientes, que indefiro essas pretensões, porquanto as disposições dos citados avisos só se applicam aos officiaes e praças do Exército, que fizeram parte da expedição que marchou para o Estado de Matto Grosso, sob o commando do general de brigada Emygdio Dantas Barreto, em 1906.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 5 — EM 25 DE JANEIRO DE 1908

Declara que todo o fardamento das praças do Exército deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadrões e baterias, e não propriedade das mesmas praças.

Ministerio da Guerra — N. 49 — Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que todo o fardamento das praças do Exército deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadrões e baterias e não propriedade das mesmas praças, cessando assim os titulos de divida do valor do fardamento não abonado na devida época.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

— Communicou-se ao Estado Maior do Exército.

N. 6 — EM 27 DE JANEIRO DE 1908

Declara que para as manobras a se realizarem na séde do 6º districto militar bastará que para director geral de artilharia seja nomeado um official superior, com um capitão como adjunto, estabelecendo outras disposições.

Ministerio da Guerra — N. 120 — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1908.

Em solução ao officio n. 1.033, que o commandante do 6º districto militar vos dirigiu em 6 de novembro ultimo, pro-

pondo officiaes para servirem nas manobras a se realizarem na séde daquelle districto, vos declaro, para os fins convenientes, que, não detalhando os arts. 39 e 40 do regulamento de campanha a composição das direcções de artilharia, bastará que para director geral de artilharia seja nomeado um official superior, dando-se-lhe um capitão para adjunto, nomeando-se tres entres officiaes superiores para directores junto a cada uma das divisões.

Declaro-vos, outrossim, que se poderá autorizar o referido commandante a designar tres dos capitães já escalados para o serviço de intendencia nas tres divisões, distribuindo-se os oito restantes pelo corpo do exercito e divisões, como preveem os arts. 16, 21 e 22 do citado regulamento, destacando-se dessas grandes unidades officiaes do estado-maior para as brigadas, sómente quando operarem isoladamente, como consigna o paragraho unico do art. 69 do mesmo regulamento.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 7 — EM 27 DE JANEIRO DE 1908

Resolve sobre qual o valor da ferragem, no actual semestre, para os animaes em serviço na commissão estrategica de Iguassu' e na colonia militar de Chopim e declara que animaes occupados em diversos serviços devem ser forrageados á custa dos cofres publicos, com milho, na proporção de tres kilogrammas por dia e por animal.

Ministerio da Guerra — N. 51 — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1908.

Em solução ao telegramma que vos dirigiu o commandante do 5º districto militar, e que acompanhou o vosso officio n. 26, de 9 do corrente, consultando qual o valor da ferragem, no actual semestre para os animaes em serviço na commissão da estrada estrategica de Iguassu' e na colonia militar de Chopim, vos declaro, para que o façaes constar áquelle commandante, que o valor, quanto á mencionada commissão, está dependendo do preço, já pedido, dos cravos ou do custo de quatro ferraduras collocadas em um cavallo ou muar, e que, relativamente á alludida commissão, torna-se igualmente necessaria a remessa do preço das ferraduras, cravos e kilogramma de carvão de forja ou de quatro ferraduras postas em cada animal.

Por esta occasião, vos declaro, para os fins convenientes, que os animaes em serviço na linha telegraphica de Matto Grosso ao Acre, fabrica de polvora sem fumaca, estrada estrategica para a foz do Iguassu', estrada estrategica para

Palmas, sanatorio militar em Campos do Jordão, linha telegraphica do Rio Grande do Sul, estrada de ferro de Cruz Alta e colonias militares, só devem ser forrageados á custa dos cofres publicos, com milho, na proporção de tres kilogrammas por dia e por animal.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

— Fizeram-se as devidas communicações.

N. 8 — EM 28 DE JANEIRO DE 1908

Manda declarar não poder effectuar-se o pagamento do soldo de inactividade a um pharmaceutico reformado do Exercito, sem a exhibição da respectiva patente.

Ministerio da Guerra — N. 1 — Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Sergipe, em resposta ao seu telegramma de 17 de dezembro findo, que não pôde effectuar o pagamento do soldo de inactividade ao 1º tenente pharmaceutico de 4ª classe reformado do Exercito Cicero Terencio de Mattos Pinto, sem a exhibição da respectiva patente, accrescendo que as circulares do Ministerio da Fazenda ns. 15 e 25, de 28 de fevereiro e 7 de abril de 1902 terminantemente prohibe ás delegacias fiscaes fazer qualquer despesa para a qual não tenha sido concedido credito préviamente registrado pelo Tribunal de Contas, procedendo-se assim porque a creação desse tribunal, pelo art. 18 do decreto n. 1.166, de 17 de dezembro de 1892, com a sua reorganização pelo de n. 392, de 8 de outubro de 1896, e consequente regulamentação pelo de n. 2.409, de 23 de dezembro seguinte, ficaram revogadas todas as disposições anteriormente em vigor, permitindo despesas de natureza de que trata o alludido telegramma que é a mesma a que allude o aviso n. 230, de 16 de abril de 1878, do referido Ministerio.

Hermes R. da Fonseca.

N. 9 — EM 31 DE JANEIRO DE 1908

Manda declarar que na palavra — pensão — mencionada no § 2º do art. 1º do decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado, estão comprehendidos o soldo dos reformados e o vencimento dos aposentados.

Ministerio da Guerra — N. 3 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Florianopolis, em solução á consulta que fez em telegramma de 27 do mez findo, que na palavra — pensão — mencionada no § 2º do art. 1º do decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado, estão comprehendidos o soldo dos reformados e o vencimento dos aposentados, quer percebam pelos cofres federaes, quer pelos estaduaes ou municipaes.

Hermes R. da Fonseca.

N. 10 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que só os commandantes de districtos e de guarnições podem fazer uso do telegrapho, devendo os de unidades recorrer áquelles para obterem ou darem informações de character urgente.

Ministerio da Guerra — N. 162 — Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1908.

De accôrdo com o que informaes em officio n. 170, de 21 do mez findo, sobre o officio em que o commandante do 2º districto militar communica haver o Telegrapho Nacional recusado acceitar telegrammas firmados pelos commandantes dos corpos da guarnição do Recife, declaro-vos, para os fins convenientes, que só os commandantes de districtos e de guarnições podem fazer uso do telegrapho, devendo os de unidades recorrer áquelles para obterem ou darem informações de character urgente.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 11 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que, visto serem praças de pret os aspirantes a official só podem continuar nas fileiras do Exercito mediante engajamento.

Ministerio da Guerra — N. 175 — Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1908.

De posse de vosso officio n. 4.284, de 16 de dezembro ultimo, e demais papeis que o acompanham e referentes ao engajamento que pede o aspirante a official Clito Castorino de Faria, declaro-vos, para os fins convenientes, que, visto serem praças de pret os aspirantes a official, só podem continuar nas fileiras do Exercito mediante engajamento.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 12 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1909

Declara que as praças transferidas para o Asylo de Invalidos da Patria, por haverem sido admittidas no Hospicio Nacional de Alineados, depois de restabelecidas da molestia que determinára essa admissão, deverão regressar a seus corpos.

Ministerio da Guerra — N. 192 — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1908.

De posse de vosso officio n. 161, de 20 do mez findo, referente ao soldado do 20º batalhão de infantaria André Pereira do Nascimento, transferido para o Asylo de Invalidos da Patria por haver sido admittido no Hospicio Nacional de Alienados e actualmente restabelecido da molestia que determinou essa admissão, declaro-vos que as praças em condições identicas ás de que se trata deverão regressar a seus corpos quando restabelecidas.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 13 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1908

Em resposta a uma consulta, declara que, desde 1891 está suspensa a execução do posto medico, a que se refere a primeira parte da consulta; que a segunda parte fica prejudicada com a solução dada á primeira; que deve ser fielmente cumprido o determinado no § 21 do art. 83 do actual regulamento para o serviço interno dos corpos.

Ministerio da Guerra — N. 187 — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1908.

O tenente-coronel medico de 2ª classe do Exercito Dr. Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, delegado da Direcção Geral de Saude junto ao commando do 2º districto militar, consulta :

1.º O regulamento para o serviço interno dos corpos do Exercito, publicado no anno passado, revoga, no art. 55, § 12, o art. 62 do regulamento de 7 de abril de 1890 ?

2.º Uma autoridade militar póde, *motu proprio*, alterar as disposições de um regulamento de outra autoridade de hierarchia superior á sua ?

3.º A pharmacia militar deve continuar a aviar receitas passadas para pessoas das familias das praças de pret. sem estarem revestidas das formalidades determinadas no § 21, art. 83 do actual regulamento para o serviço interno dos corpos?

Em solução a tal consulta, que acompanhou o officio que, sob n. 495, vos dirigiu em 10 de agosto ultimo o commandante do dito districto, vos declaro para os fins convenientes :

1.º, que desde 1891 está suspensa a execução do posto medico a que se refere a primeira parte da consulta, visto que os regulamentos de 23 de maio de 1891 e 10 de agosto de 1906, para o serviço interno dos corpos, estabelecem doutrina contraria ao que está previsto nos arts. 62 e anteriores 59 e 60 do regulamento do Corpo de Saude, de 7 de abril de 1890 ;

2.º, que a segunda parte fica prejudicada com a solução dada á primeira ;

3.º, que deve ser fielmente cumprido o que determina o § 21 do art. 83 do actual regulamento para o serviço interno dos corpos, e que, em qualquer outra hypothese, devem ser responsabilizados os que incidirem na falta dahi resultante.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 14 — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que não se deve abonar fardamento a um inferior que, tendo concluído o tempo em que era obrigado a servir, ainda não teve baixa do serviço do Exército, por estar paralytico.

Ministerio da Guerra — N. 75 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1908.

Declarae ao commandante do 4º districto militar, em solução ao seu officio n. 659, de 24 de dezembro ultimo, annexo ao vosso de n. 31, de 11 de janeiro seguinte, que ao forriell do 13º batalhão de infantaria José André de Souza, addido ao 28º da dita arma, o qual concluiu o tempo em que era obrigado a servir e ainda não teve baixa do serviço do Exército por estar paralytico, não se deverá abonar fardamento em vista do disposto na 9ª observação da tabella n. 1, em vigor, e no estabelecido no aviso de 21 de junho de 1904 ao chefe do Estado Maior do Exército, porquanto, não prestando serviço a dita praça, por ser considerada doente no quartel, não precisa de fardamento, sendo que, si fôr incluída no Asylo de Invalidos da Patria, receberá o de asylo.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 15 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que ás praças nas condições das de que trata a lei n. 1.598, de 19 de dezembro de 1906, se abonará unicamente a importancia das peças de fardamento a que se refere a tabella n. 3 em vigor porque em caso contrario, ficarão prejudicados os inferiores, e que não se deverá passar titulo de dívida de peças de fardamento não recebidas por qualquer circumstancia.

Ministerio da Guerra — N. 233 — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1908.

Tendo o capitão do 28º batalhão de infantaria José do Prado Sampaio Leite, consultado si, em vista do disposto no art. 4º da lei n. 1.598, de 19 de dezembro de 1906, o qual dá ás praças que, findo o tempo de serviço, continuarem, sem interrupção nas fileiras, com engajamento por um ou mais annos, o direito de receber a importancia em dinheiro das peças de fardamento que se abonam aos recrutas no ensino, e no aviso n. 227, de 27 de março de 1907, que manda adoptar para as praças de pret, com excepção dos inferiores, o uniforme proposto para faxinas e exercicio sem armas, composto de gorro

redondo, blusa, gandola e calça de ganga azul, deverá aquella importancia ser augmentada do valor destas tres peças, declaro-vos, para que o publiqueis em ordem do dia dessa repartição, que ás praças, nas condições de que trata a citada lei, se abonará unicamente a importancia das peças de fardamento a que se refere a tabella n. 3, em vigor, porque, em caso contrario, ficarão prejudicados os inferiores.

Outrosim, vos declaro que pelo mesmo motivo não se deverá passar titulo de divida da importancia das peças desse fardamento, que, por qualquer circumstancia, não forem recebidas, ficando consideradas como distribuidas gratuitamente.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

— Communicou-se á Intendencia Geral da Guerra.

N. 16 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1908

Responde a uma consulta sobre toques de corneta e sobre assistencia de perto ás paradas das guardas.

Ministerio da Guerra — N. 246 — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1908.

O 1º tenente Luiz Mesquita e o 2º tenente Cid Carneiro da Franca, do 28º batalhão de infantaria, consultam :

1º, si em horas, que não as do expediente ordinario, o fiscal ou o ajudante podem, sem prévia sciencia ou aviso do official de estado maior, mandar fazer qualquer toque de corneta ;

2º, si o official que entra em serviço de estado maior deverá assistir de perto á parada das guardas ou si ha inconveniente em cumprir esse dever de uma das janellas do quartel.

Em solução a taes consultas, que acompanharam o officio do commandante do 4º districto militar, annexo ao vosso de n. 180, de 22 do mez findo, declaro-vos, para os fins convenientes :

1º, que, competindo ao fiscal mandar executar os toques especiaes para as formaturas geraes e os que deverão partir da casa da ordem, para o que terá ás ordens um corneta (art. 30 § 14 do regulamento para o serviço interno dos corpos do Exercito, em vigor, provisoriamente), é obvio que, mesmo fóra das horas do expediente, poderá elle, estando no quartel, realisar a competencia que lhe é conferida sobre aquelles toques, dos quaes o official de estado maior terá aviso, pela repetição

que fará o corneta á sua disposição (art. 127 do citado regulamento), não sendo da attribuição do ajudante mandar executar toques, salvo os da parada interna, como determina o art. 132 do regulamento em questão, por cuja exactidão de hora é responsavel ;

2º, que o official que entra para o serviço de estado maior ao corpo deverá assistir á parada na praça da formatura.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 17 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1908

Recommenda não se dever tornar effectiva compra alguma, sem preceder nota da Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, para o devido pagamento, observando-se os preceitos indicados em seguida.

Ministerio da Guerra — N. 91 — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos que, no intuito de evitar-se que os creditos para as despesas com o material adquirido por essa Intendencia sejam excedidos, não se deverá tornar effectiva compra alguma, sem preceder nota da Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, para o devido pagamento, tendo-se em vista o vosso parecer e os preceitos seguintes :

1º, ficará creado na dita direcção um livro auxiliar, destinado ao registro prévio da despesa, com os titulos : Existente — Reservado — Applicado — Não utilizado ;

2º, sempre que a compra se referir a contracto de artigos aceitos pelo conselho de compras, a 1ª secção da referida direcção ao informar os papeis relativos á concorrência, verificará na 2ª secção si ha credito para occorrer á despesa, mencionando a quantia necessaria, sendo que, depois da approvação da concorrência e na volta dos papeis, notar-se-ha a respectiva despesa na columna denominada — Reservado ;

3º, si porventura houver rescisão de contracto ou a compra não se tornar effectiva por qualquer causa, annullar-se-ha a despesa, escripturando-a na columna — Não utilizado ;

4º, si os artigos fizerem parte de conselhos semestraes ou tiverem de ser adquiridos pela agencia de compras, essa intendencia, antes de fornecel-os, enviará, com a maior urgencia possivel, o pedido com os respectivos preços áquella direcção, que, por sua vez, dirá immediatamente si ha credito reservando-o logo, no caso affirmativo ;

5º, essa intendencia fornecerá então os artigos, no caso de estar a compra nos limites de sua autoridade, ou solicitará

autorização do Governo, declarando haver credito para a despesa, conforme a nota da direcção acima indicada, sendo que si a aquisição do material não fôr effectuada, deverá a repartição a vosso cargo dar sciencia a esta direcção.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

— Expediu-se aviso á Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

N. 18 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1908

Torna responsaveis os chefes de repartições ou estabelecimentos subordinados ao Ministerio da Guerra pelas despesas excedentes dos creditos concedidos pelo Congresso Nacional ou por ordens do Governo, como as que se referem a obras e despesas miudas.

Ministerio da Guerra — Circular — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos que, no caso de autorização por essa repartição ou estabelecimento de despesas por conta de verbas concedidas pelo Congresso Nacional ou por ordem do Governo, como as que se referem a obras e despesas miudas, sereis responsavel pelas que excederem dos creditos dados, nos termos do disposto nos arts. 14 do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, e 31 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 19 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1908

Autoriza o commandante do Asylo de Invalidos da Patria a conceder baixa do serviço ás praças que, ali incluídas, forem julgadas incapazes para o serviço do Exército, depois de obterem alta do Hospício Nacional de Alienados.

Ministerio da Guerra — N. 272 — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos, em additamento ao aviso que vos dirigi em 28 de janeiro findo, sob n. 128, que fica o commandante do Asylo de Invalidos da Patria autorizado a conceder baixa do serviço ás praças que, tendo sido alli incluídas de accôrdo com o disposto no aviso de 5 de maio de 1897, forem julgadas incapazes para o serviço do Exército, em inspecção de saude, depois de obterem alta do Hospício Nacional de Alienados.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 20 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1908

Resolve sobre qual procedimento que se deve ter com relação a abono de vencimentos a dous guardas de artilharia e deposito, transferidos para a Intendencia Geral da Guerra com procedencia do Arsenal de Guerra desta Capital.

Ministerio da Guerra — N. 92 — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1908.

Em vosso officio n. 49, de 18 de janeiro findo consultaes qual o procedimento que se deve ter com relação ao abono de vencimentos aos dous guardas de artilharia e deposito, que, em virtude do dispositivo do aviso n. 702, de 12 de dezembro de 1903, foram transferidos para essa repartição, com procedencia do Arsenal de Guerra desta Capital.

Em solução a essa consulta, vos declaro que não se trata de empregados de uma repartição extinta e que fossem mandados addir a essa Intendencia para serem aproveitados nas vagas que ali occorressem posteriormente, e sim da transferencia de serviços de uma repartição para outra, acompanhando-os tambem os empregados que os desempenhavam. Que sendo essa Intendencia e o Arsenal de Guerra independentes um do outro, tendo cada um o seu regulamento privativo, o pessoal destacado deste estabelecimento o foi por conveniencia do serviço, passando, portanto, em vista da nova organização, a servir ali inteiramente sujeito aos onus e gosando das regalias do respectivo regulamento, accrescendo a circumstancia de poder ser transferido de um deposito para outro, ao arbitrio do chefe dessa repartição.

Outrosim, vos declaro, em solução á mesma consulta, que a dispisição do decreto n. 1.849, de 2 de janeiro findo, fixando nova tabella para os guardas e fieis dessa Intendencia, comprehende todos os guardas e fieis constantes da tabella organimentaria, onde estão incluidos os de que se trata.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 21 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo reversão para a arma de artilharia de um 1º tenente aggregado á de infantaria, sendo o seu nome collocado no cimentos a dous guardas de artilharia e deposite transferidos para a Intendencia da Guerra entre os dos 1ºs tenentes daquela arma,

Ministerio da Guerra — N. 281 — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1908.

O 1º tenente aggregado á arma de infantaria José Ignacio da Cunha Rasgado, transferido, a seu pedido, para a arma de infantaria, em 5 de fevereiro de 1898, sem perda de antiguidade, e posteriormente aggregado á dita arma sem vencer

antiguidade, considerando-se sua transferencia nas condições do art. 6º da lei n. 1.143, de 11 de setembro de 1861, em vista das resoluções de 1 de junho e 13 de julho de 1900, tomadas sobre consultas do Supremo Tribunal Militar de 14 de maio e 2 de julho daquelle anno, pediu reverter á arma de artilharia, sendo seu nome collocado no Almanak do Ministerio da Guerra entre os dos 1ºs tenentes desta arma.

O Sr. Presidente da Republica, discordando do parecer do referido Tribunal, exarado em consulta de 30 de dezembro findo, resolveu, em 7 do corrente, que, sendo a reclamação do requerente apresentada muitos annos depois de collocado o seu nome no mencionado almanak como aggregado, em virtude daquelle resolução, não pôde ser attendida, o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

—

Consulta a que se refere o aviso supra

Sr. Presidente da Republica — Este tribunal, dando cumprimento á vossa ordem, transmittida pelo Ministerio da Guerra no aviso n. 199, de 21 do corrente mez de dezembro, passa a consultar sobre o requerimento, em que o 1º tenente aggregado á arma de infantaria José Ignacio da Cunha Rasgado pede sua volta para a artilharia, sendo seu nome collocado no Almanak do Ministerio da Guerra, entre os dos 1ºs tenentes desta arma.

A 1ª secção do Estado Maior, depois de dar em resumo o requerimento do 1º tenente Rasgado em sua informação, diz :

« O requerente, sendo alumno da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul, e havendo alli cursado no anno de 1893 as aulas do 4º anno da mesma escola, estudando as ultimas materias, que lhe faltavam para concluir o curso de artilharia pelo regulamento de 1889, deixou, como os outros seus collegas, de prestar os respectivos exames finais, visto ter sido a dita escola mandada fechar, no mez de outubro do mesmo anno, por ordem do Governo.

Considerado desertor por se ter envolvido nos movimentos revolucionarios que assolaram aquelle Estado no anno de 1893, foi annistiado pela lei de 21 de outubro de 1895, e depois dos dous annos passados na reserva imposta pela mesma lei reverteu ao serviço do exercito a 16 de novembro de 1897.

Era então 2º tenente da arma de artilharia e possuia o curso de infantaria e cavallaria, não lhe tendo aproveitado o disposto nos decretos ns. 206, 223 e 263, de 1894, que lhe dariam direito ao curso de artilharia, em face das restricções impostas pela lei de annistia acima. Havendo requerido sua transferencia para a arma de infantaria, sem perda de antiguidade, de accôrdo com a 2ª parte do art. 25 do regulamento de 31 de

março de 1851, lhe foi esta concedida por decreto de 5 de fevereiro de 1898, sendo promovido ao posto de tenente, por estudos, a 19 de janeiro de 1900.

Reclamou, porém, o então alferes João Carlos Formél contra a transferencia do requerente, e de outros da arma de artilharia, visto que estando elles habilitados com o curso de infantaria e cavallaria e não impossibilitados de proseguirem em seus estudos, essa transferencia só podia ser concedida de accôrdo com a lei n. 1.143, de 11 de setembro de 1861, isto é, com perda de antiguidade.

Ouvindo a respeito o Supremo Tribunal Militar, deu este o seu parecer a 14 de maio de 1900, opinando pelo deferimento da pretensão do alferes Formél, com o que se conformou o Sr. Presidente da Republica, em resolução de 1 de junho do mesmo anno (*ordem do dia n. 83, de 25 de junho de 1900*).

Igual parecer deu ainda o referido tribunal, em 2 de julho de 1900, ao requerimento do alferes Paulo Emilio da Silva Souto, parecer com que se conformou o Sr. Presidente da Republica, em 13 de julho do mesmo anno (*ordem do dia n. 88, de 2 de agosto de 1900*), sendo então mandados aggregar, sem vencer antiguidade, o requerente e os tenentes Aristides Olympio Sampaio, Manoel Leonel Coelho Borges e Vital da Silva Cardoso.

Pelo exposto, pensa a secção que si o requerente solicitou sua transferencia da arma de artilharia para a de infantaria, de accôrdo com a 2ª parte do art. 25 do regulmento de 31 de março de 1851, sem perda de antiguidade, e tal transferencia lhe foi concedida, conforme pediu, seria de justiça que esta ficasse sem effeito, voltando elle á sua primitiva arma, desde que a resolução de 13 de julho de 1900, acima citada, o considerou posteriormente nos casos do art. 6º da lei n. 1.143, de 11 de setembro de 1861.

Assim pensando, cabe, entretanto, á secção declarar que, tendo sido o requerente mandado considerar aggregado em julho de 1900, só agora, pela primeira vez, faz sua reclamação a respeito.

Sobre o mesmo assumpto já reclamou por diversas vezes o 1º tenente aggregado Aristides Olympio Sampaio, que se acha em identicas condições, sendo as ditas reclamações indeferidas pelo Ministerio da Guerra. »

O marechal chefe do estado-maior diz que « tendo o requerente sido transferido da arma de artilharia para a de infantaria por decreto de 5 de fevereiro de 1898, sem perda de antiguidade, reclamaram, tempos depois, contra essa transferencia diversos officiaes.

A resolução presidencial de 1 de junho de 1900, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar, determinou que o requerente, não estando impossibilitado de proseguir em seus estudos, só poderia ter sido transferido de accôrdo com o art. 6º da lei n. 1.143, de 11 de setembro de 1861, e assim passou a ser considerada a transferencia do requerente.

Desde, porém, que a clausula da transferencia — sem perda

de antiguidade — consignada no decreto de 5 de fevereiro, acima referido, foi annullada, o requerente não podia permanecer na arma de infantaria, sem declaração de sua parte de aceitar a nova clausula — *com perda de antiguidade*.

Assim, me parece dever o requerente voltar á arma de artilharia e ser collocado no logar que lhe caberia, si nunca houvesse della sahido. »

José Ignacio da Cunha Rasgado era 2º tenente de artilharia, alumno da Escola Militar de Porto Alegre, quando foi ella fechada em outubro de 1893, por ordem do Governo, e por isso deixou de prestar exames finais do anno em que estava matriculado.

Pouco depois envolveu-se nos movimentos revolucionarios occorridos no Estado do Rio Grande do Sul e, tendo sido amnistiado pela lei de 24 de outubro de 1895, passou dous annos na reserva, conforme determinava essa lei, e revertiu ao serviço activo do Exercito a 16 de novembro de 1897; não podendo aproveitar-lhe, á vista das restricções constantes da lei de amnistia, a disposição dos decretos legislativos ns. 206, 220 e 263, de 1894, mandando considerar como approvados os alumnos das escolas militares que houvessem frequentado com aproveitamento as respectivas aulas até 6 de setembro de 1893, resolveu requerer sua transferencia para a infantaria, sem perda de antiguidade, de accordo com a 2ª parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, e o Governo deferiu a petição nesses termos, pelo decreto de 5 de fevereiro de 1898.

Contra essa transferencia e a de outros reclamou o alferes João Carlos Formel, allegando que os transferidos não estavam impossibilitados de concluir o curso de sua arma; e este tribunal tendo sido ouvido sobre a reclamação, foi de parecer que «os officiaes mencionados pelo reclamante, si não estavam inhibidos de proseguir nos estudos, só podiam ser transferidos para a arma de infantaria de accordo com o art. 6º da lei n. 1.143, de 11 de outubro de 1861 ».

O Sr. Presidente da Republica se conformou com esse parecer a 1 de junho de 1900, mas nenhuma providencia foi tomada.

Outra reclamação appareceu assignada, esta pelo alferes Paulo Emilio da Silva Santos; foi de novo ouvido o tribunal e o Governo resolveu, em 13 de julho de 1901, mandar considerar o requerente e seus companheiros como transferidos, nos termos do art. 6º da lei n. 1.143, de 1861, e visto que haviam tido accesso ao posto immediato, mandou aggregal-os no quadro de tenentes de infantaria sem vencimentos de antiguidade, até lhes faltar promoção legalmente.

A transferencia do requerente para a arma de infantaria, sem nenhum prejuizo, de accordo com o disposto na segunda parte do art. 25 do regulamento approvado pelo decreto n. 772, de 1851, e na resolução de 29 de outubro de 1881, não lhe podia ser concedida, mas tambem não podia ser-lhe imposta, como foi, nos termos do art. 6º da lei n. 1.143, de 1861.

O Governo só é autorizado a transferir da arma o official do primeiro posto, na forma do estabelecido na lei de 1861, mediante requerimento.

E o requerente nem consultado foi si acceptava a transferencia com perda de antiguidade.

Reconhecida a illegalidade da transferencia, de accordo com o disposto no regulamento de 1851, annullado, consequentemente, o decreto pelo qual fôra concedida essa transferencia, se devia ordenar a reversão do requerente a arma de artilharia para occupar o logar que lhe competisse, como si não tivesse tido a transferencia concedida pelo decreto de 5 de fevereiro de 1898.

E esse logar era no quadro de 1^{es} tenentes, porque então elle já estava habilitado com o curso de artilharia, em virtude do dispositivo dos decretos legislativos ns. 206, de 26 de setembro, e 220, de 14 de dezembro de 1894, e tinha maior antiguidade que quasi todos os officiaes promovidos a esse posto depois de promulgado o decreto n. 533, de 7 de dezembro de 1898.

Tão illegal foi a transferencia concedida ao requerente sem perda de antiguidade, segundo o decreto n. 772, de 1851, como a que lhe foi imposta nos termos da lei n. 1.143, de 1861.

Esta transferencia deve ser annullada, como foi aquella.

Por esses fundamentos o Supremo Tribunal Militar é de parecer que o requerente José Ignacio da Cunha Rasgado, 1^o tenente aggregado á arma de infantaria, reverta para a de artilharia como effectivo, occupando na escala o logar que lhe couber entre os promovidos a esse posto, nesta arma, depois de promulgado o decreto legislativo de 7 de dezembro de 1898, que mandou «supprimir, para todos os effectos, excepto no que respeita a vencimentos e a promoções effectivas já realizadas, as restricções postas por actos do Poder Legislativo ou Executivo á amnistia concedida pela lei n. 310, de 21 de outubro de 1895».

Acham-se em condições identicas ás do requerente os 4^{os} tenentes Aristides Olympio de Sampaio e Vital da Silva Cardoso, que, como elle, estão aggregados á arma de infantaria desde julho de 1900, sem vencer antiguidade no posto.

O 1^o tenente Manoel Leonel Coelho Borges tambem está aggregado á infantaria desde essa data, sem vencimento de antiguidade: mas não se acha habilitado, como aquelles, com o curso de artilharia.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1907. — *E. Barbosa.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *F. J. Teixeira Junior.* — *Marinho da Silva.* — *L. Medeiros.*

Foram votos os ministros marechaes Rufino Gaivão e Xavier da Camara.

RESOLUÇÃO

Sendo a reclamação do supplicante apresentada muitos annos depois de collocado o seu nome no Almanak da Guerra

Guerra — Decisões de 1908

como aggregado, em virtude da resolução de consulta de 1 de junho de 1900 (publicada em ordem do dia n. 88, de 2 de agosto do mesmo anno), não pôde ser attendida.

Palacio do Governo, 7 de fevereiro de 1908. — AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 22 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que o aviso n. 32, de 21 de janeiro findo, não autorizou as intendencias districtaes a se proverem directamente nos mercados, recebendo da Intendencia Geral armamento, munição, etc., que não possam ser preparados fóra das fabricas e arsenaes militares ou que por seus preços exaggerados não devam ser adquiridos nos mercados dos Estados.

Ministerio da Guerra — N. 96 — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1908.

Em solução á consulta constante do vosso officio n. 83, de 28 de janeiro ultimo, vos declaro que o aviso n. 32, de 21 de janeiro findo, não autorizou as intendencias districtaes a se proverem directamente nos mercados, visto que tal faculdade já lhes fóra attribuida pelo art. 25 das instrucções de 25 de setembro de 1907, limitando-se o referido aviso a supprimir o art. 42 das mesmas instrucções, pelo qual a intendencia do 4º districto militar ficava com attribuições mais restrictas que as dos demais districtos.

Declaro-vos, outrossim, que as intendencias districtaes se deverão supprir directamente de tudo que possam adquirir, nos termos dos regulamentos e instrucções e pelos processos regulamentares, recebendo da Intendencia Geral armamento, munição, equipamento e outros artigos que não possam ser preparados fóra das fabricas e arsenaes militares ou que por serem offerecidos por preços exaggerados não devam ser adquiridos nos mercados dos Estados.

Essa Intendencia, inteirando-se dos processos de fornecimentos das intendencias districtaes e dos respectivos despachos e conhecedora dos resultados das concorrências nos Estados, saberá quaes os artigos cujo supprimento lhe competirá fazer, já pela carencia dos mesmos, já pelos preços elevados pelos quaes são offerecidos naquelles mercados.

Finalmente vos declaro que, tendo de desaparecer essa repartição, com a reorganização do Ministerio da Guerra, se deverá facilitar a descentralização do serviço a essa intendencia, de accôrdo com o plano do Governo.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 23 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que os commandantes de divisões a seu cargo podem dar aos officiaes e praças oito dias de dispensa do serviço, e os de brigada seis dias.

Ministerio da Guerra — N. 310 — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1908.

Em solução ao telegramma que vos dirigiu o commandante do 6º districto militar, em 23 de janeiro findo, tratando da consulta que lhe fez o general de brigada José de Siqueira Menezes, commandante da 1ª brigada de infantaria, sobre o prazo de dispensa de serviço que pôde ser concedido aos officiaes e praças que fazem parte das divisões e brigadas, vos declaro, para os fins convenientes, que os commandantes de divisões podem dar oito dias de dispensa do serviço e os de brigada seis dias.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 24 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que todo o fardamento das praças do Exército deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadrões e baterias, e não propriedade das praças, e que não se deve tirar o direito ao titulo de divida de fardamento que as praças venceram e não receberam até 31 de dezembro de 1907.

Ministerio da Guerra — N. 107 — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1908.

Consta do vosso officio n. 111, de 6 do corrente, haver o capitão do 27º batalhão de infantaria João Carlos Formél consultado si a 10ª observação da tabella n. 1 de distribuição de fardamento, publicada em ordem do dia n. 331, de 15 de fevereiro de 1904, é applicavel às praças que accumulam divida de fardamento no mesmo corpo.

Em solução a essa consulta feita ao commandante do 2º districto militar e por este enviada a essa Intendencia com o officio n. 88, de 18 de janeiro findo, vos declaro, para os fins convenientes, que todo fardamento das praças do Exército deve ser considerado carga das respectivas companhias, esquadrões e baterias e não propriedade das praças.

Declaro-vos, outrossim, que não tendo o aviso n. 49, de 25 de janeiro findo, a que vos referis no vosso citado officio,

effeito retroactivo, não se deve tirar o direito ao título de divida de fardamento que as praças venceram e não receberam até 31 de dezembro de 1907, pelo que se deverá passar título de divida às praças nessas condições das peças de fardamento vencidas até esta data e não recebidas em tempo opportuno.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 25 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara estar resolvida pelo disposto no art. 15 do regulamento para o serviço do Exército em campanha uma consulta do coronel commandante do 32º batalhão de infantaria.

Ministerio da Guerra — N. 300 — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1908.

O coronel commandante do 32º batalhão de infantaria Affonso Firmo Pereira de Mello consulta :

1º, si pôde um tenente-coronel commandar brigada, embora pertença ella á 1ª ou 2ª divisão de infantaria, havendo um coronel no commando de batalhão ;

2º, si pelo facto de não estar prompto o commandante de qualquer brigada, o respectivo commando deverá recahir no official de maior graduação ou no de maior antiguidade, segundo a lei de precedencia.

Em solução á tal consulta, que acompanhou o officio n. 1.229, de 28 de dezembro ultimo, do commandante do 6º districto militar, dirigido a essa repartição, declaro-vos, para os fins convenientes, que se acha ella resolvida pelo disposto no art. 15 do regulamento para o serviço do Exército em campanha, a que se refere o aviso n. 1.108, de 3 de julho de 1905.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 26 — EM 9 DE MARÇO DE 1908

Declara que o § 2º do art. 1º da lei n. 1.687, de 13 de agosto de 1907 se refere unicamente a pensões que dos cofres publicos federaes receberem os habilitados, em attenção aos servicos de guerra.

Ministerio da Guerra — N. 4 — Rio de Janeiro, 9 de março de 1908.

Tendo-se verificado haver equívoco na redacção da portaria n. 3, de 31 de janeiro ultimo, dirigida á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Florianopolis, em resposta á consulta

feita em telegramma de 27 de dezembro anterior, sobre a comprehensão da palavra — Pensão — constante do § 2º do art. 1º do decreto n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, por se ter declarado na citada portaria que naquelle vocabulo se achavam comprehendido o soldo dos reformados e o vencimento dos aposentados, quer percebido pelos cofres federaes, quer pelos estaduais ou municipaes, manda o Sr. Presidente da Republica, por esta Secretaria de Estado, declarar de novo ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Florianopolis, em additamento áquella portaria, para os fins convenientes, que o mencionado § 2º do art. 1º da lei n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, se refere unicamente ás pensões que dos cofres publicos federaes receberem os habilitandos, em attenção aos serviços de guerra.

Hermes R. da Fonseca.

N. 27 — EM 10 DE MARÇO DE 1908

Recommenda dever-se continuar a aceitar voluntarios e engajados, como determina a lei de fixação de forças para o corrente anno, observando-se os tempos de serviço estabelecidos em seguida.

Ministerio da Guerra — N. 389 — Rio de Janeiro, 10 de março de 1908.

O commandante do 5º regimento de cavallaria, por intermedio do commandante do 6º districto militar, consulta si podem ser aceitos voluntarios sem que se conheça préviamente o numero fixado pela dotação organimentaria.

Em solução a essa consulta, transcripta no officio que este commandante vos dirigiu em 8 de janeiro ultimo, sob n. 46, vos declaro, para os fins convenientes, que, de accôrdo com o vosso parecer exarado na informação n. 243, de 28 do dito mez, da repartição a vosso cargo, se deverá continuar a aceitar voluntarios e engajados, como determina a lei de fixação de forças para o corrente anno, observando-se, porém, os seguintes tempos de serviço : para o voluntario tres annos, para os engajados sem interrupção de praça um a dous annos e para as ex-praças dous annos, conforme as instruções para a execução dos arts. 3º e 4º da mencionada lei de fixação.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 28 — EM 10 DE MARÇO DE 1908

Declara que, na falta de empregado da Delegacia Fiscal do Theouro em Matto Grosso para constituição do conselho de que trata o art. 26 das instruções para o serviço das intendencias militares, deverá substituí-lo um empregado de Fazenda, tirado, no caso vertente, da Alfandega de Matto Grosso.

Ministerio da Guerra — N. 113 — Rio de Janeiro, 10 de março de 1908.

Declarae ao commandante do 7.^o districto militar, em solução aos telegrammas que dirigiu a este Ministerio e a essa Intendencia, e se acham annexos ao vosso officio n. 152, de 19 do mez findo, que, na falta de empregado da Delegacia Fiscal do Theouro Federal em Matto Grosso para a constituição do conselho de que trata o art. 26 das instruções para o serviço das intendencias militares, deverá substituí-lo um empregado de Fazenda, tirado, no caso vertente, da Alfandega de Corumbá.

Saude e Fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 29 — EM 12 DE MARÇO DE 1908

Declara que, sob a acção do decreto n. 3.586, de 17 de janeiro de 1866, vigora o critério consignado na tabella n. 1 de fardamento, contando-se da data da praça o tempo para vencimento de outra peça de fardamento.

Ministerio da Guerra — N. 131 — Rio de Janeiro, 12 de março de 1908.

Tendo o commandante do 38.^o batalhão de infantaria, consultado, em officios ns. 1.435 e 1.437, dirigidos ao da 8.^a brigada de infantaria, em 3 de dezembro ultimo, e annexos ao vosso officio n. 175, de 28 de fevereiro seguinte, sobre a verdadeira interpretação a dar ao estabelecido nas 2.^a e 3.^a observações da tabella n. 1 de fardamento, em vigor, em face do disposto na ultima parte do aviso n. 1.739, de 9 de setembro anterior, que manda abonar às praças promptas, que ainda as não tiverem recebido, peças de fardamento para fuchinas e exercicio sem armas, em 31 de dezembro de 1907, no caso de contarem mais de seis mezes, de praça, declaro-vos que, sob a acção do decreto n. 3.586, de 17 de janeiro de 1866, vigora o critério consignado na tabella em questão, contando-se da data da praça o tempo para vencimento de outra peça de fardamento; e que, tendo-se, entretanto, expedido o aviso n. 19, de 25 de janeiro

do corrente anno, em vista do qual não mais existem titulos de divida, e disposto na 3ª observação da tabella de que se trata deverá soffrer modificação para se contar o tempo de duração de qualquer peça de fardamento da data do recebimento correspondente.

Outresim, vos declaro que desta resolução dou conhecimento ao chefe do Estado Maior do Exército, para mandar publicá-la em ordem do dia da repartição a seu cargo.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 30 — EM 12 DE MARÇO DE 1908

Declara que o engajamento de praças deve ser feito de conformidade com a lei de fixação de forças vigente, pelo prazo de um a dous annos, quando não houver interrupção de praça, e de dous annos, no caso contrario.

Ministerio da Guerra — N. 413 — Rio de Janeiro, 12 de março de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 403, de 20 de fevereiro findo, com o qual submettestes á consideração deste ministerio o telegramma em que o commandante do 6º districto militar consulta sobre o modo de se fazer o engajamento das praças que, tendo concluido seu tempo de serviço no anno findo, só se engajarem na vigencia da actual lei de fixação de forças, devido á falta de seus assentamentos, vos declaro, para os fins convenientes, que o engajamento deve ser feito de conformidade com a lei de fixação de forças do anno vigente, pelo prazo de um a dous annos, quando não houver interrupção de praça, e de dous annos, no caso contrario.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 31 — EM 13 DE MARÇO DE 1908

Manda dar conhecimento aos commandantes de districtos militares sobre soluções tomadas a respeito de credits do orçamento da Guerra.

Ministerio da Guerra — N. 439 — Rio de Janeiro, 13 de março de 1908.

Tendo-se nesta data sciificado, por telegramma, ao commandante do 1º districto militar que o credito de 430:000\$, concedido por conta da verba 15ª — Material — N. 33 — transporte de tropas, etc. — do orçamento do Ministerio da Guerra

para o exercício actual, será distribuído pelos mezes do dito exercício; determinado á mesma autoridade que, para não ser excedido, se inteiro amiudadamente do estado desse credito em cada mez; e estabelecido que para a concessão de novos créditos, os quaes serão solicitados p. la delegacia fiscal respectiva, se justificará detalhadamente o pedido e demonstrará que os distribuídos não comportam as despesas intransferíveis a que tem de occorrer, declaro-vos que se deverá dar conhecimento das presentes resoluções aos demais commandantes de districtos militares para procederem de modo identico.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 32 — EM 14 DE MARÇO DE 1908

Declara que as prazas casadas que terminarem o tempo de serviço e logo depois quizerem continuar com a enajadas, não se applica a disposição do art. 3º, alinea a, das instruções approvadas por decreto n. 6.750, de 20 de fevereiro ultimo.

Ministerio da Guerra — N. 144 — Rio de Janeiro, 14 de março de 1908.

Declara aos commandantes do 2º e 3º districtos militares, em solução ás consultas que fazem em telegrammas de 11 e 12, annexos ao vosso officio n. 562, de 13 do corrente, que, tratando-se de prazas casadas que terminarem o tempo de serviço e logo depois quizerem continuar como enajadas, não se lhes applica a disposição do art. 3º, alinea a, das disposições approvadas por decreto n. 6.850, de 20 de fevereiro ultimo, a qual só se refere ás que interromperem o serviço no Exercito.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 33 — EM 17 DE MARÇO DE 1908

Declara que aos officiaes que seguem para a Europa, afim de aperfeiçoarem seus conhecimentos militares competem os vencimentos que percebiam quando obtiveram essa permissão.

Ministerio da Guerra — N. 184 — Rio de Janeiro, 17 de março de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que aos officiaes que seguem para a Europa, afim de aperfeiçoarem seus conhecimentos militares, de conformidade com a letra f do art. 17

da lei n. 1.844, de 31 de dezembro ultimo, competem os vencimentos que percebiam quando obtiveram essa permissão, de accordo com o art. 2º da lei n. 1.743, de 9 de janeiro de 1906.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. director da Contabilidade da Guerra.

N. 34 — EM 17 DE MARÇO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo contagem pelo dobro a um official graduado do Exército, do periodo decorrido de 1 de abril a 5 de outubro de 1897.

Ministerio da Guerra — N. 436 — Rio de Janeiro, 17 de março de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 13 de janeiro ultimo, sobre o requerimento em que o major graduado reformado do Exército, Liberato Augusto da Silva Ribeiro, pediu que lhe fosse contado pelo dobro o periodo decorrido de 1 de abril a 5 de outubro de 1897, em que, segundo allega, seguiu da Bahia com destino a Canudos, resolveu, em 12 do corrente, indeferir essa pretensão por se ter verificado não haver o requerente tomado parte nas operações de guerra, por ocasião da campanha de Canudos.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. Chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Pela respectiva Secretaria, em aviso n. 1, de 4 do corrente, o Ministerio da Guerra mandou a este tribunal, para consultar com seu parecer, por vossa ordem, o requerimento em que o major graduado reformado Liberato Augusto da Silva Ribeiro pede que lhe seja computado pelo dobro o periodo decorrido de 1 de abril a 5 de outubro de 1897, em que, segundo allega, seguiu da Bahia com destino a Canudos.

Sobre esse pedido o coronel Vicente Ozorio de Paiva, commandante do 3º districto militar, informa nos seguintes termos em officio de 25 de novembro ultimo, dirigido ao marechal chefe do Estado Maior:

« Cumprindo o despacho de V. Ex., exarado no parecer da 4ª secção dessa repartição, n. 3.559, de 30 de setembro ultimo, que restituo incluso com o requerimento, que lhe é appenso, do major graduado reformado do Exército Liberato Augusto da Silva Ribeiro, cabe-me informar que o referido major não tomou parte nas operações de guerra de Canudos, nem fez

parte das forças, que lá estiveram ao mando em chefe do Sr. general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, sendo, portanto, absurda a allegação, que faz de haver recebido vencimentos de campanha. Do archivo deste quartel general consta que o capitão Liberato Augusto da Silva Ribeiro, sendo do 26º batalhão de infantaria, apresentou-se na capital da Bahia a 10 de maio de 1897, vindo do Estado de Sergipe para reunir-se ás forças em Queimados, para as operações de guerra em Canudos; porém, que, tendo seguido a 13, voltou a 22, e ficou addido ao 5º batalhão de artilharia de posição, sendo a 24, tudo ainda de maio, preso por 15 dias, por se ter conservado em Queimados, não reunindo-se ao corpo, a que foi mandado servir addido, quando tinha meios para isso, ficando também sujeito a conselho de investigação, devendo continuar preso, como responsável por um artigo publicado no *Jornal de Noticias*, offensivo aos Srs. general Claudio do Amaral Savaget e coronel Julião Augusto de Serra Martins. Só em 7 de dezembro do citado anno é que, estando ainda addido ao 5º batalhão de artilharia, na capital da Bahia, o capitão Liberato foi posto em liberdade, por ter sido despronunciado no conselho de investigação, a que respondeu.

A esta informação que acabo de prestar a V. Ex., faço juntar a relação de alterações passada a respeito do alludido official, pelo 5º batalhão de artilharia de posição, e bem assim a informação, em original, prestada pelo commando do 26º batalhão de infantaria, por officio n. 1.965, de 31 de outubro ultimo e que nada adianta sobre o assumpto.

Na relação de alterações passada pelo 5º batalhão de artilharia, além do que consta da informação do commando do 3º districto, se lê que, a 26 de agosto, foi publico em ordem do dia regimental ter o ministro da Guerra determinado que o capitão Liberato estivesse prompto á recolher-se á seu corpo, quando partisse o general Carlos Eugenio de Andrada Guimarães, para o interior do Estado.

Em sua informação diz o commandante do 26º batalhão de infantaria que o requerente seguiu a 7 de maio de 1897 para a Bahia, afim de reunir-se ás forças em operações em Canudos; nada mais constando desde então até seu regresso ao batalhão (26º de infantaria), ao qual apresentou-se á 11 de janeiro de 1898, com procedencia do Estado da Bahia, constando do officio que o acompanhou, passado pelo commando do 5º de artilharia, ter esse official desistido da licença de 90 dias, que obtivera para tratamento de sua saúde.

O requerente ora sujeito á consulta é identico á outro do mesmo major reformado graduado Liberato Augusto da Silva Ribeiro, sobre o qual este tribunal emittiu parecer desfavoravel em 23 de maio de 1904.

Os fundamentos desse parecer, que o tribunal resolve manter, vão em seguida reproduzidos fielmente.

Pelos documentos presentes ao tribunal se verifica que o requerente apresentou-se ao commando do 3º districto militar, na capital do Estado da Bahia, a 10 de maio de 1897, com destino a Queimados.

Seguiu a 13 para essa localidade, e a 22 do mesmo mez estava de regresso, preso por 15 dias, por ter deixado de reunir-se em Canudos ao corpo em que devia servir addido, conservando-se em Queimados, quando tinha meios de seguir, porquanto marchara em uma brigada com o mesmo destino.

O commandante do districto mandou que, terminado esse castigo, passasse o requerente a responder a conselho de investigação, continuando preso para ser responsabilizado por um artigo publicado no *Jornal de Noticias*, offensivo ao general Savaget, e ao coronel Serra Martins.

O Ministerio da Guerra determinou que, adiado o conselho de investigação, a que estava respondendo, fosse o requerente reunir-se ao seu batalhão, quando seguisse o general Carlos Eugenio para o interior do Estado.

O requerente, porém, não seguiu, e deu parte de doente, pelo que baixou ao hospital por ordem do commando da guarnição, a 31 de agosto, sendo submittido á inspecção de saude.

A junta medica a 2 de setembro o julgou soffrendo de pharyngite sub-aguda e bronchite simples sub-aguda, curaveis em 40 dias; novamente inspecionado, a junta arbitrou em 90 dias o tempo necessario para seu tratamento.

A 8 de dezembro teve o requerente alta do hospital.

Estava terminada a campanha no interior do Estado da Bahia.

Pelo que fica exposto, se vê que o requerente partiu com destino a Canudos a 13 de maio de 1897 e tendo chegado apenas a Queimados, a 22 do mesmo mez estava de regresso.

Todo o tempo decorrido de então até depois de estar completamente pacificado o sertão, passou o requerente doente ou respondendo a processo.

Portanto, não esteve em operações de guerra; ao contrario, evitou tomar parte nellas.

E, pois, destitui-lo de fundamento o que requer.

Sobre o parecer deste tribunal, exarado em consulta de 23 de maio de 1904, não foi tomada resolução presidencial, mas o requerimento a que elle allude foi indeferido pelo ministro da Guerra em 15 de junho seguinte, conforme publicou o *Diario Official* do dia immediato.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1908.—*Pereira Pinto*.—*E. Barbosa*.—*C. Neto*.—*F. A. de Moura*.—*F. de P. Aragollo*.—*Marinho da Silva*.—*L. Medeiros*.

RESOLUÇÃO

Como parece.—Palacio do Governo, 12 de março de 1908.
—AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 35.—EM 19 DE MARÇO DE 1908

Declara que os logares vagos de ajudante, commandante de companhia, etc., em corpos em que servirem ao mesmo tempo officiaes addidos por falta de effectivos ou outro motivo e alferes alumnos, resolvem o caso o aviso n. 1.370, e a 3ª condição do de n. 999, de junho e abril ultimos.

Ministerio da Guerra—N. 453—Rio de Janeiro, 19 de março de 1908.

Tendo o 2º tenente do 8º batalhão de infantaria, addido ao 2º regimento de artilharia, Benedicto de Assis Corrêa, consultado si os logares vagos de ajudante, commandante de companhia, quartel-mestre, secretario, etc., nos corpos em que servirem ao mesmo tempo officiaes addidos por falta de effectivos ou por qualquer outro motivo e alferes-alumnos, deverão ser exercidos por este ou por aquelles, declaro-vos, para os fins convenientes, em solução a essa consulta, annexa ao officio n. 5, que em 8 de janeiro findo vos enviou o commandante do 5º districto militar, que resolvem o caso em questão o aviso n. 1.370, de 26 de junho ultimo, segundo o qual, ao alferes-alumno, sendo official do Exercito, cabe o desempenho das funcções que exerce o official subalterno effectivo, e a 3ª condição do de n. 999, de 25 de abril anterior, dirigidos a essa repartição mandando incluir para a computação do effectivo nos corpos do Exercito os officiaes excedentes dos quadros e os alferes-alumnos.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 36.—EM 30 DE MARÇO DE 1908

Manda que seja expedida ordem aos commandantes de corpos no sentido de serem enviados á Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra os estojos servidos e as balas de cartuchos da munição consumida nas linhas de tiro e exercicios em que se tornar possivel recolhel-os.

Ministerio da Guerra—N. 472—Rio de Janeiro, 30 de março de 1908.

Declarae aos commandantes dos districtos militares que deverá ser expedida ordem aos commandantes dos corpos no sentido de serem enviados á Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra, em vista do que expõe o respectivo director, em officio n. 599, de 24 do corrente, os estojos servidos e as balas

de cartuchos da munição que fôr consumida nas linhas de tiro e exercícios em que se tornar possível recolhê-los, achando-se os estojos para maior facilidade no acondicionamento.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. intendente geral da Guerra.

N. 37 — EM 30 DE MARÇO DE 1908

Manda que sejam averbados nos assentamentos dos medicos e pharmaceuticos do Exercito o tempo em que serviram como adjuntos, independentemente de ordem da autoridade competente e desde que esteja bem apurado o referido tempo.

Ministerio da Guerra — N. 50 — Rio de Janeiro, 30 de março de 1908.

Tendo o 1º tenente medico de 5ª classe do Exercito Dr. Octaviano de Abreu Goulart pedido, para os effeitos da reforma e concessão de meio-soldo, contagem do tempo de serviço que prestou como medico adjunto, vos declaro, para os fins convenientes, que devem ser averbados nos assentamentos dos medicos e pharmaceuticos do mesmo Exercito o tempo em que serviram nessa qualidade, independentemente de ordem da autoridade competente e desde que esteja bem apurado o referido tempo.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. director geral de Saude.

N. 38 — EM 31 DE MARÇO DE 1908

Manda providenciar para que as intendencias militares sejam autorizadas a fazer aquisição de artigos pelos processos adoptados na Intendencia Geral da Guerra.

Ministerio da Guerra — N. 180 — Rio de Janeiro, 31 de março de 1908.

Providencie para que as intendencias dos districtos militares sejam autorizadas a fazer aquisição de artigos pelos processos adoptados nessa repartição em relação ás compras de artigos das tabellas em vigor ou ás que forem mandadas effectuar por este Ministerio, no caso de não haver contractos para o respectivo fornecimento, chamando-se por editaes na

imprensa concurrentes a receber *memoranda* nas sedes das ditas intendências e sendo estes abertos quando devolvidos por uma comissão composta do intendente districtal, de um adjunto e do encarregado do material em depósito.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. intendente geral da Guerra.

N. 39 — EM 2 DE ABRIL DE 1908

Concedo autorização para admissão de civis na linha de tiro da guarnição do 28º batalhão de infantaria do Exército.

Ministerio da Guerra — N. 530 — Rio de Janeiro, 2 de abril de 1908.

Tendo o commandante do 28º batalhão de infantaria pedido autorização, em officio n. 1.209, de 27 de novembro ultimo, dirigido ao da 9ª brigada de infantaria, para admittir civis na linha de tiro da respectiva guarnição, declaro-vos que, em vista do disposto no art. 4º da lei de fixação de forças para o exercicio actual, concedo essa autorização, servindo para reger o caso assim creado as disposições do regulamento do Tiro Nacional, concernentes a atiradores civis, as quaes se formarão extensivas provisoriamente ás demais linhas de tiro, e aguardando-se o regulamento para taes linhas que terá de ser organizado depois de promulgado o que se destina á execução da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, na parte relativa ao alistamento e sorteio militar.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 40 — EM 6 DE ABRIL DE 1908

Responde a informações pedidas ao chefe do Estado-Maior do Exército pelo commandante superior da Guarda Nacional de S. Paulo

Ministerio da Guerra — N. 553 — Rio de Janeiro, 6 de abril de 1908.

Em vista das informações que vos foram pedidas pelo commandante superior da Guarda Nacional de S. Paulo, em officio n. 762, de 5 de fevereiro ultimo, annexo ao vosso de 5 de março seguinte, sob n. 506, declaro-vos:

Que estatruindo o art. 14, alinea r, do regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro, como uma das condições para a incorporação de sociedades á Confederação do Tiro Brasileiro, a prova do recolhimento do patrimonio de 5:000\$ 4

Caixa Economica, fica *ipso facto* determinada a especie como unica acceptavel para a constituição de tal patrimonio;

Que, não existindo disposição regulamentar que regule de residencias de membros das sociedades incorporadas á referida confederação, nada impede que no computo dos socios para perfazer o numero exigido para aquella incorporação figurem cidadãos de outras localidades que não a da sede social

Que, não podendo as linhas de tiro que possuir qualquer de taes sociedades ser consideradas sociedades filiaes por mais afastadas que se achem da respectiva sede, os atiradores dessas linhas sómente gosarão das regalias concedidas ás sociedades incorporadas quando de facto pertencerem ao estado effectivo da respectiva associação;

Que nenhum cargo poderá ser exercido nas sociedades em questão por meio de designação de autoridade militar além do de representante do Estado-Maior do Exercito, junto a cada uma dessas sociedades, de que trata o citado artigo, alinea *d*.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 41 — EM 7 DE ABRIL DE 1908

Resolve a respeito de uma consulta feita pelo intendente do 4º districto militar ao intendente geral da Guerra, sobre suppleimentos feitos pela Intendencia Geral.

Ministerio da Guerra — N. 197 — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1908.

Tendo o intendente do 4º districto militar consultado em officio n. 66, de 18 de fevereiro ultimo, que acompanhou o vosso de n. 206, de 9 do mez findo, si, á vista da circular dessa intendencia de 4 daquelle mez, communicando o disposto no aviso de 21 de janeiro do corrente anno, deverá continuar a supprir a intendencia do referido districto, por intermedio dessa repartição ou providenciar desde já sobre o provimento directo no mercado, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolve essa consulta, salvo as pequenas alterações no modo de adquirir, feitas por aviso de 31 do mez proximo passado, o aviso n. 96, de 19 do referido mez de fevereiro, o qual, autorizando a intendencia de que se trata a supprir-se directamente de tudo o que possa adquirir, nos termos dos regulamentos e instrucções e pelos processos regulamentares e a receber dessa repartição armamento, munição, equipamento e outros artigos que não possam ser preparados fora das fabricas e arsenaes militares, não pôde deixar de referir-se neste ultimo caso sinão aos artigos não relacionados, em cujo numero estão comprehendidas a materia prima necessaria para fardamento e outra qualquer obra que tenha de ser preparada

do Arsenal de Guerra os que fabricam, e fizes que se servido com o aviso do regulamento que nasceu com o decreto n. 3.193, de 12 de janeiro de 1890, são da competência do conselho e da comissão de compras dessa repartição.

Quanto aos demais artigos, deverão ser adquiridos pela intendência do 1.º districto militar, uma vez que ella obedeça strictamente, nos termos do citado aviso n. 96, de 19 de fevereiro findo, a todas as disposições sobre o assumpto, constituindo o seu conselho de fornecimento como nos outros districtos militares, no qual sejam representados o commandante daquelle districto, a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra e o intendente districtal.

Para o actual semestre, porém, serão aproveitados os contractos já firmados por essa repartição, porquanto são elles feitos entre o Ministerio da Guerra e o respectivo negociante, obrigando-se este a entregar os artigos em qualquer repartição do mesmo ministerio.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. intendente geral da Guerra.

N. 12 — EM 11 DE ABRIL DE 1908

Declara que ao official do Exército encarregado do Pombal Militar de Porto Alegre se poderá abonar sómente a gratificação de função a que tem direito como subalterno.

Ministerio da Guerra — N. 592 — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908.

Tendo o 2.º tenente do 8.º regimento de cavallaria Mario Crauz, encarregado do Pombal Militar em Porto Alegre, consultado sobre a importancia da gratificação de função que lhe compete pelo exercicio desse logar, declaro-vos, para que o seientifiqueis ao commandante do 6.º districto militar, a cujo officio n. 271, de 18 de janeiro ultimo, dirigido á repartição a vosso cargo, acompanhou essa consulta, que, conforme se resolveu por telegramma de 7 do corrente ao inspector da Alfandega do Rio Grande, ao official em taes condições se poderá abonar sómente a gratificação de função a que tem direito como subalterno.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 43 — EM 13 DE ABRIL DE 1908

Declara que a importância das pagas de fardamento de recruta no ensino que se abona aos engajados deverá ser paga integralmente, seja qual for o tempo de engajamento.

Tendo o capitão do 27º batalhão de infantaria João Carlos Formel consultado si a importância das pagas de fardamento de recruta no ensino que se abona aos engajados deverá ser paga integralmente, qualquer que seja o tempo de engajamento; si a dita importância deverá ser dividida proporcionalmente ao tempo de engajamento e em relação ao período de tres annos; e si, nesta ultima hypothese, se deverá fazer carga das partes da referida importância que até aqui, por falta de esclarecimentos, tem sido indevidamente pagas a algumas praças, declaro-vos, em solução a essa consulta, que acompanhou o officio n. 1.649, de 30 de novembro findo, do commando do 2º districto militar, anexo ao vosso de n. 11, de 9 de janeiro seguinte, que a importância em questão se pagará integralmente.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 44 — EM 18 DE ABRIL DE 1908

Defero um requerimento em que se pede contagem de tempo de serviço pelo dobro no hospital de sangue estabelecido no extinto Arsenal de Guerra da Bahia, durante as operações de guerra effectuadas em Camudos.

Ministerio da Guerra — N. 643 — Rio de Janeiro, 18 de abril de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 27 de janeiro ultimo, sobre o requerimento em que o 1º tenente-medico de 5ª classe do Exercito De Juvencio da Silva Gomes pediu que se lhe contasse pelo dobro o tempo em que, como estudante de medicina, serviu no hospital de sangue estabelecido no extinto Arsenal de Guerra da Bahia, durante as operações de guerra effectuadas em Camudos, resolveu em 9 do corrente que fosse computado ao mesmo official, para a reforma, o período de 18 de março a 5 de outubro de 1897, em que naquello caracter prestou serviços no dito hospital, mas não pelo dobro como pediu.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por vossa ordem veio a este tribunal, para consultar com parecer remettido pelo Ministerio da Guerra, com o aviso n. 2, de 4 do corrente, o requerimento em que o 1.º tenente medico de 5.ª classe Dr. Juvencio da Silva Gomes pede que lhe seja contado pelo dobro o tempo em que serviu, na qualidade de estudante de medicina, no hospital de sangue estabelecido no extinto Arsenal de Guerra da Bahia, durante as operações de guerra em Canudos.

O requerimento está instruido com um attestado do então delegado da Direcção Geral de Saude do Exercito junto ao commando do 3.º districto militar, do qual attestado consta que o peticionario serviu gratuitamente, como estudante de medicina, no Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, transformado em hospital de sangue, desde 18 de março até 5 de outubro de 1897.

Informando sobre a pretensão, diz o director geral de saude do Exercito que o aviso n. 1.931, de 22 de novembro de 1899, em que se apoia o requerente, não ampara sua pretensão, porquanto se refere a militares em operações de guerra no interior do Estado da Bahia, e elle requerente não era militar, nem prestou servicos no interior do Estado, parecendo-lhe, entretanto, que poderia ser concedido ao Dr. Juvencio Gomes o favor que solicita, si o Governo, por acto de equidade, sinão de justiça, tornasse extensiva á guarnição da capital da Bahia a contagem, pelo dobro, do tempo que duraram as operações de guerra em Canudos, vantagem de que gosam os officiaes e praças que guarneciam os vasos de guerra em observação no porto dessa capital.

O marechal chefe do Estado-Maior diz não se poder contar pelo-dobro o tempo que o requerente serviu em um hospital na capital da Bahia, desde 18 de março até 15 de outubro de 1897, porque os avisos a que elle se refere mandam assim contar o tempo aos officiaes e praças que estiveram no theatro da luta em Canudos: «mas do mesmo modo que se procede com os enfermeiros, que contam para a reforma o tempo em que serviram nesse caracter (*aviso n. 1.988, de 5 de novembro de 1907*), se poderá contar ao requerente, para a reforma, o tempo em que serviu gratuitamente no hospital de sangue».

Este tribunal, considerando meritorio o serviço prestado gratuitamente pelo requerente, como estudante de medicina, desde 18 de março até 5 de outubro de 1897, no hospital de sangue estabelecido no Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, e que aos alumnos de medicina ou pharmacia, que constituíam a classe de *pensionistas* no hospital militar desta Capital e no da Bahia que entravam para o Corpo de Saude, era contado, para a reforma, o tempo que houvessem servido naquelle character, conforme dispunha o art. 158 do regulamento approved pelo decreto n. 1.900, de 7 de março de 1857, é de parecer que será justo proceder-se de modo analogo com o requerente Dr. Juvencio da Silva Gomes, que, como alumno de medicina,

serviu gratuitamente em um hospital de sangue na capital do Estado da Bahia desde 18 de março até 5 de outubro de 1897, e actualmente pertence ao Corpo de Saude do Exército como 1º tenente-médico de 5ª classe, mandando-se que lhe seja computado, para a reforma, esse tempo, mas não pelo dobro, como elle requer.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1908. — *C. Neto*. — *F. A. Moura*. — *F. J. Teixeira Junior*.

Foram votos os ministros almirante Eliziario José Barbosa, marechal Argollo e generaes de divisão Marinho e Medeiros.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 9 de abril de 1908. — *Afonso Augusto Moreira Penna*. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 45 — EM 20 DE ABRIL DE 1908

Declara que a qualquer socio do Club Militar que tiver accesso por promoção será feito o desconto da respectiva mensalidade, devida por esse accesso, mediante apenas a declaração do official promovido.

Ministerio da Guerra — N. 257 — Rio de Janeiro, 20 de abril de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que, desde que qualquer socio do Club Militar, com séle nesta Capital, tiver accesso por promoção, ficaes autorizado a mandar effectuar o desconto da respectiva mensalidade, devida por esse accesso, mediante apenas a declaração do official promovido.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. director geral da Contabilidade da Guerra.

N. 46 — EM 4 DE MAIO DE 1908

Manda declarar que, realizada a matricula na Escola de Artilharia e Engenbaria dos aspirantes a official de corpos da guarnição do 4º districto, deverão elles ser excluidos dos corpos e incluidos nas companhias de alumnos, enquanto estiverem matriculados.

Ministerio da Guerra — N. 687 — Rio de Janeiro, 4 de maio de 1908.

Declarac ao commandante do 4º districto militar, em solução á consulta que fez em officio n. 247, dirigido a essa repartição em 30 de março ultimo, que, realizada a matricula na Escola de Artilharia e Engenbaria, em vista das disposições em

vigor, dos aspirantes a official de corpos da guarnição do mesmo districto, deverão elles ser excluidos de taes corpos e incluidos nas companhias de alumnos enquanto estiverem matriculados, recebendo nesse intervallo fardamento e vencimento pela referida escola.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 47 — EM 5 DE MAIO DE 1908

Declaro ficarem autorizados os corpos e estabelecimentos militares a mandar fazer por conta do saldo existente nos cofres dos conselhos economicos os concertos do mobiliario, utensilios, viaturas, etc.

Ministerio da Guerra — N. 691 — Rio de Janeiro, 5 de maio de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que os corpos e estabelecimentos militares ficam autorizados a mandar fazer por conta do saldo existente nos cofres dos conselhos economicos os concertos do mobiliario, utensilios, viaturas, só recorrendo ao Arsenal de Guerra desta Capital quando os saldos dos mesmos cofres não comportarem as despesas exigidas, sendo, porém, neste caso, imprescindivel autorização especial deste ministerio.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

— Fizeram-se as devidas communicações.

N. 48 — EM 6 DE MAIO DE 1908

Approva a resolução tomada pelo commandante do 3º districto militar de determinar que, a partir de 1 de dezembro anterior, fossem os cavallos do respectivo piquete forrageados pelo 5º batalhão de artilharia, sendo estabelecida a necessaria escripturação em conta corrente.

Ministerio da Guerra — N. 254 — Rio de Janeiro, 6 de maio de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 36, de 11 de janeiro ultimo, com o qual submettestes á consideração deste ministerio o de n. 896, de 24 de dezembro anterior, em que o commandante do 3º districto militar communicou a essa intendencia haver determinado que, a partir de 1 tambem de dezembro anterior, fossem os 16 cavallos do respectivo piquete forrageados pelo

5º batalhão de artilharia, sendo estabelecida a necessaria escripturação em conta corrente, vos declaro, para que o façaes constar áquelle commandante, que approvo esta deliberação.

Por esta occasião vos declaro, outrossim, que, em vista do que informaes no final do vosso citado officio, deveis providenciar para que os animaes dos piquetes dos demais districtos sejam, de ora em diante, forrageados por um dos corpos dos mesmos districtos.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 49 — EM 7 DE MAIO DE 1908

Defero o requerimento de um capitão, pedindo ser considerado com a graduação no posto de major, por contar, quando teve reforma, 29 annos, 11 mezes e 19 dias de serviço.

Ministerio da Guerra — N. 728 — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1908.

Tendo o capitão reformado do Exército Francisco de Paula Rodrigues Barcellos pedido ser considerado com a graduação no posto de major, por contar, quando teve reforma, 29 annos, 11 mezes e 19 dias de serviço, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 6 de abril ultimo, resolveu, em 30 do dito mez, deferir essa pretensão, fazendo-se constar da patente de reforma do reclamante seu direito á graduação neste posto e a cinco quotas de gratificação adicional correspondente a capitão, *ex-ri* do estabelecido no decreto de 31 de dezembro de 1890, art. 7º, por já ter elle feito jús á reforma nos termos do art. 1º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro anterior, o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por vossa ordem foi remettido a este tribunal com o aviso n. 5, de 7 de janeiro ultimo, para ser tomado na consideração que merecer, o requerimento do capitão Francisco de Paula Rodrigues Barcellos, pedindo a graduação do posto de major.

O Tribunal, cumprindo vossa ordem, passa a expor o seguinte: Tendo-lhe sido declarado pelo aviso do Ministerio da Guerra n. 74, de 20 de outubro de 1898 «que, segundo communicára o Ministerio da Fazenda em aviso n. 112, de 14 do mesmo mez, o Tribunal de Contas, tendo sido submittido á sua apreciação o processo relativo ao meio soldo de D. Honorina Dezouzart de Moura, viúva do ajudante machinista guarda-marinha Geraldo Alves de Moura, resolveu que devem ser computadas como um anno completo, para a reforma dos officiaes do Exército e da Armada, as fracções de anno excedentes a seis mezes, conforme se verifica do officio daquelle Tribunal n. 437, de 2 de agosto, que por cópia acompanhou o referido aviso», este Supremo Tribunal Militar, com a devida venia, endereçou ao Sr. Presidente da Republica, em 14 de novembro, as seguintes ponderações sobre essa decisão do Tribunal de Contas:

Por disposições legais anteriores aos decretos ns. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e 193 A, de 30 de janeiro de 1890, disposições que estão em pleno vigor, regula-se a reforma dos officiaes do Exército e da Armada, tendo-se em consideração o respectivo tempo de serviço.

De accordo com taes disposições são reformados no mesmo posto, com o soldo por inteiro, os officiaes que se impossibilitam de continuar a servir, em consequencia de lesões ou moléstias incuraveis, si contarem de 25 a 30 annos de serviço; com o soldo tambem por inteiro, e a gradação do posto immediato, os que contarem de 30 a 35 annos; os que contarem de 35 a 40 annos tem o posto immediato com o soldo por inteiro; e os que não tiverem 25 annos *completos*, conforme os termos da lei n. 648, de 18 de agosto de 1852, são reformados com a vigesima quinta parte do respectivo soldo, para cada anno, nunca sendo o vencimento da reforma menor que a terça parte do soldo, etc.

Consequentemente, para que os officiaes da Armada e do Exército possam ser reformados com o soldo por inteiro é necessario que tenham 25 annos completos, assim como é imprescindivel, para obter reforma com o soldo por inteiro do posto immediato, que hajam completado 35 annos de serviço.

Portanto, si computar-se como um anno a fracção maior de seis mezes, si considerar-se por exemplo com 25 ou 35 annos completos officiaes que, effectivamente, tenham apenas 24 ou 34 e mais uma fracção maior de seis mezes, infringir-se-ha a lei, onerando-se o Thesouro.

E' verdade que o Ministerio da Marinha em aviso de 17 de janeiro de 1890 declarou que, para a *reforma compulsoria*, só deviam ser desprezadas as fracções de tempo menores de seis mezes, o que foi extensivo ao Exército pela resolução de 6 de setembro de 1890, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar de 25 de agosto do mesmo anno.

Os decretos ns. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e 193 A, de 30 de janeiro de 1890, que regulam a reforma compulsoria dos officiaes da Armada e do Exército, tem em vista a idade desses officiaes, e não o seu tempo de serviço, só referindo-se

a este quando estabelecem o abono de uma gratificação proporcional a esse tempo. (*Art. 5º do decreto de 30 de dezembro de 1889, e art. 1º do de 30 de janeiro de 1890.*)

Parece, pois, que a doutrina do aviso e resolução citados é relativa á contagem do tempo para o abono dessa gratificação.

Assim entendeu e praticou o Conselho Supremo Militar ao expedir patentes aos officiaes reformados por estarem comprehendidos nos decretos referitos; assim tem sido entendido e executado por este tribunal.

Pelo modo generico, como está redigida a resolução do Tribunal de Contas, segundo se infere do aviso do Ministerio da Guerra n. 74, a computação do lapso maior de seis mezes por um anno aproveita não só aos officiaes comprehendidos nos decretos ns. 108 A e 193 A, mas tambem aos que se reformam por incapacidade physica, seja qual fôr o tempo que tenham servido, e até aos que são reformados por mau comportamento habitual.

Pelo que deixa exposto, o Supremo Tribunal Militar entende que se deve computar como um anno, não a fração excedente de seis mezes, mas a igual a seis mezes, ou maior, como determina o aviso de 17 de janeiro e a resolução do Chefe do Governo Provisorio de 6 de setembro de 1890; e sómente para o effeito do abono da gratificação addicional, que cabe aos officiaes reformados nos termos dos decretos ns. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e 193 A, de 30 de janeiro de 1890.

O Sr. Presidente da Republica respondeu a essas considerações, mandando que «*se observasse a resolução do Tribunal de Contas*».

Esse despacho foi communicado a este tribunal pelo Ministerio da Guerra no aviso n. 96, de 3 de julho de 1899, expresso nestes termos:

«De ordem do Sr. Presidente da Republica se declara, por esta Secretaria de Estado, do Supremo Tribunal Militar, em solução á consulta do mesmo tribunal de 14 de novembro ultimo, que o mesmo Sr. Presidente resolveu mandar observar a decisão do Tribunal de Contas determinando que sejam computadas como um anno completo, para a reforma dos officiaes do Exercito e da Armada, as frações de anno excedentes de seis mezes».

De conformidade com essa resolução, passou o tribunal a compubar como um anno completo as frações de tempo de serviço excedentes de seis mezes, ao lavrarem-se as patentes dos officiaes do Exercito.

Quando foi decretada a reforma do requerente capitão Francisco de Paula Rodrigues Barcellos, por incapacidade physica, a 19 de setembro de 1902, contava elle, segundo o calculo feito então no tribunal, 29 annos, 11 mezes e 19 dias, ou 30 annos menos 11 dias de serviço; portanto, de accôrdo com a resolução presidencial retro referida, devia ser-lhe computado em 30 annos o tempo de serviço e passar-se-lhe, por consequencia, patente de capitão com a graduação de major, o que não se fez; foi passada patente de capitão, com o soldo por inteiro, simplesmente.

Ha a observar, porém, que, calculando o tempo útil para a reforma, o tribunal se equivocou, porque descontou o lapso excedente de um anno, que o requerente permaneceu na 2.^a classe.

O art. 8.^o da lei n. 1.161, de 20 de setembro de 1860 dispõe o seguinte:

«O official, que fôr transferido para a 2.^a classe, nos termos do art. 2.^o, § 1.^o, n. 2 do decreto n. 26, de 1 de dezembro de 1844, e nessa classe se conservar mais de um anno, não contará de então em diante «antiguidade no posto».

Essa lei, pois, não autoriza desconto no tempo de serviço, refere-se apenas à antiguidade do posto.

Si houvesse sido intuito do legislador fazer o official perder também tempo de serviço, tel-o-hia declarado explicitamente.

O official perde na antiguidade do posto, como na do serviço, o tempo que passar no cumprimento de pena; mas este dispositivo está expresso em termos claros e precisos na provisão de 11 de janeiro de 1854, avigorada pela resolução de 12 de janeiro de 1889, e no Código Penal Militar.

Diz aquella provisão que «um réu, cumprindo sentença, está fóra do gozo de todos os direitos de cidadão, e nesta posição não deve contar tempo de serviço, nem antiguidade de official».

O Código Penal Militar estatue no art. 48, § 3.^o, que «durante o cumprimento das penas civis e militares não será contada antiguidade ao condemnado para nenhum effeito de direito».

Ora, o requerente, praça de 6 de março de 1875, fez parte das forças em operações de guerra no Estado do Rio Grande do Sul, desde 7 de março de 1893 até 23 de agosto de 1895; portanto, contava, quando se lavrou o decreto, em virtude do qual foi reformado, 29 annos, 11 mezes e 22 dias, ou 30 annos, menos um dia de serviço.

Esse decreto, lavrado no dia 19 de setembro à tarde, só podia ter sido lido a publicida e no *Diário Official* a 20, dia em que o requerente completou seu 30.^o anno de serviço.

É a reforma do capitão Barcellos se tornou effectiva a 23, data da ordem do dia regimental determinando sua exclusão do 13.^o batalhão, ao qual pertencia em virtude da ordem do commando do 6.^o districto, que somente no dia anterior (22) havia tido sciencia dessa reforma por communicação telegraphica do chefe do estado-maior.

Assim, quando se lavrou o decreto de sua reforma, em 19 de setembro de 1902, faltava ao requerente apenas um dia para contar 30 annos de serviço; esse prazo completou-se no dia em que se publicou esse decreto nesta Capital, e já tinha sido executado quando se tornou effectiva a reforma, isto é, na data em que o requerente passou a pertencer de facto à classe de official em inactividade.

Pelo contrario, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que se faça constar da patente de reforma do capitão Francisco de Paula Rodrigues Barcellos seu direito não só a gratificação de morte, como a cinco quotas da gratificação especial

correspondente ao posto de capitão, *ex-vi* do estabelecido no art. 7º do decreto de 31 de dezembro de 1890, visto já ter elle feito jús á reforma nos termos do art. 4º do decreto n. 193 A, desse anno.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1908.—*R. Galvão.*—*C. Neto.*
—*F. A. de Moura.*—*F. J. Teixeira Junior.*

Foi voto o ministro marechal João Pedro Xavier da Camara.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 30 de abril de 1908.—*AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.*—*Hermes R. da Fonseca.*

N. 50 — EM 11 DE MAIO DE 1908

Declara que deverá ser imposta á firma Behrend, Schmidt & Comp., a perda da caução de 500\$, que depositaram para garantia do termo de encommenda, para a aquisição de um automovel, visto ter sido rejeitado o automovel apresentado, etc.

Ministerio da Guerra — N. 273 — Rio de Janeiro, 11 de maio de 1908.

Em vosso officio n. 1.125, de 19 de outubro ultimo, consultaes si poderá ser imposta aos negociantes Behrend, Schmidt & Comp., a perda da caução de 500\$, que depositaram para garantia do termo de encommenda, para a aquisição de um automovel, visto ter sido rejeitado o automovel apresentado, lembrando a conveniencia de se cobrar contracto quando se tratar de aquisições, para as quaes actualmente se lavra termo de encommenda, reservando-se esse processo para os casos em que, por exceder o exercicio ou outra razão particular, havendo urgencia na aquisição, possa o Tribunal de Contas negar o respectivo registro.

Em solução a essa consulta, declaro-vos, para os fins convenientes, que á referida firma deverá ser imposta a perda da caução da quantia de 500\$, por não se ter desobrigado do seu compromisso.

Declaro-vos, outrossim, que, sendo os termos de ajuste prévio e de encommenda ambos legaes, com a mesma força jurídica as multas, quer de um quer de outro, devem obedecer ao estipulado no regulamento dessa intendencia e bem assim o termo de encommenda só deverá ser lavrado quando a entrega

dos objectos exceder do anno financeiro, em vista do disposto no art. 19 da lei n. 3.018, de 5 de novembro de 1880, que prohibe contracto com esta clausula, salvo quando houver lei especial para o caso e quando os artigos vierem com isenção de direitos, por isso que o art. 12 da lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903, tambem não permite contracto nessas condições, exceptuado o caso de disposição legislativa especial, cumprindo que em outro qualquer caso, a ter-se de lavrar algum termo, seja este o de contracto, quer provenha a compra de concorrência publica quer não.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. intendente geral da Guerra.

N. 51 — EM 14 DE MAIO DE 1908

Declara que os docentes encarregados de accumulação de cadeiras e aulas devem ter os vencimentos que lhes competem como professores, etc.

Ministerio da Guerra — N. 79 — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 1.435, de 23 de abril findo, em que consultaes quaes as gratificações que deverão ser tiradas aos docentes dessa escola na regencia de cadeiras e aulas pelo regulamento de 18 de abril de 1898 e bem assim quaes as que competem aos auxiliares do ensino theorico e aos instructores das secções praticas, vos declaro que os docentes encarregados dessa accumulação devem ter os vencimentos que lhes competem como professores dessa escola e que são, quanto aos vitalicios, os ordenados e gratificações que recebiam e cujo direito se lhes assegura, e, quanto aos commissionados, as vantagens militares estabelecidas nas tabellas em vigor; e mais, pela accumulação indicada, para todos elles sem distincção: a gratificação de funcção de 200\$, si forem militares e a de 116\$666, si forem civis.

Em relação aos coadjuvantes do ensino theorico e instructores do ensino pratico, compete-lhes, além dos seus soldos e vantagens militares, a gratificação de funcção de 120\$ mensaes, prevista na lei de 1906.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. commandante da Escola de Artilharia e Engenharia.

N. 52 — EM 14 DE MAIO DE 1908

Declara que, creada a arma de engenharia em virtude da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, as vagas que se derem deverão para o futuro ser preenchidas pelos officiaes da arma, como acontece nas outras.

Ministerio da Guerra — N. 745 — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1908.

Tendo o 1º tenente do Exército Firmino Antonio Borba consultado ao commandante do 5º districto militar si as vagas do posto de capitão que se derem na arma de engenharia, por effeito da reorganização do Exército, serão preenchidas por promoção dos 1ºs tenentes que acceitarem a transferencia ou pelos capitães legalmente habilitados, actuaes, que para ella forem transferidos, declaro-vos, em solução a essa consulta, a qual foi pelo dito commando submettida á vossa apreciação no telegramma annexo ao vosso officio n. 924, de 4 do corrente, que, de accôrdo com o que opinaes no citado officio, creada aquella arma em virtude da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, as referidas vagas deverão para o futuro ser preenchidas pelos officiaes da arma, como acontece nas outras.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 53 — EM 14 DE MAIO DE 1908

Manda declarar quaes os vencimentos que competem aos officiaes nomeados para servir nas Prefeituras do Territorio do Acre, antes e depois da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906.

Ministerio da Guerra — N. 7 — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda por esta Secretaria de Estado declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no Amazonas, em solução á consulta que faz em telegramma de 2 de fevereiro ultimo, que os officiaes nomeados para servir nas Prefeituras do Territorio do Acre, antes da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, conservarão, em virtude do disposto no art. 70 da citada lei, os vencimentos que tinham; os que o foram depois perceberão soldo, etapa e gratificações de posto e de função de commissão technica, quando exercerem o cargo do Prefeito, desempenharem commissão technica de nomeação do Governo Federal ou servirem em commissões do Ministerio das Relações Exteriores; e os que forem postos á disposição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para prestar serviços na Prefeitura do Acre só teem direito a soldo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 54 — EM 19 DE MAIO DE 1908

Manda declarar que os pharmaceuticos adjuntos do Exercito, quando transferidos de umas para outras guarnições, perceberão ajuda de custo.

Ministerio da Guerra — N. 10 — Rio de Janeiro, 19 de maio de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Malto-Grosso, em solução ao seu telegramma de 14 do corrente e em confirmação ao que ora se lhe dirige, que os pharmaceuticos a ljunto do Exercito, quando transferidos de umas para outras guarnições, perceberão ajuda de custo.

Hermes R. da Fonseca.

N. 55 — EM 19 DE MAIO DE 1908

Declara que deverão ser acompanhados da fé de officio ou certidão de assentamento dos interessados os requerimentos pedindo attestados que comprovem as alterações occorridas com officiaes e praças do Exercito e não consignadas.

Ministerio da Guerra — N. 780 — Rio de Janeiro, 19 de maio de 1908.

Declaro-vos, para que tenham conhecimento os commandantes de corpos do Exercito e chefes de estabelecimentos militares, que os requerimentos pedindo expedição de ordem para que se passem attestados que comprovem as alterações occorridas com officiaes e praças do Exercito e não consignadas, deverão ser acompanhados da fé de officio ou certidão de assentamentos dos interessados, relativas ao anno a que se referirem essas alterações.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca.*— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 56 — EM 23 DE MAIO DE 1908

Providencia sobre a acceitação de cidadãos que quizerem alistar-se como voluntarios de manobras e especiaes, de accôrdo com o disposto no regulamento approvedo pelo decreto n. 6.947, de 8 do corrente.

Ministerio da Guerra — N. 891 — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1908.

Declaro aos commandantes dos districtos militares que, de accôrdo com o disposto no regulamento approvedo por decreto n. 6.947, de 8 do corrente, deverão desde já ser acceitos como

voluntarios de manobras e especiaes os cidadãos que como taes quizerem alistar-se.

Os voluntarios especiaes alistados serão licenciados, devendo apresentar-se no dia primeiro util de janeiro vindouro e os de manobras apresentar-se-hão quando fôr designado o dia para o exame de que trata o art. 65 do citado regulamento.

Uns e outros poderão desde já receber a instrucção militar, sendo para esse fim nomeado um instructor, que dará exercicio pela manhã e á tarde.

Por conveniencia da instrucção e dos proprios alistados serão incluídos em um mesmo corpo de infantaria.

Os voluntarios especiaes prestarão juramento no acto do alistamento e os de manobras no da incorporação, declarando todos o logar, rua e numero da casa de residencia.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 57 — EM 27 DE MAIO DE 1908

Ao ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores roga a expedição de instrucções para a introdução da instrucção do tiro de guerra e evoluções militares em todos os estabelecimentos de ensino secundario mantidos pela União, pelos Estados ou municípios, inclusive os equiparados.

Ministerio da Guerra — N. 21 — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1908.

Sr. ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores — Dispondo o art. 98 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, que é obrigatória a instrucção do tiro de guerra e evoluções militares aos alumnos maiores de 16 annos de idade, das escolas superiores e estabelecimentos de instrucção secundaria mantidos pela União, pelos Estados ou municípios, inclusive o Districto Federal e aos dos estabelecimentos particulares no gozo da equiparação aos institutos officiaes congenueros, rogo-vos, tendo em vista o que preceituam a tal respeito os arts. 170 a 178 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 do corrente, que vos digneis expedir as instrucções necessarias á introdução daquella instrucção nos programmas de ensino das escolas e estabelecimentos supra-citados, na forma do estabelecido no art. 171 desse regulamento.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 58 — EM 29 DE MAIO DE 1908

Manda que prosiga o conselho de guerra a que responde um soldado por crime de deserção, apesar de já ter sido absolvido por outros crimes, por estar soffrendo de alienação mental.

Ministerio da Guerra — N. 826 — Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 4 de corrente, sobre os papeis em que o commandante do 7º districto militar pede que se declare si deve continuar em processo ou ser excluido do serviço do Exercito e internado no Hospicio Nacional de Alienados o soldado Antonio Lazaro dos Santos, que responde a conselho de guerra por crime de deserção, visto já ter sido por outros crimes absolvido pelo mesmo tribunal, por soffrer de alienação mental, resolveu, em 23 tambem deste mez, que deve proseguir o mencionado conselho até pronunciar a sentença, tendo requisitado antes exame medico-legal na pessoa do réo; que só depois de proferida a sentença final e por occasião de serem remettidos os autos para o — cumpra-se — poderá o (Governo) mandar tornar effectiva sua baixa, entregando-se á familia, si a tiver, e no caso contrario, incluindo-o em um hospital; e que é conveniente recommendar por telegramma, ao alludido commandante que, com urgencia, mande dar andamento ao processo para que sobre elle aquelle tribunal se pronuncie em decisão final, com a possível brevidade.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra, de 20 de abril ultimo, sob n. 38, veio, por vossa ordem, a este tribunal para consultar com seu parecer, um telegramma, com as informações sobre elle ministradas, no qual o commando do 7º districto militar, communicando que está preso, e submettido a conselho de guerra, pelo crime de deserção, o soldado Antonio Lazaro dos Santos, duas vezes anteriormente em processo por insubordinação, e absolvido por soffrer das faculdades mentaes, consulta si aquelle soldado deve continuar em processo, ou ser excluido do serviço do Exercito e recolhido ao hospital de alienados.

A 4ª secção do Estado Maior, informando, diz o seguinte:

«O 7º districto militar no telegramma appenso trata das condemnações soffridas pelo soldado Antonio Lazaro dos Santos, que tem sido absolvido pelo supremo, devido ao facto de soffrer das faculdades mentaes.

Estando actualmente a mesma praça sujeita a conselho de guerra, por ter desertado, como diz aquelle districto, parece á secção que ella deve ser excluida do Exercito, apesar do conselho a que responde, uma vez que não ha conveniencia em continuar a servir, achando-se nas condições citadas pelo mesmo districto, porque terá fatalmente de ser absolvida em ultima instancia.

Em face do exposto, a lembrança de ser ella recolhida ao hospicio de alienados não é uma boa solução, porque ficará sem o direito de voltar para o seu batalhão, e poderá commetter uma falta mais grave do que a da deserção.

Na excusa, que lhe fôr passada, deve ficar registado o motivo por que ella teve baixa, afim de evitar duvidas futuras.»

O auditor de guerra em serviço junto ao Estado Maior diz:

«A praça do 8º batalhão de infantaria Antonio Lazaro dos Santos acha-se presentemente respondendo a conselho de guerra por crime de deserção; apreciar o gráo de imputabilidade, com que tenha porventura agido o accusado, é tarefa que cabe, exclusivamente, ao referido conselho, e isto mediante o exame medico-legal, o depoimento de testemunhas, e outros meios juridicos, que só elle proprio conselho, ou pelo accusado podem ser suggeridos para o caso; provados pois que o réo não é criminoso, ou porque soffresse de imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, ou porque se achasse em completa privação de sentido, e de intelligencia no acto de commetter o crime, cumpre ao conselho, na phase opportuna, absolvel-o por esse fundamento; confirmada esta sentença pelo Supremo Tribunal Militar, isto é, depois que houver passado em julgado, cabe então (e só então, arts. 292 e 293 do Regulamento Processual Criminal Militar) a intervenção da autoridade competente; promovendo a dispensa, ou baixa do serviço a essa praça, que por sentença foi declarada soffrer de alienação mental.

Aliás essa dispensa ou baixa já devera ter sido effectuada logo após a publicação dos differentes accórdãos, nos quaes foi aquella praça absolvida pelo fundamento de falta de integridade mental; agora, porém, se nos afigura uma intervenção indebita em attribuições que são da exclusiva competencia do conselho de guerra a que está respondendo o mesmo soldado.

A providencia aconselhada pelo art. 23 doCodigo Penal da Armada refere-se ao caso em que tenha sido já verificada a isenção de culpabilidade de um criminoso, em resultado de affecção mental; e essa verificação só se torna effectiva juridicamente quando della toma conhecimento o respectivo con-

selho de guerra, e a appryva., ou reforma o Supremo Tribunal Militar.

« Este é meu parecer, saive melhor juizo. »

A proposito dessas informações o marechal chefe do Estado Maior dirigiu em 8 de abril ao Ministerio da Guerra o seguinte officio:

« Submetto á consideração de V. Ex., competentemente informada pela 1ª secção e Auditoria de Guerra desta repartição, o telegramma do commando do 7º districto militar, sobre o soldado Antonio Lazaro dos Santos, que, estando actualmente submettido a conselho de guerra pelo crime de deserção, já tem sido por outros crimes absolvido pelo Supremo Tribunal Militar, por soffrer das faculdades mentaes.

Divergem em suas conclusões os dous pareceres juntos, por isso creia conveniente ser o caso em questão submettido á apreciação do Supremo Tribunal Militar. »

Tendo tomado conhecimento da questão sujeita á sua consulta, o Supremo Tribunal Militar passa a cumprir vossa ordem constante do aviso do Ministerio da Guerra n. 38, de 20 de abril ultimo.

No telegramma dirigido ao Estado Maior o commando do 7º districto militar diz que o soldado do 8º batalhão de infantaria Antonio Lazaro dos Santos, ora em conselho de guerra, por ter commettido o crime de deserção, respondeu a dous processos em 1901, sendo condemnado em um delles a tres mezes de prisão, e no outro absolvido, por soffrer das faculdades mentaes e pelo mesmo motivo foi absolvido tambem em um terceiro processo no anno de 1904.

Com effeito das ordens do dia ns. 135, de 10 e 136, de 15 de maio de 1901, consta que o soldado Antonio Lazaro dos Santos, então pertencente ao 26º batalhão de infantaria, foi condemnado por este tribunal a 26 de abril, como réo de crime de insubordinação, a tres mezes de prisão com trabalho, por estar incurso no grão minimo do art. 97 do Código Penal Militar, concorrendo em seu favor a attenuante do art. 37 (*ter sido tratado em serviço ordinario com rigor não permitido por lei*), e que por sentença de 24 tambem de abril o tribunal reformou a sentença do conselho de guerra, que julgara irregularmente extincta a acção intentada contra o mesmo réo, pela crime de insubordinação, para absolver o dito réo, porque ficou privado pelo exame medico-legal estar elle soffrendo de alienação mental na occasião de praticar o crime; esta circumstancia, diz ainda a sentença, não é, como pareceu ao conselho de guerra, um meio de extincção da acção penal, mas um elemento exclusivo de responsabilidade criminal, nos termos do art. 21, § 4º, do Código Penal Militar.

Publicada essa sentença, e mandada cumprir a 29 de mesmo mez de abril, o Ministerio da Guerra expediu o avis.

n. 1.730, de 24 de julho, mandando transferir para o Asylo de Invalidos da Patria, de accordo com o disposto em outro aviso de 5 de maio de 1897, esse soldado do 26º batalhão Antonio Lazaro dos Santos, que, por se achar soffrendo das faculdades mentaes, estava recolhido ao Hospicio de S. João de Deus, no Estado da Bahia, segundo constava do officio n. 832, de 15 de julho, dirigido pelo commando do 3º districto militar ao chefe do Estado Maior do Exercito. (*Ordem do dia n. 153, de 10 de agosto de 1911.*)

Essa transferencia, porém, não se effectuou.

Tendo tido alta do Hospicio de S. João de Deus, na Bahia, esse soldado embarcou para a Capital Federal a 20 de agosto do mesmo anno (1901), e a 4 de setembro seguinte foi addido ao 10º batalhão de infantaria, baixando ao Hospital Central do Exercito a 3 de outubro, por ordem do commando do 4º districto, *afim de ser observado*; o medico, a cujos cuidados foi confiado esse soldado, diagnosticou — nervose cardiaca (especie palpitações) — dando-lhe alta, curado, no dia 7 de novembro.

Officios do commando do 10º batalhão de infantaria e do director interno do Hospital Central, de 30 de janeiro e 8 de abril de 1904, annexos aos autos do processo ultimado a 23 de novembro desse anno.

Por ordem do chefe do Estado Maior foi Lazaro dos Santos transferido para o 7º districto, conforme consta da ordem do dia n. 175, de 30 de novembro.

Chegando ao Estado de Matto Grosso, foi elle incluido, a 27 de janeiro de 1902, no 19º batalhão de infantaria; preso para responder a um inquerito policial e a conselho de investigação em maio, foi submettido ao de guerra em julho, sendo condemnado por erime de insubordinação a 30 annos de prisão com trabalho, como incurso nos arts. 98 e 99, maximo do primeiro artigo, de conformidade com o disposto no art. 52, § 2º, todos doCodigo Penal Militar.

Este é o terceiro processo a que allude o commando do 7º districto em seu telegramma.

Essa sentença foi reformada por este tribunal em 23 de novembro de 1904, para absolver o réo, porque elle commetteu o crime, que lhe foi imputado, em estado de completa privação de sentidos, e de intelligencia, por soffrer de idiotismo, moléstia que foi julgada incuravel, e o dito réo incapaz para o serviço do Exercito, conforme a inspecção de saude a que foi submettido, e constante da cópia de seus assentamentos, pelo que foi até mandado recolher ao Asylo de Invalidos da Patria por aviso do Ministerio da Guerra n. 1.730, de 29 de julho de 1901, sem que fosse cumprida tal ordem, e assim julgando, mandou o tribunal que fosse o referido preso posto em liberdade, si por outro motivo não estivesse preso. O ministro

Francisco José Teixeira Junior votou por esta sentença, mas observou que o indiciado, logo que fosse desligado do serviço militar, careceria de protecção da assistência publica, onde se achar, por estar sujeito a accessos furiosos. (*Ordem do dia n. 389, de 5 de dezembro de 1904.*)

Por aviso n. 1.605, mandou o Ministerio da Guerra excluir do Asylo de Invalidos o soldado Lazaro, por ter tido baixa do serviço. (*Ordem do dia n. 458, de 20 de novembro, de 1905.*)

Essa baixa não se realizou; Lazaro dos Santos podia ter sido excluido do Asylo de Invalidos, onde aliás figurava nominalmente apenas, mas continuou a pertencer ás fileiras do Exercito, e, actualmente, como praça do 8º batalhão de infantaria, está preso, e submettido a processo pelo crime de deserção.

E' possivel que a ordem para excluir do Exercito essa praça tenha chegado ao 7º districto, quando já havia ella commettido o crime, que a levou a conselho de guerra.

Uma vez sujeito a esse conselho o soldado Lazaro dos Santos, o Governo não pôde tomar, desde já, providencia alguma a seu respeito.

Nenhuma autoridade administrativa pôde intervir, de qualquer modo, nos processos criminaes, e um processo de conselho de guerra, quando iniciado, deve ser levado ao seu termo final neste Supremo Tribunal Militar. (*Arts. 292 e 293, do Regulamento Processual Militar.*)

Assim o conselho a que responde o soldado Lazaro dos Santos deve proseguir em seus trabalhos até pronunciar a sentença, tendo requisitado antes exame medico-legal na pessoa do réo.

Só depois de proferida a sentença final por este Supremo Tribunal, e remettidos os autos para o — cumpra-se — da autoridade administrativa competente, o Governo poderá, si a sentença fôr absolutoria, mandar tornar effectiva a baixa do soldado em questão, devendo entregal-o á familia, si a tiver, ou requisitar sua internação em algum hospital de alienados.

Seria conveniente recommendar-se ao commando do 7º districto, em telegramma, que mande dar andamento, com urgencia, ao processo, para que sobre elle pronuncie este tribunal, com a possivel brevidade, sua decisão final.

Assim parece ao tribunal.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1908.— *E. Barbosa.*— *R. Galvão.*— *C. Neto.*— *F. J. Teixeira Junior.*— *Carlos Eugenio.*— *Marinho da Silva.*— *L. Medeiros.*

Foi voto o ministro marechal F. A. de Moura.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 23 de maio de 1908.— *AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.*— *Hermes R. da Fonseca.*

N. 59 — EM 30 DE MAIO DE 1908

Manda providenciar sobre composição das juntas de alistamento militar de que trata o regulamento que baixou com o decreto n. 6.947, de 8 do corrente.

Ministerio da Guerra — N. 832 — Rio de Janeiro, 30 de maio de 1908.

Tendo de ser opportunamente nomeados os que deverão compôr as juntas de alistamento militar, de que trata o regulamento que baixou com o decreto n. 6.947, de 8 do corrente, providenciae para que os commandantes dos districtos militares exerçam a incumbencia conferida pelo art. 199 do citado regulamento ás inspecções permanentes, que ainda não estão installadas, de solicitar dos presidentes e governadores dos Estados e do prefeito do Districto Federal, respectivamente, os esclarecimentos a que se refere este artigo.

Providenciae outrosim para que nos commandos dos mesmos districtos seja organizada a relação dos officiaes reformados do Exercito, existentes nos municipios desses districtos, afim de se poder dar providencias de accôrdo com o disposto na ultima parte do art. 43, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.—Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 60 — EM 8 DE JUNHO DE 1908

Marca o prazo para a recepção de declarações escriptas dos 1.^{os} e 2.^{os} tenentes, legalmente habilitados, de acceitarem ou não transferencia para a arma de engenharia.

Ministerio da Guerra — N. 869 — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que fica marcado o prazo de 30 dias, a contar desta data, para serem recebidas nos quartéis-generaes dos commandos dos districtos militares as declarações escriptas dos 1.^{os} e 2.^{os} tenentes, legalmente habilitados, de acceitarem ou não a transferencia para a arma de engenharia, cumprindo-vos levar esta resolução por telegramma, aos commandos dos ditos districtos, afim de que a comuniquem ás guarnições.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 61 — EM 8 DE JUNHO DE 1908

Manda sustar desde já a distribuição de peças de fardamento que não foi feita na época do respectivo vencimento ás praças de pret do Exército.

Ministerio da Guerra — N. 870 — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1908.

Declaro-vos que, sendo o fardamento fornecido pelo Estado ás praças de pret destinado apenas a dar-lhes o meio de se apresentarem devidamente uniformizadas e não um supplemento de vantagens, deverá ser sustada desde já a distribuição das peças de fardamento que não foi feita na época do respectivo vencimento, salvo o caso, conveniente justificado, de absoluta necessidade para o serviço, evitando-se sempre as duplicatas.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 62 — EM 9 DE JUNHO DE 1908

Declara que o limite marcado no art. 73 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, não se applica ás praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, e que se engajarem sem interromper o tempo de serviço no Exército activo.

Ministerio da Guerra — N. 873 — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1908.

Tendo o cabo de esquadra do 1º batalhão de infantaria Appolinario José de Oliveira pedido, no requerimento que o commandante do 4º districto militar submetteu á vossa consideração em officio n. 936, de 1 do corrente, novo engajamento por tres annos, e constando das informações prestadas que conta a referida praça 38 annos de idade, superior ao limite marcado no art. 73 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, declarae ao mesmo commandante, para os fins convenientes, que a disposição do citado artigo referente a esse limite não se applica ás praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, e que se engajarem sem interromper o tempo de serviço no Exército activo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior de Exército.

N. 63 — EM 10 DE JUNHO DE 1908

Adopta instrucções para as linhas de tiro organizadas em vista do estabelecido na lei n. 1.860, de 4 de janeiro, e no regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimos.

Ministerio da Guerra — N. 876 — Rio de Janeiro, 10 de junho de 1908.

Declaro-vos que são adoptadas as instrucções que a este acompanham, para as linhas de tiro, organizadas em vista do estabelecido na lei n. 1.860, de 4 de janeiro e no regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimos, devendo ser publicadas em ordem do dia dessa repartição.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

INSTRUCÇÕES PARA AS LINHAS DE TIRO

Art. 1.º As linhas de tiro já estabelecidas ou a estabelecer para os effeitos da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, e regulamento de 8 de maio seguinte, tem por fim a instrucção do tiro de guerra aos homens pertencentes ao Exercito activo, aos reservistas de 1.ª linha, aos alumnos dos collegios, escolas e academias onde seja obrigatoria a instrucção militar, e aos socios das sociedades de tiro incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro.

Art. 2.º As praças em serviço activo frequentarão as linhas de tiro do Governo em dias designados pelos commandantes das unidades a que pertencerem e sob o commando de seus officiaes e inferiores; os alumnos das escolas em dias tambem designados, de accordo com o programma de ensino respectivo e sob a direcção do instructor; e os reservistas, em grupos ou isolados, nos domingos, dias feriados e ainda em outros dias previamente designados pelo encarregado da linha de tiro, de modo que cada reservista faça uma sessão de tiro por mez.

Art. 3.º As forças do Exercito activo e os alumnos das escolas levarão para os exercicios de tiro ao alvo a necessaria munição; o encarregado da linha fornecerá aos reservistas e socios das sociedades de 3.ª categoria da confederação a munição precisa na razão de 10 tiros para cada atirador.

Art. 4.º Nas localidades em que o encarregado da linha fôr instructor militar de instituto de ensino onde seja obrigatoria a instrucção militar, a munição destinada aos exercicios dos alumnos será fornecida directamente pelo deposito da linha de tiro.

Art. 5.º As linhas de tiro das sociedades incorporadas serão franqueadas em dias uteis, previamente combinados, ás forças do Exército, aos alumnos dos institutos de ensino onde haja obrigatoriedade e aos reservistas de 1.ª linha.

Art. 6.º A munição para as praças e alumnos acima referidos será trazida pelos proprios atiradores; para os reservistas ella será fornecida pela sociedade que previamente a receberá do deposito situado na região de inspecção, á razão de 10 cartuchos para cada reservista, por sessão mensal.

Art. 7.º Nas localidades em que não estacionarem forças federaes, o Governo poderá entregar ás sociedades de 3.ª categoria a linha que ali fôr construida, sob condição de restituição quando o mesmo Governo assim entender.

Essas sociedades não poderão, porém, passar ás 1.ª e 2.ª categorias sem que indemnizem a Fazenda Nacional de metade das despesas realizadas com a construcção da linha.

Art. 8.º As unidades do Exército não terão mais linhas de tiro de uso privativo, salvo as linhas para tiro reduzido ou tiro de guerra á distancia reduzida, construidas no interior dos quartéis.

Material das linhas

Art. 9.º Haverá em cada linha de tiro, que não possuir installação completa, o seguinte material:

- a) alvos de zonas quadrados de dous metros de lado;
- b) idem rectangulares de 1m×2m;
- c) idem silhuetas, ou figurativos de homem em pé, ajoelhado, deitado e a cavallo;
- d) alvos moveis para exercicios de pontaria;
- e) duas mesas de pontaria com accessorios;
- f) dous escaletes;
- g) duas mesas pequenas, com tamboretos para o tiro sentado;
- h) tres bandeirolas para signaes;
- i) uma cadeira metrica;
- m) uma regua de dous metros de comprimento, graduada em centimetros;
- n) um nivel de pedreiro;
- o) seis rectangulos de lona impermeavel de 2m×1m,50 para resguardo dos atiradores no tiro ajoelhado e deitado;
- p) duas borboletas rectificadoras;
- q) dous indicadores de impacto;
- r) panellas de ferro, fogareiro, colla, tintas, pinceis, papel, aniagem, madeira e a ferramenta de carpinteiro necessaria para confecção e concerto dos alvos.

Pessoal

Art. 10. Cada linha de tiro estará a cargo de um official nomeado pelo Ministro da Guerra, sob proposta do inspector permanente da região.

Art. 11. O official encarregado da linha de tiro será ao mesmo tempo instructor e cumpre-lhe:

I. Dar a instrução pratica do tiro aos reservistas do Exército e aos socios das sociedades confederadas de 3ª categoria, fiscalizando o consumo das munições.

II. Requisitar da autoridade competente o armamento e munições necessarias para os exercicios dos atiradores, aos quaes não sejam directamente fornecidos.

III. Fazer o registro e os mappas do tiro de accôrdo com os modelos em vigor.

IV. Ser responsavel pelo material de instrução confiado á sua guarda e pela conservação e o nivel da linha.

Art. 12. O instructor terá para auxiliares um ajudante ex-inferior do Exército activo, e tantos guardas, ex-praças do Exército activo, quantos forem necessarios á conservação da linha.

Art. 13. Quando o encarregado da linha de tiro fôr tambem instructor de algum instituto de ensino onde seja obrigatoria a instrução militar, a escripturação do gasto de munição dos alumnos será feita separadamente da despendida pelos reservistas e socios das sociedades confederadas de 3ª categoria.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1908.— *Hermes R. da Fonseca.*

N. 64 — EM 17 DE JUNHO DE 1908

Manda remetter até 15 de agosto vindouro, á Secretaria de Estado, demonstração da despesa effectivamente paga no 1º semestre deste anno.

Ministerio da Guerra — Circular — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em.....que deverá remetter até 15 de agosto vindouro, á mesma Secretaria de Estado, a demonstração da despesa effectivamente paga no 1º semestre deste anno, afim de se poder em tempo providenciar sobre os necessarios augmentos para a liquidação das despesas no actual exercicio, devendo solicitar-se o strictamente preciso para estas despesas.

Hermes R. da Fonseca.

N. 65 — EM 17 DE JUNHO DE 1908

Manda que sejam enviados, com a maior urgencia possivel, pedidos de artigos, com os respectivos preços, ás delegacias fiscaes competentes, afim de que informem si ha credito.

Ministerio da Guerra — N. 362 — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1908.

Em vista do exposto pela Intendencia do 6º districto militar, em officio annexo ao de n. 216, de 8 do mez findo, do commandante desse districto á Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, declaro-vos, para que disso tenham conhecimento áquella e as demais intendencias que sempre que se tratar de aquisição de artigos por concorrência publica ou, no caso de autorização legal, por compra administrativa, deverão ellas enviar, com a maior urgencia possivel, os pedidos de taes artigos com os respectivos preços, ás delegacias fiscaes competentes, solicitando dessas que informem si ha credito, o reservem desde logo para esse fim, no caso affirmativo, e façam a classificação da despesa á margem. Outrossim, vos declaro que nesta data se faz a necessaria communicação ás respectivas delegacias fiscaes e que deverão ser dadas providencias para que se enviem áquellas intendencias, cópias do aviso n. 91, que em 17 de fevereiro findo vos dirigi sobre a aquisição de artigos, por essa repartição.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.— Sr. Intendente Geral da Guerra.

N. 66 — EM 19 DE JUNHO DE 1908

Resolve a respeito de consultas do commandante interino do 3º districto militar sobre voluntarios especiaes e para manobras, constantes de telegrammas.

Ministerio da Guerra — N. 933 — Rio de Janeiro, 19 de junho de 1908.

Em solução ás consultas do commandante interino do 3º districto militar e constantes dos tres inclusos telegrammas, declarai ao mesmo commandante:

Que os voluntarios especiaes só teem direito á etapa quando incluídos como addidos e não durante o tempo de licenciamento, embora frequentemente a instrução de recruta;

Que os referidos voluntarios especiaes, que se alistarem antes de 30 de novembro, devem ser considerados licenciados;

Que aos voluntarios para manobras será fornecido, como aos especiaes, desde já, por emprestimo, gorro de pauno, calça,

tunica e capa de brim *kaki* para infantaria, como já foi providenciado em aviso n. 320, de 10 do corrente á Intendencia Geral da Guerra;

Que os corpos devem acceitar, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio findo, voluntarios de dous annos, os quaes ficarão licenciados até 30 de novembro ou 31 de dezembro.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 67 — EM 25 DE JUNHO DE 1908

Declara por quem será fornecido o livro de que trata o art. 65 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, o numero de folhas, e que será escripturado de accôrdo com o modelo B que acompanha o mesmo regulamento.

Ministerio da Guerra — N. 948 — Rio de Janeiro, 25 de junho de 1908.

Declarac ao commandante do 3º districto militar, em soluçãõ á consulta que faz no telegramma que vos dirigiu em 30 do mez findo, que o livro de que trata o art. 65 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 do dito mez, deverá ser fornecido á unidade que em cada localidade receber voluntarios para manobras, pela intendencia districtal, que o comprará na praça, si não estiver habilitada a fornecel-o.

O referido livro terá 100 folhas e será escripturado de accôrdo com o modelo B, que acompanha o regulamento acima citado, abrindo-se, depois da casa — signaes caracteristicos —, uma outra com a rubrica — residencias.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 68 — EM 28 DE JUNHO DE 1908

Approva as instrucções para o concurso de admissãõ no quadro de intendentes a que se referem os arts. 12, 13 e 16 do decreto n. 6.971, de 4 do corrente.

O ministro da Guerra, em nome do Sr. Presidente da Republica, resolve approvar as instrucções que a esta acompanham, para o concurso de admissãõ no quadro de intendentes a que se referem os arts. 12, 13 e 16 do decreto n. 6.971, de 4 do corrente.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1908. — *Hermes R. da Fonseca*.

INSTITUIÇÕES PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO NO QUADRO DE
INTENDENTES A QUE SE REFEREM OS ARTS. 12, 13 E 16 DO DE-
CRETO N. 6,971, DE 4 DO CORRENTE

Art. 1.º Os officiaes do serviço activo do exército dos postos de 2º tenente a major, que desejarem a transferencia para o quadro de intendentes, das classes 1ª á 4ª, deverão, até o dia 20 de julho vindouro, apresentar uma declaração escripta nesse sentido ao commandante do districto militar e por intermedio da autoridade sob cujas ordens servirem.

Art. 2.º Para a promoção a intendentes de 5ª classe poderão inscrever-se até a mesma data os officiaes inferiores, de 2º sargento a sargento ajudante ou quartel-mestre, que tenham mais de tres annos de serviço effectivo no corpo, menos de 35 annos de idade e não tenham em seus assentamentos notas que os desabone.

Paraphrasis unico. Si o corpo ou o estabelecimento estiver longe da séde do districto, o seu chefe communicará por telegraphia as declarações que for recebendo, remettendo-as em seguida pelo correio devidamente informadas.

Art. 3.º Os commandantes de corpos e chefes de estabelecimentos militares instruirão as declarações com as fés de officios e certidões de assentamentos respectivos e mais a sua informação pessoal sobre a idoneidade a conducta civil e militar dos candidatos.

Art. 4.º A medida que for recebendo as declarações, o commandante do districto dará as providencias para que os candidatos se achem na séde no dia do concurso, e bem assim para que lhe sejam remettidas as fés de officios ou certidões dos candidatos que estiverem fóra do seu corpo.

Art. 5.º Em ordem do dia 16 a 20 de julho os commandantes dos districtos militares publicarão uma relação de todos os candidatos inscriptos.

Art. 6.º O concurso terá logar no dia 1 de agosto para os inferiores e 2 do mesmo mez, tudo do corrente anno, para os officiaes, e ambos perante uma commissão fiscalizadora, constituida pelo commandante do districto e os dous officiaes mais graduados dos presentes na séde.

Art. 7.º O programma do concurso será o seguinte:

Para officiaes — Administração — leis, regulamentos e instruções sobre os serviços administrativos militares, especialmente vencimentos militares, intendencias districtaes, conselhos economicos, administração interna dos corpos, cobrança do imposto do sello, Escripção militar, Redacção official, modelo de escripturação regulamentares, Arithmetica, em suas applicações ao commercio, especialmente á redução de moedas, cambios, systema metrico, descontos, juros simples e compostos.

Para inferiores — Administração — Conselhos economicos, administração interna dos corpos, vencimentos militares, Escripção militar, Redacção official e modelos regula-
mentares.

res de escripturação. Arithmetica pratica : operações fundamentaes sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimales, systema metrico, proporções.

Paragrapho unico. Da parte da prova relativa á arithmetica são dispensados os candidatos que tiverem approvação nessa disciplina.

Art. 8.º Pelo Ministerio da Guerra serão formulados os **temas que constarão de tres questões sobre as materias do programma** e serão remettidas em cartas lacradas aos commandantes de districto para serem abertas no momento de começar a prova.

Art. 9.º O tempo para a solução das questões será de três a quatro horas, não se permitindo consultas a livros, apontamentos, etc., e sendo o papel distribuido aos candidatos rubricado pela commissão fiscalizadora.

Art. 10. Terminadas as provas, a commissão, depois de verificar que todas estão datadas e assignadas, as collocará em um envolvero, que será lacrado e depois rubricado por toda a commissão.

Art. 11. Com a maior urgencia, o commandante do districto enviará ao Ministerio da Guerra os envolveros contendo as provas e acompanhando-os das fés de officio, pedidos de inscripção, informações dos commandantes dos corpos e chefes de estabelecimentos sob cujas ordens servirem os candidatos, e tambem de seu juizo sobre cada um delles.

Art. 12. O julgamento das provas terá lugar no Ministerio da Guerra e será feito por uma commissão nomeada pelo Ministro, sendo a classificação final publicada em ordem do dia do exercito.

Art. 13. A commissão julgadora levará em conta na classificação não só o valor das provas, apresentadas, como tambem as fés de officio, certidões de assentamentos e informações de conducta.

Em relatorio de character reservado a commissão justificará a classificação feita.

Art. 14. O preenchimento dos quadros de 1.ª a 4.ª classe será feito por transferencia no posto immediato dos officiaes habilitados.

Os dois intendentes de 5.ª classe por promoção de inferiores, segundo as mesmas condições.

Art. 15. O concurso de que tratam as presentes instrucções só tem valor para o preenchimento das vagas resultantes da organização do quadro de intendentes.

O Ministerio da Guerra expedirá opportunamente o regulamento definitivo para a promoção de inferiores a intendentes de 5.ª classe.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1908. — *Hermes R. da Fonseca.*

N. 69 — EM 30 DE JUNHO DE 1908

Manda adoptar um distinctivo para os voluntarios especiaes

Ministerio da Guerra — N. 978 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1908.

Manda adoptar, como distinctivos para os voluntarios especiaes, um fio branco nas passadeiras das tunicas de brim kaki de que usam, conforme propoendes em officio n. 2.445, de 22 do corrente.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 70 — EM 30 DE JUNHO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo rectificação de posição, no Almanack da Guerra, de um official do Exercito.

Ministerio da Guerra — N. 937 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 18 do mez findo, resolveu, em 20 do corrente, indeferir o requerimento em que o 1º tenente de artilharia Emilio Rosauro de Almeida pediu que se rectificasse no almanak deste Ministerio a posição que alli occupa o capitão Luiz Gonzaga Borges da Fonseca, visto ser aquelle official mais moderno que este, como praça e como official.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O PARECER SUPRA

Sr. Presidente da Republica — O Ministerio da Guerra, com o aviso n. 4, de 7 de janeiro ultimo, remetteu a este tribunal, por vossa ordem, afim de consultar com parecer, o requerimento em que o 1º tenente de artilharia Emilio Rosauro de Almeida pede que seja rectificada a posição que occupa no Almanak do Ministerio da Guerra o capitão Luiz Gonzaga Borges da Fonseca.

Ouvindo a respeito, o auditor de guerra junto ao Estado Maior emittiu o seguinte parecer, no qual vem o transumpto da reclamação :

« O 1º tenente da artilharia Emilio Rosauro de Almeida no requerimento junto pede que seja dectificada a posição que occupa no Almanak o capitão da mesma arma Luiz Gonzaga Borges da Fonseca, visto não ter o respectivo curso, porque sendo alumno do 3º anno da Escola do Rio Grande, sua matricula fôra mandada trancar em abril de 1893, passando a empregado da escola não sendo por isso alumno em 6 de setembro do mesmo anno para gozar do beneficio do decreto n. 206, de 26 de setembro de 1894, que mandou considerar approvados os alumnos das escolas militares que tivessem frequentado as aulas até 6 de setembro de 1893, e acrescenta, sem adduzir argumentos ou razões, que o aviso da Guerra de 10 de novembro de 1894, que mandou ficar sem effeito aquelle trancamento, nenhuma relação tinha com o decreto n. 206.

Informando, cumpre-me dizer que o citado aviso de 10 de novembro, declarando sem effeito o trancamento da matricula do capitão Borges da Fonseca, fel-o restituir á sua condição de alumno.

O aviso dispõe sobre materia administrativa, e, portanto, da competencia do Ministro, e não posso atinar com qualquer motivo ou razão que o possa inquinar de illegalidade ou nullidade e nem mesmo o requerente o ataca por esse lado.

E sendo assim, em consequencia do aviso, tornou-se insubsistente, inexistente o trancamento da matricula e este é, pois, como si não se tivesse dado.

Parece-me, pois, que as autoridades, á vista dessa disposição, não podiam deixar de contemplar o capitão Borges da Fonseca no beneficio do decreto n. 206, e dar-lhes matricula nos annos successivos do curso, como de facto o fizeram, pois consta da informação junta do director da Escola de Guerra que o commandante da Escola do Rio Grande do Sul, ouvindo os respectivos professores, concedeu ao capitão Borges da Fonseca matricula no 4º anno, por considerat-o comprehendido na disposição do decreto n. 206.

Esta interpretação dada pelo referido commandante, na forma exposta, quanto á comprehensão do aviso de 10 de novembro, nenhuma impugnação soffreu por quem pudesse fazel-o, e não vejo, mesmo, que argumento possa contrariar-a; e, portanto, a matricula concedida tornou-se um acto perfeito, acabada e valido por approvação em annos subsequentes.»

A informação do commandante da Escola de Guerra, á qual allude o auditor do Estado Maior, é esta :

« Informando o incluso requerimento do 1º tenente do 2º regimento de artilharia de campanha Emilio Rosauro de Almeida contra a collocação ou promoção na arma de artilharia do capitão Luiz Gonzaga Borges da Fonseca, secretario desta escola, tenho a dizer que este official, depois de haver trancado sua matricula na extincta Escola Militar deste Estado, que fre-

quentava como alferes-alumno, em virtude da portaria do Ministerio da Guerra de 26 de abril de 1893, achava-se ainda servindo na mesma escola e ouvindo as aulas, quando, por effeito da revolução daquelle anno, esta fechou-se. Mais tarde, em 1894, surgiram os decretos legislativos mandando considerar approvados todos os alumnos que frequentaram as aulas em 1893, favor este que se tornou extensivo a todos indistinctamente, quer na escola do sul, quer na do Rio.

O referido official entrou no numero dos que gozaram tão extraordinarios favores, conferidos, sem distincção alguma, a todos que frequentaram em 1893 as aulas dos diversos annos dos cursos escolares, quer aos effectivamente matriculados nessas aulas, quer aos ouvintes, fossem alumnos propriamente ditos, ou praças á disposição do commando, inclusive aquelles a quem, faltando exame de uma parte apenas de uma serie, o Governo concedeu matricula na serie immediata, com a condição de só fazerem os exames finais correspondentes depois de previamente approvados naquella parte da serie anterior, e ainda aquelles que, tendo já approvação em uma parte da serie, em que estavam matriculados, fôra permittida frequencia, como ouvintes das aulas da serie immediata.

Todos os ouvintes, officiaes e praças, alumnos ou empregados da escola, foram assim comprehendidos nas disposições daquelle decretos legislativos.

Deriva desses direitos a approvação do capitão Gonzaga nas aulas do 3º anno, por assim o haver entendido o commandante da escola, o então coronel Marciano Augusto Botelho de Magalhães, deferindo o seu requerimento depois de mandar ouvir os respectivos professores, como tudo consta do archivo daquelle extinto instituto militar de ensino, acto este amparado e justificado pelo aviso de 10 de novembro de 1894 do Ministro da Guerra Francisco Antonio de Moura, que mandou considerar sem effeito a sua portaria de 26 de abril do anno anterior.

E', pois, indubitavel que o então 2º tenente Gonzaga Borges foi regularmente contemplado em uma concessão indistinctamente feita a todos os que se achavam em condições identicas ás suas: nem seria licito excluir-o dentre os favorecidos, porque o Ministro da Guerra, tornando sem effeito aquelle truncamento de matricula, necessariamente e logicamente tinha por fim melhor amparar-os nos direitos áquella merecida concessão.

Conquanto o regulamento de 1890, que, ao tempo desses factos, regia os institutos de ensino, não autorizasse a classe de ouvintes, eram estes, entretanto, tolerados até que o aviso de 12 de novembro de 1895, prohibiu terminante tal tolerancia. Não obstante, foram sempre reconhecidos como bons os exames assim obtidos, e as approvações produziram sempre todas as consequencias legais, taes como passagem á frequencia das series immediatas e proseguimento de estudos nos cursos especiaes.

Como acto decorrente desses direitos o 2º tenente Gonzaga

matriculou-se no 4º anno da escola do sul, e porque tivesse approvações plenas nos quatro annos do curso geral recebeu o grão de bacharel em sciencias em sessão da congregação de 24 de maio de 1896. Matriculando-se no ultimo anno da citada escola e obtendo novamente approvações plenas em todas as doutrinas theoricas e praticas, completou o curso das tres armas pelo regulamento de 12 de abril de 1890, tendo sido por isso proposto pela congregação para proseguir em seus estudos na Escola Superior de Guerra, o que não realizou por ter desistido da matricula, conforme consta da ordem do dia do Exercito n. 840, de 30 de abril de 1891.

Vem a proposito mencionar aqui que os avisos de 13 de novembro de 1896 (*Diario Official* de 17 desse mez), mandando declarar aos commandantes das escolas do Rio, Porto Alegre e Ceará que o Sr. Presidente da Republica resolverá deverem proseguir em seus estudos os alumnos das mesmas escolas que, obtiveram approvação em virtude dos decretos legislativos ns. 206, de 26 de setembro, 220, de 14 de novembro, e 263, de 20 de dezembro de 1894, e que os mesmos avisos revogaram o de 4 de julho (*Diario Official* de 6), que adoptara o parecer da congregação da escola do Rio impugnando as approvações de dous alumnos comprehendidos nos referidos decretos de 1894.

Não posso, portanto, deante de taes factos legalizá-los por quem de direito, deixar de classificar de improcedente e extemporanea semelhante reclamação.

Devo mesmo taxal-a de capciosa e no numero daquellas que as disposições em vigor prohibem de ser encaminhadas, porquanto o reclamante não a escuda nem mesmo em preterição soffrida.

Assim, é que, estudando o reclamante o 2º anno do curso geral, quando o capitão Gonzaga estudava o 3º, si este official não tivesse obtido approvações iria ser companheiro de turma do 1º tenente Rozauro, que, sendo mais moderno, como se vê do Almanack, não pôde estar prejudicado por aquelle acto do commando da escola, sancionado pelos precitados avisos do Ministerio da Guerra, pois ainda que concluíssem o curso ao mesmo tempo, ao mais antigo caberia fatalmente a prioridade na promoção.

Doze annos depois, com manifesta desobediencia aos preceitos disciplinares, porque importa em um desrespeito e uma repulsa a actos de seus superiores hierarchicos, surge esta reclamação, que só daquelle modo pôde ser classificada, porque é tambem attentatoria no que estatuiu o collendissimo Supremo Tribunal Militar em uma resolução de 18 de novembro de 1904, e aviso do Ministerio da Guerra, de 4 de dezembro do mesmo anno, corroborado pela recente resolução de 10 de abril de 1905, que baixou com o aviso de 28 desse mez, e publicado na ordem do dia do Exercito n. 420, de 10 de maio, ainda de 1905.»

O marechal chefe do Estado Maior, de accordo com a informação do auditor de guerra, pensa não ter fundamento a pretensão do 1º tenente Emilio Rozauro de Almeida.

Pelos elementos que lhe foram presentes, este tribunal

verificou que o capitão de artilharia Luiz Gonzaga Borges da Fonseca em 1893 cursava o 3º anno da Escola Militar de Porto Alegre, como alferes-alumno, sendo-lhe trancada a matricula por portaria do Ministerio da Guerra de 26 de abril desse anno. Nomeado subalerno de uma das companhias de alumnos, esse official continuou, sem interrupção, a frequentar as aulas como ouvinte, até que foi fechado aquelle instituto de ensino, por ordem superior, em outubro ainda desse anno.

Promulgado o decreto legislativo n. 206, de 26 de setembro de 1894, mandando considerar approvados os alumnos que houveram frequentado as aulas com aproveitamento até 6 de setembro de 1893, esse official pediu ser incluído entre esses alumnos.

O commandante da escola ouviu a respeito os professores, e estes foram accordes em julgar o peticionario no caso de ser attendido. E tendo o Ministerio da Guerra annullado, por aviso de 10 de novembro de 1894, a portaria de 26 de abril do anno anterior, o alferes-alumno Borges da Fonseca, que havia frequentado effectivamente, como ouvinte, as aulas do 3º anno, ficou equiparado, para os effectos daquelle decreto legislativo, aos seus companheiros matriculados nesse anno.

Si não houvesse sido fechada a escola, Borges da Fonseca, alumno ouvinte, teria prestado os exames finais do anno lectivo, com os matriculados; consequentemente, ficou tão prejudicado como estes com a suspensão dos trabalhos escolares.

Considerado approved, matriculou-se no 4º anno, em 1895, e tendo obtido approvações plenas, como nos annos anteriores, foi-lhe conferido o grão de bacharel em sciencias pela congregação da escola, em sessão de 24 de maio de 1896.

Matriculando-se, no ultimo anno do curso, Borges da Fonseca, já 2º tenente de artilharia, obteve ainda approvações plenas em todas as doutrinas theoricas e praticas, concluiu o curso das tres armas pelo regulamento de 1890, e foi proposto para proseguir em seus estudos na Escola Superior de Guerra; em 17 de fevereiro de 1897 foi promovido a 1º tenente e, graduado em capitão a 16 de novembro de 1906, teve effectividade desse posto a 14 de janeiro de 1907. E' contra a e locação desse official no Almanack do Ministerio da Guerra que reclama o 1º tenente Emilio Rosauro de Almeida.

Contra o facto de ter sido considerada e m approvação no 3º anno de curso em 1894 o actual capitão Borges da Fonseca, nem contra a sua matricula no 4º anno em 1895, nem contra o seu bacharelado em sciencias, e a terminação do curso das tres armas em 1896, e a consequente promoção a 1º tenente, ninguém reclamou.

Só agora surge extemporaneamente uma reclamação, dirigida por um official que não soffreu a minima offensa em seus direitos por ter sido comprehendido nos decretos legislativos de 1894 o capitão Borges da Fonseca.

Luiz Gonzaga Borges da Fonseca é praça de 27 de março de 1889 e alferes-alumno de 9 de janeiro de 1893; Emilio Rosauro de Almeida, praça de 9 de abril de 1889 e 2º tenente de

dezembro de 1893; portanto, mais moderno que aquelle como praça e como official.

Em 1893, Borges da Fonseca matriculou-se no 3º anno do curso e Rosauro de Almeida no 2º, si aquelle não tivesse sido considerado approved de accôrdo com o decreto n. 206, de 1894, cursaria o 3º anno com Rosauro em 1895 e juntos concluiriam o curso das tres armas; a prioridade na promoção ao posto de 1º tenente caberia, porém, a Borges da Fonseca.

Rosauro de Almeida, portanto, não tem contra que reclamar.

No Almanack de 1907 Borges da Fonseca é o n. 89 no quadro de capitães de artilharia, e Rosauro é ainda o 1º tenente da arma n. 58.

Por julgar-a extemporanea e improcedente, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que a reclamação sujeita á sua consulta não pôde ser deferida.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1908.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *C. Netto.*— *F. A. de Moura.*— *F. Argollo.*— *F. J. Teixeira Junior.*— *Carlos Eugenio.*— *Marinho da Silva.*

Foi voto o ministro marechal Rufino Enéas Galvão.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 20 de junho de 1908.— *AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.*— *Hermes R. da Fonseca.*

N. 71 — EM 6 DE JULHO DE 1908

Permitte aos officiaes e funcionarios civis do Ministerio da Guerra consignarem de seus vencimentos as mensalidades com que contribuem para a Associação Mantenedora do Orphanato (Ozorio).

Ministerio da Guerra — N. 364 — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1908.

Declaro-vos que permitto aos officiaes do Exercito e funcionarios civis deste ministerio que fazem parte da Associação Mantenedora do Orphanato Ozorio, consignarem á mesma associação as mensalidades, com que para ella contribuem.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca.*— Sr. director geral da Contabilidade da Guerra.

N. 72 — EM 6 DE JULHO DE 1908

Declara que os officiaes instructores militares dos collegios equiparados deverão ser pagos os seus vencimentos como promptos nos respectivos corpos.

Ministerio da Guerra — N. 366 — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1908.

Declaro-vos que aos officiaes do Exercito nomeados instructores militares dos collegios equiparados ao Gymnasio Nacional deverão ser pagos os vencimentos a que tem direito como promptos nos respectivos corpos.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. director geral da Contabilidade da Guerra.

N. 73 — EM 7 DE JULHO DE 1908

Defero o requerimento de um 1º tenente reformado do Exercito pedindo que a sua reforma fosse considerada no posto de capitão graduado.

Ministerio da Guerra — N. 1.026 — Rio de Janeiro, 7 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 8 do mez findo, sobre o requerimento em que o 1º tenente reformado do Exercito José Coelho Maciel pediu que sua reforma fosse considerada no posto de capitão graduado, visto haver prestado serviços por mais de 29 annos e seis mezes, resolveu, em 3 do corrente, deferir o dito requerimento, passando-se nova patente ao mesmo official, na qual se declare que a sua reforma é no posto de 1º tenente com a graduação de capitão e com os vencimentos mencionados na que lhe foi entregue e se extraviou.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Ao requerimento que, por intermedio do Ministerio da Guerra, no aviso n. 48, de 25 de

maio ultimo, mandastes submeter á consulta deste tribunal, o 1º tenente reformado José Coelho Maciel pede que sua reforma seja considerada no posto de capitão graduado, allegando ter prestado serviços militares por espaço de mais de 29 annos e seis mezes.

E' bem fundada a pretensão.

O requerente, praça de 2 de maio de 1878, tendo feito parte das forças em operações de guerra, no Estado do Rio Grande do Sul, desde 7 de março de 1893 até 23 de agosto de 1895, e na Bahia, de 18 de março a 5 de outubro de 1897, contava, quando por decreto de 4 de janeiro de 1905 foi reformado compulsoriamente, 29 annos, oito mezes e dois dias de serviço; portanto em face do disposto nas resoluções de 6 de setembro de 1890, e 3 de julho de 1899, ficou com direito á reforma no posto de tenente com a gradação de capitão, vencendo por inteiro soldo daquelle, e mais cinco quotas da gratificação especial estabelecida no art. 1º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890.

Na patente que se lhe passou, porém, foi omittido o direito á gradação, pelo que o tribunal é de parecer que se passe outra na qual se declare que a reforma do requerente é no posto de tenente com a gradação de capitão e os vencimentos mencionados na que lhe fôra entregue e se extraviou, conforme consta de um documento, que se encontra entre os papeis appensos ao aviso n. 48, de 25 de maio ultimo.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1908.— *Pereira Pinto*.— *E. Barbosa*.— *R. Galvão*.— *C. Netto*.— *F. Argollo*.— *Moura*.— *F. J. Teixeira Junior*.— *Carlos Eugenio*.— *Marinho da Silva*.— *L. Medeiros*.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 3 de julho de 1908.— **AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA**.— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 74 — EM 9 DE JULHO DE 1908

Resolve sobre a interpretação a dar-se ao disposto no paragrapho unico do art. 120 do regulamento approved por decreto n. 6.465, de 29 de abril de 1907.

Ministerio da Guerra — N. 40 — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908.

Tendo o major medico de 3ª classe do Exercito Dr. Candido de Hollanda Costa Freire, professor em disponibilidade desse collegio, designado para reger a aula de francez, con-

sultado sobre a verdadeira interpretação a dar-se ao disposto no paragrapho unico do art. 120 do regulamento approved por decreto n. 6.465, de 29 de abril de 1907, declaro-vos, em solução a essa consulta, que acompanhou vosso officio n. 2.899, de 30 do mez findo, que em cada classe de docentes a antiguidade a que se refere o citado paragrapho deverá ser contada das datas das respectivas nomeações, embora estas se façam para estabelecimentos distinctos do Ministerio da Guerra.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. director-commandante do Collegio Militar.

N. 75 — EM 9 DE JULHO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo contagem, para todos os effeitos, do periodo de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, em que se allega serviços de guerra durante a revolta occorrida nessa data.

Ministerio da Guerra — N. 1.028 — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica resolveu, em 4 do corrente, indeferir o requerimento em que o 2º tenente do 3º regimento de cavallaria Armando Baptista Jorge, a quem se refere o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 25 de maio ultimo, pediu que se lhe mandasse contar, para todos os effeitos, o periodo decorrido de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, allegando haver prestado serviços de guerra por occasião da revolta occorrida nessa data, quando picador do 2º regimento de artilharia, por isso que, embora sejam dignos de aprego os serviços prestados pelo supplicante, a lei não permite conceder-lhe o favor que pretende.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso n. 195, de 17 de dezembro ultimo, veio por vossa ordem a este tribunal, para consultar com parecer, o requerimento em que o 2º tenente do 3º regimento de cavallaria Armando Baptista Jorge pede que se lhe mande

contar, para todos os effeitos, o periodo decorrido de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, allegando haver prestado serviços de guerra por occasião da revolta occorrida nessa data, quando picador do 2º regimento de artilharia de campanha.

O requerente, allegando que como picador do 2º regimento de artilharia de campanha prestou serviços de official combatente durante o periodo da revolta iniciada a 6 de setembro de 1893, pede se lhe mande contar, para todos os effeitos, o tempo decorrido daquelle data até 17 de maio de 1894, e não até 13 de março, como está no aviso acima referido.

O requerimento sujeito á consulta veio acompanhado de dous documentos, passados, um pela Direcção Geral de Contabilidade da Guerra em 17 de novembro ultimo, e o outro pelo commando do 2º regimento de artilharia de campanha em 26 de junho de 1898.

O primeiro desses documentos consiste em uma certidão extrahida da folha 90 do livro do 2º regimento de artilharia, da qual se vê que o requerente serviu como 2º tenente picador desse regimento no periodo de 6 de setembro de 1893 a 14 de agosto de 1894 e recebeu todos os vencimentos de campanha como se fôra official combatente durante esse periodo, sendo nessa data commissionado no posto de alferes por portaria do Ministerio da Guerra.

No outro documento o commandante do 2º regimento informa, em cumprimento do despacho do ajudante general do Exercito lançado em um requerimento do alferes Armando Baptista Jo. go, então pertencente ao 9º regimento, que do archivo do 2º regimento de artilharia consta o seguinte com relação ao requerente:

«A 7 de setembro de 1893, dia immediato á revolta, passou a fazer serviço de official combatente *(o peticionario era picador do regimento)*, attenta a necessidade do mesmo, e já ter sido inferior de artilharia, como se vê do officio n. 82 do commando do regimento, dirigido ao Sr. general ajudante-general em 1 de outubro de 1893, que diz o seguinte:

«Na situação anormal em que nos achamos, fivê que lançar mão do picador d'esse regimento 2º tenente Armando Baptista Jorge para prestar serviços, que não são de sua especialidade, mas que, entretanto, tem sido muito proveitosos, parecendo o referido picador um verdadeiro official combatente; isto, porém, não admira, porque, quando p' aça do regimento, foi um bom inferior. Attendendo, pois, aos bons serviços que presta aquelle official, assim como ao decreto numero 1.243, de 3 de janeiro de 1891, que estabeleceu nos corpos de artilharia o lugar de picador, com a graduação de alferes e respectivos vencimentos, acho de toda justiça que mandeis abonar-lhe a gratificação a que tem feito jús nessa quadra que atravessamos.»

A 20 de janeiro de 1894 seguiu para ilha do Governador,

como commandante de uma bocca de fogo, regressando ao regimento a 11 de fevereiro, e seguiu com o regimento para a ilha das Cobras a 14 de março de 1894, onde fazia serviço de superior de dia e estado maior, como se vê dos respectivos detalhes.

Consta mais de um officio do commando deste regimento n. 137, de 3 de março de 1894, dirigido ao Sr. ajudante-general, com relação ao alferes Armando Baptista Jorge, o trecho seguinte:

«E' assim que terei de conservar effectivamente nas agencias o referido alferes em commissão, cu para não escalar inferiores faz-o alternar com o 2.^o tenente picador, que desde o principio da revolta faz serviço de official e por isso percebe os respectivos vencimentos.»

De um outro officio deste commando, dirigido ao ajudante-general em 17 de maio de 1894, allega ter prestado relevantes serviços, como se vê do referido officio:

«Tendo verificado praca neste regimento, como soldado, o 2.^o tenente picador Armando Baptista Jorge, que tão bons serviços prestou ao mesmo no exercicio de sua profissão, e que faz sensivel falla actualmente para as instrucções das praças, rogo-vos esclarecimentos si devo considerar como praca de pret, visto já estar 2.^o sargento, ou como 2.^o tenente picador. Pego permissão para ponderar-vos que este picador, além dos misteres de sua profissão, prestou relevantes serviços, já em diversos deslocamentos durante a revolta, já como official subalterno, e, por isso, me parece merecedor de continuar a servir considerado como 2.^o tenente em commissão.»

O marechal chefe do Estado Maior do Exercito informa, a 11 de dezembro ultimo, nestes termos:

«Comquanto na nossa legislação nada exista de positivo a respeito da pretensão do requerente, parece-me que poderá ser tomada em consideração.

Pelos documentos juntos verifica-se que o 2.^o tenente Armando Baptista Jorge serviu nesta Capital durante o periodo revolucionario de 1893-1894 como si official combatente fosse e recebendo os vencimentos de campanha de 6 de setembro de 1893 a 14 de agosto de 1894.

Os picadores servem no Exercito por contracto e com a graduação de alferes (*decreto de 3 de janeiro de 1891*). Aos medicos e pharmaceuticos adjuntos, que tambem servem por contracto, conta-se para reforma e concessão do meio soldo o tempo em que servem como adjuntos (*resolução de 16 de maio de 1906*). Estando os picadores sujeitos, como aquelles, ao regulamento disciplinar e aos conselhos de investigação e de guerra, parece que, por equidade, no caso de entrarem para

as fileiras do Exército, como se deu com o requerente, poderão contar, para os effeitos da reforma e concessão do meio soldo, o tempo em que serviram contractados, sujeitos aos onus da profissão militar.

Assim me parece que ao requerente se poderá contar, para os effeitos da reforma e meio soldo, o tempo em que serviu como picador, contando-se-lhe pelo dobro o periodo decorrido de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, de accordo com o aviso de 6 de setembro de 1895.»

O tribunal passa a dizer o que pensa sobre o assumpto em questão.

Os medicos e pharmaceuticos adjuntos, que passam mediante concurso a pertencer como effectivos ao Exército, isto é, que são confirmados por patente em seu posto, tem direito a contar para a reforma, o tempo que passaram naquella qualidade.

O picador, empregado civil contractado, que se alista como soldado no Exército, não está em condições identicas.

Nem o requerente pede contagem do tempo em que serviu como picador; o que solicita é que se lhe mande contar, para todos os effeitos, o periodo de 7 de setembro de 1893, em que, sendo picador, começou a servir como si fosse official combatente, a 17 de maio de 1894, em que passou a fer praça de soldado no 2º regimento de artilharia.

Da fé de officio que, á requisição do tribunal, está annexa a esta consulta, consta que o requerente verificou praça voluntariamente na arma de cavallaria a 4 de maio de 1885; teve baixa do serviço, por conclusão de tempo, a 3 de fevereiro de 1892; alistou-se de novo no 2º regimento de artilharia de campanha a 10 de maio de 1894, mandando a portaria de 8 se lhe contasse o tempo que anteriormente servira; foi considerado engajado por dous annos; a 12 foi nomeado cabo de esquadra, a 14 promovido a forriel, a 15 ao posto de 2º sargento e a 21 ao de 1º sargento; por portaria de 14 de agosto teve a commissão de alferes e por decreto de 3 de novembro foi promovido á effectividade desse posto.

Da fé de officio do requerente e da certidão passada pela Direcção Geral de Contabilidade da Guerra se vê, portanto, que elle, tendo verificado praça em maio, consequentemente depois de terminadas as operações de guerra contra a revolta, e antes de ser nomeado pelo Governo alferes em commissão, continuou como picador fazendo serviço de official combatente.

Do tempo de serviço que o requerente pede lhe seja contado para todos os effeitos (6 de setembro de 1893 a 17 de maio de 1894) não se lhe póde levar em conta o decorrido de 13 de março de 1894, em que foi declarado findo o estado anormal nesta Capital, occasionado pela revolta de 6 de setembro

até a vespera do dia em que se alistou como soldado, porque nesse periodo elle serviu, por contracto, como picador.

Attendendo, entretanto, a que o 2º tenente de cavallaria Armando Baptista Jorge serviu como official combatente durante o periodo revolucionario de 7 de setembro de 1893 a 13 de março seguinte, sendo então picador contractado do 2º regimento de artilharia, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que esse periodo seja levado em conta pelo dobro no seu tempo de serviço, mas tão somente para os effeitos da reforma.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1908.— *Pereira Pinto*.— *E. Barbosa*.— *C. Netto*.— *F. A. de Moura*.— *F. J. Teixeira Junior*.— *Carlos Eugenio*.— *Marinho da Silva*.— *L. Medeiros*.

Foi voto o ministro marechal Francisco de Paula Argollo.

RESOLUÇÃO

Embora sejam dignos de apreço os serviços prestados pelo supplicante, a lei não permite conceder-lhe o favor que pretende; portanto, indefiro o requerimento.

Palacio do Governo, 4 de julho de 1908.— **AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA**.— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 76 — EM 21 DE JULHO DE 1908

Declara que aos officiaes praticantes da delegacia da Direcção Geral de Engenharia junto ao commando do 5º districto militar servindo na guarnição de Florianopolis competem as gratificações de posto e de função, como subalternos dos corpos.

Ministerio da Guerra — N. 9 — Rio de Janeiro, 21 de julho de 1908.

Tendo o Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Santa Catharina consultado, em telegramma de 18 do mez proximo findo, si os officiaes praticantes da delegacia da Direcção Geral de Engenharia junto ao commando do 5º districto militar servindo na guarnição de Florianopolis, tem ou não direito á gratificação sob a consignação — Diversos serviços — do § 9º do orçamento deste ministerio para o actual exercicio, o Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao mesmo Sr. delegado fiscal, para os fins convenientes, que aos alludidos officiaes competem as gratificações de posto e de função, como subalternos dos corpos, cuja somma produz a gratificação a que se refere a mencionada consulta.—

Hermes R. da Fonseca.

N. 77 — EM 24 DE JULHO DE 1908

Declara que a disposição contida nos arts. 99 da lei n. 1.860, e 192 do regulamento approved por decreto n. 6.947, revoga a da lei de 15 de novembro de 1894 quanto aos presos sentenciados, e que as praças presas, sem a clausula de fazerem o serviço que lhes tocar por escala, não tem direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão.

Ministerio da Guerra — N. 1.121 — Rio de Janeiro, 24 de julho de 1908.

Em solução ás consultas dos commandantes do 3º e 6º districtos militares, sobre a interpretação a dar-se aos arts. 99 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro e 192 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio, tudo do corrente anno, declarae áquelles commandantes que a disposição contida nos referidos artigos revoga a da lei de 15 de novembro de 1894 quanto aos presos sentenciados, e que as praças presas, sem a clausula de fazerem o serviço que lhes tocar por escala, não tem direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 78 — EM 28 DE JULHO DE 1908

Responde a uma consulta sobre um bacharel dispensado do logar de auditor de guerra na guarnição de Uruguayana, por não haver restituído uns autos de processo de conselho de guerra.

Ministerio da Guerra — N. 1.130 — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1908.

Declarae ao commandante do 6º districto militar, em solução ao telegramma que vos dirigi em 6 do corrente, consultando si o bacharel Antonio Augusto de Carvalho, dispensado do logar de auditor de guerra na guarnição de Uruguayana por não haver restituído uns autos de processo de conselho de guerra, póde ou não ser advogado de um inferior que responde a conselho por crime de ferimento, que, uma vez que o mesmo bacharel foi dispensado da dita guarnição, cessa o impedimento legal que sobre elle pesava para advogar no fôo criminal; entretanto, si o funcionario dispensado de juiz militar assiste o direito de comparecer perante conselhos de guerra patrocinando causas de qualquer accusado, tambem á autoridade

competente continua a assistir o direito de compellil-o a entregar ao seu substituto legal, na fórmula do art. 151, letra c, do regulamento processual criminal militar, os autos que ainda não entregou, visto ser elle responsavel pelos ditos autos, sob pena de incidir nas disposições do art. 166 do Código Penal da Armada.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 79 — EM 28 DE JULHO DE 1908

Declara em pleno vigor o art. 3º, letras a e b, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo.

Ministerio da Guerra — N. 1.129 — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1908.

O commandante do 5º districto militar, no telegramma que vos dirigiu em 20 de junho findo, consulta si deve applicar ás actuaes praças que cumpriram mais de dous annos de prisão o que determina o art. 3º, letras a e b da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo.

Em solução a essa consulta declarae áquelle commandante que esse artigo e seus paragraphos estão em plena execução.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 80 — EM 29 DE JULHO DE 1908

Roga a remessa, em épocas convenientes, da demonstração detalhada do estado das differentes verbas do orçamento da Repartição da Guerra, afim de que os pagamentos não soffram demora.

Ministerio da Guerra — N. 513 — Rio de Janeiro, 29 de julho de 1908.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Rogo que V. Ex. se digne providenciar para que pelas delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados da União seja enviada a este ministerio, em épocas convenientes, a demonstração detalhada do estado das differentes verbas do orçamento da Repartição da

Guerra, afim de que os pagamentos não soffram demora, con-vindo que a remessa dessa demonstração seja trimensal, para melhor regularidade do serviço.

Renovo a V. Ex. os protestos de alta estima e distincta consideração.— *Hermes R. da Fonseca.*

N. 81 — EM 29 DE JULHO DE 1908

Declara que as peças de arreamento pertencentes á carga do 35º batalhão de infantaria, por terem sido julgadas inserviveis, devem ser recolhidas á intendencia districtal.

Ministerio da Guerra — N. 476 — Rio de Janeiro, 29 de julho de 1908.

Em solução ao officio que vos dirigiu o commandante do 1º districto militar, submettido á consideração deste mi-nisterio com o vosso aviso de 21 do corrente, sob n. 571, no qual o referido commandante pede autorização para mandar vender em hasta publica as peças de tres arreamentos para montada de official, pertencentes á carga do 35º batalhão de infantaria, por terem sido julgados inserviveis, vos declaro, para os fins convenientes, que os inserviveis devem ser reco-lhidos á intendencia districtal.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca.*— Sr. in-tendente geral da Guerra.

N. 82 — EM 31 DE JULHO DE 1908

Declara que todos os officiaes do quadro supplementar do Exercito devem usar, quaesquer que sejam suas procedencias, um mesmo distinctivo

Ministerio da Guerra — N. 1.147 — Rio de Janeiro, 31 de julho de 1908.

De posse do officio n. 2.383, de 23 do corrente, em que pro-pondes continuarem a usar a esphera armillar os officiaes do extinto corpo do Estado Maior do Exercito, que foram man-dados servir em commissão nas differentes armas combatentes do mesmo Exercito, vos declaro, para os fins convenientes que todos os officiaes do quadro supplementar, quaesquer que sejam suas procedencias, deverão usar um mesmo distinctivo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca.*— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 83 — EM 4 DE AGOSTO DE 1908

Declara que não se realizarão no corrente anno grandes manobras, mas sim de guarnição, em que as unidades de infantaria receberão voluntarios de manobras; e que é permittido aos já alistados como voluntarios especiaes tomar parte nas manobras de guarnição do corrente anno.

Ministerio da Guerra — N. 1.160 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1908.

Declaro-vos que, estando os corpos do Exercito em periodo de reorganização, não se realizarão no corrente anno grandes manobras, devendo, porém, todos os corpos fazer manobras de guarnição, sendo que as unidades de infantaria deverão receber voluntarios de manobras na fórma do regulamento para o alistamento do sorteio militar.

Essas manobras-se realizarão no mez de setembro vindouro e sua duração será de 21 dias, cumprindo que em cada guarnição o commandante marque desde já o dia do inicio dessas manobras.

Não estando ainda installadas as inspecções permanentes aos commandantes de districtos militares compete a nomeação das comissões a que se refere o § 2º do art. 65 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo.

Outrosim, vos declaro que é permittido áquelles que se alistaram como voluntarios especiaes tomar parte nas manobras de guarnição do corrente anno, transformando a praça para o voluntariado de manobras, si préviamente se mostrarem habilitados no exame de que trata o § 2º do art. 65 do mencionado regulamento.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 84 — EM 7 DE AGOSTO DE 1908

Declara que de todos os generos para os corpos arregimentados deve ser feita aquisição administrativamente, não apparecendo concurrentes ao fornecimento, ou quando o conselho economico seja compellido a rescindir os contractos; e que o assumpto é dos que se acham regulamentados em a nossa legislação militar.

Ministerio da Guerra — N. 501 — Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1908.

Tendo o capitão do 10º regimento de cavallaria André Leon de Padua Fleury consultado, como consta de vosso officio n. 594, de 27 de julho findo:

a) como deve ser feito o fornecimento de generos ou qualquer outro fornecimento aos corpos arregimentados, quando,

pela rescisão do contracto ou falta de concurrentes, seja necessario fazer-se fornecimento administrativo:

b) se si deverá, para salvaguardar os interesses da Nação e melhor fiscalização, proceder-se de accôrdo com o aviso do Ministerio da Guerra, de 11 de agosto de 1906, publicado no *Diario Official* de 19 do mesmo mez e anno, e que se refere á enfermaria militar de D. Pedrito; vos declaro, para os fins convenientes, que se deve fazer aquisição administrativa-mente de todos os generos para os corpos arregimentados, desde que não appareçam concurrentes ao fornecimento, ou quando o conselho economico seja, por circumstancias, compellido a rescindir os contractos, conforme já está previsto pelo art. 35 do regulamento sobre fornecimentos de viveres, etc., e aviso de 23 de abril de 1902.

Outrosim, vos declaro que o assumpto é dos que se acham regulamentados em a nossa legislação militar, mas que a exigencia de contracto não raro encarece os artigos que, por preços menores, podem ser administrativamente adquiridos e que, por conseguinte, a questão não é de contracto sinão de moralidade e perfeita responsabilidade nos processos de aquisição deste ou daquelle artigo para as necessidades do Exercito.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. intendente geral da Guerra.

N. 85 — EM 7 DE AGOSTO DE 1908

Em resposta a uma consulta, declara que os tres pontos sobre que a mesma versa e tão bem esclarecidos no § 2º do art. 2º e art. 9º do regulamento approved por decreto n. 7.024, de 11 de julho findo.

Ministerio da Guerra — N. 1.175 — Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1908.

O tenente-coronel da arma de cavallaria João de Figueiredo Rocha consulta:

a) os coroneis do extinto corpo de estado maior, sorteados para o quadro supplementar das differentes armas do Exercito, preenchem definitivamente as vagas correspondentes a seus postos no referido quadro;

b) quando promovidos a generaes de brigada deixam as vagas de coroneis no quadro supplementar das armas para que foram sorteados, ou as mesmas deixam de existir, por pertencerem elles a um corpo que foi extinto;

c) finalmente, no caso affirmativo, isto é, dos coroneis do extinto corpo de estado maior preencherem definitivamente as vagas do quadro supplementar das armas para que foram sorteados, o que corresponde a uma transferencia feita pelo sorteio, este mesmo principio é extensivo aos demais officiaes do

extincto corpo de estado maior sorteados também para o quadro suplementar das mesmas armas, em virtude do decreto que regulamentou o sorteio para todos.

Em solução a esta consulta, á qual se refere a informação n. 2.061, de 27 de julho findo, da 4ª secção da repartição a vosso cargo, vos declaro, para os fins convenientes, que os tres pontos sobre que versa a mesma consulta estão bem esclarecidos no § 2º do art. 2º e art. 9º do regulamento approved por decreto n. 7.024, de 11 de julho findo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito

N. 86 — EM 11 DE AGOSTO DE 1908

Declara que o art. 54 do regulamento para o serviço interno dos corpos do Exercito resolve sobre chamada a serviço no corpo do official que acaba de exercer as funcções de agente; e que, em materia de etapa, sómente poderá haver economia licita onde existem rancho organizado e conselho economico devidamente estabelecido.

Ministerio da Guerra — N. 1.185 — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1908.

O 1º tenente do 11º regimento de cavallaria Conrado Sebrão de Carvalho Lima consulta:

1º, em que occasião poderá o official que acaba de exercer as funcções de agente ser chamado no corpo para serviço;

2º, si o official commandando força federal destacada em fronteira poderá fazer economia na etapa das praças respectivas, recolhendo ao cofre do competente conselho economico a importancia proveniente dessa economia.

Em solução a tal consulta, que acompanhou, vosso officio n. 2.357, de 20 do mez findo, declaro-vos:

Que o primeiro ponto está resolvido pelo art. 54 do regulamento para o serviço interno dos corpos do Exercito, em vigor provisoriamente.

Que, em materia de etapa, sómente poderá haver economia licita onde existem rancho organizado e conselho economico devidamente estabelecido, não sendo applicavel aos pequenos destacamentos o regulamento approved pelo decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896.

Saude e fraternidade.— *João Pedro Xavier da Camara*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 87 — EM 12 DE AGOSTO DE 1908

Manda providenciar para que sejam organizados os programmas para os exames de que trata o art. 36 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, e que os exames para officiaes de reserva devem ter logar duas vezes por anno, em abril e outubro.

Ministerio da Guerra — N. 1.198 — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1908.

Para que possam ter execução os arts. 35 e 76 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, deveis providenciar para que sejam osganizados os progammas para os exames de que trata o referido art. 35.

Outrosim, vos declaro que os exames para officiaes de reserva e a que se referem os já citados artigos, devem ter logar duas vezes por anno, em abril e outubro.

Saude e fraternidade.— *João Pedro Xavier da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 88 — EM 13 DE AGOSTO DE 1908

Declara que os officiaes do Exercito servindo como praticantes e encarregados de obras tem direito ao abono de diaria igual á que percebem os officiaes que exercem essa commissão.

Ministerio da Guerra — N. 1.201 — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para que o scientiqueis em ordem do dia dessa repartição, que os officiaes do Exercito que servem como praticantes e estão encarregados de obras tem direito ao abono de diarias igual á que percebem os officiaes que exercem essa commissão.

Saude e fraternidade.— *João Pedro Xavier da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

Fizeram-se as necessarias communicações ás Direcções Geraes de Engenharia e Contabilidade da Guerra e expediu-se circulares ás delegacias fiscaes nos Estados

N. 89 — EM 13 DE AGOSTO DE 1908

Declara ter sido alterada a tabella da quantidade e qualidade ne generos para alimentação de animaes no corrente anno, approvada por aviso de 21 de dezembro de 1907.

Ministerio da Guerra — N. 1.202 — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para que seientifiqueis em ordem do dia dessa repartição, que a tabella da qualidade e quantidade dos generos que deveção constituir a alimentação dos animaes no corrente anno, approvada por aviso de 21 de dezembro de 1907, é alterada, reduzindo-se de um kilogramma a alfafa.

Saude e fraternidade.— *João Pedro Xavier da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

Communicou-se á Intendencia Geral da Guerra.

N. 90 — EM 17 DE AGOSTO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo graduação no posto immediato

Ministerio da Guerra — N. 1.218 — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.

Tendo o 2º tenente do Exercito João Bemvindo Ramos, sem o curso de sua arma, allegado haver sido indeferido o requerimento em que solicitou sua transferencia para a arma de infantaria, de accôrdo com o disposto no art. 25 do regulamento approvado por decreto n. 772, de 31 de março de 1851, por ser o n. 1 na de artilharia, e pedido que se lhe dê graduação no posto de 1º tenente desde a época em que, segundo pensa lhe tocava tal graduação pela lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do marechal reformado Francisco Antonio de Moura, ministro do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta do mesmo tribunal de 27 de abril ultimo, resolveu, em 12 do corrente, que, em vista das disposições dos arts. 3 e 4 do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, exigindo que de 1897 em diante as vagas do primeiro posto de officiaes sejam preenchidas por quem estiver habilitado com o curso de infantaria, não estão mais em vigor o citado art. 25 mandando transferir para as armas de cavallaria e infantaria os 2º tenentes de artilharia que não concluirem os respectivos cursos e a resolução de 29 de outubro de 1881 declarando que

não perdem antiguidade os officiaes transferidos e que não concluíram os respectivos cursos; o que vos scientifico para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.— *João Pedro X. da Camara.*— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra de 30 de janeiro ultimo, sgb o n. 8, veiu por vossa ordem á este tribunal, para consultar com parecer, o requerimento em que o 2º tenente do 1º batalhão de artilharia João Bemvindo Ramos pede ser graduado no posto immediato, a contar da data em que pela respectiva lei lhe tocava, conforme pensa, tal graduação.

O commando do 1º batalhão de artilharia, informando diz:

«No presente requerimento o 2º tenente João Bemvindo Ramos pede ao Exmo. Sr. Presidente da Republica sua graduação no posto de 1º tenente da arma de artilharia. Allega o petionario ter sido indeferido seu requerimento em que pedia transferencia para a arma de infantaria, á exemplo de igual concessão a outros, por não poder ter accesso na arma a que pertence, visto lhe faltar o respectivo curso e estar impossibilitado de tiral-o, não só por excesso de idade, mas tambem por ter sido desligado da Escola Militar de Porto Alegre em 11 de janeiro de 1893, como incurso no art. 53 do regulamento de 12 de abril de 1890.

Estabelece o art. 1º da lei n. 215, de 11 de agosto de 1904, que o official sem nota, que desabone sua conducta civil e militar, ao attingir o n. 1 da respectiva escala, será graduado no posto immediatamente superior; mas de accôrdo com a resolução de 5 de outubro do mesmo anno, publicada na ordem do dia do Exercito n. 379, de 15, só podem ser graduados os officiaes que tiverem os requisitos legaes para a promoção, e estes faltam ao requerente.

«E' de notar-se a situação especialissima em que ficou collocado o 2º tenente João Bemvindo Ramos, sem ter os requisitos para a promoção, e sem poder adquiril-os. A parte final do parecer do Supremo Tribunal Militar publicado na alludida ordem do dia do Exercito parece ter applicação neste caso.»

A 4ª secção do Estado Maior informou nestes termos:

«Allega (o requerente) que motiva sua solicitação o facto de ser indeferida a sua pretensão de transferencia para a arma de infantaria, por ser, ha muito tempo, o n. 1 na de artilharia e estar impossibilitado de tirar o curso de sua arma, por ter

sido desligado como incurso no art. 53 do regulamento de 12 de abril de 1890.

Informa a secção que a lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904, reguladora da graduação nos diversos postos do Exército, estabelece que: — o official sem nota que desabone a sua conducta civil e militar, ao attingir o n. 1 da respectiva escala, será graduado no posto immediatamente superior, dentro dos limites do quadro a que pertencer.

Ora, em face desta disposição de lei, clara e decisiva, não resta duvida que ao requerente competeria a graduação, á contar de 11 de outubro de 1904, quando pela primeira vez foi applicada a lei em questão, si o aviso n. 2.036, de 7 de outubro de 1904, não modificasse de modo profundo a referida lei, por ter sobre o assumpto sido ouvido o Supremo Tribunal Militar.

Parecendo á secção que o pedido merece attenção da autoridade superior, ella o submete ao seu alto criterio, afim de resolvê-lo como fôr de justiça.»

A chefia do Estado Maior diz que informando anteriores requerimentos do 2º tenente Bemvindo Ramos, declarou estar elle no caso de ser transferido da arma de artilharia, de conformidade com o art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, artigo que foi declarado em vigor pela resolução de 14 de setembro de 1904. Quanto á graduação de 1º tenente de artilharia, que pede no presente regulamento, esta não pôde ser dada, de accôrdo com a legislação vigente, «por não possuir o requerente os requisitos necessarios para ser 1º tenente de artilharia affectivo.»

A 4ª secção do Estado Maior diz que ao requerente, em face da lei n. 1.215, de 1904, competeria a graduação, a contar de 11 de outubro deste anno, si «o aviso n. 2.036, de 7 de outubro, não modificasse de modo profundo a referida lei, por ter sobre o assumpto sido ouvido o Supremo Tribunal Militar».

Não houve tal aviso *modificando de modo profundo a lei*.

Por esse aviso de 7 de outubro, ao qual a 4ª secção allude, o Ministerio da Guerra communicou ao Estado Maior do Exército a resolução presidencial tomada á 5 desse mez sobre a consulta deste tribunal, de 12 de setembro, relativo a lei numero 1.215, de 1904, e esse acto do Poder Executivo não podia modificar essa lei, e não a modificou como se affigura áquella secção.

Dos dispositivos legaes sobre graduações aos officiaes chefes de classe, foi derogado pela lei n. 1.215, de 1904, sómente o que dava ao Governo a faculdade de concedel-as: os outros continuaram em vigor, visto que nessa lei nada se estabelece em contrario á elles.

Foram remettidos pelo Governo a este tribunal, para consultar com seu parecer alguns quesitos sobre a lei n. 1.215, de 1904, formulados pelo Estado Maior do Exército, um delles estava concebido nestes termos: «Si os officiaes, que não tiveram os requesitos legaes para a promoção ao posto immediato, devem ser graduados.»

E o tribunal, em consulta de 12 de setembro de 1904, sobre a qual foi tomada a resolução presidencial de 5 de outubro seguinte, já referida, assim se pronunciou, tendo em vista as disposições vigentes.

O official que, tendo attingido o primeiro logar na escala, não satisfizer á todas as condições legais exigidas para ser promovido ao posto immediato, não póde ter a respectiva graduação; por que si a tivesse, iria quando lhe tocasse a effectividade, occupar logar na escala acima de camaradas que, sendo mais modernos no posto anterior, tiveram legitimamente accesso antes delle, por preencherem os requisitos necessarios para a promoção. E emquanto nesse logar permanecer um official em taes condições, nenhum graduado haverá na respectiva escala, visto que a graduação só cabe ao n. 1.

Pelo exposto é o tribunal de parecer que o requerente, não obstante occupar o primeiro logar na escala, não póde ter a graduação do posto immediato, por não estar habilitado com o curso da arma á que pertence, o que é condição essencial para o accesso á 1.^a tenente de artilharia; sua pretensão, portanto, não é deferivel.

Attendendo, porém, que o 2.^o tenente João Bemvindo Ramos está, em virtude de disposição legal, impedido de continuar a estudar, e portanto não poderá adquirir o curso de sua arma, para ter accesso nella, o tribunal consoante ao expellido em consulta de 12 de setembro de 1904 *in fine*, com referencia aos officiaes nas condições do requerente, pensa que se lhe deve dar transferencia para uma das armas, cavallaria ou infantaria, nos termos da 2.^a parte do art. 25, do regulamento de 31 de março de 1851, combinado com a resolução de 29 de outubro de 1881, á exemplo do procedimento que se teve em 1903 com os então 2.^{os} tenentes de artilharia Paulino Pereira Lemos e Hilario Francisco Dias que achando-se em condições identicas as em que se acha, e já se achava naquella época o requerente, eram mais modernos que este.

Esses 2.^{os} tenentes de artilharia foram transferidos para a arma de infantaria, sem perda de antiguidade, nos termos do referido art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, o primeiro a 10 de junho e o outro a 2 de setembro daquelle anno e ambos são, actualmente, 1.^{os} tenentes, Paulino Lemos desde 4 de julho e Hilario Dias desde 11 de setembro do mesmo anno de 1903.

O requerente foi, pois, preterido em seu direito por esses dous officiaes, visto como o dispositivo do art. 25 referido é obrigatorio e não facultativo.

O ministro marechal F. A. de Moura, discordando da illustrada maioria, quanto á transferencia do requerente, apresenta o seguinte voto em separado.

Mantendo o que expendi em parecer exarado nas consultas de 16 de maio, e de 27 de junho de 1904, relativas a reclamações dos alferes de infantaria João das Neves Lima Brayner e Felipe Symphronio Bezerra penso que, á vista do disposto nos arts. 3º e 4º do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, não estão em vigor desde 1897, e art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, mandando transferir para as armas de cavallaria e infantaria os 2º tenentes de artilharia, que não concluírem os respectivos estudos, e a resolução de 29 de outubro de 1881, declarando que os officiaes nessas condições transferidos não perdem antiguidade.

Os arts. 3º e 4º do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891 são do teor seguinte:

Art. 3º Nenhuma praça de pret, seis annos depois da publicação do presente decreto, poderá ser promovida a alferes ou 2º tenente, sem que ao curso da arma de infantaria, reuna bom comportamento civil e militar.

Art. 4º Metade das vagas que se derem desses postos, será preenchida, por ordem de antiguidade, por alferes-alunos, si os houver em numero sufficiente, e a outra metade ou as restantes, tambem por ordem de antiguidade, por praças de pret habilitadas na fórma do artigo antecedente.

Exigindo o decreto de 7 de fevereiro de 1891 que de 1897 em diante as vagas do primeiro posto de official, em qualquer das armas, sejam preenchidas por quem estiver habilitado com o curso de infantaria, pelo menos, não póde permittir que tenha transferencia de uma arma para outra, isto é, que vá preencher vaga nesta, um official do primeiro posto que não satisfaça a condiçãe de achar-se habilitado com o curso.

Não me parece admissivel que um 2º tenente de artilharia, pelo facto de não ter nem poder adquirir curso algum, seja transferido para a cavallaria ou infantaria, sem nenhum prejuizo em sua antiguidade de posto, lesando por consequencia direitos não só dos alferes-alunos, e praças de pret legalmente habilitados para a promoção, como os de muitos officiaes habilitados com o curso geral, que comprehende o de artilharia, e alguns com os especiaes de estado maior e de engenharia, que estão na posse legitima dos logares, por elles occupados na escala.

A disposição do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, por ser contraria ao que preceitua o decreto n. 1.351, de 1891, está por elle derogado (art. 15).

E' este o meu modo de pensar, já expendido em consulta sobre duas reclamações contra a transferencia do 2º tenente de artilharia nas condições do requerente.

Ha, porém, á ponderar que seis annos depois de estarem em pleno vigor os arts. 3º e 4º do decreto n. 1.351, de 1891, foram transferidos para a infantaria, de accôrdo com o art. 25 do regulamento de 1851, os 2º tenentes de artilharia Paulino Pereira Lemos e Hilario Francisco Dias, que desde 1903 são 1º tenentes, com preterição do requerente, que era mais an-

tigo que elles, e como elles estava inhibido de adquirir o curso de artilharia.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1908.— *E. Barbosa.*— *C. Neto.*— *F. A. de Moura.*— *F. J. Teixeira Junior.*— *Marinho da Silva.*— *L. Medeiros.*

RESOLUÇÃO

Como parece ao Sr. ministro marechal F. A. de Moura. Palacio do Governo, 12 de agosto de 1908.— **AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.**— *João Pedro X. da Camara.*

N. 91 — EM 17 DE AGOSTO DE 1908

Manda declarar que para o abono de ajuda de custo a official seja sómente considerado o ponto de destino para o respectivo ajuste de conta.

Ministerio da Guerra — N. 34 — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado do Paraná, em solução ao seu officio n. 44, de 26 de junho ultimo, que, tendo o abono de ajuda de custo por base o Estado a que se destina o official e onde tem de estabelecer-se, pouco importando que esta ou outra capital sejam pontos forçados de passagem, deverá somente ser considerado o ponto de destino do official para o respectivo ajuste de contas. — *João Pedro X. da Camara.*

N. 92 — EM 18 DE AGOSTO DE 1908

Manda que se abone a um official o seu soldo de capitão desde 2 de outubro de 1895, em que se apresentou á vossa legação em Buenos-Aires, além dos vencimentos a que haja feito jus e não se lhe tenha pago por força das restricções postas nos decretos legislativo, ns. 310, de 1895 e 533, de 1898.

Ministerio da Guerra — N. 1.227 — Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1908.

Tendo o capitão do Exercito Manoel Joaquim Machado, promovido a este posto em 17 de fevereiro de 1899, com an-

antiguidade da data em que teria tido essa promoção, si não estivesse envolvido na revolta de 6 de setembro de 1893, e ao qual se applica a disposição do decreto legislativo n. 1.474, de 9 de janeiro de 1906, pedido que se lhe tornasse extensiva a resolução de 27 de maio, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar de 22 de abril de 1907, segundo a qual, o capitão João Nepomuceno da Costa, promovido a este posto com antiguidade anterior, deverá ser considerado como si essa antiguidade fosse em resarcimento de preterição, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal exarado em consulta de 22 de junho ultimo, resolveu em 14 do corrente que se applicue ao requerente a resolução de 20 de junho tomada sobre consulta de 6 de maio de 1906, segundo a qual, ao capitão, hoje major, Francisco de Salles Brasil, sendo, membro do congresso legislativo de Santa Catharina, se envolveu na referida revolta, compete contar antiguidade de posto da data em que teria sido promovido a capitão, si nella não tivesse tomado parte, e perceber, desde o dia da sua apresentação ás autoridades competentes, o soldo de seu posto e os vencimentos a que houvesse feito jus e que não tivesse recebido por força das restricções do decreto legislativo n. 533, de 7 de dezembro de 1889; o que vos declaro, para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* —
Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA DE 22 DE JUNHO DE 1908 A QUE SE REFERE O AVISO
SUPRA

Sr. Presidente da Republica — No requerimento, que mandastes a este tribunal para consultar, conforme declara o aviso do Ministerio da Guerra de 5 do corrente, sob n. 54, o capitão do 7º regimento de cavallaria Manoel Joaquim Machado pede que se lhe torne extensiva a resolução presidencial de 27 de maio do anno proximo findo, tomada sobre consulta de 22 de abril.

O commando do 7º districto militar informa «que o requerente foi promovido ao posto, que ora tem, por decreto de 17 de fevereiro de 1899, contando-se-lhe antiguidade de 9 de março de 1894, época em que devia ter sido promovido, si não fosse colhido pela revolta de 1893, e achar-se por isso comprehendido nas disposições da lei n. 1.474, de 9 de janeiro de 1906, visto achar-se investido de função publica electiva por occasião da citada revolta.

O aviso n. 364, de 29 de maio, publicado na ordem do dia do Estado-Maior do Exército n. 31, de 10 de junho, tudo do corrente anno (1907) declara á Directoria Geral da Contabilidade da Guerra que a antiguidade de posto do

capitão João Nepomuceno da Costa deve ser contada como resarcimento de preterição que soffreu, tendo, portanto, direito ao abono de vencimentos de seu actual posto a contar da data em que lhe cabia a promoção.

Pelo exposto vê-se que o requerente está nas mesmas condições do capitão João Nepomuceno da Costa, sendo por conseguinte bastante justa sua pretensão. »

A 1ª secção de Contabilidade da Guerra presta a seguinte informação com a qual concorda o chefe da repartição.

« Ao capitão João Nepomuceno da Costa foi mandado contar a antiguidade desse posto desde 1 de junho de 1900, em resarcimento de preterição, por estar comprehendido nas disposições da lei n. 1.474, de 9 de janeiro de 1906, que declarou não se acharem comprehendidos na lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898, os militares que, por accasão da revolta de 1893, na qual tomaram parte se achavam investidos de funções publicas electivas, a este respeito vigorando a legislação especial anterior.

O requerente se achava em condições identicas, pois si aquelle desempenhava as funções de Deputado no Estado de Santa Catharina, este exercia as de governador desse Estado, ambos os cargos de eleição popular.

Parece justo que, attendendo-se ao pedido feito, seja a antiguidade do posto do requerente contada de 9 de março de 1894, considerada igualmente em resarcimento de preterição soffrida.

Julga a secção, porém, que a respeito será conveniente ouvir, em seu parecer, o Supremo Tribunal Militar. »

A resolução presidencia! de 27 de maio de 1907, á qual alludem o requerente e as informações retranscriptas, mandou que a antiguidade do posto de capitão João Nepomuceno da Costa fosse contada como resarcimento de preterição, que soffreu, e portanto com direito ao abono dos vencimentos de seu actual posto a contar de 1 de junho de 1900, data em que lhe cabia a promoção, conforme consta do aviso do Ministerio da Guerra n. 364, de 29 de maio de 1907, publicado no *Diario Official* de 4 de junho seguinte.

Por ter tomado parte na revolta de 6 de setembro de 1893, o então 2º tenente de artilharia João Nepomuceno da Costa, membro da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina, deixou de ser promovido a 1º tenente na data em que lhe cabia accesso a esse posto, 10 de dezembro desse anno.

Concedida a amnistia suprimindo as restricções postas á de 21 de outubro de 1895, excepto as que diziam respeito a vencimentos, e ás promoções effectivas já decretadas (decreto de 7 de dezembro de 1898), esse official, já 1º tenente, não foi attendido, quando em 1900 reclamou contra sua collocação no almanack.

Promulgado, porém, em 9 de janeiro de 1906, o decreto legislativo n. 1.474, annullando as restricções postas ao decreto de amnistia de 1898, em relação aos militares que,

investidos de funções publicas electivas, tomaram parte na revolta de 6 de setembro de 1893, pediu Nepoceno da Costa, que a antiguidade de seu posto fosse contada de 10 de dezembro de 1893, e, como consequencia, lho fosse dada a promoção a capitão com antiguidade de 1 de junho de 1900.

O tribunal deu parecer favoravel, e com elle se conformou o Presidente da Republica, sendo o requerente, por decreto de 25 de abril de 1906, promovido a capitão, contando antiguidade deste posto desde 1 de junho de 1900.

Não tendo sido declarado, porém, nesse decreto que se mandára contar a antiguidade do posto de data anterior á da promoção, como resarcimento da preferição, o capitão João Nepomuceno da Costa requereu que tal se declarasse; seu requerimento foi deferido pela resolução presidencial de 27 de maio de 1907, retro referida, tomada sobre consulta deste tribunal.

Tambem o capitão Francisco de Salles Brasil hoje major que, sendo tenente, membro do Congresso Legislativo de Santa Catharina, como Nepomuceno da Costa, e como elle, se envolvera na revolta de 1893, requereu que a antiguidade de seu posto de capitão, a que havia sido elevado, se contasse, para todos os effeitos, desde 26 de dezembro de 1893, á vista do disposto no decreto n. 1.474, de 1906.

Esse decreto diz assim:

« Os militares, que por occasião da revolta de 6 de setembro de 1893, na qual tomaram parte, se achavam investidos de funções publicas e lectivas, não estão comprehendidos no art. 1.º da lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898, vigorando a seu respeito a legislação especial anterior.»

O tribunal, em consulta de 6 de maio de 1906 (*Diario Official* de 6 de julho seguinte), deu parecer favoravel sobre a pretensão do capitão Salles Brasil, excepto quando á contagem da antiguidade, para todos os effeitos, visto que um desses effeitos era o pagamento do soldo respectivo desde a data em que o requerente teria tido accesso, si não estivesse envolvido na revolta, e nessa data, 26 de dezembro de 1893, ainda se achava em revolução o Estado de Santa Catharina.

O então tenente Salles Brasil, e demais militares afastados das fileiras do Exercito, por se acharem envolvidos em movimentos revolucionarios, não adquiriram direito a vencimentos, porquanto nenhum serviço prestaram nesse tempo á Nação; accrescendo que já as resoluções de 6 de outubro de 1835, e 7 de agosto de 1842, assim com o decreto de 9 de abril, tambem de 1842, declaravam que os militares não tinham direito ao pagamento de soldo pelo tempo que tivessem estado ausentes por crimes politicos, ainda que amnistiados.

O tribunal disse em seu parecer que ao capitão Salles Brasil se devia contar a antiguidade do posto desde a data em que a elle teria sido promovido, si não estivesse na revolta, com direito ao soldo do posto, porém, desde o dia de sua apre-

sentação ás autoridades ; cabendo-lhe tambem direito aos vencimentos a que houvesse feito jus desde esse dia e não lhe tivessem sido pagos por força das restricções postas nos decretos de amnistia de 1895 e 1898.

O Sr. Presidente da Republica se conformou inteiramente com esse parecer a 20 de junho de 1906.

Em outro requerimento o capitão Salles Brazil pediu pagamento dos vencimentos a que tinha direito de accôrdo com essa resolução, isto é, a differença do soldo de tenente para o da capitão desde o dia 28 de fevereiro de 1895, em que se apresentou ás autoridades, até 19 de fevereiro de 1899, em que foi promovido a capitão ; etapa, gratificação de exercicio, e quantitativo para aluguel de criado desde a primeira dessas datas a 16 de novembro de 1897, em que reverteu á primeira classe ; differença dos vencimentos, que recebeu como tenente e devera receber como capitão de 16 de novembro de 1897 a 19 de fevereiro de 1899.

Com o parecer favoravel á pretensão emitida por este tribunal, em 8 de julho de 1907, se conformou o Sr. Presidente da Republica pela resolução de 14 do mez seguinte.

O capitão de cavallaria Manuel Joaquim Machado tambem exercecia funcção publica electiva, pois era governador do Estado de Santa Catharina, quando irrompeu a revolta de 6 de setembro de 1893, e nella se envolveu ; portanto, como a Nepomuceno da Costa e a Salles Brazil lhe é applicavel a disposição do decreto n. 1.474, de 1906, e é justo que lhe seja extensiva a resolução de 20 de junho desse anno referente a este official, e não, como requer, a de 27 de maio de 1907, relativa áquelle.

Ao capitão João Nepomuceno da Costa se mandou contar antiguidade do posto desde 1 de junho de 1900, em resarcimento de preterição, portanto, com direito ao soldo do posto desde essa data, porque então, já não havia revolta, e elle se achava em serviço effectivo.

Ao capitão, actualmente major Francisco de Salles Brazil se mandou contar antiguidade do posto de 26 de dezembro de 1893, tambem em resarcimento de preterição ; mas, se lhe mandou pagar o soldo de seu posto sómente desde a data de sua apresentação, e não desde 26 de dezembro de 1893, porque nesta data elle ainda se achava ao serviço da revolta. (*Resoluções de 20 de junho de 1906 e de 14 de agosto de 1907, publicados no « Diário Official » de 6 de julho de 1906, e 30 de agosto de 1907.*)

A antiguidade de 7 de março de 1894, que se mandou contar ao requerente, capitão Manoel Joaquim Machado, igualmente deve ser considerada em resarcimento de preterição, com direito, porém, ao soldo respectivo sómente desde a data de sua apresentação ás autoridades legaes, porquanto, em 7 de março de 1894, elle ainda se achava envolvido no movimento revolucionario em Santa Catharina.

Dá fé do officio do requerente consta que elle se apre-

sentou á legação do Brazil em Buenos Aires a 2 e, a 22 de outubro de 1895, ao commando do 4º districto militar.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que seja extensiva ao requerente, não a resolução de 27 de maio de 1907, conforme requer, mas a de 20 de junho de 1906, isto é, que se lhe abone o soldo de seu posto de capitão desde 2 de outubro de 1895, em que se apresentou á nossa legação em Buenos Aires, além dos vencimentos a que haja feito jús, e não se lhe tenha pago por força das restricções postas nos decretos legislativos ns. 310, de 1895, e 533, de 1898.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1908. — *E. Barbosa.* — *B. Galvão.* — *C. Neto.* — *F. Argollo.* — *F. J. Teixeira Junior.* — *Carlos Eugenio.* — *Marinho da Silva.*

Foram votos os ministros almirante Francisco Pereira Pinto e marechal Francisco Antonio de Moura.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 14 de agosto de 1908. — **AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.** — *João Pedro Xavier da Camara.*

N. 93 — EM 25 DE AGOSTO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo ser contado, como tempo de praça, o periodo comprehendido entre 2 de setembro de 1897 e 3 de abril de 1899.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 20 de julho findo sobre o requerimento em que o 2º tenente Brasílio Tabor da pediu que lhe fosse contado como tempo de praça o periodo comprehendido entre 2 de setembro de 1897 e 3 de abril de 1899, resolveu em 21 do corrente indeferir esse requerimento, porquanto o tempo da primeira praça desse officila, comprehendido entre 26 de novembro de 1894 e 2 de setembro de 1897, lhe é contado para todos os effeitos, não sendo assim considerado o periodo em que esteve fóra das fileiras do Exercito com baixa do serviço, porque essa baixa não lhe foi dada como consequencia do movimento sedicioso occorrido

na escola do Ceará da qual era alumno, accrescendo que a punição que lhe fôra infligida por tal acontecimento, isto é, o desligamento da escola, já havia produzido o seu effeito, pois fôra excluído do Exército como praça do 4º batalhão de artilharia por determinação do commandante do 1º districto militar, á vista do parecer da junta medica que o julgou incapaz para o serviço militar, tendo readquirido em sua plenitude as vantagens de que fôra privado nos termos do art. 145 do regulamento então em vigor.

Saude e fraternidade. — *João Pedro Xavier da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

O Sr. Presidente da Republica — O 2º tenente *Brasílio Taborda* pede no requerimento, por vossa ordem remetido a este tribunal, com o aviso n. 56, do Ministerio da Guerra, de 12 de junho ultimo, para consultar, que lhe seja contado como tempo de praça o periodo comprehendido entre 2 de setembro de 1897 e 3 de abril de 1899.

A 4ª secção do Estado-Maior, informando a pretensão, diz:

«*Brasílio Taborda*, 2º tenente do 32º batalhão de infantaria, servindo nesta Capital, como auxiliar da Direcção Geral de Engenharia, pede rectificação, no Almanack da Guerra, e nos seus assentamentos militares, da data de sua praça, que é de 26 de novembro de 1894, e não de 3 de abril de 1899.

Allega o requerente que esta ultima data se refere a sua segunda praça, que effectivamente deu-se em 3 de abril de 1899.

Allega ainda que só deixou as fileiras do Exército a 2 de setembro de 1897, pelo facto de ver o seu futuro militar cortado pela nota do seu desligamento da escola, no sentido de não poder a ella voltar.

Allega ainda que companheiros seus, desligados na mesma occasião, que desertaram e que tiveram baixa indemnizando a Fazenda Nacional, contam o seu tempo de praça sem interrupção, em face dos termos do decreto de amnistia de 7 de dezembro de 1898.

Allega mais que durante o tempo em que esteve fóra do serviço do Exército, não deixou de estudar, e a prova está no acto de ter feito na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo exames vagos de geometria, trigonometria rectilínea, e de cosmographia, como si militar fosse, e se reconheceu, por esse acto, a acção de amnistia sobre sua pessoa.

Allega finalmente, que, tendo tido baixa em 2 de setembro de 1897, por inspecção de saude, amplamente facilitada

aos ex-alunos envolvidos nos acontecimentos de 1897, esta baixa ficou de nenhum effeito, em vista dos termos claros e positivos do decreto de amnistia n. 533, já citado, que só estabelecia restricções sobre vencimentos, e promoções effectivas já decretadas.

A secção, estudando cuidadosamente o assumpto, analysando o decreto em debate, examinando as affirmativas do interessado, que são verdadeiras, e os documentos appensos ás suas duas petições de 2 de dezembro ultimo, e de 7 deste mez, reconhece que o caso em questão é especial, e que a autoridade superior está de posse de todos os dados necessarios ao julgamento, desde que o decreto de amnistia só firma, de modo categorico, restricção, nos pontos tocantes a vencimentos e promoções, e o interessado prova que fez exames vagos, como si fosse alumno, e justifica o facto de sua baixa, baseado em leis militares que impedem desde 1897 o accesso áquelles que não tivessem pelo menos o curso de infantaria.

Elle pensa que o assumpto é importante, e submettendo-o a despacho, informa que relativamente á sua praça anterior, só ha duvida no interregno de 2 de setembro de 1897 a 3 de abril de 1899, dia em que o requerente voltou novamente ao Exército, pois que o periodo de 26 de novembro de 1894 a 2 de setembro de 1897 elle conta para todos os effeitos.»

O marechal chefe do Estado-Maior informa, em 3 de junho proximo findo, nestes termos :

«No presente requerimento pede o 2º tenente Brasílio Taborda que lhe seja contado, como tempo de praça, o periodo decorrido de 26 de novembro de 1894 a 3 de abril de 1899, achando-se nesse interregno comprehendido o tempo que serviu effectivamente no Exército, e o em que permaneceu fóra das fileiras do mesmo, com baixa do serviço por incapacidade physica. De uma certidão passada pela Escola de Estado-Maior consta ser o requerente praça daquella data, e da ordem do dia n. 867, de 1897, verifica-se que sendo alumno da Escola Militar do Ceará, foi desligado de accôrdo com o disposto no art. 145 do regulamento então vigente, tendo, como praça do 4º batalhão de artilharia sido excluido a 2 de setembro de 1897, com baixa do serviço por incapacidade physica, conforme tudo fez publico a ordem do dia n. 877, do mesmo anno. De accôrdo com as disposições em vigor, e petição do requerente, na parte relativa a este periodo, 26 de novembro de 1894 a 2 de setembro de 1897, está no caso de merecer favoravel despacho ; dependendo o deferimento da parte relativa ao segundo periodo de 2 de setembro de 1897 a 3 de abril de 1899, da amplitude que possa ter a lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898.

Em virtude desta lei obtve o requerente permissão para matricular-se na Escola Militar do Brazil, tendo para isso verificado novamente praça a 3 de abril de 1899, depois de haver prestado, ainda por effeito da mesma lei, exames de alguns preparatorios, que lhe faltavam para concluir o curso respectivo.

Si o facto constante da allegação do peticionario, de ter appellado para o recurso legal da inspecção de saude, para obter baixa, por ver seu futuro cortado pela nota do desligamento, poder ser considerado perante a citada lei, como uma consequencia da pena, que lhe foi imposta, encontrára, parece, sua pretensão apoio no art. 2º da já citada lei, que dispõe: «São amnistiados todos os militares que directa ou indirectamente tenham tomado parte nos movimentos havidos nas escolas militares até a data desta lei. A esses militares serão garantidas todas as vantagens de que hajam sido privados em virtude de execução de penas a que tenham sido condemnados, ou privados por actos administrativos, excepto no que respeita a vencimentos e a promoções effectivas, já decretadas». E assim parecia, quando se permittiu que o requerente prestasse na Escola do Realengo exames vagos, ainda como paisano, na qualidade de ex-alumno da Escola do Ceará, e obtivesse, por esse meio, o aproveitamento do anno lectivo, como si houvesse cursado como alumno.

Exposta a questão em todos os seus delineamentos, é esta chefia de opinião que seja ouvido a respeito o Supremo Tribunal Militar, salvo melhor juizo da autoridade competente.»

Na informação do chefe do Estado-Maior está lançado o despacho, mandando contar ao requerente o tempo em que effectivamente serviu no Exercito desde 26 de novembro de 1894 a 2 de outubro de 1897.

O Supremo Tribunal Militar, tendo estudado detidamente o caso sujeito á sua consulta, vae expender o que pensa a respeito.

O peticionario, 2º tenente de infantaria Brasílio Taborda, assentou praça voluntariamente no 13º regimento de cavalaria a 26 de novembro de 1894; tendo elle obtido licença para matricular-se na Escola Militar do Rio Grande do Sul, effectuou-se sua matricula a 25 de maio de 1896, e por haver sido transferido para a Escola do Ceará apresentou-se á esta a 29 de março de 1897, sendo no mesmo anno desligado, de conformidade com art. 145 do regulamento então vigente (ordem do dia n. 867), e incluído no 4º batalhão de artilharia estacionado no Pará, inspeccionado pela junta medica militar nesse Estado, o commandante do 1º districto mandou excluí-lo do Exercito, com baixa do serviço por incapacidade physica a 2 de setembro de 1897 (ordem do dia n. 877).

Como o seu desligamento da Escola do Ceará houvesse sido ordenado em consequencia do movimento sedicioso occorrido nella, e se tivesse publicado a lei n. 533, de 1898, amnistiando os implicados nesse movimento, o requerente tendo sido admittido a exame, na Escola do Realengo, ainda na qualidade de civil, das materias que lhe faltavam para completar o curso preparatorio, obteve do Ministerio da Guerra licença para matricular-se no 1º anno do curso geral a 3 de abril de 1899, tendo antes assentado praça, por haver sido julgado apto para o serviço do Exercito em inspecção de saude.

Concluiu o curso geral em 1902, e o especial em 1904,

sendo-lhe conferido o grão de bacharel em mathematicas e sciencias physicas.

O art. 2º da lei n. 533, 7 de dezembro de 1898, estabelece o seguinte:

« São amnistiados todos os militares que directa ou indirectamente, tenham tomado parte nos movimentos havidos nas escolas militares até a data desta lei.

A esses militares serão garantidas todas as vantagens de que hajam sido privados em virtude de execução de penas a que tenham sido condemnados, ou privados por actos administrativos, excepto no que respeita a vencimentos e a promoções effectivas já decretadas.

§ 1.º Fica o Governo autorizado a readmittir á matricula no primeiro anno lectivo da Escola Militar da Capital Federal, nas vagas existentes, e independente de vagas, si esse numero não fôr bastante, todas as praças e officiaes alumnos deste estabelecimento e da Escola do Ceará, que foram desligados por força dos acontecimentos de 13 de março de 1895, 27 de maio de 1897, em 1898.

§ 2.º Aos alumnos desligados será permittido prestar exames extraordinarios, nos termos do art. 2º da lei n. 206, maio de 1897, e em 1898.

Pelo que ficou dito, linhas acima, se vê que as disposições dessa lei foram rigorosamente cumpridas em relação ao requerente.

O despeito de achar-se elle com baixa do serviço por incapacidade physica permittiu-se-lhe prestar exames extraordinarios, de accordo com o § 2º do art. 2º da lei.

Approvado nesses exames, o Governo mandou readmittil-o á matricula em 1899, obedecendo ao dispositivo no § 1º.

O tempo, de sua primeira praça, 26 de novembro de 1894 a 2 de setembro de 1897, lhe é contado para todos os effeitos; não sendo tambem assim considerado o periodo, em que esteve fóra das fileiras do Exercito com baixa do serviço, de 2 de setembro de 1897 a 3 de abril de 1899, porque essa baixa não lhe foi dada por motivo do movimento occorrido na Escola do Ceará; a punição, que lhe fôra infligida por tal acontecimento, isto é, o desligamento da escola, já havia produzido seu effeito; o requerente foi excluido do Exercito, como praça do 4º batalhão de artilharia, por determinação do commando do 1º districto, á vista do parecer da junta medica, julgando-o incapaz para o serviço militar.

Portanto, ás vantagens de que fôra privado por acto do Poder Executivo, que administrativamente o desligou da escola, nos termos do art. 145 do regulamento vigente, o peticionario as readquiriu em sua plenitude.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que se não póde contar para effeito algum o tempo decorrido desde a data em que o 2º tenente Brazilio Taborda foi excluido do Exercito com baixa do serviço, 2 de setembro de 1897, até 3 de abril de 1899, em que novamente se alistou,

e portanto não é deferivel sua pretensão constante do aviso do Ministerio da Guerra de 13 de junho ultimo, sob n. 56.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1908. — *Pereira Pinto*. — *E. Barbosa*. — *R. Galvão*. — *C. Neto*. — *F. A. de Moura*. — *Carlos Eugenio*. — *Marinho da Silva*. — *L. Medeiros*.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 21 de agosto de 1908. — **AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.** — *João Pedro Xavier da Camara*.

N. 94 — EM 28 DE AGOSTO DE 1908

Defero um requerimento pedindo concessão do soldo vitalicio creado pelo decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado.

Ministerio da Guerra — N. 470 — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 10 do corrente, resolveu, em 21 deste mez, deferir o requerimento em que o desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra pediu que lhe fosse concedido o soldo vitalicio creado pelo decreto n. 1.687, de 13 de agosto do anno passado, competindo-lhe o soldo de capitão, pela tabella vigente, visto haver servido como auditor de guerra na campanha contra o Governo do Paraguay.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara*. — Sr. director geral da Contabilidade da Guerra.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 29 de julho ultimo, sob n. 69, este tribunal recebeu ordem vossa para consultar sobre o requerimento em que o desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, allegando haver servido na companhia do Paraguay como auditor de guerra voluntario, de novembro de 1866 a 1868, pede os beneficios concedidos pela lei n. 1.687, de 13 agosto de 1907.

Sobre esse requerimento diz o seguinte a commissão incumbida de apurar o direito dos voluntarios da patria ao soldo vitalicio dos postos, em que se achavam, quando foram dis-

pensados do serviço, de accordo com o estabelecido naquelle decreto legislativo:

« O desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, residente nesta Capital, allegando haver servido na campanha contra o governo do Paraguay, como auditor de guerra voluntario, de novembro de 1866 a dezembro de 1868, quando foi dispensado, requer os beneficios concedidos pela lei n. 1.687, de 13 de agosto do anno findo, isto é, os vencimentos que ahi percebia pelo exercicio desse cargo, regulados pela tabella vigente. »

Do documento junto, a folhas 3, consta que o habilitando fôra nomeado por portaria de 19 de novembro de 1866, para servir como auditor addido ao 2º corpo do exercito em operações contra o governo do Paraguay, e do documento á folhas, 6, se verifica que em 2 de abril de 1867 se achava elle no exercicio daquella commissão.

Da ordem do dia do exercito n. 68, de 19 do mencionado mez de abril de 1867, consta, porém, que, para o cumprimento do decreto n. 3.750, de 12 de dezembro de 1866, ficava installada a junta de justiça militar creada pelo decreto n. 3.499, de 8 de julho de 1865, passando a funcionar immediatamente com o seguinte pessoal: presidente, brigadeiro Solidonio José Antonio Pereira do Lago; membros, brigadeiro, Antonio Pinto de Araujo Corrêa, e Fernando Sebastião Dias da Motta; effectivos, coronel D. José Balthazar da Silveira, bachareis Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e José Joaquim Ramos Ferreira, interinos. E dahi por deante, nas diversas ordens do dia do exercito, ns. 98, 108 e 107, de julho e agosto de 1867; ns. 220 e 288, de junho e agosto de 1868, se apresentou, como membro da junta militar de justiça, funcionando como relator em diversos processos, e obtendo licença nesta conformidade para vir ao Brazil, até que foi exonerado pelo commandante em chefe das forças, conforme seu officio de 18 outubro de 1868, communicou o presidente daquelle tribunal á respectiva estação pagadora.

Estes apontamentos acham-se com os documentos juntos, a fls. 5 e 9.

Pelo diploma « medalha geral da campanha, documento á fl. 13, verifica-se ainda — « competir ao major honorario do Exercito bacharel Guilherme Cordeiro Coelho Cintra o uso da medalha com o passador de ouro, tendo este o n. 2, indicativo do tempo em que serviu como auditor de guerra em commissão ».

A commissão, para a qual fôra o habilitando nomeado, pela portaria de 19 de novembro de 1866, de auditor addido ao segundo corpo do Exercito em operações, conta-se até quando passou a exercer as funções de membro interino da Junta de Justiça Militar, pois, além de ser aquelle um cargo de simples commissão, que desapareceu com a subsequente, existia incompatibilidade nos dous exercicios, considerada em aviso de 24 de novembro de 1865; e além disso, a graduação militar attribuida ao cargo de auditor era a de capitão.

Do diploma da medalha geral da campanha, conforme se menciona, foi elle considerado em todo o periodo, em que serviu na campanha, como auditor e como major, possuindo a medalha e passador de ouro.

Divergem as provas apresentadas e verificações effectuadas, pois : e como seja de imprescindivel necessidade precisas as condigões do habilitando quanto ás funcções que exercia em campanha, e graduação militar que lhe corresponde, e se confirmaria pelo decreto n. 5,158, de 1872, antes de apreciar o direito, que lhe assistia ao selho vitalicio em face do decreto n. 1,687, de 13 agosto de 1907, julga a commissão de grande conveniencia ouvi-se a respeito o Supremo Tribunal Militar, que esclarecerá tal situação em sua abalizada competencia.»

Por portaria do Ministerio da Guerra, de 19 de novembro de 1866, foi nomeado para servir de auditor de guerra adido ao 2º corpo do Exército em operação contra o governo do Paraguay o bacharel Guilherme Corleiro Coelho Cintra.

Tendo sido determinado, por decreto n. 3,850, de 12 de dezembro desse anno, que a Junta de Justiça Militar creada pelo decreto n. 3,499, de 8 de julho de 1865, na então provincia do Rio Grande do Sul, passasse a funcionar no theatro da guerra, o commando em chefe de todas as forças brasileiras em operações deu cumprimento a esse decreto pela ordem de dia n. 68, de 19 de abril de 1867, installando essa junta : e para nella servirem nomeou dous generaes e um bacharel, como effectivos, e interinamente um coronel para o lugar de terceiro membro militar e dous bachareis.

Estes dous bachareis serviram no Exército como auditores, um delles era Guilherme Corleiro Coelho Cintra.

Por ter sido nomeado membro interino da Junta de Justiça Militar, Coelho Cintra não deixou definitivamente o cargo de auditor de guerra, para o qual fôra nomeado por portaria do Ministerio da Guerra : continuou como auditor com exercicio temporariamente, na junta, e nessa situação foi dispensado do serviço em 1868 : e ainda que, entrando no exercicio de membro da Junta de Justiça, deixasse de ser auditor de guerra, esta circumstancia não annullaria, nem diminuiria seu direito de gozar o beneficio que a Lei n. 1,687, de 1907, concede.

Essa lei manda dar o soldo vitalicio aos individuos nella indicados, de accordo com a tabella vigente, correspondente aos postos e á situação em que se achavam ao tempo, em que foram dispensados do serviço militar : não cogita da permanencia ou não, em tempo de guerra, no serviço em campanha.

A situação do requerente era a de auditor de guerra com exercicio na Junta de Justiça Militar, como ficou dito linhas acima : e porque aos auditores de guerra compelia

a graduação de capitão, não podia deixar de ser este o posto, que tinha, quando em 1868 foi dispensado do serviço, visto não constar que lhe houvesse concedido acesso.

Houve equívoco, de certo, considerando-se o requerente major honorário no diploma, que foi passado ao conferir-se-lhe a medalha comemorativa da campanha do Paraguay.

Este tribunal não lhe passou patente alguma.

Do que ali fica exposto se conclue que o desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra está comprehendido no decreto legislativo n. 1.687, de 1907, e lhe cabe direito, portanto, ao soldo vitalício de capitão pela tabella ora vigente.

E' este Sr. Presidente, o parecer que o Supremo Tribunal Militar submette á vossa consideração.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1908. — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *F. Argollo.* — *F. J. Teixeira Junior.* — *Carlos Eugenio.*

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 21 de agosto de 1908 — **AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.** — *João Pedro Xavier da Camara.*

N. 95 — EM 29 DE AGOSTO DE 1908

Resolvendo sobre um requerimento, declara que o art. 20 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, não pôde deixar de ser applicado, paguem-se ou não os vencimentos em ouro, e bem assim que o pagamento, nos termos do art. 73, só pôde ser feito quando o orçamento consigna verba para esse fim.

Ministerio da Guerra — N. 183 — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1908.

Em requerimento, ao qual se refere a informação n. 1.576, de 19 do corrente, da 1.^a secção da repartição a vosso cargo, consulta o coronel Roberto Trompowky Leitão de Almeida, chefe do gabinete da Direcção Geral de Engenharia:

1.^o Ao official que, estando em paiz estrangeiro, não recebe todos os seus vencimentos em ouro, como presereve o art. 73 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, é justo que se applique o disposto no art. 20 da citada lei.

2.^o Não serão correlatas as disposições desses dois artigos ?

Em solução a essa consulta, vos declaro, para os fins convenientes, que o art. 20 não pôde deixar de ser applicado, paguem-se ou não os vencimentos em ouro, e bem assim que o pagamento nos termos do referido art. 73 só pôde ser feito, quando o organimento consigna verba para esse fim.

Saude e fraternidade. — *João Pedro V. da Camara*. — Sr. director geral da Contabilidade da Guerra.

. 96 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1911

Defero o requerimento de um 1.^o tenente do Exército pedindo reconsideração do acto presidencial de 13 de julho de 1900, que mandou aggregar á arma de infantaria.

Ministerio da Guerra — N. 137 — Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1908.

Tendo o 1.^o tenente Aristides Olympio Sampaio, por haver sido aggregado á arma de infantaria sem vencer antiguidade como se tivesse tido transferencia de accordo com o estabelecido no art. 6.^o da lei n. 1443, de 11 de setembro de 1861, em vista da resolução de 13, tomada sobre a consulta do Supremo Tribunal Militar de 2 de julho de 1900, pedido de novo a reconsideração desse acto, o Sr. Presidente da Republica revolveu, em 24 do m. z. findo, confirmar-se, somente quanto ao requerente, que apresentou sua reclamação em tempo, excluidos os que estão em condições identicas, com o parecer de mesmo tribunal exarado em consulta de 3 de agosto ultimo, e assim determinar que o reclamante reverta da dita arma para a de artilharia, indo occupar na escala o lugar que lhe compete entre os promovidos ao posto de 1.^o tenente depois de promulgada a Lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898, que supprimiu as restricções postas á amnistia de que trata o decreto legislativo n. 310, de 21 de outubro de 1895; o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *João Pedro V. da Camara*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Mandastes, por intermedio da Secretaria de Estado da Guerra, com o aviso n. 72, de 1 do corrente, para que este tribunal consulte com seu parecer o requerimento em que o 1.^o tenente Aristides Olympio de Sampaio pede reconsideração do acto presidencial de 13 de julho de 1900, que o mandou aggregar á arma de infantaria, para ser mantida sua transferencia para essa

arma, ou voltar para a de artilharia, afim de ter a collocação que lhe caberia si não tivesse sido transferido e gosar as vantagens da lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898.

A 4ª secção do Estado Maior, informando esse requerimento, diz :

«Allega o peticionario que a resolução de 7 de fevereiro ultimo, indeferindo o requerimento do 1º tenente aggregado José Ignacio da Cunha Rasgado, que se acha em condição idéntica á sua, por não ter reclamado no prazo legal, não lhe pôde ser applicavel, porquanto a 5 de fevereiro de 1901 reclamou contra a sua aggregação, mandada effectuar em virtude da resolução de 13 de julho de 1900, reclamação esta que foi indeferida, bem como as que, no mesmo sentido, fez em 31 de janeiro de 1902, 31 de janeiro 1903 e 23 de julho de 1904.

Diz ainda que a resolução de julho de 1900, que determinou a sua aggregação, foi motivada pelas reclamações dos então alferes João Carlos Formel e Paulo Emilio da Silva Seuto, as quaes foram feitas dous annos apos a sua transferência da artilharia para a infantaria em 1897.

Que estes dous officaes não possuíam o curso na época de sua transferencia, habilitação que só obtiveram em março de 1899, depois do que fizeram suas reclamações.

O requerente, sendo alumno da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul, e havendo cursado no anno de 1893 as aulas do 4º anno da mesma escola, estudando as ultimas materias que lhe faltavam para concluir o curso da artilharia pelo regulamento de 1899, deixou como os outros seus collegas, de prestar os respectivos exames finais, visto ter sido a dita escola mandada fechar no mez de outubro do mesmo anno por ordem do Governo.

Considerado desertor por ter-se envolvido nos movimentos revolucionarios que assolara naquelle Estado em 1893, foi annistiado pela lei de 21 de outubro de 1895 : que depois de dous annos passados na reserva, imposta pela mesma lei, reverteu ao serviço do Exército a 16 de novembro de 1897.

Era então 2º tenente de artilharia e possuia o curso de infantaria e cavallaria, não lhe tendo aproveitado as disposições dos decretos ns. 206, 220 e 263, de 1894, que lhe dariam direito ao curso de artilharia, em face das restricções impostas pela lei de annistia acima.

Havendo requerido transferencia para a arma de infantaria sem perda de antiguidade, de accordo com a 2ª parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, lhe foi esta concedida por decreto de 25 de novembro de 1897, sendo então promovido ao posto de tenente em 19 de janeiro de 1900, por estudos.

Reclamou porém, o 2º tenente João Carlos Formel contra a transferencia do requerente e de outros da arma de artilharia para a de infantaria sem perda de antiguidade, visto que, estando elles habilitados com o curso de infantaria e caval-

laria e não impossibilitados de proseguirem em seus estudos, taes transferencias só poderiam ser concedidas de accordo com o art. 6.^o da lei n. 1.113, de 11 de setembro de 1861, isto é, com a perda da antiguidade.

Ouvindo a respeito o Supremo Tribunal Militar, este deu parecer a 11 de maio de 1900, opinando pelo deferimento da pretensão do alferes Formel, com o que se conformou o Sr. Presidente da Republica em resolução de 1 de junho do mesmo anno. (*Ordem do dia n. 83, de 25 de junho de 1900.*)

Igual parecer deu ainda o tribunal em 2 de julho de 1900 ao requerimento do alferes Paulo Emilio da Silva Souto, parecer com que se conformou o Sr. Presidente da Republica em 13 de julho do mesmo anno. (*Ordem do dia n. 38, de 2 de agosto de 1900.*), sendo então mandados aggregar, sem vencer antiguidade, o requerente e os tenentes José Ignacio da Cunha Rasgado, Manoel Leonel Coelho Borges e Viefal da Silva Cardoso.

Estas reclamações foram feitas, como diz o requerente, dous annos após a sua transferencia para a arma de infantaria, nos termos em que a pediu.

Na sua informação n. 4.325, de 11 de dezembro de 1907, dada ao requerimento em que o 1.^o tenente aggregado á arma de infantaria José Ignacio da Cunha Rasgado fez identica reclamação, foi esta secção de parecer que, si o requerente solicitou a sua transferencia da artilharia para a infantaria, de accordo com a 2.^a parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, sem perda de antiguidade, e tal transferencia lhe foi concedida conforme pediu, seria de justiça que esta ficasse sem effeito, voltando elle á sua primitiva arma, desde que a resolução de 13 de julho de 1900, acima citada, o considerou posteriormente nos casos do art. 6.^o da lei n. 1.113, de 11 de setembro de 1861.

Submettida á consideração do Supremo Tribunal Militar a reclamação daquelle official, foi este de parecer, em 30 de dezembro do anno findo, que o mesmo revertesse á arma de artilharia como effectivo, occupando na escala o lugar que lhe couber entre os promovidos a este posto nesta arma, depois de promulgado o decreto legislativo de 7 de dezembro de 1898, que mandou supprimir, para todos os effectos, excepto no que respeita a vencimentos e a promoções effectivas já realizadas, as restricções postas por actos do Poder Legislativo ou Executivo á amnistia concedida pela lei n. 310, de 21 de outubro de 1895.

Com este parecer não se conformou o Sr. Presidente da Republica que, em resolução de 7 de fevereiro do corrente anno, indeferiu a pretensão do mencionado official, por ter reclamado muitos annos depois de collocado seu nome no Almanack da Guerra, como aggregado, em virtude da resolução de 13 de julho de 1900. (*Ordem do dia n. 81, de 20 de fevereiro de 1908.*)

O requerente, porém, fez quatro reclamações contra o

acto que o mandou aggregar, sendo uma em 5 de fevereiro de 1901, outra em 31 de janeiro de 1902, outra em 31 de janeiro de 1903, outra enfim em 23 de julho de 1904, sendo todas indeferidas, accrescendo que foi no almanack de 1901 que o seu nome sahio pela primeira vez, como tenente aggregado á arma de infantaria.

Finalmente, cumpre ainda informar que, tendo o requerente ficado considerado habilitado com curso de artilharia, pelo regulamento de 1899, em virtude da lei de 7 de dezembro de 1898, que acabou com as restricções impostas pela lei de amnistia de 21 de outubro de 1895, caber-lhe-hia, si fosse annullada a sua transferencia para a infantaria, a promoção ao posto de 1.^o tenente de artilharia a 30 de junho de 1899, data em que ao mesmo posto foi elevado Aurelio do Amorim, mais moderno que elle.»

O marechal chefe do Estado Maior informa nestes termos:

«A reclamação do tenente Aristides Olympio de Sampaio é identica á do tenente José Ignacio da Cunha Rasgado, na qual esta chefia manifestou-se pela forma constante do seu parecer publicado na ordem do dia n. 81, de 10 de fevereiro do corrente anno, pag. 196.

Accresce, porém, que o requerente fez as suas reclamações em tempo, o que não se deu com o tenente Rasgado, por isso é ainda esta chefia da mesma opinião em relação ao requerente, salvo melhor juizo da autoridade competente.»

O tribunal tendo estudado detidamente o caso sujeito á consulta, passa a expender o que pensa a respeito.

Aristides Olympio de Sampaio era 2.^o tenente de artilharia, e alumno da Escola Militar de Porto Alegre, quando foi esta fechada, em outubro de 1893, por ordem do Governo, e por isso deixou, como todos os seus companheiros, de prestar os exames finaes do anno em que estava matriculado.

Pouco depois envolveu-se nos movimentos revolucionarios occorridos no Estado do Rio Grande do Sul, e tendo sido amnistiado pela lei de 21 de outubro de 1895, passou dous annos na reserva, contando esse tempo para a reforma sómente; e a 16 de novembro de 1897 reverteu ao serviço activo do Exercito, e como não lhe fossem applicadas, em consequencia das restricções postas naquella lei, as disposições dos decretos legislativos ns. 206, 220 e 263, de 1894, mandando considerar como approvados os alumnos das escolas militares que houvessem frequentado as respectivas aulas até 6 de setembro de 1893, requereu transferencia para a arma de infantaria, sem perda de antiguidade, de accôrdo com a 2.^a parte do art. 25, do regulamento de 31 de março de 1851, e o Governo deferiu pretensão nesses termos por decreto de 25 de novembro de 1907.

Contra essa transferencia e a de outros reclamou o alferes João Carlos Formel allegando que os transferidos não estavam impossibilitados de concluir o curso de sua arma;

e este tribunal, tendo sido ouvido sobre a reclamação, foi de parecer que «os officiaes mencionados pelo reclamante, si não estavam inhibidos de proseguir nos estudos, só podiam ser transferidos para a arma de infantaria na conformidade do art. 6º da lei n. 1.143, de 11 de outubro de 1861».

O Sr. Presidente da Republica se conformou com esse parecer a 1 de junho de 1900.

Appareceu outra reclamação, no mesmo sentido, com a assignatura do alferes Paulo Emilio da Silva Souto, e ouvido novamente o tribunal, o Governo resolveu em 13 de julho de 1900 mandar considerar o requerente e seus companheiros, como transferidos nos termos do art. 6º da lei n. 1.143, de 1861, e visto que já haviam tido accesso ao posto immediato, mandou aggregal-os ao quadro de tenentes de infantaria, sem vencimento de antiguidade, até caber-lhes promoção a esse posto.

Contra esse acto do Governo reclamou o requerente quatro vezes, sendo indeferidas todas essas reclamações, das quaes a primeira foi datada de 5 de fevereiro de 1901.

E deve-se attender a que as ordens do dia, organizadas, datadas e numeradas no Estado Maior sómente depois de impressas são distribuidas afim de serem cumpridas: portanto decorre sempre algum tempo desde a data de uma ordem do dia até a sua distribuição.

A reclamação, sobre a qual versa a presente consulta e que o tribunal julga bem fundada, é a quinta.

A transferencia do requerente para a arma de infantaria, sem nenhum prejuizo, de accordo com o disposto na segunda parte do art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 772, de 1865, e na resolução do extinto Conselho de Estado, de 29 de outubro de 1881, não lhe podia ser concedida foi um acto illegal, mas não menos illegal foi a transferencia nos termos do art. 6º da lei n. 1.143, de 1861.

Esse artigo está expresso nestes termos:

«O Governo fica desde já autorizado a transferir os officiaes do Exercito no primeiro posto de uma para outra arma, devendo o official transferido considerar-se o mais moderno da arma para que passar, conforme exigirem as conveniencias do serviço e a aptidão dos *que o requererem*.»

Portanto o Governo só poderá transferir com prejuizo de antiguidade como dispõe esse artigo, os 2ºs tenentes que requerem; não está autorizado a transferir obrigatoriamente, com aquella clausula.

Assim foi sempre executado esse dispositivo da lei n. 1.143, de 1861, tornado permanente pela lei n. 1.220, de 1864: assim o entendeu a secção de marinha e guerra do extinto Conselho de Estado. (*Consulta de 12 agosto, e resolução de 29 de outubro de 1881.*)

E o requerente não pediu transferencia com a perda da antiguidade de seu posto, na fôrma do dispositivo nesse artigo da lei n. 1.143, de 1861, nem foi consultado si aceitava com tal condição.

Reconhecida a illegalidade da transferencia de accordo com o disposto no regulamento de 1851; annullado, consequentemente o decreto pelo qual fôra concedida essa transferencia, devia-se ordenar a reversão do requerente á arma de artilharia, para occupar o lugar, que lhe competisse, como se não tivesse fido a transferencia concedida pelo decreto de 25 de novembro de 1897.

E esse lugar era no quadro de 1.^{as} tenentes, porque então elle já estava habilitado com o curso de artilharia, em virtude do disposto nos decretos legislativos n.^{os} 206, de 26 de setembro e 220, de 14 de dezembro de 1894, e tinha maior antiguidade que quasi todos os officiaes promovidos a esse posto depois de promulgado o decreto n. 533, de 7 de dezembro de 1898.

Tendo sido annullada por illegal a transferencia concedida ao requerente sem perda de antiguidade, segundo o decreto n. 772, de 1851, o deve ser igualmente a que lhe foi illegalmente imposta nos termos da lei n. 1.143, de 1851.

Pensando assim, o Supremo Tribunal Militar, é de parecer que o requerente Aristides Olympio de Sampaio, 1.^o tenente aggregado á arma de infantaria, reverta para a de artilharia como effectivo, indo occupar na escala o lugar que lhe couber, entre os promovidos a esse posto, nesta arma, depois promulgado o decreto legislativo de 7 de dezembro de 1898, que mandou supprimir, para todos os effectos, excepto no que respecta a vencimentos e á promoção effectiva já decretados, as restricções postas por actos do Poder Legislativo, ou Executivo, á amnistia concedida pela lei n. 310, de 21 de outubro de 1895.

Acham-se em condições identicas ás do requerentes os 1.^{as} tenentes José Ignacio da Cunha Rasgado e Victal da Silva Cardoso que, como elle, estão aggregados á arma de infantaria desde julho de 1900 sem vencer antiguidade no posto.

O 1.^o tenente Manoel Leonel Coelho Borges tambem está aggregado á infantaria desde essa data sem vencimentos de antiguidade; mas não se acha habilitado, como aquelle, com o curso de artilharia.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1908. — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *F. Argollo.* — *F. G. Teixeira Junior.* — *Carlos Eugenio.*

Foram votos vencidos os ministros generaes de divisão José Maria Marinho da Silva e Luiz Antonio de Medeiros.

RESOLUÇÃO

Como parece quanto ao 1.^o tenente Aristides de Sampaio, por haver apresentado em tempo a sua reclamação.

Palaco do Governo, 24 de agosto de 1898. —
AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA. — *João Pedro Xavier da Camara.*

N. 97 — EM 5 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que as praças que concluirem seu tempo de serviço devem receber as suas excusas com as cadernetas de que trata o regulamento para o sorteio militar, e somente estas as que servirem como voluntários de manobras e especiais.

Ministerio da Guerra — N. 1.327 — Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1908.

Em resolução á inclusa con-ulta do commandante do 1º batalhão de infantaria, á qual se refere a informação n. 2.094, de 1 de agosto findo, da 4ª secção da repartição a vesso cargo, si se deve continuar a entregar excusas do serviço ás praças que concluem o tempo de serviço no Exército activo, visto que ás mesmas são entregues cadernetas de reservistas, declarae ao commandante do 1º districto militar, para os fins convenientes, que as praças que concluirem o tempo de serviço, como voluntarios, engajados ou sorteados por um anno ou mais, devem receber as suas excusas do serviço do Exército activo juntamente com as cadernetas de que trata o regulamento para o sorteio militar de 8 de maio ultimo e, somente estas, as que servirem como voluntarios de manobras e especiais.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara*, — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 98 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que aos secretarios das juntas de alistamento militar compete fazer a escripturação dos respectivos trabalhos e que os livros necessarios serão adquiridos administrativamente pelos commandos dos districtos militares por conta do credito aberto por decreto n. 7.080, de 27 de agosto findo.

Ministerio da Guerra N. 1.357 — Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1908.

Em vista do que expõe o commandante do 3º districto militar em telegramma que vos dirigiu nesta data quanto ao facto de ter o intendente municipal da capital do Estado da Bahia indicado a conveniencia da nomeação de um escrevente para servir nas juntas de alistamento militar e pedido a remesa de livros de actas para as referidas juntas, declarae ao mesmo commandante que aos secretarios destas compete fazer a escripturação dos trabalhos respectivos, como está determinado no regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo; e que os livros para os ditos trabalhos

deverão ser adquiridos administrativamente pelos commandos dos districtos militares por conta do credito aberto por decreto n. 7.080, de 27 de agosto findo.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 99 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1908 ..

Manda contar pelo dobro o tempo de serviço de officiaes e pracas embarcados durante a revolta de 6 de setembro de 1893 em navios de guerra.

Ministerio da Guerra — N. 1.379 — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1898.

Manda contar como tempo de serviço, pelo dobro, aos officiaes e pracas do Exercito que estiveram embarcados em navios de guerra durante a revolta de 6 de setembro de 1893 o tempo de suas estadas nesses navios, sendo da data do embarque até 13 de março de 1894, quanto aos que desembarcaram nesta Capital, e da mesma data até 16 de abril seguintes aos que seguiram para o sul da Republica, tomando parte no combate naval então effectuado nas aguas do Estado de Santa Catharina.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 100 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que os instructores de institutos de ensino onde fôr obrigatoria a instrução militar não fazem serviço de escala; podendo, porém, servir como taes em mais de um estabelecimento, desde que não fique prejudicada a regularidade da instrução.

Ministerio da Guerra — N. 1.381 — Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908.

Em vista do exposto no officio n. 930 e mais papeis que o acompanham dirigido a essa repartição, em 13 do mez findo, pelo commandante do 6º districto militar, com relação ao facto de estar o 2º tenente do 25º batalhão de infantaria Armando Protasio Vieira de Andrade exercendo o cargo de instructor militar do Gymnasio Anchieta, de Porto Alegre, sem prejuizo do serviço militar, declarae aquelle commandante e aos dos demais districtos militares que os instructores de

institutos onde fôr obrigatoria a instrução militar não fazem serviço de escala : podendo, porém, servir como taes em mais de um estabelecimento, desde que não fique prejudicada a regularidade da instrução.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 101 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que ás sociedades incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro não serão satisfeitos pedidos de armamento e munição, sem que previamente mencionem o numero de armas já fornecidas, o «stock» de munição, as datas dos respectivos fornecimentos e o numero de socios.

Ministerio da Guerra — N. 1.387 — Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1908.

Declarae aos representantes dessa repartição junto ás sociedades incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro que não deverão ter andamento os pedidos de armamento e munição sem que previamente se mencionem o numero de armas já fornecidas á sociedade, o *stock* de munição, as datas dos respectivos fornecimentos e o numero de socios.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 102 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo contagem de antiguidade de 7 de novembro de 1890

Ministerio da Guerra — N. 1.449 — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado, em consulta de 17 de agosto findo, sobre o requerimento em que o 2º tenente do 10º batalhão de infantaria Julianio Nunes Travassos pediu que a antiguidade de sua praça fosse contada de 7 de novembro de 1890, data de sua primeira transferencia para o Exército, resolveu, em 18 do corrente, indeferir o mesmo requerimento, visto

estar verificado que o mencionado official, de 7 de novembro de 1890 a 8 de fevereiro de 1892, não serviu em nenhum dos corpos do Exército, pertencendo durante todo esse tempo, como alumno, à Escola de Aprendizizes Artilheiros.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso n. 73, de 3 do corrente, mandastes a este tribunal, para consultar com o seu parecer, o requerimento em que o 2º tenente do 10º batalhão de infantaria Juliano Nunes Travassos pede que a antiguidade de sua praça seja contada de 7 de novembro de 1890, data de sua primeira transferencia da Escola de Aprendizizes Artilheiros para o Exército.

O commando do 1º districto militar informa essa pretenção nos seguintes termos:

«Submetto á consideração de Sr. marechal chefe do Estado Maior o presente requerimento em que o 2º tenente do 10º batalhão de infantaria Juliano Nunes Travassos pede ao Sr. Ministro da Guerra para que a sua data de praça seja contada de 7 de novembro de 1890, e não, como está, de 8 de fevereiro de 1892, allegando que a sua primeira transferencia foi naquella data, da escola para o 2º regimento de artilharia de campanha, não tendo sido mandado apresentar a este corpo, segundo presume, por ser 1º sargento, e serem então necessarios os seus serviços na citada escola, onde continuou ainda por dous annos, e de onde foi novamente transferido para o 10º batalhão de infantaria, ao qual foi mandado apresentar, não lhe cabendo, portanto, responsabilidade alguma no facto de não se ter apresentado, em 1890, ao 2º regimento de artilharia, pois como praça de pret, que era, isso só poderia fazer mediante ordem superior.

Allega o peticionario a seu favor que a resolução de 9 de janeiro, publicada na ordem do dia da extincta repartição de ajudante general, n. 2.181, de 22 de maio, tuço de 1888, manda contar a praça dos aprendizes artilheiros, de accordo com o que se pratica com os aprendizes marinheiros, pelo art. 4º, da lei n. 2.994, de 24 de setembro de 1880, em qualquer hypothese, da data da transferencia para os corpos do Exército, ou para a Escola Militar.

Da certidão de assentamentos junta consta que o peticionario, sendo da Escola de Aprendizizes Artilheiros, foi, segundo publicou o detalhe da 1ª brigada de cavallaria, de 7 de novem-

bro de 1890, designado para o 2º regimento de artilharia, onde tomou o n. 151, ficando considerado não apresentado.

Em 1892, porém, por portaria do Ministerio da Guerra, de 8, como consta da ordem do dia do Exercito, n. 300, de 15 de fevereiro de 1892, foi transferido para o 10º batalhão de infantaria, ao qual apresentou-se.

Do exposto, verifica-se que o peticionario foi effectivamente transferido para o 2º regimento de artilharia, a 7 de novembro de 1890, e novamente transferido para o 10º batalhão de infantaria, em 8 de fevereiro de 1892, conservando-se, porém, durante estes dous annos, na mesma escola, por ordem superior, o que de certo se poderá verificar no archivo desta escola, que se acha na repartição do Estado Maior do Exercito.

Isto posto, julgo que, uma vez verificado, não ter sido annullada a primeira transferencia, deve o peticionario, amparado pela disposição do art. 4º da lei n. 2.994, de 24 de setembro de 1880, contar a data da sua praça de 7 de novembro de 1890.»

No archivo do Estado Maior se verifica, segundo informa o coronel archivista, que do livro de batalha da repartição de ajudante general consta que o requerente foi, pela ordem do dia á guarnição, n. 157, de 7 de novembro de 1890, mandado incluir no 2º regimento de artilharia, em virtude da portaria de 29 de outubro desse anno, mas verifica-se tambem que do archivo da Escola de Aprendizizes Artilheiros nada consta sobre tal transferencia, constando, entretanto, a que se effectuou por portaria de 8 de fevereiro de 1892 para o 10º batalhão de infantaria, conforme foi communicado ao commando da Escola pelo commandante geral de artilharia, em officio de 12 deste mez.

Consta ainda desse archivo que o requerente continuou a estudar naquella escola, cujo curso theorico concluiu, conforme consta da ordem do dia escolar, n. 152, de 19 de novembro de 1890, teve approvação na 4ª classe de infantaria, em 1891, e foi desligado, a 15 de fevereiro de 1892 afim de apresentar-se ao 10º batalhão de infantaria.

A 4ª secção do Estado Maior, informando, diz «que a antiguidade de praça dos aprendizes artilheiros é contada do dia de sua ida para a Escola Militar, ou para um dos corpos do Exercito, como mesmo declarou o peticionario, citando o art. 91 do regulamento da escola de aprendizes e a resolução de 9 de janeiro de 1888, publicados, respectivamente, nas ordens do dia ns. 1.912 e 2.188, de 1885 e 1888.

Mas só tem effeito juridico esse acto desde o dia em que elle ficou fazendo physicamente parte do batalhão para o qual fôra designado.

Ora, não se tendo dado tal facto, porque o interessado continuou na escola de aprendizes estudando, para o que não estava impossibilitado pelos resultados dos exames, até aquella data obtidos, nem por qualquer, outra medida coer-

ciliva das autoridades superiores, é obvio que sua preferência não se firma em dispositivo algum de lei.

Informa ainda que a transferencia para o 2º regimento, eontida em detalhe da repartição do ajudante general, de 7 de novembro de 1890, não foi publicada na escola, a que pertençia como declara o archivista desta repartição deante dos documentos compulsados.

Informa tambem que, si tal transferencia não ficasse sem effeito, quando, em 1892, o requerente foi incorporado ao 10º batalhão, a local dada em ordem do dia, ou detalhe sobre o caso seria a de transferido do 2º regimento de artilharia para o 10º, e não, como foi, da Escola de Aprendizizes Artilheiros para o corpo de infantaria referido.

Informa finalmente, que seus companheiros, que tiveram passagem para os corpos do Exército, ou Escola Militar, contam antiguidade do dia em que a estas corporações, de facto passaram a pertencer prestando nellas, dessa data em deante, os serviços de que cogitam os nossos regulamentos, e não de quando se deu a transferencia.

Exposta a questão á luz dos factos, que ella exige, a secção submette o assumpto á consideração da autoridade superior, no intuito de resolver si o interessado tem ou não direito a um avanço não pequeno sobre os seus companheiros de posto e arma, facilitando-lhe por esse meio mais rapido accesso.»

O marechal chefe do Estado Maier informa que «em vista do que allega o requerente e das informações prestadas pelo commandante do 4º districto, parece de justiça o deferimento da preferência, que encontra amparo na resolução de 9 de janeiro de 1888, resolução essa que estabelece que, em qualquer hypothese, o tempo de praga dos aprendizes artilheiros conta-se da data de sua transferencia. Ora, constando do archivo da extincta repartição de ajudante general haver o requerente sido transferido para o 2º regimento de artilharia a 7 de novembro de 1890, a sua antiguidade deve ser contada dessa data, embora tivesse o requerente deixado de apresentar-se naquella corpo, pois, se isto se deu, foi forçosamente por determinação da autoridade competente. E' verdade que em fevereiro de 1892 foi o requerente transferido de novo da Escola de Aprendizizes para o 10º batalhão de infantaria; mas não existindo acto algum mandando ficar sem effeito a sua primeira transferencia para o 2º regimento de artilharia, onde como se vê de sua fé de officio, tomara o n. 151, ficando considerado não apresentado, não se póde deixar de considerar essa segunda transferencia como um engano da administração superior.

Ha, entretanto, uma circumstancia constante das alterações tiradas do archivo daquella escola, que traz certa duvida, e vem a ser haver o requerente, depois de desligado em 7 de novembro de 1890, feito em 1891, exames de materias da parte pratica do programma de ensino do citado estabelecimento.

E' provavel, porém, que para tanto tenha o seu comman-

dante sido autorizado. Esse é o meu modo de ver em relação ao assumpto. Entretanto, sendo de maxima importancia, foi interessar a grande numero de officiaes, conviria fosse ouvido a respeito o Supremo Tribunal Militar.»

Tendo examinado acuradamente a petição, os documentos a ella annexos, e as informações prestadas pelo commando do 4º districto militar, 4ª secção e o chefe do Estado Maior, este tribunal verificou que a portaria do Ministerio da Guerra, de 29 de outubro de 1890, mandou incluir no 2º regimento de artilharia de campanha o requerente, que então era alumno da Escola de Aprendizizes Artilheiros, e o disposto nessa portaria foi publicado na ordem do dia á guarnição desta Capital, de 7 do mez seguinte, sob n. 157.

O 2º regimento de artilharia cumpriu a determinação constante dessa ordem do dia, e foi nelle incluído o requerente, que tomou o n. 151 em uma das baterias, ficando, porém, considerado — não apresentado.

Tal transferencia, porém, não se tornou effectiva, e do archivo da Escola de Aprendizizes Artilheiros nada consta sobre ella.

O requerente ficou considerado nos mappas e relações do 2º regimento como — não apresentado — e na escola, sem interrupção, como alumno presente ás aulas theoricas, praticas, concluído o curso theorico, como consta da ordem do dia da escola, de 19 desse mez; em 1891, teve approvação na 1ª classe de infantaria, e só deixou de pertencer á escola a 15 de fevereiro de 1892, em que foi desligado afim de apresentar-se ao 10º batalhão de infantaria, para o qual fôra transferido por outra portaria do Ministerio da Guerra de 8 desse mesmo mez, publicada na ordem do dia do Exército n. 300.

Não consta que tivesse sido expedido acto algum mandando expressamente ficar sem effecto a transferencia para o 2º regimento de artilharia; mas é certo não ter produzido effecto a portaria, que a determinara: essa transferencia não se realizou, foi de facto annullada.

E a portaria de 1892, ordenando a transferencia do requerente da Escola de Aprendizizes Artilheiros para o 10º batalhão de infantaria, importaria, evidentemente, a revogação da de 1890 que o transferira dessa mesma escola para o 2º regimento de artilharia e não chegara a ter execução.

Verificado, pois, que de 7 de novembro de 1890 a 8 de fevereiro de 1892 o requerente não serviu em nenhum dos corpos do Exército, pertencendo durante todo esse tempo, como alumno, á Escola de Aprendizizes Artilheiros, é obvio que a antiguidade de sua praça não pôde ser contada daquella data, conforme requer.

O Supremo Tribunal Militar, pelo que acaba de expender,

é de parecer que a preferência do 2º tenente Juliano Nunes Travassos carece de fundamento.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *R. Galvão.*— *C. Netto.*— *F. A. de Moura.*— *F. Argollo.*— *F. J. Teixeira Junior.*— *Carlos Eugenio.*— *Marinho da Silva.*— *L. Medeiros.*

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 18 de setembro de 1908.— *AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.*— *João Pedro X. da Camara.*

N. 103 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1908

Defero o requerimento de um major graduado pedindo a effectividade no mesmo posto, a contar de 5 de agosto ultimo.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Supremo Tribunal Militar, para seu conhecimento, que, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal, exarado em consulta de 14 de setembro findo, sobre o requerimento em que o major graduado do 1º batalhão de artilharia Francisco Xavier Alencastro de Araujo pediu ser considerado effectivo no dito posto desde 5 de agosto ultimo, resolveu em 23, tambem de setembro findo, deferir essa pretensão, tendo-se lavrado o decreto de promoção a favor do supplicante e procedido, quanto á aggregação do official excedente, de accordo com o que propoz a 4ª secção da repartição do Estado Maior do Exercito.

Saude e fraternidade.— *João Pedro X. da Camara.*

CONSULTA A QUE SE REFERE A PORTARIA SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra de 26 de agosto, sob n. 81, vem, por vossa ordem, a este tribunal para consultar, o requerimento em que o major graduado do 1º batalhão de artilharia Francisco Xavier Alencastro de Araujo pede ser considerado effectivo no posto, desde 5 desse mez.

A 4ª secção do Estado Maior, informando essa pretensão diz:

«O major graduado do 1º batalhão de artilharia de posição, Francisco Xavier Alencastro de Araujo, dizendo achar-se prejudicado com a promoção de 5 do corrente, reclama a sua effectividade do posto de major com a mesma data, de accordo com o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, art. 9º.

O artigo da lei invocado pelo requerente dispõe, na parte que lhe diz respeito, que a promoção aos postos superiores será feita em todos os corpos e armas, metade das vagas por antiguidade e a outra por merecimento.

Tendo-se aberto, em 5 do corrente, com as promoções ao posto de tenente-coronel na arma de artilharia e na de cavalaria nove vagas do posto de major na primeira das citadas armas, ascenderam ellas a 29, contempladas as 20 liquidas, que occorreram com a reorganização.

Isto posto, considerando-se que a vaga anteriormente preenchida o foi pelo principio de merecimento, a primeira a ser preenchida pelo decreto de 5 do corrente cabia ao principio de antiguidade, conforme dispõe a resolução de 1 de novembro de 1855 e o aviso de 18 de fevereiro de 1891.

Nestas condições, as 29 vagas, acima alludidas, deveriam ser preenchidas, as de ordem impar pelo principio de antiguidade, e as de ordem par pelo de merecimento, ou sejam 15 pelo primeiro e 14 pelo segundo principio.

Nas promoções de 5 do corrente, portanto, houve equívoco evidente, pois foram feitos 15 maiores por merecimento e 14 por antiguidade na arma de que se trata, ficando assim prejudicado o principio de antiguidade, e beneficiado, indevidamente, o de merecimento.

Pensa a secção, em vista do exposto, que ao requerente cabe a effectividade do posto de major, a contar de 5 do corrente, devendo, em consequencia, ser aggregado á arma sem contar antiguidade, até que lhe caiba promoção pelo principio de merecimento, o major Marcos Pradel de Azambuja, que era o mais moderno dos capitães da arma, que tiveram accesso por este principio, não levando em linha de conta o major Alípio Gama, que é o mais moderno de todos, e que, sendo capitão do extinto corpo do Estado-Maior, foi promovido ao posto que tem no quinto de merecimento, que cabia aos officiaes desse extinto corpo.»

O tribunal passa a dar cumprimento á vossa ordem: de accordo com a resolução de 1 de novembro de 1865 «uma vaga, que se der, de official superior, estando já equilibrados os principios — antiguidade e merecimento — deve ser preenchida pelo principio opposto áquelle, pelo qual se preencheu a ultima vaga, que equilibrou os dous principios.»

A ultima vaga do posto de major da arma de artilharia, antes das promoções de 5 de agosto, foi preenchida por merecimento, portanto, ao principio de antiguidade cabia o provimento da primeira que occorresse.

Havendo, naquella data, 29, claros no quadro de maiores de artilharia, segundo informa a 4ª secção do Estado-Maior,

e devendo o respectivo provimento ser realizado alternadamente, por antiguidade e merecimento, cabia ao primeiro desses princípios o preenchimento de 15 e ao outro o de 14.

Entretanto, foi o inverso que se deu; 15 vagas foram preenchidas por merecimento e 14 por antiguidade, do que resultou a pretensão do requerente, a quem incontestavelmente assistia direito ao preenchimento da decima quinta vaga por antiguidade.

Atendido o requerente, terá de passar a aggregado ao quadro de maiores de artilharia, até a primeira vaga que occorrer, o mais moderno de todos os maiores promovidos por merecimento a 5 de agosto, conforme o disposto no art. 31 do regulamento de 31 de março de 1851, e não como o estado maior pensa, o mais moderno dos que já pertenciam ao quadro da arma naquella dia.

Não se pôde admittir que seja aggregado sem vencer antiguidade um official, conservando-se outro mais moderno como effectivo no quadro.

A lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, estabelece em contrario aos dispositivos legais vigentes, que regem as promoções dos officiaes do exercito, e, no seu art. 115, mandando extinguir o corpo de Estado-Maior, determina em termos claros e positivos *«que os officiaes desse corpo sejam incluídos no quadro supplementar, até serem distribuídos pelas armas de infantaria, cavallaria e artilharia, por promoção em concorrência com os officiaes das referidas armas, de accordo com a lei em vigor.»*

Pelo exposto parece ao Supremo Tribunal Militar que a pretensão do major graduado Francisco Xavier Alencastro de Araujo deve ser deferida, passando a aggregado, nos termos do art. 31 do regulamento de 31 de março de 1851, o major Alipio Gama, que era o mais moderno de todos os capitães promovidos a esse posto, para a arma de artilharia, por decreto de 5 de agosto.

Considerando, porém, que na mesma data foram promovidos a major para as armas de infantaria e engenharia, respectivamente, os capitães Raphael de Menezes e Eduardo Monteiro de Barros, mais modernos que Alipio Gama, que esses tres officiaes pertenciam ao extinto corpo de Estado-Maior; que pelo facto de perder antiguidade no posto, enquanto aggregado, por exceder do quadro, o major Alipio Gama se tornará mais moderno que Raphael de Menezes e Monteiro de Barros;

Considerando por outro lado que, si aquelle major não soffrer prejuizo algum em sua antiguidade, não preterirá direitos de outrem, porquanto cabe-lhe o preenchimento do primeiro claro que occorrer no quadro do seu posto na arma de artilharia;

Pensa o Tribunal que será de justiça não se descontar ao major Alipio Gama, na antiguidade de seu posto, o tempo em que se conservar na situação de aggregado, a exemplo do

que se pratica com os 2.^{os} tenentes que excedem dos respectivos quadros.

O ministro marechal Argello vota pelo parecer, excepto quanto a conservar a antiguidade de posto enquanto a aggregado o official que foi promovido indevidamente, á vista do exposto no art. 31 do regulamento de 31 de março de 1851.

O ministro marechal Teixeira Junior apresenta o seguinte parecer:

«Discordamos, quer da indicação da 4.^a secção do Estado-Maior do Exercito, quer da que é feita pelo Sr. ministro relator da presente consulta, já quanto ao nome do official que deve ser considerado aggregado no posto de major, sem contar ou não antiguidade, em razão de haver sido prejudicado o principio de antiguidade para aquelle posto, na arma de artilharia, por occasião da promoção geral feita a 5 de agosto ultimo, já quanto á arma em que semelhante aggregação deverá ser feita.

Começaremos, porém, esclarecendo as idéas a que obedece a inclusão nas quatro armas do Exercito, dos officiaes do extinto corpo de Estado-Maior, segundo o regulamento expedido para tal fim.

Só é feita mediante a promoção ao posto immediato ao em que se achavam antes da extinção do seu corpo, em concorrência com os officiaes de tres armas e pelos principios de merecimento e antiguidade, segundo a lei de promoções em vigor, e a sua classificação nas mesmas armas deverá observar a seguinte regra de precedencia quando occorrer a abertura simultanea de vagas no mesmo posto: 1.^o, artilharia; 2.^o, cavallaria; 3.^o, infantaria; 4.^o, engenharia (art. 7.^o do regulamento de 11 de julho de 1908).

Posto que semelhante regra esteja alli indicada expressamente para promoção por antiguidade, parece curial que ella se imponha forçosamente para as promoções por merecimento, porquanto, tanto em um caso como no outro, não ficando nenhum arbitrio ao classificado, os seus actos não poderão dar motivo a reclamação.

Quando no mesmo regulamento a propria primeira classificação em expectativa, portanto, toda provisoria, pelas alludidas quatro armas do Exercito, se estabeleceu que obedecesse a um sorteio publico, afim de que sobre semelhante acto não presidisse o menor arbitrio, não é logico accreditar-se que tratando-se da inclusão definitiva de taes officiaes pelas mesmas armas para os que a alcançassem por motivo de seu accesso pelo principio de merecimento, não tivessem em seu favor as mesmas garantias de completa isenção de animo por parte do classificador; principalmente quando aquella condição de merecimento se apuraria entre os mesmos officiaes do extinto corpo do Estado-Maior, comparando-se os seus respectivos serviços, e não entre elles e os das quatro armas do Exercito, porquanto por occasião dessa primeira promoção,

depois da extinctão do seu antigo corpo, nenhum serviço arregimentado ainda teriam prestado em concorrência com os ultimos.

Assim, pois, cumpre-nos observar antes de abordar a materia restricta da presente consulta, que o major Alipio Gama foi inadvertidamente incluído na artilharia como major, porquanto quem alli deveria figurar era o seu collega Raphael de Menezes, como elle promovido a major, na mesma occasião, por merecimento, visto caber ao primeiro a devida classificação na arma de engenharia, como se vê pelo que segue:

Foram seis os capitães do extincto Estado-Maior promovidos por merecimento, a saber: 1º Custodio Braga, 2º Alfredo Fleury, 3º Carlos Cavalcante, 4º Alipio Gama, 5º Raphael de Menezes, 6º Eduardo Monteiro de Barros e, portanto, a sua respectiva inclusão nas quatro armas devera ser: 1º na artilharia, 2º na cavallaria, 3º na infantaria, 4º na engenharia, 5º na artilharia e 6º na cavallaria.

Não está pois em causa o nome de Alipio Gama na investigação a que se procede sobre quem deve ser aggregado como major, pelo motivo que determina a presente consulta, pois é evidente que so por engano é que Alipio Gama foi considerado incluído na arma de artilharia.

A 4ª secção do Estado-Maior propõe a aggregação do major Marcos Pradel de Azambuja, que era capitão da arma de artilharia quando se fez a promoção de 5 de agosto ultimo, por uma interpretação inadvertida da ultima parte do paragrapho unico do art. 3º do citado regulamento de 11 de julho de 1908.

Julgou a 4ª secção que ficara garantido por semelhante disposição o quinto das vagas de merecimento que se abrissem simultaneamente em favor dos officiaes do extincto estado-maior; mas effectivamente o que se comprehende de tal disposição é que o Governo não reconheceu o direito a concorrência por semelhante principio, mediante qualquer razão de equidade, a beneficio de taes officiaes, parecendo isso que foi seu intento reservar indeterminadamente o maior numero daquellas vagas para os officiaes de cada uma das quatro armas do Exercito.

Nenhum compromisso havendo, portanto, tomado o regulamentador quanto á quinta parte que em caso de simultaneidade de abertura de vagas no mesmo posto coubesse aos officiaes do Estado-Maior, para o accesso por merecimento, a rectificação legal por força do engano que se commetteu, prejudicando o principio de antiguidade no posto de major de artilharia em 5 de agosto ultimo, deverá obedecer aos principios logaes de caracter geral, que estão em vigor.

Assim verificando-se que os seis capitães do extincto Estado-Maior, que foram elevados ao posto de major pelo principio de merecimento, são mais modernos que todos os capitães de artilharia que na mesma occasião foram elevados a major pelo mesmo principio de merecimento, claro está que

Marcos Pradel de Azambuja não poderia ser aggregado em beneficio de nenhum daquelles seis ex-capitães; e como estes não foram promovidos para determinada arma, por ter-se dado então o preenchimento de varias vagas que se abriram simultaneamente no mesmo posto de major em diversas armas, o mais moderno delles deverá ser o major aggregado, sem vencer antiguidade, e se o conservará com a classificação provisoria da arma que tem em sorteio, até poder ser incluído na primeira vaga a preencher por merecimento, onde quer que ella se dê; reconsiderando-se, porém, a classificação ou inclusão pelas armas dos seus cinco companheiros que foram legalmente promovidos por merecimento.»

Supremo Tribunal Militar, 14 de setembro de 1908.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *C. Netto* — *F. A. de Moura.*— *F. Argollo.*— *Carlos Eugenio.*— *F. J. Teixeira Junior.*— *Marinho da Silva.*

Foram votos os ministros marechal Rufino Galvão e general de divisão L. A. de Medeiros.

RESOLUÇÃO

Lavre-se o decreto de promoção a favor do supplicante, conforme propõe o parecer, e quanto á aggregação do official excedente do quadro proceda-se como propõe a 4ª secção do Estado-Maior. Segundo determina o decreto de 11 de julho ultimo, havendo 15 vagas a preencher por merecimento, tres cabiam aos capitães do extinto corpo de Estado-Maior e 12 aos capitães de artilharia. Tendo sido promovidos sómente dous capitães do Estado-Maior e 13 da arma de artilharia, resulta que por um destes foi prejudicado o capitão Alencastro de Araujo.

Palacio do Governo, 23 de setembro de 1908.— AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.— *João Pedro X. da Camara.*

N. 104 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1908

Indefere um requerimento sobre collocação no almanak do Ministerio da Guerra

Ministerio da Guerra — N. 1.322 — Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1908.

Tendo o major do Exercito Agostinho Raymundo Gomes de Castro pedido, em vista do accordão do Supremo Tribunal

Federal, de 5 de dezembro de 1906, segundo o qual o art. 3º do decreto legislativo n. 716, de 13 de dezembro de 1900, vigorava sómente com relação aos officiaes que posteriormente á promulgação delle adquiriram os requisitos necessarios ao preenchimento das vagas de capitães nos corpos de engenheiros e estado-maior do Exército, ultimamente extinctos, ser collocado no almanak do Ministerio da Guerra acima de seus companheiros de posto que, como capitães arregimentados, foram transferidos para este corpo, depois que o dito official teve accesso a capitão, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 28 de outubro de 1907, resolveu, em 31 do mez findo, indeferir essa solicitação, porquanto o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, não póde alterar as posições que tinham os capitães transferidos para os referidos corpos na vigencia da lei anterior n. 3.169, de 14 de julho de 1883, e o requerente foi promovido ao posto de capitão depois de promulgado este decreto; o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.— *João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra de 28 de setembro ultimo, sob n. 155, veio, por vossa ordem, para que este tribunal consulte com seu parecer, o requerimento em que o major do estado-maior do Exército Agostinho Raymundo Gomes de Castro pede que seu nome seja collocado no almanak do Ministerio da Guerra acima dos seus companheiros do mesmo posto que, como capitães arregimentados, foram transferidos para o estado-maior posteriormente a 10 de dezembro de 1896, data de seu accesso a capitão.

O requerimento do major Gomes de Castro está concedido nestes termos:

« Agostinho Raymundo Gomes de Castro, major do estado-maior do Exército, baseado no accordão do Supremo Tribunal Federal n. 1.165, de 5 de dezembro de 1906, publicado na ordem do dia do Exército n. 27, de 15 de maio do corrente anno, vem requerer-vos a sua collocação no almanak acima dos seus companheiros de posto que, como capitães arregimentados, foram transferidos para o estado-maior posteriormente a 10 de dezembro de 1893, data de seu accesso a capitão, como natural e legitimamente decorre da doutrina dos *direitos adquiridos* firmada por aquelle tribunal no referido accordão, segundo passa a provar em poucas palavras.

O requerente entrou legalmente para o estado-maior a 7 de janeiro de 1890, data de sua promoção a tenente do corpo por serviços relevantes, estando então em pleno vigor a lei n. 3.169, de 14 de julho de 1883, que regulava as transferencias de officiaes arregimentados para o referido corpo de estado-maior. O art. 8º dessa lei prescrevia textualmente que «os officiaes transferidos serão considerados os mais modernos nas classes a que pertencerem», o que garantia plenamente, e com inteira justiça, a antiguidade de tirocinio profissional dos officiaes do estado-maior.

O decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, revogou essa lei e no seu art. 8º preceituava que aquellas transferencias deveriam ser feitas «por ordem de antiguidade». O decreto legislativo n. 716, de 13 de novembro de 1900, no seu art. 3º restabeleceu, por sua vez «a lei n. 3.169, de 14 de julho de 1883, na parte relativa ás transferencias», e revogou, *ipso facto*, aquelle decreto.

O Supremo Tribunal Federal, no alludido accordão, estabelece o principio de que «o art. 3º da lei n. 716, de 13 de novembro de 1900, não tendo effeito retroactivo, vigora sómente com relação aos officiaes que, posteriormente á promulgação da mesma lei, adquirissem os requisitos necessarios ao preenchimento das vagas de capitães nos corpos de estado-maior e de engenheiros, e por consequencia não póde alcançar os capitães de artilharia, de cavallaria e de infantaria que naquella data já tinham garantidos todos os seus direitos decorrentes do art. 8º e seu paragrapho do citado decreto n. 1.351».

Ora, é logico, por essa mesma sentença juridica e identica argumentação e arrazoadado, de que o art. 8º do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, não tendo effeito retroactivo, vigora sómente com relação aos officiaes que, posteriormente á promulgação do mesmo decreto, foram incluídos nos corpos de estado-maior e de engenheiros, e por consequencia não póde alcançar os officiaes que naquella data já tinham, real e integralmente, garantidos todos os seus direitos decorrentes do art. 8º da citada lei n. 3.169, por já pertencerem de facto a esses corpos, como é o caso do peticionario.

E aliás, é mais logico, e muitissimo mais justo ainda, porque, ao passo que no primeiro caso trata-se apenas de officiaes arregimentados, com direito problematico e eventual á transferencia para os corpos especiaes, no segundo trata-se de proprios officiaes desses corpos, em plena posse e gozo de direitos já realmente adquiridos.

E, demais, as resoluções n. 3.169, de 14 de julho de 1883, e n. 716, de 13 de novembro de 1900, são actos legislativos normaes e regularmente elaborados, discutidos, volados e sancionados, enquanto que o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, é uma simples medida de um governo provisorio e de uma situação anormal.

A segunda daquellas resoluções normaes nada mais fez

pois do que restabelecer a normalidade anterior das transferências para os corpos de estado-maior e de engenheiros, com as garantias de antiguidade do tirocinio profissional de seis membros, como é de inteira justiça e de cabal accôrdo com o interesse do serviço publico.»

Sobre essa pretensão a 4ª secção do estado-maior diz:

« Informando este requerimento a secção tem a dizer que o seu autor major Agostinho Raymundo Gomes de Castro, sendo alferes-alumno, foi confirmado em 2º tenente de artilharia a 4, e por se achar legalmente habilitado, por decreto de 7 de janeiro de 1890, foi promovido a tenente, por serviços relevantes, para o corpo do estado-maior de 1ª classe, hoje estado-maior do exercito, vigorando então a lei n. 3.169, de 14 de julho de 1883, quanto ás transferencias de capitães arregimentados para o mencionado corpo de estado-maior; assim como que, depois de sua promoção a capitão realizada em 10 de dezembro de 1893, por força do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, alguns capitães arregimentados, também legalmente habilitados, transferidos para o estado-maior, foram collocados acima d'elle, requerente, e de outros nas suas condições; e porque foram todos promovidos a major na mesma data (14 de dezembro de 1900), continuaram a ter a mesma collocação na respectiva escala.

Com relação, porém, ao accórdão do Supremo Tribunal Federal com que o mesmo major procura fundamentar a sua reclamação, enquanto elle não for claro e definitivamente interpretado pelo poder competente, esta secção consoante com sua opinião, já por vezes manifestada, é de parecer que, por enquanto, não lhe assiste nenhum direito a ser collocado acima dos maiores que, como capitães, vieram transferidos para o estado-maior no regimen do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, e na vigencia do qual foi elle reclamante também promovido a capitão do mesmo corpo, a que como tenente já pertencia, isto porque, dizendo esse accórdão que o art. 3º da lei n. 716, de 13 de novembro de 1900, por não ter effeito retroactivo, vigora sómente em relação aos officiaes que posteriormente á sua promulgação adquirissem direito ás vagas de capitão de estado-maior, e que por consequencia não alcançava os capitães de artilharia, cavallaria e infantaria que, naquella data, já tinham garantidos *todos* os seus direitos decorrentes do art. 8º e seu paragrapho do citado decreto de 1891, está claro que só se poderá applicar tal doutrina aos capitães, que já se achavam no estado-maior, e não aos que aguardavam o terço do numero de vagas, que porventura nelle se dessem, para assim *ficarem na posse de todos* os seus direitos garantidos pelo mesmo art. 8º e seu paragrapho, o que aliás se praticou com o então capitão de artilharia Francisco Mendes de Moraes, quando reclamou a vaga do estado-maior decorrente da reforma concedida ao coronel do mesmo corpo Napoleão Augusto Muniz Freire, por decreto de 9 de novembro de 1900,

por ter sido esse decreto de reforma de data anterior á da lei n. 716. Esses capitães, isto é, os que se achavam apenas legalmente habilitados ao preenchimento das vagas, que porventura se abrissem, mas que realmente se abriam com a fiel execução da lei n. 716, de 13 de novembro de 1900, ficaram inteiramente livres de uma transferencia obrigatoria (decreto de 1891), e ainda mais agravada agora (lei de 1883 revogada pela de 1900) com a perda de suas respectivas antiguidades, o que é de justiça e equidade.

Isto é o que a secção se afigura ter resolvido em especial (art. 3º do decreto 848, de 1890, e § 11 do art. 13 da lei n. 221, de 1894) pelo Supremo Tribunal Federal em seu accordão de 5 de dezembro de 1906, porque esse foi um dos quesitos da acção summaria especial proposta pelo então capitão Augusto Tasso Fragoso, isto é, « que fosse exercitada por inteiro a lei n. 716, de 13 de novembro de 1900, que manda, de accordo com a de n. 3.169, de 14 de julho de 1883, collocar os capitães arregimentados, *obrigatoriamente* transferidos para o estado-maior abaixo dos capitães desse corpo, sejam ou não mais modernos (vide ordem do dia n. 27, de 1907). Só em taes circumstancias portanto é que se poderá dizer que um individuo já se achava de posse de todos os seus direitos, emquanto que os capitães que aguardavam vagas poderiam ter todos antes da promulgação da lei n. 716, de 1900, mas lhe faltava um, o essencial e ultimo que era a vaga, como succedeu com o acima citado capitão de artilharia Mendes de Moraes, em relação á vaga aberta, em 9 de novembro de 1900, no estado-maior, e com o tambem capitão de artilharia Sebastião Francisco Alves com a que se abriu em outubro do mesmo anno, no corpo de engenheiros, com o fallecimento do major Borges Fortes.

Ambos reclamaram e ambos foram attendidos.

Si, porém, a doutrina que o requerente apresenta, com a juridica interpretação desse accordão, vier a ser definitivamente adoptada pelo poder competente, será ella, melhormente applicada não só a elle como a outros officiaes, que passaram a pertencer ao antigo corpo do estado-maior de 1ª classe em pleno regimen da lei n. 3.169, de 14 de julho de 1883, por isso que já se achavam amparados de *todos* os seus direitos declarados, e garantidos por essa lei quando surgiu o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891.»

Em mais de uma das informações presentes a este tribunal, a 4ª secção do estado-maior tem opinado pela reversão aos corpos, a que pertenciam, de todos os capitães transferidos depois de 13 de novembro de 1900, data da lei n. 716, que então tinham todos os requisitos legais para a transferencia, por entender que não podiam continuar nos corpos especiaes; á vista do accordão n. 1.165; agora diz afigurar-se-lhe que esse accordão, declarando não alcançar o artigo 3º daquella lei os capitães que na data de sua promulgação já tinham garantidos todos os seus direitos decorrentes do art. 8º e

seu paragrapho, do decreto n. 1.351, de 1891, «*só se poderá applicar aos capitães que já se achavam no estado-maior, e não aos que aguardavam o terço do numero de vagas, que porventura nelle se dessem para assim ficarem na posse de todos os seus direitos garantidos pelo mesmo artigo 8º e seu paragrapho*».

E' manifestamente inadmissivel esse modo de pensar.

O accordão está redigido com tal clareza, que não pôde dar lugar a duvidas; diz elle: «o art. 3º da lei n. 716, de 1900, tendo effeito retroactivo, vigora, sómente, em relação aos officiaes que, posteriormente á promulgação da mesma lei, adquirissem os requisitos necessarios ao preenchimento das vagas de capitão nos corpos de estado-maior e de engenheiros, e por consequencia não pôde alcançar «aos capitães de artilharia, de cavallaria e infantaria» que, naquella data, já tinham garantidos todos os seus direitos decorrentes do art. 8º e seu paragrapho do decreto de 1891.

Como pretender, pois, que o accordão se refere aos capitães transferidos para o estado-maior antes da lei n. 716, e portanto na *posse de todos os seus direitos*, e não aos que, ainda pertencentes «às armas de artilharia, cavallaria e infantaria», já estando legalmente habilitados na data desta lei, tinham garantidos todos os seus direitos decorrentes do referido art. 8º e seu paragrapho?

O accordão diz: *garantidos todos os seus direitos*, etc. e não — *de posse de todos os seus direitos*, como a 4ª secção insinua.

Essa secção engana-se ainda, pensando que os capitães legalmente habilitados antes da lei n. 716, e que, segundo o Supremo Tribunal Federal decidiu, não estão comprehendidos no dispositivo do art. 3º, só teriam direito ao preenchimento do terço do numero de vagas que se dessem no estado-maior.

O art. 8º do decreto n. 1.351, de 1891, dizia com effeito, que as vagas de capitão no estado-maior de 1ª classe seriam preenchidas na razão de dous terços, por promoção, pelos tenentes do corpo e o terço restante por transferencia dos capitães das armas combatentes, que estivessem legalmente habilitados.

Mas, iniciando o Governo a execução do decreto n. 716, de 1900, promoveu para as vagas de capitão resultantes da organização do — quadro especial — todos os tenentes de estado-maior, em obediencia á primeira parte do art. 3º desse decreto, e tendo sido abolidas pelo art. 1º as transferencias para esse corpo dos 1ºs tenentes dos corpos arregimentados, é claro que já não está limitado a um terço o numero de vagas de capitão do estado-maior, que devem ser preenchidas por transferencia dos das armas que estavam habilitados em 13 de novembro de 1900; a totalidade dessas vagas deve ser provida por capitães transferidos.

O estado-maior não teve presente estas palavras do aviso

do Ministerio da Guerra, que lhe foi dirigido em 9 de março ultimo, relativo á execução do accordão do Supremo Tribunal Federal: «Na falta de tenentes do estado-maior, as vagas de capitão do mesmo corpo serão preenchidas em sua totalidade por transferencias.»

Expendidas estas considerações, o Tribunal passa a dar cumprimento á vossa ordem transmittida pelo Ministerio da Guerra no aviso de 28 de setembro ultimo, sob n. 155.

O Conselho Supremo Militar em consulta de 28 de novembro de 1892, e este tribunal, na de 18 de novembro de 1895, e em duas a 2 de agosto de 1897, foram de parecer que o decreto expedido pelo Governo Provisorio em 7 de fevereiro de 1891, não tendo effeito retroactivo, não podia alterar as posições que tinham na escala os capitães transferidos para os corpos de engenheiros, e de estado-maior na vigencia da lei anterior (a de n. 3.169, de 1883); que o paragrapho unico do art. 8º desse decreto, determinando que os officiaes transferidos para esses corpos nenhum prejuizo soffressem em suas antiguidades, referia-se exclusivamente aos officiaes que tivessem transferencia em virtude desse decreto, visto não poder elle produzir effeito anterior á sua promulgação; que portanto os officiaes transferidos de accôrdo com a lei n. 3.169, de 1883, deviam continuar a guardar na escala a posição determinada pela transferencia, e só aos transferidos depois de promulgado o decreto n. 1.351, de 1891, cabia serem classificados segundo suas antiguidades absolutas.

Conforme a lei n. 3.169, de 1883, as vagas de capitão no corpo de estado-maior eram preenchidas, á razão de dous terços por promoção dos tenentes desse corpo, e o terço restante por transferencia dos capitães de artilharia, de cavallaria e de infantaria, que tivessem o curso de estado-maior com approvações plenas, observando-se a ordem de antiguidade (art. 6º), e os officiaes transferidos eram considerados os mais modernos nas classes a que pertencessem (art. 8º).

Pelo-decreto n. 1.351, de 1891, as vagas de capitães no estado-maior eram tambem preenchidas, á razão de dous terços por promoção dos tenentes do corpo e de um terço pela transferencia de capitães legalmente habilitados; mas os transferidos nenhum prejuizo soffriam em suas antiguidades (art. 8º e seu paragrapho).

O Conselho Supremo Militar e este tribunal, nas consultas retro referidas, alludiam aos capitães já transferidos para o estado-maior ou nelle promovidos na vigencia da lei de 1883, quando se promulgou o decreto n. 1.351, de 1891.

O requerente, que sendo 2º tenente de artilharia foi promovido ao posto immediato por *serviços relevantes* nos termos daquella lei, ainda era tenente quando se promulgou o decreto n. 1.351, de 1891, e foi promovido a capitão, sem ter sido preterido, a 10 de dezembro de 1893, em plena vigencia desse decreto, quasi tres annos depois de sua promulgação.

Portanto, parece ao Supremo Tribunal Militar que não é deferível a pretensão sujeita a consulta.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1907.— *Pereira Pinto*.—
E. Barbosa.— *R. Galvão*.— *C. Netto*.— *F. A. de Moura*.—
F. J. Teixeira Junior.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 31 de agosto de 1908.— AFFONSO
AUGUSTO MOREIRA PENNA.— *João Pedro X. da Camara*.

N. 105 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que podem ser aceitos como voluntarios por tres annos alguns voluntarios de manobras ultimamente dispensados do serviço, em virtude do determinado em aviso n. 1.457, de 1 do corrente, observadas as disposições do art. 197, do regulamento para o alistamento e sorteio militar.

Ministerio da Guerra — N. 1.506 — Rio de Janeiro, 40 de outubro de 1908.

Em solução ao telegramma incluso do commando do 6º districto militar, consultando si pôde aceitar como voluntarios por tres annos, de accôrdo com a lei de fixação de forças para o actual exercicio alguns voluntarios d manobras ultimamente dispensados do serviço em virtude do determinado em aviso n. 1.457, de 1 do corrente, declarae ao mesmo commando que os pôde aceitar, observadas as disposições do art. 197, do regulamento para o alistamento e sorteio militar.

Saude e fraternidade.— *João Pedro X. da Camara*.—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 106 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre si o official licenciado para tratamento de saude perde a gratificação de posto, e como deve proceder a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra relativamente aos descontos do official que consigna a dita gratificação.

Ministerio da Guerra — N. 1.515 — Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1908.

O 2º tenente do 23º batalhão de infantaria Julião Cactano de Azevedo consulta si o official licenciado, para tratamento de saude deve perder a gratificação de posto e, no caso affir-

mativo, como deve proceder a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra relativamente aos descontos do official que, em vista do disposto no art. 44 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, consigna a dita gratificação.

Em solução a tal consulta, vos declaro, para os fins convenientes:

1.º Que o abono da gratificação de posto ao official licenciado para tratamento de saúde está regulado pelo dispositivo do art. 59 da mencionada lei.

2.º Que a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, ou qualquer outra repartição pagadora, suspenderá immediatamente o pagamento ao consignatário, si o vencimento que em qualquer das hypotheses previstas no citado artigo passar a perceber o official (livre dos descontos legais, inclusive a quota para indemnização do que porventura deva á Fazenda Nacional) não comportar o desconto para pagamento das consignações estabelecidas.

A suspensão será, porém, levada a effeito sómente quando não comportar o vencimento desconto algum, pois, no caso contrario, se procederá á redução, distribuindo-se pelos consignatários, proporcionalmente, o saldo que houver a favor do official, feitos aquelles descontos legais; e isso porque em vida do consignante o Governo tem o dever de garantir o pagamento das consignações, no todo ou em parte.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 107 — EM 15 DE OUTUBRO DE 1908

Declara ter-se providenciado sobre o recolhimento da renda proveniente da venda de artigos sem serventia pertencentes á intendencia do 2º districto militar, e que a referida venda deveria ter-se effectuado em concorrência publica, o que sempre deverá ser feito.

Ministerio da Guerra — N. 746 — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1908.

De posse do vosso officio n. 400, de 5 de agosto ultimo, declaro-vos que nesta data se providencia para que seja escripturada como renda eventual destinada ao fundo de resgate do papel moeda a quantia de 207\$360, recolhida á respectiva delegacia e proveniente da venda em hasta publica de artigos sem serventia pertencentes á intendencia do 2º districto militar.

Outrosim, vos declaro que a referida venda deveria ter sido effectuada em concorrência publica, como determinou o

aviso n. 348, de 13 de junho ultimo, e não em hasta publica; e que, sempre que se tratar de venda de artigos pertencentes ao Ministerio da Guerra, esta se effectuará por aquelle meio.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. Intendente Geral da Guerra.

N. 108 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que a officiaes e praças do Exercito só é licito o uso de medalhas de bons serviços militares, humanitarias ou outras creadas ou autorizadas por acto do Governo.

Ministerio da Guerra — N. 1.535 — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1908.

Tendo nesta data indeferido o requerimento em que o soldado do 15º regimento de cavallaria João Herculano de Medeiros pede licença para usar a medalha de ouro que obteve em concurso de tiro realizado na capital do Estado do Paraná, declaro-vos, para que scientifiqueis aos commandantes dos districtos militares, que aos officiaes e praças do Exercito só é licito o uso de medalhas de bons serviços militares, humanitarias ou outras creadas ou autorizadas por acto do Governo, pelo que não deverão as autoridades militares, quando organizarem concursos de tiro, conceder premios identicos aquelle.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 109 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre ser applicavel a disposição do art. 99 da lei n. 1.860, ás praças do Exercito presas, cumprindo sentença, sujeitas a conselhos de investigação ou de guerra, ou tendo de responder no foro civil, e que aos presos cuja prisão preventiva ou difinitiva exceder de 25 dias o corpo respectivo fornecerá os artigos indispensaveis de asseio.

Ministerio da Guerra — N. 1.547 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908.

Tendo o capitão do 5º regimento de cavallaria Alvaro de Souza Portugal consultado si ás praças do exercito presas, cumprindo sentença, sujeitas a conselhos de investigação ou de guerra ou tendo de responder no fora civil, é applicavel a disposição do art. 99 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, declaro-vos, em solução a essa consulta, que acompanhou o

officio n. 3.474, de 18 de agosto seguinte, dirigido á repartição a vosso cargo pelo commandante do 6º districto militar, que está ella résolvida por aviso n. 1.121, de 24 de julho do corrente anno, segundo o qual a citada disposição revogou a lei n. 247, de 15 de dezembro de 1904, na parte relativa á ultima observação da tabella n. 2, annexa a esta, quanto aos presos sentenciados, e as praças presas, sem a clausula de fazer o serviço que lhe tocar por escala, não teem direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão.

Outrosim vos declaro que, quanto aos presos cuja prisão preventiva ou definitiva exceder de 25 dias, o corpo respectivo lhes fornecerá os artigos indispensaveis de asseio, como aliás já está determinado na parte final art. 64 da primeira das referidas leis para as praças de menos de um anno e que só percebem etapa.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 110 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que um inspector de alumnos do Gymnasio Pio-Americano não pôde gosar das vantagens conferidas aos ex-alumnos de estabelecimentos de ensino onde for obrigatoria a instrucção militar.

Ministerio da Guerra — N. 1.556 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908.

Para que expeças as necessarias ordens, declaro-vos, em vista do requerimento que me foi dirigido por Mario de Toledo Fonseca inspector de alumnos do Gymnasio Pio-Americano, que o art. 98, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, estabelece a instrucção militar obrigatoria nos institutos de ensino para os alumnos maiores de 16 annos, dispondo o paragrapho unico do citado artigo que elles, quando sorteados, servirão apenas tres mezes, por occasião das manobras, pelo que não pôde o mesmo inspector de alumnos gosar das vantagens conferidas aos ex-alumnos dos estabelecimentos de ensino onde houver aquella obrigatoriedade, sendo-lhes, porém, facultado; compermissão do respectivo instructor militar, frequentar, si quizer, a instrucção e, no caso de ter 21 a 30 annos de idade, fazer sob a direcção deste os exercicios approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio findo, exercicios de tiro a que se refere o art. 22, *alinea c*, do regulamento que em sua caderneta de reservista serão attestados pelo mencionado instructor militar.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 111 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre o facto de ter sido rescindido um contracto para ensaiador de banda de musica, e declara que o inicio da execução dos contractos deverá ser precedido da communicação relativa á approvação de taes contractos.

Ministerio da Guerra — N. 1.542 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908.

Em vista do exposto pelo intendente geral da guerra, em officio n. 747, de 22 de setembro ultimo, relativamente ao facto de ter sido rescindido, de accordo com o estabelecido na clausula 5.ª do respectivo termo, o contracto celebrado com Nicolino Milano para servir como ensaiador da banda de musica do 10.º batalhão de infantaria, declaro-vos, para que o sciifiqueis aos commandante do 2.º districto militar, que, não tendo sido approvado esse contracto, rejeitado por aviso de 6 de maio findo, e não se chegando a se celebrar o de que trata o aviso de 29 de agosto seguinte, não havia contracto legal e, portanto, rescisão de contracto, pelo que approvo, não esta, mas a despoza feita, attendendo ao costume, que devera terminar, de se fazer o contracto entrar em exercicio antes da approvação do contracto.

Outrosim vos declaro, para que o sciifique em ordem do dia dessa repartição, que o inicio da execução dos contractos deverá ser precedido da communicação relativa á approvação, por este ministerio, de taes contractos.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 112 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1908

Approva a deliberação do conselho de compras do 2º districto militar sobre typos de calçado apresentados pelos proponentes na concorrência alli effectuada, e declara que, sempre que houver protesto, deverá elle constar da acta respectiva.

Ministerio da Guerra — N. 753 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908.

De posse do vosso officio n. 794, de 13 do corrente, declaro-vos que approvo a deliberação, que tomou o conselho de compras do 2º districto militar, de separar dentre os typos de calçado apresentados pelos proponentes na concorrência alli effectuada os que mais se approximaram do modelo exis-

tente na mesma Intendencia para servir de confronto, e de contractar o respectivo fornecimento, em vista dos motivos expostos, com Braga e Sá & Comp.

Outrosim vos declaro, para sciencia do, referido conselho, que, sempre que houver qualquer protesto por occasião das concorrências, deverá elle constar da acta respectiva, restando-se a amostra aceita e a do reclamante para solução final deste ministerio.

Por esta occasião vos restituo as amostras de calçado de que tratam os papeis annexos ao citado officio.

Saude e fraternidade.—*João Pedro X. da Camara.*—
Sr. intendente geral da Guerra.

N. 113 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre o pedido de um official, de pagamento de vencimentos relativamente ao tempo em que respondeu a conselho de guerra.

Ministerio da Guerra — N. 576 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Tendo o 2º tenente do 7º batalhão de infantaria Antonio Cabral, que respondeu a dous conselhos de guerra, por crime de deserção de que foi absolvido por sentença de 23 de junho de 1904, e por crime de falsidade administrativa, em virtude do qual foi condemnado a 14 mezes de prisão por sentença de 12 de abril de 1907, pedido pagamento de vencimentos concernentes a varios mezes dos annos de 1903, 1905 e 1906, declaro-vos que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 28 do mez findo, resolveu:

Que o requerente não tem direito ás vantagens pecuniarias de que ficou privado *ex-vi* do processo a que respondeu por crime de deserção, porque então elle se achava preso desde 9 de maio de 1903 por crime de falsidade administrativa;

Que, tendo sido o peticionario condemnado, por este crime, a 14 mezes de prisão, no qual se leva em conta o tempo em que esteve preso preventivamente, o cumprimento da pena deverá considerar-se terminada em 24 de janeiro de 1905, visto que a prisão preventiva foi effectuada em 9 de maio de 1903, e assim lhe cabe o direito de receber vencimentos de official prompto desde 22 de janeiro de 1905;

Que, nesta conformidade, não lhe competem soldo, etapa, gratificação de exercicio e quantitativo para criado, de 12 de maio, em que se evadiu da prisão, a 24 de novembro de 1903, em que foi capturado:

Guerra — Decisões d: 1908

Que, quanto ao pagamento de vantagens pecuniarias que pedé de 1 a 11 de maio de 1903, lhe cabem apenas soldo e etapa, porque se achava no goso de licença para tratar de sua saude até o dia 9^a em que foi inspecionado e julgado prompto e desse dia a 11 esteve preso por determinação deste ministério;

Que, ao passar-se título de divida ao requerente, se deverá ter em vista que o official, no cumprimento de pena, só tem direito a etapa e metade do soldo.

Saude e fraternidade.— *João Pedro X. da Camara.*— Sr. director geral de Contabilidade da Guerra.

Fizeram-se as devidas communicações ao Estado-Maior do Exercito e ao Supremo Tribunal Militar.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — No aviso n. 87, de 16 de setembro corrente, o Ministerio da Guerra declara que, por vossa ordem, são remettidos a este tribunal « para que possam ser tomados na consideração, que merecem, os incluzos papeis, em que o 2.^o tenente do exercito, Antonio Cabral, pede pagamento de vencimentos relativos ao tempo, em que respondeu a dous conselhos de guerra, papeis, dos quaes se verifica ser necessario, para ulterior deliberação, determinar-se com precisão o tempo, em que o requerente tenha respondido a esses conselhos discriminados nos respectivos periodos, e sentenças, de modo a conhecer-se o prazo de duração do primeiro, desde a prisão, e do segundo até a data em que se considere cumprida a sentença ».

O requerimento do 2.^o tenente Cabral é da teor seguinte:

« Antonio Cabral, 2.^o tenente do 18.^o batalhão de infantaria, addido ao 23.^o batalhão da mesma arma, tendo deixado de receber seus vencimentos desde 1 de maio a 20 de novembro de 1903, em que esteve ausente da guarnição da Bahia, e tendo sido absolvido desse crime pelo Supremo Tribunal Militar, foi por outro crime, preso, e nesse caracter se conservou de 21 de novembro de 1903 a 31 de dezembro de 1906, percebendo apenas soldo e etapa nesse ultimo periodo. Tendo sido condemnado pelo Supremo Tribunal Militar a 14 mezes de prisão simples, que cumpriu no periodo citado vem pedir, a V. Ex. que lhe mandeis passar título de divida de exercicios findos de soldo, etapa e gratificação de 1 de maio a 20 de novembro de 1903, e das gratificações de exercicios e criado, posto e função de 22 de janeiro de 1905 a 31 de janeiro de 1906, podendo para isso serem pedidos esclarecimentos ás Delegacias da Bahia, do Pará e Amazonas. »

Computando-se os autos dos processos, a que o requerente se refere em sua petição, se verifica o seguinte:

O 2º tenente Antonio Cabral, sendo então quartel-mestre do 36º batalhão de infantaria em Manaus, deu parte de doente a 13 de fevereiro de 1903, e no dia seguinte, submettido á inspecção da junta militar de saude, esta o julgou doente de beriberi, devendo seguir para o sul da Republica; pelo que a 19 embarcou para o Estado da Bahia, onde ficou addido ao 9º batalhão de infantaria no goso de licença para tratamento de saude.

A 9 de maio foi inspecionado de saude e julgado prompto, sendo na mesma data preso á ordem do commando do 3º districto militar, afim de ser apresentado ao coronel Henrique Valladares, delegado especial do governo no Amazonas, conforme determinara o Ministro da Guerra, por haver communicado o delegado fiscal do Thesouro Federal no Pará ter-se verificado que o requerente, quando quartel-mestre, retirara clandestinamente diversas importancias, perfazendo a quantia de 36:000\$ em foles falsos.

Tendo-se evadido da prisão, das 8 para 9 horas da noite de 12 do mesmo mez de maio, foi o requerente pronunciado pelo conselho de investigação, como desertor, por estar incursão no art. 117 do Código Penal Militar.

Por decreto de 31 de julho seguinte foi transferido para a 2ª classe, de accordo com a resolução de 22 de setembro de 1892.

Capturado no Estado do Paraná em novembro de 1903, veio para esta Capital acompanhado do officio do commando do 5º districto militar, de 25 desse mez.

Não constando precisamente o dia em que se deu a captura, o tribunal a suppõe realizada na data do officio daquelle commando (25 de novembro).

Daqui seguiu para o Pará escoltado por um official, e ali foi recolhido á prisão para responder pelos crimes que lhe eram imputados.

O conselho de guerra, que teve por base o de investigação, qualificando-o desertor, foi convocado a 11 de agosto de 1904 e a 18 de abril de 1905 encerrou seus trabalhos, condemnando-o a sete mezes de prisão simples, grãa minimo do art. 117, § 4º combinado com o art. 43, aproveitando-lhe a attenuante do art. 37 do mesmo código.

Esty tribunal, em sessão de 23 de junho do mesmo anno, á qual estiveram presentes nove ministros, reformou a sentença do conselho de guerra para absolver o réo, *porque, achando-se este preso preventivamente, não commetteu o crime de deserção e apenas fugiu da prisão, o que não constitue delicto, sinão quando, para effectual-a, o réo arrombar a prisão, ou fizer outra violencia á pessoa ou coisa.*

Quatro dos ministros presentes votaram pela confirmação da sentença do conselho de guerra.

O réo não foi posto em liberdade, porque estava sujeito a outro processo.

A 12 de julho o requerente reverteu á 1ª classe.

Os conselhos pelo crime de falsidade administrativa foram iniciados, o de investigação a 16 de julho e o de guerra a 31 de dezembro de 1904.

Ultimado este a 22 de dezembro de 1906, subiram os autos em grão de appellação a este tribunal, que, em sessão de 12 de abril de 1907, impoz ao réo a pena de 14 mezes de prisão simples, como incurso no art. 178, n. 1, do Código Penal Militar, grão minimo, de conformidade com o art. 43, por existir em favor do réo a circumstancia attenuante prevista no § 7º do art. 37.

Cinco dos ministros presentes, votando por essa sentença, declararam que *ella importava o reconhecimento da responsabilidade do réo pelo prejuizo soffrido pela Fazenda, pelo que deverá indemnizar a correspondente carga por desconto mensal, como é de lei no respectivo soldo.*

Pelo exposto é evidente que por ter sido absolvido no processo que lhe foi instaurado pela evasão do estado maior do 9º batalhão de infantaria, o requerente nenhum direito tem ás vantagens pecuniarias, de que ficou privado, *ex-ri* do processo; porque então, 12 de maio de 1903, elle se achava preso, desde 9 do mesmo mez, para responder por outro crime, e por este teve sentença condemnatoria.

Mas, tendo sido condemnado a 14 mezes de prisão simples, e devendo-se-lhe levar em conta o tempo em que esteve preso preventivamente, na execução da pena, o cumprimento desta deve se considerar terminado a 24 de janeiro de 1905, visto que a prisão preventiva foi effectuada a 9 de maio de 1903, e tendo sido suspensa a 12 do mesmo mez, com a fuga do requerente, continua a ser contada a 25 de novembro do mesmo anno, data de sua captura, e a 2 de janeiro de 1905 completaram-se os 14 mezes.

O requerente fez pois direito a os vencimentos de official prompto desde o dia 22 desse mez.

Ao pagamento do soldo, etapa, gratificação de exercicio, e quantitativo para aluguel de criada, que o requerente reclama, desde 1 de maio a 20 de novembro de 1906, nenhum direito lhe assiste durante o periodo decorrido de 12 de maio, em que se evadiu da prisão, a 24 de novembro, vespéra do dia em que foi capturado. *Lei n. 1.173 de 1906.*

Quanto ao pagamento de vantagens pecuniarias de 1 a 11 de maio desse anno, cabe-lhe apenas soldo e etapa, porque se achava no gozo de licença para tratar de sua saude até o dia 9, em que foi inspecionado e julgado prompto, e desse dia a 11 esteve preso por determinação do Ministério da Guerra.

Quando se passarem titulos de divida, deve-se ter em at-

tenção que os officiaes, durante o cumprimento da pena, só têm direito á etapa e metade do soldo.

Do officio do commando do 4º districto militar, n. 1.389, de 26 de abril de 1907, consta que o requerente esteve preso preventivamente desde 20 de dezembro de 1904.

Ha engano manifesto.

Quando elle evadiu-se em maio de 1903, já estava preso preventivamente para responder pelo crime de falsidade administrativa, e pela demonstração dos vencimentos, que lhe foram pagos na Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Pará, se verifica que, de janeiro de 1904 em deante, lhe foram abonados sómente soldo e etapa, por achar-se preso e submettido a conselho por crimes militares.

Ha tambem engano em fé de officio do requerente annexa ao processo, da qual consta que sua prisão e fuga occorreram em 9 e 12 de maio de 1903, pois que do officio da Delegacia Fiscal da Bahia, de 10 de julho ultimo, sob n. 34, se vê que recebeu seus vencimentos (soldo e etapa) nessa delegacia até 30 de abril de 1903.

E ainda que a prisão preventiva do requerente tivesse sido effectuada a 9, e sua fuga a 12 de março, e não de maio, o cumprimento de sua pena estaria terminado em 24 de janeiro de 1905; o tempo de ausencia illegal é que teria o acrescimo de dous mezes.

Eis, Sr. Presidente, quanto o Supremo Tribunal Militar tem a dizer sobre a questão que submettestes á sua consideração.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1908. — *Pereira Pinto*. — *E. Barbosa*. — *F. A. de Moura*. — *F. Argollo*. — *F. J. Teixeira Junior*. — *Carlos Eugenio*. — *Marinho da Silva*. — *L. Me-deiros*.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 15 de outubro de 1908. — **AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA**. — *João Pedro X. da Camara*.

N. 114 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara não estarem comprehendidos na disposição do art. 145 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, os chefes de estabelecimentos commerciaes, industriaes e agricolas a quem forem distribuidas listas de recenseamento, pelo facto de não restituirem completas taes listas.

Ministerio da Guerra — N. 1.564 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Attendendo as justas ponderações apresentadas pelo Centro Industrial do Brazil em officio que me dirigiu em 14 do

corrente, declaro-vos, para que tenham sciencia disto as juntas de alistamento militar, que os chefes de estabelecimentos commerciaes, industriaes e agricolas a quem forem distribuidas listas de recenseamento não estão comprehendidos na disposição do art. 145 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, pelo facto de não restituirem completas taes listas, porque, não dispondo elles de meio para fazer os respectivos empregados mencionarem seus nomes, idades e naturalidades, não podem as omissões havidas ser consideradas fraudes.

Confia, porém, este ministerio que os chefes de taes estabelecimentos envidarão junto de seus empregados esforços para que elles prestem os esclarecimentos precisos para o cumprimento de uma lei que só tem em vista a preparação para a defesa da patria.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 115 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara revogado o aviso de 4 de maio de 1907, á Intendencia Geral da Guerra, na parte relativa a abono de meia etapa ou ração de etapa á familias de praças, separadas daquellas para a marcha em diligencia, e ás mães, viúvas ou solteiras, quando pelas mesmas praças socorridas e alimentadas.

Ministerio da Guerra — N. 1.556 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Declarae em ordem do dia dessa repartição que é revogado o aviso de 4 de maio de 1907, á Intendencia Geral da Guerra, na parte relativa ao abono de meia etapa ou ração de etapa ás familias das praças, quando estas são separadas daquellas para a marcha em diligencia e ás mães das referidas praças, em taes condições, viúvas ou solteiras, quando por ellas socorridas e alimentadas sob o mesmo tecto, devendo proceder-se de ora em diante nesta conformidade:

Abonar meia etapa (dinheiro) ou meia ração de etapa (generos) ás familias das praças, quando estas forem separadas daquellas para marchar em diligencia, na razão de meia etapa ou meia ração de etapa ás mulheres das ditas praças e a cada um de seus filhos, maiores de dous e menores de 16 annos de idade, a partir do dia em que fór encetada a marcha e a terminar no dia em que se apresentarem de regresso da diligencia, obtiverem baixa do serviço do Exercito ou forem transferidas de corpo e guarnição, dando-se neste ultimo caso immediatas providencias para que tenham as familias prompto transporte, afim de se reunirem a seus chefes;

Fazer, por equidade, identico abono (meia etapa), nas condições acima, ás mães, viúvas ou solteiras, quando forem por seus filhos, praças, socorridas e alimentadas, tendo residência effectiva sob o mesmo facto.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

Communicou-se á Intendencia Geral da Guerra.

N. 116 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre si os filhos de militares e os militares que servem o serviram no Exercito e na Armada por mais de tres a seis annos podem ser dispensados do sorteio militar.

Ministerio da Guerra — N. 1.558 — Rio de Janeiro, 20 de outubro 1908.

Tendo Joaquim Domingos Ramos, official do registro civil de Calçada, Estado de Pernambuco, em officio de 4 do corrente consultado si os filhos dos militares e os militares que servem e serviram no Exercito e na Armada por mais de tres a seis annos podem ser dispensados do sorteio militar, vem declarar, para que tenha disso conhecimento, por intermedio do commando do 2º districto, militar, aquelle official do registro civil:

Que os individuos, quaesquer que sejam, que tenham servido no Exercito activo por dous ou mais annos, antes ou depois da lei n. 1.860, de 4 de janeiro do corrente anno, são dispensados da incorporação, quando sorteados, desde que este facto conste dos registros militares, ou o interessado prove mediante sua escusa de serviço ou caderneta de reservista.

Si tiverem, porém, de 21 a 30 annos de idade, são considerados reservistas da 1ª linha e como taes sujeitos ás obrigações consignadas no capitulo 3º do titulo 2º do regulamento de 8 de maio ultimo.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 117 — EM 21 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que os instructores militares dos estabelecimentos de ensino deverão sempre declarar o numero e systema de armas já fornecidas, etc. e remetter os seus pedidos por intermedio dos commandos de districtos respectivos.

Ministerio da Guerra — N. 1.575 — Rio de Janeiro, 21 de outubro 1908.

Afim de facilitar o fornecimento de armamento e munições para os institutos de ensino onde é obrigatoria a instrução militar, vos declaro que os instructores deverão sempre declarar o numero e systema de armas já fornecidas, a quantidade e data da ultima munição pedida, o *stock* existente e o numero de alumnos que recebem a instrução militar; e bem assim remetter os seus pedidos, por intermedio dos commandos de districtos, a quem actualmente estão affectas as funções dos inspectores permanentes no que se refere ao regulamento para alistamento e sorteio militar.

Outrosim, vos remetto, para que sejam cumpridas as disposições acima, o incluso pedido do instructor militar do Collegio Diocesano de Uberaba.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 118 — EM 21 DE OUTUBRO DE 1908

Fixa o contingente de praças para preencher os claros do Exercito activo em 1909 e que deve ser fornecido pelos Estados e Districto Federal.

Ministerio da Guerra — N. 1.582 — Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1908.

Declaro-vos que, de accôrdo com o disposto nos arts. 2º da lei n. 1.919, de 8 de agosto, e 8º e 9º do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio, tudo do corrente anno, é fixado em 3.180 o contingente de praças para preencher os claros do Exercito activo no exercicio de 1909 e que deve ser fornecido pelos Estados e Districto Federal nas seguintes proporções:

	1º grupo	2º grupo	Total
Amazonas	12	48	60
Pará	21	84	105
Maranhão	21	84	105
Piauhy	12	48	60
Ceará	30	120	150

Rio Grande do Norte.....	12	48	60
Parahyba	15	60	75
Pernambuco	51	204	255
Alagoás	18	72	90
Sergipe	12	48	60
Bahia	66	264	330
Espirito Santo.....	12	48	60
Rio de Janeiro.....	51	204	255
Districto Federal.....	30	120	150
Minas Geraes.....	111	444	555
S. Paulo.....	66	264	330
Goyaz	12	48	60
Matto Grosso.....	12	48	60
Paraná	12	48	60
Santa Catharina.....	12	48	60
Rio Grande do Sul.....	48	192	240
	636	2.544	3.180

Declaro-vos, outrosim, que as unidades do Exercito receberão desde já voluntarios para o completo dos contingentes pedidos na fórma dos arts. 10 e 197 do regulamento de 8 de maio findo e os seus commandantes ficam autorizados a receber maior numero de voluntarios de dous annos que o fixado para as respectivas regiões de alistamento.

Nos Estados onde não houver unidades ou destacamentos que possam receber voluntarios, estes serão alistados pelos encarregados dos registros militares.

A autoridade a que se refere o art. 10 do regulamento de alistamento e sorteio, é em cada Estado o chefe do quartel encarregado do registro militar e a comunicação de que trata o art. 187 deve ser feita pelos commandantes ao mesmo chefe, que a transmittirá a este ministerio.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 119 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1908

Manda declarar ao reitor do Gymnasio de S. Bento, no Estado de S. Paulo, que, não estando ainda installadas as inspecções permanentes, deverá elle requisitar do Ministerio da Guerra a nomeação do respectivo instructor militar, podendo indicar o nome do official; e que podem ser nomeados officiaes reformados para o logar em questão, não percebendó, por este ministerio, outras vantagens que não as da reforma.

Ministerio da Guerra — N. 1.596 — Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1908.

Declarae em ordem do dia dessa repartição que, tendo o reitor do Gymnasio de S. Bento, no Estado de S. Paulo, con-

sultado, em officio que acompanhou o aviso do Ministerio da Justica e Negocios Interiores, n. 1.764, de 14 do mez findo, si póde tomar para instructor militar do referido gymnasio um dos officiaes reformados residentes na localidade em que este instituto se acha, se communicou ao mesmo ministerio, em aviso n. 46, de 23 do mez proximo passado:

Que, não estando ainda installadas as inspecções permanentes, deverá o dito reitor requisitar do Ministerio da Guerra a nomeação do respectivo instructor militar, podendo indicar o nome do official:

Que, não havendo no regulamento approvado por decreto n. 6.947, de 8 de maio findo, disposição prohibitiva de nomeações de officiaes reformados para o lugar em questão, podem elles ser nomeados, não percebendo porém, por este ministerio, outras vantagens que não sejam as da reforma.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 120 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1908

Conceda licença á Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico para a construção de um desvio morto no Leme, parte do qual se acha em terreno que interessa ao Ministerio da Guerra.

Ministerio da Guerra — N. 224 — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1908.

Tendo a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, obtido da Prefeitura do Districto Federal autorização para a construção de um desvio morto no Leme, parte do qual se acha em terreno que interessa ao Ministerio da Guerra, e pedido que lhe conceda a permanencia da mesma parte no terreno em questão, declaro-vos, para os fins convenientes, que conceda a licença solicitada, desde que a dita companhia se mostre habilitada, com documento firmado pelo seu senhorio, porquanto o referido ministerio não tem dominio e posse sobre a zona de defesa que o Regulamento Provisional de 1812 fixou em 600 braças e sim sobre as 45 braças que as Novas Ordenanças de 1708 estabeleceram em torno das fortificações, sendo as 600 braças citadas de servidão negativa, dentro da qual os proprietarios não poderão fazer obras que embarcem a defesa das fortificações sem autorização daquello ministerio, de accordo com o parecer do consultor geral da Republica, emitido em officio n. 86, de 20 do corrente.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. director geral de Engenharia.

N. 124 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve sobre o modo de conciliar o disposto no art. 43 do decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, com a portaria do Ministerio da Guerra de 25 de abril de 1907, dirigida á Delegacia Fiscal de Matto Grosso.

Ministerio da Guerra — N. 59 — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1908.

Em solução a essa consulta mando, por esta Secretaria fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre consulta sobre o modo de conciliar o disposto no art. 43 do decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, que prohibe o abono de rações atrasadas que deixaram de ser recebidas, por qualquer eventualidade, com a portaria do Ministerio da Guerra de 25 de abril de 1907, dirigida á Delegacia Fiscal de Matto Grosso, declarando que o abono deve ser attendido a contar do primeiro dia do semestre.

Em solução a essa consulta mando, por esta Secretaria de Estado, o Sr. Presidente da Republica declarar ao mesmo Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre que, dando aquella portaria effecto retroactivo aos augmentos concedidos nos valores das etapas, deixa implicitamente de pôr o direito de reclamação á differença que houver entre as duas estimativas.

Que esse direito, logicamente deduzido dessa portaria, seria certamente incontestavel ás praças arranchadas e, portanto, em flagrante desaccôrdo com aquelle artigo, que o nega, si a reclamação que fosse feita se baseasse na circumstancia de não lhes terem sido distribuidas em tempo as rações a que haviam feito jús, o que, porém, não se verifica porque, quando o Governo resolve elevar qualquer arracoamento, tem em vista fazer annullar os *deficits* dos cofres dos corpos resultantes justamente, do facto de serem distribuidas integralmente as rações a que tem direito as praças arranchadas, quando se reconhece ser insufficiente o valor anteriormente fixado e os seus effectos só poderão ser completos si estabelecer-se, como foi, o primeiro dia do semestre para inicio da vigencia dos augmentos, por se tratar de um facto que se accentua logo naquelle dia, sendo, portanto, privativo dos corpos o direito á respectiva differença, para cobrir os *deficits* entre o despendido e o recebido das estações fiscaes e não das praças arranchadas.

João Pedro X. da Camara.

N. 122 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que o art. 192 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, sendo a reproducção do art. 99 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, tem applicação aos alumnos da Escola de Guerra, que são praças do Exercito.

Ministerio da Guerra — N. 402 — Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 1.207, de 21 do mez findo, em que consultates si o art. 192 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, dispondo que nenhuma praça terá direito aos vencimentos dos dias em que estiver presa em seu quartel, é applicavel aos alumnos das escolas do Exercito, declaro-vos que o citado artigo, sendo a reproducção do art. 99 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, tem applicação aos alumnos dessa escola, que são praças do Exercito.

Saude e fraternidade. — *João Pedro X. da Camara.* — Sr. director da Escola de Guerra.

N. 123 — EM 7 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara approved o termo de contracto celebrado com a Empresa Luz Electrica Jaguarense, para fornecimento de illuminação electrica ás dependencias do quartel do 2º regimento de cavallaria, que deveria ser contado de 27 de junho findo, e não de 1 de janeiro anterior, recomendando que não se reproduza facto identico.

Ministerio da Guerra — N. 780 — Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1908.

Tendo o commandante do 6º districto militar remittido á Direcção Geral de Contabilidade da Guerra, em officio n. 4.090, de 30 de setembro ultimo, o termo, por cópia, do contracto celebrado com a Empresa Luz Electrica Jaguarense, para o fornecimento no corrente anno de illuminação electrica ás dependencias do quartel do 2º regimento de cavallaria, declaro-vos, para que o scientifiques ao referido commandante que, não obstante ter sido lavrado o dito termo em 27 de junho findo, pelo que se dessa data deveria começar a ser contado o prazo do contracto e não de 1 de janeiro anterior, como foi mencionado na clausula 2ª, approvo o termo em questão tal como está, sem precedentes.

Outrosim vos declaro, para se não reproduzir facto identico, que a vigencia de todo o contracto deverá começar da data

de sua celebração ou da data em que fôr approved por este ministerio, conforme se estipular, e não de periodo anterior ao em que foi effectuado.

Saude fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. intendente geral da Guerra.

N. 124 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara approved o emprestimo feito pelo commandante do 6º districto militar, ao Gymnasio do Estado do Rio Grande do Sul, de cinturões, guarda-feixos e apparatus de limpeza para serem utilizados na instrução dos respectivos alumnos; e recommenda serem submittidos á consideração do Ministerio da Guerra pedidos feitos pelos institutos de ensino onde fôr obrigatoria a instrução militar.

Ministerio da Guerra — N. 791 — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que approvo a de-liberação que tomou o commandante do 6º districto militar, e de que trataes em officio n. 789, de 3 do mez findo, de mandar fornecer, por emprestimo, ao Gymnasio do Estado do Rio Grande do Sul, 30 cinturões, 30 guarda-feixos e tres apparatus de limpeza para serem utilizados na instrução dos respectivos alumnos.

Outrosim vos declaro que os commandantes de districtos militares devem sumetter á consideração deste ministerio todos os pedidos de armamento e munições feitos pelos institutos de ensino onde fôr obrigatoria a instrução militar.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. intendente geral da Guerra.

N. 125 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1908

Recommend a remessa até 31 de janeiro proximo das informações que tem de servir de base ao relatório do Ministerio da Guerra.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1908 (circular ás repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra).

Devendo ser opportunamente apresentado ao Sr. Presidente da Republica o relatório deste ministerio, remettei até

31 de janeiro proximo vindouro as informações que teem de servir de base ao mesmo relatório.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr.,

N. 126 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que os engajamentos e reengajamentos de praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, serão contados das datas dos mesmos, desde que não tenha havido interrupção.

Ministerio da Guerra — N. 1.655 — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1908.

Declarar ao commandante do 3º districto militar, em solução ao telegramma que vos dirigiu em 6 do corrente, que, tendo o aviso n. 873, dirigido a essa repartição em 9 de junho findo, estabelecido que as disposições do art. 73 do regulamento para o alistamento e sorteio militar não eram applicaveis ás praças alistadas antes da promulgação da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, os engajamentos e reengajamentos dellas serão contados das datas dos mesmos, desde que não tenha havido interrupção.

Saude e fraternidade — *Hermes R. da Fonseca*.— Sr, chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 127 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que aos voluntarios que solicitarem devolução dos documentos juntos ao processo de habilitação ao soldo vitalicio poderão ser entregues somente os desnecessarios á elucidación dos processos.

Ministerio da Guerra — N. 596 — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1908.

Tendo o voluntario da patria Julio Ferreira de Castro Escobar, já habilitado á percepção do soldo vitalicio, pedido restituição dos documentos que juntou ao seu processo de habilitação, vos declaro, para os fins convenientes e de accordo com a informação n. 819, prestada em 23 do mez findo, pela commissão encarregada de apurar os direitos dos voluntarios da patria, que aos voluntarios que solicitarem a devolução de taes documentos poderão ser entregues, mediante recibo, somente aquelles desnecessarios á elucidación dos processos e,

mediante certidão (que ficará nos processos substituindo-os, satisfeito o sello legal), os documentos aos mesmos processos essenciaes com os da indicada especie, patentes, diplomas, etc.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. director geral de Contabilidade da Guerra.

N. 128 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1908

Manda declarar em ordem do dia que, para evitar delongas prejudiciaes ao serviço, os requerimentos sobre restituição de quantias depositadas como caução, para garantia de assignaturas de contractos, deverão ser dirigidos á repartição ou estabelecimento que abriu a concorrência.

Ministerio da Guerra — N. 1.683 — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1908.

Declarar em ordem do dia dessa repartição que, para evitar delongas prejudiciaes ao serviço, os requerimentos sobre restituição de quantias depositadas como caução, para garantia de assignaturas de contractos, deverão ser dirigidos á repartição ou estabelecimento que abriu a concorrência, o qual, por sua vez, officiará á Direcção Geral de Contabilidade da Guerra ácerca da restituição de que trata, como está estabelecido.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 129 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1908

Manda declarar ao commandante do 4º districto militar que os alistando para o serviço militar deverão ser inscriptos, procedendo a junta com relação ás idades de accôrdo com o art. 86 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo.

Ministerio da Guerra — N. 1.677 — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1908.

Em solução á consulta que faz o presidente da junta de alistamento do 1º districto desta Capital, no officio n. 163, que dirigiu ao commandante do 4º districto militar em 9 do corrente, declarar ao mesmo commandante, para que o sciencie, que das listas do recenseamento não constando mais que os nomes dos alistados, estes deverão ser inscriptos, procedendo a junta com relação ás idades como

determina o art. 86 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, e cabendo ao alitando reclamar contra a idade que lhe tiver sido arbitrada.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 130 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1908

Indefere um requerimento reclamando contra a collocação mandada dar á um official do Exercito no «*Almanak*» do Ministerio da Guerra pelo decreto de 31 de outubro de 1907.

Ministerio da Guerra — N. 1.686 — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, confermando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 19 do mez findo, resolveu, em 14 do corrente, indeferir o requerimento em que o 1.º tenente de artilharia Canrobert de Lima Costa reclama contra a collocação que no *Almanak* do Ministerio da Guerra o decreto de 31 de outubro do anno proximo passado mandou dar tambem ao 1.º tenente Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra n. 91, de 26 de setembro ultimo, veio por vossa ordem a este tribunal, para consultar, o requerimento, em que o 1.º tenente Canrobert de Lima Costa reclama contra a collocação que o decreto de 31 de outubro de 1907 mandou fosse dada ao official de igual posto Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo no *Almanak*.

A 4.ª secção do estado-maior, informando a 28 de maio ultimo, diz:

«No incluso requerimento o 1.º tenente do 1.º batalhão de artilharia Canrobert de Lima Costa, allegando ter sido promovido a este posto a 16 de maio de 1902, pede para contar sua antiguidade de 1.º tenente de 28 de fevereiro do anno acima, em face do abaixo exposto:

Quando, por decreto de 28 de fevereiro citado, foi promovido a 1.º tenente o 2.º, Clemente Augusto de Argollo Mendes,

já o requerente, mais antigo que o tenente Argollo, tinha o curso de sua arma, como consta da ordem do dia da Escola Militar do Brazil, n. 199, de 27 de fevereiro, ainda do referido anno. Julgando-se prejudicado, em 12 §; abril do mesmo anno, antes de expirado o prazo de seis mezes, requereu ao Sr. ministro da Guerra a devida reparação, sendo seu requerimento indeferido.

Não se conformando com tal indeferimento o requerente pretendeu renovar suas reclamações, aguardando para isto a oportunidade, quando, em virtude da resolução de 18 de dezembro de 1906, foi o tenente Argollo aggregado sem vencer antiguidade, julgando o peticionario desnecessaria nova reclamação, porquanto se julgara collocado acima de quem o preterira indevidamente.

O decreto de 31 de outubro do anno findo, porém, determinou que o 1.º tenente Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo, promovido effectivamente a 11 de setembro de 1903, passasse a contar antiguidade de 28 de fevereiro de 1902, julgando-se por esta fórma o peticionario flagrantemente prejudicado em seu direito novamente, visto ser mais antigo que o tenente Lindolpho, por ter vindo occupar no *Almanack* o lugar, que occupava o tenente Argollo.

Em sua informação nada diz o Sr. general commandante do 6.º districto militar: o director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, porém, onde serve o peticionario, julga justa a reclamação do requerente.

A secção cabe informar que ao requerente não assiste nenhum direito de contar antiguidade de seu posto de 28 de fevereiro de 1902, como pede: porquanto, tendo completado o curso de artilharia a 27 desse mesmo mez e anno, só desta data em diante fez jus á promoção ao segundo posto, a qual teve lugar em 16 de maio do dito anno, em consequencia da vaga aberta, a 3 do mesmo mez, com o fallecimento do capitão Virginio da Costa Bezerra.

Ao 1.º tenente Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo, a quem, por decreto de 31 de outubro do anno proximo findo, se mandou contar antiguidade de posto de 28 de fevereiro de 1902, cabia de direito a antiguidade que se lhe mandou contar, visto que, embora mais moderno que o requerente, estava habilitado com o curso de artilharia a 10 deste ultimo mez, data em que se abriu uma vaga de 1.º tenente em consequencia do fallecimento do major Urbano Duarte.

Não tem, pois, fundamento a presente reclamação.»

O tribunal concorda com o Estado Maior do Exército.

Quando, em 10 de fevereiro de 1902, se deu o fallecimento do major Urbano Duarte, eram Clemente Augusto de Argollo Mendes e Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo os mais antigos 2.ºs tenentes de artilharia, que tinham todos os requisitos legais para poderem ter promoção ao posto immediato: ambos contavam menor antiguidade que o requerente, mas este não satisfazia então a uma condição indispensavel

para o accesso na arma de artilharia, o curso respectivo, que só alcançou a 27 desse mez.

Portanto, á vista do decreto n. 3.168, de 29 de outubro de 1863, que manda preencher as vagas, á proporção que ellas occorrerem, e da resolução de 28 de dezembro de 1865 que, autorizando o preenchimento d'essas vagas dentro de um anno, determina expressamente que, por occasião das promoções, sejam attendidos os direitos adquiridos, o preenchimento da vaga de 1.º tenente, resultante do fallecimento daquelle major cabia ao 2.º tenente Argollo Mendes.

E foi este official o promovido a 28 de fevereiro de 1902. O requerente, 1.º tenente Canrobert Costa, reclamou contra esse acto, allegando que, quando se fizeram as promoções, elle já estava habilitado com o curso.

De facto, quando se fizeram as promoções em 28 de fevereiro, o requerente já tinha o curso, pois o concluiu na vespera desse dia, mas quando se deram as vagas então preenchidas, elle não tinha ainda essa habilitação essencial.

Sua reclamação não podia deixar de ser indeferida, como foi.

Tendo, porém, passado a aggregado sem vencer antiguidade do posto de 1.º tenente, Argollo Mendes, em virtude da resolução de 18 de dezembro de 1906, ficou por consequencia considerado sem effeito o decreto de 28 de fevereiro de 1902, na parte a elle referente.

E o Governo, por decreto de 31 de outubro de 1907, determinou que o 1.º tenente Carlos Lindolpho Paes de Figueiredo passasse a contar daquelle data a antiguidade do seu posto.

Foi justo esse acto do Governo. Uma vez annullada a promoção de Argollo Mendes, em 28 de fevereiro, a Lindolpho cabia o accesso nessa data, por ser então, depois daquelle, o mais antigo dos 2.ºs tenentes habilitados para a promoção.

A preferença do 1.º tenente Canrobert Costa, ora sujeita á consulta deste tribunal não pôde, pois, deixar de ser indeferida, como foi sua reclamação anterior contra a informação do 1.º tenente Clemente Augusto Argollo Mendes.

E' este, Sr. Presidente, o parecer que o Supremo Tribunal submette á vossa consideração.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908.— *E. Barbosa*,— *C. Neto*,— *F. A. de Moura*,— *Carlos Eugenio*,— *L. Mesdeiros*.

Foram votos os ministros marechaes Francisco de Paula Argollo, Francisco José Teixeira Junior e general de divisão José Maria Marinho da Silva.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 11 de novembro de 1908.— *ANTONIO AUGUSTO MOREIRA PENNA*,— *Hermes R. da Fonseca*.

N. 131 — EM 22 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que os pharmaceuticos do Exército, em serviço nos hospitaes e enfermarias militares, não tem direito á ração de que trata o art. 66 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, podendo tomar as refeições em suas residencias.

Ministerio da Guerra — N. 1.697 — Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1908.

Declaro-vos, para a respectiva publicação em ordem do dia dessa repartição, que os pharmaceuticos do Exército em serviço nos hospitaes e enfermarias militares não tem direito á ração de que trata o art. 66 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, visto não serem inseparaveis destas, podendo tomar as refeições em suas residencias.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

—Fizeram-se as devidas communicações, e na circular á Delegacia Fiscal na Bahia estendeu-se esta deliberação ao porteiro do hospital.

N. 132 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1908

Designa as sêdes das inspecções permanentes e das brigadas estrategicas

Ministerio da Guerra — N. 1.705 — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1908.

Declaro-vos que são designadas as seguintes localidades para servir de sêdes das inspecções permanentes e das brigadas estrategicas abaixo mencionadas:

- 1ª, inspecção permanente, Manãos ;
- 2ª, idem idem, Belém ;
- 3ª, idem idem, S. Luiz do Maranhão ;
- 4ª, idem idem, Fortaleza ;
- 5ª, idem idem, Recife ;
- 6ª, idem idem, Maceió ;
- 7ª, idem idem, S. Salvador ;
- 8ª, idem idem, Nietheroy ;
- 9ª, idem idem, Capital Federal
- 10ª, idem idem, S. Paulo ;
- 11ª, idem idem, Curitiba ;
- 12ª, idem idem, Porto Alegre ;
- 13ª, idem idem, Corumbá ;

- 1.^a, brigada estratégica, Capital Federal ;
- 2.^a, idem idem, Curitiba ;
- 3.^a, idem idem, Santa Maria da Bocca do Monte ;
- 4.^a, idem idem, S. Gabriel ;
- 5.^a, idem idem, Aquidauana ;
- 1.^a, idem de cavallaria, S. Luiz (Rio Grande do Sul) ;
- 2.^a, idem idem, Rosario ;
- 3.^a, idem idem, Bagé ;

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 133 — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1908

Expede instruções para a organização e instalação das novas unidades do Exército

O ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da Republica, resolve, de accôrdo com o disposto no art. 16 do decreto n. 6.971, de 4 de junho de 1908, expedir as instruções que a esta acompanham para a organização e instalação das novas unidades do Exército.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.

INSTRUÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DAS NOVAS UNIDADES DO EXERCITO

Art. 1.^o De accôrdo com o determinado nos decretos sob ns. 6.971, de 4 de junho e 7.054, de 6 de agosto, tudo do corrente anno, as tropas do Exército activo ficam organizadas em:

- 5 brigadas estratégicas ;
- 3 brigadas de cavallaria ;
- 12 batalhões de caçadores ;
- 13 companhias de caçadores ;
- 12 secções de tres metralhadoras ;
- 3 regimentos de cavallaria, independentes ;
- 7 pelotões de escafetas de cavallaria ;
- 2 grupos de artilharia da montanha ;
- 3 batalhões de artilharia de posição de seis baterias ;
- 6 ditos de duas baterias ;
- 6 baterias isoladas de artilharia de posição ;
- 17 pelotões de engenhearia.

Art. 2.^o Organizadas e installadas as novas unidades, será iniciada nova escripturação, ficando o archivo das antigas

unidades a cargo da maior fracção destas que entrar na composição de cada uma daquellas.

Paragraphe unico. Os inspectores permanentes procederão desde logo á inspecção desses archivos, desde a data da ultima que tiver sido feita até a da instalação da nova unidade, de modo que, tomadas as providencias necessarias, seja definitivamente encerrada a escripturação da unidade extincta.

Art. 3.º As unidades das diversas armas serão numeradas do modo seguinte:

Os regimentos de infantaria de 1.º a 15.º e os respectivos batalhões de 1.º a 45.º;

Os batalhões de 46.º a 57.º e as companhias isoladas de 1.ª a 13.ª;

Os regimentos de artilharia de 1.º a 5.º e os respectivos grupos de 1.º a 15.º;

Os grupos de artilharia a cavallo de 16.º a 18.º e os de montanha 19.º e 20.º;

Os batalhões de artilharia de posição de seis baterias de 1.º a 3.º e os de duas de 4.º a 9.º, as baterias isoladas de 1.ª a 6.ª;

Os regimentos de cavallaria de quatro esquadrões de 1.º a 12.º, sendo os independentes o 1.º, o 2.º, e o 3.º; os de dous esquadrões de 13.º a 17.º e os pelotões de estafetas de 1.º a 12.º, sendo de 1.º a 5.º os das brigadas estrategicas da mesma designação;

Os batalhões de engenharia de 1.º a 5.º, os pelotões da mesma arma de 1.º a 17.º;

As demais unidades: companhias e secções de metralhadoras, baterias de obuzeiros, parques de artilharia e esquadrão de trem, designados pela unidade a que pertencerem.

Art. 4.º Entram na composição das brigadas estrategicas, além da bateria de obuzeiros, companhia de metralhadoras, esquadrão de trem, parque de artilharia e pelotões de estafetas que fazem parte de cada uma dellas, as seguintes unidades:

Primeira brigada strategica

1.º, 2.º e 3.º regimentos de infantaria;
1.º regimento de artilharia montada;
13.º regimento de cavallaria;
1.º batalhão de engenharia.

Segunda brigada strategica

4.º, 5.º e 6.º regimentos de infantaria;
2.º regimento de artilharia montada;
14.º regimento de cavallaria;
2.º batalhão de engenharia.



Terceira brigada estratégica

7.^o, 8.^o e 9.^o regimentos de infantaria;
3.^o regimento de artilharia montada;
15.^o regimento de cavallaria;
4.^o batalhão de engenharia.

Quarta brigada estratégica

10.^o, 11.^o e 12.^o regimentos de infantaria;
4.^o regimento de artilharia montada;
16.^o regimento de cavallaria;
4.^o batalhão de engenheiro.

Quinta brigada estratégica

13.^o, 14.^o e 15.^o regimentos de infantaria;
5.^o regimento de artilharia montada;
17.^o regimento de cavallaria;
5.^o batalhão de engenharia.

Art. 5.^o As unidades que entram na composição das brigadas de cavallaria são as seguintes:

Primeira brigada

4.^o, 5.^o e 6.^o regimentos de cavallaria;
16.^o grupo de artilharia a cavallo.

Segunda brigada

7.^o, 8.^o e 9.^o regimentos de cavallaria;
17.^o grupo de artilharia a cavallo.

Terceira brigada

10.^o, 11.^o e 12.^o regimentos de cavallaria;
18.^o grupo de artilharia a cavallo.

Art. 6.^o A medida que forem sendo organizados os serviços de material bellico, intendencia, etc., o pessoal respectivo, com o seu material, será incorporado ás brigadas.

Art. 7.^o O pessoal de praças de p.^ot dos antigos corpos do Exército será aproveitado na organização das novas unidades, de accôrdo com a relação abaixo.

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DE ANTIGOS CORPOS
Infantaria	1º regimento :	
	1º batalhão.....	1º.
	2º batalhão.....	7º.
	3º batalhão.....	10º.
	2º regimento :	
	4º batalhão.....	22º.
	5º batalhão.....	24º.
	6º batalhão.....	4 ^{as} companhias do 1º, 7ª e mais uma a organizar.
	3º regimento :	
	7º batalhão.....	23º.
	8º batalhão.....	38º.
	9º batalhão.....	4 ^{as} companhias do 22º, 23º e 38º
	4º regimento :	
	10º batalhão.....	2º.
	11º batalhão.....	30º.
	12º batalhão.....	4 ^{as} companhias do 27º e 34º e mais uma a organizar.
	5º regimento :	
	13º batalhão.....	33º.
	14º batalhão.....	25º.
	15º batalhão.....	9º.
	6º regimento :	
	16º batalhão.....	27º.
	17º batalhão.....	34º.
	18º batalhão.....	14º.
	7º regimento :	
	19º batalhão.....	17º.
	20º batalhão.....	29º.
	21º batalhão.....	4 ^{as} companhias do 17º e 29º e mais uma a organizar.

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DOS ANTIGOS CORPOS
Infantaria	8º regimento :	
	22º batalhão.....	13º.
	23º batalhão.....	32º.
	24º batalhão.....	4º companhias do 13º e 32º e mais uma a organizar.
	9º regimento :	
	25º batalhão.....	4º.
	26º batalhão.....	31º.
	27º batalhão.....	4º companhias do 4º e 31º e mais uma a organizar.
	10º regimento :	
	28º batalhão.....	3º.
Infantaria	29º batalhão.....	30º.
	30º batalhão.....	4º companhias do 3º e 31º e mais uma a organizar.
	11º regimento :	
	31º batalhão.....	18º.
	32º batalhão.....	16º.
	33º batalhão.....	4º companhias do 6º e 18º e mais uma a organizar.
	12º regimento :	
	34º batalhão.....	11º.
	35º batalhão.....	4º companhias do 25º e 11º e mais uma a organizar.
	36º batalhão.....	A organizar.
Infantaria	13º regimento :	
	37º batalhão.....	21º
	38º batalhão.....	
	39º batalhão.....	
Infantaria	14º regimento :	
	40º batalhão.....	8º
	41º batalhão.....	
Infantaria	42º batalhão.....	

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DOS ANTIGOS CORPOS
Infantaria	15º regimento :	
	43º batalhão.....	A organizar.
	44º batalhão.....	
	45º batalhão.....	
	Batalhões isolados :	
	46º batalhão.....	36º (as tres 1ªs companhias.)
	47º batalhão.....	43º (as tres 1ªs companhias.)
	48º batalhão.....	5º (as tres 1ªs companhias.)
	49º batalhão.....	40º (as tres 1ªs companhias.)
	50º batalhão.....	16º (as tres 1ªs companhias.)
	51º batalhão.....	28º (as tres 1ªs companhias.)
	52º batalhão.....	20º (as tres 1ªs companhias.)
	53º batalhão.....	12º (as tres 1ªs companhias.)
	54º batalhão.....	37º (as tres 1ªs companhias.)
	55º batalhão.....	26º (as tres 1ªs companhias.)
	56º batalhão.....	25º (as tres 1ªs companhias.)
	57º batalhão.....	10º (as tres 1ªs companhias.)
	Companhia isoladas :	
	1ª companhia.....	1ª companhia do 5º.
	2ª companhia.....	1ª companhia do 9º.
	3ª companhia.....	1ª companhia do 2º.
	4ª companhia.....	4ª companhia do 40º.
	5ª companhia.....	1ª companhia do 33º.
	6ª companhia.....	1ª companhia do 26º.
	7ª companhia.....	1ª companhia do 16º.
	8ª companhia.....	1ª companhia do 24º.
	9ª companhia.....	1ª companhia do 28º.
	10ª companhia.....	1ª companhia do 12º.
	11ª companhia.....	1ª companhia do 20º.
	12ª companhia.....	1ª companhia do 39º.
	13ª companhia.....	1ª companhia do 8º.
	Companhias de metralhadoras :	
	Companhia de metralhadora	
	1ª brigada.....	1ª companhia do 10º.
	Companhia de metralhadora da	
	2ª brigada.....	1ª companhia do 37º.

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DOS ANTIGOS CORPOS
Artilharia	Artilharia de campanha	
	1º regimento :	
	1º grupo.....	1ª, 2ª e 3ª baterias do 2º.
	2º grupo.....	1ª, 2ª e 3ª baterias do 3º.
	3º grupo.....	4ªs baterias do 2º e 3º.
	2º regimento :	
	4º grupo.....	Ala direita do 6º.
	5º grupo.....	Ala esquerda do 6º.
	6º grupo.....	Um esquadrão do 14º de cavallaria.
	3º regimento :	
	7º grupo.....	Ala direita do 3º.
	8º grupo.....	Ala esquerda do 3º.
	9º grupo.....	A organizar.
	4º regimento :	
	10º grupo.....	Ala esquerda do 1º.
	11º grupo.....	Ala esquerda do 4º.
	12º grupo.....	A organizar.
	5º regimento :	
	13º grupo.....) A organizar.
	14º grupo.....	
	15º grupo.....	
	Artilharia a cavallo :	
	16º grupo.....	A organizar.
	17º grupo.....	Ala direita do 1º.
	18º grupo.....	Ala direita do 4º.
	Artilharia de montanha :	
	1º grupo.....	4ªs companhias do 36º e 15º.
	20º grupo.....	4ªs companhias do 35º e 14º.

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DOS ANTIGOS CORPOS
Infantaria	Companhia de metralhadora da 3ª brigada.....	A organizar.
	Companhia de metralhadora da 4ª brigada.....	A organizar.
	Companhia de metralhadora da 5ª brigada.....	A organizar.
Cavallaria	Regimentos de quatro esquadões :	
	1º regimento.....	1º.
	2º regimento.....	13º.
	3º regimento.....	7º.
	4º regimento.....	3º.
	5º regimento.....	5º.
	6º regimento.....	6º.
	7º regimento.....	Ala esquerda do 12º, um esquadrão do corpo de transporte e mais um a organizar.
	8º regimento.....	8º.
	9º regimento.....	4º.
	10º regimento.....	10º.
	11º regimento.....	11º.
	12º regimento.....	2º.
	Regimento de dous esquadões :	
	13º regimento.....	Ala direita do 9º.
	14º regimento.....	Ala direita do 14º.
	15º regimento.....	Um esquadrão do 9º.
	16º regimento.....	Ala direita do 12º.
	17º regimento.....	A organizar.
	Esquadrões de trem :	
	Esquadrão da 1ª brigada.....	Um esquadrão do 9º.
	Esquadrão da 2ª brigada.....	Um esquadrão do 14º.
	Esquadrão da 3ª brigada.....	A organizar.
	Esquadrão da 4ª brigada.....	Um esquadrão do corpo de transporte.
	Esquadrão da 5ª brigada.....	A organizar.

ARMAS	NOVAS UNIDADES	PESSOAL DE PRAÇAS DE PRET DOS ANTIGOS CORPOS
Artilharia	Baterias de obuzeiros :	
	Bateria da 1ª brigada.....	A organizar.
	Bateria da 2ª brigada.....	
	Bateria da 3ª brigada.....	A organizar.
	Bateria da 4ª brigada.....	
	Bateria da 5ª brigada.....	A organizar.
	Artilharia de posição	
	Batalhões de seis baterias :	
	1º batalhão.....	1º.
	2º batalhão.....	2º.
	3º batalhão.....	3º.
	Batalhões de duas baterias:	
Eugenharica	4º batalhão.....	Ala direita do 4º.
	5º batalhão.....	3ª bateria do 4º.
	6º batalhão.....	Ala direita do 5º.
	7º batalhão.....	A organizar.
	8º batalhão.....	Ala direita do 3º.
	9º batalhão.....	Uma das baterias do 3º.
	Baterias isoladas :	
	1ª bateria.....	Uma das baterias do 4º.
	2ª bateria.....	Uma das baterias do 5º.
	3ª bateria.....	Uma das baterias do 5º.
	4ª bateria.....	Uma das baterias do 3º.
	5ª bateria.....	A organizar.
	6ª bateria.....	A organizar.
Eugenharica	1º batalhão.....	1º.
	2º batalhão.....	Commissão de Palmas a Iguassu.
	3º batalhão.....	2º.
	4º batalhão.....	A organizar.
	5º batalhão.....	Commissão de linhas telegra- phicas para o Acre.

Art. 8.º Para completar as unidades cujo pessoal aqui consignado é insufficiente e bem assim para organizar aquellas que não têm pessoal designado dos antigos corpos, os inspectores permanentes, tendo em vista os effectivos organentarios fixados pelo Ministerio da Guerra, farão as transferencias de praças que forem necessarias, dentro da região de sua inspecção e autorização tambem a accettazione de voluntarios.

Art. 9.º Os inspectores permanentes, tendo em vista as necessidades de aquartelamento das tropas, preporão as modificações provisórias que forem necessarias. — *Hermes R. da Fonseca.*

N. 134 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que as provas para isenção do serviço militar deverão ser constituidas por justificações perante a autoridade local competente e produzidas de accôrdo com a legislação commum.

Ministerio da Guerra — N. 1.722 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1908.

Em solução á consulta que faz o presidente da junta de alistamento militar de Therezopolis e que acompanhou o officio do encarregado do registro, militar do Estado do Rio de Janeiro, n. 108, de 24 do mez findo, dirigido ao commandante do 4.º districto militar, declaro-vos, para os fins convenientes, que as provas para as isenções do serviço militar nos casos do art. 143 do regulamento approved por decreto n. 6.947, de 8 de maio ultimo, deverão ser constituidas por justificações perante a autoridade local competente e produzidas de accôrdo com a legislação commum, enviando-se essas justificações, bem como outros quaesquer documentos ou allegações escriptas, mesmo não provadas, ás juntas de revisão e sorteio, que sobre ellas decidirão.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca.* —
Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 135 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1908

Manda providenciar sobre as localidades em que sejam aquartelados os corpos da 9ª região de inspecção.

Ministerio da Guerra — N. 1.732 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1908.

Providencie as para que os corpos da 9ª região de inspecção sejam aquartelados nas localidades abaixo mencionadas:

Infantaria

1º regimento — no quartel do actual 38º batalhão de infantaria, em Realengo.

2º regimento — no quartel do actual 10º batalhão de infantaria, em Deodoro.

3º regimento — no quartel do actual 22º batalhão de infantaria e no actual 1º regimento de cavallaria, em S. Christovão.

Artilharia

1º regimento — no quartel do actual 5º regimento, no Campinho.

Bateria de obuzeiros da 1ª brigada — no quartel do actual 5º regimento, no Campinho.

Parque da 1ª brigada — em Deodoro.

20º grupo de artilharia — no quartel do actual 2º regimento de artilharia.

2º batalhão de artilharia — na fortaleza de S. João e nos fortes ao sul da barra desta cidade.

Cavallaria

1º regimento — no quartel-typo.

13º regimento — no quartel do actual 9º regimento de cavallaria.

Esquadrão de trem de 1ª brigada — em Gericinó.

Pelotão de estafetas — no quartel do actual 90º regimento de cavallaria.

Engenharia

1º batalhão — no quartel do actual 1º batalhão de engenharia, em Deodoro.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 136 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Indefere um requerimento pedindo reconsideração de despachos anteriores, sobre antiguidade de posto a contar de 31 de maio de 1901.

Ministerio da Guerra — N. 1.747 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

Tendo o capitão de cavallaria Oliverio de Deus Vieira pedido reconsideração dos despachos lançados sobre os requeri-

mentos em que solicitára que a antiguidade de seu posto fosse contada de 31 de maio de 1901, data da promoção de varios tenentes de artilharia e cavallaria que considera mais modernos que elle, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 26 de outubro ultimo, resolveu, em 27 de novembro seguinte, indeferir aquelle pedido, porquanto é sómente no posto de coronel que concorrem para a promoção officiaes de todas as armas, para a promoção em outros postos a concurrencia se effectua entre officiaes de cada arma, e, portanto, ninguém se pôde julgar preferido por ter tido accesso antes de si outro mais moderno, de arma diversa da sua; além de que dos sete 1.^{as} tenentes de artilharia promovidos na data a que o requerente se refere os cinco mais antigos preencheram claros deixados por capitães do quadro ordinario da arma transferidos para os corpos de estado-maior do Exército e engenheiros, extinctos, nos quaes havia vagas desde 1900, e os restantes os de capitães, transferidos para este corpo em occasião em que para o petionario ainda não havia vaga; e os tenentes de infantaria promovidos na data em questão preencheram no quadro vagas de capitães fallecidos em data anterior a da abertura da vaga que o reclamante preencheu, o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca.* —
Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — O Ministro da Guerra, submetteu á consideração deste Tribunal, por vossa ordem, constante do aviso n. 90, de 25 de setembro ultimo, o requerimento, em que o capitão do 2.^o regimento de cavallaria, Oliverio de Deus Vieira, pede reconsideração dos despachos, que indeferiram os requerimentos de 5 de setembro de 1901, e 2 de junho de 1902, em que solicitou que a antiguidade de seu posto fosse contada de 31 de maio tambem de 1901.

A 4.^a secção do estado-maior do Exército, informando essa pretensão a 23 de setembro de 1907, diz:

«Oliverio de Deus Vieira, capitão do 2.^o regimento de cavallaria, actualmente addido á repartição do estado maior, pede reconsideração do despacho — *indeferido* — lançado em sua petição de 5 de setembro de 1901, e 2 de junho de 1902.

A secção, em pareceres anteriores, já mostrou a falta de base na reclamação do petionario; pois que sua antiguidade de promoção deve ser considerada de 31 de maio de 1901, os officiaes promovidos por decreto desta data contariam baseados nos mesmos argumentos citados a antiguidade do posto de capitão do dia em que se deram as vagas que posteriormente occuparam.»

O marechal chefe do estado-maior informa nestes termos:

«O capitão Oliverio de Deus Vieira, do 2.^o regimento de cavallaria pede no requerimento junto para que a antiguidade do seu posto seja contada de 31 de maio de 1901, data em que foram promovidos varios tenentes de infantaria, e de artilharia mais modernos do que elle. Argumentando e em varias disposições, que cita, conclue que não é a data da abertura da vaga, que confere a antiguidade, e sim a data do decreto da promoção, todavia mandam disposições vigentes que na occasião do decreto se respeite os direitos adquiridos.

A lei não estabeleceu um prazo certo, e determinado, dentro do qual se realizem as promoções, e portanto ninguém pôde pedir que sua antiguidade seja da data, em que a vaga se deu, e é por isso que as disposições legais, que regem a promoção, estabelecem que a antiguidade é contada da data do respectivo decreto.

Certo, é porém, que logo que uma vaga se dá, alguém surge com direito á ella, e força é que o decreto de promoção respeite esse direito. Vezes haverá em que, findos os trabalhos da commissão de promoções, e quando sua proposta já tenha subido, uma vaga se dê, e seu preenchimento não alcance o decreto. Este facto pôde occorrer uma preterição de direitos, que desenvolverá se reparada na promoção seguinte. Assim, reunida a commissão de promoções encontrará quatro vagas de capitão, proprias dous por antiguidade, e dous por estudos.

Feita e remettida a proposta, tem-se conhecimento que uma quinta vaga já se abrirá, mas já não ha mais tempo de contemplar-a no decreto; segundo o principio legal, a promoção seguinte terá de reconhecer os direitos adquiridos, e reconhecendo conferirá ao tenente promovido a capitão a antiguidade do decreto anterior, no qual deixou de ser contemplado. Si não fizer assim, ferirá um direito adquirido, deixando de observar o principio legal, porquanto o requerente, tendo ter concorrido á primeira promoção e collocado acima dos dous promovidos por estudos, e só tendo deixado de ser promovido por falta de tempo, devia aguardar o momento de reparação, que era a promoção seguinte. Ora, esta preterição, que se dá em uma arma isoladamente, pôde reflectir em outras armas, constituindo propriamente uma preterição, quando essas armas deixem de concorrer á promoção, existindo vagas, só porque o tempo não o permitiu, e é o caso, creio, do capitão Oliverio. Em 29 de maio de 1901, falleceu o capitão José Veríssimo de Souza, cuja vaga competia a Oliverio, mas que por ser tardia não pôde ser consid. nada pela commissão de promoções, e portanto, não alcançou o decreto de 31 do mesmo mez, pelo qual foram promovidos os 12 tenentes, tenentes de artilharia e infantaria mais modernos do que elle. Parece-me pois, que o Decreto de 26 de julho seguinte, pelo qual foi promovido a capitão o tenente Oliverio, deveria fazer retrotrahir sua antiguidade a 31 de maio anterior, e não o tendo feito, não respeitou o seu direito adquirido, porque este não recae sómente sobre promoções,

mas sobre outras qualidades, entre as quaes a — precedencia — que tanta importancia tem na vida militar.

Accresce que sob o ponto de vista de promoção, mesmo, ha preferença; porque si a graduação não é propriamente uma promoção, tem todavia todos os effeitos della quando se trata de reforma. Ora: os coroneis de todas as armas concorrem em um só quadro para a graduação de general de brigada, e só por isto vê-se qual a harmonia, que deve reinar entre as promoções das differentes armas, e como pôde haver preferença entre ellas. Ainda na promoção de 31 de maio foi contemplado o 1.^o tenente Faustino Guimarães na vaga aberta na mesma occasião pela transferencia do capitão Rossany para o corpo de engenheiros. Embora uma tal promoção seja concomittente com transferencia, todavia foi o preenchimento de uma vaga: vaga aberta no mesmo dia da promoção, quando anteriormente já havia vaga na cavallaria para o tenente Oliverio.

Finalmente, si ha direito de antiguidade nas promoções, direito que, quando preferido em uma promoção, deve ser restabelecido em outra, este direito não pôde referir-se á promoção em uma arma, mas á promoção geral, á promoção de todos pela infinidade, que uma tem com outras, e que este não pôde deixar de ser o espirito da lei. Assim, pelo exposto parece a esta chefia que o requerimento do capitão Oliverio merece deferimento, entretanto será conveniente ouvir-se o Supremo Tribunal Militar.

O tribunal, tendo estudado attentamente a questão, passa a dizer o que pensa a respeito.

E' sómente no posto de coronel que concorrem para promoção officiaes de todas as armas.

Para a promoção em outros postos a concurrencia tem lugar entre os officiaes de cada arma, e portanto, nenhum se pôde julgar preferido em seu direito, por ter tido accesso antes delle outro mais moderno, pertencente a arma differente da sua.

E ainda que assim não fosse, o requerente, pelo facto de terem tido accesso, a 31 de maio de 1901, 1.^{os} tenentes de artilharia e tenentes de infantaria mais modernos que elle, não poderia pretender que dessa data se lhe contasse a antiguidade do posto de capitão de cavallaria, a que foi elevado por decreto de 26 de julho seguinte.

Dos sete 1.^{os} tenentes de artilharia promovidos em 31 de maio, os cinco mais antigos preencheram os claros deixados por outros tantos capitães do quadro ordinario da arma, que foram transferidos para os corpos de estado-maior e de engenheiros, nos quaes havia vagas desde 14 de dezembro de 1900, e os outros dois foram promovidos nas vagas dos capitães João Mariot e Victor Eduardo Rossany, transferidos para o corpo de engenheiros, por terem fallecido dois officiaes do igual posto nesse corpo, um em 16 de abril e outro a 9 de maio, quando para o requerente ainda não havia vaga.

Os dois tenentes de infantaria tiveram accesso naquella data, para substituirem no quadro dois capitães fallecidos, um em 23 de abril e outro em 17 de maio; tambem anteriormente,

portanto, á data da abertura da vaga, que o reclamante preencheu na arma de cavallaria, 29 de maio. (*Decreto n. 3.168, de 29 de outubro de 1863, e resolução de 23 de dezembro de 1865.*)

O capitão Oliverio de Deus Vieira preencheu a vaga que lhe coube e não soffreu preterição em seu direito.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que sua reclamação não é attendivel.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1908. — *E. Barbosa.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *Carlos Eugenio.* — *L. Me-deiros.*

Foi voto o ministro almirante Francisco Pereira Pinto.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palácio do Governo, 27 de novembro de 1908. — *AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.* — *Hermes R. da Fonseca.*

N. 137 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que a promoção a coronel por antiguidade deverá tocar ao que fór mais antigo como tenente-coronel, independentemente da arma em que tiver sido collocado provisoriamente, si esse official pertenceu ao extinto corpo de estado-maior do Exército e em cada arma ao tenente-coronel que effectivamente a ella pertence, tendo em vista sua antiguidade.

Ministerio da Guerra — N. 1.743 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

Tendo a commissão de promoções consultado no officio que acompanhou o dessa repartição de 27 de outubro ultimo, como deverá ser preenchida uma vaga de coronel na arma de cavallaria por antiguidade, em vista do disposto no art. 115 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro anterior, e si, feita a promoção geral nas armas por motivo da reorganização do Exército, continua a vigorar a restricção do paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 7.024, de 11 de julho findo, declaramos-vos que a promoção áquelle posto por antiguidade deverá tocar ao que fór mais antigo como tenente-coronel, independentemente da arma em que tiver sido collocado provisoriamente, si esse official pertenceu ao extinto corpo de estado-maior do Exército e em cada arma ao tenente-coronel que effectivamente a ella pertence, tendo em vista sua antiguidade.

Outrosim, vos declaro que continúa em vigor a regra estabelecida no referido decreto para a organização das propostas de promoção por merecimento dos officiaes do extinto corpo de estado-maior do Exército.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. —
Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 138 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o abono de gratificação de função a cada um dos commandantes das companhias regionaes do Acre, Purús e Juruá, sendo considerado o commando de companhias regionaes como de guarnição de 3ª ordem.

Ministerio da Guerra — N. 19 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Manaus, em solução ao seu telegramma de 8 do corrente, que fica o mesmo Sr. delegado fiscal autorizado a abonar a cada um dos commandantes das companhias regionaes do Acre, Purús e Juruá a gratificação de função de 120\$ mensaes, sendo considerado o commando de companhias regionaes como de guarnição de 3ª ordem. — *Hermes R. da Fonseca*.

— Communicou-se ao Estado Maior do Exército e á Direcção Geral da Contabilidade da Guerra.

N. 139 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara emancipadas, para o regimen civil, as colonias militares de Chapecó e Chopim.

Ministerio da Guerra — N. 1.745 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1908.

Declaro-vos que são emancipadas passando para o regimen civil, as colonias militares do Chapecó e Chopim, visto estarem nas condições de ter emancipação, segundo consta do officio n. 1.496 que em 5 do mez findo dirigio a essa repartição o commandante do 5º districto militar.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. —
Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 140 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Resolve que seja contada antiguidade, para todos os effeitos, de 14 de dezembro de 1900, a um major do extinto corpo de Estado-Maior do Exército, porquanto teve transferencia como capitão para o mencionado corpo e accesso ao posto immediato de accordo com os preceitos legais.

Ministerio da Guerra — N. 1.768 — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908.

Tendo essa repartição consultado, em officio n. 2.335, de 17 de julho ultimo, si, incluído em uma das armas combatentes, por meio de sorteio, o major do extinto corpo de Estado-Maior do Exército, Francisco Mendes de Moraes, promovido ao dito posto por decreto de 29 de novembro de 1891, com antiguidade de 14 de dezembro de 1900, fica sem vencer antiguidade como estava no dito corpo, em virtude do decreto de 24 de janeiro de 1907, cu conta esta da data de sua promoção, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 19 de outubro ultimo, resolveu em 5 do corrente, que o official em questão conta antiguidade, para todos os effeitos, de 14 de dezembro de 1900, data a que se refere aquelle decreto, porquanto teve transferencia, como capitão para o mencionado corpo e accesso ao posto immediato de accordo com os preceitos legais; o que vos declaro, para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. —
Sr. chefe do Estado-Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por vossa ordem o Ministerio da Guerra, em aviso n. 102, de 8 do corrente, remetteu a este Tribunal, para consultar «os inclusos papeis tratando da antiguidade de posto de major aggregado do extinto corpo do Estado-Maior do Exército, Francisco Mendes de Moraes, ultimamente incluído no quadro suplementar da arma de infantaria.»

Os papeis, a que este aviso allude, são:

Um officio com a data de 17 de julho ultimo, no qual o chefe de estado-maior consulta ao Ministro da Guerra «si o major do extinto corpo de estado-maior Francisco Mendes de Moraes, mandando aggregar, sem vencer antiguidade, de accordo com a resolução de 4 de dezembro de 1902, uma vez incluído em qualquer das armas combatentes por sorteio, em virtude da nova organização, fica sem vencer antiguidade, como se

achava no extinto corpo, ou contar antiguidade da data de sua promoção.»

A este officio está appensa uma nota da secção de exame da Secretaria da Guerra, datada de 20 do mesmo mez de julho, em que se diz que «está junta a minuta de um aviso de 17 do mez andante determinando que o major aggregado do corpo de estado-maior, Francisco Mendes de Moraes, ao qual diz respeito a presente consulta, fosse sorteado a par dos demais officiaes no dito corpo.»

Uma informação da 4.^a secção do Estado-Maior do Exército, concebida nestes termos:

«A consulta annexa da chefia desta repartição versa sobre a antiguidade de posto, que deve ter o major aggregado do extinto corpo de estado-maior, Francisco Mendes de Moraes, ultimamente incluído no quadro supplementar da arma de engenharia.

A secção informa que esse official pertence á arma de artilharia, como capitão, quando em 1901 reclamou transferencia para o estado-maior, e sua consequente promoção na vaga aberta em 9 de novembro de 1900, pela reforma do coronel Napoleão Muniz Freire.

O Supremo Tribunal Militar em resolução (*aliás consultas*) de 81 de outubro de 1901, com que se conformou o Sr. Presidente da Republica, em 8 de novembro de 1901, do mesmo anno, opinou pelo deferimento da preterção desse official, que, em 29 do mesmo mez, foi promovido a major do estado-maior com antiguidade de 11 de dezembro de 1900.

Em taes condições occupou logar no *Almanak* entre os maiores José da Cunha Pires e Alexandre José Barbosa Lima.

Em 1902, porém, o actual major Fileto Pires Ferreira, ha pouco tempo incluído no quadro supplementar da arma de cavallaria, reclamou contra sua transferencia illegal da arma de artilharia para o estado-maior em 21 de março de 1891.

O Supremo Tribunal Militar, em resolução (*aliás consulta*) de 22 setembro de 1892 (*aliás 1902*) confirmada pelo Sr. Presidente da Republica, mandando expedir o aviso de 5 de dezembro de 1902, achou justa a pretensão do então capitão Fileto, que passou a contar antiguidade de posto de 31 de junho de 1891, e substituiu, na vaga do coronel Muniz Freire, o major Francisco Mendes de Moraes, cuja collocação actual no *Almanak* si não fosse extinto o corpo de estado-maior, seria entre os officiaes, major graduado Olavo Manoel Corrêa e capitão Luiz Maria Beaurepaire Pinto Peixoto que, pela promoção de 5 de agosto ultimo, tiveram accesso ao posto de major para as armas arregimentadas.

Pelo exposto se verifica que o major Francisco Mendes de Moraes vence antiguidade no posto em que se acha, de 5 de agosto do corrente anno, data das promoções dos ultimos officiaes citados, e que parece, deveria figurar como capitão no sorteio feito ultimamente dos officiaes do estado-maior pelas armas arregimentadas.»

O aviso do Ministerio da Guerra, ao qual allude a nota

da secção de exame não veio junto ao officio do chefe do estado-maior, conforme consta dessa nota.

O tribunal, perfeitamente instruido no assumpto sujeito à sua consulta, passa a dar cumprimento a vossa ordem transmittida no aviso n. 102 de 8 do corrente.

Effectuadas nos corpos de estado-maior e de engenheiros, em 14 de dezembro de 1900, as promoções para preenchimento das vagas resultantes da organização do — Quadro Especial —, creada pela lei n. 716, de 13 de novembro desse anno, ficaram ainda por preencher tres em cada um desses corpos.

Duas dellas, uma no corpo de engenheiros, e outra no estado-maior, já existiam antes da promulgação dessa lei, e, portanto, deviam ser providas de accordo com as disposições legais então vigentes.

Essas vagas provieram, uma do fallecimento do major do corpo de engenheiros Francisco de Paula Borges Fortes, a 25 de outubro de 1900, e a outra da reforma do coronel do estado-maior Napoleão Muniz Freire, a 9 do mez seguinte.

O seu preenchimento cabia, por força das disposições legais em vigor, o da do corpo de engenheiros ao capitão de artilharia Sebastião Francisco Alves, por ser o mais antigo dos legalmente habilitados para a transferencia, e ter-se dado o claro nesse corpo, antes do do estado-maior, e o da vaga deste corpo a Francisco Mendes de Moraes, que era dos capitães nas condições de ser transferidos, o que se seguia em antiguidade a Sebastião Alves.

Suas transferencias, porém, só se realizaram a 31 de maio de 1901.

Já vigorava então a resolução de 12 de abril desse anno, e o capitão Mendes de Moraes e outros foram consultados si acceitavam a transferencia, e para que corpo a preferiam.

Mendes de Moraes acceitou a transferencia para o estado-maior, declarando que entretanto não renunciava a vaga aberta nesse corpo, posteriormente á lei de 13 de novembro de 1900, conforme já reclamara. (*Informação do commando do 5º districto militar resumida na da 4ª secção do estado-maior. Consulta deste tribunal de 21 de outubro de 1901*).

Posteriormente, Mendes de Moraes pediu promoção ao posto de major, allegando que, tendo adquirido direito a preencher, por transferencia, uma vaga aberta no estado-maior, antes de promulgada a lei n. 716 de 1900, deveria concorrer para as promoções, que se realizaram a 14 de novembro desse anno, com companheiros mais modernos, que então tiveram accesso *por antiguidade*.

Esse direito do capitão Moraes era indiscutivel.

Este tribunal foi ouvido sobre aquella pretensão e, em parecer lançado na consulta de 21 de outubro de 1901, opinou que o requerente fosse promovido a major com antiguidade de 14 de dezembro de 1900; conformando-se o Sr. Presidente da Republica com esse parecer pela resolução de 8 de novembro de 1901.

Entrou Mendes de Moraes na posse de sua patente de

major, que, por direito adquirido pela sua antiguidade, lhe conferira a lei, e no exercicio desse posto permaneceu, durante mais de seis annos, sendo deslocado na escala, a 24 de janeiro de 1907, para dar o logar, que legitima e legalmente occupava, ao major graduado Fileto Pires Ferreira, nessa data promovido á effectividade do posto, contando antiguidade de 14 de dezembro de 1900.

Mendes de Moraes ficou desde então privado da posse do seu posto, visto que passou a ser considerado aggregado, sem vencimento de antiguidade, abaixo, portanto, de Fileto, e de todos os maiores até então promovidos.

Para bem cumprir o seu dever, deixando convenientemente elucidada a questão submettida á sua consulta, o tribunal passa a expor o seguinte;

Fileto Pires Ferreira, 1º tenente de artilharia desde 7 de janeiro de 1890, requereu transferencia para o corpo do estado-maior de 1ª classe, e o Governo, por aviso de 2 de março de 1891, mandou ouvir a respeito o antigo Conselho Supremo Militar, que, em parecer de 4 de maio seguinte, julgou que o requerente não podia ser attendido, por oppôr-se á sua pretensão o art. 6º do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro desse anno.

Quando foi lavrado esse parecer já o requerente e outros estavam transferidos para o estado-maior, desde 21 de março, não obstante não o permittir a lei.

Essas transferencias foram illegaes; mas Fileto foi satisfeito em seu desejo, seu pedido foi attendido.

Tenente de estado-maior, Fileto em 1890 pediu promoção ao posto immediato, allegando julgar-se preterido por seus companheiros do mesmo corpo João José de Campos Curado e Olavo Manoel Correia; foi attendido, e teve accesso a 27 de outubro desse anno, com antiguidade de 23 de julho de 1894.

Trese annos depois, porém, tendo decorrido mais onze, desde a data da transferencia, que requerera como tenente pediu fosse sua antiguidade no posto de capitão contada como si sua transferencia para o estado-maior se tivesse dado nesse posto, posteriormente á lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892.

Ora Fileto era, como 1º tenente, mais antigo que Mendes de Moraes, a quem coube transferencia no posto de capitão em virtude da lei n. 39 A, de 1892, para preencher a vaga deixada pelo coronel Muniz Freire, e já tinha sido promovido a major.

O que elle pediu, pois, em 1902 foi implicitamente substituir no quadro do estado-maior, como major, Mendes de Moraes.

Esse pedido não podia ter deferimento, nem devia ser tomado em consideração, porque si ao peticionario assistisse direito á reclamação, este estaria prescripto, de ha muito; e tal direito não lhe assistia, porquanto a lei referida exigia um anno de serviço em corpo arregimentado, e elle não satisfazia a esse requisito.

O tribunal em maioria, entretanto, foi favoravel á pre-

lenção, sendo de parecer que *se mandasse contar ao capitão Fileto Pires Ferreira, para todos os effeitos, a sua antiguidade como si a esse posto tivesse sido promovido na artilharia em 1891, e della viesse transferido o estado-maior.*

O Sr. Presidente da Republica resolveu, de accôrdo com esse parecer, a 4 de dezembro de 1902.

Mas o Governo só em parte cumpriu essa resolução; fez collocar Fileto no primeiro lugar da escala com a antiguidade do posto de capitão que teria alcançado na artilharia si não houvesse sido transferido como tenente para o estado-maior; não o promoveu, porém conservou-o naquella posição.

Sómente a 24 de janeiro de 1907 o Governo actual resolveu, á vista dos termos precisos da resolução de 4 de dezembro de 1902, promover Fileto Pires Ferreira a major com antiguidade de 14 de dezembro de 1900, e mandou aggregar Mendes de Moraes sem vencer antiguidade.

Pelo exposto, considerando que Francisco Mendes de Moraes foi transferido para o Estado-maior, como capitão, e teve accesso ao posto immediato de accôrdo com os preceitos legais;

que não podia ser attendida a pretensão de Fileto Pires Ferreira, de contar a antiguidade do posto de capitão, da data em que a elle teria sido elevado na arma de artilharia, si não fôra sua transferencia para o estado-maior, como tenente, o que aliás solicitaria; porque esse pedido foi apresentado mais 11 annos depois dessa transferencia, e portanto seu direito á reclamação, si o tivesse já de ha muito estaria prescripto;

que, tendo sido essa resolução tomada com manifesta infracção da lei, não podia despojar o major Mendes de Moraes de nenhum de seus direitos.

O Supremo Tribunal Militar é de parecer que se deve restituir ao major Francisco Mendes de Moraes o direito de contar antiguidade, para todos os effeitos, desde 14 de dezembro de 1900, em que foi de facto e de direito promovido a este posto.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1908. — *E. Barbosa*. — *F. A. de Moura*. — *Carlos Eugenio*. — *L. Medeiros*.

Foram votos os ministros marechal Francisco de Paula Argollo e general de divisão José Maria Marinho da Silva.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 5 de dezembro de 1908. — *Affonso Augusto Moreira Penna*. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 141 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1908

Manda declarar, por telegramma, ter sido sancionada por decreto n. 2.013, de 9 do corrente, a resolução do Congresso Nacional dispondo sobre juntas de sorteio militar.

Ministerio da Guerra — N. 1.771 — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1908.

Declarar, por telegramma, aos commandantes dos districtos militares que, por decreto n. 2.013, de 9 do corrente, foi sancionada a resolução do Congresso Nacional, a qual determina: que a junta do sorteio militar seja composta de um general ou coronel do Exército, de um coronel da Guarda Nacional, do procurador da Republica, de um medico militar e de um official do Exército activo; que as nomeações serão feitas pelo inspector permanente, sendo o coronel da Guarda Nacional indicado pelo commandante da Guarda Nacional do Estado onde funcionar a junta, e que a junta elegerá o seu presidente e o seu secretario.

Declarar, outrossim, áquelles commandantes que, de accordo com a citada resolução, devem ser substituidas as juntas de revisão e sorteio, nomeadas de conformidade com o disposto no art. 48 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, e que ficarão as novas juntas autorizadas a prorogar seus trabalhos até a conclusão da revisão do alistamento effectuado no corrente anno, empregando, porém, esforços para terminál-os antes de 1 de março vindouro.

Saude e fraternidade.— *Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 142 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1908

Defere um requerimento, pedindo graduação do posto de major, de um capitão reformado do Exército.

Ministerio da Guerra — N. 1.773 — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 16 de novembro findo, sobre o requerimento em que o capitão reformado do Exército João Paulo de Oliveira Carvalho pediu a graduação do posto de major, resolveu, em 3 do corrente, que a reforma do mesmo capitão deverá ser considerada com aquella graduação, por isso que o referido official contava mais de

52 annos de serviço, achando-se portanto comprehendido no art. 4º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, quando attingiu a idade limite estabelecida nesse decreto para a reforma compulsoria, que lhe foi dada por acto de 7 de novembro de 1907.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — O Supremo Tribunal Militar é de parecer que deve ser deferido o requerimento que, por vossa ordem, lhe foi presente por intermedio do aviso do Ministerio da Guerra n. 113, de 31 de outubro proximo findo, no qual requerimento o capitão reformado João Paulo de Oliveira Carvalho pede a graduação do posto de major, visto que este official contava mais de 32 annos de serviço e, portanto, estava comprehendido no art. 4º do decreto n. 193 A, de 31 de janeiro de 1890, quando attingiu a idade limite estabelecida nesse decreto para a reforma compulsoria, que lhe foi dada por decreto de 7 de novembro de 1907.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1908. — *E. Barbosa*. — *F. A. de Moura*. — *F. J. Teixeira Junior*. — *Carlos Eugenio*. — *L. Medeiros*.

Foram votos os ministros almirante Coelho Neto e general de divisão J. M. Marinho da Silva.

RESOLUÇÃO

Como parece.

Palacio do Governo, 3 de dezembro de 1908. — *AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA*. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 113 — EM 11 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que o estrangeiro eleitor, sendo considerado brasileiro, está sujeito ao serviço militar, de accordo com os arts. 1º e 96 da lei do alistamento e sorteio militar e 183 do respectivo regulamento.

Ministerio da Guerra — N. 1.775 — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1908.

Tendo o presidente da junta do alistamento e sorteio militar, em Varginha, Minas Geraes (Tres Corações), consultado, em telegramma de 5 do corrente, si os estrangeiros qualifi-

cados eleitores, quer tenham ou não exercido o direito de votar, estão sujeitos ao alistamento militar, vos declaro, para os fins convenientes, que o estrangeiro eleitor é considerado brasileiro, em face do art. 70 da Constituição, estando por esse motivo sujeito ao serviço militar, de accôrdo com o disposto nos arts. 1º e 96 da lei do alistamento e sorteio militar, e 183 do respectivo regulamento.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 144 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que os voluntarios especiaes são alistados de accôrdo com o disposto no art. 67 do regulamento de 8 de maio ultimo, ficando addidos ao corpo em que se alistam ou licenciados; e que os voluntarios para manobras só ficam sujeitos áquelle regulamento depois de preenchidas as formalidades exigidas pelo § 6º do art. 65 do regulamento do alistamento e sorteio militares.

Ministerio da Guerra — N. 1.782 — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1908.

Em solução ao telegramma que vos dirigiu o commandante do 3º districto militar em 7 do corrente, declarae ao mesmo commandante que os voluntarios especiaes são alistados de accôrdo com o disposto no art. 67 do regulamento de 8 de maio ultimo e ficam addidos ao corpo em que se alistam os licenciados e portanto sujeitos ao regulamento disciplinar desde que prestam jramento á bandeira.

Declarae, outrossim, que os voluntarios para manobras só ficam sujeitos áquelle regulamento depois de preenchidas as formalidades exigidas pelo § 6º do art. 65 do regulamento do alistamento e sorteio militares, sendo ante- considerados apenas candidatos que poderão deixar de ser acceitos se provar-se não terem boa conducta.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 145 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1908

Manda declarar que os generaes e coroneis de que trata o art. 1º do decreto legislativo n. 2.013, de 9 do corrente, podem ser effectivos ou reformados.

Ministerio da Guerra — N. 1.784 — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1908.

Declarar aos commandantes dos 1º e 5º districtos militares, em solução aos telegrammas que vos dirigiram em 13 e 14 do corrente, que os generaes e coroneis de que trata o art. 1º do decreto legislativo n. 2.013, de 9 do corrente, podem ser effectivos ou reformados, sendo que, no caso de não aceitarem estes ultimos as nomeações, as juntas de sorteio se reunirão com a maioria de seus membros, como determina o art. 49 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 146 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1908

Fixa prazo para o funcionamento na Escola de Artilharia e Engenharia dos 3º, 1º e 2º annos, não sendo permittido a nenhum alumno repetir cadeira ou aula.

Ministerio da Guerra — N. 1.792 — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effectos que, em virtude do disposto no decreto legislativo n. 1.708, de 5 de setembro de 1907, que autorizou o Governo a mandar matricular no corrente anno, na Escola de Artilharia e Engenharia, os ex-alunos da extincta Escola Militar do Brazil, aos quaes faltassem os 2º ou 3º anno do curso geral pelo regulamento de 1898, e os que de accordo com este regulamento deveriam ter prosseguido no curso especial, e attendendo ao estabelecido no artigo 138, *alinca a*, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, são fixados para o funcionamento naquella Escola, do 3º anno do curso geral, o prazo de um anno; do 1º anno do curso especial, o prazo de dous annos; e do 2º anno deste ultimo curso, o prazo de tres annos, não sendo permittido a nenhum alumno repetir cadeira ou aula, de modo que a vigencia provisoria do citado regulamento terminará em 1911, e cabendo aos alumnos desligados por motivo de reprovação ou aquelles que não puderem aproveitar-se dos favores do referido decreto

o recurso do art. 196 do regulamento para as Escolas do Exercito, approvado por Decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, enquanto não fôr fecho aquelle Instituto.

Saude e fraternidade.—*Hermes R. da Fonseca*.— Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

—Communicou-se á referida Escola.

N. 147 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara ficarem pertencendo ás 12ª e 13ª regiões de inspecção as unidades abaixo mencionadas.

O ministro da Guerra, em nome do Sr. Presidente da Republica, resolve, em vista do exposto no art. 16 do decreto n. 6.971, de 4 de junho do corrente anno, e para execução do estabelecido no citado decreto, declarar que ficam pertencendo ás 12ª e 13ª regiões de inspecção, as unidades abaixo mencionadas:

DECIMA SEGUNDA REGIÃO

Infantaria

7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º regimentos.
56º batalhão.

Companhias de metralhadoras das 3ª e 4ª brigadas.

Artilharia

3º e 4º regimentos.
16º, 17º e 18º grupos.
Baterias de obuzeiros das 3ª e 4ª brigadas.
Parques das 3ª e 4ª brigadas.
9º batalhão.

Cavallaria

2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 15º e 16º regimentos.
Esquadrões de trem da 3ª e 4ª brigadas.

Engenharia

3º e 4º batalhões.

DECIMA TERCEIRA REGIÃO

Infantaria

13º, 14º e 15º regimentos.
 57º batalhão.
 13ª companhia isolada.
 Companhia de metralhadoras da 5ª brigada.

Artilharia

5º regimento.
 Bateria de obuzeiros da 5ª brigada.
 Parque da 5ª brigada.
 3º batalhão.

Cavallaria

3º e 17º regimentos.
 Esquadrão de trem da 5ª brigada.

Engenharia

5º batalhão.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1908. — *Hermes R. da Fonseca*.

N. 148 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara não ter direito a ajuda de custo um official do Exército, visto que tal vantagem se dá a officiaes nomeados para exercer commissões que importem em mudança de residencia, para primeiro estabelecimento em terra.

Ministerio da Guerra — N. 1.793 — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1908.

Ao commando do 1º districto militar, que submetteu á vossa consideração, em officio n. 676, de 17 de agosto ultimo, a consulta que lhe fez o 1º tenente do Exército Arthur Nunes de Moura sobre o direito que lhe cabe a ajuda de custo de ida e volta do Maranhão para o Piauí, apesar de já havel-a recebido pela viagem desta Capital para a cidade de Obidos, visto ter recebido ordem para organizar orçamento de despesas a fazer com as obras necessarias no quartel existente na capital deste ultimo Estado, declarae que não compete ao dito 1º tenente aquella ajuda de custo, visto que pelo art. 29 da lei

n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, tal vantagem se dá aos officiaes nomeados para exercer commissões que importem em mudança de residencia, para primeiro estabelecimento em terra.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exercito.

N. 149 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que o cavallo de montada de official pôde ser forrageado pelo corpo, contando que o numero de animaes em cada um delles não exceda do marcado no aviso n. 1.698, de 28 de agosto de 1907.

Ministerio da Guerra — N. 875 — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1908.

Em vista da participação que faz o commando do 1.^o districto militar, no officio que acompanhou o vosso, de n. 512, de 25 de junho findo, de haver scienticado ao do 36.^o batalhão de infantaria, em virtude de consulta por este apresentada, que o aviso n. 214, de 15 de abril anterior, segunda parte, de que trata a circular dessa repartição de 29 deste ultimo mez, não revogou os de ns. 1.698, de 28 de agosto, e 2.043, de 14 de novembro de 1907, declaro-vos que o cavallo de montada do official pôde ser forrageado pelo corpo, contando que o numero de animaes em cada um delles não exceda do numero marcado no primeiro dos citados avisos.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. intendente geral da Guerra.

N. 150 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1908

Manda declarar aos commandantes de districtos militares que os inspectores permanentes devem designar o presidente provisorio das juntas de revisão e alistamento militares, até que, reunidas, estas procedam á respectiva eleição.

Ministerio da Guerra — N. 1.830 — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1908.

Declarae aos commandantes dos districtos militares que, competindo aos inspectores permanentes a nomeação dos membros para as juntas de revisão do alistamento e sorteio mili-

tares, que elegerão o seu presidente, na forma do disposto na lei n. 2.013, de 9 do corrente, devem os mesmos inspectores designar o presidente provisório das mesmas juntas até que, reunidas, estas procedam á respectiva eleição.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

N. 151 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que os artigos que tiverem de ser importados com destino ás diversas repartições da Guerra deverão vir a ellas consignados, sem o que não poderão obter o respectivo despacho, livre de direitos, quando requisitado.

Ministerio da Guerra — Circular — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1908.

Declaro-vos, de accôrdo com o que pede o Ministerio da Fazenda em aviso n. 150, de 16 do corrente, que os artigos que tiverem de ser importados com destino a essa repartição, deverão vir consignados a ella, sem o que não poderão obter o respectivo despacho, livre de direitos, quando requisitado, em vista do que dispõe o art. 2º, § 23, da Tarifa das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Saude e fraternidade. — *Hermes R. da Fonseca*. — Sr. chefe do Estado Maior do Exército.

— Expediu-se circular identica ao intendente geral da Guerra e aos directores gerais de Engenharia, Artilharia, Saude e Contabilidade da Guerra.

N. 7 — EM 8 DE FEVEREIRO DE 1908

Communica debaixo de que condições ficou autorizada a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a depositar na « Société Générale pour favoriser le développement du Commerce et de l'Industrie en France » as importancias necessarias á construcção do trecho de linha do Porto União ao Rio Uruguay, da mesma estrada

1:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª secção — N. 47 — Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1908.

Declaro-vos, para vosso conhecimento e devidos effeitos, que, por despacho de 8 de janeiro ultimo, publicado no *Diario Official* de 11, ficou a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande autorizada a depositar na *Société Générale pour favoriser le développement du Commerce e de l'Industrie en France, com séde em Pariz*, as importancias necessarias á construcção do trecho de linha do Porto União ao Rio Uruguay, da mesma estrada, nas seguintes condições :

1ª, o deposito autorizado será até a importancia total de £ 937.595, correspondente á extensão de 277,480 km., que completa a de 347,580 km., do trecho do Rio Iguassú até o Rio Uruguay, segundo os estudos approvados pelo decreto n. 1.963, de 13 de fevereiro de 1895 ;

2ª, a referida importancia de £ 937.595 poderá ser depositada de uma só vez, ou em prestações não menores de um quinto do seu total, e perceberá juros em favor do Thesouro á razão de ½ % abaixo da taxa de desconto do Banco da Inglaterra até o maximo de 5 ½ % ao anno, regulando para a taxa de desconto a média do semestre respectivo ;

3ª, as quantias depositadas deverão ser communicadas a essa delegacia para o pagamento da garantia de juros de 6 % ao anno a que tem direito a companhia, na fórma do decreto n. 3.947, de 7 de março de 1901, ficando, porém, esta obrigada a prestar contas dos juros abonados pela mesma sociedade bancaria para serem descontados do pagamento da garantia de juros mediante as contas correntes em duplicata ;

4ª, as quantias em deposito serão levantadas pela companhia para serem empregadas na construcção da linha ferrea, mediante prévia autorização deste ministerio, dada por intermedio dessa delegacia ;

5ª, para melhor regularidade das prestações de contas, fica essa delegacia autorizada a entender-se directamente com a referida sociedade bancaria e os directores da companhia, em Pariz, dando-lhes desde já sciencia destas instrucções para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida*,
— Sr. delegado do Thesouro Brasileiro em Londres.

N. 8 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1908

Manda declarar que o Governo resolveu approvar os planos e plantas anteriormente apresentados pelo representante do contractante das obras de melhoramento do porto do Rio Grande do Sul, referentes ao projecto do Sacco da Mangueira

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viagão — 2ª secção — N. 58 — Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1908.

Tendo o representante do contractante das obras de melhoramento do porto do Rio Grande do Sul communicado a este ministerio, em data de 17 do corrente mez, que, de accordo com o § 2º da clausula 17ª do contracto a que se refere o decreto n. 5.979, de 18 de abril de 1906, expedira ordens para serem iniciadas obras, segundo os planos e organogramas por elle apresentados em novembro do anno proximo passado, cumpre que sem demora lhe declareis, em resposta, que, por decreto n. 6.848, de 4 do corrente mez, o Governo resolveu approvar os planos e plantas anteriormente apresentados pelo mesmo representante, em 11 de maio, referentes ao projecto do Sacco da Mangueira, que foi assim preferido ao da ilha do Ladino, exceptuando no entanto, a secção transversal da muralha do respectivo caes, e devendo taes estudos ser opportunamente completados nessa conformidade. Nestas condições e tendo tido o Governo de decidir sobre a escolha dentre tres projectos submettidos á sua consideração pelo contractante, nenhum dos quaes satisfazia a todas as exigencias do contracto, que o ultimo, ao contrario, modificaria sensivelmente si viesse a ser approvado, não poderia ser applicavel ao caso a disposição em que o referido requerente se fundou para expedir as ordens alludidas, cuja execução este Ministerio espera, á vista do exposto, seja promptamente sustada.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro fiscal das obras de melhoramento do porto do Rio Grande do Sul.

N. 9 — EM 21 DE FEVEREIRO DE 1908

Permite incluir na conta do capital da Companhia « Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil », além da já autorizada, a que exigirem os trabalhos referentes á conclusão da construcção e reconstrucção da linha de Alegrete a Uruguayana, comprehendidos na parte restante do respectivo orçamento

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viagão — 1ª secção — N. 17 — Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1908.

Communico-vos, para os devidos effectos, que, á vista da vossa informação constante do officio n. 3, de 4 do corrente

mez, resolvi permittir que seja incluída na conta do capital da companhia *Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, na forma da alínea *d* da clausula VIII do contracto a que se refere o decreto n. 5.548, de 6 de junho de 1905, além da importância maxima de 1.940:981\$786, que, nos termos dos avisos ns. 3 e 13, de 24 de janeiro e 10 de abril do anno proximo passado, ella foi autorizada a dispende com a execução de novas construções e reconstruções de obras feitas na linha de Alegrete a Uruguayana, a que tambem exigirem os demais trabalhos referentes á conclusão da construção e reconstrução daquella linha, comprehendidos na parte restante do respectivo orçamento, no valor de 717:516\$800, que os citados avisos excluíram de tal classificação, reduzida, porém, esta ultima parcela ao maximo de 600:061\$280, em virtude das rectificações indicadas no vosso officio alludido.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro chefe e director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

N. 40 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara quaes as plantas e mais documentos a que se refere a clausula XXVII do contracto para as obras da barra do porto do Rio Grande do Sul

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª secção — N. 62 — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1908.

Em resposta a vosso officio de 5 do corrente mez, informando sobre a interpretação dada pelo representante do concessionario das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul á clausula XXVII do respectivo contracto, declaro-vos, para os devidos effeitos, que as plantas e mais documentos a que se refere a citada clausula são os que forem organizados pela commissão fiscal a vosso cargo, durante a execução do contracto de 12 de setembro de 1906, não comprehendendo, portanto, os anteriores existentes no archivo da commissão das obras da barra e do porto, como pretende aquelle representante.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. chefe da commissão fiscal das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul.

N. 11 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1908

Recommenda a remessa, improrogavelmente, até 15 de março proximo, das contas de fornecimentos relativos ao exercício de 1907, da Estrada de Ferro Central do Brazil

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Contabilidade — 1ª secção — N. 3 — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1908.

No intuito de satisfazer a exigencia do Ministerio da Fazenda em aviso n. 44, de 15 do corrente mez, para que lhe sejam enviadas improrogavelmente até o dia 15 de março proximo futuro as contas de fornecimento relativos ao exercício de 1907, recommendo-vos as mais terminantes providencias no sentido de virem essas contas a tempo de serem devidamente processadas nesta repartição e remetidas ao Thesouro Federal até aquella data.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

— Identica ás demais repartições annexas.

N. 12 — EM 6 DE MARÇO DE 1908

Declara que do despacho publicado no « Diario Official » de 27 de outubro de 1907 constam as razões pelas quaes deixou de ser attendida a Companhia Dócas de Santos em um requerimento seu ao Sr. Presidente da Republica

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª secção — N. — Rio de Janeiro, 6 de março de 1908.

Declaro-vos, em resposta ao vosso officio n. 223, de 29 de julho do anno proximo passado, pelo qual transmittistes a este Ministerio o que a Companhia Dócas de Santos vos dirigiu naquella mesma data, oppondo-se á execução das instrucções approvadas pelo decreto n. 6.504, de 6 de junho desse anno, por consideral-as inapplicaveis ao seu contracto, que do despacho proferido sobre requerimento nesse mesmo sentido dirigio ao Sr. Presidente da Republica e publicado no *Diario Official* do dia 27 do seguinte mez de outubro, constam as razões pelas quaes deixou ella de ser attendida, tornando patente a falta de fundamento de suas allegações.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro fiscal das obras de melhoramento do porto de Santos.

N. 13 — EM 6 DE MARÇO DE 1908

Manda que, para resalva dos direitos da União, seja sciencificada a Companhia Dócas de Santos de que a seu cargo exclusivamente ficará qualquer responsabilidade proveniente da utilização do terreno junto ao Outerinho II, antes de haver ella regularizado a respectiva aquisição e posse

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 79 — Rio de Janeiro, 6 de março de 1908.

Verificando este Ministerio pelo aviso do da Fazenda, n. 317, de 31 de outubro do anno proximo passado, não ter sido ainda lavrada a escriptura da permuta do terreno onde esteve o extinto Arsenal de Marinha, na cidade de Santos, por outro equivalente junto ao Outerinho II, pertencente ao Estado de S. Paulo, conforme a autorização concedida, a pedido da Companhia Dócas de Santos, pelo despacho publicado no *Diario Official* de 22 de setembro de 1901, bem como pelo aviso n. 266, de 12 de novembro desse anno, e cuja effectividade ficou dependente apenas do preenchimento da condição a que se referiu o despacho publicado no *Diario Official* de 19 de setembro de 1902, estabelecida por aquelle Ministerio para resalva dos interesses da União, cumpre que, para maior garantia desses mesmos interesses, sciencifiqueis a companhia de que a seu cargo exclusivamente ficará qualquer responsabilidade proveniente da utilização deste ultimo terreno antes de haver ella regularizado a respectiva aquisição e posto, na forma do alludido despacho de 1902.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro fiscal das obras de melhoramento do porto de Santos.

N. 14 — EM 6 DE MARÇO DE 1908

Declara que, sómente ficando a cargo da Companhia Dócas de Santos ou do Estado de S. Paulo, qualquer responsabilidade, presente ou futura, poderá ser lavrada a escriptura de permuta do terreno onde esteve o extinto Arsenal de Marinha por outro equivalente junto ao Outerinho II, pertencente ao referido Estado

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria de Obras e Viação — 2ª secção — N. 78 — Rio de Janeiro, 6 de março de 1908.

Sr. Ministro da Fazenda — Estando este Ministerio de perfeito accôrdo com a exigencia feita pelo que ora se acha a vosso cargo no final do aviso n. 23, de 26 de fevereiro de 1902, no sentido de ficar a cargo da Companhia Dócas de San-

tos ou do Estado de S. Paulo qualquer responsabilidade, presente ou futura, que possa resultar da permuta do terreno onde esteve o extinto Arsenal de Marinha na cidade de Santos por outro equivalente junto ao Outeirinho II, pertencente ao referido Estado, e comprehendido nos da planta approvada pelo decreto n. 4.088, de 22 de julho de 1901, sob pena de não se effectuar semelhante permuta, tenho a honra de declarar-vos, em resposta ao vosso aviso n. 317, de 31 de outubro do anno proximo passado, que sómente mediante o preenchimento dessa condição deverá ser lavrada a respectiva escriptura, autorizada na conformidade do aviso n. 266, expedido a esse Ministerio em 12 de novembro de 1901, cabendo-me acerescentar que neste mesmo sentido foi proferido por este Ministerio o despacho publicado no *Diario Official* de 19 de setembro de 1902, do qual, portanto, os interessados tiveram conhecimento, outrossim, que posteriormente, em data de 4 do seguinte mez de novembro, a companhia communicou a este Ministerio haver sido iniciada, como ella previra, a cção proposta pelos antigos proprietarios do alludido terreno do Estado para restituição do mesmo terreno ou pagamento, pela companhia, da importância de 2.811:500\$, sendo, por solicitação sua, expedido ao procurador seccional de S. Paulo o aviso, junto por cópia, n. 189, de 7 de novembro do referido mez de novembro de 1902.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon.*

N. 15 — EM 7 DE MARÇO DE 1908

Manda que seja intimada a Companhia Dócas de Santos para não proseguir na construção do cães, que está, assim, irregularmente executando além do porto junto do 2º outeirinho, onde termina a sua concessão, bem como na do cães concedido, cujo alinhamento alterou sem prévia autorização do Governo.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 2ª secção — N. 80 — Rio de Janeiro, 7 de março de 1908.

Verifica-se, pelas vossas communicações, constantes do telegramma de 21 de setembro do anno proximo passado e do officio n. 263, do mesmo mez, baseadas nos documentos juntos a este ultimo, que a Companhia Dócas de Santos, tendo em vista um traço á tinta azul, pelo qual indicará na planta dos terrenos adjacentes ao segundo outeirinho, a que se refere o decreto n. 2.562, de 26 de julho de 1897, a direcção de futuro prolongamento do cães, que faz o objecto da sua concessão, modificou o traçado do trecho final da mesma concessão, comprehendido nos estudos e orçamento approvados pelo decreto n. 2.456, de 5 de fevereiro daquelle anno, passando, outrossim, a construir

uma parte do dito prolongamento além do ponto terminal da extensão contractada, determinado por aquelles estudos, de conformidade com a clausula IV do decreto n. 942, de 15 de julho de 1892.

Considerando, pois, que assim procedendo a companhia attribuiu effeito inteiramente inadmissivel ao traço alludido, a que nem ella, nem o engenheiro fiscal, vosso antecessor, nenhuma referencia fizeram, reconhecendo ambos, ao contrario, ficar junto ao segundo outeirinho o ponto terminal do cães concedido, quando trataram da mencionada planta apresentada e aceita para fins completamente diversos, como tambem foi expressamente declarado no art. 1.º do citado decreto n. 2.562, e attendendo a que a concessão feita de prolongamento de cães, em que importaria a que se admitisse como resultando apenas do traço azul em questão com a legenda de alinhamento do mesmo prolongamento, não seria compativel com a lei n. 1.746, de 1869, que exige concessão expressa e correspondente contracto, como os que foram feitos para os prolongamentos anteriores obtidos pela companhia, sendo certo, por outro lado, que a companhia não podia, já pelo seu contracto, já em virtude da disposição do § 1.º do art. 1.º desta lei, fazer obra alguma sem prévia approvação da respectiva planta e projecto, a qual, no entanto, não foi concedida e nem solicitada para o trecho de cães que ella está construindo além do segundo outeirinho, independentemente de tal approvação, accrescendo que ainda no caso de se tornar necessario algum novo prolongamento do cães para a construcção do dique e da carreira, mencionados no decreto n. 2.562, de 1897, tendo o Governo se limitado por este acto a approvar a planta dos terrenos adjacentes ao segundo outeirinho, impondo á companhia a obrigação de submeter á sua approvação o projecto da respectiva situação, não podia ella dar começo a nenhuma dessas obras antes de approvados os projectos e organamentos, ainda não apresentados, que se tornaram indispensaveis, quer em virtude da mudança do local do dique, do qual até agora apenas a situação foi adoptada pelo aviso n. 181, de 4 de junho do anno proximo passado, quer por causa da alteração das suas dimensões, feita pelo decreto n. 6.080, de 30 de julho de 1901, e considerando, finalmente, que a companhia não pôde, por acto exclusivamente seu, alterar o traço approved, de-claro-vos, para os devidos effeitos, que deveis intimal-a para não proseguir na construcção do cães, que está, assim, irregularmente executando além do ponto junto do 2.º outeirinho, onde termina a sua concessão, hem como na do cães concedido, cujo alinhamento alterou sem prévia autorização do Governo.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro fiscal das obras de melhoramento do porto de Santos.

N. 16 — EM 19 DE MARÇO DE 1908

Manda observar as instruções regulando os preços de venda e o processo da distribuição de lotes de terras em nucleos coloniaes, fundados por conta da União

O Ministro de Estado da Industria, Viagão e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve, de accôrdo com o disposto nos arts. 9 a 11 20 a 23, 40 a 43, 64, 47 e 137 das bases regulamentares, approvadas pelo decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, no intuito de regular os preços de venda e o processo de distribuição de lotes de terras em nucleos coloniaes, fundados por conta da União, mandar observar as instruções que com esta baixam, assignadas pelo director geral da Industria desta Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1908. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida*.

Instruções regulando os preços de venda e o processo da distribuição de lotes de terras em nucleos coloniaes, fundados por conta da União

CAPITULO I

DOS PREÇOS DE LOTES EM NUCLEOS DA UNIÃO

Art. 1.º Os preços de venda de lotes ruraes, em nucleos fundados pela União, serão fixados na conformidade destas instruções, dentro dos seguintes limites normaes :

I. Mediante pagamento a prazo : de um real a dous réis por metro quadrado (10\$ a 20\$ por hectare), sendo o adquirente agricultor, acompanhado de familia e desprovido de recursos para o pagamento prompto :

II. Mediante pagamento á vista :

a) oito decimos do real até um real e meio por metro quadrado (8\$ a 15\$ por hectare) si o adquirente tiver familia e com esta estabelecer-se no lote, ou no caso do adquirente, acompanhado de familia, haver obtido titulo definitivo de algum lote contiguo ou proximo e mantel-o bem cultivado ou beneficiado, de modo a necessitar de novo lote para o desenvolvimento dos trabalhos ruraes ;

b) um real e meio até tres réis por metro quadrado (15\$ a 30\$ por hectare) si o adquirente, sem familia, estabelecer cultura e residencia no lote.

Art. 2.º Os preços de lotes urbanos variarão de um a quatro réis por metro quadrado.

Art. 3.º Os preços de lotes, dentro dos limites referidos nos artigos antecedentes e de accôrdo com estas instruções, serão

determinados pelo chefe da commissão encarregada da fundação do nucleo, sob prévia approvação do inspector do serviço de povoamento, designado para superintender os trabalhos de colonização e immigração por conta da União, no Estado ou na zona em que estiver o nucleo, attendendo ás ordens expedidas pela Directoria Geral do Serviço de Povoamento.

§ 1.º Para a determinação de preços de lotes ruraes, influem as seguintes circumstancias :

a) posição do nucleo em relação aos centros commerciaes e a vias ferreas ou fluviaes ;

b) posição do lote, relativamente á séde do nucleo ;

c) natureza e qualidade das terras e da vegetação ;

d) configuração topographica do terreno ;

e) extensão e importancia dos cursos de agua que servirem ao lote ;

f) conveniencia de animar o trabalho de agricultores que tenham dado provas de laboriozidade, em lotes anteriormente adquiridos e, finalmente, quaesquer condições especiaes que possam concorrer para o valor das terras.

§ 2.º A determinação de preços de lotes urbanos depende da posição do lote, do estado de adiantamento da séde do nucleo, das circumstancias indicadas no paragrapho anterior ou outras que mereçam ser attendidas.

Art. 4.º Aos preços de lotes em que haja casa, será addicionado o valor desta.

§ 1.º O valor venal da casa, em nucleos coloniaes em formação, será computado pelo custo da construcção, arredondando-se para 50% as fracções desta quantia, e para 100% as fracções de 100\$000.

§ 2.º Quando o custo de construcção houver sido elevado, por qualquer motivo, ou quando fôr superior a 1:000\$, a Directoria Geral do Serviço de Povoamento poderá autorizar a venda, com abatimento de preço, aos colonos chefes de familia, fixando um só preço para todas as casas do mesmo typo, construidas no mesmo nucleo.

Art. 5.º Dando-se o caso de existirem, no lote a ser vendido, culturas ou bemfeitorias que elevem sensivelmente o seu valor, além dos preços normaes, designados nos arts. 1.º e 2.º destas instrucções, o chefe da commissão determinará o seu valor pelo menor preço local, e, com observancia da formalidade referida no art. 3.º, addicionará a respectiva importancia ao preço do lote.

CAPITULO II

DA EXPEDIÇÃO DE TITULOS E DISTRIBUIÇÃO DE LOTES

Art. 6.º Em nucleos coloniaes que forem fundados sob a administração directa da União, serão distribuidos tres typos de titulos de terras: titulo provisório ou de designação de lote

rural, título definitivo de propriedade de lote rural e título definitivo de propriedade de lote urbano.

Art. 7.º O título provisório de lote rural será entregue ao chefe de família de agricultores, em seguida ao seu estabelecimento, se lhe fallarem recursos para o pagamento immediato, ou a quem couber, nos termos dos arts. 28 ou 29 das bases regulamentares para o serviço de povoamento, approvadas pelo decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907.

Art. 8.º O título definitivo de propriedade de lote rural será expedido em favor do agricultor que effectuar o pagamento á vista : do chefe de família que liquidar o seu debito, correspondente ao valor do lote, em conformidade com estas instruções e com o § 3.º do art. 40 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907 : de quem estiver nas condições dos arts. 29, 30 ou 43 das referidas bases regulamentares.

Art. 9.º O título de propriedade de lote urbano será usado quando houver necessidade de se fundar uma séde ou povoação em terras destinadas ao nucleo colonial e deverá ser entregue ao adquirente, sob pagamento á vista.

Art. 10. Nenhum colono poderá obter mais de um lote rural, salvo verificando-se o caso do art. 28 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907, em que é permittido ao chefe de família adquirir até dous lotes.

Art. 11. Os lotes urbanos serão principalmente destinados a edificações e só poderão ser vendidos ao estrangeiro ou ao nacional, de procedimento abanado, que dispuzer de recurso e os obrigar a construir casa para estabelecimento de commercio, industria ou officina de trabalho, ou ao possuidor de lote rural, que, mantendo-o bem cultivado ou beneficiado, puder e quizer construir na séde do nucleo uma casa para sua residência ou gozo.

§ 1.º Os lotes urbanos deverão ser cercados pelo adquirente, pelo menos nas frentes voltadas para ruas e praças : devendo o systema de cercas ser approvado pelo chefe da commissão.

§ 2.º O chefe da commissão, de accordo com o inspector do serviço de povoamento, marcará prazos razoaveis, não excedentes de seis mezes, a contar da data da expedição do título dentro dos quaes o adquirente de lote urbano deverá satisfazer a obrigação do paragrapho antecedente e concluir a construção da respectiva casa ; estabelecendo multas para a falta de cumprimento destas obrigações.

§ 3.º Para maior segurança da effectividade da construção de cercas e casas regulares nos lotes urbanos, o chefe da commissão poderá exigir dos pretendentes a satisfação prévia dessas obrigações, ou outras garantias, além dos pagamentos effectuados, afim de expedir os títulos de propriedade : neste caso, os prazos de que trata o paragrapho antecedente serão contados da data dos pagamentos.

Art. 12. Os títulos serão impressos segundo os modelos que acompanham essas instruções.

§ 1.º Quanto ao prazo para a amortização do debito contratado pelo chefe de família que comprar lote rural mediante

pagamento em prestações, contar-se-ha o maximo referido no § 1.º do art. 40 das bases regulamentares, approvadas pelo decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, sempre que não houver expressa resolução em contrario, tomada pelo Ministro da Industria, a respeito de qualquer nucleo situado á margem ou proximo de vias ferreas ou de rios em que houver navegação a vapor.

§ 2.º No verso do talão de cada titulo definitivo, tanto de lote rural, como de lote urbano, serão notados os numeros e as datas dos conhecimentos comprobatorios de pagamentos, nome e sede da estação fiscal que houver feito a arrecadação, designação do livro e folhas em que o escripturario do nucleo tiver lançado as quantias pagas, de maneira a facilitar a conferencia em qualquer tempo.

Essa averbação será assignada pelo escripturario, e, devidamente, verificada, terá o «confere» do chefe da comissão e o «visto» do inspector do serviço de povoamento, antes da assignatura do titulo definitivo.

§ 3.º Os casos previstos nos arts. 29, 30 ou 43 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907, quando occorrerem, deverão ser notados no verso do talão do titulo, conforme o paragrapho antecedente.

Art. 13. Os agamentos de lotes, com ou sem casa e benfeitorias, serão realizados na estação fiscal competente e mais proximo do nucleo, mediante guia do chefe da comissão.

§ 1.º Quando o adquirente de lote não fallar a lingua portugueza deverá ser acompanhado de um interprete até a estação, fiscal em que houver de realizar os pagamentos.

§ 2.º Si o adquirente, no caso do paragrapho precedente, não puder ir á sede da estação fiscal ou si esta ficar a grande distancia do nucleo, o chefe da comissão poderá receber a importancia a ser paga, passando recibo provisório e fazendo recolher a respectiva quantia áquella estação com a brevidade possível.

O conhecimento comprobatorio de pagamento, que foi expedido pela estação fiscal, será entregue ao adquirente do lote em troca do recibo provisório.

§ 3.º Os conhecimentos expedidos pela estação fiscal serão registrados, em resumo, no competente livro da comissão encarregada da fundação do nucleo, de maneira a poder-se verificar, em qualquer occasião, quaes as pessoas que realizaram pagamentos, importancias pagas, discriminadamente, numero e data dos conhecimentos, nome e sede da estação fiscal que tiver feito a arrecadação.

§ 4.º Quando os lotes forem comprados a prazo, as prestações pagas deverão ser registradas tambem na caderneta de que trata o art. 40 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907, o art. 40 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907.

Art. 14. Aos estrangeiros que desconhecerem a lingua portugueza serão entregues, com os titulos dos lotes que adquirirem, cópias dos mesmos, traduzidas em seu idioma.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 15. Os preços de venda dos lotes ruraes, conforme estas instruções, poderão soffrer alterações sómente nos seguintes casos :

I. Por determinação do Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas : em algum nucleo colonial, cujas terras forem de valor venal superior ao triplo dos preços maximos, mencionados nos arts. 1.^o e 2.^o destas instruções ; havendo nos lotes culturas permanentes e de mui elevado valor, riquezas naturaes extraordinarias, bemfeitorias nas mesmas condições ou quedas de agua de grande potencia ; ou em quaesquer outras circumstancias excepcionaes.

II. Quando dous ou mais chefes de familia de agricultores, ou dos agricultores sem familia, pretenderem a compra de determinado lote, sob pagamento immediato, e a nenhum delles assistir preferencia, em vista das disposições em vigor e a juizo do chefe da commissão, este poderá, autorizado pelo inspector do serviço do povoamento, decidir a venda pelo maior preço offerecido.

III. Verificando-se as circumstancias de que trata o art. 30 das bases regulamentares de 19 de abril de 1907.

Art. 16. Sempre que houver convenção com proprietarios de terras particulares, que se tenham obrigado a permittir a fundação do nucleo, e a venda dos lotes, mediante restituição da importancia ajustada e prefixada pela transferencia das terras e bemfeitorias observar-se-ha o que constar do respectivo contracto.

Art. 17. No caso do art. 16 das instruções deste ministerio, approvadas por portaria de 21 de dezembro de 1907, si a administração do nucleo estiver confiada a um director, a este funcionario cabem os encargos de chefe da commissão, para os effectos destas instruções.

Art. 18. Na conformidade do art. 65 das instruções de 21 de dezembro de 1907, e de accôrdo com as disposições em vigor, serão resolvidas quaesquer duvidas porventura suscitadas na execução das presentes instruções.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1908. — *José Francisco Soares Filho.*

Modelo n. 1 (*)

N....

(Emblema da Republica)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL,

ESTADO D... (nome)

NUCLEO COLONIAL... (nome)

NO

MUNICIPIO D... (nome)

TITULO PROVISORIO

DO

LOTE DE TERRAS N... (em algarismo)

A... (nome e nacionalidade do adquirente) fica designado : pelo presente titulo provisorio, o lote rural indicado na planta deste nucleo colonial com o numero (numero do lote, indicando-se a secção, si houver)... tendo a área de (quantidade por extenso) hectares, afim de estabelecer no mesmo morada habitual e cultura efectiva e adquiril-o como propriedade, mediante as seguintes condições :

Primeira

E' fixado o lote em (quantia por extenso)..... o valor venal deste lote, sendo (quantia) o preço das terras e razão de tanto por hectare, e (quantia) o preço da casa (si houver),

Segunda

O respectivo pagamento deverá ser feito em..... (oito) prestações iguaes e annuaes : a 1ª prestação vencer-se-ha em...de....de 19...; a 2ª em...de....de 19...; a 3ª em...de....de 19...; a 4ª em...de....de 19...; a 5ª em...de....de 19...; a 6ª em...de....de 19...; a 7ª em...de....de 19...; a 8ª em...de....de 19...

TALÃO
(Conterá os mesmos dizeres do titulo e a assignatura do chefe da comissão ou director do nucleo)

TÍTULO
(Conterá os mesmos dizeres do título e a assignatura do chefe da commissão ou director do nucleo)

Terceira

E licito ao possuidor deste título pagar antecipadamente qualquer prestação, ou liquidar o debito antes do vencimento : soffrerá o abatimento de 1 % ao mez a prestação, si o respectivo prazo fôr inferior a um anno e no caso do prazo de vencimento ser igual ou superior a um anno, o desconto será de 12 % sobre a somma a ser paga na occasião.

Quarta

Qualquer prestação que não fôr paga na data do vencimento ficará accrescida com o juro de móra, calculado á razão de 1/4 % ao mez, ou 3 % ao anno.

Quinta

Enquanto dever ao nucleo, o possuidor deste título não poderá, sem prévia autorização escripta da superior administração do mesmo, vender, hypothecar, transferir, alugar, dar em antichrese, permutar ou alienar de qualquer modo, directa ou indirectamente o lote, nem a casa e bemfeitorias.

Sexta

Fica ao critério do possuidor deste título provisório a conservação dos muros e das picadas divisorias do seu lote. Occorrendo o desapparecimento ou a deslocação daquelles, ou o fechamento destas, a despeza da nova medição e demarcação, si fôr necessaria, correrá por conta do possuidor deste título, ou, si confinarem dous ou mais lotes, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos herços ou confrontantes.

Setima

No caso de abandono do lote, antes de completo pagamento, este título ficará de nenhum effeito e o seu possuidor nenhum direito terá á indemnização de qualquer natureza.

Oitava

Os direitos conferidos pelo presente título provisório aproveitam sómente á pessoa ou familia em cujo beneficio é expedido, ou aos seus descendentes ou herdeiros, que cumprirem as obrigações no mesmo estipuladas.

Nona

Com observancia das condições supra referidas o possuidor deste titulo gosa de todas as vantagens conferidas aos proprietarios.

Decima

Logo que fôr paga a somma correspondente ao valor deste lote, este titulo provisorio será substituido por outro definitivo de propriedade, embora não esteja extinto qualquer outro debito acaso contrahido com a administração do nucleo.

Nucleo colonial..... (nome).....no municipio de (nome).

Em... (dia) de... (mez) de 19.. (anno).

O chefe da commissão (ou director, conforme o caso).

(Assignatura).....

Ao norte.....

A leste.....

A oeste.....

Ao sul.....

TALÃO
(Conterá os mesmos dizeres do titulo e a assignatura do chefe da commissão ou director do nucleo)

(*) O modelo deste talão é em uma só folha de papel.

Modelo n. 2

N....

(Emblema da Republica)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ESTADO D... (nome)

TITULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

do

LOTE RURAL N... (em algarismos)

do

NUCLEO COLONIAL... (nome)

No

MUNICIPIO D... (nome)

(Nome do inspector)

Inspector do serviço de povoamento

TÍTULO
(Conterá os mesmos dizeres do título e a assignatura do inspector)

Faço saber que, tendo nome e nacionalidade do comprador comprado o lote rural n.º número por extenso e designação da secção, si houver ... deste nucleo colonial, situado no municipio de nome e havendo effectuado os respectivos pagamentos, fica o mencionado (nome do comprador) por extenso investido do direito de propriedade das terras do referido lote, que comprehende a área de quantidade por extenso em metros quadrados e numero de hectares e tem as seguintes confrontações serão declaradas as confrontações ao norte, a leste, a oeste e ao sul, lotes e respectivos numeros, terras devolutas ou particulares.

E, para firmeza e garantia do seu direito sobre o alludido lote, lhe foi passado o presente título de propriedade que vae por mim assignado.

Escriptorio da commissão encarregada da fundação do nucleo colonial (nome em... de..... de 19...

(Assignatura do inspector do serviço de povoamento

Observações — No verso deste título será desenhada a planta do lote, com indicação das divisas e do comprimento e orientação de cada uma das linhas divisorias.

Modelo n. 3

N....

(Emblema da Republica)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ESTADO D... (nome)

NUCLEO COLONIAL... (nome)

Nº

MUNICIPIO D... (nome)

TITULO DE PROPRIEDADE DO LOTE URBANO N. (em algarismo)

(Nome do inspector)

.....

Inspector do serviço de povoamento

Faço saber que (nome e nacionalidade do comprador, fica investido do direito de propriedade do lote urbano n. (numero por extenso), situado na sede deste nucleo, contendo a área de (quantidade) metros quadrados e dividindo-se (designar as divisas, de modo claro, por todos os lados.....

E, para firmeza e garantia do seu direito, lhe foi passado o presente titulo.

Escriptorio da commissão encarregada da fundação do nucleo colonial (nome do nucleo).....em... de.....de 19...

(Assignatura do inspector)

.....

TALÃO

N. 17 — EM 2 DE ABRIL DE 1908

Autoriza o director da Estrada de Ferro Central do Brazil a providenciar para a transferencia da estatua do Conselheiro Manoel Buarque de Macedo

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 43 — Rio de Janeiro, 2 de abril de 1908.

A' vista do que expuzestes em officio n. 251, de 21 do corrente mez, autorizo-vos a providenciar para que a estatua do conselheiro Manoel Buarque de Macedo, fallecido em 31 de agosto de 1881, no exercicio do cargo de Ministro e Secretario de Estado do antigo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, seja transferida para o pateo interno da estação central dessa estrada de ferro, onde ella se acha, para um dos jardins existentes nas entradas do edificio desta Secretaria de Estado, devendo ser collocada na posição que melhor convier.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 18 — EM 2 DE MAIO DE 1908

Approva uma proposta do director da Estrada de Ferro Central do Brazil sobre o transporte do café na mesma estrada

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 52 — Rio de Janeiro, 2 de maio de 1908.

A' vista do que expuzestes em officio n. 619, de 22 de abril ultimo, resolvo approvar a proposta que apresentastes no sentido de, enquanto a junta de corretores não puder fornecer a essa estrada o preço médio official do café em cada mez, ser adoptado — em vez do abatimento de 10 % para cada redução de 1\$, ou fracção de 1\$, do preço médio de 7\$ cada arroba de 15 kilos — o abatimento provisório de 25 %, desde que o preço do café tipo 7 seja notoriamente inferior a 7\$ nesta praça : o que declaro para vosso conhecimento e devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 49 — EM 5 DE MAIO DE 1908

Responde a um pedido de informações constantes do officio n. 291, de 19 de setembro de 1907, do 1º secretario da Camara dos Deputados

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Industria — 1ª secção — N. 442 A — Rio de Janeiro, 5 de maio de 1908.

Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados — Satisfazendo ao pedido de informações constante do vosso officio n. 291, de 19 de setembro de 1907, cabe-me declarar-vos :

a) que as condições em que se encontra a *Bahia Central Sugar Factories, Limited*, concessionaria dos engenhos centraes « Rio Fundo » « Iguape », no Estado da Bahia, são as que constam das informações, juntas por cópia, prestadas pelo fiscal do Governo ;

b) que essa companhia recebeu dos cofres publicos, a titulos de garantia de juros, 369:185\$114 durante o periodo da construcção desses engenhos, 29:400\$ em janeiro de 1894 e 32:400\$ em janeiro de 1897 e, que tendo o engenho « Iguape » trabalhando apenas até 1900 e o « Rio Fundo » até 1902, foi suspenso o pagamento dos juros garantidos ;

c) que essa companhia não tem actualmente representante junto ao Governo ;

d) que a fiscalização dos engenhos centraes por parte do Governo esteve, a principio, a cargo do engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Central da Bahia e ficou, desde de 30 de novembro de 1899 até janeiro do corrente anno, annexada a da companhia *Tram-Road de Nazareth*, e que, visto terem os engenhos deixado de funcionar, não tem o fiscal apresentado relatorios dos trabalhos da safra e só pôde fornecer a produçção de assucar e alcool no ultimo decennio os seguintes dados.

Safras :

Rio Fundo

	Assucar Kilgrs.	Alcool Litros
1896 a 97.....	2.443.720	493.457
1897 a 98.....	3.002.743	550.720
1898 a 99.....	4.161.060	403.260

Iguape

	Assucar Kilgrs.	Alcool Litros
1896 a 97.....	566.820	89.650
1897 a 98.....	886.590	73.658
1898 a 99.....	401.100	157.000

e) que, pela clausula 25ª das que acompanham o decreto n. 8.278, de 15 de outubro de 1881, o Governo se reservou a faculdade de suspender o pagamento dos juros garantidos si o engenho central deixasse de funcionar por espaço de um anno, salvo caso de força maior, julgado pelo mesmo Governo; que pela clausula 3ª das que baixaram com o decreto n. 635, de 9 de agosto de 1890, que renovou a concessão em relação a esses dous engenhos, se obrigou a companhia pela effetividade do fornecimento de materia prima contractada, sendo suspensa a garantia de juros si o dito fornecimento não se elevasse a 12.000 toneladas por engenho e por safra, e que pelo art. 35, n. XXV, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, foi o Governo autorizado a rever, em beneficio da lavoura de canna, a concessão dos engenhos centraes de fabricar assucar de Iguape, Rio Fundo, Cotegipe e Conde, no Estado da Bahia, para o fim de regularizar o seu funcionamento, podendo, no caso de não conseguir a restauração das fabricas necessarias á defesa e salvação da lavoura das respectivas zonas, rescindir o seu contracto sem prejuizo para a União do reembolso das quantias adeantadas pelo Governo a titulo de garantia de juros, credito determinado no decreto n. 635, de 9 de agosto de 1890;

f) que não consta ao Governo que a companhia tenha entrado em liquidação, a qual, *ex-vi* das clausulas XXIX e XXX do decreto n. 8.278, de 15 de outubro de 1881, só poderá ser promovida perante os tribunaes brasileiros de accordo com a nossa legislação; e, finalmente,

g) que, na conformidade da clausula 21ª do citado decreto n. 8.278 e da clausula 1ª do citado decreto n. 635, tem o Governo direito á restituição das quantias pagas á companhia a titulo de garantia de juros.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon.*

N. 20 — EM 5 DE MAIO DE 1908

Approva as condições geraes e tabellas de preços para execução das obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil, pelo systema de tarefas.

O Ministro de Estado da Industria, Vição e Obras Públicas, em nome do Presidente da Republica, resolve, attendendo ao que propoz a directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, de conformidade com o decreto n. 4.871, de 23 de junho de 1903, approvar as condições geraes, tabella de preços e especificações que com esta baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Vição da respectiva Secretaria de Estado para as obras da 3ª secção do prolongamento da linha do centro daquella estrada, de Lassance a Pirapora e do ramal de Sabará a Ferros.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1908. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

Condições geraes e tabellas de preços para execução das obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil e seus ramaes, pelo systema de tarefas, a que se refere a portaria desta data.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Designam-se sob o nome de « tarefa » — empreitadas concedidas a titulo precario, sem concorrência publica, a grupos de operarios ou a constructores de obras, com a denominação de tarefereiros livremente escolhidos pelo director da estrada.

Art. 2.º Será adoptado o systema de tarefas sempre que, a juizo do director, der logar ao menor custo ou a maior presen-
teza de execução das obras da estrada.

Art. 3.º A concessão de tarefas será feita mediante propostas dirigidas ao director da estrada, por intermedio do subdirector da construcção, a quem cabe informar sobre a idoneidade dos proponentes e quanto á vantagem das condições e dos preços por estes estabelecidos.

Art. 4.º Nenhuma proposta será aceita sem que satisfaça ás seguintes condições:

1.ª, ser escripta em linguagem clara, sem emendas, raturas nem entrelinhas;

2.ª, achar-se devidamente sellada e assignada pelo proponente;

3.ª, indicar detalhadamente a natureza e situação das obras, os preços pelos quaes os proponentes se compromettem a executal-as e os prazos dentro dos quaes serão encetadas e concluidas;

4.ª, conter a declaração expressa de que o proponente se submette ás disposições das presentes condições geraes;

5.ª, conter a declaração expressa de que o proponente se submette ás prescripções sanitarias que lhe forem impostas pela administração, quanto a localização dos arranchamentos, a manter serviço medico, enfermaria para tratamento dos doentes, a fornecer ao pessoal para alimentação generos de primeira qualidade.

Art. 5.º As propostas poderão ser sómente para a execução de mão de obra ou tambem para o fornecimento dos materiaes a empregar nas obras da estrada.

§ 1.º No primeiro caso os preços incluirão todas as despezas de installação do serviço, de uso de ferramentas e appa-
relhos, de consumo de materiaes para a execução das obras e de preparo e assentamento de materiaes que nellas forem empregados, ficando a cargo da estrada sómente o fornecimento desses materiaes.

§ 2.º No segundo caso, além dessas despesas, os preços comprehenderão também os de aquisição dos materiaes a empregar nas obras, os quaes serão neste caso fornecidos pelo tarefeiro.

§ 3.º Em qualquer dos dous casos, os preços serão estabelecidos para as unidades de obra indicadas na tabella de preços, annexas ás presentes condições geraes.

Art. 6.º Aceitando o director da estrada qualquer proposta de tarefa, será o seu acto communicado ao respectivo proponente por intermedio do sub-director da construcção, constituindo essa communicação o titulo de concessão da tarefa, do qual farão parte integrante as presentes condições geraes e as especificações e tabellas de preços para execução de obras por tarefa.

Art. 7.º Serão nominaes e intransferiveis as concessões de tarefas, o que não inibe o tarefeiro de ter um ou mais socios e dispor livremente do lucro que lhe possa advir das obras que executar, sem prejuizo dos compromissos a que se obriga para com a estrada.

Art. 8.º O modo por que são feitas as concessões de tarefas e o intuito a que satisfazem impõem a necessidade de reservar-se á administração da estrada a liberdade de cassal-as, quando entender conveniente, sem que ao tarefeiro assista direito algum á indemnização por perdas, lucros cessantes ou por qualquer motivo semelhante, cabendo-lhe apenas o direito de receber, pela forma estipulada nos arts. 39 e 40, o saldo da importancia dos trabalhos até a data em que tiver communicação official da revogação da concessão de sua tarefa, e ao pagamento dos materiaes que houver adquirido para a execução dos mesmos serviços e que estiverem no logar da obra.

Art. 9.º As concessões de tarefas ficam revogadas independentemente de acto do director da estrada nos seguintes casos:

- 1º, quando forem transferidos a tarefeiros;
- 2º, fallindo o tarefeiro;
- 3º, por fallecimento do tarefeiro.

CAPITULO II

EXECUÇÃO DAS OBRAS

Art. 10. O tarefeiro é obrigado a residir nas proximidades das obras de sua tarefa, não podendo ausentar-se, mesmo temporariamente, sem prévia autorização do sub-director da construcção, de quem a solicitará, indicando o tempo que pretende estar ausente e o nome do preposto que durante esse tempo o substituirá.

Art. 11. É dever do tarefeiro assistir aos exames e visitas que fizerem os engenheiros da estrada ás obras de sua

tarefa, quando para esse fim for convidado pelos mesmos engenheiros.

Art. 12. Nenhuma obra será entregue ao tarefeiro para ser iniciada a sua construcção, sem ter sido préviamente locada no terreno pelos engenheiros da estrada por meio de estacas, fixando a posição exacta que devem occupar.

Art. 13. As estacas de locação e quaesquer outras referencias de nivelamento, seguranças de pontos notaveis, etc., implantadas pelos engenheiros da estrada, para servirem durante ou após a construcção das obras da tarefa, ficarão sob a guarda do tarefeiro, a quem serão debitadas as despesas que fizer a estrada para substituir as que forem damnificadas por descuido seu.

Art. 14. Os materiaes, que a estrada houver de fornecer para terem emprego nas obras da tarefa, só serão entregues ao tarefeiro mediante recibo que este deve passar em uma lista em duplicata, mencionando a quantidade e natureza desses materiaes.

§ 1.º Um exemplar dessa lista será entregue ao tarefeiro, ficando o outro archivado no escriptorio da secção de construcção, para servir por occasião do ajuste de contas com o mesmo tarefeiro.

§ 2.º Recebendo aquelles materiaes, fica o tarefeiro obrigado a dar-lhes o emprego indicado pelos engenheiros e a mantel-os em bom estado de conservação, indemnizando a estrada pelo valor dos que tiverem applicação differente, extraviarem-se ou deteriorarem-se por negligencia sua.

Art. 15. Todas as ordens de serviço transmittidas ao tarefeiro serão dadas por escripto, em duas vias, uma das quaes ficará em poder do engenheiro que a houver expedido, datada e assignada pelo tarefeiro, que nella fará declaração de haver recebido 2ª via.

§ 1.º Não serão attendidas as reclamações do tarefeiro, quando baseadas em ordens verbaes.

§ 2.º Si o tarefeiro tiver observações a fazer sobre o que se lhe determinar em ordem de serviço, deverá apresental-as tambem por escripto, dentro das 48 horas que se seguirem á recepção da mesma ordem, não sendo tomadas em consideração as que apresentar verbalmente ou depois de exgozado esse prazo.

Art. 16. Dos perfis, projectos e de quaesquer desenhos necessarios para a execução das obras da tarefa, serão fornecidas copias authenticas ao tarefeiro, que deverá declarar nos originaes desses documentos que recebe as copias respectivas, dalando-os e assignando-os.

Art. 17. E' dever do tarefeiro executar as obras de sua tarefa de inteiro accôrdo com as ordens de serviço, desenhos e projectos, que receber dos engenheiros da estrada, ficando obrigado a reconstruir á sua custa aquellas em que introduzir modificações não autorizadas pelos mesmos engenheiros.

§ 1.º Si de taes modificações não resultar inconveniente algum para as obras, a juizo do sub-director da construcção,

poderá este dispensar o tarefeiro da reconstrução a que se obriga pela disposição anterior.

§ 2.º Aceita pelo sub-director da construção alguma dessas modificações, si dahi resultar a redução do valor da obra, ao tarefeiro será pago sómente o valor do trabalho executado; si, ao contrario, houver augmento de despeza, só será levada em conta do tarefeiro a importancia do trabalho que seria executado si essas modificações não fossem feitas.

Art. 18. Fica livre á estrada o direito de supprimir as obras projectadas, de modificar suas dimensões ou de ordenar o emprego de materiaes differentes dos que se acharem mencionados nos respectivos projectos ou em suas especificações, não tendo o tarefeiro direito a indemnização alguma pelo facto dessas modificações ou suppressões, salvo se derem logar ao abandono de obra já executada ou materiaes já depositados junto á obra.

Nesse caso será pago ao tarefeiro o valor da obra abandonada, calculada pelos preços em vigor para as obras de sua tarefa.

Art. 19. E' o tarefeiro obrigado a dar ás obras de sua tarefa o andamento exigido pelos engenheiros encarregados do serviço, admittindo para isso o numero sufficiente de operarios e munindo-se dos necessarios meios de execução.

Art. 20. Cabe ao tarefeiro o direito de admittir o numero de empregados que julgar indispensavel para cumprir o disposto no artigo anterior e de fixar-lhes os salarios que lhe parecerem justos; fica, porém, entendido que a estrada só assume a responsabilidade do pagamento dos salarios devidos pelo tarefeiro aos empregados nas condições dos paragraphos seguintes, quando o tarefeiro não o faça dentro do prazo de 30 dias, a contar do ultimo dia do mez a que se referirem os salarios.

§ 1.º O chefe de secção da construção, tendo em vista a natureza e importancia dos trabalhos a executar e, si for possível, de accôrdo com o tarefeiro, determinará ao começar a segunda quinzena de cada mez o numero, as categorias e os salarios dos empregados necessarios á execução das obras da tarefa durante o mez seguinte, o que será communicado ao tarefeiro por ordem de serviço.

§ 2.º No numero dos empregados de que trata o paragrapho anterior só serão incluídos os operarios que executarem trabalhos propriamente de construção e os que se occuparem com transporte dos materiaes extrahidos das excavações ou destinados á construção das obras.

§ 3.º Não serão incluídos naquelle numero os administradores, apontadores, caixeiros de armazem ou quaesquer outros empregados que admittir o tarefeiro para auxiliarem-no na administração dos trabalhos ou na exploração de qualquer ramo de negocio annexo ou subsidiario ao de construção de obras. O pagamento dos salarios e ordenados destes empregados ficará por conta e sob a exclusiva responsabilidade do tarefeiro.

§ 4.º O tarefeiro terá livros de ponto do pessoal jornaleiro, em duplicata, de modo a fornecer á secção um exemplar que ficará por cópia em livro especial da secção para os fins do art. 26.

Art. 21. Terá o tarefeiro o maximo escrupulo na escolha dos empregados de sua tarefa, não admittindo sinão individuos morigerados, respeitadores e com as necessarias habilitações para a execução dos serviços de que se occuparem, e fica obrigado a despedir aquelles que, por qualquer motivo, forem considerados pelos engenheiros da estrada prejudiciaes á boa marcha dos trabalhos.

Art. 22. Cumpre ao tarefeiro fornecer a cada empregado que admittir nos trabalhos de sua tarefa uma caderneta, na qual fará, diariamente, o lançamento dos supprimentos, em generos ou em moeda, que fizer ao empregado e, mensalmente, o lançamento da importancia dos salarios que este vencer em cada mez.

Paragrapho unico. Essa caderneta será rubricada mensalmente pelo engenheiro residente.

Art. 23. A administração da estrada será fornecida pelo tarefeiro, até ao dia 10 de cada mez, uma nota dos supprimentos de que trata o artigo anterior, afim de serem as importancias desses supprimentos descontadas para pagamento aos jornaleiros pela administração por conta do tarefeiro, si não tiver elle realizado o pagamento desse pessoal até 30 dias depois do vencimento dos salarios. (Art. 20.)

Art. 24. Os empregados e locadores de vehiculos de que tratam os arts. 22 e 23 são aquelles que se acham nas condições dos §§ 1º e 2º do art. 20, e sómente esses serão incluídos nas folhas de pagamento, discriminando-se para cada um delles o numero de dias de serviço, o jornal, o total dos salarios durante o mez, a importancia dos supprimentos (no caso do art. 23) que receber o tarefeiro e o saldo correspondente.

Essas folhas ficarão sujeitas ao mesmo processo adoptado para as folhas de pagamento ao pessoal jornaleiro empregado em trabalhos por administração.

Art. 25. Organizada a folha de pagamento, deverá o tarefeiro examinal-a no escriptorio do chefe de secção da construção, concedendo-se-lhe para isso o prazo maximo de tres dias, a contar da data em que recebeu convite para proceder a esse exame.

§ 1.º Si tiver reclamações a fazer quanto á organização da folha, deverá o tarefeiro formulal-as immediatamente, por escripto, para serem levadas por intermedio do chefe de secção ao conhecimento do sub-director da construção, a quem cabe resolver sobre as mesmas reclamações.

§ 2.º Sejam ou não attendidas as suas reclamações, ou si o tarefeiro nenhuma reclamação tiver a fazer, deverá declarar, na folha de pagamento dos empregados de sua tarefa, que autoriza a administração da estrada a pagar por conta dos trabalhos já executados na referida folha.

§ 3.º Na falta dessa declaração, será o pagamento feito á

revelia do tarefeiro e nenhuma outra quantia receberá, por conta do que dever á estrada, emquanto não satisfizer essa formalidade.

Art. 26. O pagamento do saldo devido pelo tarefeiro aos operarios e locadores de vehiculos incluídos em folha será feito por pessoal da estrada com assistencia do tarefeiro, directamente a esses empregados ou a seus legitimos representantes, desde que o tarefeiro não tenha feito no prazo de 30 dias depois de vencidos os respectivos salarios (uma vez realizado pela administração o pagamento mensal do serviço).

Art. 27. Si algum empregado do tarefeiro reclamar contra a importancia do supprimento descontada em folha, servirá de prova de sua allegação o que constar da caderneta de que trata o art. 22. Nenhuma reclamação será attendida sem apresentação da mesma caderneta, ou si for feito após o acto do pagamento.

Art. 28. A quitação das folhas de pagamento será dada pelo chefe de secção da construcção, que deverá estar presente ao acto do pagamento, para verificar, por si ou com o auxilio dos engenheiros residentes da estrada, a identidade dos empregados que se apresentarem para receber seus salarios.

Art. 29. O saldo dos salarios dos empregados que não comparecerem ao acto do pagamento será recolhido aos cofres da estrada e só poderá ser reclamado pelos mesmos empregados ou por seus legitimos representantes.

CAPITULO III

MEDIÇÕES

Art. 30. Proceder-se-ha até o dia 5 de cada mez á medição provisoria dos trabalhos executados na tarefa durante o mez anterior, devendo o tarefeiro assistir ao acto da medição no campo, para o que será convidado por ordem de serviço com a antecedencia de tres dias pelo menos.

Na ausencia do tarefeiro, será feita a medição á sua revelia.

Art. 31. Serão consideradas definitivas as medições provisorias de trabalhos preparatorios, de cavas para fundações, e, em geral, todos os trabalhos e obras cuja medição não possa ser em qualquer tempo verificada com segurança.

Art. 32. O resultado das medições provisorias será registrado em livros especiaes, archivados no escriptorio do chefe de secção da construcção, onde ficarão á disposição do tarefeiro, para que este, examinando-os, tome conhecimento da classificação e avaliação dos trabalhos executados em sua tarefa, e declare si se acha ou não de accôrdo com a mesma classificação e avaliação.

Art. 33. Si alguma reclamação tiver o tarefeiro contra o resultado de medições provisorias, deverá apresental-as, por

escripto, ao director da estrada, no prazo maximo de oito dias, a contar da data em que recebeu a ordem de serviço convidando-o a examinar o livro-registro das referidas medições. Enquanto taes reclamações não forem resolvidas pelo director, ou si o tarefeiro deixar de assignar o livro-registro de medições, não lhe será pago o saldo do trabalho que houver executado.

Art. 34. Concluidos os trabalhos da tarefa ou parte della a juízo do sub-director, serão classificados e medidos definitivamente pelo chefe de secção da construcção, com assistencia do tarefeiro que para isso será convidado com a antecedencia de tres dias pelo menos, procedendo-se á sua revelia, si não comparecer.

Art. 35. Feita no campo a medição final dos trabalhos a que se refere o artigo anterior, proceder-se-ha no escriptorio tecnico da 6ª divisão provisoria á avaliação definitiva dos mesmos trabalhos, servindo para isso, além dos dados colhidos no campo, o que a respeito constar das ordens de serviço e dos desenhos recebidos pelo tarefeiro. Os novos desenhos e folhas de calculo, que forem então organizados para a avaliação definitiva daquelles trabalhos, receberão a assignatura do tarefeiro, que deverá declarar nesses documentos si estão ou não de accordo com os resultados que consignam, appellando neste ultimo caso para a decisão do director, por meio de representação escripta, no prazo maximo de oito dias, a contar da data em que receber o aviso para examinar os referidos documentos.

Art. 36. Terminada a avaliação definitiva dos trabalhos da tarefa ou de parte e, si for caso disso, resolvidas as reclamações que a respeito apresentar o tarefeiro, será organizada a conta final dos mesmos trabalhos, para ser submittida á approvação do director da estrada, ficando dependente dessa approvação o pagamento do saldo que a estrada dever ao tarefeiro.

Art. 37. As decisões que proferir o director da estrada sobre a materia das reclamações apresentadas pelo tarefeiro, sobre medições, serão sempre acatadas por este, que se obriga a renunciar ao direito, que porventura lhe assista, de appellar dessas decisões para as de qualquer outra autoridade.

CAPITULO IV

PAGAMENTOS

Art. 38. Servirão de base para os pagamentos as quantias devidas pela estrada ao tarefeiro, as contas mensaes e final organizadas no escriptorio tecnico da 6ª divisão provisoria, com a applicação dos preços de unidade em vigor para as obras da tarefa, as quantidades de obras medidas provisorias ou definitivamente, deduzindo-se da quantia assim achada, a importancia do debito do tarefeiro.

Art. 39. O pagamento das contas mensaes será feito pela estrada de accôrdo com o seguinte:

a) ao farefeiro, ou aos empregados do farefeiro, que se acharem nas condições dos §§ 1.^o e 2.^o do art. 20, será pago o saldo de salarios, quando não o houver feito o farefeiro no prazo de 30 dias a contar do vencimento dos mesmos salarios;

b) ao farefeiro, a importância da folha de supprimentos que houver feito ao pessoal operario;

c) ao farefeiro, o saldo que se verificar na folha mensal de medição provisoria dos trabalhos executados, feitas as deducções das folhas *a* e *b* e das importancias do material que ao mesmo farefeiro tiver a estrada fornecido.

§ 1.^o O pagamento de que rezam as partes *a* e *b* deste artigo será feito por folhas.

§ 2.^o O pagamento de que reza a parte *c* será feito por conta organizada pela estrada, ficando do saldo liquido desta conta retidos no Thesouro 10 %, até proceder-se á medição final dos trabalhos de toda a tarefa.

Art. 40. O pagamento da conta final do farefeiro só lhe será feito depois de terminado o prazo de sua responsabilidade pela solidez e conservação das obras que executar, sendo estas approvadas pelo director da estrada.

§ 1.^o Si a juizo do sub-director proceder-se á medição final de parte da tarefa, será o saldo, então verificado, pago ao farefeiro no Thesouro Federal, mediante certificado expedido pela estrada, ficando ainda 10 % deste saldo para pagamento no termo final da tarefa.

CAPITULO V

CONSERVAÇÃO DAS OBRAS

Art. 41. O farefeiro é responsavel pela solidez e boa conservação das obras que executar, quer durante a construção, quer depois, durante um certo periodo, que será determinado no acto da concessão da tarefa, para cada especie de obra ou para todas as obras da mesma tarefa.

Art. 42. Durante o prazo de sua responsabilidade pela solidez e conservação das obras que executar, fica o farefeiro obrigado a reparar á sua custa os damnos que soffrerem as mesmas obras, provenientes de vicios de construção ou do emprego de materiaes de má qualidade. E, se recusar-se a fazer, ou si não o fizer no prazo que fór determinado pelos engenheiros encarregados do serviço, o director providenciará para que sejam as mesmas reparações feitas pelo modo que lhe parecer mais acertado, sendo debitadas ao farefeiro as despesas que daqui provierem.

Art. 43. Findo o prazo de responsabilidade do tarefeiro serão as obras de sua tarefa examinadas pelo sub-director da construção e por este acceitas definitivamente, si as achar em perfeito estado de conservação, sendo então lavrado o termo de recepção, e assignado pelo sub-director, pelo chefe de secção e pelo tarefeiro, que fica dessa data em deante exonerado de qualquer responsabilidade pelas mesmas obras, podendo receber nessa occasião o deposito que exista no Thesouro para garantia da conservação das obras...

PREÇOS ELEMENTARES

MÃO DE OBRA

NUMERO	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	PREÇO
1	Carpinteiro.....	Um	5\$500
2	Cavouqueiro.....	Um	4\$500
3	Canteiro.....	Um	5\$500
4	Calceteiro.....	Um	5\$500
5	Ferreiro.....	Um	5\$500
6	Pintor.....	Um	7\$000
7	Pedreiro.....	Um	5\$500
8	Serrador.....	Um	4\$000
9	Servente de obra.....	Um	3\$000
10	Trabalhador.....	Um	3\$000
11	Trabalhador de machado.....	Um	3\$500
12	Carroça de um animal.....	Um	2\$600
13	Carroção.....	Um	12\$000
14	Carro de boi.....	Um	10\$000

MATERIAL

NUMERO	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	PREÇO
1	Pedra.....	M.3	6\$700
2	Tijolos communs de 0 ^m ,220 × 0 ^m ,103 × × 0 ^m ,070.....	Milheiro	35\$000
3	Cal.....	M.3	17\$000
4	Cimento (1. ^m 3 = 1.380 kilos.....	Toneladas	91\$000
5	Areia.....	M.3	3\$800
6	Telhas, formato francez.....	Milheiro	330\$000
7	Ditas curvas.....	Idem	70\$000
8	Pólvora.....	Kilo	2\$000
9	Estupim.....	M. L.	\$150
10	Ferro em barra.....	Kilog.	\$400
11	Vigas de madeira de lei, serradas ou fal- quejadas nas quatro faces, com qual- quer comprimento ou esquadria.....	M.3	60\$000
12	Vigas de aroeira serradas ou falqueja- das nas quatro faces com esquadria de 0 ^m ,15 × 0 ^m ,30 ou maior com compri- mento até 80 ^m ,00.....	M.3	70\$000
13	As mesmas vigas com comprimento su- perior a 80 ^m ,00.....	M.3	80\$000
14	Taboas de madeira de lei serradas, com 0 ^m ,22 × 0 ^m ,075 de esquadria e qualquer comprimento.....	M.3	1\$500
15	Pinho de Riga em couçoelas de 0 ^m ,225 × 0 ^m ,075 de esquadria e com qualquer comprimento.....	M. L.	1\$900
16	Pinho de Riga em taboas 0 ^m ,225 × × 9 ^m ,025 de esquadria e com qualquer comprimento.....	M. L.	\$630
17	Pinho de Riga em taboas de 0 ^m ,225 × × 0 ^m ,042 de esquadria com qualquer comprimento.....	M. L.	\$370
18	Pinho de Riga em ripas de 0 ^m ,06 × × 0 ^m ,002 de esquadria com qualquer comprimento.....	M. L.	\$150
19	Ripas de estuque.....	M. L.	\$025
20	Paus roliços para paredes de pau a pique.	M. L.	\$050
21	Vidro de 0 ^m ,002 de espessura.....	M.2	48800
22	Pontas de Paris.....	Kilog.	1\$400
23	Óleo de linhaca.....	Kilog.	1\$000
24	Seccante.....	Kilog.	\$680

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

TABELLA DE PREÇOS

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	I — TRABALHOS PREPARATORIOS			
1	Rocado em capoeira.... M ²	\$010	\$010
2	Dito em capoeirão de machado M ²	\$020	\$020
3	Dito em matta virgem.. M ²	\$040	\$040
4	Destocamento M ²	\$730	\$730
	II — TRABALHOS DE EXCAVAÇÃO			
	1) Em ¹ córtes, empréstimos, caminhos de serviço e valletas:			
5	Escavação em terra.... M ³	\$800	\$800
6	Dita em moledo..... M ³	1\$200	1\$200
7	Dita em pedra solta... M ³	3\$000	3\$000
8	Dita em pedreira..... M ³	6\$600	6\$600
8 A	Dita em terra em serviço de raspagem M ³	\$700	\$700
8 B	Instalação de serviços de raspagem..... ML	\$300	\$300
	2) Em cavas para fundação:			
9	Excavação em terra para fundação de obras de arte sem escoramento.... M ³	1\$200	1\$200
10	O mesmo trabalho com escoramento..... M ³	2\$300	2\$300
11	Accrescimo de preço para o mesmo trabalho com esgotamento durante toda a escavação, por metro de profundidade..... M ³	1\$200	1\$200

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	3) Em túneis :			
12	Excavação em terra.... M	16\$500	16\$500
13	Dita em rocha..... M3	31\$600	31\$600
	III -- ALVENARIA E TRABALHOS CONEXOS			
14	Argamassa n. 1 de cimento puro..... M3	19\$8100	6\$300	200\$400
15	Dita n. 2 de 1 vol. de cimento e 1 de areia..... M3	11\$8600	4\$700	118\$300
16	Dita n. 3 de 1 vol de cimento e 1 1/2 de areia... M3	87\$900	4\$700	92\$600
17	Dita n. 4 de 1 vol. de cimento e 2 de areia..... M3	70\$300	4\$700	75\$200
18	Dita n. 5 de 1 vol. de cimento e 3 de areia..... M3	54\$200	4\$700	58\$900
19	Dita n. 6 de 1 vol. de cimento e 4 de areia..... M3	39\$700	4\$700	44\$400
20	Dita n. 7 de 1 de cal e 1 de areia..... M3	14\$000	3\$800	17\$800
21	Dita n. 8 de 1 vol. de cal e 1 1/2 de areia..... M3	12\$200	3\$800	16\$000
22	Chapa de argamassa n. 3 M3	3\$200	1\$200	4\$400
23	Concreto n. 1 de pedra britada e argamassa n. 3 M3	78\$600	12\$500	91\$100
24	Concreto n. 2 de pedra britada e argamassa n. 3 M3	50\$800	11\$700	62\$500
25	Concreto n. 3 de pedra britada e argamassa n. 3 M3	40\$300	11\$600	51\$900
26	Alvenaria de aparelho com argamassa n. 8..... M3	40\$100	33\$300	45\$400
27	Alvenaria de lajões com argamassa n. 8..... M3	10\$800	20\$600	31\$400
28	Alvenaria de lajões com argamassa..... M3	8\$100	19\$800	27\$900
29	Alvenaria ordinaria com argamassa n. 8..... M3	9\$800	10\$200	20\$000
30	Alvenaria ordinaria de pedra secca..... M3	5\$500	8\$800	14\$300

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
31	Alvenaria de tijolo com argamassa n. 8..... M3	21\$800	11\$200	33\$000
33	Apparelho grosso em pedra, a ponteiro ou picão... M2	5\$300	5\$300
33	Apparelho fino em pedra, a escopro..... M2	10\$400	10\$400
34	Rejuntamento com argamassa n. 2..... M2	\$900	\$800	1\$700
35	Dito com argamassa n. 3 M2	\$700	\$800	1\$500
IV — TRABALHOS DIVERSOS				
36	Vigas de aroeira serradas ou falquejadas nas quatro faces, com esquadria, de 0, ^m 15× ^m 0,30 ou maior, até 8 metros de comprimento, assentados em obra.. M3	77\$000	7\$700	84\$700
37	As mesmas com igual esquadria, e de comprimento superior a 8, ^m assentadas em obra..... M3	88\$000	8\$800	96\$800
38	Vigas de madeira de lei, serradas ou falquejadas nas quatro faces com esquadria inferior a 0, ^m 15× ^m 0,30 com qualquer comprimento, assentadas em obra..... M3	66\$000	5\$300	71\$300
39	As mesmas vigas com esquadria de 0, ^m 15× ^m 0,30 ou maior, assentadas em obra..... M3	66\$000	6\$600	72\$600
40	Estacas de aroeira serradas ou falquejadas nas quatro faces, com esquadria de 0, ^m 30 × ^m 0,30 enterradas até 8, ^m 00, por metro enterrado..... ML	66\$300	40\$400	106\$700
	Por metro enterrado: 1/8 dos preços acima.....	8\$300	5\$000	13\$300

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
41	As mesmas estacas com igual esquadria, enterrada de mais de 8 metros, por metro enterrado..... ML	124\$300	63\$900	188\$200
	Por metro enterrado : 1/12 dos preços acima.....	10\$400	5\$300	15\$700
	V — TRABALHOS DIVERSOS			
42	Transporte dos materiaes das excavações por decametro de distancia horizontal..... M3	\$915	\$915
43	Transporte dos materiaes para obras de arte por decametro de distancia horizontal.....	\$026	\$026
44	Quebramento de pedra para concreto (mão de obra do numero seguinte).....	4\$700	4\$700
45	Pedra quebrada para concreto..... M3	7\$400	4\$700	12\$100
46	Enchimentos de vãos com pedras quebradas..... M3	8\$100	5\$900	14\$000
47	Enrocamento com pedras jogadas..... M3	7\$400	1\$000	8\$400
48	Enrocamento com pedras arrumadas.....	7\$400	5\$900	13\$300
49	Empedramento..... M2	1\$800	2\$900	4\$700
50	Empilhamento de pedra M3	\$700	\$700
51	Revestimento com leivas ao chato..... M3	\$600	\$400	1\$000
52	Revestimento de leiva a tição..... M2	\$800	\$700	1\$500
53	Esgoto com canos de barro, de 0 ^m ,30 de diametro ML	15\$400	1\$500	16\$900
54	Levantamento dos materiaes das excavações para cada 1 ^m ,50 de altura..... M3	\$240	\$240
55	Carregamento e descarga de terra..... M3	\$360	\$360

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
56	Carregamento e descarga de pedra.....M ³	\$750	\$750
57	Apiloamento de terra, em camadas de 0 ^m .20.....M ³	\$750	\$750
58	Ferro em obras para bracedeiras, ponteiros, anneis, etc.....Kg.	\$460	\$040	\$500
VI — EDIFICIOS E DEPENDENCIAS				
59	Parede de frontal com tijollos ao chato carcassa de madeira de lei e argamassa n. 8.....M ²	3\$200	2\$000	5\$200
60	Parede de tabique de taboas de madeira de lei e enchimento de argamassa numero 8.....M ²	9\$300	2\$900	12\$200
61	Paude de pau a pique com paus roliços e enchimento de argilla plastica argamassada.....M ²	1\$600	2\$100	3\$700
62	Emboço e reboço com argamassa n. 7.....K ²	\$300	1\$100	1\$400
63	Emboço e reboço com argamassa n. 8.....	\$300	1\$000	1\$300
64	Madeira de lei em taboas de 0 ^m .025 de espessura....M ³	7\$500	\$600	8\$100
65	Pinho de Riga em peças de 0 ^m .225×0 ^m .075 de esquadria ou menores, apparelhado.....M ³	122\$900	6\$400	129\$300
66	Pinho de Riga em taboas 0 ^m .025 de espessura, apparelhado.....M ³	3\$100	\$200	3\$300
67	Pinho de Riga em taboas de 0 ^m .012 de espessura, apparelhado.....K ³	1\$800	\$200	2\$000
68	Ripas de pinho de Riga de 0 ^m .06×0 ^m .021, serradas e assentadas em obra....ML	\$160	\$020	\$180
69	Lambrequins, guarnições, etc., etc. até 0 ^m .25 de			

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	largura, assentadas em obra..... ML	\$800	1\$200	2\$000
70	Soalho de madeira de lei, com taboas de 0 ^m ,025 de espessura, junta secca.....M ²	10\$600	3\$600	14\$200
71	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga.....M ²	8\$700	3\$400	12\$100
72	Soalho de madeira de lei, com taboas de 0 ^m ,025 de espessura, junta de macho e femca.....M ²	11\$300	5\$300	16\$600
73	O mesmo trabalho executado com pinho de Riga.....M ²	9\$000	4\$900	13\$900
74	Soalho de couçoeria e barroto de pinho de Riga, junta secca.....M ²	17\$000	2\$700	19\$700
75	Forro de tecto com taboas de pinho de Riga, de 0 ^m ,012 de espessura, folha lisa.....M ²	3\$700	2\$200	5\$900
76	Forro de tecto com taboas de pinho de Riga, de 0 ^m ,012 de espessura, junta de saia e camisa.....M ²	3\$900	3\$000	6\$900
77	Forro de tecto com ripas de 0 ^m ,02 x 0 ^m ,06 sobrepostas em xadrez.....M ²	3\$700	1\$200	4\$900
78	Forro de panno, com quadro de madeira.....M ²	1\$900	1\$000	2\$900
79	Porta de calha, de par e bandeira envidraçada para vão de 1 ^m ,20 x 3 ^m ,20, feitas com madeira de lei, uma.....	58\$400	43\$100	101\$500
80	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	26\$700	40\$400	67\$100
81	Porta de calha de par e bandeira envidraçada para vão de 1 ^m ,10 x 3 ^m ,20, feita com madeira de lei, uma.....	52\$600	42\$500	95\$100
82	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	24\$200	40\$200	64\$400
83	Porta de calha de par, sem bandeira, para vão de 1 ^m ,00 x 3 ^m ,00, executada			

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	com madeira de lei, uma.....	44\$000	33\$800	77\$800
84	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	19\$800	31\$900	51\$700
85	Porta de almofadas, de par e bandeira envidraçada, para vão de 1 ^m ,20×3 ^m ,20, feita com madeira de lei, uma...	60\$300	50\$400	110\$700
86	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	27\$400	47\$700	75\$100
87	Janella para vão de 1 ^m ,20× 1 ^m ,75, com caixilho de par, envidraçado e de duas folhas interiores de calha, feitas com madeira de lei, uma...	44\$600	47\$000	91\$600
88	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	23\$700	43\$200	66\$900
89	Bandeiras semi-circulares, envidraçadas para vão de 1 ^m ,20, feitas com madeira de lei, uma.....	7\$800	41\$700	49\$500
90	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	4\$400	11\$400	15\$800
91	Janella de par com caixilho de veneziana e vidro, ban- deira envidraçada e duas folhas internas de calha para vão de 1 ^m ,10×2 ^m ,20, feita com madeira de lei, uma.....	50\$700	68\$700	128\$400
92	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	30\$800	66\$000	96\$800
93	Janella de par com caixilho de veneziana e vidro, ban- deira envidraçada e duas folhas interiores de calha, para vão de 1 ^m ,00×2 ^m ,20, feita com madeira de lei, uma.....	55\$300	67\$200	122\$500
94	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	28\$400	63\$900	94\$300
95	Janella de guilhotina com cai- xilho envidraçado e duas			

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	folhas interiores de calha, para vão de 1 ^m ,00×2 ^m ,20, feita com madeira de lei, uma.....	56\$500	52\$800	109\$300
96	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, uma.....	30\$300	50\$500	80\$800
97	Portão de correr de par, para vão de 2 ^m ,00×2 ^m ,75, com todas as ferragens, executado com madeira de lei, um.....	450\$000	84\$000	234\$300
98	O mesmo trabalho executado com pinho de Riga, um....	44\$8300	78\$300	492\$600
99	Portão de correr de par, para vão de 1 ^m ,60×3 ^m ,10, com todas as ferragens, executado com madeira de lei, um.....	128\$500	79\$000	207\$500
100	O mesmo trabalho feito com pinho de Riga, um.....	96\$700	76\$300	173\$000
101	Pintura a óleo a tres de mão, M ²	\$200	4\$300	1\$500
102	Caiação a tres de mão, M ² ...	\$060	\$460	\$220
103	Calçamento a parallelepipedo, M ²	14\$500	3\$500	15\$000
104	Calçamento a Mac-Adam M ² ..	5\$300	5\$500	10\$000
105	Calçamento a tijolos, M ²	5\$300	4\$700	10\$000
106	Telhas curvas assentadas em obra sem argamassa, M ² ..	1\$400	\$700	2\$100
107	Telhas curvas assentadas em obra, com argamassa, M ² ..	1\$600	4\$000	2\$600
108	Telhas chatas, formato francez, assentadas em obra, M ²	5\$600	\$700	6\$300
109	Telhas de zinco, ondulado, M ²	2\$000	\$300	2\$300
	VII — ASSENTAMENTO DA VIA PERMANENTE			
110	Assentamento da via-permanente — Sob a denominação generica de « assenta-			

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	MATERIAL	MÃO DE OBRA	TOTAL
	<p>mento da via-permanente » acham-se comprehendidos os seguintes trabalhos :</p> <p>O transporte até aos logares de emprego e a conveni- ente distribuição dos dor- mentes e material metallico da superstructura da linha ; o entalhamento, furação e calçamento dos dormentes ; o estendimento, pregação e junção dos trilhos, o assen- tamento deapparelhos de mudança de via ; a extra- cção, transporte e appli- cação dos materiaes para o lastro ; a regularização do plano de rolamento e do eixo da linha, de accôrdo com as declividades e ali- nhamento do projecto, a formação do lastro segundo os perfis-typos adoptados ; a abertura de sargetas de madeira para escoamento de aguas pluviales nas es- tradas dos côrtes e nos aterros de pequena altura e o preparo, pintura e as- sentamento dos postes indi- cativos de distancia e de declividade, klm.....</p>			
111	Cerca de arame farpado com postes de madeira, klm....	580\$000	2:100\$000 300\$000	2:100\$000 880\$000

Especificações

PREPARO DO LEITO — ESPECIFICAÇÕES

Art. 1.º Os trabalhos a executar pelos tarefeiros para o preparo do leito da via-ferrea em cada trecho que contractar, são, além dos accessorios e eventuaes, os seguintes:

I. Trabalhos preparatorios, comprehendendo o roçado, limpa e destocamento do terreno que tiver de ser occupado pela estrada de ferro.

II. Trabalho de excavação, comprehendendo:

1.º Abertura de côrtes e empestinos, explanadas para estações, caminhos de serviço, valletas, etc., etc.

2.º Abertura de cavas para fundação.

3.º Excavação em tunneis.

III. Alvenaria e trabalhos connexos, comprehendendo a construção de alvenarias, concretos, etc., dos boeiros, pontilhões, pontes e demais obras de arte.

IV. Trabalhos de madeira, comprehendendo o preparo e assentamento das pontes de madeira, preparo e cravação das estacas das mesmas pontes e de fundação de outras obras de arte.

V. Trabalhos diversos, comprehendendo os trabalhos não confidos nas classes anteriores, taes como: transporte de materiaes, enrocamentos, revestimentos, etc.

Art. 2.º Fica o tarefeiro obrigado a conservar os trabalhos e obras acima referidas, durante o tempo da construção, até final conclusão, e até que sejam definitivamente recebidas pela administração da estrada.

I — TRABALHOS PREPARATORIOS

Art. 3.º Antes de encetar os trabalhos de excavação, o tarefeiro deverá roçar e limpar a faixa do terreno que tiver de ser occupado pelos côrtes e aterros e mais ainda, pelo menos, a largura suplementar de quatro metros para cada lado, a contar do pé dos taludes dos aterros e das cristas dos côrtes.

Nos aterros inferiores a um metro de altura o terreno será préviamente destocado e os tôcos e raizes serão arrancados e queimados ou removidos para fóra dos limites marcados no paragrapho anterior.

Nos aterros maiores de um metro, salvo ordem de serviço em contrario, as arvores serão cortadas rentes ao chão.

Para a applicação do prego n. 1, considerar-se-ha de capoeira todo o terreno coberto de vegetação abundante e em que as arvores com mais de 1^m,5 de altura tenham até 0^m,10 de diametro.

Para o preço n. 2, considera-se como capoeirão de machado quando os troncos das arvores tenham diametro de 0^m,10 a 0^m,20.

Para o preço n. 3, considera-se matta virgem quando os diametros forem superiores a vinte centimetros (0^m,20).

O preço n. 4, applicar-se-ha á extracção de troncos e raizes de diametro superior a 0^m,10, medindo-se neste caso o destocamento pela área do terreno revolvido para effectual-o.

Art. 4.º O farefeiro prover-se-ha, á sua custa, de tudo que for preciso para alimentação e abrigo de seu pessoal e materiaes, bem como para o supprimento da agua necessaria ás obras.

Art. 5.º O farefeiro fará, á sua custa, e do mesmo modo conservará, enquanto for necessario, a juizo do sub-director da construcção, um caminho ao longo dos trabalhos que tiver de executar, de modo que os ponha em communicação entre si e offereça seguro transito a cavalleiros e aos materiaes destinados á tarefa. Ainda á sua custa serão feitas as estivas e pontes de serviço desse caminho, ficando o farefeiro responsavel pela sua conservação e obrigado a reconstruirl-as, caso isso venha a ser necessario.

Art. 6.º O caminho que for preciso abrir das pedreiras aos logares de construcção das obras, será pago pelo preço n. 5 da tabella, qualquer que seja a natureza do material a excavar. Em tudo o mais, estes caminhos estão sujeitos ás condições do artigo anterior.

II — TRABALHOS DE EXCAVAÇÃO

1.º — *Em côrtes, empréstimos, caminhos de serviços e valletas*

Art. 7.º Os trabalhos designados sob este titulo comprehendem, além das excavações, a carga e descarga dos materiaes provenientes dessas excavações, o seu transporte para os aterros e depositos, a formação dos mesmos aterros, o nivelamento do leito da estrada e dependencias e a regularização dos taludes dos côrtes e aterros.

Art. 8.º Os materiaes extrahidos serão, em geral, medidos nas cavas, bastando para isso as dimensões tomadas nas mesmas cavas e secções transversaes do terreno e do projecto, salvo nas valletas e outras obras, em que só se tomarão as dimensões das cavas e do projecto.

Quando a medição não for possivel por essa forma, deverá o farefeiro empilhar os materiaes em montes regulares e, sempre que a esse meio se recorrer, descontar-se-ha do volume apparente das pilhas ou depositos 30 a 50 % de vãos para as pedras, conforme a maior ou menor regularidade do seu empilhamento, e 10 % para as terras, quando já estiverem depositadas pelo menos 30 dias.

O empilhamento das pedras, quando exigido pelos engenheiros, para esse ou para outros fins, será pago pelo preço de 50 da tabella, applicando o preço ao volume real da pedra empilhada.

Art. 9.º Os materiaes extrahidos para a execução do leito da estrada serão classificados em tres categorias, a saber:

1ª categoria.....	Terra
2ª >	Pedra solta
3ª >	Pedreira

Ficam comprehendidos na:

1ª categoria — Terra vegetal, o barro, o lodo, areia, o cascalho solto, as decomposições graníticas ou de outras quaisquer rochas em adeantada desagregação, e toda a especie de materiaes terrosos contendo em mistura pedras soltas de volume inferior a 0^m,3005 cubicos (cinco decimetros cubicos) e que possam ser excavados á pá, enxada ou picareta; os schistos argilosos pouco compactos, o gréz molle, as margas, o cascalho agglutinado em bancos ou camadas até 20 centimetros de espessura, e igualmente todo o terreno comprehendido pela denominação vulgar de molêdo ou picarra, impraticavel á enxada e que possa ser extrahido á picareta.

Paragrapho unico. Para o caso especial do trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil entre Curvello e Pirapóra, a 1ª categoria denominada — terra — poderá ser subdividida em duas, pagas por preços diversos, quando a natureza do terreno, a juizo do director da estrada, justifique esta providencia. Na 2ª sub-divisão ficarão comprehendidos os schistos compactos e os demais materiaes dali em deante especificados na categoria — terra — até á categoria seguinte. O preço para a excavação dos materiaes desta 2ª sub-divisão será o do numero 6 da tabella.

2ª categoria — Toda a especie de rochas destacadas de volume superior a 0^m,3005 (cinco decimetros cubicos) e inferior a um metro cubico, jazendo em massas distinctas ou contiguas; o cascalho agglutinado em banco ou camada de mais de 20 centimetros de espessura e igualmente toda a especie de rocha stratificada e schistora, cuja extracção só possa ser feita á alavanca ou bico de picareta, cunhas e cavadeiras de ferro e em que accidentalmente haja necessidade do emprego de minas e explosivos.

3ª categoria — Todas as rochas compactas que só se possam extrahir pelo emprego constante de minas e explosivos, taes como: o granito, o gneiss, o syenito, o gréz duro, o diorito, etc, e tambem os blocos de volume superior a um metro cubico que, para serem removidos, precisem ser partidos a explosivo ou cunha.

Art. 10. Os materiaes extrahidos das excavações serão empregados na formação dos aterros e lastros ou depositados fóra do leito da estrada, mas ao longo desta, principalmente

na plataforma dos empréstimos, quando o material depositado for pedra. A distribuição desses materiaes compete aos tarefeiros mediante ordem dos engenheiros da estrada.

Sempre que os mesmos engenheiros ordenarem que as pedras extrahidas dos cortes sejam empregadas na construção das obras de arte, enrocamentos e empedramentos, será esse material debitado ao tarefeiro pelo que se lhe houver pago.

Art. 11. Os aterros terão tres metros e sessenta centímetros (3^m,60) de largura na plataforma, e os seus taludes e inclinação de tres (3) de base para dois (2) de altura, podendo ser essa inclinação e dimensões alteradas a juizo do chefe de secção.

Os aterros serão feitos de materiaes expurgados de ramos, troncos e raizes e, sempre que os engenheiros o exigirem, serão esses materiaes dispostos em camadas horizontaes, que abranjam toda a largura dos mesmos aterros.

Para a formação dos aterros, empregar-se-ão os melhores materiaes que provierem dos cortes ou de empréstimos, quando os daquelles não bastarem ou forem de má qualidade, a juizo do chefe de secção.

Nos casos em que este ordenar, e quando os aterros forem feitos com terra muito arenosa, serão os taludes dos mesmos aterros cobertos com uma camada de terra vegetal com quinze (15) centímetros a trinta (30) centímetros de espessura.

Art. 12. Os côrtes terão tres metros e sessenta centímetros (3^m,60) de largura na plataforma, inclusive às valletas, podendo essa largura ser alterada a juizo do chefe de secção.

Terão as paredes verticaes quando em pedreira e inclinadas na relação indicada em ordem de serviço pelo chefe de secção, quando em pedra solta ou outro qualquer material.

Art. 13. O volume dos côrtes será calculado pela média das áreas das secções normaes do eixo da estrada, multiplicada pela distancia entre as mesmas secções.

Os côrtes serão rigorosamente medidos com a largura e forma ordenada, embora o tarefeiro, ainda que involuntariamente, haja dado maiores dimensões aos mesmos côrtes.

Art. 14. O tarefeiro deverá executar com o maior cuidado e regularidade os taludamentos dos côrtes e aterros, observando rigorosamente o alinhamento e o disposto no art. 12, e pondo em pratica todos os meios convenientes para impedir os desmoronamentos.

Nenhum preço supplementar ao das excavações se contará ao tarefeiro pelo taludamento dos côrtes e aterros.

Art. 15. Ao tarefeiro compete fazer todas as obras provisórias para esgotar as aguas que apparecerem nos côrtes e empréstimos, afim de executar as escavações nas melhores condições possiveis.

A indemnização por esses trabalhos se acha comprehendida nos preços fixados na tabella annexa para as excavações.

Art. 16. Os desmoronamentos que occorrerem nos côrtes e aterros, até o momento de sua recepção definitiva, serão

removidos ou preenchidos a expensas do farefeiro, si provierem de incuria, não cumprimento de ordens da parte do seu pessoal, falta de conservação de esgotos, etc.

Provando o farefeiro que o accidente foi devido a força maior, a juizo do sub-director da construcção, a remoção do material desmoronado será paga segundo a classificação e pregos da tabella, com o abatimento de vinte (20) a cincoenta (50) por cento, ainda a juizo do sub-director da construcção.

Neste ultimo caso, o transporte dos materiaes e a excavação necessaria para preencher a parte desmoronada dos aterros, serão pagos pelos pregos integraes da tabella.

Art. 17. Quando houver necessidade de remover terras empregadas em aterros ou depositos e que nelles tenham estado depositadas menos de 60 dias, pelo trabalho de remoção abonar-se-ha carregamento e descarga com o competente transporte.

Si, porém, as terras estiverem estado em deposito 60 ou mais dias, abonar-se-ha pelo mesmo trabalho, excavação em terra com abatimento de vinte e cinco (25) a cincoenta (50) por cento, a juizo do sub-director, e com o competente transporte integral.

Art. 18. O farefeiro abrirá vallas e fará derivações de rios e outros cursos de agua, onde os engenheiros determinarem.

Esses trabalhos serão pagos pelos pregos ns. 5, 6, 7, e 8 da tabella, podendo os de derivação de rios e outros cursos de agua ser augmentados de vinte (20) a cem (100) por cento, a juizo do sub-director, e isto apenas em relação á parte da excavação que se fizer com embarço de agua.

Além disso, observar-se-ha o disposto no art. 20 a respeito do pagamento do transporte, si este for exigido pelo engenheiro encarregado do serviço, e si os materiaes de escavação tiverem de ser depositados a cavalleiro, quando o transporte vertical for maior que um metro e cincoenta (1^m,50), pagar-se-ha segundo o preço 54 da tabella.

Art. 19. O farefeiro abrirá valletas e fará banquetas onde lhe for determinado pelos engenheiros.

Esses trabalhos serão pagos segundo os pregos da tabella, de accordo com a classificação do material.

Art. 20. Os pregos ns. 5, 6, 7, e 8, de que tratam os artigos anteriores, serão pagos quer os terrenos excavados tenham agua, quer não, e comprehendem todos os trabalhos contidos no art. 7^o, á execução do transporte do material proveniente das excavações, o qual será pago pelo n. 42 da tabella annexa.

A distancia média do transporte será contada do centro de gravidade do solido extrahido ao do formado, segundo o caminho realmente percorrido, de conformidade com as ordens prévias do engenheiro encarregado do serviço.

Art. 21. Os pregos 8 A e 8 B serão applicados sómente quando a média geral do movimento de terras de toda uma tarefa for inferior a tres metros cubicos e superior a tres decimos de metros cubicos, por metro de linha; abaixo deste limite, ao qual corresponde o preço de 1\$700 por metro cubico

de excavação em terra, será mantido este preço, qualquer que seja a importância do movimento de terra.

O preço 8 B será abonado ao tarefeiro mesmo quando nos limites indicados do movimento de terras, houver nas escavações materiaes das outras tres categorias da tabella de preços, deduzindo-se, porém, do preço da excavação destes materiaes a parcella de 100 réis, correspondente a quota de administração e instalação do serviço.

Para a avaliação da média do movimento de terra por metro de linha, far-se-ha a somma dos volumes de excavação não só em cortes e empréstimos, como em valletas lateraes de toda a tarefa.

Além dos preços 8 A e 8 B, será abonada ao tarefeiro a importância do transporte dos materiaes extrahidos das excavações, calculada pelo preço n. 12 da tabella.

2.º — *Em cavas para fundação*

Art. 22. As cavas para fundação de obras de arte terão as dimensões horizontaes estritamente necessarias á construção dessas obras, não se levando em conta o excesso que o tarefeiro houver dado, quer para facilidade do trabalho, quer para fazer o escoramento das terras.

Essas cavas serão pagas pelos preços ns. 7, 8 e 9 da tabella, conforme a natureza do terreno.

Quando houver necessidade de escoramentos, serão pagos pelo preço n. 10 da tabella.

Para a parte da cava feita abaixo do nivel da agua, além dos preços dos paragraphos anteriores, será concedido ainda o acrescimo do n. 11 da tabella, applicado esse progressivamente para cada metro de profundidade abaixo do nivel indicado.

Esse acrescimo só será concedido quando não for possível o esgotamento natural por meio de vallas, sendo então necessario o emprego de meios mecanicos ou, si se se fizer a excavação, por meio de dragas.

Art. 23. Sobre as obras de arte e ao lado destas, em uma largura nunca inferior a dous metros, os aterros serão feitos em camadas horizontaes de 20 a 30 centimetros de espessura, com terra bem socada.

Nenhum preço supplementar ao da excavação se pagará por tal trabalho.

8.º — *Em tunneis*

Art. 24. Os trabalhos a executar em tunnel referem-se não só aos tunneis propriamente ditos, como tambem a quaesquer outras obras subterraneas que forem necessarias ao estabelecimento ou consolidação das obras da estrada, taes como: poços para perfuração dos tunneis, galerias subterraneas para o desvio de cursos de aguas, galerias de minas para o estabelecimento de esgoto e de dreno, etc.

Art. 25. O modo de ataque e systema de perfuração, escoramento e revestimento do tunnel serão determinados pelo sub-director e, em ordem de serviço, transmittidos ao tafeiro.

Art. 26. As fórmulas e dimensões das secções transversaes dos tunnels, galerias subterraneas e poços, serão determinadas pelo sub-director e as excavações que se fizerem nos mesmos serão medidas segundo essas dimensões, não se levando em conta o excesso que o tafeiro houver dado, quer para facilitar o trabalho, quer para fazer o escoramento.

Art. 27. As excavações subterraneas, quando em terra ou pedras soltas, serão pagas pelo n. 12 da tabella, achando-se nesse preço comprehendido o escoramento em condições regulares.

Quando, porém, a execução da excavação nesses materiaes se apresentar em condições, de tal modo difficeis, que exijam trabalhos especiaes de escoramento e blindagem ou outras precauções extraordinarias, a esse preço será concedido o acrescimo de 20 a 100 %, a juizo do sub-director.

Quando em pedreiras, as excavações serão pagas pelo n. 13 da tabella annexa.

Aos preços 12 e 13 de que tratam os paragraphos anteriores serão accrescidos os preços ns. 42 e 51, correspondentes ao transporte e levantamento dos materiaes extrahidos das excavações.

Art. 28. Si o engenheiro-chefe da secção julgar conveniente revestir o tunnel, total ou parcialmente será feito o revestimento do tunnel nos trechos indicados e com a alvenaria que o mesmo engenheiro determinar.

As alvenarias das testas e as do revestimento, até 10 metros, a contar das entradas, serão pagas conforme sua classificação pelos preços da tabella annexa, relativa a obras de arte feitas a céu aberto.

Além dos 10 metros, a contar das entradas, os preços de que trata o paragrapho anterior, serão augmentados de 10 % sobre o valor da tabella annexa.

Os trabalhos de rejuntamento, emboço e reboço, e as obras de alvenaria ou concreto para valletas, drenos e canos de esgoto dentro do tunnel e de outras galerias, serão pagos pelos preços estabelecidos para trabalhos analogos em outras obras de arte.

Ao transporte de pedra, tijolo, cimento e demais materiaes de construção, applicar-se-ha o que se acha disposto no art. 56.

Art. 29. Quando revestido o tunnel, a abobada do revestimento será coberta no extra-dorso com chapas de argamassa n. 3 com 3 a 3,5 centímetros de espessura, fazendo-se então as demais drenagens que forem ordenadas pelo engenheiro encarregado do serviço.

Para este trabalho applicar-se-ha o n. 22 da tabella annexa.

Art. 30. O espaço comprehendido entre o terreno e o extradorso da abobada do revestimento será completo e cuidadosamente guarnecido com pedra miuda, de tamanhos diversos, a secco ou acompanhado de argamassa, a juizo do chefe de secção.

Para esse trabalho, se applicará o preço n. 46 da tabella.

Quando, porém, for determinado o emprego da argamassa, esse trabalho será pago pelo n. 29.

III — ALVENARIA E TRABALHOS CONNEXOS

Art. 31. Antes de dar começo a uma obra de alvenaria, o tarefeiro reunirá junto a essa obra todos os meios necessários á execução, de modo que, uma vez começada a construção, possa proseguir sem demora nem interrupção até concluir-se.

Art. 32. Não poderá ser começada obra alguma de alvenaria sem que primeiramente o engenheiro haja declarado qual o systema de construção e fundação a seguir: tenha marcado no terreno, por meio de estacas apropriadas, o perimetro das fundações, e tenha approvedo as cavas e materiais para essas fundações, o que tudo deverá constar de ordens de serviço.

Si o tarefeiro tiver alguma objecção a oppor contra o modo de fundação ordenada, fal-o-ha circunstanciadamente por escripto ao chefe de secção, e por intermedio do engenheiro encarregado do respectivo serviço, para que a questão suba logo competentemente informada.

Neste caso o tarefeiro suspenderá a execução da dita obra, até que as duvidas sejam resolvidas pelo chefe de secção.

Si as objecções do tarefeiro não forem attendidas e algum estrago ou ruína vier a soffrer a obra durante a sua construção ou depois de terminada, provado isso ser devido ao modo de fundação ordenado, não terá o tarefeiro responsabilidade e se lhe pagaram os reparos e reconstrucção.

Salvo este caso, ou o de força maior, devidamente verificado a juizo do sub-director da construção, os reparos e reconstrucção devidos a vicios de fundação, correrão por conta do tarefeiro.

Art. 33. A pedra a empregar na confecção das alvenarias terá a necessaria resistencia, a juizo do chefe da secção e será expurgada de crosta decomposta e de qualquer parte menos resistente.

A pedra deverá ainda ser de contextura homogenea, sã e isenta de defeitos.

Será assentada segundo o leito natural da pedreira.

Art. 34. As alvenarias serão designadas nas seguintes classes;

Alvenaria de 1ª classe ou de apparelho.

Alvenaria de 2ª classe ou de lajões com argamassa.

Alvenaria de 3ª classe ou de lajões sem argamassa.

Alvenaria de 4ª classe ou ordinaria com argamassa.

Alvenaria de 5ª classe ou ordinaria de pedra secca.

Alvenaria de 6ª classe ou de tijolos.

As alvenarias de 1ª, 2ª, 3ª e 6ª classes serão feitas com a especie de argamassa que lôr determinada em cada caso, devendo apresentar obra massiga, sem vazio ou intersticio algum.

Os pregos que figuram na respectiva tabella correspondem ao emprego da argamassa n. 8, composta de 1 volume de cal e 11 1/2 de areia.

Ao transporte de pedras, tijolo, cimento e demais materiaes de construcção applicar-se-ha o que se acha disposto do art. 55.

Art. 35. A alvenaria de aparelho será feita com pedras de forma rectangular, faceadas a martello cortante ou picão nos leitos, juntas lateraes e face apparente, sendo assentes por fiadas de altura nunca inferior a 15 centimetros (0^m,15).

Os trabalhos de lavragem schá tal que todas as faces, mesmo do lado de tardo, fiquem sensivelmente planas e pelo seu contacto no assentamento das pedras não produzam junta de mais de 12 millimetros (0^m,12).

A altura de cada pedra será sensivelmente igual á da fiada de que fizer parte, sua largura nunca inferior á altura, e seu comprimento será de duas a cinco vezes essa altura, conforme a natureza da pedra, não se admittindo pedra de volume inferior a tres centesimos (0,3) de metro cubico (frinta decimetros cubicos).

As pedas serão assentadas em fiadas horizontaes, salvo indicação em contrario no desenho de cada obra.

Nas paredes de paramento inclinado, os leitos das fiadas serão horizontaes ou normaes a esse paramento, si assim for exigido.

As juntas lateraes serão verticaes sempre normaes ao paramento, e em fiadas consecutivas serão alternadas e deverão desencontrar-se, pelo menos, de distancia igual a dous terços da altura da fiada.

Entre os meios fios e, alternadamente, employer-se-hão pedras de fição ou travadouros em numero tal que apresentem em sua face apparente, pelo menos, a quarta parte da respectiva fiada.

Sempre que for possivel, os travadouros atravessarão a espessura do muro, devendo ter ordinariamente em comprimento tres a cinco vezes a altura.

Quando esta alvenaria for empregada em abobadas, as pedras terão forma de aduellas, cujos leitos e juntas serão normaes á superficie de intra-dorso.

A alvenaria de aparelho será paga pelo n. 26 da tabella, o qual poderá ser modificado com argamassa empregada, isto de accordo com a tabella de composição de pregos annexa.

Em cada metro cubico de alvenaria de aparelho, employer-se-hão quinze centesimos (0,15) de metro cubico (cento e cinquenta decimetros cubicos) de argamassa.

Si for exigido aparelho fino, na face apparente, pagar-se-

ha este augmento de trabalho segundo o preço n. 33 da tabella annexa.

Art. 36. A alvenaria de lajões com argamassa será construida com pedras duras, desbastadas em fórma de lajões, de modo a apresentarem leitos sufficientemente regulares para o bom assentamento em camadas horizontaes, devendo os lajões ter no minimo a altura de trinta centimetros (0,30) e o volume de vinte centesimos (0^m,20) de metro cubico (duzentos decimetros cubicos).

Quando empregada em macissos de fundação, os lajões de duas camadas consecutivas cruzar-se-hão entre si e terão as juntas desencontradas, pelo menos, de distancia igual a dous terços da altura da camada.

Quando em construção ou revestimento de muro, as juntas verticaes serão igualmente desencontradas, e entre os lajões longitudinaes de cada camada assentar-se-hão travadouros em quantidade tal que a área de sua face exterior seja, pelo menos, igual a quarta parte da área da respectiva camada.

Os travadouros terão ordinariamente de comprimento tres a cinco vezes a altura, e sempre que for possível a espessura do muro.

Os lajões serão desbastados tambem na face apparente, de modo a compor-se convenientemente o paramento, no qual não se admittirão calços nem desigualdades pronunciadas, a juízo do engenheiro encarregado do serviço.

Esta alvenaria será paga pelo preço n. 27 da tabella, o que poderá ser modificado com argamassa empregada, isto de accordo com a tabella de composição de preços annexos.

Em cada metro cubico empregar-se-hão quinze centesimos (0,15) de metro cubico (cento e cincoenta decimetros cubicos) de argamassa.

Si, quando empregada em soleiras ou capas de bocieiros, for exigido apparelho grosso ou fino na parte apparente, pagar-se-ha este acrescimo de trabalho pelo n. 32 ou 33 da tabella, conforme a natureza do apparelho.

Art. 37. A alvenaria de lajões sem argamassa será feita nas mesmas condições do artigo anterior, com a differença de não levar argamassa, quando em construção de alicerces, muros, etc.

Quando empregada em soleiras e capas de bocieiros, os lajões terão as dimensões prescriptas pelos engenheiros e as faces de junta serão desbastadas de modo a se unirem convenientemente.

As juntas serão tomadas com lascas de pedra e argamassa n. 8, afim de ficar vedada a passagem á terra superposta.

O mesmo enchimento será feito nas soleiras, quando exigido.

A alvenaria desta classe será paga pelo n. 28 da tabella annexa.

Pelo trabalho de enchimento de juntas, nenhum preço supplementar será pago, por isso que elle se acha comprehendido no preço da alvenaria.

Si, quando empregada em soleiras ou capas de bocieiros, for exigido apparelho grosso ou fino na parte apparente, pagar-se-ha este acrescimo de trabalho pelo n. 32 ou 33 da tabella conforme a natureza do apparelho.

Arl. 38. A alvenaria ordinaria com argamassa será feita com pedras duras e apropriadas, de tamanhos regulares, não se admittindo, porém, excepto para calços, pedras de volume inferior a tres centesimos (0,03) de metro cubico (frinta decimetros cubicos) e cuja grossura seja menor que 0^m.15.

As pedras redondas e seixos rolados em nenhum caso serão admittidos; assim tambem não se permittirá o emprego de enchimento com pedras miúdas, vulgarmente denominadas crição, nem o emprego de pedras com crostas ou outras partes em decomposição, devendo as pedras ser limpas e sãs.

As pedras serão desganhadas e cortadas a martello, segundo a feição apropriada, na occasião do assentamento.

Os leitos serão toscamente feitos a martello. Depois de molhadas, as pedras serão assentadas, envolvidas em argamassa e calçadas a malho de madeira, até tomarem uma posição fixa, sendo em seguida calçadas com lascas de pedra dura, de forma e dimensões appropriadas.

A alvenaria formará um todo massico, sem vazio ou intersticio algum.

Quando for exigido, a alvenaria ordinaria será executada por camadas respaldadas horizontalmente.

As juntas lateraes, de pedras superpostas, deverão ser convenientemente desencontradas, e entre as pedras correntes de cada camada empregar-se-hão alternadamente pedras assentadas a fição ou travadouros em quantidade tal, que representem, pelo menos, a quarta parte da área exterior da camada.

Sempre que for possível, os travadouros atravessarão a espessura do muro e deverão ter ordinariamente, para comprimento, tres a cinco vezes a altura.

Para compor o paramento, escolher-se-hão as melhores pedras, as quaes serão empregadas de maneira a evitar calços apparentes, bem como desigualdades pronunciadas ou defeitos no paramento.

Esta alvenaria será paga pelo preço n. 29 da tabella, o qual poderá ser modificado com argamassa empregada; isto de accôrdo com a tabella de composição de pregos, annexa.

Em cada metro cubico de alvenaria empregar-se-hão frinta e dous centesimos (0,32) de metro cubico (trezentos e vinte decimetros cubicos) de argamassa.

Quando exigido o rejuntamento nas faces apparentes, esse acrescimo de trabalho será pago pelo n. 34 ou 35 da tabella annexa, conforme a argamassa empregada para o rejuntamento.

Nos paramentos occultos do lado das terras, e á medida que for sendo executada a alvenaria, se fará rejuntamento com a argamassa que refluir pelos leitos e juntas, comprimmendo-a fortemente e alisando-a.

Nenhum acrescimo de preço será pago por este trabalho, que já foi levado em conta no preço da alvenaria.

Quando empregada em abobada, pelo acrescimo de trabalho, esta alvenaria será ainda paga pelo n. 29 da tabella, mas com o acrescimo de dez por cento (10 %).

Art. 39. A alvenaria ordinaria de pedra secca será executada segundo as mesmas prescripções indicadas para a alvenaria ordinaria, com a differença de não ser empregada argamassa, devendo, portanto, ser feita com o cuidado que esta circumstancia exige.

Esta alvenaria será paga pelo preço n. 30 da tabella annexa, applicado ao volume total da obra executada e não ao volume real da pedra empregada.

Art. 40. A alvenaria de tijolos será feita com tijolos duros sonoros, bem queimados, mas não vitrificados, de forma rectangular, com faces planas e gutas vivas. Estes tijolos serão communs ou prensados.

Cada tijolo terá 0^m,22 de comprimento, 0^m,105 de largura e 0^m,07 de espessura, podendo, entretanto, como concessão, serem admittidas outras dimensões, quando o chefe de secção não vir nisso inconveniente, contanto que qualquer junta nunca tenha mais de um centimetro (0^m,01 de espessura e corra por conta do tarefeiro o augmento de despeza que resultar do emprego de tijolos com dimensões diversas das acima estabelecidas e que serão as consideradas no projecto das obras.

Os tijolos serão bem molhados na occasião do seu emprego e serão assentados em fiadas perfeitamente horizontaes e dispostos de modo que as juntas se cruzem em todos os sentidos.

O modo de arrumação e apparelho dos tijolos serão indicados pelo engenheiro encarregado do serviço, caso não haja desenho especial que o indique para cada caso.

Quando empregados em arcos, os tijolos serão assentados de modo que as juntas, segundo a espessura da abobada, sejam perfeitamente normaes á superficie do intra-dorso, cortando-se para isso os tijolos quando for preciso, ou usando-se de tijolos com forma de aduella, si assim o tarefeiro o preferir.

Esta alvenaria será paga pelo preço n. 31 da tabella annexa, o qual poderá ser modificado com a argamassa empregada, isto de accordo com a tabella annexa de composição de preços.

Em cada metro cubico desta alvenaria empregar-se-hão vinte centesimos (0,20) de metro cubico (duzentos decimetros cubicos) de argamassa.

Art. 41. O concreto será feito de pedras de grande dureza e britadas de modo que não apresentem, em qualquer sentido, dimensão superior a quatro centimetros (0^m,04) podendo ser empregado o seixo ralado quando o julgar conveniente o sub-director.

A argamassa empregada será a de n. 3, composta de um volume de cimento e 4 1/2 de areia.

Art. 42. Para cada classe de concretos empregar-se-hão:
1º concreto n. 1 — Um volume de pedra britada e um de

argamassa, ou setenta e cinco centesimos (0,75) de metro cubico (setecentos e cincoenta decimetros cubicos) de pedra britada e igual volume de argamassa.

2º concreto n. 2 — Dous volumes de pedra britada e um de argamassa, ou noventa centesimos (0,90) de metro cubico (novecentos decimetros cubicos) de pedra britada e quarenta e cinco centesimos (0,45) de metro cubico (quatrocentos e cincoenta decimetros cubicos) de argamassa.

3º concreto n. 3 — Tres volumes de pedra britada e um de argamassa, ou um metro cubico de pedra britada e um terço de metro cubico (trescentos e trinta e tres decimetros cubicos) de argamassa.

Art. 13. Os seixos ou fragmentos de pedra para a composição do concreto serão expurgados de todos os detritos, materias ferrosas e outros corpos estranhos, devendo para esse fim ser cuidadosamente lavados.

A mistura da argamassa e da pedra será feita á mão ou em betoneira, si assim o exigir o engenheiro encarregado do serviço.

Em todo o caso, a mistura será perfeita e só será empregado o concreto depois de ficarem as pedras completamente envolvidas de argamassa.

O emprego do concreto será feito logo depois da preparação, e será inutilizado todo aquelle que deixar de ser empregado até fazer péga.

O concreto será assentado por camadas horisontaes, de 20 a 40 centimetros de espessura, e dentro do caixão que deve revestir as paredes da cava de fundação, onde será comprimido antes de fazer péga.

Quando empregado debaixo de agua, a immersão do concreto far-se-ha pelo processo que indicar o engenheiro encarregado do serviço, evitando sempre com o maior cuidado a acção de correntes de agua através das camadas recentes de concreto, que podem produzir a deluição ou lavamento de argamassa.

Quando empregado a secco, ou quando tal exigir o engenheiro, o concreto será assentado de modo tal que cada camada faça liga com a anterior, a qual, si já houver endurecida, será primeiramente picada, varrida, humedecida e coberta de uma chapa de argamassa.

Só então deverá receber a nova camada de concreto.

A construção de alvenaria sobre a ultima camada de concreto da fundação, só poderá ser começada depois de verificada a solidificação do concreto, devendo primeiramente varrer-se e molhar-se a sua superficie.

Art. 14. Os trabalhos feitos com os concretos ns. 1, 2 e 3, serão pagos pelos preços ns. 23, 24 e 25, respectivamente.

Esses preços poderão ser alterados conforme a natureza da argamassa empregada, isto, porém, de accôrdo com a tabella annexa de composição de pregos.

Art. 15. As chapas de argamassa para abobada só serão executadas depois do decimbramento desta.

Antes do assentamento da argamassa, a superficie de extradorso será limpa de terra e corpos estranhos; as juntas serão desguarnecidas até á profundidade de um centimetro, pelo menos, e toda a superficie será bem varrida e molhada.

A chapa será de argamassa n. 3, de um volume de cimento e de um e meio de areia, e deverá ter de espessura tres e meio centimetros e poderá ser applicada em uma só ou em duas camadas conforme exigir o engenheiro encarregado do serviço.

A chapa de argamassa será paga pelo preço n. 22, da tabella annexa, podendo ser esse preço modificado conforme a argamassa empregada, de accôrdo com a tabella annexa de composição de preços.

Em cada metro quadrado de chapa de argamassa, empregar-se-hão 33 millesimos (0,033) de metro cubico (trinta e tres decimetros cubicos) de argamassa.

Art. 46. Para se proceder ao rejuntamento de alvenarias, as juntas deverão ser previamente desguarnecidas na profundidade de dois a tres centimetros, devendo ser varridas e molhadas antes do emprego da argamassa, que será applicada sem manchar a face da pedra e comprimida nas juntas.

A fórma do filete com cordão do rejuntamento será determinada para cada caso.

O rejuntamento será pago pelos preços ns. 34 ou 35 da tabella, podendo esses preços ser modificados conforme a natureza da argamassa empregada.

Em cada metro quadrado de rejuntamento empregar-se-hão sete milhesimos (0,007) de metros cubico (sete decimetros cubicos) de argamassa.

Art. 47. Além do que no art. 34 se refere á alvenaria de aparelho, o tarefeiro fará o aparelho dos paramentos quando assim o exigir o engenheiro encarregado do serviço.

Conforme a perfeição e acabamento, será o aparelho classificado, a juizo do mesmo engenheiro, em uma das classes designadas na tabella de preço sob ns. 32 ou 33.

Por esses preços serão pagos estes trabalhos conforme essa classificação.

Art. 48. A argamassa será sempre feita sob coberta enxuta e em estrados de madeira. Sua mistura e trituração deverão ser perfeitas podendo, em casos de larga fabricação, ser exigido pelo sub-director o emprego de meios necessarios para esse fim.

As argamassas serão: ou de cimento puro (n. 1) ou compostas de cimento e areia (ns. 2, 3, 4, 5 e 6) ou de cal e areia (ns. 7 e 8), tudo nas proporções e dosagens indicadas nas tabellas annexas, de preços e de composição de preços.

O cimento será da melhor qualidade, a juizo do sub-director, sendo de preferencia empregado o cimento «Portland».

Não será permittido o emprego do cimento que, não comprimido, pese menos de 1.300 kilos por metro cubico, ou que deixe residuo maior de 15 % na peneira de novecentas malhas por centimetro quadrado.

Si o sub-director entender conveniente, submeter-se-ha

o cimento a experiencia de tracção e compressão, podendo ser acceito ou recusado, de accôrdo com essas experiencias, ainda a juizo do sub-director.

Conforme a natureza do trabalho, o tarefeiro será obrigado a empregar o cimento de péga lenta, rapida ou mediana, conforme o exigir o engenheiro encarregado do serviço. A cal será de pedra e da melhor qualidade.

Será de preferencia empregada a cal virgem, extinta por aspersão no local da obra, a extincção sendo feita na proporção necessaria ao seu emprego immediato.

Para as dosagens da cal reduzida á pasta, será preciso fazer experiencia para determinar a quantidade equivalente ao volume de cal em pó a empregar na argamassa.

Quando for autorizado o emprego da cal em pó, a mistura com areia deverá ser feita a secco e da maneira a mais completa.

Depois de feita a mistura, se empregará a agua extrictamente necessaria para dar uma consistencia pastosa e firme.

A areia poderá ser fina ou grossa, conforme o emprego que deve ter a argamassa; deverá ser aspera ao tacto e perfeitamente expurgada de materias ferrosas, de mica, talco e de materias vegetaes.

Para que só se empreguem areias nessas condições, o tarefeiro as mandará lavar e peneirar sempre que assim for exigido.

O preço das argamassas de differentes classes acha-se em geral comprehendido no da alvenaria ou trabalho annexo em que forem empregadas; quando, porém, o seu preço deva ser separado, as argamassas serão pagas pelos preços ns. 14 a 21 da tabella annexa, conforme a classe.

Art. 49. Salvo as excepções feitas para cada classe de alvenarias, nos preços das alvenarias e trabalhos connexos estão incluídos: o descobrimento e abertura de pedreiras; a extracção, preparo e fornecimento dos materiaes; o carregamento e descarga para o transporte da pedra, tijolo, cal, cimento e areia; o emprego dos materiaes na obra; o fornecimento e empregos de andaimes, cimbres,apparelhos mecanicos, ferramentas, utensilios e todas as despezas ordinarias e extraordinarias que forem necessarias á execução das obras, menos as seguintes que serão abonadas em acrescimo, sendo algumas já referidas:

I. O transporte da pedra, tijolos, cal, cimento e areia que será pago pelo preço n. 43 da tabella annexa, e de accôrdo com o art. 56 das presentes especificações.

II. O apparelho das faces sapparentes das alvenarias, quando exigido. Esse acrescimo será pago de accôrdo com o art. 46.

III. O acrescimo de 10 % no preço da alvenaria ordinaria, quando empregada em abobadas de accôrdo com o art. 37.

IV. Em funneis, as alvenarias terão, de accôrdo com o art. 27, um acrescimo de 10 %, mas tão sómente além dos 10 metros a contar das entradas, e com as excepções previstas no artigo citado.

V — TRABALHOS DE MADEIRA

Art. 50. Nas superstructuras e pontes de madeira, nas estacadas para fundação de obras de arte e nas demais obras de madeira, empregar-se-hão sómente madeiras do 1.º e das melhores qualidades, a juizo do sub-director. Não se admittirá o emprego de madeiras sinão perfeitamente sãs, bem seccas, e sem branco, ventos, brocas, fendas, nós cariados ou outros quaesquer defeitos.

Art. 51. As estacas para fundação de pontes de madeira ou de outras quaesquer obras de arte, serão executadas exclusivamente com aroeira do sertão e serão falquejadas nas quatro faces, e com as dimensões determinadas para cada caso.

Cada estaca terá a cabeça cingida por uma bragaadeira ou anel de ferro que poderá ser retirado depois de batida a estaca e passar a servir na outra; e a sua extremidade inferior será aguçada e calçada com uma ponteira do mesmo metal.

As estacas serão cuidadosamente collocadas nos pontos que forem marcados ou indicados pelos engenheiros; serão bem alinhadas e apumadas, devendo para isso estar sujeitas a guias que as impeçam de se desviar.

As percursões serão dirigidas com tal certeza, segundo o eixo das estacas, que estas não possam ser desviadas da devida direcção nem torcidas ou partidas por uma pancada em falso.

O farefeiro arrauará á sua custa e de novo cravará as que tomarem posição defeituosa, devendo, porém, substituir, ainda á sua custa, aquellas que não puderem ser aproveitadas, a juizo do engenheiro encarregado do serviço.

Considerar-se-ha cravada uma estaca quando não se enterrar mais de um centimetro (0^m.01) por applicação de dez pancadas com um macaco pesando 600 kilos e cahindo de 3^m.60 de altura.

Este limite para a néga, póde em casos especiaes, ser alterado pelo engenheiro encarregado do serviço.

Seis dias depois de cravada será a estaca de novo submettida a nova serie de pancadas, em condições iguaes, e caso a néga tenha sido falsa, dever-se-ha continuar na operação até obter a néga prescripta.

Em casos especiaes ou imprevistos, será permittida a emenda das estacas que não tenham o comprimento necessario para obter-se a néga prescripta no paragrapho anterior.

Neste caso a emenda deverá ser feita com a maxima segurança e perfeição, a juizo do engenheiro e será guardada de bragaadeiras de ferro, fortemente apertadas.

Art. 52. As estacas serão pagas pelo preço n. 40 da tabella, quando tenham sido cravadas até oito metros, e pelo preço n. 41, quando a cravação tenha sido feita até uma profundidade maior de oito metros.

Esses preços applicam-se a cada metro de estaca enterrado, contados pelo comprimento realmente enterrado em cada es-

taça, exceptuando-se, porém, as estacas de prova, as quaes serão pagas segundo o comprimento que para cada uma determinar o engenheiro encarregado do serviço.

Os pregos acima, além do custo das estacas, comprehendem também:

As despesas de transporte até o logar da obra: as de apparelhar-as, preparar-as, cravar-as e aparar-as; o custo das ponteiros, anneis e bragaadeiras e as demais despesas que forem necessarias para a execução da estacaria, taes como, construção de estradas, aluguel de bate-estacas, etc.

Art. 53. Na construção e montagem dos cavalletes e superstructura das pontes de madeira, o farefeiro deverá empregar tão somente vigas de madeira de lei, nas condições do art. 49, devendo restringir-se tão somente ao emprego da aroeira do sertão, si assim o exigirem as especificações expedidas para cada ponte a construir.

As vigas deverão ser falquejadas nas quatro faces e apparelhadas de modo a apresentarem exactamente as dimensões indicadas para as differentes peças constitutivas da ponte.

Nas peças sujeitas a esforços de flexão, nenhuma viga de contextura reversa deverá ser applicada, sendo de preferencia escolhidas para essas peças vigas de madeira cuja contextura seja homogenea, ou seja formada de fibras longitudinaes: isto de accordo com as indicações do engenheiro encarregado do serviço.

As emendas indicadas no projecto, ou autorizadas pelo mesmo engenheiro, deverão ser cuidadosamente feitas, de modo a haver perfeita justaposição das superficies que tiverem de ficar em contacto, sem o emprego de calços, que fica expressamente prohibido.

Não será permittida emenda que não tenha sido autorizada ou que não satisfaça ás condições do paragrapho anterior.

Caso isto se dê, o farefeiro, á sua custa, deverá substituir a peça emendada ou desmontar e refazer a emenda, si assim o exigir o engenheiro encarregado do serviço.

Antes de reunir ás peças e emendar ou as que ficarem simplesmente apoiadas sobre outras, o farefeiro fará alcatroar ou coaltarizar as superficies da madeira, que tiverem de ficar em contacto.

Os furos para passagem de parafusos e cavilhas deverão ter exactamente os mesmos diâmetros desses parafusos e cavilhas, de modo a evitar todo o jogo entre as peças que atravessarem.

Antes da applicação dos parafusos, a madeira, na parte em que se achar em contacto com o ferro, deverá ser previamente alcatroada ou coaltarizada.

Antes da applicação dos parafusos, a madeira, na parte entre si, das peças reunidas por parafusos, será produzido pelo aperto das porcas de parafusos, por meio de chaves, tendo dimensões adequadas a cada caso.

Art. 54. Depois de terminada uma obra de madeira, o fa-

refeireo deverá remover para onde for determinado, ou queimar fóra da zona da estrada, todas as sobras de madeira, de modo que o terreno em que se achar a obra fique completamente limpo de materiaes que possam vir a produzir accidentes devidos ao fogo.

Art. 55. As obras de madeira serão pagas pelos ns. 36, 37, 38 ou 39, conforme a natureza e dimensões das vigas empregadas.

Esses preços applicam-se ao volume real da madeira empregada na obra, não se levando em conta as pedras, sobras, etc., de madeira, que possam se dar na execução dessas obras.

Os preços acima, além do custo da madeira, conforme o paragrapho anterior, comprehendem ainda: as despesas do transporte até o lugar da obra; o falquejamento e aparelhamento da madeira; o assentamento dos parafusos, braçadeiras e demais ferragens da ponte, e as outras despesas que forem necessarias á execução das pontes, taes como estrados, andaimes, pontes provisórias, etc.

Os parafusos, braçadeiras e demais ferragens empregadas nas obras de madeira, serão pagos pelo n. 58 da tabella e de accôrdo com o art. 67, das presentes especificações.

— TRABALHOS DIVERSOS

Art. 56. O preço n. 42 será applicado ao transporte dos materiaes provenientes das excavações, qualquer que seja a sua natureza ou categoria.

A distancia média do transporte será determinada pela distancia do centro de gravidade do solido excavado ao do solido formado, segundo o caminho realmente percorrido, de accôrdo com as ordens prévias dos engenheiros encarregados do serviço.

Nenhum acrescimo será pago pela carga e descarga desses materiaes, porquanto esse acrescimo já se acha comprehendido nos preços relativos ás excavações.

Art. 57. O preço n. 43 será applicado ao transporte dos materiaes: pedra, tijolo, areia, cal ou cimento, empregados nas obras de arte.

A distancia do transporte até o lugar do emprego dos materiaes será contada desde a ultima estação em trafego ou desde a ponta dos trilhos, quando nesses logares o material for recebido; ou desde o lugar de onde forem extrahidos por ordem dos engenheiros da estrada.

Applicar-se-ha o preço n. 43, ao volume real dos materiaes empregados nas obras. Esses volumes serão determinados com o auxilio da tabella annexa de composição de preços.

Art. 58. O preço n. 44 da tabella correspondente ao trabalho de quebrar pedras em fragmentos taes que não apresentem em qualquer sentido dimensão maior que quatro centímetros (0m,04).

O preço será applicado para o volume real de pedra quebrada.

Art. 59. O preço n. 45 da tabella applicar-se-ha ao trabalho de extrahir, carregar, descarregar e quebrar pedra, nas condições do artigo anterior.

Ainda nessas condições será applicado o preço quanto ao volume real da pedra quebrada.

O transporte será pago pelo n. 43, de accôrdo com o disposto no art. 56.

Art. 60. O preço n. 46 correspondente ao trabalho de enchimento de vãos com pedra quebrada.

Para sua applicação, dever-se-ha observar o disposto no art. 29 das presentes especificações.

Art. 61. Os pilares e encontros das pontes e pontilhões e os pés dos aterros atingidos pelas aguas, serão, quando exigidos pelos engenheiros, enrocados com pedra de cinco centesimos (0^m,05) de metro cubico (cincoenta decímetros cubicos) a um metro cubico de volume.

Os enrocamentos serão feitos ou com pedras simplesmente jogadas, ou com pedras arrumadas, de accôrdo com a ordem do engenheiro encarregado do serviço.

Quando feito com pedras jogadas, pagar-se-ha este trabalho pelo preço n. 47, applicado ao volume real da pedra empregada e quando feito com pedras arrumadas, será pago pelo n. 48 da tabella, applicado ao volume da obra executada.

Nos preços dos enrocamentos estão incluídas todas as despesas menos as de transporte da pedra, que serão pagas de accôrdo com o art. 56.

Art. 62. Os leitos da estrada, das valas, etc., bem como os seus taludes, serão calçados, onde for ordenado pelos engenheiros, com pedras de cinco millesimos (0^m,005) de metro cubico (cinco decímetros cubicos) a cinco centesimos (0^m,05) de metro cubico (cincoenta decímetros cubicos).

As pedras serão bem aleitadas, desganhadas e toscamente afeioadas, na fôrma conveniente, ás juntas devendo ser cruzadas e as pedras batidas a malho de calceteiro.

Esse trabalho será pago por metro quadrado de área calçada e pelo preço n. 49 da tabella.

Esse preço inclue todas as despesas, menos a do transporte, que será pago de accôrdo com o art. 56.

Art. 63. O preço n. 50 será applicado ao empilhamento de pedras, quando ordenado pelos engenheiros, quer para medição, quer para depositar-as ao longo da linha.

Esse preço será applicado ao volume real da pedra empilhada, avaliado em 50 a 80 % do volume apparente da pilha.

Art. 64. Nos logares em que os engenheiros determinarem, serão os taludes dos côrtes e aterros revestidos com leivas postas ao chato ou a fição, em fôrma de ladrilho, com as juntas cruzadas, devendo as leivas ficar perfeitamente assentadas, ou ainda ser fixadas com estaquinhos quando isso for necessario.

A esses trabalhos applicar-se-hão os preços ns. 51 ou 52

da tabella, conforme a natureza do trabalho, estando nesse preço incluído o fornecimento das leivas.

Art. 65. Quando determinado pelos engenheiros, o tarefairo deverá esgotar a linha com esgoto de canos de barro vidrado (manilhas), sendo este trabalho pago pelo preço n. 53 da tabella.

Neste preço estão incluídas todas as despesas de abertura e enchimento da valla, fornecimento, assentamento e transporte das manilhas até o lugar do emprego.

As juntas serão tomadas a estopa e argamassa n. 3, ou simplesmente juxta-postas, conforme determinar o engenheiro encarregado do serviço.

Art. 66. O preço n. 54 applica-se ao trabalho de levantamento dos materiaes provenientes de excavação para fundação de obras de arte, vallas e desvios de rio, abertura de poços, etc. Será ainda applicado ao levantamento dos materiaes extrahidos dos côrtes, sómente quando esse trabalho for autorizado em ordem de serviço pelo chefe de secção.

Art. 67. Além dos casos de que trata o art. 22, o tarefairo fará o trabalho de soccar a terra quando lhe for determinado, na execução de certas obras, como: contrafortes ou massiços de terra para consolidação de taludes, enchimento de vallas com canos de esgoto, etc.

A terra será bem soccada em camadas de 15 a 20 centímetros de espessura, devendo ser levemente humedecida na ocasião de seu emprego.

Por este trabalho pagar-se-ha o preço n. 57 da tabella annexa, no qual estão incluídas todas as despesas, inclusive regularização dos taludes, sem se contar, porém, a terra empregada, a qual será paga á parte, si for extrahida especialmente para esse fim.

Art. 68. Os parafusos, braçadeiras e demais ferragens empregados nas obras de madeira serão pagos pelo preço n. 58 da tabella.

Nesse preço se acham incluídas todas as despesas de fornecimento, transporte até á obra, preparo e apparelho do ferro a empregar-se nas obras: exceptuando-se, porém, as pontadeiras, anneis e braçadeiras das estacas, por se acharem incluídos no preço de cravação das mesmas estacas.

O preço n. 58 será applicado ao peso real do ferro empregado.

Directoria Geral de Obras e Viação, 5 de maio de 1908.—
José Freire Parreiras Horta.

N. 21 — EM 8 DE MAIO DE 1908

Communica que ao Congresso Nacional vae ser solicitado o necessario credito para representação do Brazil no Congresso Internacional Sul Americano, que se reunirá em Buenos Aires de 1 de abril a 24 de maio de 1910.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 1ª secção — N. 2 — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1908.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tenho a honra de declarar, em solução ao vosso aviso n. 3, de 30 de janeiro proximo passado, que este ministerio, attendendo ao convite feito por intermedio da respectiva legação, pelo Governo da Republica Argentina, para que o Brazil se faça representar no Congresso Internacional Sul Americano, que se reunirá em Buenos Aires, de 1 de abril a 24 de maio de 1910, com o fim de estudar os diversos problemas inherentes á construcção de exploração de estradas de ferro na America do Sul, vae solicitar ao Congresso Nacional o necessario credito para occorrer ás despesas que terão de ser feitas com aquella representação.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon.*

N. 22 — EM 9 DE MAIO DE 1908

Approva a tabella dos dias de partida, demora nos portos e duração das viagens redondas dos paquetes do Lloyd Brasileiro, nas linhas de passageiros.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolve approvar a tabella que fixa, para cada linha de navegação do Lloyd Brasileiro, os dias de partida, de demora nos portos e o prazo das viagens de seus paquetes, e que a esta acompanha e vae assignada pelo director geral da Directoria Geral da Industria da Secretaria de Estado deste ministerio.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1908.— *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

TABELLA DOS DIAS DE PARTIDA, DEMORA NOS PORTOS E DURAÇÃO DAS VIAGENS REDONDAS DOS PAQUETES DO LLOYD BRAZILEIRO NAS LINHAS DE PASSAGEIROS, A QUE SE REFERE A PORTARIA DESTA DATA

Linha do Norte

Partida do Rio de Janeiro: aos sabbados.
Prazo de demora nos portos:

Victoria, 3 horas
Bahia, 8 horas ;

Maceió, 4 horas ;
 Recife, 10 horas ;
 Cabedello, 4 horas ;
 Natal, 4 horas ;
 Fortaleza, 4 horas ;
 Tutuía, 3 horas ;
 Maranhão, 6 horas ;
 Belém, 8 horas ;
 Manaus, 12 horas ;
 Duração da viagem: 40 dias.

Linha do Norte (rápida)

Partida do Rio de Janeiro: 1ª e 3ª quinta-feira do
 mez.

Prazo de demora nos portos:

Bahia, 8 horas ;
 Recife, 10 horas ;
 Ceará, 4 horas ;
 Maranhão, 6 horas ;
 Belém, 8 horas ;
 Manaus, 12 horas ;
 Duração da viagem: 32 dias.

Linha de Sergipe

Partida do Rio de Janeiro: 15 e 30 de cada mez.

Prazo de demora nos portos:

Bahia, 6 horas ;
 Estância, 3 horas ;
 Aracajú, 6 horas ;
 Penedo, 3 horas ;
 Duração da viagem: 18 dias.

Linha do Sul — Rio Grande

Partida do Rio de Janeiro: ás quintas-feiras.

Prazo de demora nos portos:

Santos, 4 horas ;
 Paranaguá, 4 horas ;
 Florianópolis, 4 horas ;
 Rio Grande, 12 horas ;
 Duração da viagem: 12 dias.

Linha do Sul — Santa Catharina

Partida do Rio de Janeiro: 1ª, e 3ª sabbado de cada mez.

Prazo de demora nos portos:

Santos, 4 horas ;
 Cananéia, 3 horas ;

Iguape, 2 horas ;
 Paranaguá, 4 horas ;
 Antonina, 2 horas ;
 S. Francisco, 3 horas ;
 Itajahy, 3 horas ;
 Florianópolis, 12 horas.
 Duração da viagem: 16 dias.

Linha do Rio da Prata

Partida do Rio de Janeiro: 2.^a e 4.^a sabbado de cada mez.
 Prazo de demora nos portos :
 Santos, 4 horas ;
 Paranaguá, 4 horas ;
 Antonina, 2 horas ;
 S. Francisco, 4 horas ;
 Florianópolis, 4 horas ;
 Rio Grande, 6 horas ;
 Montevideo, 6 horas ;
 Buenos Aires, 12 horas.
 Duração da viagem: 26 dias.

Linha de Corumbá

Partida — Em correspondencia com a chegada em Montevideo do paquete da linha do Rio da Prata, duas vezes por mez.
 Prazo de demora nos portos: 2 horas em cada porto de escala e 24 horas em Corumbá.
 Duração da viagem: 25 dias.

Linha de Cuyabá

Partida — Em correspondencia com a chegada em Corumbá do paquete da linha de Montevideo a Corumbá, duas vezes por mez.
 Prazo de demora nos portos: A necessaria nos portos de escala.
 Duração da viagem: 12 dias.

LINHAS AUXILIARES

Linha da Laguna

Em correspondencia com a linha do Sul — Rio Grande, tres vezes por mez.
 Duração da viagem: 6 dias.

Linha de S. Francisco

Em correspondencia com a linha do Sul — Santa Catharina — uma vez por mez.

Duração da viagem: 5 dias.

Linha de Paranaguá

Em correspondencia com a linha do Sul — Santa Catharina — uma vez por mez.

Duração da viagem: 6 dias.

Linha de S. Matheus

Partida: 5 dias antes da lua nova.

Prazo de demora nos portos: 2 horas.

Duração da viagem: 15 dias.

Linha de Caravellas

Partida: 5 dias antes da lua cheia.

Prazo de demora nos portos: 2 horas.

Duração da viagem: 20 dias.

Linha Sul da Bahia

Partida — Em correspondencia com a linha de Caravellas.

Prazo de demora nos portos: 2 horas.

Duração da viagem: 18 dias.

Linha do Rio Grande

Porto Alegre — Em correspondencia com as linhas que tocam no Rio Grande do Sul.

Linha Americana

Partida: na quinta-feira ultima de cada mez, de Santos.

Prazo de demora nos portos:

Rio de Janeiro, 12 horas ;

Bahia, 8 horas ;

Recife, 10 horas ;

Ceará, 4 horas ;

Maranhão, 6 horas ;

Belém, 8 horas ;

Barbados, 8 horas ;
 Nova Iork, 8 horas.
 Duração da viagem: 60 dias.

Observação — A demora nos portos é contada da hora em que o navio fica desembaraçado pelas visitas de Saude e da Alfandega.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1908.—*J. F. Soares Filho*.

N. 23 — EM 11 DE MAIO DE 1908

Approva as providencias indicadas pelo director da Estrada de Ferro Central do Brazil sobre a exposição retrospectiva inaugurada na mesma estrada e sua transferencia para a Exposição Nacional, na Praia Vermelha.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 67 — Rio de Janeiro, 11 de maio de 1908.

A vista do que expuzestes em officio numero 552, de 29 de abril ultimo, approvo as providencias indicadas no mesmo officio, no sentido de: 1º considerar encerrada, em 31 de maio corrente, a exposição retrospectiva, ultimamente inaugurada nessa estrada, para commemorar o 50º anniversario do seu trafego; 2º, transferir aquella exhibição para a Exposição Nacional, na Praia Vermelha, bem como os dous carros ali preparados, de conformidade com a autorização dada em aviso deste ministerio n. 157, de 9 de dezembro de 1907; sendo que as respectivas despesas com a transferencia, tanto da exposição retrospectiva, como dos dous alludidos carros, deverão correr pela consignação «Eventuaes» do orçamento dessa estrada, no corrente exercicio.

Saude e fraternidade.— *Miquel Calmon*.— Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 24 — EM 16 DE MAIO DE 1908

Autoriza a Companhia Docas de Santos a permittir a atracação no trecho do caes entre Paquetá e o canal da doca do mercado dos paquetes transatlanticos que alli demoram poucas horas, além dos nacionaes de navegação costeira.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª secção — N. 165 — Rio de Janeiro, 16 de maio de 1908.

Em resposta ao vosso officio n. 31, de 11 de abril ultimo relativamente ao trafego do trecho do caes entre Paquetá e

o canal da doca do mercado da Companhia Docas de Santos, declaro-vos que, attendendo ás reclamações do commercio dessa cidade e ao Centro de Navegação Transatlantica, fica autorizada aquella companhia a permittir a atracação naquêllec trecho de caes dos paquetes transatlanticos que alli demoram poucas horas, recebendo e deixando passageiros e raramente alguma carga, além dos vapores nacionaes de navegação costeira, conforme foi a torizada pelo aviso n. 183, de 30 de maio do anno proximo passado.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*.— Sr.engenheiro fiscal das obras do porto de Santos.

N. 25 — EM 29 DE MAIO DE 1908

Declara que a Companhia S. Paulo-Rio Grande tem direito a utilizar terrenos devolutos e nacionaes, bem como os comprehendidos nas sesmarias e prazos em virtude da concessão feita pelo decreto n. 15.432, de 9 de novembro de 1889, declarada effectiva pelo de n. 305, de 7 de abril de 1890.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª secção — N. 187 — Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Respondendo ao vosso officio n. 28, de 10 de abril ultimo, referente á colonização de terrenos á margem esquerda do Rio do Peixe pela Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, tenho a honra de declarar-vos que aquella companhia, em virtude da concessão feita pelo decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889, e declarada effectiva pelo de n. 305, de 7 de abril de 1890, tem o direito de utilizar os terrenos devolutos e nacionaes, bem como os comprehendidos nas sesmarias e prazos, excepto as indemnizações que forem devidas em uma zona maxima de 15 kilometros para cada lado de suas linhas ferreas, contanto que a área total não exceda a que corresponder á média de nove kilometros para cada lado da extensão total das mesmas linhas, podendo, portanto, em face destas disposições, que fazem parte de seu contracto celebrado nos termos do decreto n. 3.917, de 7 de março de 1901, constante do incluso exemplar impresso, promover a colonização daquelles a que vos referis no vosso citado officio, desde que se achem nas condições indicadas.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*.

N. 26 — EM 4 DE JUNHO DE 1908

Declara que os auxiliares de escripta da Estrada de Ferro Central do Brazil, **não tendo titulo de nomeação se acham isentos do imposto do sello de que trata o decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900.**

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 1ª Secção — N. 75 — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908.

Em officio n. 69, de 14 de janeiro deste anno, consultastes si os auxiliares de escripta que servem nessa estrada estão ou não sujeitos ao imposto de sello de que trata o decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900.

Ouvindo o Ministerio dos Negocios da Fazenda, respondeu, em aviso n. 77, de 31 de março findo, que os ditos auxiliares, não tendo titulo de nomeação, se acham isentos do mencionado imposto: o que vos declaro, para vosso conhecimento e necessarios effeitos.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon.* — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 27 — EM 2 DE JULHO DE 1908

Autoriza o abatimento de 25 % nas passagens de ida e volta, na Estrada de Ferro Central do Brazil, para as pessoas que se destinarem a visitar a Exposição Nacional de 1908, nesta Capital.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — N. 97 — Rio de Janeiro, 2 de julho de 1908.

A' vista do que expoz o presidente da commissão organizadora da Exposição Nacional de 1908, relativamente ás providencias que foram suggeridas em reunião celebrada no dia 17 do mez findo, a que comparecestes na qualidade de director da Estrada de Ferro Central do Brazil, resolvo autorizar o abatimento de 25 % nas passagens de ida e volta, nessa estrada, para as pessoas que se destinarem a visitar a dita exposição, sendo taes passagens válidas por 90 dias, quando emitidas nas estações do inferior entre 1 de julho e 30 de setembro do corrente anno.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon.* — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 28 — EM 6 DE JULHO DE 1908

Autoriza o deposito em ouro, cessando, porém, o pagamento de juros garantidos, attendendo ao pedido feito pela Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil, de estudos relativos ao trecho de Balmoré a Itapura.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1908.

Attendendo ao pedido feito pela Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil para depositar a somma correspondente aos 133.800 metros de estudos approvados pelo decreto n. 6.935, de 30 de abril do corrente anno e relativos ao trecho de Balmoré a Itapura, sobre o qual informastes por officio n. 363, de 13 de junho ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que fica autorizado para aquelle fim o deposito de 1.014:600\$, ouro, cessando, porém, o pagamento dos juros garantidos sobre a somma de 2.100:000\$, ouro, de que trata o aviso n. 169, de 19 de maio ultimo, logo que a **importancia dos pagamentos feitos á Companhia**, de accôrdo com o contracto celebrado nos termos do decreto n. 6.899, de 24 de março deste anno, atinja a esta quantia.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*.— Sr. engenheiro chefe da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

N. 29 — EM 13 DE JULHO DE 1908

Approva as modificações propostas pelo director da Estrada de Ferro Central do Brazil, para execução das obras de prolongamento da mesma estrada.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, attendendo ao que propoz o director da Estrada de Ferro Central do Brazil, resolve approvar as seguintes modificações das condições geraes, tabellas de preços e especificações, de que trata a portaria de 5 de maio do corrente anno, para a execução das obras de prolongamento da mesma Estrada:

1.º O art. 20 das referidas condições geraes é substituido pelo que se segue:

Art. 20. O tarefeiro tem o direito de admittir os empregados que julgar indispensaveis para cumprir o disposto no artigo anterior e de fixar-lhes os salarios que lhe parecerem justos, desde que não excedam os marcados nestas condições geraes, devendo effectuar os pagamentos dentro do prazo maximo de 30 dias, a contar do ultimo dia do mez vencido; si deixar de o fazer, caberá então á Estrada assumir a responsabilidade do pagamento dos salarios devidos pelo mesmo tare-

feiro aos empregados nas condições dos paragraphos seguintes, podendo, no caso de reincidência, ser-lhe cassada a tarefa pela administração da Estrada.

2.ª Fica estabelecido na tabella de composição dos preços sob o n. 6 A o de 28 para a mão de obra por metro cubico de escavações em schistos compactos.

3.ª O paragrapho unico do art. 9º das especificações, fica assim redigido:

Paragrapho unico. A 1ª categoria, denominada—Terra—poderá ser subdividida em tres, pagas por preços diversos, quando a natureza do terreno, a juizo do director da estrada, justificar esta procedencia.

Na 2ª sub-divisão ficarão comprehendidos os schistos pouco compactos e os demais materiaes dahi em diante especificados na categoria — Terra — até a categoria seguinte, e na terceira os schistos compactos, taes como o itabirito, etc.

Os preços para a escavação dos materiaes destas sub-divisões serão respectivamente os dos ns. 5, 6 e 6 A da tabella.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1908.— *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

N. 30 — EM 15 DE JULHO DE 1908

Substitue o art. 17 das instrucções provisórias approvadas, para a construção do ramal ferreo da Cruz Alta á foz do rio Ijuhy, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve substituir o art. 17 das instrucções provisórias approvadas pela portaria de 27 de maio de 1907 para a construção, pelo 2º batalhão de engenharia, do ramal ferreo da Cruz Alta á foz do rio Ijuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo seguinte:

Art. 17. O commandante, os officiaes, e os inferiores e as praças de pret, no desempenho da presente commissão, receberão pela verba — Construcção do ramal — as seguintes diárias *pro labore*:

Commandante do batalhão, engenheiro chefe....	20\$000
Major fiscal, 1º engenheiro.....	10\$000
Capitão, chefe de secção.....	8\$000
Primeiro tenente, engenheiro de 1ª classe.....	7\$000
Segundo tenente, engenheiro de 2ª classe.....	6\$000
Officiaes, engenheiros praticantes.....	4\$000
Aspirantes	2\$000
Encarregado do material.....	5\$000

Os officiaes praticantes, quando promovidos a engenheiros de classe, perceberão as diárias correspondentes, o que,

porém, só poderá ter logar após seis mezes, pelo menos, de pratica.

Os aspirantes poderão ser promovidos a conductores de 2ª e 1ª classe com as diarias de 3\$ e 4\$000.

Sargento ajudante.....	2\$000
Sargento quartel-mestre.....	2\$000
Primeiro sargento.....	1\$000
Segundo sargento.....	\$900
Furriel	\$800
Mandadores	\$700
Praças com officio ou encarregadas de serviço es- pecial que demande habilidade, etc.....	\$600
Cabos de esquadra.....	\$600
Telegraphista	1\$000
Chefes de turma.....	\$700
Praças de serviço braçal.....	\$500

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908.— *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

N. 31 — EM 15 DE JULHO DE 1908

Attendendo á proposta do director da Estrada de Ferro Oeste de Minas, reduz provisoriamente o vencimento annual do chefe do trafego da mesma estrada.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, attendendo ao que propoz o director da Estrada de Ferro Oeste de Minas, resolve provisoriamente reduzir a 12:000\$ o vencimento annual do chefe do trafego da mesma estrada, equiparando assim aquelle vencimento ao que percebem os respectivos chefes da locomoção e da linha, segundo o quadro, que acompanha a portaria de 19 de agosto de 1907, que, neste ponto, fica alterada.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1908.— *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

N. 32 — EM 20 DE JULHO DE 1908

Recommenda que sejam feitas as necessarias deducções nas sobras das verbas de exercicio findos, na Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Contabilidade — 1ª secção — N. 6 — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1908.

Attendendo ao que solicitou o Ministerio da Fazenda, recommendo-vos que, para maior regularidade do serviço relativo aos processos de dividas de exercicios findos, providencieis

para que, sempre que essa repartição organizar taes processos de dividas comprehendidas nas disposições do art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, faça nas sobras das verbas a que pertenciam as despesas, quando correntes, as necessarias deducções, sendo que a escripturação de taes sobras deverá ser lançada em livro proprio e dos processos deverá constar a declaração de terem sido feitas as deducções.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

—Identica ás demais repartições annexas.

N. 33 — EM 29 DE JULHO DE 1908

Autoriza a remessa, por intermédio das respectivas secretarias de Estado, de orçamentos de installações de linhas eapparelhos telephonicos requisitados pelos diversos ministerios, ou as respectivas contas.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Contabilidade — 1.ª secção — N. 94 — Rio de Janeiro, 29 de julho de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, e tendo em vista o vosso officio n. 1.582, de 1 de novembro ultimo, que fiques autorizado a enviar por intermédio das directorias das secretarias de Estado, sempre que não haja inconveniencia, os orçamentos das installações das linhas e apparelhos telephonicos requisitados pelos diversos ministerios ou as respectivas contas.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*. — Sr. director geral dos Telegraphos.

N. 34 — EM 3 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação a assentar uma linha telegraphica ligando o escriptorio de Campinas ao de S. Paulo, para uso exclusivo do serviço da estrada, mediante as condições indicadas.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 2.ª Secção — N. 280 — Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que, attendendo ao pedido feito pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, autorizo a mesma companhia a assentar uma linha telephonica ligando o escriptorio de Campinas ao de S. Paulo, para uso exclusivo do serviço da estrada, mediante as seguintes condições:

1.ª A Companhia deverá assignar na Repartição Geral dos Telegraphos um termo additivo ao convenio de trafego

mutuo que com aquella Repartição firmou em 23 de novembro de 1907 :

2ª. A Repartição Geral dos Telegraphos ficará com o direito de collocar, para seu uso, um ou dous conductores nos postes da nova linha, á qual ficarão extensivas as condições estabelecidas no capitulo 20 do referido convenio.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*. — Sr. engenheiro chefe da Repartição Federal de Fiscalização de Estradas de Ferro.

N. 35 — EM 19 DE AGOSTO DE 1908

Modifica as disposições do paragrahpo unico do art. 180 das condições regulamentares approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 129 — Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1908.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Governo, tendo em vista o que expoz a este ministerio o secretario da agricultura, commercio e obras publicas do Estado de S. Paulo, no officio n. 484, de 5 de junho ultimo, a que se refere o vosso de 4 do corrente mez, sob n. 1.155, sobre a representação dirigida ao presidente daquelle Estado pela Associação Commercial da respectiva capital, contra as disposições do paragrahpo unico do art. 180 das Condições Regulamentares, approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907, resolveu modificar as disposições alludidas, no sentido de supprimir a restricção correspondente ás estações de Mogy das Cruzes até Norte para os despachos de cereaes de que trata o mencionado artigo.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 36 — EM 24 DE AGOSTO DE 1908

A' vista do que expoz o director da Estrada de Ferro Central do Brazil, declara supprimidas algumas palavras na pauta ou classificação geral de mercadorias comprehendidas nas tarifas approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — N. 131 — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, á vista do que expuzestes no vosso officio n. 1.211, de 19 do corrente mez, ficam supprimidas na pauta ou classificação geral de merca-

derias, comprehendidas nas tarifas approvadas pelo decreto n. 6.747, de 24 de novembro de 1907, as palavras: « pagando a lotação completa do vagão », nas observações correspondentes ao artigo — « manilhas de barro », e bem assim as seguintes: « sendo nesta por lotação de vagão », que constituem o periodo final das observações referentes ao artigo: « canos de barro ».

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 37 — EM 24 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o prolongamento do ramal de Mattosinhos, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até a localidade denominada Aguas Santas, do município de Tiradentes, poucos kilometros distante daquela cidade.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 1ª Secção — N. 24 — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1908.

Attendendo ao pedido da Camara Municipal de S. João d'El-Rei, que transmittistes a este ministerio com o vosso officio de 10 do corrente mez, no sentido de ser prolongado o ramal de Mattosinhos, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até a localidade denominada Aguas Santas, do município de Tiradentes, poucos kilometros distante daquela cidade, autorizo-vos a effectuar, na fórma proposta no alludido officio, esse conveniente melhoramento da estrada de ferro que se acha sob a vossa direcção.

Saude e fraternidade. — *Miguel Calmon*. — Sr. director da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 38 — EM 31 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza a celebração de contracto entre a Comissão Central de Estudos e Construção de Estradas de Ferro e os arrendatários da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 1ª Secção — N. 112 — Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que fica autorizada a celebração do contracto a que se refere o vosso officio n. 23 C. de 9 de julho do corrente anno, entre essa commissão e os arrendatários da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, tendo por objecto o aluguel de um trem de lastro necessario para o serviço de construção da Estrada de Ferro do Timbó

á Propriá, segund a minuta que apresentastes a este ministerio e a clausula additiva constante da inclusa cópia, proposta pelo engenheiro-chefe e director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

Saude e fraternidade. — *Miquel Calmon*. — Sr. engenheiro-chefe da Commissão Central de Estudos e Construção de Estradas de Ferro.

CLAUSULA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Por conta da construção da Estrada de Ferro do Timbó á Propriá será feita toda e qualquer despesa de reparação da locomotiva ou dos vagões empregados em seu serviço, bem assim a substituição de quaesquer peças que se inutilizarem por accidentes de que a referida construção for responsavel.

N. 39 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que o contracto de empreitada para a construção do ramal de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brazil, foi celebrado em virtude de concorrência aberta pelo edital de 27 de novembro de 1883, publicado em 28 no « Diário Official ».

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 45 — Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1908.

Sr. Ministro da Fazenda — Accusando o recebimento do aviso n. 181, de 3 do corrente mez, em que solicitas esclarecimentos a respeito do que tive a honra de expedir-vos em data de 23 de julho, sob n. 23, cabe-me expor que o contracto de empreitada para a construção do ramal de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brazil, que deu lugar á questão a que referi, suscitada por Pedro Thomas y Martin e Domingos José de Oliveira, foi com estes celebrado pelo ministerio ora a meu cargo, em virtude da concorrência aberta, pelo edital de 27 de novembro de 1883, publicado no *Diário Official* do dia 28, tendo, consequentemente, corrido sempre pelo mesmo ministerio a questão alludida, determinada por uma reclamação dos referidos empreiteiros, ultimamente, porém, o Dr. Carlos Sampaio, declarando-se perito por parte da Fazenda Nacional, requisitou, nos termos do documento que acompanhou por cópia o meu citado aviso, lhe sejam confiados, para seu exame, os documentos que interessassem ao assumpto e, no intuito de obter esclarecimentos que me habilitem a resolver sobre esse pedido, occorreu-me obter o vosso competente parecer, uma vez que na Secretaria de Estado desse ministerio nada se en-

contra revestindo o referido doutor de caracter em que assum se apresentou, sem haver feito referencia, nesse meu acto, como vos dignareis de ver do respectivo aviso, á remessa do organimento que serviu de base para o mencionado edital.

Saude e fraternidade.— *Miguel Calmon.*

N. 40 — EM 3 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que a renda proveniente da exploração do immovel de ns. 44 a 48, da Avenida Central pela Companhia Docas de Santos, tem de ser levada á conta do rendimento das Obras do Porto de Santos, como outras executadas pela mesma Companhia, que hão de reverter á União.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 2ª secção — N. 337 — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Respondendo á consulta constante do vosso officio n. 277, de 30 de junho ultimo, relativa á exploração do immovel, de ns. 44 a 48, da Avenida Central, pela Companhia Docas de Santos, que reclama contra o lançamento do respectivo imposto predial, tenho a honra de declarar-vos que a renda proveniente de tal exploração tem de ser levada á conta do rendimento das Obras do Porto de Santos, assim como as demais executadas pela companhia, que hão de reverter á União, findo o prazo do contracto; todas ellas como proprios nacionaes que são, isentos de impostos federaes, estaduais e municipaes.

Saude e fraternidade.— *M. Calmon.*

N. 41 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza a substituição, no ramal de Porto Novo, do material rodante de tracção de bitola larga pelo de bitola estreita.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª secção — N. 156 — Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 1.491, de 29 de setembro findo, autorizo fazerdes substituir, no ramal de Porto Novo, cuja transformação já está concluida, o material rodante de tracção de bitola larga pelo de bitola estreita, 1^o,00, a partir de 12 do corrente mez.

Saude e fraternidade.— *M. Calmon.*— Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 42 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Declara que a Companhia «Rio de Janeiro City Improvements» deve promover as desapropriações e quaesquer outras providencias que se tornem precisas para a execução do seu contracto em relação aos predios da rua S. Francisco Xavier nas proximidades da estação do mesmo nome, da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Competindo á Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, sob a vossa fiscalização, promover as desapropriações e quaesquer outras providencias que se tornem precisas para a execução do seu contracto, declaro-vos, em solução aos vossos officios ns. 196 e 198, de 15 e 18 de maio do corrente anno, que, nessa conformidade, deverá ella proceder em relação aos esgotos dos predios da rua de S. Francisco Xavier, de que tratam estes officios, situados nas proximidades da estação do mesmo nome, da Estrada de Ferro Central do Brazil, cumprindo-lhe, outrossim, expôr os motivos pelos quaes tem deixado de levar a effecto os referidos melhoramentos, comprehendidos no objecto do contracto alludido.

Saude e fraternidade.— *M. Calmon*.— Sr. engenheiro fiscal da Companhia *City Improvements*.

N. 43 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1908

Resolve que sejam levadas á conta de capital da companhia arrendataria da rêde de viação ferrea do Rio Grande do Sul, diversas importancias gastas pela mesma companhia, por não terem sido observados os projectos approvados, nem ter sido solicitada prévia prorrogação dos augmentos executados nas respectivas obras.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — 1ª secção — N. 128 — Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908.

Em solução ao vosso officio n. 614, de 9 de setembro findo, informando sobre o requerimento de 16 de outubro do anno proximo passado, da companhia arrendataria da rêde de viação ferrea do Rio Grande do Sul, declaro, para os necessarios effectos, que, de conformidade com o vosso parecer, resolveu-se sejam levadas á conta de capital da mesma companhia as importancias: de 4:926\$266, relativa á parada de Canabarro; de 523\$947, referente ao triangulo de reversão de Pinheiro Marcado; e de 3:008\$079, proveniente dos desvios de Santa Rosa, Umbú, S. Pedro e Colonia, deixando de ser atten-

dida a mencionada companhia relativamente ao excesso de despeza, no valor de 23:259\$271, com a construcção de quatro desvios novos e paradas em Retiro, Bella União, Rodeio Colorado e Biboca, por não terem sido observados os projectos approvados, nem ter a companhia solicitado a prévia prorrogação dos augmentos executados nas respectivas obras.

Saude e fraternidade.—*Miguel Calmon*.—Sr. engenheiro chefe director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

N. 44 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara por que fôrma deverá ser feita a applicação da Tarifa autorizada pelo aviso n. 155, de 8 de outubro proximo passado, para o transporte de materiaes destinados á Academia de Commercio da cidade de Juiz de Fôra.

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viagão — 1ª secção — Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1908.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que a applicação da Tarifa autorizada pelo aviso n. 155, de 8 de outubro proximo passado, para o transporte de materiaes destinados á Academia de Commercio da cidade de Juiz de Fôra, deverá ser feita, em cada uma das expedições dos objectos comprehendidos na relação que acompanhou aquelle aviso, segundo a respectiva base estabelecida pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907, e os pesos de taes objectos apresentados para esse fim, por parte da referida Academia, cumprindo que do mesmo modo se proceda em relação a autorizações analogas concedidas por este ministerio.

Saude e fraternidade.—*Miguel Calmon*.—Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 45 — EM 5 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara competir ao engenheiro chefe e director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro preparar os certificados precisos para os pagamentos de que tratam as clausulas VII e VIII do contracto transferido á «Madeira-Mamoré Railway Company».

Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viagão — 1ª secção — N. 169 — Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1908.

Declaro-vos, em solução ao vosso officio n. 887, de 1 do corrente mez, que, estando a vosso cargo, na fôrma do aviso

n. 33, de 23 de março proximo passado, a fiscalização dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que constituem o objecto do contracto a que se refere o decreto n. 6.103, de 7 de agosto de 1906, transferido á *Madeira-Mamoré Railway Company* em virtude do decreto n. 6.838, de 30 de janeiro ultimo, vos cabe, nos termos do art. 4º, n. IX, das instrucções de 18 de abril de 1907, preparar os certificados precisos para os pagamentos de que tratam as clausulas VII e VIII do referido contracto, devendo constar de taes documentos os resultados das medições em que se basearem, indicando as quantidades e especies dos objectos fornecidos e dos trabalhos executados, bem como o periodo de tempo em que houverem sido effectuados; para o que vos restituo o requerimento da companhia, que acompanhou o vosso officio alludido, juntamente com o documento ao mesmo annexo.

Saude e fraternidade.—*M. Calmon*.—Sr. engenheiro chefe e director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

N. 46 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1908

Recommenda a respeito de providencias a tomar sobre transferencia do Ministerio da Fazenda de todos os proprios nacionaes, terrenos e demais bens do dominio federal, que não estejam applicados a serviços federaes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — N. — Circular.

Tendo o Ministerio da Fazenda, em aviso n. 219, de 21 de novembro ultimo, solicitado as necessarias providencias afim de lhe serem transferidos todos os proprios nacionaes, terrenos e demais bens do dominio federal, á cargo do da Industria, Viação e Obras Publicas, que não estejam applicados a serviços federaes, de conformidade com o que preceituam o art. 4º, da lei n. 1.741, de 26 de dezembro de 1900, e o art. 7º, da lei n. 1.837, de 31 de dezembro de 1907, recommendo-vos me habiliteis a satisfazer ao que solicita o referido ministerio no seu citado aviso.

Saude e fraternidade.—*Miguel Calmon*.—Sr. engenheiro chefe, director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

— Iguaes aos directores das Estradas de Ferro Central do Brazil, Oeste de Minas e D. Thereza Christina.

N. 47 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Dá instruções para a comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife.

O Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve approvar as instruções, que com este baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado deste Ministerio, para a comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife, subordinada á comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908.— *Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

INSTRUÇÕES PARA A COMISSÃO FISCAL E ADMINISTRATIVA DAS OBRAS DO PORTO DO RECIFE, A QUE SE REFERE A PORTARIA DESTA DATA

Art. 1.º É constituida provisoriamente uma comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Recife, subordinada á comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro.

Terá ella a seu cargo:

1.º A execução das obras do melhoramento, cujos planos e orçamentos foram approvados pelo decreto n. 6.378, de 14 de novembro de 1907, e a fiscalização das contractadas com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro em virtude do decreto n. 7.003, de 2 de julho de 1908.

2.º A desapropriação dos trapiches e predios necessarios ás obras, sua demolição ou adaptação e eventualmente a conservação e utilização das propriedades adquiridas.

3.º A exploração commercial dos cães e armazens, logo que construidos entrarem em trafego, ou fiscalização dos respectivos serviços, se forem elles contractados.

4.º A execução eventual de trabalhos que forem autorizados pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, por intermedio do director tecnico da comissão das obras do porto do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A comissão funcionará sob as ordens de um engenheiro chefe e constará do pessoal fixado na tabella annexa a estas instruções, a qual só poderá ser alterada por expressa determinação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, sob proposta do director tecnico da comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro.

Disporá ainda de auxiliares, fiscaes e outros serventuarios, percebendo diarias, não excedentes das maximas, marcadas na mesma tabella, e cujo numero será determinado pelo director

technico, segundo as necessidades dos trabalhos, sob proposta do engenheiro chefe.

Art. 3.º Os serviços da comissão, subordinados todos ao engenheiro chefe, serão divididos nas secções seguintes:

Secretaria, a cargo de um official secretario;

Contadoria, a cargo de um contador;

Pagadoria, a cargo de um thesoureiro pagador;

Escriptorio technico e fiscalização dos trabalhos contractados, sob a direcção do 1º engenheiro;

Trabalhos eventuaes a cargo dos engenheiros que forem designados pelo engenheiro chefe.

Art. 4.º Serão nomeados por portaria do ministro, sob proposta do director technico, o engenheiro chefe, o primeiro engenheiro, os engenheiros de 1ª e de 2ª classe, official secretario, o contador e o thesoureiro pagador.

Por acto do director technico, sob proposta do engenheiro chefe, os engenheiros de 3ª classe, o fiel do thesoureiro pagador, os conductores de 1ª e os 1.ª e 2.ª escripturarios, e por acto do engenheiro chefe o demais pessoal.

Art. 5.º Serão substituidos em seus impedimentos e faltas: o engenheiro chefe pelo primeiro engenheiro, este pelo engenheiro de 1ª classe, que fôr designado pelo engenheiro chefe; o thesoureiro pagador pelo fiel, e o official secretario e o contador pelos 1.ª escripturarios que forem designados pelo engenheiro chefe.

Art. 6.º A comissão será regida pelas disposições do regulamento da comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro, que lhe forem applicaveis e não contrariarem as presentes instrucções.

Art. 7.º As despesas da comissão correrão por conta do emprestimo levantado para o melhoramento do porto do Recife, nos termos do respectivo contracto approvado pelo decreto n. 7.003, de 2 de julho de 1908, e pelas sobras do producto da taxa de 2 %, ouro, sobre a importação por aquelle porto, arrecadada para os fins indicados no contracto acima referido.

Art. 8.º O Governo distribuirá á Delegacia Fiscal do The-souro Federal no Estado de Pernambuco a quantia necessaria para as despesas de desapropriação e de administração pela comissão fiscal em cada anno, devendo o pagamento das obras contractadas ser feito na forma estipulada no respectivo contracto.

Art. 9.º O engenheiro chefe da comissão requisitará da delegacia fiscal as quantias de que necessitar para as despesas de cada mez e dellas prestará contas, por trimestres, perante o Tribunal de Contas, de accordo com o regulamento e praxes em vigor para as prestações de contas da comissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro.

Art. 10. Ao engenheiro chefe incumbe:

§ 1.º Dirigir todos os serviços, distribuindo-os por seus auxiliares, organizando instrucções para a boa execução e regularidade dos mesmos, que sujeitará á approvação do director technico.

§ 2.º Fiscalizar o exacto cumprimento do contracto celebrado com Edmond Bartissol & Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das obras de melhoramento do porto de Pernambuco.

§ 3.º Propor ao director tecnico todas as providencias e medidas que julgar necessarias ao bom andamento dos serviços.

§ 4.º Requisitar da Delegacia Fiscal em Pernambuco as quantias necessarias para occorrer ás despesas com o pessoal e a compra dos materiaes precisos aos diversos serviços, na forma do artigo precedente.

§ 5.º Autorizar o pagamento das despesas da commissão e dos trabalhos eventuaes, que forem iniciados, com approvação do Governo, por intermedio do director tecnico.

§ 6.º Adquirir os materiaes precisos para as obras e serviços, quer por concorrência publica, quer por encomendas no paiz ou no estrangeiro, dependendo de autorização do director tecnico quando o valor exceda de 10:000\$000.

§ 7.º Apresentar mensalmente ao director tecnico o balanço das despesas feitas no mez anterior, e até 1 de dezembro de cada anno o orçamento das despesas a effectuar no exercicio seguinte.

§ 8.º Apresentar ao director tecnico o relatorio dos trabalhos executados pela commissão em cada trimestre, e até 31 de janeiro o relatorio annual.

§ 9.º Requisitar das autoridades federaes, com séde na cidade do Recife, o seu auxilio no que fôr conveniente ao bom e ininterrompido andamento dos serviços e communicar-se directamente com as autoridades estaduais em tudo que concernir a execução dos trabalhos a cargo da commissão.

Art. 11. O thesoureiro pagador, encarregado de receber da Delegacia Fiscal as quantias requisitadas pelo engenheiro chefe, e de fazer o pagamento das folhas do pessoal, férias de trabalhadores e contas, depois de devidamente processadas, escripturará todos os pagamentos feitos em livro especial, rubricado pelo engenheiro chefe.

Prestará o thesoureiro pagador uma fiança de 10:000\$, em dinheiro, não vencendo juros, ou em apolices da divida nacional, que ficará depositada no Thesouro Federal.

Será elle auxiliado pelo fiel, que prestará uma fiança de 5:000\$, nas mesmas condições que o thesoureiro pagador.

Quadro do pessoal a que se refere o art. 2º das instrucções

CATEGORIAS	ORDEMADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTOS	DIARIA
1 engenheiro chefe.....	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000	20\$000
1 primeiro engenheiro...	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000	16\$000
2 engenheiros de primeira classe.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000	14\$000
3 engenheiros de segunda classe.....	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000	12\$000
3 engenheiros de terceira classe.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	8\$000
3 conductores de primeira classe.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6\$000
3 conductores de segunda classe.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	5\$000
1 desenhista de primeira classe.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	—
1 desenhista de segunda classe.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	—
1 official secretario.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	—
1 contador.....	4:400\$000	2:200\$000	6:600\$000	—
1 thesoureiro-pagador...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	—
1 fiel do pagador.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	—
3 1ªs escripturarios.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	—
3 2ªs escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	—
3 3ªs escripturarios.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—
1 porteiro.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	—
2 continuos.....	1:340\$000	600\$000	2:000\$000	—

Observações

1ª

O pessoal deste quadro será preenchido á medida das necessidades dos serviços, por proposta do engenheiro chefe ao director tecnico.

2ª

O engenheiro chefe poderá admittir o pessoal auxiliar que se tornar necessario pelo tempo indispensavel, os operarios e

jornaleiros que forem precisos, mediante o abono de diarias ou salarios cujas tabellas deverão ser préviamente approvadas pelo director technico.

3ª

Ao thesoureiro pagador e ao fiel será abonada para quebras uma gratificação de 10% dos respectivos vencimentos, quando se acharem no exercicio dos seus cargos.

Directoria Geral de Obras e Viacão, 17 de dezembro de 1908. — Pelo director geral, *José Diniz Villas Boas*.

N. 48 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1908

Providencia sobre artigos que tiverem de ser importados com destino ás repartições do Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª secção — N. — Circular — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1908.

O Ministerio da Fazenda, em aviso n. 244, de 16 do corrente mez, declarou que á vista do que dispõe o art. 2º, § 23, da Tarifa das Alfandegas e Mesas de Rendas, as mercadorias e objectos adquiridos no exterior por conta da União, para o serviço da Republica, devem ser importados directamente para gozar do favor allí consignado, e que convinha providenciar afim de que os artigos que tiverem de ser importados com destino ás repartições dependentes deste Ministerio venham consignados ás mesmas repartições, sem o que não poderão obter o respectivo despacho, livre de direitos, quando requisitado, o que communico para vosso conhecimento e necesarios effeitos.

Saude e fraternidade. — *M. Calmon*. — Sr. engenheiro chefe director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro.

N. 7 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1908

Proroga por seis mezes os prazos estabelecidos para o troco das moedas de cobre do antigo cunho por moedas de bronze.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, para o seu conhecimento e devidos effectos, ter resolvido prorogar por seis mezes os prazos estabelecidos nas circulares ns. 24, de 19 de agosto, e 44, de 27 de novembro de 1907, para o troco das moedas de bronze.

David Campista.

N. 8 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1908

Recommenda providencias para a remessa de uma relação dos predios que se acham alugados pelo Governo da União nos Estados para serviços do Ministerio da Fazenda, com indicação do preço do aluguel.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1908.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que providenciem no sentido de ser organizada e remettida a este ministerio uma relação dos predios que se acham alugados pelo Governo da União para serviços do Ministerio da Fazenda com indicação do preço do aluguel.

David Campista.

N. 9 — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1908

Declara que o sal deve ser acompanhado de guia de pagamento do respectivo imposto na viagem da salina até ao porto de seu destino.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições deste ministerio, para o seu conhecimento e devidos effectos, que, conforme ficou resolvido em sessão do Conselho de Fazenda de 4 do corrente, sobre a reclamação feita pela Companhia Commercio e

Navegação contra a exigencia da inspectoría da Alfandega do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, das guias de pagamento do imposto de consumo do sal carregado a bordo do vapor nacional *Arsê*, da alludida companhia, entrado no porto daquella cidade a 14 de maio do anno passado, em transitó para Porto Alegre, no mesmo Estado, que o sal só deve ser acompanhado de guia na viagem da salina até ao porto de seu destino.

David Campista.

N. 40 — EM 7 DE MARÇO DE 1908

Recommenda aos chefes das repartições subordinadas ao Ministerio da Fazenda a rigorosa observancia dos arts. 97 e 69 e seus paragraphos, do regulamento annexo ao decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 7 de março de 1908.

Tendo em consideração o que informou a Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal sobre o requerimento encaminhado pela Delegacia Fiscal no Ceará com o officio n. 43, de 2 de dezembro ultimo, e no qual o agente fiscal do imposto de consumo na 1.^a circumscripção do mesmo Estado, Manoel Fabricio de Barros, reclamou contra o facto de não lhe serem pagas as porcentagens devidas relativamente ao imposto do sal dalli exportado por não terem fornecido os necessarios elementos áquella delegacia, ás diversas repartições dos portos de destino do referido producto, recommendo aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio a rigorosa observancia dos arts. 97 e 69 e seus paragraphos, do regulamento annexo ao decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

David Campista.

N. 11 — EM 28 DE MARÇO DE 1908

Annulla a circular expedida em 23 de novembro do anno findo, sob n. 40.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 28 de março de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que este ministerio, tendo em vista o disposto no decreto n. 6.861, de 27 de fevereiro ultimo, que estabelece a tolerancia de anhydrido sulfuroso até 350 miligrammas por litro na importação de vinhos, resolveu annullar a circular expedida em 23 de novembro do anno findo, sob n. 40. — *David Campista*.

N. 12 — EM 30 DE MARÇO DE 1908

Declara que devem figurar na lista de materiaes annexa á circular n. 5, de 16 de fevereiro de 1907, longueirões metallicos, vigamentos metallicos, e coque para fundição.

Ministerio da Fazenda — Circular n. 13 — Rio de Janeiro, 30 de março de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, na conformidade do despacho de 24 do corrente, proferido sobre o requerimento da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, que na lista de materiaes annexa á circular n. 5, de 16 de fevereiro de 1907, devem figurar tambem os seguintes artigos: longueirões metallicos, vigamentos metallicos, e coque para fundição. — *David Campista*.

N. 13 — EM 30 DE MARÇO DE 1908

Approva a relação dos materiaes para os quaes a Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, cessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, póde solicitar isenção de direitos.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 30 de março de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, que, por despacho de 23 do corrente mez, foi

approvada relação, que a esta acompanha, dos materiaes para os quaes a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, cessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, póde solicitar isenção de direitos, nos termos da clausula II do decreto n. 4.357, de 1 de fevereiro de 1902. — *David Cam-pista.*

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DE VICTORIA A MINAS

(Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina)

Relação de materiaes

Acido muriatico.
 Acido carbolico.
 Aço em barra.
 Aço em chapa.
 Aço em chapa, galvanizado.
 Aço para molas.
 Agua-raz.
 Alcatrão vegetal.
 Aldrabas de ferro.
 Aldrabas de latão.
 Alfinetes brancos, de ferro.
 Alicates e pinças para cortar, nickelados para conductor.
 Alvaia de chumbo.
 Alvaia de zinco.
 Alavancas de marcha de locomotiva.
 Almofadas.
 Almofadas de *papier-marché* para carros.
 Anilhas de aço para tubos de caldeira.
 Apitos nickelados, para conductores.
 Apitos de machinas.
 Apparelhos para esticar arame para telegrapho.
 Apparelhos telegraphicos completos.
 Apparelhos telephonicos completos.
 Apparelhos electricos para carros.
 Apparelhos para postes-signal e perfoences.
 Apparelhos completos para illuminação acetylene para carros.
 Apparelhos, de vidro, de nivel de agua.
 Apparelhos de cravagão mecanica.
 Apparelhos de luz incandescente.
 Apparelhos de sondagem.
 Arame de aço.
 Arame de cobre.
 Arame de latão.

Arame de cobre coberto com gutta-percha ou para-
fina.

Arame de cobre coberto com seda.
Arame de ferro meio redondo.
Arame de ferro galvanizado, farpado.
Arame de ferro galvanizado para telegrapho.
Arame de chumbo ou estanho.
Arame para apanhar fagulhas.
Archotes diversos.
Areia para moldar.
Areta para refractario.
Arruelas de ago.
Arruelas de ferro.
Arruelas de mola.
Arruelas de ferro galvanizado.
Arruelas de borracha.
Arruelas de cobre.
Aros de rodas de locomotivas, tenders, carros e vagões.
Asbestos em papelão, em pó e em gacheta.
Azeite de Colza.
Azeite de Oliveira.
Armação de trucks.
Aguilhas completas para cruzamento.
Apara choques para locomotivas, carros e vagões.
Accumuladores (pilhas secundarias).
Anel excentrico.
Anel da porta da fornalha.
Abracadeiras de ferro para trilhos.
Abracadeiras de mola.
Alphabetos de ago.
Antimonio em barra.
Bacias com encauamento de louca para latrinas.
Balanças de plataforma e portences.
Balanças para fazer vagões.
Baldes de ferro galvanizados.
Baterias completas Leclanché, para telegraphos.
Bifas de ago.
Bigornas.
Bombas rotativas de ferro e portences.
Bombas galvanizadas.
Bombas communs.
Bombas para locomotivas.
Bocaes para candeieiros, lanternas e lampeões.
Bocaes para mangotes de freios.
Borracha em lençol e em obra.
Borax crystalizado ou em pó.
Borboletas para janetas.
Breu.
Bronze em barra.
Bronze phosphoreado.
Bronze em pó.
Bronze em chapa.

Bronze em vergalhão.

Base de chaminé para locomotiva.

Brace de púa para carpinteiro.

Bracos de freios.

Bracos de mancal para contra-eixo de movimento.

Bracos e mancal para eixo e movimento.

Brocas para púa.

Brocas para furador a vapor.

Brocas americanas especiais.

Barra da marcha das locomotivas.

Barra de engate das locomotivas.

Barra de equilibrio das locomotivas.

Barra de tracção com galó.

Barra de excentrico.

Bobinas.

Botões de metal para carros de passageiros.

Botões para campainhas electricas.

Bracagem completa, tendo escropos, parafusos, chavetas e bronze.

Bracadeiras de mola para suspensão.

Badames.

Bracadeiras das caixas de graxa ou oleo.

Bracadeira de mangueira.

Bracadeiras para postes telegraphicos.

Bachante metallico para lacrar carros.

Bassolas de engenheiro.

Bicas de cano de ferro galvanizado para aguas pluvias.

Cabo de arame de aço.

Cabos conductores para correntes.

Cadeados de ferro galvanizado para carros.

Cadeados de latão.

Cadinhos de plumbagina.

Caldeiras para locomotivas e seus pertences.

Caldeirinha.

Campainhas electricas.

Camucras (couros).

Carimbadores de bilhetes.

Carneias hydraulicas.

Carros para passageiros.

Carros para mercadorias, fechados e abertos.

Carros para transporte de gado ou ave.

Carros para bagagem e correios.

Cartão para impressão de bilhetes.

Carvão de pedra ou briquetes.

Carvão para ferreiro.

Carvão para pilhas electricas.

Carvão para lampadas electricas.

Cera parafina.

Catracas e pertences.

Canos de ferro fundido para agua.

Canos de ferro galvanizado.

Canos de chumbo.
Canos de cobre.
Canos de latão.
Canos de alimentação.
Canos de vapor para injector.
Cimento Portland.
Cimento refractario.
Chamínés paraapparelhos de iluminação.
Chamínés para machinas.
Chamínés para arandelas de carros.
Chumbo em lingot.
Chumbo em barra.
Clichés e typos para impressão de bilhetes.
Chaves para parafusos de trilhos.
Chaves de carpinteiro para parafusos.
Chaves inglezas.
Chaves de carros.
Chaves de ferro diversas, para parafusos tirefonds.
Chapas de ferro rugado e galvanizado.
Chapa mestra de mola.
Chapa de cobre para caldeira.
Chapa da caixa da fumaça.
Chapa da frente.
Chapa de ferro para pára-choque.
Chaleiras de ferro para derreter sebo para locomotivas.
Cinsador.
Cobre em chapa.
Cobre em barra ou linguados.
Cobre-juntas de carro de ferro galvanizado.
Colchetes de metal para correias.
Corda de linho ou canhamo.
Corda de seda.
Correias de sola dobrada.
Correias de sola singela.
Correias de borracha.
Correntes de ferro.
Correntes de metal.
Correntes de ferro galvanizado.
Correntes para medição.
Correntes de segurança para carros e vagões.
Contra-pinos de ferro.
Cravos de cobre.
Cravos de ferro.
Cravos estanhados.
Corta carros.
Corta fio.
Cré.
Caixas de graxa ou oleo para machinas e carros.
Caixas de pára-choque.
Caixas de valvula de retenção.
Caixas de agua e seus pertences.

Contactos electricos.
Conductores electricos de cobre.
Copos para pilhas.
Copos de lubrificação.
Corda circuito (fuzíveis de lampadas electricas).
Cruzamentos ou corações.
Curvas para canos de ferro fundido e galvanizados.
Cupolas.
Commutadores.
Cylindros para locomotivas.
Cylindro para brek (brake) automatico.
Commutadores para locomotivas.
Cruzetas.
Calcos de borracha.
Columnas de ferro fundido para officina.
Carbureto de Calcio.
Cunhas de aço para atracadeiras e trilhos.
Capote de ferro galvanizado para telhado.
Desinfectante em pó ou liquido.
Diamantes em cabo, para cortar vidros.
Discos para-choques.
Dobradieiras de ferro.
Dobradieiras de metal.
Dobradieiras de mola para carro de passageiros.
Dormentes de aço com chapas correspondentes.
Diaphragmas de locomotivas e carros.
Dynamos e seus pertences.
Dados do quadrante.
Descaneos de Longerons de carros de carga.
Dixitina para rotulas.
Espelho de caldeira.
Espelho para carro.
Eixo de transmissão.
Eixo montado para machinas, carros e vagões.
Eixo sem rodas.
Eixo de movimento e pertences.
Eixo secundarios de transmissão.
Eixo manivelas.
Enxadas de ferro.
Enxós.
Encerados de lona para carros.
Enxofre em pedra.
Enxofre em pó.
Escarradeiras.
Escalas metricas.
Escovas de cabelo para lavagem de carros.
Escovas para limpar tubos.
Escovas de arame para limas.
Escovas de lã para lubrificação de eixos.
Escrapos para machinas de madeira.
Esmeril em pó.
Espanjas.

Estanho em barra.
Estanho para soldar.
Estopa para locomotivas e carros.
Estopim.
Ebonite.
Emendas (plitlink).
Engates.
Estacas rectas e curvas com roldanas para signaes
Saxby.
Esquadros de agrimen-sor.
Excentricos e collares.
Estacas de cobre ou ferro.
Elos.
Fechaduras de ferro para portas e armarios.
Fechaduras de latão.
Fechaduras do trinco para carros de passageiros.
Ferroelhos de ferro.
Ferroelhos de latão.
Ferro em barra.
Ferro em vergalhão.
Ferro em cantoneira.
Ferro em chapa.
Ferro em guza para fundição.
Ferro TUC.
Ferramenta para ferreiro.
Ferramenta para caldeireiro.
Ferramenta para carpinteiro.
Ferramenta para conservação de linha.
Filete de lã.
Fita para carimbar bilhetes.
Fita para apparelho telegraphico.
Folhas de Flandres.
Folles para ferreiros.
Forjas portateis e pertences de forja.
Foices.
Fichas de Engenheiros.
Fornalhas de cobre ou de aço para machinas.
Fornos de fundição de ferro ou bronze.
Freios a mão e a vacuo para carros e locomotivas.
Gazolina.
Gacheta mialhar.
Gacheta patente.
Gelatina.
Gesso em pó.
Giz em pedra ou pó.
Globos de vidro para lampeões de carros.
Globulos para lampadas electricas.
Gomma lacca.
Galvanometros.
Graxa consistente.
Grampos para trilhos.
Graphite.

Guinchos manuaes e a vapor.
 Gyrodoros de ferro.
 Guias das caixas de mancaes.
 Grampos para trilhos e para curvas.
 Guia da corredeira para locomotivas.
 Ganchos de engate.
 Ganchos communs de ferro.
 Ganchos communs de metal.
 Guarda-pó das caixas de mancaes (de ferro metal ou madeira).
 Hastos de embolo de valvulas e de motores.
 Hydrantes.
 Injectores completos.
 Isoladores de vidro, procellana ou louca.
 Jogo de barrachas.
 Jogo de palhinha para assento de carros de passageiros.
 Kerozene.
 Lá em obras para lubrificadores de vagões.
 Laminas de curvão para pilhas electricas.
 Lamepões para carros.
 Lamepões de mão para sinais.
 Lamepões de pharól.
 Lamepões para plataforma de estação.
 Lamepões de luz, patente Durr.
 Lampadas para soldar.
 Lampadas electricas
Lanternas de mão.
 Latião em barra.
 Latião em chapas.
 Lima de aço.
 Lixa rapel.
 Locomotivas completas.
 Locomoveis.
 Louça de linho.
 Louça de juta.
 Louça de algodão.
 Louça para cobertor de carro.
 Louça Gobel, para desenho.
 Louça e vasos, para latrinas e miclorios.
 Linoleum para carros.
 Ligas de ferro para guindaste.
 Lingarinas de pontes metallicas.
 Lavatorios e marmores de lavatorios para carros.
 Lavatorios portateis.
 Lubrificadores de cylindros.
 Lubrificadores completos para mancaes de carros.
 Laminadores para chapas de ferro.
 Machados.
 Machadinhas.
 Machinas ferramentas.
 Machinas fixas das officinas.

Machinas de fazer molduras.
Machinas de furar e encaixar, para madeira.
Machinas de aplainar.
Machinas de furar ferro.
Machinas de imprimir bilhetes.
Mangueiras de borracha com arame, para curvar.
Mangueiras de couro.
Mangueiras de lona.
Monometro para pressão.
Marretas de aço.
Martellos de aço.
Metal branco patente.
Molas de aço para portas.
Molas de tracção e de suspensão para machinas e carros.
Molas de borracha para carros.
Macacos para machinas.
Macacos para trilhos.
Mandrillhos para tubos.
Maçanetas.
Matrizes de aço para estampar parafusos e porcas.
Microphones.
Miras de engenheiro.
Movimentos de locomotivas.
Moitões.
Maucaes ajustaveis de suspensão.
Maucaes de suspensão para eixo de transmissão.
Manivellas lateraes.
Motor electrico.
Niveis bolha de ar.
Niveis de madeira e metal.
Navalhas de machinas de apparellhar madeira.
Numeros de aço.
Oleados para bancos e cadeiras de carros.
Oleo para cylindros.
Oleo de linhaça crú.
Oleo de linhaça fervido.
Oleo de petroleo residuum.
Oleo para relojoeiros e apparelhos telegraphicos.
Pauco de esmeril.
Parafusos de ferro para correias.
Parafusos de latão para correias.
Parafusos de ferro galvanizados.
Parafusos de latão para madeira.
Parafusos de ferro para madeira.
Parafusos de cruzamento.
Parafusos de ligação de linhas.
Parafusos de break (brak).
Polias.
Pára-raio para apparelho Morse.
Pára-raio para edificio.
Pás para locomotivas.
Pás de aço.

Pedra-pomme.
 Pedra de esmeril.
 Pedra de amolar (rebolo).
 Peneiras de ferro.
 Peneiras de latão.
 Picarelas.
 Peças de ponte.
 Peças dos indicadores do nível de agua.
 Pilhas electricas Leclanché.
 Platina.
 Pinos de rodas motrizes.
 Pinos para carros e vagões.
 Puchante locomotiva.
 Pharol para machina e seus pertences.
 Pharol de campo.
 Plombagina.
 Potassa negra.
 Potassa prussiato.
 Pregos galvanizados.
 Pregos de cobre.
 Prensas para copiadores.
 Prensas hydraulicas.
 Prensas para sellos de carros.
 Pó para emmassar.
 Pó para ligar borracha.
 Pó preto.
 Puxadores de janellas para carros de passageiros.
 Puxadores de portas para carros de passageiros.
 Pião de truck para locomotivas.
 Pavio para candieiro.
 Pão de ouro.
 Pertences de encunamento e de bombas de alimentação.
 Pertences para caldeiras de locomotivas.
 Pertences para janellas de carros.
 Pertences paraapparelhos telegraphicos Morse ou para telephone.
 Porta da caixa de fumaca.
 Postes de ferro para linha telegraphica.
 Pulsometros.
 Pulvionetros.
 Quadrantes de movimento de machinas.
 Quadros das grelhas de truck e de tender.
 Quadros indicadores para campainhas electricas.
 Rebites de ferro e de cobre.
 Rêb de linho e algodão para carros de passageiros.
 Relogios de parede para estação.
 Resina.
 Rodas com eixos para trollys.
 Rodas para vagões.
 Rodas motrizes ferradas com aros de aço, soltas ou montadas.
 Rodas de esmeril.

Rodas para enrolar fitas telegraphicas.
Relais Siemens, não polarizados.
Reps de lã ou algodão para cortinas.
Rodellas de algodão para lavagem de carros.
Roldanas para signaes.
Roldanas lisas e de gornes para gyradores.
Repuxo.
Safras de ferro.
Sal amoniaco em pedra e em liquido.
Seccante branco em pó ou oleo.
Sellos de chumbo ou arame para porta de vagões.
Serras de linha para metal.
Serras circulares.
Serras de fita sem fim.
Serra para metal.
Serras verticaes.
Serrotes de mão.
Simetas para estações.
Soda barhonata.
Soda caustica.
Solda de bronze.
Sulphato de cobre.
Seringas de borracha para pilhas electricas.
Semaphoras de signaes.
Sobrefampas de cylindros.
Sobrasalentes de tornos mecanicos.
Sobresalentes para lampeões.
Supportes para lampadas electricas.
Supportes de metal para rede de carros de passageiros.
Supportes de pavios de lubrificação.
Sapatos de mola para carros.
Suspensores de mola.
Tecido para bandeiras de signal.
Tesoura e columnas de ferro para officinas.
Talhás de ferro para corda.
Talhás de ferro patente com corrente.
Trucks de tender completos para locomotivas.
Tamancos de ferro fundido para trilhos.
Talas de junção para trilhos.
Tarracha para estacar caldeira.
Taxas de cobre.
Taxas com cabeça de latão.
Tela de arame de cobre.
Tela de arame de latão.
Tela de arame de ferro.
Tela de arame de ferro galvanizado.
Tijolos para limpar metaes.
Tijolos refractarios.
ntas preparadas em oleo.
Typos para carimbar e imprimir bilhetes.
Verumas.
Vasos porosos para telegrapho.

- Vasos porosos para telegrapho, com laminas de carvão.
- Vasos de vidro commun para telegrapho.
- Valvulas de borracha.
- Valvulas corrediças.
- Valvulas communs para serviço de agua.
- Valvulas para vapor.
- Vidraças communs para edificios.
- Vidraças em chapa para carros de passageiros.
- Vidraças communs de côres.
- Vidro para oculo de locomotivas.
- Ventiladores para carros.
- Velocipedes a vapor, alcool, gazolina ou a mão.
- Volantes para machinas.
- Voltímetros.
- Vigas de aço para guindastes de motor officina.
- Vulcanite em chapa.
- Zarcão.
- Zinco em barra.
- Zinco em lingot.
- Grade de ferro para vidro para illuminar as officinas.
- Encanamentos de ferro para break automatico.
- Mesa motor para vagões.
- Rheostato.
- Arruelas de borracha para cylindro break automa-
- tico.
- Dynamite.
- Espoletas para dynamite.
- Tintas em pó.
- Tintas para impressão de bilhete.
- Tintas para telegrapho.
- Trinca.
- Tinteiros paraapparellios « Morse ».
- Trados.
- Torneiras de latão.
- Torneiras de ferro.
- Torneiras de injecto, dos cylindros de caldeiras e de
- prova.
- Fornos de bancada.
- Trenas metallicas.
- Trenas de aço.
- Arucks de quatro rodas.
- Trilhos de aço.
- Trilho de aço portateis Decauville.
- Tirantes de carros com porcas e manivelas.
- Tirefondes para cruzamento de trilhos.
- Tubos de ferro para caldeira.
- Tubos de latão para caldeira.
- Tubos de vidro indicador.
- Tubo de borracha.
- Tenders.
- Theodolito.
- Transito do engenheiro.

Tripeças de instrumento de engenheiro.
Tympanos electricos paraapparelhos telegraphicos, telephonicos, de signaes e sinetas de alarme.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1908. — *João P. Soares.*

N. 14 — EM 27 DE ABRIL DE 1908

Recommenda a remessa de uma relação completa dos objectos e materiaes importados por companhias ou empresas de estradas de ferro.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 27 de abril de 1908.

Recommendo aos Srs. inspectores das Alfandegas e administradores das Mesas de Rendas da Republica providenciem affin de que, sempre que nas repartições a seu cargo se effectuar o despacho, com isenção de direitos, de objectos e materiaes importados por companhias ou empresas de estradas de ferro, seja enviada uma relação completa dos mesmos objectos e materiaes á Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro. — *David Campista.*

N. 15 — EM 12 DE MAIO DE 1908

Comunica a resolução de ser cobrada porcentagem em ouro sobre os direitos a que estiverem sujeitas mercadorias levadas a leilão nas Alfandegas e Mesas de rendas, abandonadas mediante requerimento dos respectivos consignatarios.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 12 de maio de 1908.

Communico aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effectos, ter este Ministerio resolvido que das mercadorias levadas a leilão nas Alfandegas e Mesas de rendas, abandonadas mediante requerimento dos respectivos consignatarios, seja cobrada a porcentagem em ouro sobre os direitos a que estiverem sujeitas as mesmas mercadorias.

David Campista.

N. 16 — EM 27 DE MAIO DE 1908

Communica terem sido concedidos a vapores do Lloyd Real Hollandez os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1908.

Communico aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que, por despacho de 25 do corrente mez, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, aos vapores do Lloyd Real Hollandez *Rijuland, Eemland, Amstelland, Maasland, Zaanland e Delfland*, conforme requereram os agentes do mesmo Lloyd, Fratelli Martinelli & Comp.

David Campista.

N. 17 — EM 13 DE JUNHO DE 1908

Recommenda que pelos delegados fiscaes nos Estados seja preparado o processo de liquidação do tempo de serviço dos empregados sujeitos á sua jurisdição, apresentados ou reformados.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1908.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que logo que, pelo *Diário Official* tiverem conhecimento da aposentadoria ou reforma de qualquer empregado sujeito á sua jurisdição, providenciem para que seja preparado o processo de liquidação do respectivo tempo de serviço, tendo em vista a circular deste Ministerio n. 15, de 26 de janeiro de 1894.

David Campista.

N. 18 — EM 13 DE JUNHO DE 1908

Comunica que aos vapores da empresa de vapores transatlânticos de Pinillos, Izquierdo & Comp., com sede em Cadiz, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos fins, que, por despacho de 5 do corrente mez, proferido sobre requerimento de Juan Capillonch y Puerto, agente da empresa de vapores transatlânticos de Pinillos, Izquierdo & Comp., com sede em Cadiz, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, aos vapores da mesma empresa *Cadiz, Barcelona, Valbanera, Catalina, Pio IX, Conde Wilfredo, Martin Saenz, Miguel M. Pinillos*.

David Campista.

N. 19 — EM 22 DE JUNHO DE 1908

Recommenda que nos processos de dividas de exercicios findos sejam feitas nas sobras das verbas a que pertenciam taes despesas, quando correntes, as necessarias deducções.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 22 de junho de 1908.

Attendendo ao que representou a Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, recommendo aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para maior regularidade no serviço relativo aos processos de dividas de exercicios findos, que, sempre que organizarem processo de dividas daquella natureza, comprehendidas na disposição do art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, façam nas sobras das verbas a que pertenciam as despesas, quando correntes, as necessarias deducções; sendo que a escripturação de taes sobras deverá ser feita em livro proprio e dos processos deverá constar a declaração de terem sido feitas as deducções.

David Campista.

N. 20 — EM 25 DE JUNHO DE 1908

Ordena a cobrança de sellos das certidões requeridas pelos habilitandos á percepção do soldo vitalicio concedido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, afim de provarem que nenhuma pensão recebem dos cofres publicos.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 25 de junho de 1908.

Constando do aviso do Ministerio da Guerra, n. 112, de 9 de março proximo findo, que algumas delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados tem deixado de cobrar o sello a que estão sujeitas as certidões requeridas pelos habilitandos á percepção do soldo vitalicio, concedido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto do anno proximo passado, afim de provarem que nenhuma pensão recebem dos cofres publicos, recommendo aos Srs. chefes das mesmas repartições que não continuem a assim proceder, por isso que taes certidões não se acham comprehendidas entre as de que trata o art. 2º daquelle decreto, isto é, dos documentos que provam a qualidade do voluntario, como as patentes, baixas ou documentos semelhantes e, como claramente diz o art. 4º, § 2º, letra f do decreto n. 6.768, de 11 de dezembro de 1907, quaesquer actos expedidos pelos Ministerios da Guerra, Marinha e Justiça, dos quaes resulte a prova de que o habilitando effectivamente temou parte na campanha como voluntario.

David Campista.

N. 21 — EM 30 DE JUNHO DE 1908

Communica estar isento do imposto de consumo o calçado fabricado na Penitenciaria de Ouro Preto e destinado ás praças da Brigada Policial do Estado de Minas Geraes.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1908.

Sr. Secretario das Finanças do Estado de Minas Geraes — Em resposta ao officio n. 324, de 8 de fevereiro ultimo, em que solicitaes isenção do imposto de consumo para o calçado fabricado na Penitenciaria de Ouro Preto e destinado as praças da Brigada Policial desse Estado, declaro-vos, de accordo com o parecer do Conselho de Fazenda em sessão de 16

de maio proximo findo, que, só estando sujeitos a tal imposto os productos fabricados em estabelecimentos publicos federaes, estadoaes e municipaes, quando destinados a fornecimento ao commercio ou a particulares, conforme está expresso no artigo 236, n. 1, do decreto n. 5.860, de 10 de fevereiro de 1906, não deve elle recahir sobre o calçado fabricado no estabelecimento a que vos referis, attento o fim a que é applicado.

Saude e fraternidade. — *David Campista.*

N. 22 — EM 6 DE JULHO DE 1908

Reitera aos delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados a recommendação da circular n. 3, de 6 de fevereiro do corrente anno.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1908.

Tendo a Directoria do Serviço de Estatistica Commercial representado, em officio n. 117, de 22 do mez proximo findo, sobre a falta de remessa á mesma directoria, por grande numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo, dos relatorios e balanços das empresas e sociedades anonyms, reittero aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados a recommendação da circular n. 3, de 6 de fevereiro do corrente anno

David Campista.

N. 23 — EM 6 DE JULHO DE 1908

Resolve convidar o Governador do Estado do Amazonas a designar um funcionario estadual para entender-se com o delegado fiscal do Thesouro no Estado, afim de estabelecer-se um «modus-vivendi» a respeito da questão levantada relativamente ao desembaraço do vapor nacional «Eurico», e outros assumptos.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1908.

Sr. Governador do Estado do Amazonas — Tornando-se necessario adoptar-se uma medida que ponha cobro aos attritos suscitados entre as autoridades arrecadadoras federaes nesse Estado e as estadoaes, encarregadas da fiscalização das respectivas rendas, este Ministerio, em sessão do Conselho de

Fazenda, de accôrdo com o parecer deste e em solução á questão levantada entre a Recebedoria desse Estado e a Inspectoria da Alfandega da União nessa capital, relativamente ao desembarago do vapor nacional *Eurico* e competencia do governo amazonense sobre a navegação nas aguas do Amazonas, de que tratam o telegramma de V. Ex. de 23 de março do anno passado e o officio da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal nesse Estado, n. 80, de 10 de maio do mesmo anno, resolveu convidar a V. Ex. a designar um funcionario estadual para entender-se com o alludido delegado fiscal, afim de estabelecer-se um *modus vivendi* a respeito.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade. — *David Campista.*

N. 24 — EM 7 DE JULHO DE 1908

Recommenda communicação á Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal de todas as remessas de nickel do antigo cunho e de cobre á Casa da Moeda.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 7 de julho de 1908.

Attendendo ao que representou a Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que communicuem á mesma directoria todas as remessas de nickel do antigo cunho e de moedas de cobre á Casa da Moeda, declarando sempre si ellas são effectuadas pelo caixa geral ou pelos cofres de troco da moeda de nickel e da moeda de bronze.

David Campista.

N. 25 — EM 3 DE AGOSTO DE 1908

Declara só isento do sello federal os papeis que pagarem o imposto de transmissão de propriedade da União; sendo exigivel sello proporcional de todos os sujeitos a imposto de transmissão de propriedade estadual ou municipal, qualquer que seja a fórma pela qual se realize a transmissão.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, para seu conhecimento e devidos effectos, que só estão isentos do sello federal, nos termos do art. 1.º da cir-

cular n. 6, de 19 de março de 1900, os papeis que pagarem o imposto de transmissão de propriedade da União; sendo, portanto, exigível o sello proporcional do § 1º, n. 9, da tabella A, annexa ao regulamento que baixou com o decreto n. 3,564, de 22 de janeiro de 1900, de todas os papeis que estiverem sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade estadual ou municipal, qualquer que seja a fórma pela qual se realize a transmissão.

David Campista.

N. 26 — EM 4 DE AGOSTO DE 1908

Recomenda que sobre recmissão de moedas de nickel do antigo cunho se observe o que determina a circular do Ministerio da Fazenda, n. 17, de 15 de abril de 1903.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1908.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal que providenciem affin de que não sejam recmittidas as moedas de nickel do antigo cunho, que forem recebidas nas repartições de Fazenda, effectuando a troca das mesmas por moedas do novo cunho e observando o que determina a circular deste ministerio n. 17, de 15 de abril de 1903.

David Campista.

N. 27 — EM 6 DE AGOSTO DE 1908

Declara prorogado por mais seis mezes o prazo para o recolhimento da moeda de cobre

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1908.

Na conformidade do despacho proferido por este ministerio sobre telegramma da Camara Municipal de S. João d'El-Rey, de 14 do mez proximo findo, declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effectos, que fica prorogado por mais seis mezes o prazo para o recolhimento da moeda de cobre.

David Campista.

N. 28 — EM 8 DE AGOSTO DE 1908

Declara que a comissão de 1¼ 1% de que tratam as instruções de 30 de dezembro de 1887, deve ser abonada do saldo verificado entre as entradas e saídas durante um semestre.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1908.

Na conformidade da resolução tomada por este ministerio sobre o officio da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Santa Catharina n. 59, de 30 de abril ultimo, tratando do abono de comissão aos empregados das agencias da Caixa Economica declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda que a comissão de 1¼ 1%, de que tratam as instruções de 30 de dezembro de 1887, deve ser abonada do saldo verificado entre as entradas e saídas durante um semestre, não computada para aquelle fim a entrada correspondente á importancia do saldo do semestre anterior e da qual já tenha sido descontada a mencionada comissão.

David Campista.

N. 29 — EM 13 DE AGOSTO DE 1908

Declara revogadas as disposições contidas na circular do Ministerio da Fazenda, n. 21, de 15 de junho de 1904.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para seu conhecimento e devidos effectos, que, por despacho de 1 do corrente mez, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, sobre o recurso interposto por D. Elpidia Lins de Mello, do acto da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul negando-lhe o direito á percepção do montepio de seu finado marido João Luiz Gomes de Mello, ex-inspector da Alfandega de Uruguayana, naquelle Estado, haver resolvido revogar as disposições contidas na circular deste ministerio numero 21, de 15 de junho de 1904.

David Campista.

N. 30 — EM 17 DE AGOSTO DE 1908

Declara ter sido assignado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal o termo relativo ao contracto entre o Governo e o Lloyd Real Hollandez para a arrecadação do imposto de transporte, mediante a commissão de 4%.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, para seu conhecimento e devidos fins, que, em 2 de maio ultimo, foi assignado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal o termo relativo ao contracto celebrado entre o Governo e o Lloyd Real Hollandez (Koninklyke Hollandsche Lloyd), por seus agentes Fratelli Martinelli & Comp., para a arrecadação do imposto do transporte por aquella empresa, mediante a commissão de 4 %, na forma da lei.

David Campista.

N. 31 — EM 17 DE AGOSTO DE 1908

Recommenda a remessa trimestralmente ao Ministerio da Guerra de uma demonstração detalhada do estado das diversas verbas de despeza do mesmo ministerio.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1908.

Attendendo ao que requereu o Ministerio da Guerra em aviso n. 513, de 29 de julho proximo findo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que remetam trimestralmente áquelle ministerio uma demonstração detalhada do estado das diversas verbas de despeza do mesmo ministerio.

David Campista.

N. 32 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Declara terem sido concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, a vapores da Empresa de Navegação transatlantica sueca « Johnson Line ».

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para seu conhecimento e devidos fins, que, por despacho deste ministerio de 2 do corrente mez, proferido sobre requerimento de Luiz Campos, agente da Empresa de navegação transatlantica sueca *Johnson Line*, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, aos vapores da mesma empresa *Kronprins Gustaf*, *Drottning Sophia*, *Oscar Fredrik*, *Kronprinsessau Victoria*, *Prinsessau Ingeborg*, *Oscar II. Reserv*, *Nordstjernau* e *Annie Therese*.

David Campista.

N. 33 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Comunica ter-se pedido que fossem feitas anotações nos registros das embarcações que o Lloyd Brasileiro deu em penhor para cobrir a responsabilidade do Governo no emprestimo pedido ao mesmo Lloyd.

Ex. Ex.

Ministerio da Fazenda — N. 100 — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Sr. Ministro da Marinha — Em resposta ao aviso desse ministerio n. 3.434, de 29 de julho ultimo, ao qual acompanhou cópia do officio que a V. Ex. dirigiu a Inspectoria de Portos e Costas tratando da falta de anotações nos registros das embarcações que o Lloyd Brasileiro deu em penhor para cobrir a responsabilidade do Governo no emprestimo de £ 1.000.000, communico a V. Ex. que este ministerio, em aviso n. 117, de 28 de setembro do anno proximo passado, recebido na secretaria desse ministerio no mesmo dia, pediu fossem feitas as anotações, pedido esse que ora reitero a V. Ex.

Apresento a V. Ex. os protestos de minha alta estima e distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 34 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1908

Communica terem sido concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, a vapores da Empresa de Navegação Transatlantica Sueca « Johnson Line ».

Ministerio da Fazenda — N. 156 — Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1908.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Tenho a honra de communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que por despacho deste ministerio, de 2 do corrente mez, proferido sobre o requerimento de Luiz Campos, agente da empresa de navegação transatlantica sueca *Johnson Line*, foram concedidos os favores de que trata o decreto n. 4.955, de 4 de maio de 1872, aos vapores da mesma empresa *Kronprins Gustav*, *Drottning Sophia*, *Oscar Fredrik*, *Kronprinsessau Victoria*, *Prinsessau Ingeborg*, *Oscar II*, *Reserr*, *Nordstjernau* e *Annie Therese*.

Reitero a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade. — *David Campista*.

N. 35 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que a « Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil » não está isenta do pagamento da taxa de 2 %, ouro, destinada ás obras do porto do Rio Grande do Sul.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1908.

Sr. Ministro da Industria, Viagão e Obras Publicas — Em resposta ao aviso desse ministerio n. 66, de 26 de dezembro do anno proximo passado, com o qual V. Ex. transmittie o requerimento em que a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* pede que seja submettida a arbitramento a questão de pagamento da taxa de 2 %, ouro, destinada ás obras do porto do Rio Grande do Sul, communico a V. Ex. que este ministerio, de accôrdo com a deliberação tomada pelo Conselho de Fazenda, em sessão de 29 de agosto ultimo, resolveu manter o seu despacho de 13 de junho daquelle anno, pelo qual decidiu que a alludida companhia não está isenta do mencionado pagamento.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade. — *David Campista*.

N. 36 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1908

Declara que não é possível ser dispensado o exame pelas alfândegas das bagagens de officiaes do Exército e da Armada quando viagem em vapores que tenham transitado por portos estrangeiros, o qual, entretanto, é sempre feito de accôrdo com o art. 399 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1908.

Sr. Ministro da Guerra — Respondendo ao aviso de seu ministerio, n. 586, de 15 de julho proximo passado, a que acompanhou o requerimento do tenente-coronel do corpo de estado-maior de artilharia José de Sá Earp, pedindo que os officiaes do Exército e da Armada, quando viagem em vapores que tenham transitado por portos estrangeiros, sejam dispensados pelas alfândegas do exame de suas bagagens, declaro a V. Ex., para os fins convenientes e de conformidade com o despacho de 29 de agosto ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, que, á vista do disposto no art. 400 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, não é possível dispensar esse exame, que, entretanto, é sempre de accôrdo com o art. 399 da mesma Consolidação.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 37 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1908

Recommenda o cumprimento stricto do disposto na circular deste ministerio sob n. 36, de 7 de novembro de 1907.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1908.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes que cumpram strictamente o disposto na circular deste ministerio, sob n. 36, de 7 de novembro de 1907, transferindo para o *Caixa* de que trata a de n. 26, de 4 de setembro de 1906, todas as notas de 500 réis, 1\$ e 2\$, que estão sendo substituidas por moedas de prata.

David Campista.

N. 38 — EM 3 DE OUTUBRO DE 1908

Recommenda a remessa á Directoria de Contabilidade do Thesouro dos requerimentos de habilitandos ao soldo vitalicio instituido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, pelindo certidão de serem ou não pensionistas dos cofres publicos.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908.

Attendendo ao que propoz o Ministerio da Guerra, em aviso n. 641, de 14 de setembro proximo findo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que enviem á Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, com informação á parte, os requerimentos em que os habilitandos ao soldo vitalicio instituido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, pedirem certidão de serem ou não pensionistas dos cofres publicos, para que as certidões sejam passadas pelo Thesouro e remetidas ás Delegacias Fiscaes, para serem entregues aos interessados, depois de pago o sello devido.

David Campista.

N. 39 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1908

Recommenda a fiel observancia das instrucções mandadas executar pela circular n. 15, de 28 de fevereiro de 1902.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1908.

No intuito de evitar a reproducção de casos identicos ao de que trata o processo encaminhado ao Thesouro com o officio da Delegacia Fiscal no Pará, n. 125, de 19 de agosto ultimo, recommendo aos Srs. chefes das repartições de Fazenda a fiel observancia das instrucções mandadas executar pela circular n. 15, de 28 de fevereiro de 1902, em virtude das quaes serão responsabilizados os ordenadores de despesas por conta de creditos já esgotados.

David Campista.

N. 40 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1908

Recommenda providencias no sentido de ser impedido aos invalidos da Marinha, domiciliados nos Estados, estabelecerem consignações, e de só lhes ser permitido instituir procuradores, no caso de impossibilidade provada de comparecerem á competente estação pagadora.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1908.

Atendendo ao que requisitou o Ministerio da Marinha em aviso n.º 1.398, de 24 de setembro ultimo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que providenciem no sentido de ser impedido aos invalidos da Marinha, domiciliados nos mesmos Estados, estabelecerem consignações e bem assim de só lhes ser permitido instituir procuradores para recebimento dos respectivos vencimentos, no caso de impossibilidade provada de comparecerem á competente estação pagadora.

David Campista.

N. 41 — EM 7 DE NOVEMBRO DE 1908

Recommenda aos delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados o cumprimento da decisão deste ministerio, n.º 585, de 9 de outubro de 1907, sobre moedas de prata, nickel e bronze.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1908.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados o cumprimento da decisão deste Ministerio, communicada á Delegacia Fiscal em S. Paulo, por officio da Directoria do Expediente, n.º 585, de 9 de outubro de 1907, determinando que as fracções inferiores a 500 réis, provenientes do troco de moedas de prata, fossem escripturadas em moedas de nickel e bronze, dando-se sómente sahida para a caixa de prata á proporção que a somma de taes fracções attingisse áquella quantia ou seus multiplos.

David Campista.

N: 42 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que se acham em pleno vigor os arts. 437 e 438 e seguintes da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, estabelecendo o serviço especial de fiscalização dos generos e mais objectos importados com isenção de direitos aduaneiros.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1908.

Sendo de toda a conveniencia verificar-se o destino dos generos, mercadorias e mais objectos importados com isenção de direitos aduaneiros, nesta capital e nos Estados, declaro aos Srs. chefes de repartições de Fazenda que se acham em pleno vigor os arts. 437 e 438 e seguintes da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica, estabelecendo aquelle serviço especial de fiscalização; revogando para todos os effeitos a decisão-circular deste ministerio n. 40, de 29 de outubro de 1896.

David Campista.

N. 43 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1908

Declara que os requerimentos de habilitandos ao soldo vitalicio, pedindo certidão de serem ou não pensionistas dos cofres publicos devem ser endereçados ao Ministro da Fazenda e não aos delegados fiscaes.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1908.

Suscitando-se duvidas sobre a interpretação da circular deste ministerio, n. 35, de 3 de outubro proximo findo, declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, em additamento á mesma circular, que os requerimentos dos habilitandos ao soldo vitalicio, pedindo certidão de serem ou não pensionistas dos cofres publicos, devem ser endereçados ao Ministro da Fazenda e não aos delegados fiscaes, porque só assim a Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, á qual elles devem ser remettidos com a informação de que trata aquella circular, poderá passar as certidões pedidas.

David Campista.

N. 44 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara não poder ser restituída uma quantia descontada a título de imposto sobre vencimentos.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1908.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em resposta ao aviso desse ministerio, n. 3.429, de 25 de setembro ultimo, pedindo seja restituída ao Dr. Joaquim F. Gonçalves Junior, director do Serviço do Povoamento do Solo, a quantia de 2808 que lhe foi descontada sobre as suas diarias, a título de imposto sobre vencimentos, communico a V. Ex. haver resolvido, por despacho de 24 de novembro proximo findo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer do mesmo conselho, que a restitução de que se trata não pode ter lugar não só porque as diarias abonadas ao alludido director não estão isentas daquelle imposto, como porque o disposto na circular deste ministerio, n. 234, de 17 de maio de 1881, citada no mencionado aviso, não pode prevalecer contra o art. 1º do decreto n. 2.775, de 29 de dezembro de 1897.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 45 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que os livros destinados ao casamento civil não estão sujeitos ao imposto do sello.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1908.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao aviso desse ministerio, n. 3.215, de 23 de novembro proximo findo, encaminhando a consulta feita pelo 2º juiz de paz, em exercicio, em Santa Isabel, no Estado de S. Paulo, sobre si os livros destinados ao casamento civil estão isentos do sello federal, communico a V. Ex., para os devidos fins, que os referidos livros não estão sujeitos ao imposto do sello, conforme já foi resolvido por este ministerio e consta da ordem da Directoria do Expediente do Thesouro Federal, n. 74, de 17 de abril de 1905, expedida á Delegacia Fiscal de Minas Geraes, publicada no *Diario Official* do dia seguinte.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 46 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1908

Recommenda que o imposto do sello seja sempre cobrado das nomeações dos membros da Justiça Federal, e novamente arrecadado o que porventura já tenha sido restituído aos interessados.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1908.

Tendo o Tribunal de Contas, conforme declarou em officio ns. 596 e 753, de 12 de setembro e 5 de dezembro de 1907, recusado registro á despesa com a restituição do imposto do sello de nomeação dos membros da Justiça Federal, ordenada por este ministerio, recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal, nos Estados, providenciem para que o referido imposto seja sempre cobrado nos casos previstos no respectivo regulamento e seja novamente arrecadado o que porventura já tenha sido restituído aos interessados, em virtude daquella decisão, deste ministerio.

David Campista.

N. 47 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1908

Comunica ter sido providenciado sobre a remessa de documentos dos annos de 1906 e 1907, necessarios á Repartição Geral de Estatística para a organização de um trabalho sobre a situação financeira dos Estados da Republica.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1908.

Sr. Ministro da Industria, Viagão e Obras Publicas — Em solução ao aviso desse ministerio, n. 286, de 31 de outubro ultimo, requisitando a remessa de documentos dos annos de 1906 e 1907, que se fazem necessarios á Repartição Geral de Estatística para a organização de um trabalho sobre a situação financeira dos Estados da Republica, communico a V. Ex. que este ministerio já providenciou para que oportunamente seja satisfeita aquella requisição, logo que a Imprensa Nacional, onde se acham em via de composição, envie os ditos documentos.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 48 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1908

Pede que os artigos que tiverem de ser importados com destino ás repartições do Ministério da Justiça e Negocios Interiores venham consignados ás mesmas repartições.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1908.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — A' vista do que dispõe o art. 2º, § 23, da Tarifa das Alfandegas e Mesas de Rendas, as mercadorias e objectos adquiridos no exterior por conta da União para o serviço da Republica devem ser importados directamente, para poderem gosar do favor alli consignado.

Pego, pois, a V. Ex. se digne de providenciar affim de que os artigos que tiverem de ser importados com destino ás repartições dependentes desse ministerio, venham consignados ás mesmas repartições, sem o que não poderão obter o respectivo despacho, livre de direitos, quando requisitado.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

— Idêntico aos Ministerios da Viagção, Guerra, Marinha e Exterior.

N. 49 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Declara que a despesa com a cobrança judicial de multas corre inteiramente por conta da metade das mesmas multas devida aos fiscaes ou empregados que a ella tenham direito.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908.

Na conformidade do que foi resolvido sobre o objecto do officio da collectoria das rendas federaes em Petropolis n. 235, de 9 de outubro ultimo, a Directoria de Contabilidade do Thezouro Federal, declaro aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos fins, que a despesa com a cobrança judicial das multas corre inteiramente por conta da metade das mesmas multas devida aos fiscaes ou empregados que a ella tenham direito.

David Campista.

N. 50 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1908

Recommenda que estampas para annuncios encomendadas, vigorando a ordem de 25 de maio de 1907, sejam despachadas de accôrdo com a mesma ordem prevalecendo para identica mercadoria encomendada depois de expedida a ordem n. 132. de 15 de julho ultimo, nova classificação e cobrança da taxa de 3\$, alli determinadas.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1908.

De conformidade com a deliberação proferida por este ministerio, em sessão do Conselho de Fazenda, de 12 do corrente mez, a respeito do recurso de Alfredo Schlick & Comp., transmittido com o officio da Alfandega do Rio de Janeiro, n. 1.037, de 8 de outubro proximo findo, declaro aos Srs. inspectores das Alfandegas da Republica, para os devidos effeitos, que, de ora em diante, as estampas para annuncios, importadas em virtude de encomenda feita ao tempo em que ainda vigorava a ordem de 25 de maio de 1907, que as mandava classificar no art. 610 da Tarifa, com applicação da correspondente nota n. 72, para pagamento da taxa de 300 réis, classificação essa que só posteriormente foi alterada pela decisão constante da ordem n. 132, de 15 de julho ultimo, sejam despachados de accôrdo com a alludida ordem; devendo, entretanto, prevalecer, para identica mercadoria que tenha sido encomendada depois de expedida a supracitada ordem n. 132, a nova classificação e a consequente cobrança da taxa de 3\$, alli determinadas.

David Campista.

N. 51 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1908

Pede ao Governador do Estado do Pará providenciar afim de que não sejam arrecadadas para os cofres do Estado, em sello por verba, importancias devidas á União e relativas a documentos apenas sujeitos ao sello federal, e recolhidas as quantias indevidamente arrecadadas por tal fórmula.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1908.

Sr. Governador do Estado do Pará — Havendo a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal nesse Estado trazido ao conhecimento deste ministerio, pelo officio n. 157, de 26 de setembro ultimo, que agentes do fisco desse Estado teem arrecadado, para os respectivos cofres, em sello por verba, importancias

devidas á União e relativas a documentos que apenas estão sujeitos ao sello federal, tenho a honra de pedir para o caso a attenção de V. Ex., rogando-lhe se digne de providenciar no sentido não só de cessar essa irregularidade, como também em serem recolhidas as quantias indevidamente arrecadadas por tal fórma.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 52 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1908

Recommenda que as administrações postaes nos Estados sejam suppridas das quantias necessarias para pagamento de despesas das sub-consignações — Aluguel de casas, e outras da verba — Correios.

Ministerio da Fazenda — Circular — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1908.

Attendendo ao que solicitou o Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas em aviso n. 4.024, de 13 de novembro proximo findo, autorizo os Srs. delegados fiscaes nos Estados a providenciarem no sentido de ser as respectivas administrações postaes suppridas, como adiantamento, das quantias necessarias para pagamento das despesas das sub-consignações — Aluguel de casas, — Condução de malas por contracto, — Iluminação, — Combustivel, — Despezas miudas e — Eventuaes, da verba — Correios, de conformidade com o aviso expedido por este áquelle ministerio, em 19 de julho de 1902, sob n. 99 e publicado no *Diario Official* do dia seguinte.

David Campista.

N. 53 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Comunica ao Governador do Estado de Santa Catharina que a isenção de direitos que pede o reitor do Gymnasio Santa Catharina depende de prova de que o dito estabelecimento dispensa ensino gratuito, nas condições exigidas pelo art. 2.^o, § 35, das disposições preliminares da tarifa vigente.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1908.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Em resposta ao telegramma de 2 do corrente, em que V. Ex. solicita seja despachado o requerimento em que o reitor do Gymnasio

Santa Catharina pede isenção de direitos para objectos destinados ao mesmo Gymnasio, communico a V. Ex. que a solução do alludido requerimento depende de que o requerente prove que o dito estabelecimento dispensa ensino gratuito, nas condições exigidas pelo art. 2º, § 35 das Disposições Preliminares da tarifa vigente.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de alta estima e mui distincta consideração.

Saude e fraternidade.— *David Campista.*

N. 54 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza a Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos a admittir á negociação e cotação official na Bolsa um emprestimo contratado pelo Estado do Espirito Santo.

Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1908.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que, á vista do processo enviado com o vosso officio de 4 do corrente mez, resolveu este ministerio, por despacho de 9, autorizar essa camara a admittir á negociação e cotação official na Bolsa, o emprestimo contratado pelo Estado do Espirito Santo, no valor de frs. 30.000.000, representado por 60.000 obrigações ao portador, de 500 francos cada uma e do juro de 5 $\frac{1}{2}$ % ao anno. Junto vos devolvo os documentos que acompanharam o vosso mencionado officio.

Saude e fraternidade.— *David Campista.* — Sr. syndico da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos.

